

CONFISSÃO DE FÉ **WESTMINSTER**

COMENTADA POR
A. A. HODGE

Traduzido do Original
pelo Rev. Valter Graciano Martins
do Livro “Confession of Faith”
comentado por Alexander A. Hodge
da “Banner Of Truth Trust”



1ª Edição - 2.000 exemplares - Maio 1999

2ª Edição - 2.000 exemplares - Novembro 1999

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, sem autorização por escrito dos editores, exceto citações em resenhas.

Traduzido por:

Valter Graciano Martins

Edição:

Editora Os Puritanos

Telefax: (11) 6957-3148

e-mail: facioligrafic@mandic.com.br

Impressão:

Facioli Gráfica e Editora Ltda

Telefax: (11) 6957-5111

Prólogo

Estamos felizes em apresentar uma segunda edição deste comentário do Dr. A. A. Hodge sobre a Confissão de Fé de Westminster. Foi com surpresa que vimos o interesse por esta obra, o que fez esgotá-la mais rápido do que pensamos. Surpresa, pois quando comentávamos com alguns sobre o desejo de realizar esta publicação pela primeira vez no Brasil, depois de quase 150 anos de Igreja Presbiteriana na nossa pátria, alguns questionavam: “Não há alguma coisa mais moderna a publicar?” Ficamos algumas vezes desencorajados. Mas esta afirmação é fruto de um pensamento anticonfessional, tão comum nos nossos dias na liderança e no povo em geral. Isso nos faz lembrar o relato bíblico de Juízes 2:7-11. Aquela geração que viera depois de Josué era uma geração que não conhecia o Senhor e Seus feitos. Não será esta, hoje, uma geração similar? Desconhecer a Deus é desconhecer Sua vontade revelada na Escritura. E só podemos conhecer mais profundamente a Deus estudando-a com dedicação e zelo.

Esta clássica obra do Dr. Hodge não é um simples comentário da Confissão de Fé de Westminster, mas é um grande estudo, uma grande “explicação” das principais doutrinas das Sagradas Escrituras. Não é disso que estamos precisando hoje? A igreja não está necessitando de conhecimento doutrinário sadio em meio à tempestade de novos e falsos ensinamentos já previstos por Jesus? É verdade que o Espírito Santo nos ilumina para compreendermos a Palavra, mas também Deus levanta mestres como meio para chegarmos ao entendimento das Escrituras. Isso aconteceu com o eunuco, etíope, oficial de Candace. Ele voltava de Jerusalém e lia o profeta Isaias. Filipe apareceu e perguntou-lhe: “*Compreendes o que vens lendo?*” A resposta foi: “*Como poderei entender, se alguém não me explicar?*” Filipe, então, passou a explicar-lhe. Ele entendeu, e foi batizado.

É um grande privilégio para nós e uma grande responsabilidade proclamar a fé reformada, sustentá-la, defendê-la e amá-la.

Vivemos em meio a uma grande confusão de novos ensinamentos, embora saibamos que isso não é novidade, pois é previsto nas Escrituras. No entanto, o povo cristão sofre com tamanha confusão doutrinária. Hoje não se conhecem as confissões de fé nem a sua importância; ao contrário, há uma aversão contra elas como se tem aversão por coisa velha, ou algo desatualizado. Alguns têm dito que “temos de nos adequar à nossa geração”. Isso é uma meia-verdade, e uma meia-verdade é uma mentira. O grande teólogo reformado John Murray percebendo a intenção desta afirmação disse:

“Frequentemente tem-se argumentado que a mensagem cristã precisa ser adaptada ao homem moderno...Mas é muito mais verdadeiro e importante argumentar que o homem moderno tem que se adaptar ao Evangelho”.

A igreja está em crise. Não temos sido precisos na tarefa de ensinar a Palavra ao povo de Deus. Neste contexto, esta obra é de grande importância para nós ainda hoje. Por quê?

(1) Porque há uma necessidade de unidade doutrinária na verdade. (2) Para termos uma forte defesa contra outros ensinamentos das tradições religiosas humanas. (3) Para nos armarmos contra os inimigos teológicos. (4) Porque vivemos uma época de indefinição doutrinária na Igreja do Brasil. (5) Porque o que tem regido a vida das pessoas e os ensinamentos de muitos pastores é a experiência e não a Palavra. (6) Por necessitarmos de pureza doutrinária.

Dr. R. C. Sproul disse: “Os credos não salvam. Somente Cristo pode salvar. Entretanto, aquilo que cremos quanto a Cristo é essencial para a salvação. Se o Novo Testamento estiver certo, então aquilo que cremos é de eterna importância. Separar vida de doutrina e doutrina de vida é uma ação de divórcio sem fundamento. Deus as ajuntou para sempre, e aquilo que Ele ajuntou, não devemos jamais separar.”

Desejamos que este comentário seja um bom mestre e auxiliar de todos que verdadeiramente amam a Palavra de Deus.

Os Editores.

Prefácio do Autor

Durante as sessões da Assembléia Geral de 1868, em Albany, o autor foi honrado com o convite por parte do Rev. G. C. Heckman, D. D., pastor da Igreja da Rua do Estado, naquela cidade, para visitar uma grande e inteligente classe mantida todo domingo à tarde na parte principal da igreja e instruída na Confissão de Fé pelo admirável presbítero e colaborador no evangelho, E. P. Durant. Tanto no desígnio quanto no êxito esse exercício pareceu digno da emulação universal. Seu desígnio foi a difusão, através de toda a congregação, de um conhecimento mais elevado das coisas divinas e uma apreciação mais solícita e inteligente das Doutrinas e dos Padrões Doutriniais de nossa própria denominação, bem como para educar seus melhores elementos de cada época na preparação para os ofícios inestimavelmente importantes dos presbíteros regentes, dos mestres da escola dominical e das classes bíblicas, e para os pregadores leigos etc. Seu sucesso, como evidenciado pelo número, pelo caráter, pelo interesse inteligente e pela assistência regular dos membros, foi e é até ao presente momento, tanto surpreendente quanto gratificante.

Naquele tempo, foi concebido o desígnio deste “Comentário” sobre a Confissão de Fé. Ele consiste de uma análise de seus capítulos e seções, com provas e ilustrações de seu ensino – com questionários apensos para a conveniência tanto para o aprendiz quanto para o professor. Ele não tem um sentido controverso. Simplesmente almeja realçar o sentido natural, óbvio e geralmente admitido do texto. Seu desígnio é simplesmente estimular e facilitar o estudo desta eminente incorporação de verdades cristãs, entre os estudantes de classes bíblicas, estudantes de teologia, presbíteros

regentes e ministros. A todas essas classes ele é individualmente recomendado.

Grande honra tem sido atualmente depositada nos Padrões comuns das grandes igrejas da família presbiteriana. Na presente época, duas grandes denominações, havendo descartado todas as cláusulas restritivas, parecem aptas a unir-se sobre as bases desses “Padrões puros e simples”. Saudamos isto com prazer e gratamente antecipamos um interesse amplamente crescente no estudo desses Padrões de ambos os lados. Este modesto “Comentário” não é destinado a antecipar este estudo por meio de interpretações parciais no interesse de uma partido. Ele foi escrito com sincero desejo de promover tal estudo num espírito imparcial e de apresentar esses Padrões em seu sentido claro e natural, diante dos olhos e para a admiração de todos aqueles que cordialmente os amam e estão agora mui entusiasticamente se agrupando em torno deles.

A. A. H.

Allegheny City, PA, 20 de abril de 1869.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo I. – BREVE HISTÓRIA DOS CREDOS E CONFISSÕES

As Escrituras, Padrão único de fé e prática – A parte humana na questão da interpretação – A origem dos Cremos – O legítimo uso dos Cremos e Confissões – diferentes condições impostas sobre os membros individuais e os detentores de ofícios – O “Ato de Adoção” do Sínodo original – A adoção final dos Padrões em sua presente forma, 1788 A.D. – I. Os antigos Cremos que expressam a fé de toda a Igreja; ou seja, o Credo dos Apóstolos, o Credo Niceno, os Cremos Atanasianos e aqueles dos Concílios de Éfeso e Calcedônia – II. Os Cremos e Confissões dos diferentes ramos da Igreja desde a Reforma; I. Os Padrões Doutriniais da Igreja de Roma – 2. Os Padrões Doutriniais da Igreja Grega – 3. As Confissões da Igreja Luterana – 4. As Confissões das Igrejas Reformadas ou Calvinistas – A adoção da Confissão e dos Catecismos pelos presbiterianos e congregacionais da América 21

Capítulo II. – ALGUNS RELATOS SOBRE A ORIGEM DA CONFISSÃO E CATECISMOS WESTMINSTER

O modo usual em que as Confissões Protestantes foram produzidas — A origem dos “Cânones do Sínodo de Dort” e a “Confissão Westminster” – A Reforma na Escócia, sua origem, caráter e efeitos políticos – O “Pacto Nacional”, 1638 A.D., e a “Solene Liga e Pacto”, 1643 A.D. – A Reforma na Inglaterra, sua origem, caráter e efeitos – A tirania dos Stuarts – O Longo Parlamento –

A ordem de convocar uma Assembléia de Doutores em Westminster – A composição da Assembléia – Sua organização – As diferentes partes representadas – A preparação de um “Diretório de Culto, Governo e Disciplina” – A preparação da Confissão de Fé e dos Catecismos – O estabelecimento, pelo Parlamento, da Igreja Presbiteriana – A ratificação da Confissão pelo Parlamento e pela Assembléia Escocesa – A Dissolução do Grande Parlamento – A adoção dos Padrões Westminster pelo Sínodo original presbiteriano na América, 1729 A.D. – As passagens relativas ao magistrado civil excetuado e alterado 37

COMENTÁRIO À CONFISSÃO DE FÉ

Capítulo I. – DA SAGRADA ESCRITURA

Seção I. ensina – (1.) A luz da natureza, suficiente para deixar os homens sem escusa. (2.) Não suficiente para capacitar alguém a obter a salvação. (3.) Por essa razão Deus, em diferentes épocas, fez uma revelação supernatural de si mesmo a uma porção favorecida da raça. (4.) Essa revelação, havendo sido confiada à escrita, é exclusivamente abrangida nas Sagradas Escrituras.

Seções II. e III. ensinam – Que essas Sagradas Escrituras incluem o Velho e o Novo Testamentos e todos os livros especificamente intitulados. (2.) Os livros chamados “apócrifos” não fazem parte do Cânon Sagrado. (3.) Todos os livros canônicos foram divinamente inspirados e por isso são uma regra infalível e autoritativa de fé e prática.

Seções IV. e V. ensinam – (1.) A autoridade da Escritura repousa sobre a Igreja, porém imediatamente sobre Deus. (2.) Suas características internas provam que as Escrituras são divinas. (3.) Sua mais elevada evidência é a obra direta do Espírito nos corações.

Seção VI. ensina – (1.) As Escrituras são uma regra *completa* de fé e prática. (2.) Nada, na presente dispensação, deve ser-lhes acrescido ou tomar-lhes o lugar. (3.) Contudo faz-se necessário a iluminação espiritual de cada pessoa, pelo Espírito Santo. (4.) Os homens são levados a aplicar os princípios revelados a detalhes práticos segundo as diretrizes da Providência.

Seção VII. afirma que as Escrituras são *perspícuas* [claras].

Seção VIII. ensina – (1.) Que a regra absoluta de fé é a Escritura nas línguas originais. (2.) Que possuímos um texto essencialmente puro e confiável. (3.) Que elas devem ser traduzidas para as línguas de todos os povos.

Seções IX. e X. ensinam – (1.) A única e infalível regra de interpretação das Escrituras são as próprias Escrituras. (2.) As Escrituras são o supremo juiz em todas as controvérsias relativas a religião 49

Capítulo II. – DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Seções I. e II. ensinam – (1.) Só há um Deus vivo e verdadeiro. (2.) Esse Deus é um Espírito pessoal e livre, sem partes corpóreas nem paixões. (3.) Ele possui em si mesmo todas as perfeições absolutas. (4.) Ele possui todas as perfeições relativas com respeito às suas criaturas. (5.) Ele é o auto-existente e absolutamente independente Sustentador, Proprietário e Aquele que dispõe de todas as suas criaturas.

Seção III. ensina – (1.) Que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são cada um igualmente o único Deus e possuem em comum todas as divinas perfeições. (2.) Que eles são três pessoas distintas ainda que uma só substância. (3.) Que são distinguidos um do outro por meio de certas propriedades pessoais e modos de operação e de manifestação – como se segue etc..... 75

Capítulo III. – DO ETERNO DECRETO DE DEUS

Seções I. e II. ensinam – (1.) Deus, desde a eternidade, seguiu um plano imutável em todas as suas obras. (2.) Esse plano compreende todas as coisas e eventos em tudo quanto sucede. (3.) Esse plano, como um todo, e em todas as suas partes, é um propósito absolutamente soberano. (4.) Esse propósito é em referência a todos os seus objetivos infalivelmente eficazes. (5.) Ele é em todas as suas partes consistente com suas próprias perfeições. (6.) Ele é em todas as coisas perfeitamente consistente com a natureza das criaturas individualmente afetadas por ele.

Seções III., IV. e V. afirmam – (1.) Que o eterno propósito de Deus determina que indivíduos serão eficazmente chamados através da fé para a salvação, e que o resto será condenado em virtude de seu pecado. (2.) Tal determinação é imutável. (3.) Ela não está condicionada à fé ou obediência prevista, mas é soberanamente determinada pelo sábio conselho de sua própria vontade. (4.) O fim último de sua eleição é o louvor de sua própria graça.

Seção VI. afirma – (1.) Que o propósito todo-compreensível de Deus determina todos os meios e condições, bem como todos os fins que ele escolheu para efetua-los, e que na ordem lógica os fins têm precedência sobre os meios. (2.) Que na questão da redenção humana o “fim” é a salvação do eleito – os “meios” são a redenção efetuada por Cristo, a regeneração, a santificação etc. (3.) Que por isso a aplicação dos “meios” só se destina àqueles a quem o “fim” é tencionado; isto é, nenhum outro é redimido por Cristo, eficazmente chamado etc., etc., senão os eleitos.

Seção VII. afirma – (1.) Que a soberana destinação de alguns à graça envolve a soberana determinação à sonegação da graça aos não-eleitos. (2.) Que Deus trata os não-eleitos com base nos princípios de estrita justiça, e os condena em virtude de seus pecados.

Seção VIII. ensina que esta doutrina é um grande mistério, e deve ser ministrada com especial cuidado 95

Capítulo IV. – DA CRIAÇÃO

Seção I. ensina – (1.) Nem a substância elementar, nem a forma do universo nem de qualquer uma de suas partes é auto-existente ou eterna. (2.) O Deus Triúno originalmente criou a substância elementar do universo a partir do nada e organizou todas as formas que ora assume; e reconstruiu esta terra em sua presente condição, no espaço de seis dias. (3.) Quando terminou, todas as obras de Deus eram boas, cada uma segundo sua espécie. (4.) O fim último de Deus em sua criação foi a manifestação de sua própria glória.

Seção II. ensina – O homem foi por Deus criado imediatamente e o último de todas as criaturas. (2.) Toda a família humana tem descendido desse único casal. (3.) Deus, originalmente, criou o homem à sua própria imagem – (a.) um espírito pessoal – (b.) um espírito inteligente, justo e santo, com domínio sobre as criaturas. (4.) Deus muniu a Adão com uma natureza moral num estado perfeito e uma revelação positiva de sua vontade. (5.) Mas enquanto Adão foi criado capaz de obediência, também foi deixado sujeito a um teste especial, capaz de cair 117

Capítulo V. – DA PROVIDÊNCIA

Seção I. ensina – (1.) Deus continua a sustentar todas as suas criaturas em existência e na posse e exercício das qualidades e faculdades ativas com que as dotou. (2.) Deus dirige todas as ações de suas criaturas segundo suas respectivas propriedades e relações. (3.) Esse controle providencial se estende a todas as suas criaturas e a todas as ações delas. (4.) É a consistente execução, no tempo, de seu eterno propósito. (5.) Seu fim último é a manifestação de sua própria glória.

Seções II. e III. ensinam – (1.) O controle providencial de Deus sobre cada ser e evento é infalivelmente eficaz. (2.) Quanto ao método, é em cada caso infalivelmente consistente com a natureza do agente sujeito a ele. (3.) Deus ordinariamente efetua seus propósitos através da agência de causas secundárias. (4.) Às vezes, contudo, imediatamente pela energia direta de seu poder.

Seção IV. ensina – (1.) Deus não só permite atos pecaminosos, mas os dirige e os controla. (2.) Contudo, a pecaminosidade dessas ações só provém do agente pecador, e Deus, em nenhum caso, é o autor nem aprovador do pecado.

Seções V., VI. e VII. ensinam – (1.) A providência geral de Deus compreende vários sistemas distintos. (2.) Eles são subordinados uns aos outros numa ordem definida – do geral para o específico, do físico para o moral e do moral para o espiritual. (3.) A relação da providência com as influências graciosas do Espírito, e da graça “comum” com a graça “eficaz”. (4.) A disciplina do povo de Deus. (5.) O abandono judicial dos réprobos 131

Capítulo VI. – DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DE SUA PUNIÇÃO

Seção I. ensina – (1.) Nossos primeiros pais, sendo criados santos, e sendo dotados com suficiente conhecimento, pecaram. (2.) Seu pecado consistiu em comerem do fruto proibido. (3.) Foram seduzidos por Satanás a comê-lo. (4.) Esse pecado foi, à guisa de permissão, incluído no plano divino. (5.) Deus determinou ordená-lo para sua própria glória. O duplo mistério envolvido na origem do pecado declarado e considerado.

Seção II. ensina – (1.) Por meio desse pecado foram imediatamente cortados da comunhão com Deus. (2.) E conseqüentemente perderam toda a justiça original. (3.) E tornaram-se mortos em pecado e totalmente contaminados. (4.) Essa corrupção moral se estende a todas as faculdades e partes da alma e do corpo.

Seções III. e IV. ensinam – (1.) Adão era a cabeça tanto natural quanto federal de toda a raça humana. (2.) As conseqüências penais de seu pecado são desde o nascimento atualmente infligidas sobre todos os seus descendências. (3.) Por essa razão, todos eles herdaram sua corrupção moral. (4.) Essa depravação inerente é total, envolvendo falta de inclinação e inabilidade para todo o bem, e inclinação para todo o mal. (5.) Desse estado interior procedem todas as transgressões atuais.

Seções V. e VI. ensinam – (1.) A corrupção moral inata permanece nas pessoas regeneradas ao longo de toda sua vida. (2.) Ela lhes é perdoada em virtude de Cristo. (3.) Ela é gradualmente mantida em sujeição pelo Espírito Santo. (4.) Tudo o que resta dela provém intrinsecamente da natureza do pecado. (5.) O pecado original (isto é, o hábito corrupto da alma) é tanto uma violação da lei de Deus quanto uma transgressão atual. (6.) Todo pecado, quer original quer atual, merece punição. (7.) Todo pecado é morte, a menos que a graça a impeça 149

Capítulo VII. – DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

Seções I. e II. ensinam – (1.) Cada criatura está debaixo de uma dívida essencial e ilimitada para com seu Criador. (2.) Mas todo usufruto que a criatura tem do Criador é por mera graça soberana. (3.) Deus graciosamente agradeceu-se em oferecer aos homens e anjos um galardão sob a condição de que prestem uma obediência à qual se acham previamente obrigados. (4.) Neste pacto Adão é o representante de seus descendentes. (5.) A promessa deste pacto era a vida – sob a condição de perfeita obediência.

Seções III. e IV. Contrastados os pontos de vistas arminiano e calvinista referentes ao pacto da graça. O ponto de vista calvinista declarado e apoiado com provas.

Seções V. e VI. ensinam – (1.) Este pacto, ainda que administrado de forma variada, é um só. (2.) Seu modo de administração sob o Velho Testamento apresentado. (3.) Seu modo de administração sob o Novo Testamento apresentado 169

Capítulo VIII. – DE CRISTO O MEDIADOR

Seção I. ensina – (1.) A Cabeça pactual da Igreja é o Deus-homem. (2.) Seu ofício medianeiro abarca as três funções de profeta, sacerdote e rei. (3.) Como Mediador, Cristo é a Cabeça de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do mundo.

Seção II. ensina – (1.) Cristo foi verdadeiro homem. (2.) Ele foi absolutamente impecável. (3.) Ele era o próprio Deus, a segunda pessoa da Trindade. (4.) O Deus-homem era uma pessoa única. (5.) Essa personalidade única era a do eterno Filho do Pai. (6.) As duas naturezas nele continuam distintas.

Seções III. e IV. ensinam – (1.) A natureza humana de Cristo foi grandemente exaltada pela encarnação. (2.) Cristo realiza todas as ações medianeiras como Deus-homem. (3.) Ele age em virtude de sua designação pelo Pai. (4.) Ele assumiu voluntariamente. (5.) Ele age como Mediador em seu estado de exaltação e (6.) Em seu estado de humilhação.

Seções V. e VI. ensinam – (1.) Cristo fez satisfação por seu povo (a.) por meio de sua obediência e (b.) por meio de seus sofrimentos. (2.) Ele fez plena satisfação por eles em estrita justiça. (3.) Ele assegurou para eles (a.) remissão de pecados e (b.) uma herança eterna. (4.) Os benefícios dessa redenção são aplicados a seu povo pelo Espírito Santo.

Seção VII. ensina – (1.) As propriedades de cada natureza de Cristo são exercidas em todas as suas ações como Mediador. (2.) A pessoa é indiferentemente designada no estilo de cada natureza, e as propriedades de cada natureza são indiferentemente predicações da pessoa.

Seção VIII. ensina – (1.) Cristo como Rei medianeiro aplica sua redenção àqueles para quem a adquiriu. (2.) Ele a aplica por meio de (a.) intercessão, (b.) revelação, (c.) vocação eficaz, (d.) providências. (3.) Ele infalivelmente a aplica a “todos aqueles para quem a adquiriu” 185

Capítulo IX. – DO LIVRE-ARBÍTRIO

Seção I. ensina que o homem é dotado com um poder racional e moral de autodeterminação.

Seções II., III., IV. e V. ensinam as condições peculiares da liberdade humana. (1.) No estado de inocência original. (2.) No presente estado de pecado. (3.) No estado de santos imperfeitamente santificados sobre a terra. (4.) No estado de glória 219

Capítulo X. – DA VOCAÇÃO EFICAZ

Seção I. e II. ensinam – (1.) Que há uma vocação tanto interna quanto externa necessárias para salvar os homens. (2.) Seus objetos são somente os eleitos. (3.) O Espírito Santo é o único agente que a efetua pela instrumentalidade da verdade. (4.) Ela consiste num ato eficaz do poder divino. (5.) Ela efetua uma mudança radical na condição moral do homem todo.

Seção III. ensina que as crianças e outras pessoas incapazes de conhecerem a verdade são regeneradas pelo Espírito sem a vocação eficaz.

Seção IV. ensina – (1.) Os não-eleitos perecerão infalivelmente, mas só porque espontaneamente rejeitam a Cristo. (2.) Os homens só podem ser salvos por meio de Cristo. (3.) No caso de adultos viris, o conhecimento de Cristo e sua obra são indispensáveis 231

Capítulo XI. – DA JUSTIFICAÇÃO

Seções I. e II. ensinam – (1.) Todos os que – e somente esses – são eficazmente chamados são também justificados. (2.) A justificação é um ato judicial de Deus, e é uma declaração de que a pessoa justificada é justa à vista da lei. (3.) Ela procede da imputação da justiça de Cristo. (4.) Essa imputação é condicionada à fé. (5.) Essa fé é um dom de Deus. (6.) A fé sozinha justifica, mas não aquela fé que é sozinha.

Seção III. ensina – (1.) Que a justificação procede da plena satisfação legal feita por Cristo. (2.) Ela é, não obstante, um estupendo exercício da graça soberana.

Seção IV. ensina que os eleitos não são justificados enquanto não crêem em Cristo.

Seções V. e VI. ensinam – (1.) Que os homens justificados, ainda que temporariamente caiam no desprazer de Deus em razão do pecado, jamais serão finalmente abandonados. (2.) Os crentes do Velho Testamento foram justificados com base nos mesmos princípios que os crentes atuais 245

Capítulo XII. – DA ADOÇÃO

A relação da regeneração, fé, justificação, santificação e adoção. Os elementos e as consequências da adoção 261

Capítulo XIII. – DA SANTIFICAÇÃO

Este capítulo ensina – (1.) O princípio gracioso implantado na regeneração é gradualmente desenvolvido na santificação (2.) A santificação é tanto negativa quanto positiva (3.) Ela envolve o homem por inteiro (4.) Ela jamais será perfeita nesta vida (5.) Não obstante, através da graça, ela jamais fracassará..... 265

Capítulo XIV. – DA FÉ SALVÍFICA

A fé salvífica definida. Seção I. ensina – (1.) Que a fé salvífica é obra do Espírito Santo (2.) por intermédio da Palavra (3.) e corroborada pelo uso dos sacramentos e da oração.

Seção II. ensina – (1.) A fé salvífica repousa na verdade de Deus falando na Palavra. (2.) Ela abrange todo o conteúdo da Palavra. (3.) Ela é um estado complexo da mente variando segundo seus objetos. (4.) O ato específico da fé que justifica inclui (a.) assentimento e (b.) confiança.

Seção III. ensina – (1.) A verdadeira fé varia em grau de pessoa para pessoa, e de pessoa para pessoa em diferentes épocas. (2.) Ela é assaltada e às vezes debilitada, mas sempre logra vitória. (3.) Com o passar do tempo ela se desenvolve na medida de plena certeza 275

Capítulo XV. – DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

Seções I. e II. ensinam – (1.) O arrependimento genuíno repousa sobre (a.) o senso de culpa e poluição e (b.) a apreensão da misericórdia de Cristo. (2.) Ele consiste em (a.) aversão pelo pecado, (b.) conversão para Deus e (c.) diligência para nova obediência. (3.) Ele é tanto um dever quanto uma graça.

Seções III., IV. e V. ensinam – (1.) Não há mérito nenhum no arrependimento. (2.) Mesmo o maior pecado, quando arrependido, será esquecido. (3.) Devemos arrepender-nos da pecaminosidade de nossa natureza e de cada ato pecaminoso em particular.

Seção VI. ensina – (1.) Que cada pessoa deve fazer a Deus confissão privativa de pecado. (2.) Deve confessar as injúrias às pessoas que se sentem injuriadas, bem como as ofensas públicas à Igreja. (3.) Os cristãos devem perdoar todos os ofensores arrependidos 285

Capítulo XVI. – DAS BOAS OBRAS

Seções I. e II. ensinam – (1.) Cada obra, para ser boa, (a.) deve provir de mandamento; (b.) deve emanar de um motivo bom. (2.) Os efeitos das boas obras são diversos, e como se segue.

Seção III. ensina – (1.) A capacidade de se produzir boas obras provém totalmente de Deus. (2.) Faz-se necessária a graça santificante e regeneradora. (3.) Não obstante, devemos exercitar-nos e usar os meios para isso.

Seções IV., V. e VI. ensinam – (1.) As obras de “supererrogação” são impossíveis. (2.) As melhores obras dos crentes são imperfeitas. (3.) São, não obstante, aceitas através de Cristo e galardoadas por amor a ele.

Seção VII. ensina – (1.) As obras das pessoas não regeneradas podem ser boas em relação a seus semelhantes. (2.) Mas em relação a Deus são todas elas profanas e inaceitáveis 299

Capítulo XVII. – DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

Este capítulo ensina – (1.) O verdadeiro crente não pode jamais apostatar finalmente. (2.) A base dessa perseverança infalível não está no crente, mas no propósito, promessa e graça de Deus. (3.) O crente verdadeiro pode, contudo, cair temporariamente; as *ocasiões* e *influências* que os fazem cair são as seguintes 315

Capítulo XVIII. – DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

Seções I. e II. ensinam – (1.) Há uma falsa certeza que desaponta. (2.) Há uma verdadeira certeza equivalente a uma segurança infalível. (3.) Ela repousa (a.) na divina veracidade das promessas, (b.) Na evidência interna da graça e (c.) no testemunho do Espírito.

Seções III. e IV. ensinam – (1.) Esta certeza não provém da essência da fé. (2.) Ela é atingível e deve ser buscada como uma grande vantagem. (3.) Pode ser perdida de diversas formas. (4.) Ao verdadeiro crente jamais é permitido cair finalmente em desespero, e a certeza uma vez perdida pode ser readquirida. 323

Capítulo XIX. – DA LEI DE DEUS

Seções I. e II. ensinam – (1.) O homem foi criado um agente moral, sujeito à lei moral de perfeição absoluta. (2.) Deus expôs Adão, a cabeça natural da raça humana, à prova de obediência por um período de provação especial. (3.) Esta lei, desde a queda, não é a condição de salvação, mas continua sendo o padrão de vida e de caráter. (4.) Ela é sumariamente compreendida nos Dez Mandamentos.

Seções III., IV. e V. ensinam – (1.) Deus deu aos judeus também uma lei cerimonial. (2.) Igualmente um sistema de leis judiciais. (3.) Ambas cessaram sua vigência na dispensação cristã. (4.) Em contrapartida, a lei moral continua em pleno vigor.

Seções VI. e VII. ensinam – (1.) Desde a queda, ninguém pode salvar-se pela lei. (2.) Os crentes não estão debaixo da lei como uma condição de salvação. (3.) Não obstante, a lei é de múltiplo uso debaixo do evangelho, como se segue 337

Capítulo XX. – DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

Seção I. ensina – (1.) A liberdade cristã é comum a todos os crentes em todas as épocas, e inclui (a.) livramento da culpa do pecado (b.) e da escravidão da corrupção; (c.) paz com Deus; (d.) livramento da escravidão de Sata-nás, (e.) das aflições e da morte (f.) e do inferno. (2.) Esta liberdade é maior sob a nova do que sob a antiga dispensação.

Seções II., III. e IV. ensinam – (1.) Deus é o único Senhor da consciência. (2.) Sua vontade só é revelada na Escritura. (3.) Daí requerer ou impor obediência às doutrinas dos homens é traição contra Deus. (4.) A liberdade cristã tem, contudo, seu devido *objetivo e limites*. (5.) Deus estabeleceu tanto a Igreja quanto o Estado, e requer obediência para com ambos. (6.) A Igreja tem o divino direito de exercer governo e disciplina 353

Capítulo XXI. – DO CULTO RELIGIOSO E DO DIA DE REPOUSO

Seções I. e II. ensinam – (1.) A obrigação de culto é um ditame da natureza. (2.) A Escritura prescreve como devemos cultuar a Deus, e todos os métodos prescritos pelo homem são pecaminosos. (3.) O Pai, o Filho e o Espírito Santo são o único objeto apropriado para receber culto, e todo culto deve ser oferecido através de Cristo. (4.) O culto aos santos e anjos é ilícito.

Seções III. e IV. ensinam – (1.) A oração é a parte principal do culto. (2.) Ela deve ser oferecida em favor de todos os homens. (3.) As condições de oração aceitável são as seguintes. (4.) O objetivo da oração é o seguinte.

Seções V. e VI. ensinam sobre o culto público, doméstico, privativo etc.

Seções VII. e VIII. ensinam sobre o dia de repouso e o método próprio de sua observância 367

Capítulo XXII. – DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

Seções I., II, III. e IV. ensinam – (1.) A natureza do juramento lícito. (2.) O único Nome pelo qual é lícito jurar. (3.) A propriedade de se fazerem juramentos em ocasiões lícitas. (4.) O sentido em que um juramento deve ser interpretado. (5.) A extensão e bases de sua obrigação.

Seções V., VI. e VII. ensinam da natureza e das obrigações de um voto.. 389

Capítulo XXIII. – DO MAGISTRADO CIVIL

Seções I. e II. ensinam – (1.) O governo tem sua origem, não no povo, mas em Deus; isso é provado. (2.) O fim imediato, o bem da comunidade; o fim último, a glória de Deus. (3.) os magistrados cristãos devem promover a piedade etc. (4.) A magistratura é lícita aos cristãos. (5.) É lícita a guerra justificável.

Seções III. e IV. ensinam, em oposição aos erros do catolicismo e do erastianismo, que o Estado e a Igreja não devem interferir um no outro 399

Capítulo XXIV. – DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

Seções I., II. e III. ensinam – (1.) O matrimônio é uma instituição divina e um contrato tanto religioso quanto civil. (2.) As finalidades da instituição são as seguintes. (3.) Ele só é lícito entre uma mulher e um homem concomitantemente. (4.) O matrimônio é lícito e bom a todos os homens. (5.)

Pessoas de credos diferentes não devem casar-se entre si.

Seções IV., V. e VI. ensinam a lei divina – (1.) Quanto ao incesto. (2.) Quanto ao divórcio 409

Capítulo XXV. – DA IGREJA

Seções I., II. e III. ensinam – A doutrina bíblica quanto à Igreja universal invisível. (2.) Quanto à Igreja universal visível. (3.) Que esta Igreja universal e visível é assistida com os meios de graça. (4.) Que fora dela não há possibilidade ordinária de salvação.

Seções IV., V. e VI. ensinam – (1.) Que a Igreja universal visível varia em pureza e visibilidade em diferentes tempos e lugares. (2.) Que ela não pode jamais perecer. (3.) Que Cristo é a única Cabeça da Igreja 421

Capítulo XXVI. – DA COMUNHÃO DOS SANTOS

Este capítulo ensina – (1.) Da união de Cristo com seu povo. (2.) De sua conseqüente comunhão com eles. (3.) De sua união uns com os outros. (4.) De sua conseqüente comunhão. (5.) De seus deveres mútuos 435

Capítulo XXVII. – DOS SACRAMENTOS

Seções I. e II. ensinam – (1.) Sacramento é uma ordenança instituída por Cristo. (2.) Consiste de (a.) um sinal visível; (b.) uma graça interior, espiritual, significada por ele. (3.) A natureza e conseqüências da união sacramental entre o sinal e a graça. (4.) Os sacramentos são destinados a “representar, selar e aplicar” os benefícios de Cristo aos crentes. (5.) E se destinam a ser emblemas de nossa confissão.

Seção III. ensina – (1.) Que a virtude do sacramento não é inerente. (2.) Que ele não depende da piedade ou “intenção” daquele que o administra. (3.) Mas (a.) da designação divina e (b.) da graça soberana do Espírito Santo.

Seção IV. ensina que só há dois sacramentos.

Seção V. ensina que os sacramentos da antiga e da nova dispensações são substancialmente os mesmos 443

Capítulo XXVIII. – DO BATISMO

Seções I., II. e III. ensinam – (1.) Que o batismo é um sacramento do Novo Testamento. (2.) Ele é um lavar com água no nome da Trindade. (3.) Seu propósito é significar e selar nosso enxerto em Cristo e nosso compromisso com ele.

Seção IV. ensina que não só os que professam a religião, “mas também as crianças de um dos pais crentes, ou ambos, devem ser batizadas”.

Seções V., VI. e VII. ensinam – (1.) O batismo não é essencial à salvação.

(2.) Sua observância, contudo, é um dever. (3.) Sua eficácia não é ligada no momento da aplicação. (4.) Deve ser administrado apenas uma vez 457

Capítulo XXIX. – DA CEIA DO SENHOR

Seção I. ensina – (1.) Do tempo e da pessoa por quem esta ordenança foi instituída. (2.) De sua obrigação perene. (3.) De seu desígnio e efeito.

Seções II., III., IV., V. e VI. ensinam a doutrina genuína em oposição aos seguintes erros: (1.) Transubstanciação. (2.) Sacrifício da missa. (3.) A elevação e adoração dos elementos. (4.) Negação do cálice aos leigos. (5.) Comunhão privativa.

Seções VII. e VIII. ensinam – (1.) A relação entre o pão e o vinho com a carne e o sangue de Cristo unicamente moral. (2.) O corpo de Cristo está presente só virtualmente. (3.) Os crentes se alimentam dele somente através da fé, (4.) Precisamente como o fizeram noutros tempos 477

Capítulo XXX. – DAS CENSURAS ECLESIASTICAS

Seção I. ensina – (1.) Cristo designou um governo para a Igreja, (2.) O qual é distinto daquele do Estado.

Seções II., III. e IV. ensinam – (1.) Quanto à natureza e extensão do poder da igreja. (2.) Quanto aos fins da disciplina. (3.) Quanto aos métodos através dos quais deve ela ser administrada 491

Capítulo XXXI. – DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

Seção I. ensina dos sínodos e concílios e do direito que a igreja tem de vocacionar oficiais. Seções II., III. e IV. ensinam – (1.) As classes de indivíduos vocacionados sob a jurisdição de sínodos e concílios. (2.) As bases de seu poder de atar. (3.) A extensão à qual a submissão a suas decisões é um dever 501

Capítulo XXXII. – DO ESTADO DOS HOMENS DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

Seção I. ensina – (1.) O homem consiste de alma e corpo. (2.) Na morte, o corpo se decompõe e a alma do crente (a.) é imediatamente aperfeiçoada, (b.) continua consciente e feliz, (c.) está com Cristo. (d.) As almas dos ímpios estão em consciente miséria com o diabo. (e.) Essas condições são irreversíveis. (f.) A doutrina romanista quanto ao purgatório etc. é reprovada.

Seções II. e III. ensinam – (1.) Haverá uma ressurreição simultânea de justos e injustos. (2.) Os que então estiverem vivos serão transformados. (3.) Os corpos que jazem nas sepulturas ressuscitarão idênticos. (4.) Os corpos “animais” dos santos se tornarão “espirituais”. (5.) Os corpos dos injustos ressuscitarão para desonra 511

Capítulo XXXIII. – DO JUÍZO FINAL

Seções I. e II. ensinam – (1.) Deus designou um dia de juízo geral. (2.) Ele confiou o juízo ao Mediador. (3.) As pessoas a serem julgadas incluem os anjos e toda a raça humana. (4.) Ele se destina aos pensamentos e sentimentos, tanto quanto às palavras e aos atos. (5.) Ele vindicará a justiça e exibirá a graça de Deus. (6.) Os justos serão exaltados à honra e felicidade eternas. (7.) Os ímpios haverão de permanecer em consciente miséria e desonra por toda a eternidade.

Seção III. ensina – (1.) Da certeza do fato, mas (2.) da incerteza do tempo do juízo e do efeito designado dessa incerteza 523

APÊNDICE

I. O que é presbiterianismo?

II. O que se acha implícito na adoção da Confissão Westminster?

III. Acerca das passagens da Confissão concernentes ao poder do magistrado no tocante à religião e à Igreja 535

ÍNDICE TEMÁTICO 581

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO UM

BREVE HISTÓRIA DOS CREDOS E CONFISSÕES

Assevera-se no primeiro capítulo desta Confissão, e defende-se nesta exposição, que as Escrituras do Velho e Novo Testamentos, havendo sido dadas por inspiração divina, são, para o homem em seu presente estado, a única e todo-suficiente regra de fé e prática. Tudo quanto o homem deve crer concernente a Deus, e todo o dever que Deus requer do homem, se acham revelados nelas, visto serem elas a Palavra de Deus. Esta Divina Palavra, portanto, é o único padrão de doutrina que contém autoridade intrínseca que obriga a consciência humana. Todos os demais padrões são de valor e autoridade só naquela proporção que tange à doutrina que as Escrituras ensinam.

Não obstante, enquanto que as Escrituras são de Deus, a compreensão delas pertence aos homens. Os homens devem interpretar cada parte específica das Escrituras, separadamente, fazendo o melhor uso possível de sua capacidade, e então combinar tudo o que as Escrituras ensinam sobre cada tema num todo consistente, e então adaptar seus ensinamentos aos diferentes temas em mútua consistência como partes de um harmonioso sistema. Cada estudante da Bíblia deve fazer isso; e tudo faz crer que o fazem, mediante os termos que usam em suas orações e discursos religiosos, quer admitam, quer neguem a propriedade dos credos e confissões humanos. Caso rejeitem a assistência oferecida pelas afirmações doutrinárias tardiamente elaboradas e definidas pela Igreja, então terão que elaborar seu próprio credo fazendo uso de sua tacanha sabedoria. A

questão real não é, como às vezes pretendida, entre a Palavra de Deus e o credo humano, mas entre a fé investigada e provada da corporação coletiva do povo de Deus e o juízo individual e a sabedoria isolada, sem assistência, daquele que repudia os credos.

Como já antecipamos, é matéria de fato que a Igreja tem avançado muito lentamente em sua tarefa de apresentar uma interpretação acurada da Escritura e a definição das grandes doutrinas que compõem o sistema de verdades que ela revela. A atenção da Igreja tem-se especialmente dirigido ao estudo de determinada doutrina em determinada época, e outra doutrina em outra época. E visto que se tem gradativamente avançado na clara discriminação da verdade evangélica, ela tem em diferentes períodos registrado uma acurada declaração dos resultados de suas novas realizações num Credo ou Confissão de Fé, com o propósito de preservação e instrução popular. Entrementes, em todas as ocasiões surgiram hereges pervertendo as Escrituras, exagerando certos aspectos da verdade e negando outros igualmente essenciais, e assim com efeito transformaram a verdade de Deus em mentira. A Igreja é forçada, pois, no grande princípio de autopreservação, a formular essas acuradas definições de cada doutrina deturpada, em particular, levando-a a incluir toda a verdade e a excluir todo erro; e a fazer exhibições tão abrangentes do sistema das verdades reveladas como um todo, que nenhuma parte delas seja ou indevidamente diminuída ou exagerada, senão que a verdadeira proporção do todo seja preservada. Ao mesmo tempo, deve-se fazer provisão para a disciplina eclesiástica, e assegurar a genuína cooperação daqueles que professam trabalhar juntos na mesma causa; de tal modo que aqueles que ensinam publicamente, numa só comunhão, não venham a contraditar uns aos outros, lançando alguém por terra aquilo que outro se esforçou por construir. Deve-se também preparar formulários, representando quanto possível o consenso geral e revestidos de autoridade pública para a instrução dos membros da Igreja, especialmente da infância.

Credos e Confissões, pois, têm-se feito necessários em todas as épocas e todos os ramos da Igreja, e, quando não usados erroneamente, têm sido de grande valia com os seguintes propósitos: (1.) Delimitar, disseminar e preservar os alcances feitos no conhecimento da verdade cristã por qualquer ramo da Igreja, em quaisquer crises de seu desenvolvimento. (2.) Discriminar a verdade das glosas dos falsos mestres, bem como apresentá-la em sua integridade e devidas proporções. (3.) Desenvolver as bases da comunhão eclesiástica entre aqueles que concordam ao máximo em trabalhar juntos em harmonia. (4.) Ser usados como instrumentos na grande obra da instrução popular.

Deve lembrar-se, contudo, que a matéria desses Credos e Confissões obriga as consciências humanas até onde for integralmente bíblica e enquanto for assim; e no tocante à forma na qual tal matéria for expressa, só obriga aqueles que voluntariamente subscreverem a Confissão e em virtude de tal subscrição.

Em todas as igrejas, faz-se uma distinção entre os termos sobre os quais membros privativos são admitidos à membresia e os termos sobre os quais os oficiais são admitidos às suas sacras responsabilidades do magistério e governo. Uma Igreja não tem o direito de fazer no tocante à membresia qualquer condição que Cristo não fez no tocante à salvação. A Igreja é o redil de Cristo. Os sacramentos são os selos de seu pacto. Todos têm direito a reivindicar admissão se fazem uma genuína profissão da verdadeira religião; isto é, tantos quantos professam ser o povo de Cristo. Tal profissão de fé, naturalmente, envolve um competente conhecimento das doutrinas fundamentais do Cristianismo; uma declaração de fé pessoal em Cristo e consagração ao seu serviço; uma disposição mental e hábitos congruentes com a mesma. Em contrapartida, ninguém pode ser induzido a qualquer ofício, em qualquer Igreja, se não professa crer na veracidade e sabedoria da constituição e leis as quais serão seu dever conservar e administrar. Do contrário, toda a harmonia de sentimento e toda a eficiente cooperação no interagir seriam impossíveis.

O Sínodo original da Igreja Presbiteriana Americana, no ano de 1729, solenemente adotou a Confissão de Fé Westminster e os Catecismos como os padrões doutrinários da Igreja. O registro é como segue: –

“Todos os ministros do Sínodo ora presentes, ao todo dezoito, exceto um, o qual declarou-se não preparado [mas que deu seu consentimento na reunião seguinte], depois de expor todas as dúvidas que algum deles porventura tivesse a apresentar contra quaisquer artigos e expressões existentes na Confissão de Fé e Catecismos Maior e Breve da Sacra Assembléia de Westminster, unanimemente concordaram na solução dessas dúvidas, declarando a dita Confissão e Catecismos serem a Confissão de sua Fé, com exceção de apenas algumas cláusulas nos capítulos XX e XXIII, ‘Concernente ao Magistrado Civil’”.

Uma vez mais, em 1788, período preparatório à formação da Assembléia Geral: “Havendo o Sínodo considerado detidamente a minuta da Forma de Governo e Disciplina, à luz e através do todo, ratificou e adotou a mesma, como agora alterada e emendada, como a Constituição da Igreja Presbiteriana da América; e ordena que a mesma seja considerada e estritamente observada como a regra de suas medidas judiciais, para todos os tribunais inferiores pertencentes à corporação.

Havendo o Sínodo ora revisado e corrigido o texto de um Diretório para o Culto, aprovou e ratificou o mesmo; e com isso destina o mesmo Diretório, como ora emendado, para que seja o Diretório para o Culto Divino na Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América. Levou também em consideração os Catecismos Maior e Breve de Westminster, e, havendo feito uma pequena emenda no Catecismo Maior, aprovou e ratificou os ditos Catecismos, como agora harmonizados, como os Catecismos da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos. E o Sínodo ordena que o Diretório e os Catecismos sejam impressos e reunidos no mesmo volume com a Confissão de Fé e a Forma de Governo e Disciplina, a fim de que todos sejam considerados como o padrão de nossa

doutrina, governo, disciplina e culto, em harmonia com as resoluções do Sínodo em sua presente sessão.”

O que se segue é uma história muito breve e geral dos principais Credos e Confissões dos diversos ramos da Igreja Cristã. Nesta afirmação, eles são agrupados segundo a ordem da época e igrejas que aderiram a eles: –

I. Os Credos antigos que expressam a fé comum de toda a Igreja.

Os credos formulados antes da Reforma são muito poucos, e se relacionam com os princípios fundamentais do Cristianismo, especialmente a Trindade e a pessoa do Deus-homem, e constituem a herança de toda a Igreja.

1. O Credo dos Apóstolos. – Este não foi escrito pelos apóstolos, mas foi gradualmente formado, pelo consenso geral, à luz das Confissões adotadas individualmente por igrejas particulares e usadas na recepção de seus membros. Ele atingiu sua presente forma e uso universal entre todas as igrejas, perto do final do segundo século. Este Credo foi apenso ao Breve Catecismo, juntamente com a Oração do Senhor e os Dez Mandamentos, em sua primeira edição publicada por ordem do Parlamento; “não como se houvera sido composto pelos apóstolos e devesse ser considerado como Escritura canônica, ... mas porque é um breve sumário da fé cristã, em harmonia com a Palavra de Deus, e outrora recebido nas igrejas de Cristo.” Foi retido pelos elaboradores de nossa Constituição como parte do Catecismo.* É como se segue: –

“Creio em Deus o Pai Todo-poderoso, criador do Céu e da Terra; e em Jesus Cristo, seu unigênito Filho, nosso Senhor; o qual foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, sofreu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu ao Inferno (Hades); ressuscitou dos mortos ao terceiro dia; subiu ao Céu e sentou-se à destra de Deus o Pai Todo-poderoso, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo; na

* Assembly's Digest, p. 11.

Santa Igreja Católica; na comunhão dos santos; no perdão dos pecados; na ressurreição do corpo; e na vida eterna.” Amém.

2. O Credo Niceno. – Este Credo foi formulado sobre as bases do Credo dos Apóstolos; tendo as cláusulas relativas à divindade consubstancial de Cristo contribuído para o grande Concílio instalado em Nicéia de Bitínia, em 325 A.D.; e as relativas à divindade e personalidade do Espírito Santo acrescidas pelo Segundo Concílio Ecumênico, instalado em Constantinopla, em 381 A.D.; e a cláusula “filioque” acrescida pelo Concílio da Igreja Ocidental instalado em Toledo, Espanha, em 569 A.D. Em sua presente forma, ele é o Credo de toda a Igreja Cristã, rejeitando a Igreja Grega somente a última cláusula acrescida. É como se segue: —

“Creio em um só Deus o Pai Todo-poderoso, criador do Céu e da Terra e de todas as coisas, visíveis e invisíveis; e em um só Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, gerado de seu Pai antes de todos os mundos, Deus de Deus, Luz de Luz, o próprio Deus do próprio Deus, gerado, não feito, sendo de uma só substância com o Pai; por meio de quem todas as coisas foram criadas; que por nós, homens, e para nossa salvação, desceu do Céu e encarnou-se pelo [poder] do Espírito Santo na Virgem Maria, e fez-se homem, e também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos. Sofreu e foi sepultado; e ao terceiro dia ressurgiu, segundo as Escrituras, e subiu ao Céu e sentou-se à mão direita do Pai. E virá segunda vez com glória para julgar, tanto os vivos quanto os mortos, cujo reino não terá fim. E creio no Espírito Santo, Senhor e Doador da vida, o qual procede do Pai e do Filho (Filioque); que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado; o qual falou pelos profetas. E creio numa só Igreja Católica e Apostólica; reconheço um só batismo para a remissão dos pecados; e espero pela ressurreição dos mortos e a vida do mundo por vir.”

3. Visto que subsequentemente opiniões heréticas surgiram em seu seio com respeito à constituição da pessoa de Cristo, a Igreja se viu forçada a providenciar definições e documentos adicionais da verdade. Uma tendência herética culminou no nestorianismo, o

qual sustenta que as naturezas humana e divina em Cristo constituem duas pessoas. Tal idéia foi condenada pelo Credo do Concílio de Éfeso, em 431 A.D. A tendência herética oposta culminou no eutiquianismo, o qual sustenta que as naturezas humana e divina se acham tão unidas em Cristo que ambas formam uma só natureza. Tal idéia foi condenada pelo Concílio de Calcedônia, em 451 A.D. Esses Credos, definindo a fé da Igreja como envolvendo *duas naturezas numa só pessoa*, são recebidos e aprovados por toda a Igreja. Eles são suficientemente citados no texto do “comentário” que vem a seguir.

4. *O Credo Atanasiano.* – Este Credo foi evidentemente composto muito depois da morte do grande teólogo cujo nome ele mantém, bem como depois que as controvérsias chegaram ao fim e as definições se estabeleceram pelos Concílios supracitados de Éfeso e Calcedônia. Ele constitui um grande e único monumento da fé imutável de toda a Igreja no tocante aos grandes mistérios da piedade, a Trindade de Pessoas no Deus único e a dualidade de naturezas no Cristo único. Ele é longo demais para ser citado completo aqui. O que se relaciona à Pessoa do Deus-homem é isto: —

“27. Mas é necessário à eterna salvação que se creia também fielmente na encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo. 28. Portanto, constitui fé genuína que creiamos e confessemos que nosso Senhor Jesus Cristo é tanto Deus quanto homem. 29. Ele é Deus, gerado desde a eternidade da substância do Pai; é homem, nascido no tempo da substância de sua mãe. 30. Perfeito Deus, perfeito homem, subsistindo de uma alma racional e carne humana. 31. Igual ao Pai no que respeita à sua humanidade. 32. O qual, embora seja Deus e homem, não são dois, mas um só Cristo. 33. Um só, porém não procedente da conversão da divindade em carne, mas da assunção de sua humanidade a Deus. 34. Um, de forma alguma a partir da confusão de substância, mas da unidade de pessoa. 35. Pois como a alma racional e a carne constituem um só homem, assim Deus e homem constituem um só Cristo.” etc.

II. Os Credos e Confissões dos diferentes ramos da Igreja desde a Reforma.

1. Os Padrões Doutriniais da Igreja de Roma.

Com o fim de opor-se ao progresso da Reforma, o Papa Paulo III convocou o último grande Concílio Ecumênico em Trento (1545-1563). As elocuições desse Concílio, sob o título de “Cânones e Decretos do Concílio de Trento”, formam a mais elevada norma doutrinal dessa Igreja. Os Decretos contêm as declarações positivas de doutrina. Os Cânones explicam os decretos, distribuem a matéria sob tópicos breves e condenam a doutrina protestante oposta em cada ponto.

O Catecismo Romano, que explica e corrobora os cânones do Concílio de Trento, foi preparado e promulgado pela autoridade do Papa Pio IV, em 1556 A.D.

A Confissão de Fé Tridentina foi também imposta a todos os sacerdotes e candidatos à Igreja Romana, bem como aos conversos de outras igrejas.

Em adição a tudo isso, as diferentes bulas papais e alguns escritos privativos têm sido autoritariamente impostos pela autoridade dos papas como padrões da fé genuína; por exemplo, o Catecismo de Belarmino, 1603 A.D., e a Bula Unigenitus de Clemente XI, 1711.

A teologia ensinada em todos esses padrões papais é de caráter arminiano.

2. Os Padrões Doutriniais da Igreja Grega.

A Igreja antiga dividiu-se em duas grandes facções, desde as causas primariamente políticas e eclesiásticas às secundariamente doutriniais e rituais – a Igreja Oriental ou Grega e a Igreja Ocidental ou Latina. Tal divisão começou a culminar no sétimo século e se consumou no século onze. A Igreja Grega abrange a Grécia, a maioria dos cristãos do Império Turco e a grande massa dos habitantes civilizados da Rússia. Todas as igrejas protestantes originaram-se, através da Reforma, da Igreja Ocidental ou Romana.

A Igreja Grega arroga para si o preeminente título de “ortodoxa”, visto que os credos originais que definem a doutrina da Trindade e a Pessoa de Cristo, os quais foram mencionados acima, foram produzidos no Oriente, parte da Igreja antiga, e daí serem eles, num sentido peculiar, sua herança. A teologia grega é muito imperfeitamente desenvolvida fora da área coberta por esses credos antigos, os quais essa Igreja magnifica e sustenta com singular tenacidade.

Ela possui também umas poucas confissões de datas mais modernas, como “A Confissão Ortodoxa” de Pedro Mogilas, 1642 A.D., bispo metropolitano de Kiew; a Confissão de Gennadius, 1453 A.D.

3. As Confissões da Igreja Luterana.

Todo o mundo protestante, desde os tempos da Reforma, tem se dividido em duas grandes famílias de igrejas – a *Luterana*, incluindo todas aquelas que receberam sua impressão característica do grande homem cujo nome exibem; a *Reformada*, incluindo todas aquelas que, em contrapartida, derivaram seu caráter de Calvino.

A família luterana de igrejas abrange todos os protestantes da Alemanha e das províncias bálticas da Rússia que aderem à Confissão Augsburg, juntamente com as igrejas nacionais da Dinamarca, Noruega e Suécia, bem como a grande denominação desse nome na América.

Seus livros simbólicos são: –

(1.) A Confissão Augsburg, cujos autores conjuntos foram Lutero e Melancthon. Havendo sido subscrita pelo príncipe protestante e líderes, ela foi apresentada ao Imperador e à Dieta Imperial em Augsburg em 1530 A.D. É a mais antiga Confissão Protestante, a base final da teologia luterana e o único padrão universalmente aceito pelas igrejas luteranas.

(2.) A Apologia (Defesa) da Confissão Augsburg, preparada por Melancthon em 1530 A.D., e subscrita pelos teólogos protestantes, 1537 A.D., em Esmalcalde.

(3.) Os Catecismos Maior e Menor preparados por Lutero, 1529 A.D., “o primeiro para o uso dos pregadores e professores, o último como um guia na instrução dos jovens”.

(4.) Os Artigos de Esmalcalde, elaborados por Lutero, 1536 A.D., e subscritos pelos teólogos evangélicos em fevereiro de 1537 A.D., no lugar que lhes deu o nome.

(5.) A Fórmula Concórdia (Fórmula da Concórdia), preparada em 1577 A.D. por Andreã e outros, com o propósito de estabelecer certas controvérsias que surgiram na Igreja Luterana, especialmente (a) concernentes às atividades relativas da graça divina e da vontade humana na regeneração, (b) concernentes à natureza da presença do Senhor na Eucaristia. Essa Confissão contém uma afirmação mais científica e completamente desenvolvida da doutrina luterana do que se pode encontrar em qualquer outra parte de seus símbolos públicos. Sua autoridade é, contudo, reconhecida pela parte luterana mais proeminente; isto é, por aquela parte da Igreja que consistentemente leva as peculiaridades da teologia luterana ao mais completo desenvolvimento lógico.

4. As Confissões das igrejas reformadas ou calvinistas.

As igrejas reformadas abrangem todas aquelas igrejas da Alemanha que subscrevem o Catecismo Heidelberg; as igrejas protestantes da Suíça, França, Holanda, Inglaterra e Escócia; os Independentes e Batistas da Inglaterra e América; e os vários ramos da Igreja Presbiteriana da Inglaterra e América.

As Confissões Reformadas são mui numerosas, ainda que todas substancialmente concordem quanto ao sistema de doutrina que ensinam. As mais geralmente aceitas e consideradas no tocante à mais elevada autoridade simbólica como padrões do sistema comum, são as seguintes: —

(1.) A Segunda Confissão Helvética, preparada por Bullinger, 1564 A.D. “Foi adotada por todas as igrejas reformadas da Suíça, com exceção de Basle (que ficou contente com seu antigo símbolo, a *Primeira Helvética*) e as igrejas reformadas da Polônia,

Hungria, Escócia e França”,* e foi sempre considerada como a mais elevada autoridade por todas as igrejas reformadas.

(2.) O Catecismo Heidelberg, preparado por Ursino e Oleviano, em 1562 A.D. Ele foi estabelecido por autoridade civil, o padrão tanto doutrinal quanto instrumental da instrução religiosa das igrejas do Palatinado, Estado Germânico daquele tempo, incluindo ambos os lados do Reno. Foi endossado pelo Sínodo de Dort, e é a Confissão de Fé das igrejas reformadas da Alemanha e Holanda e das igrejas reformadas alemãs e holandesas na América.

(3.) Os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra. Estes foram originalmente elaborados por Crammer e Ridley, em 1551 A.D., e revisados e reduzidos ao presente número pelos bispos, sob a ordem da Rainha Elizabeth, em 1562 A.D. Esses Artigos são doutrinariamente calvinistas, e constituem o padrão doutrinal das igrejas episcopais da Inglaterra, Escócia, América e das Colônias.

(4.) Os Cânones do Sínodo de Dort. Esse famoso Sínodo se reuniu em Dort, Holanda, sob a autoridade dos Estados Gerais, com o propósito de aclarar as questões levadas em controvérsia pelos discípulos de Armínio. Ele manteve suas sessões de 13 de novembro, de 1618 A.D., a 9 de maio de 1619 A.D. Consistiu de pastores, presbíteros e professores de teologia das igrejas da Holanda, bem como de deputados das igrejas da Inglaterra, Escócia, Hesse, Bremen, do Palatinado e Suécia; havendo os delegados franceses sido impedidos de estar presentes por ordem de seu rei. Os cânones desse Sínodo foram recebidos por todas as igrejas reformadas como uma genuína, acurada e eminentemente autoritativa exibição do sistema calvinista de teologia. Constituem, em conexão com o Catecismo Heidelberg, a Confissão doutrinal da Igreja Reformada da Holanda e da Igreja Reformada [holandesa] da América.

(5.) A Confissão e os Catecismos da Assembléia de Westminster.

* *Shedd's Hist. of Christin Doctrine.*

Um breve relato da origem e constituição dessa Assembléia, bem como da produção e recepção de suas elocuções doutriniais, é apresentado no próximo capítulo. Este é o padrão doutrinal comum de todas as Igrejas Presbiterianas no mundo de derivação inglesa e escocesa. É também, de todos os Credos, o mais proeminentemente aprovado por todas as corporações de congregacionais da Inglaterra e América. A Convenção Congregacional convocada por Cromwel, reunida em Savoy, Londres, em 1658 A.D., declarou sua aprovação à parte doutrinal da Confissão e dos Catecismos da Assembléia de Westminster, e conformou sua própria elocução, a Confissão Savoy, de uma forma muito estreita. Aliás, “a diferença entre essas duas Confissões é tão mínima, que os Independentes modernos têm de certa forma abandonado o uso dela (Confissão Savoy) em suas famílias, e concordado com os presbiterianos no uso dos Catecismos de Westminster.”*

Todas as Assembléias que se reuniram em Inglaterra com o propósito de estabelecer as bases doutriniais de suas igrejas têm ou endossado ou adotado explicitamente esta Confissão e estes Catecismos como acuradas exposições de sua própria fé. Isso foi feito pelo Sínodo que se reuniu em Cambridge, Massachusetts, em junho de 1647, e novamente em agosto de 1648, quando preparou a Plataforma de Cambrigde. E igualmente pelo Sínodo que se sediou em Boston, em setembro de 1679 e em maio de 1680, produzindo a Confissão de Boston. E uma vez mais pelo Sínodo que se reuniu em Saybrook, Conecticut, em 1708, produzindo a Plataforma de Saybrook.†

* Neal: Puritans, ii. 178

† Shedd's *Hist. Christian Doctrine*.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o único padrão de fé absoluta e essencialmente autoritativo?
2. De que fonte todos os Credos humanos derivam sua autoridade?
3. Sobre quem repousa a necessidade e obrigação de reunir todas as doutrinas bíblicas em determinada tese e de harmonizar seu ensino em um só tópico com todos os outros elementos do sistema de verdade?
4. É melhor para alguém formular essas opiniões sem ou com a assistência da grande corporação de seus companheiros de fé cristã?
5. Em que forma têm as opiniões da grande massa da Igreja Cristã sobre esses temas sido expressas e preservadas?
6. Qual, pois, é o *primeiro* grande propósito com que os Credos e Confissões são usados?
7. Qual é o *segundo* grande objetivo?
8. Qual o *terceiro*?
9. Qual o *quarto*?
10. Sobre qual base e até que ponto a matéria dessas Confissões obrigam as consciências humanas?
11. A quem e sobre qual base a *forma* dessas Confissões obriga?
12. Quais são os termos sobre os quais os membros privativos são admitidos à comunhão da Igreja?
13. Quais são os termos sobre os quais os pregadores e governadores são admitidos a algum ofício na Igreja?
14. Por que os termos são tão diferentes nos dois casos?
15. Quando e por qual corpo representativo da Igreja Presbiteriana da América foram a Confissão e Catecismos Westminster primeiro adotados como padrões de fé?
16. Leia o Ato de Adoção.
17. Leia a disposição do Sínodo Geral expressa em 1788 A.D.
18. A qual classe de tópicos todos os Credos antes da Reforma se relacionam?

19. Qual é a origem do que é comumente denominado Credo dos Apóstolos?
20. Ele sempre teve um lugar em nosso Catecismo?
21. Leia-o.
22. Quando e por qual Concílio foi o Credo Niceno produzido?
23. Leia-o.
24. Quais foram as tendências heréticas opostas, respeitante à pessoa de Cristo, que surgiram subsequente na Igreja?
25. Qual foi a data e intuito do Credo do Concílio de Éfeso?
26. Qual foi a data e intuito do Credo do Concílio de Calcedônia?
27. Qual foi a origem do Credo falsamente atribuída ao grande Atanásio?
28. Leia aquela porção dele que se relaciona à pessoa de Cristo.
29. Quais são os padrões doutrinários da Igreja de Roma?
30. Qual é o caráter da teologia que eles ensinam?
31. Quando, por que e em que divisões a Igreja da Idade Média se separou?
32. Que países são abrangidos nos limites da Igreja Grega?
33. Quais são os padrões doutrinários da Igreja Grega?
34. Em que duas grandes divisões as igrejas da Reforma se separaram?
35. Qual é a característica comum das igrejas luteranas?
36. Qual é a característica comum das igrejas reformadas?
37. Quais igrejas pertencem à família luterana?
38. Qual é o nome, data e origem de seu padrão de fé principal e universalmente aceito?
39. Quais são seus outros livros simbólicos?
40. Qual é a origem, propósito e caráter da Fórmula de Concórdia, e de que apreço ela desfruta?
41. Quais igrejas são abrangidas na família reformada ou calvinista?

42. Que relato é aqui apresentado na Segunda Confissão Helvética?
43. Que relato é aqui apresentado do Catecismo Heidelberg?
44. De quais igrejas é ele o padrão confiável?
45. O que se diz aqui dos Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra?
46. Por quem, onde, quando e com que propósito o Sínodo de Dort foi reunido?
47. De que partes ele se compôs?
48. Em que apreço seus “cânones” têm desfruto, e de quais igrejas são eles o padrão?
49. De quais igrejas a Confissão e os Catecismos Westminster são o padrão de fé?
50. Até que ponto foram eles adotados pelos congregacionais da Inglaterra?
51. Em que ocasiões e a que extensão foram adotados pelos congregacionais da Nova Inglaterra?

CAPÍTULO DOIS

ALGUNS RELATOS SOBRE A ORIGEM DA CONFISSÃO E CATECISMOS WESTMINSTER

A maioria das confissões das igrejas reformadas e luteranas foi composta por autores individuais, ou por um pequeno grupo de teólogos a quem coube a tarefa de delinear um padrão de doutrina. E assim, Lutero e Melancthon foram os principais autores da Confissão Augsburg, o padrão de fé e laço comum de união das igrejas luteranas. A Segunda Confissão Helvética foi composta por Bullinger, a quem a obra foi confiada por um grupo de teólogos suíços; e o celebrado Catecismo Heidelberg foi composto por Ursino e Oleviano, os quais foram designados para isso por Frederico III, Príncipe Coroado do Palatinado. A Antiga Confissão Escocesa, que foi o padrão da Igreja Presbiteriana da Escócia por quase um século antes da adoção da Confissão Westminster, foi composta por um comitê de seis teólogos, sob cuja liderança estava John Knox, designado pelo Parlamento Escocês. Os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra e da Igreja Episcopal da América foram preparados pelos bispos daquela Igreja em 1562, como resultado da revisão de “Os Quarenta e Dois Artigos de Eduardo VI”, os quais foram delineados pelo Arcebispo Crammer e o Bispo Ridley, em 1551.

Os Cânones do Sínodo de Dort, de grande autoridade entre todas as igrejas reformadas, e o Padrão da Igreja da Holanda, foram, de um lado, delineados por um grande Sínodo internacional reunido em Dort pelos Estados Gerais dos Países Baixos, e composto

de representantes de todas as igrejas reformadas, com exceção da França. E a Confissão de Fé e os Catecismos de nossa Igreja foram compostos por uma grande e ilustre assembléia nacional de teólogos e civis reunidos em Westminster, Inglaterra, pelo Grande Parlamento, de 1 de julho de 1643 a 22 de fevereiro de 1648. Um relato bastante breve da mesma é o propósito deste capítulo.

A Reforma na Escócia havia recebido seu primeiro impulso desde a volta do ilustre Patrick Hamilton, em 1527, do Continente, onde desfrutara das instruções de Lutero e Melancthon. Ela não foi em qualquer grau uma revolução política, nem se originou das classes governantes. Foi puramente uma revolução religiosa, operada entre as massas populares e a corporação da própria Igreja, sob a direção, em diferentes tempos, de diversos líderes eminentíssimos, dos quais os principais foram John Knox e Andrew Melville. “A Igreja da Escócia arquitetou sua Confissão de Fé e seu Primeiro Livro de Disciplina, e em sua primeira Assembléia Geral elaborou seu próprio governo, sete anos antes de receber a sanção da Legislatura. Sua primeira Assembléia Geral foi reunida em 1560, quando o primeiro Ato do Parlamento, reconhecendo-a como Igreja Nacional, se deu em 1567.”* Ela continuou a manter num grau equilibrado sua independência da ordem civil e sua integridade como uma Igreja Presbiteriana até depois que o Rei Tiago assumiu o trono da Inglaterra. Após isso, através da influência inglesa e o crescente poder do trono, a independência da Igreja da Escócia foi amiúde temporariamente destruída. Em resistência a essa invasão de suas liberdades religiosas, os amigos da liberdade e da religião reformada entre a nobreza, o clero e o povo escocês subscreveram o sempre memorável Pacto Nacional, em Edinburgh, em 28 de fevereiro de 1638, bem como a Liga e Pacto Solenes entre os reinos da Inglaterra e Escócia, em 1643. “Esta Liga e Pacto Solenes (subscrita pela Assembléia Geral escocesa, o Parlamento inglês e a Assembléia de Westminster) obrigou os reinos unidos a promove-

* *Hetherington's History of the Westminster Assembly*, p. 88.

rem a preservação da religião reformada na Igreja da Escócia, em doutrina, culto, disciplina e governo, bem como a reforma da religião nos reinos da Inglaterra e Irlanda, segundo a Palavra de Deus e o exemplo das melhores igrejas reformadas.”* Foi em apoio do mesmo desígnio de assegurar em ambos os reinos a liberdade religiosa, uma reforma mais perfeita e uniformidade eclesiástica, que o povo escocês deu a eficaz corroboração de sua simpatia ao Parlamento Inglês em sua luta contra Carlos I, e para que a Igreja escocesa enviasse seus mais eminentes filhos como delegados à Assembléia em Westminster.

A Reforma na Inglaterra apresenta duas fases distintas – a de uma genuína obra da graça e a de uma revolução política e eclesiástica. No primeiro caráter, ela foi introduzida pela publicação da Palavra de Deus – o Novo Testamento Grego de Erasmo, publicado em Oxford, em 1517; e a tradução inglesa da Bíblia por Tyndale, a qual foi enviada de Worms para a Inglaterra em 1526. Pelo uso da Bíblia inglesa, juntamente com os trabalhos de muitos homens verdadeiramente piedosos, tanto entre o clero quanto entre os leigos, uma revolução totalmente popular se operou na religião da nação, e seu coração tornou-se permanentemente protestante. Os reais reformadores da Inglaterra, tais como Crammer, Ridley, Hooper, Latimer e Jewell, eram genuinamente evangélicos e totalmente calvinistas, em plena sintonia e constante correspondência com os grandes teólogos e pregadores da Suíça e Alemanha. Isso é ilustrado em seus escritos – nos Quarentas e Dois Artigos de Eduardo VI, 1551; os presentes artigos doutrinários da Igreja da Inglaterra, apresentados em 1562; e ainda nos Artigos de Lambeth, elaborados pelo Arcebispo Whitgift, cerca de 1595.

Ainda que essa obra de genuína reforma fosse em primeira instância materialmente acrescida pela revolução político-eclesiástica introduzida por Henrique VIII, e confirmada por sua filha Rainha Elizabete, foi, não obstante, grandemente impedida e prematura-

* *Hetherington's History of the Church of Scotland*, p. 187.

mente controlada por ela. O “Ato de Supremacia”, o qual fez do soberano a cabeça terrena da Igreja, e sujeitou todas as questões doutrinárias, a ordem da Igreja e a disciplina, ao seu controle absoluto, possibilitou Elizabete de manipular as mudanças constitucionais na Igreja estabelecidas pelo processo de reforma naquele preciso ponto que foi determinado por seus pendores mundanos e sua ambição de poder. Uma hierarquia aristocrática, naturalmente mancomunada com a Corte, tornou-se um instrumento fácil da Coroa na repressão tanto da liberdade religiosa quanto da liberdade civil do povo. Gradualmente a luta entre o partido chamado Puritano e o partido repressivo da Corte tornou-se mais intensa e mais amarga durante todo o período dos reinados de Tiago I e Carlos I. Um novo elemento de conflito foi introduzido no fato de que o despótico partido da Corte naturalmente abandonou o calvinismo dos fundadores da Igreja e adotou aquele arminianismo que tem sempre prevalecido entre os parasitas do poder arbitrário e os devotos de uma religião igrejeira e sacramentalista.

A negação de toda reforma e a inexorável execução do “Ato de Uniformidade”, reprimindo todo dissentimento, enquanto que roubava ao povo todo traço de liberdade religiosa, necessariamente chegou a uma extensão tal da prerrogativa real, e a uma constante afluência de medidas arbitrárias e atos de violência, que a liberdade civil do indivíduo foi igualmente tripudiada. Por fim, depois de um intervalo de onze anos de tentativas de governar a nação através do Star Chamber e da Corte da Alta Comissão, e de ter prorrogado o refratário Parlamento que se reuniu na primavera daquele ano, o Rei foi forçado a apelar novamente ao país, que fez subir, em novembro de 1640, aquela eminente associação subsequente conhecida como o Grande Parlamento. Em maio do ano seguinte, essa associação tornou-se praticamente independente dos caprichos do Rei, sancionou um Decreto providenciando que ele só fosse dissolvido com seu próprio consentimento; e ao mesmo tempo todos os membros de ambas as Causas, com exceção de dois dos Peers, assinaram um acordo obrigando-os a perseverar na defesa de sua liberdade e da religião protestante. No mesmo ano, o Parla-

mento aboliu a Corte da Alta Comissão e a Star Chamber; e em novembro de 1642 foi ordenado que depois de 5 de novembro de 1643 o ofício de arcebispo e de bispo, bem como toda a estrutura do governo do prelado fossem abolidos.

Em 12 de junho de 1643, o Parlamento sancionou um Decreto intitulado “Convocação dos Lords e Comuns do Parlamento para a Convocação de uma Assembléia de Teólogos e outros com vistas a serem consultados pelo Parlamento para o estabelecimento do Governo e Liturgia da Igreja da Inglaterra e purificação da Doutrina da dita Igreja das falsas aspersões e interpretações”. Visto que o governo preexistente da Igreja por meio de bispos havia cessado de existir, e no entanto a Igreja de Cristo na Inglaterra permanecia, a única autoridade universalmente reconhecida que pudesse reunir os representantes da Igreja em Assembléia Geral era a Legislatura Nacional. As pessoas destinadas a constituir essa Assembléia eram citadas na convocação, e compreendiam a flor da Igreja daquela época; subsequenteemente, cerca de vinte e um clérigos foram adicionados para substituírem a ausência de outros. A lista original incluía os nomes de dez Lords e vinte membros da Câmara dos Comuns como membros leigos, e cento e vinte e um teólogos. Homens de todos os matizes de opinião quanto ao governo da Igreja foram incluídos nessa preclara companhia – episcopais, presbiterianos, independentes e erastianos. “Na convocação original, quatro bispos foram chamados, um dos quais realmente atendeu no primeiro dia e outro justificou sua ausência sob a alegação de cumprimento de um dever; dos outros convocados, cinco tornaram-se bispos mais tarde, e cerca de vinte e cinco declinaram atendimento, em parte porque ela não era uma convocação regular efetuada pelo Rei, e em parte porque a Liga e o Pacto Solenes eram expressamente condenados por sua majestade.”* A Assembléia Geral Escocesa também enviou como delegados, a Westminster, os melhores e mais preclaros homens que possuía —

* *Hetherington's History of the Westminster Assembly*, p. 79

ministros: Alexander Henderson, o autor do Pacto, George Gillespie, Samuel Rutherford e Robert Baillie; e presbíteros: Lord John Maitland e Sir Archibald Johnston.

Apenas sessenta compareceram no primeiro dia, e a média de comparecimento durante as prolongadas sessões da Assembléia variava entre sessenta e oitenta. Desses, a vasta maioria era presbiteriana, depois que os episcopais se negaram subseqüentemente de assinar a Liga e o Pacto Solene. A vasta maioria dos clérigos puritanos, segundo o exemplo de todas as igrejas reformadas do Continente, se inclinava para o presbiterianismo; e em muitos lugares, especialmente na cidade de Londres e sua circunvizinhança, instalaram-se presbitérios.

Apenas cinco independentes proeminentes se fizeram presentes na Assembléia, encabeçados pelo Dr. Thomas Goodwin e pelo Rev. Philip Nye. Esses foram chamados, à luz da atitude de oposição à maioria que os preocupava, “Os Cinco Irmãos Dissidentes”. A despeito da minoria de seu número, possuíam considerável influência em estorvar e finalmente frustrar a Assembléia em sua obra de construção eclesiástica nacional; e sua influência era devida ao apoio que recebiam dos políticos fora da Assembléia, no Grande Parlamento, no exército e, acima de tudo, do grande Cromwell pessoalmente.

Os erastianos, que sustentavam a tese de que os pastores cristãos são simplesmente mestres, e não governantes na Igreja, e que todo poder, tanto eclesiástico quanto civil, repousa exclusivamente no magistrado civil, eram representados na Assembléia por apenas dois ministros – Thomas Coleman e John Lightfoot, assistidos ativamente pelo erudito leigo, John Selden. Sua influência era devida ao fato de que o Parlamento lhes era simpático – e, naturalmente, todos os políticos mundanos.

O presidente, ou moderador, designado pelo Parlamento, foi o Dr. Twisse; e depois de sua morte foi sucedido pelo Mr. Herle. Em primeiro de julho de 1643 a Assembléia, após ouvir um sermão proferido pelo presidente, na Abadia de Westminster, foi organiza-

da na Sétima Capela de Henrique. Depois que o frio aumentou, passaram a reunir-se na “Jerusalem Chamber”, “um agradável aposento na Abadia de Westminster”. Ao ser toda a Assembléia dividida em três comissões iguais, para o bom andamento dos assuntos, passaram a fazer o que estava na primeira pauta a eles determinado pelo Parlamento, ou seja, a revisão dos Trinta e Nove Artigos, o Credo já existente da Igreja da Inglaterra. Mas em 12 de outubro, logo depois de assinar a Liga e Pacto Solenes, o Parlamento ordenou à Assembléia “que considerasse entre eles aquela disciplina e governo que fossem mais condizentes com a santa Palavra de Deus”. Conseqüentemente, passaram imediatamente à preparação de um Diretório de Governo, Culto e Disciplina. Sendo prejudicados por constantes controvérsias com as facções independentes e erastianas, não completaram essa parte de seu trabalho até próximo ao final de 1644. Então começaram a preparar a composição de uma Confissão de Fé; sendo designada uma comissão para preparar e organizar as principais proposições que a comporiam. Essa comissão consistiu das seguintes pessoas: Dr. Hoyle, Dr. Gouge e Srs. Herle, Gataker, Tuckney, Reynolds e Vines.

A comissão finalmente se pôs a trabalhar na preparação da Confissão e dos Catecismos, simultaneamente. “Após algum progresso feito na elaboração de ambos, a Assembléia resolveu concluir primeiramente a Confissão, para então construir os Catecismos segundo o modelo daquela.” Apresentaram ao Parlamento, numa forma concluída, a Confissão, em 3 de dezembro de 1646, quando a mesma foi reencaminhada para que a “Assembléia pudesse inserir as notas marginais, a fim de que cada parte dela fosse provada pela Escritura”. Finalmente notificaram que estava concluída, com provas bíblicas satisfatórias de cada proposição individualmente, em 29 de abril de 1647.

O Breve Catecismo foi concluído e entregue ao Parlamento em 5 de novembro de 1647; e o Catecismo Maior, em 14 de abril de 1648. Em 22 de março de 1648 foi feita uma conferência entre as duas Casas com o fim de confrontar suas opiniões acerca da Confissão de Fé, cujo resultado é assim declarado por Rushworth: —

“Neste dia (22 de março), os Comuns, em conferência, apresentaram aos Lords uma Confissão de Fé conferida por eles, com algumas alterações (especialmente no que tange a questões de disciplina), a saber: Que se acha concorde com seus lords, e portanto com a Assembléia, na parte doutrinal, e desejam que a mesma seja publicada para que este reino, bem como todas as igrejas reformadas da Cristandade, não vejam o Parlamento da Inglaterra diferir em doutrina.”*

A Confissão de Fé, o Diretório do Culto Público e os Catecismos, Maior e Breve, foram todos ratificados pela Assembléia Geral Escocesa, assim que as várias partes da obra foram concluídas em Westminster.

Em 13 de outubro de 1647, o Grande Parlamento estabeleceu a Igreja Presbiteriana na Inglaterra em fase experimental, “até ao final da sessão seguinte do Parlamento, a qual deveria ser um ano depois dessa data”. Mas antes dessa data o Parlamento tornou-se subserviente ao poder do exército sob Cromwell. Os presbitérios e sínodos foram logo substituídos por seu “Committee of Triers”, quando os ministros presbiterianos foram destituídos em massa por Carlos II, em 1662.

Depois de concluídos os Catecismos, muitos dos membros se dispersaram totalmente e voltaram para seus lares. “Os que permaneceram em Londres ficaram principalmente envolvidos no exame de ministros quando se apresentavam para ordenação ou indução a cargos vacantes. Continuaram a manter sua existência formal até 22 de fevereiro de 1649, cerca de três semanas depois que o Rei foi decapitado, tendo se reunido cinco anos, seis meses e vinte e dois dias, tempo este em que mantiveram mil cento e sessenta e três sessões. Transformaram-se, pois, numa comissão para conduzir as provas e exames de ministros, e continuaram a reunir-se com esse propósito toda quinta-feira de manhã, até 25 de março de 1652, quando Oliver Cromwell, tendo à força dissolvido o Grande Parla-

* *Hetherington's History of the Westminster Assembly*, p. 245

mento, por cuja autoridade a Assembléia fora convocada, aquela comissão foi também interrompida e desmembrada sem qualquer dissolução formal e como uma questão de necessidade.”

A Confissão de Fé e os Catecismos, Maior e Breve, da Assembléia Westminster foram adotados pelo Sínodo original na América do Norte, em 1729 A.D., como a “Confissão de Fé desta Igreja”; e tem sido recebida como o padrão de fé por todos os ramos da Igreja Presbiteriana na Escócia, Inglaterra, Irlanda e América; e é altamente reverenciada e seus Catecismos usados como meios de instrução pública por todas as entidades congregacionais de rebanhos puritanos no mundo inteiro.

Embora a Assembléia Westminster resolutamente excluísse de sua Confissão tudo quanto reconhecia ser erro de sabor erastiano, contudo suas opiniões quanto ao estabelecimento de igrejas levaram a conceitos acerca dos poderes dos magistrados civis, no tocante às coisas religiosas (*circa sacra*), os quais sempre foram rejeitados na América. Daí, no “Ato de Adoção” original, o Sínodo declarou que não receberia as passagens relativas a esse ponto na Confissão “em qualquer sentido em que se supõe que o magistrado civil tenha algum poder controlador sobre os sínodos com respeito ao exercício de sua autoridade ministerial; ou poder de perseguir alguém em razão de sua religião, ou em qualquer sentido contrário à sucessão protestante ao trono da Grã Bretanha”.

E também, quando o Sínodo revisou e emendou seus padrões, em 1787, em preparação para a organização da Assembléia Geral, em 1789, ela “levou em consideração o último parágrafo do capítulo 20 da Confissão de Fé Westminster; o terceiro parágrafo do capítulo 23; e o segundo parágrafo do capítulo 31; e havendo algumas alterações, concorda que os ditos parágrafos como ora alterados sejam impressos para consideração”. Como assim alterada e emendada, esta Confissão e estes Catecismos foram adotados como parte doutrinal da Constituição da Igreja Presbiteriana da América, em 1788, e assim permanecem até ao presente dia.

Os artigos originais da Confissão Westminster, quanto ao magistrado civil, com as alterações na Confissão da Igreja americana, são como seguem: — *

CONFISSÃO WESTMINSTER

Cap. xx. § 4, diz-se de certos ofensores: “Que sejam processados pelas censuras da Igreja e pelo poder do magistrado civil.”

Cap. xxiii. § 3: “O magistrado civil não pode assumir, por si mesmo, a administração da Palavra e dos sacramentos, tampouco o poder das chaves do reino do céu; não obstante tem autoridade, e é seu dever, de ordenar, para que a unidade e a paz sejam preservadas na Igreja, para que a verdade de Deus seja conservada pura e íntegra, para que todos os blasfemos e hereges sejam suprimidos, todas as corrupções e abusos no culto e disciplina sejam refreados e reformados e todas as ordenanças de Deus devidamente estabelecidas, administradas e observadas. E para efetuá-lo mais eficazmente, ele tem poder de convocar sínodos, estar presente neles e de providenciar para que tudo seja efetuado neles de acordo com a mente de Deus.”

Cap. xxxi. § 1: “Para o melhor governo e maior edificação da Igreja, deve haver assembléias tais como as que são comumente chamadas Sínodos ou Concílios.” — § 2: “Os magistrados podem licitamente convocar um sínodo de ministros e de outras pessoas aptas, para consultar e aconselhar acerca de matérias de religião; portanto, se os magistrados forem inimigos públicos da Igreja, os ministros de Cristo, de si mesmos, por virtude de seu ofício, ou eles com outras pessoas aptas em delegação de suas igrejas, podem reunir-se em tais assembléias.”

CONFISSÃO AMERICANA

Cap. xx. § 4: “Podem legalmente ser convocados a prestar contas e processados pelas censuras da Igreja.”

* Ver Apêndice nº III

Cap. xxiii. § 3: “O magistrado civil não pode assumir, por si mesmo, a administração da Palavra e dos sacramentos, nem o poder das chaves do reino do céu, nem de forma alguma interferir em questões de fé. Contudo, como pais protetores, é o dever dos magistrados civis proteger a Igreja de nosso comum Senhor, sem dar preferência a alguma denominação cristã acima de outras; de tal maneira que todas as pessoas sejam plenamente livres e desfrutem de inquestionável liberdade de, em toda parte, exercer suas funções sacras, sem violência ou risco. E, como Jesus Cristo designou um governo e disciplina em sua Igreja, nenhuma lei de qualquer comunidade deve interferir nela, impedir ou obstruir o devido exercício entre os membros voluntários de *qualquer* denominação de cristãos, segundo sua própria profissão e crença. É o dever dos magistrados civis protegerem a pessoa e o bom nome de todo o seu povo, de uma maneira tão eficaz que nenhuma pessoa sofra, quer por pretensão de religião, quer por infidelidade, alguma indignidade, violência, abuso, ou injúria de alguma outra pessoa; e ordenar que todas as assembléias religiosas e eclesiásticas sejam protegidas sem molestação ou distúrbio.”

Cap. xxxi. § 1: “Para o melhor governo e maior edificação da Igreja, deve haver assembléias tais como são comumente chamadas Sínodos ou Concílios; e pertence aos supervisores e outros líderes das igrejas particulares, por virtude de seu ofício e o poder que Cristo lhes delegou para a edificação, e não para destruição, instalar tais assembléias e para reunirem-se nelas quando julgarem conveniente, visando ao bem da Igreja.”

QUESTIONÁRIO

1. Como se compunha a maioria das Confissões das igrejas luteranas e reformadas?
2. O que é peculiar no caso dos Cânones do Sínodo de Dort e da Confissão e Catecismos Westminster?
3. Apresente o caráter geral da Reforma na Escócia.
4. Qual foi o caráter e propósito da Liga e Pacto Solenes, e por quais partes foi ela acordada?

5. Qual foi o caráter geral da Reforma na Inglaterra?
6. Qual foi a principal instrumentalidade pela qual a obra foi efetuada?
7. Qual foi o caráter da teologia, e qual a direção das afinidades dos reformadores ingleses primitivos?
8. Qual foi o caráter da influência exercida na Reforma inglesa por seus primeiros soberanos protestantes?
9. Que provaram ser os efeitos civis da tentativa por parte da Coroa de reprimir a liberdade religiosa?
10. Apresente alguns dos primeiros Decretos do Grande Parlamento.
11. Quando e com que propósito foi a Assembléia dos teólogos convocada em Westminster?
12. Qual foi o número e qual era o caráter das pessoas que compuseram aquela Assembléia?
13. Quais foram os representantes da Igreja da Escócia?
14. Em que três partes principais foram os membros dessa Assembléia divididos? E a que parte pertencia a vasta maioria da Assembléia?
15. Como foi a Assembléia organizada?
16. Qual foi o primeiro trabalho realizado pela Assembléia?
17. Quando e como procederam a arquitetar a Confissão de Fé?
18. Quando e como procederam a arquitetar os Catecismos?
19. Qual foi a ação do Grande Parlamento no tocante à obra da Assembléia?
20. E qual a ação da Assembléia Geral Escocesa quanto à mesma?
21. Qual foi o destino final do Estabelecimento Presbiteriano na Inglaterra?
22. De quais igrejas é a Confissão Westminster o padrão constitucional de doutrina?
23. Quando e com que exceções foi essa Confissão adotada pela Igreja Presbiteriana na América?
24. Quando, por que e em que seções foi ela emendada?

A CONFISSÃO DE FÉ

CAPÍTULO I

DA SAGRADA ESCRITURA

Seção I – Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, de tal modo que os homens ficam injustificados,¹ contudo não são suficientes para transmitir aquele conhecimento de Deus e de sua vontade, necessário à salvação;² portanto aprouve ao Senhor, em diversos tempos e diferentes formas, revelar-se à sua Igreja e declarar aquela sua vontade.³ E depois, para melhor preservar e propagar a verdade, e para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, entregou a mesma para que fosse plenamente escrita.⁴ Isso torna a Sagrada Escritura totalmente indispensável,⁵ tendo então cessado aquelas antigas formas de Deus revelar sua vontade a seu povo.⁶

¹ Rm 2.14,15; 1.19,20; Sl 19.1-3; Rm 1.32; 2.1. ² 1 Co 1.21; 2.13,14. ³ Hb 1.1.

⁴ Pv 22.19-21; Lc 1.3,4; Rm 15.4; Mt 4.4,7,10; Is 8.19,20. ⁵ 2 Tm 3.15; 2 Pe 1.19. ⁶ Hb 1.1,2.

EXPOSIÇÃO

Esta seção afirma as seguintes proposições: –

1. Que a luz da natureza e as obras da criação e da providência são suficientes para fazer conhecido o fato da existência de Deus, bem como certa medida de sua natureza e caráter, de modo a deixar a desobediência humana sem justificativa.

2. Que, não obstante, o volume e o tipo de conhecimento que se pode assim alcançar não é suficiente para levar alguém a ter certeza da salvação.

3. Que, conseqüentemente, aprouve a Deus, por sua soberana graça, de várias formas e diferentes épocas, fazer de si mesmo e de seu propósito uma revelação supranatural a uma porção escolhida da família humana.

4. E que, subseqüentemente, aprouve a Deus fazer que essa revelação fosse escrita e ser exclusivamente confinada nas Sagradas Escrituras.

1. A luz da natureza e as obras da criação e da providência são suficientes para fazer conhecido o fato da existência de Deus, bem como certa medida de sua natureza e caráter, de modo a deixar a desobediência humana sem justificativa.

Três opiniões falsas, genericamente distintas, têm sido desenvolvidas com respeito à capacidade humana, em suas atuais circunstâncias, de alcançar algum conhecimento positivo do ser e do caráter de Deus.

1.1. Há a presunção de todos os racionalistas extremados que negam a existência de alguma sorte de mundo além do natural descobrível pelos nossos sentidos; especialmente os daquela escola de Filosofia Positiva inaugurada por Augusto Comte, na França, e representada por John Stuart Mill e Herbert Spencer, na Inglaterra, os quais afirmam que todo conhecimento humano possível se limita aos fatos de nossa experiência e às leis uniformes que regulam a sucessão desses fatos; que não é possível à mente humana, em seu presente estado, ir além da simples ordem da natureza para o conhecimento de uma Causa Primeira absoluta ou de uma Mente Suprema designadora e organizadora, mesmo que ela realmente existisse; se Deus existe ou não, como matéria de fato ele não se revela; e como matéria de princípio, não poderia, mesmo que ele se revelasse, ser reconhecido pelo homem no atual estado de suas faculdades.

Tal pressuposto é refutado —

a. Pelo fato de que os homens de todas as nações, épocas e graus de cultura têm discernido as evidências da presença de Deus nas obras da natureza e da providência, bem como nas operações interiores de suas próprias almas. Isso tem sido verdadeiro, não só de indivíduos, comunidades ou gerações não iluminadas pela ciência, mas preeminentemente de alguns dos mais eminentes mestres da ciência positiva na moderna era científica, tais como Sir Isaac Newton, Sir David Brewster, Dr. Faraday e outros.

b. Pelo fato de que as obras da natureza e da providência estão permeadas pelos manifestos traços de designo, e os quais podem ser cientificamente explicados; e, como matéria de fato, são explicados por esses mesmos cétricos, só pelo reconhecimento e acurado delineamento da evidente ‘intenção’ que cada uma dessas obras é adaptada para auxiliar em suas relações mútuas.

c. O mesmo é refutado à luz do fato de que a consciência, que é um elemento da natureza humana, universal e indestrutível, necessariamente implica nossa responsabilidade para com um Governante moral e pessoal; e como matéria de fato tem uniformemente guiado os homens a um reconhecimento de sua existência e de sua relação com ele.

1.2. Uma opinião extremada sobre este tema foi mantida por alguns cristãos, no sentido em que nenhum genuíno e definido conhecimento de Deus se pode derivar pelo homem, em sua atual condição, à luz da natureza, na total ausência de uma revelação supernatural; que somos totalmente dependentes de uma tal revelação para algum conhecimento definitivo de que Deus existe, bem como de todo conhecimento de sua natureza e de seus propósitos.

Esta opinião é refutada —

a. Pelo testemunho direto da Escritura: Rm 1.20-24; 2.14,15.

b. Pelo fato de que muitos argumentos conclusivos em favor da existência de uma grande Causa Primeira, a qual, ao mesmo tem-

po, é um Espírito pessoal e inteligente e um Governante moral e justo, tem sido delineada por uma indução estrita dos fatos exclusivamente da natureza que jazem abertos ao entendimento natural. O fato de que este argumento permanece sem resposta revela que o processo pelo qual as conclusões são extraídas puramente das fontes naturais é legítimo.

c. Todas as nações, por mais destituídas de uma revelação supernatural sejam elas, têm, não obstante, algum conhecimento de Deus. E no caso dos pagãos mais iluminados, a religião natural tem gerado uma considerável teologia natural. Devemos, contudo, fazer distinção entre aquele conhecimento do caráter divino que pode ser deduzido pelos homens das obras da natureza e da providência, no exercício exclusivamente de suas faculdades naturais, sem quaisquer sugestões ou assistência derivada de uma revelação supernatural – como se acha ilustrado nos escritos teológicos dos pagãos mais eminentes que viveram antes de Cristo – e aquele conhecimento que os homens desta época, sob a clara luz de uma revelação supernatural, é suficiente para deduzir de um estudo da natureza. A teologia natural dos racionalistas modernos demonstravelmente deve todas as suas excelências especiais àquela revelação cristã que se pretende anular.

1.3. A terceira opinião errônea que tem sido elaborada sobre este tema é a dos deístas e dos racionalistas teístas, a saber: que a luz da natureza, quando legitimamente empregada, é perfeitamente suficiente, por si só, de guiar os homens a todo conhecimento necessário do ser, natureza e propósito de Deus. Alguns racionalistas alemães, enquanto admitem que certa revelação supernatural tem sido apresentada nas Escrituras cristãs, não obstante insistem em que sua única função é ilustrar e reforçar as verdades já apresentadas através da luz da natureza, as quais são suficientes em si mesmas, e necessitam de reforço só porque são ordinariamente, não propriamente, assistidas pelos homens. Em oposição a isso, porém, a Confissão ensina:

2. Que o volume de conhecimento atingível pela luz da natureza não é suficiente para capacitar alguém a assegurar sua salvação.

Pode provar-se que isso é verdadeiro —

2.1. À luz da Escritura: 1 Co 1.21; 2.13,14.

2.2. À luz do fato de que as relações morais do homem com Deus foram perturbadas pelo pecado; e embora a luz natural da razão ensine a um ser não caído como espontaneamente aproximar-se de Deus e servi-lo; e embora ela ensine a um ser caído o que a natureza de Deus pode exigir quanto à condenação do pecado, ela nada pode ensinar, à guisa de antecipação, quanto ao que Deus esteja disposto a fazer no método de remissão, substituição, santificação, restauração etc.

2.3. À luz dos fatos apresentados na antiga história de todas as nações destituídas da luz da revelação, tanto antes quanto a partir de Cristo. As verdades que têm sustentado têm sido incompletas e misturadas com o erro fundamental; sua fé não contém certeza; seus ritos religiosos têm sido degradantes e suas vidas, imorais. A única exceção aparente a esses fatos encontra-se no caso de alguns racionalistas em territórios cristãos; e a excepcional superioridade de seu credo se deve a influências secundárias desse sistema de religião supernatural que eles negam, mas cujo poder não podem excluir.

Daí, nesta seção a Confissão ensina o seguinte:

3. Que, conseqüentemente, aprove a Deus, em sua graça soberana, em diversos tempos e diferentes formas, fazer de si mesmo e de seus propósitos uma revelação supernatural a uma porção escolhida da família humana. E que —

4. Aprove a Deus, subseqüentemente, entregar essa revelação para ser escrita, a qual se encontra agora, exclusivamente, circumsrita nas Sagrada Escritura.

À luz do acima exposto, visto que a luz da natureza é insuficiente para capacitar os homens a atingirem tal conhecimento

de Deus e de sua vontade, necessário para se alcançar a salvação, segue-se —

4.1. Que uma revelação supernatural se faz absolutamente necessária ao homem; e

4.2. À luz do que a religião natural sozinha nos ensina do caráter de Deus, segue-se que a doação de tal revelação é no mais elevado grau antecedentemente provável por sua parte. O homem é essencialmente um agente moral e necessita de uma norma de dever claramente revelada; e um ser religioso, carente de comunhão com Deus. Em seu estado natural, ambas são insatisfeitas. Deus, porém, é o autor da natureza humana. Sua inteligência nos leva a crer que ele completará todas as suas obras e coroará uma natureza religiosa com o dom de uma religião praticamente adequada às suas carências. A benevolência divina nos leva a antecipar o fato de que ele não deixará suas criaturas em confusão e ruína pela carência de luz quanto à sua condição e deveres. E sua justiça ocasiona a pressuposição de que ele, em algum tempo, falará em tons definitivos e autoritativos à consciência de seus súditos.

4.3. Como matéria de fato, Deus fez tal revelação. Aliás, em certo período da história ele se manteve sem testemunha. Suas comunicações ao gênero humano, ao longo dos primeiros três milênios, foram feitas de “diversas maneiras” — por meio de teofanias e de vozes audíveis, sonhos, visões, o urim e tumim e a inspiração profética; e os resultados dessas comunicações se difundiram e se perpetuaram por meio de tradição.

O fato de que tal revelação se efetuou e que a temos nas Escrituras cristãs é plenamente substanciado por esse volume de provas intituladas as “Evidências do Cristianismo”. As principais seções dessa evidência são as seguintes:

a. O Velho e o Novo Testamentos, sejam ou não a Palavra de Deus, apresentam todas as características de registros históricos genuínos e autênticos.

b. Os milagres registrados nessas Escrituras são estabelecidos como fatos pela abundância de testemunho; e quando admitidos como fatos, demonstram a religião, que eles acompanham, como sendo de Deus.

c. O mesmo é verdade em todos os aspectos com respeito às muitas profecias explícitas já cumpridas, as quais fazem parte do conteúdo das Escrituras.

d. A perfeição sem paralelo do sistema moral que eles ensinam, e a inteligência supernatural que eles revelam na adaptação a todos os caracteres e condições humanos em todas as épocas.

e. A excelência absolutamente perfeita de seu Fundador.

f. Os poderes espirituais do Cristianismo, como demonstrado na experiência religiosa de indivíduos, bem como na mais ampla influência que exercem sobre comunidades e nações em sucessivas gerações.

Para as perguntas concernentes às Sagradas Escrituras, como contendo a totalidade dessa revelação agora apresentada por Deus à raça humana, veja-se abaixo.

Seção II – Sob o nome de Sagrada Escritura, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e Novo Testamentos, todos dados por inspiração divina para serem a regra de fé e prática,⁷ os quais são: —

⁷Lc 16.29,31; Ef 2.20; Ap 22.18,19; 2 Tm 3.16.

Velho Testamento

Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1 Samuel, 2 Samuel, 1 Reis, 2 Reis, 1 Crônicas, 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cânticos de Salomão, Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias.

Novo Testamento

Mateus, Marcos, Lucas, João, Atos dos Apóstolos, Romanos, 1 Coríntios, 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 Tessalonicenses, 2 Tessalonicenses, 1 Timóteo, 2 Timóteo, Tito, Filemom, Hebreus, Tiago, 1 Pedro, 2 Pedro, 1 João, 2 João, 3 João, Judas, Apocalipse.

Seção III. – Os livros comumente chamados apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; e, portanto, não são de nenhuma autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados nem utilizados senão como escritos humanos.⁸

⁸ Lc 24.27,44; Rm 3.2; 2 Pe 1.21.

EXPOSIÇÃO

Estas seções afirmam as seguintes proposições: —

1. Que o cânon completo da Escritura abrange as duas grandes divisões do Velho e Novo Testamentos, todos os livros específicos aqui nomeados.

2. Que os livros comumente chamados apócrifos não fazem parte desse cânon, e não devem ser considerados de mais autoridade que os escritos humanos.

3. Que todos os livros canônicos foram divinamente inspirados, e portanto nos foram dados como regra autoritativa de fé e prática.

1. O cânon completo da Escritura abrange as duas grandes divisões do Velho e Novo Testamentos, todos os livros específicos aqui nomeados.

O Velho Testamento é a coleção de escritos inspirados dados por Deus à sua Igreja durante a Antiga Dispensação do Pacto da Graça; e o Novo Testamento é a coleção desses escritos inspirados que Deus deu durante a Nova Dispensação desse mesmo Pacto.

Determinamos quais livros assumem um lugar nesse cânon ou regra divina através de um exame das evidências que revelam que cada um deles, estritamente falando, foi escrito pelo profeta ou pelo apóstolo inspirado, cujo título o mesmo leva; ou, como no caso dos evangelhos de Lucas e Marcos, escritos sob a superintendência e publicados sob a autoridade de um apóstolo. No caso das Sagradas Escrituras, essa evidência consiste do mesmo gênero de prova histórica e crítica como é considerada por todos os literatos para estabelecer a genuinidade e autenticidade de quaisquer outros escritos antigos, tais como a *Odes* de Horácio ou as obras de Heródoto. Em geral, esta evidência é (a) Interna, tal como linguagem, estilo e o caráter da matéria que contêm; (b) Externa, tal como o testemunho de escritores contemporâneos, o consenso universal de leitores contemporâneos e a corroboração da história extraída de fontes independentes e confiáveis.

A genuinidade dos livros que constituem o cânon do Velho Testamento, como agora recebido por todos os protestantes, é assim estabelecida: —

1.1. Cristo e seus apóstolos endossam como genuíno e autêntico o cânon das Escrituras judaicas, como existiu em seu tempo.

a. Cristo amiúde cita como Palavra de Deus os livros individualmente e as várias divisões abrangidas nas Escrituras judaicas — ou seja, a Lei, os Profetas e os Santos Escritos ou Salmos: Mc 16.49; Lc 24.44; Jo 5.39.

b. Os apóstolos também os citam como sendo a Palavra de Deus: 2 Tm 3.15,16; At 1.16.

c. Cristo amiúde repreende os judeus por sua desobediência, mas nunca por esquecerem ou corromperem suas Escrituras: Mt 22.29.

1.2. O cânon judaico assim endossado por Cristo e seus apóstolos é o mesmo que hoje possuímos.

a. Os escritores do Novo Testamento citam como Escritura quase cada um dos livros que reconhecemos, e nenhum outro.

b. A Septuaginta, ou tradução grega das Escrituras hebraicas, feita no Egito em 285 a.C., a qual foi frequentemente citada por Cristo e seus apóstolos, incluiu cada livro contido em nossas cópias.

c. Josefo, nascido em 37 A.D., enumera como Escrituras hebraicas os mesmos livros por sua classificação.

d. O testemunho dos primeiros escritores cristãos concorda invariavelmente com aquele dos judeus antigos quanto a cada livro.

e. Desde o tempo de Cristo, tanto os judeus quanto os cristãos, embora permanecendo partidos rivais e hostis, têm separadamente conservado o mesmo cânon, e concordam perfeitamente quanto à genuinidade e autenticidade de cada livro.

A evidência que estabelece a autoridade canônica dos vários livros do Novo Testamento pode, em termos gerais, ser afirmada como segue:

a. Os primeiros escritores cristãos, em todos os rincões do mundo, concordam em citar como sendo de autoridade apostólica os livros que recebemos, enquanto que citam todos os demais escritos contemporâneos como mera ilustração.

b. Os primeiros Pais da Igreja forneceram um catálogo dos livros recebidos por eles como sendo apostólicos, todos eles concordando perfeitamente quanto à maioria dos livros, e diferem apenas em pequeníssima escala em referência a alguns dos últimos escritos ou pelo menos geralmente em circulação.

c. As traduções mais antigas das Escrituras provam que, na época em que foram feitas, os livros que elas contêm eram reconhecidos como Escritura. A *Peshito*, ou antiga tradução siríaca, concorda quase que totalmente com a nossa; e a *Vulgata*, preparada por Jerônimo em 385 A.D., foi baseada na *Itálica* ou primeira versão latina, e concorda inteiramente com a nossa.

d. A evidência interna corrobora o testemunho externo no caso de todos os livros. Isso consiste da linguagem e idioma em que foram escritos; a harmonia em toda sua essência, em meio a grande

variedade na forma e circunstâncias; a elevada espiritualidade e consistência doutrinal de todos os livros; e seu poder prático sobre as consciências e corações dos homens.

2. Os livros chamados *apócrifos*, porém, não fazem parte do cânon sagrado, e não devem ser considerados de mais autoridade que quaisquer outros escritos humanos.

O termo, *apocrypha* (algo oculto) tem sido aplicado a certos escritos antigos, cuja autoria não é manifesta e para os quais se têm apresentado infundadas reivindicações para sua presença no cânon. Alguns deles têm sido associados ao Velho Testamento e alguns ao Novo. Nesta seção da Confissão, contudo, o título se aplica principalmente às escrituras espúrias, para as quais a Igreja Romana reivindica um lugar no cânon do Velho Testamento. São eles: *Tobias*, *Sabedoria*, *Judite*, *Eclesiástico*, *Baruque* e os dois livros de *Macabeus*. Também antepõem ao livro de Daniel a *História de Susana*; e inserem no terceiro capítulo o *Cântico das Três Crianças*; e acrescentam no final do livro a *História de Bel e o Dragão*.

Que esses livros não têm direito a um lugar no cânon, prova-se pelos seguintes fatos:

2.1. Nunca fizeram parte das Escrituras hebraicas. Sempre foram rejeitados pelos judeus, a quem foi confiada a guarda das Escrituras do Velho Testamento.

2.2. Nenhum deles jamais foi citado por Cristo ou pelos apóstolos.

2.3. Jamais fizeram parte da lista dos livros canônicos feita pelos Pais antigos; e mesmo na Igreja Romana, sua autoridade não foi aceita pelos homens mais eruditos e piedosos, até após a elaboração de um artigo de fé pelo Concílio de Trento, final do século dezesseis.

2.4. A evidência interna apresentada por seu conteúdo refuta suas reivindicações. Nenhum deles justifica qualquer argumento em favor da inspiração; ao contrário, o melhor deles a elimina. Alguns deles consistem de fábulas pueris e inculcam maus costumes.

E esta seção ensina: –

3. Que todas as Escrituras canônicas foram divinamente inspiradas, e, portanto, nos são dadas como regra autoritativa de fé e prática.

Os livros da Escritura foram escritos pela instrumentalidade de homens, e as peculiaridades nacionais e pessoais de seus autores foram evidentemente tão espontaneamente expressas em seus escritos, e suas faculdades naturais, intelectuais e morais, tão livremente exercidas em sua produção, como aqueles dos autores de quaisquer outros escritos. Não obstante, esses livros são, do primeiro ao último, em pensamento e expressão verbal, em substância e forma, plenamente a Palavra de Deus, comunicando com absoluta exatidão e autoridade divina tudo o que Deus quis que comunicassem, sem quaisquer adições ou mesclas humanas. Isto foi efetuado pela influência supernatural do Espírito de Deus, agindo nos espíritos dos escritores sacros, chamada ‘inspiração’; o qual os acompanhou invariavelmente em tudo quanto escreveram; e o qual, sem violar a livre operação de suas faculdades, não obstante os dirigiu em tudo quanto escreveram, e assegurou a infalível expressão dela nas palavras. A natureza desta divina influência, naturalmente, não podemos entender, a não ser que a consideremos pelo mesmo prisma dos demais milagres. Os efeitos, porém, são claros e inequívocos – a saber, que tudo quanto foi escrito sob a influência divina é a própria Palavra de Deus, de infalível verdade e de divina autoridade; e essa infalibilidade e autoridade se referem tanto à expressão verbal na qual a revelação é comunicada quanto à matéria da própria revelação.

O fato de que as Escrituras são assim inspiradas é provado porque elas mesmas o asseveram; e porque devem, ou ser confiáveis como autênticas neste aspecto, ou rejeitadas como falsas em todos os aspectos; e porque Deus autenticou as alegações de seus escritores, acompanhando seu ensino com “sinais e prodígios e por múltiplos milagres” [Hb 2.4]. Sempre que Deus envia seu ‘sinal’, há mandamentos confiáveis; mas é impossível que ele ordenasse

confiança incondicional a não ser que a verdade fosse infalivelmente comunicada.

3.1. Os escritores do Velho Testamento alegaram ser inspirados. Dt 31.19-22; 34.10; Nm 16.29-29; 2 Sm 23.2. Como fato característico, eles falam no nome de Deus, prefaciando suas mensagens com um “assim diz o Senhor”; “A boca do Senhor o disse”. Dt 18.21-22; 1 Rs 21.19; Jr 9.12 etc.

3.2. Os escritores do Novo Testamento introduzem suas citações do Velho Testamento com fórmulas tais como: “O Espírito Santo disse” (Hb 3.7); “Dando a entender o Espírito Santo” (Hb 9.8); “Disse Deus” (At 2.17; 1 Co 9.9-10); “O Senhor disse pela boca de seu servo Davi” (At 4.25); “O Senhor determina outra vez certo dia” (Hb 4.7).

3.3. A inspiração do Velho Testamento é expressamente afirmada no Novo Testamento. Lc 1.70; Hb 1.1; 2 Tm 3.16; 1 Pe 1.10-12; 2 Pe 1.21.

3.4. Cristo e seus apóstolos citam constantemente o Velho Testamento como infalível, como algo que *deve* ser cumprido. Mt 5.18; Jo 10.35; Lc 24.44; Mt 2.15-23 etc.

3.5. A inspiração foi prometida aos apóstolos. Mt 10.19; 28.19-20; Lc 12.12; Jo 13.20; 14.26; 15.26,27; 16.13.

3.6. Alegaram ter o Espírito, no cumprimento da promessa de Cristo (At 2.33; 15.28; 1 Ts 1.5); para falarem como profetas de Deus (1 Co 4.1; 1 Ts 4.8); para falarem com plena autoridade (1 Co 2.13; 2 Co 8.2-4; Gl 1.8-9). Puseram seus escritos em pé de igualdade com as Escrituras do Velho Testamento. 2 Pe 3.16; 1 Ts 5.27.

Seção IV – A autoridade da Sagrada Escritura, pela qual ela deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas única e totalmente de Deus (que é a própria verdade), que é seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus.⁹

Seção V – Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e induzidos a um elevado e reverente apreço pela Sagrada Escritura,¹⁰ e pela sublimidade da matéria, a eficácia da doutrina, a majestade do estilo, a harmonia de todas as partes, o escopo de seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena descoberta que faz do único meio de salvação para o homem, as muitas outras excelências incomparáveis e a plena perfeição são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus; não obstante, nossa plena persuasão e certeza da infalível verdade e divina autoridade provém da obra interna do Espírito Santo que, pela Palavra e com a Palavra, testifica em nossos corações.¹¹

⁹ 2 Pe 1.19-21; 2 Tm 3.16; 1 Jo 5.9; 1 Ts 2.13. ¹⁰ 1 Tm 3.15. ¹¹ 1 Jo 2.20,27; Jo 16.13-14; 1 Co 2.10-12; Is 59.21.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: –

1. Que a autoridade das Escrituras inspiradas não repousa no testemunho da Igreja, e, sim, diretamente em Deus.

Esta proposição se destina a negar a heresia romanista de que a Igreja inspirada é a fonte última de todo o conhecimento divino, e que a Escritura escrita e a tradição eclesiástica igualmente dependem do selo autoritativo da Igreja para sua credibilidade. E assim as Escrituras se convertem em produto do Espírito através da Igreja; enquanto que, na verdade, a Igreja é que é produto do Espírito através da instrumentalidade da Palavra. É verdade que o testemunho da Igreja primitiva quanto à autoria apostólica dos diversos livros é de fundamental importância, assim como um súdito pode testificar quanto à identidade de um herdeiro da coroa; mas a autoridade das Escrituras não procede da Igreja mais do que a autoridade de um rei mediante o testemunho de um súdito que prova o fato de que ele é o herdeiro legítimo.

2. Que as evidências internas da origem divina contidas nas Escrituras e inseparáveis delas por si mesmas são conclusivas.

Esta é uma parte das evidências do Cristianismo consideradas na seção.

2.1. As características internas da origem divina da Bíblia são as seguintes: —

a. O fenômeno que ela apresenta de uma inteligência supernatural: na unidade de desígnio desenvolvida através de toda a sua estrutura, embora seja composta de sessenta e seis livros individuais, escrita por cerca de quarenta diferentes autores, os quais escreveram ao longo de dezesseis séculos; em sua perfeita isenção de todos os erros circunstanciais ao longo das épocas de sua produção, em referência aos fatos ou opiniões de qualquer gênero; no prodigioso conhecimento que ela exhibe da natureza humana sob todas as possíveis relações e condições; na solução original e luminosa que ela oferece de muitos dos mais sombrios problemas da história e destino humanos.

b. A perfeição sem paralelo de seu sistema moral: na sublime visão de Deus que ela apresenta, sua lei e governo morais; em seu elevado, não obstante prático e beneficente, sistema de moralidade, demonstrado e eficientemente imposto; em seu prodigioso poder sobre a consciência humana; e no inigualável alcance e persistência de sua influência sobre as comunidades humanas.

3. Finalmente, que a mais sublime e mais influente fé na verdade e autoridade das Escrituras é uma obra direta do Espírito Santo em nossos corações.

As Escrituras, para o homem não regenerado, são como a luz para o cego. Podem ser sentidas como os raios solares são sentidos pelo cego, mas não podem ser claramente vistas. O Espírito Santo abre os olhos cegos e comunica a devida sensibilidade ao coração enfermo; e assim a confiança emana da evidência da experiência espiritual. Assim que é regenerado, ele começa a experimentar o sabor das Escrituras; e quanto mais ele avança, mais ele prova que são verdadeiras e mais ele descobre sua ilimitada amplidão e plenitude, e sua evidente adaptação destinada a todas as necessidades humanas sob todas as condições possíveis.

Seção VI — Todo o conselho de Deus, concernente a todas as coisas indispensáveis à sua glória, à salvação, fé e vida do ser humano, ou está expressamente registrado na Escritura, ou pode ser lógica e claramente deduzido dela; à qual nada, e em tempo algum, se acrescentará, seja por novas revelações do Espírito, seja por tradições humanas.¹² Não obstante, reconhecemos ser indispensável a iluminação interior do Espírito de Deus para o salvífico discernimento de tais coisas como se encontram reveladas na Palavra;¹³ e que há certas circunstâncias concernentes ao culto divino e ao governo da Igreja, comuns às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e da prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, as quais sempre devem ser observadas.¹⁴

¹² 2 Tm 3.15-17; Gl 1.8-9; 2 Ts 2.2. ¹³ Jo 6.45; 1 Co 2.9-12. ¹⁴ 1 Co 11.13-14; 1 Co 14.26,40.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina as seguintes proposições: —

1. As Escrituras inspiradas do Velho e do Novo Testamentos constituem a regra *perfeita* de fé e prática: elas abrangem toda e qualquer revelação supernatural que Deus agora faz aos homens, e são sobejamente suficientes a todas as necessidades práticas dos homens e comunidades.

Isso se prova:

1.1. À luz do desígnio da Escritura. Ela declara que nos guia a Deus. Tudo o que é necessário a esse fim ela deve ensinar-nos. Se algum conhecimento suplementar é necessário, ela deve referi-lo. Imperfeição em tal empresa equivaleria falsidade.

1.2. Mas, embora Cristo e seus apóstolos fazem constante referência à Escritura como regra autoritativa, nem eles nem as próprias Escrituras jamais fazem referência a qualquer outra fonte de revelação divina, seja ela qual for. Eles, pois, assumem todas as terríveis prerrogativas de inteireza. Jo 20.31; 2 Tm 3.15-17.

1.3. Como matéria de fato, as Escrituras ensinam um sistema perfeito de doutrina e todos os princípios que são necessários para a regulamentação prática das vidas de indivíduos, comunidades e igrejas. Quanto mais diligentemente os homens se põem a estudar a Bíblia, e quanto mais assíduos são eles em tornar prática sua instrução, menos se lhes faz possível crer que ela é incompleta em algum elemento de uma regra perfeita sobre tudo quanto os homens devem crer concernente a Deus e de todos os deveres que Deus requer do homem.

2. Nada, ao longo da presente dispensação, se deve acrescentar a esta perfeita regra de fé, seja por novas revelações do Espírito, seja pelas tradições humanas.

Nenhuma nova revelação do Espírito se deve esperar agora:

2.1. Porque ele já nos deu uma regra completa e todo-suficiente.

2.2. Porque, enquanto que o Velho Testamento prediz a nova dispensação, o Novo Testamento não faz referência a alguma revelação adicional a ser esperada antes do segundo advento de Cristo: eles sempre se referem à ‘vinda’ ou ‘aparecimento’ de Cristo como o próximo evento supernatural a ser antecipado.

2.3. Como matéria de fato, nenhuma pretensa revelação do Espírito, desde os dias dos apóstolos, tem levado as marcas ou sido acompanhada com os ‘sinais’ de uma revelação supernatural; ao contrário, todas se têm revelado – como as de Swedenborg e dos mormons – como inconsistentes com a verdade bíblica, diretamente opostas à autoridade da Escritura e ensinam maus costumes; tais revelações particulares têm sido professadas somente por entusiastas presunçosos, e são impossíveis de averiguação.

As tradições humanas não podem suplementar as Escrituras como regras de fé, porque: —

a. As Escrituras, enquanto pretendem guiar os homens ao conhecimento salvífico de Deus, jamais atribuem autoridade a qualquer outra regra suplementar.

b. Cristo reprova a observância prática dela nos fariseus (Mt 15.3-6; Mc 7.7-9).

c. A tradição não pode suplementar a Escritura, porque, enquanto a última é definida, completa e clara, a primeira é essencialmente indeterminada, obscura e fragmentária.

d. O único sistema de tradição eclesiástica que pretende rivalizar-se com as Escrituras como regra de fé é aquele da Igreja Romana; e suas tradições são, muitas delas, demonstravelmente de origem moderna. Não se pode remontar nenhuma à época apostólica, muito menos a uma origem apostólica; são inconsistentes com o claro ensino da Escritura e com as opiniões de muitas das mais proeminentes autoridades dessa mesma Igreja em épocas passadas.

3. Não obstante, uma iluminação espiritual e pessoal pelo poder do Espírito Santo se faz necessária, em todo caso, para o conhecimento prático e salvífico da verdade que as Escrituras abarcam.

Essa necessidade não resulta de alguma carência, seja de perfeição seja de clareza na revelação, mas do fato de que o homem, em seu estado natural, é carnal e incapaz de discernir as coisas do Espírito de Deus. Portanto, iluminação espiritual difere de inspiração —

3.1. Em que ela não comunica novas verdades ao entendimento, mas simplesmente abre a mente e o coração do indivíduo para o discernimento e apreciação espirituais da verdade já objetivamente apresentada nas Escrituras;

3.2. Em que ela é um elemento comum na regeneração de todos os filhos de Deus, e não peculiar aos profetas ou apóstolos; e, portanto,

3.3. Em que ela é privativa e pessoal em sua aplicação, e não pública.

4. Que, enquanto as Escrituras são uma regra completa de fé e prática, e enquanto nada deve ser considerado como artigo de fé a

ser crido, ou um dever religioso obrigatório sobre a consciência que não é explícita ou implicitamente ensinado na Escritura, não obstante não descem a detalhes em questões práticas, mas, estabelecendo princípios gerais, deixam os homens aplicá-las no exercício de seu juízo natural, na luz da experiência e na adaptação para mudar circunstâncias, quando são guiados pelas influências santificadoras do Espírito Santo.

Tal liberdade, naturalmente, só é permitida dentro dos limites da estrita interpretação dos princípios ensinados na Palavra, bem como na legítima aplicação desses princípios, e se aplica à regulamentação da vida prática do indivíduo e da Igreja, em detalhados ajustamentos para mudar circunstâncias.

Seção VII. – Todas as coisas, por si mesmas, não são igualmente claras nas Escrituras, nem igualmente evidentes a todos;¹⁵ não obstante, aquelas coisas que precisam ser conhecidas, cridas e observadas para a salvação são tão claramente expostas e visíveis, em um ou outro lugar da Escritura, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar um suficiente entendimento delas.¹⁶

¹⁵ 2 Pe 3.16. ¹⁶ Sl 119.105,130.

EXPOSIÇÃO

Esta seção afirma: –

1. Que as Escrituras contêm um *sentido* tão claro, que tudo quanto é necessário ao homem saber, seja para sua salvação, seja para guiá-lo em seus deveres práticos, pode-se aprender dela; e –
2. Que elas se destinam ao uso pessoal, e se adequam à instrução tanto do indouto quanto do douto.

Os protestantes admitem que muitas das verdades reveladas nas Escrituras, por sua própria natureza, transcendem a compreensão humana, e que muitas profecias permanecem intencionalmente obscuras até que sejam esclarecidas pelo seu cumprimento na evolu-

ção da história. Não obstante, os protestantes afirmam, e os romanistas negam –

2.1. Que cada artigo essencial de fé e regra de prática pode ser claramente deduzido da Escritura;

2.2. Que pode seguramente admitir-se que cada cristão em particular e inculto interprete pessoalmente a Escritura. Em contrapartida, é verdade que, com o avanço histórico e crítico do conhecimento, e por meio das controvérsias, a Igreja como uma comunidade tem feito progresso na acurada interpretação da Escritura e na plena compreensão de todo o sistema de verdade ali revelado.

Que a doutrina protestante sobre este tema é verdadeira, prova-se:

a. À luz do fato de que a todos os cristãos, indiscriminadamente, se ordena a pesquisar as Escrituras. 2 Tm 3.15-17; At 17.11; Jo 5.39.

b. À luz do fato de que as Escrituras se endereçam, ou a todos os homens, ou a toda a corporação de crentes. Dt 6.4-9; Lc 1.3; Rm 1.7; 1 Co 1.2; 2 Co 1.1; e as saudações em todas as Epístolas, exceto as de Timóteo e Tito.

c. Afirma-se que as Escrituras são suficientemente claras. Sl 119.105,130; 2 Co 3.14; 2 Pe 1.18-19; 2 Tm 3.15-17.

d. As Escrituras se dirigem aos homens como sendo uma lei divina a ser obedecida e como um guia para a salvação. Se para todos os propósitos práticos elas não fossem claras, então seriam corrompidas e suas pretensões falsificadas.

e. Experiência tem invariavelmente comprovado a verdade da doutrina protestante. Aquelas igrejas que têm mais fielmente disseminado as Escrituras no vernáculo entre as massas têm-se conformado mais inteiramente com o claro e definido sentido de sua doutrina em fé e prática; enquanto que as igrejas que as fecharam nas mãos de uma estirpe sacerdotal têm em maior grau se afastado delas tanto na letra quanto no espírito.

Seção VIII. – O Velho Testamento em hebraico (que é a língua nativa do antigo povo de Deus), e o Novo Testamento em grego (que no tempo em que foi escrito era a língua mais geralmente conhecida entre as nações), sendo imediatamente inspirados por Deus; e por seu singular cuidado e providência conservados puros ao longo de todos os séculos, são, portanto, autênticos;¹⁷ e assim, em todas as controvérsias religiosas, a Igreja deve apelar para eles como recurso final.¹⁸ Visto, porém, que essas línguas originais não são conhecidas a todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras, e que deve, no temor de Deus, lê-las e pesquisá-las,¹⁹ esses livros, portanto, têm de ser traduzidos para a língua popular de cada nação onde chegam²⁰ a fim de que a Palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, as leve a adorar a Deus de uma maneira aceitável,²¹ e, mediante a paciência e conforto das Escrituras, tenham esperança.²²

¹⁷ Mt 5.18. ¹⁸ Is 8.20; At 15.15; Jo 5.39,46. ¹⁹ Jo 5.39. ²⁰ 2 Co 14.6,9,11,24,27,28.

²¹ Cl 3.16. ²² Rm 15.4.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina: —

1. Que o Velho Testamento, havendo sido originalmente escrito em hebraico, e o Novo Testamento, em grego — que eram as línguas comuns da grande corporação da Igreja em seus respectivos períodos —, as Escrituras, nessas línguas, são a absoluta regra de fé e apelo final em todas as controvérsias.

2. Que o texto sacro original chegou a nós num estado de pureza essencial.

3. Que as Escrituras devem ser traduzidas para as línguas vernáculas de todos os povos, e cópias postas nas mãos de todos os que são capazes de lê-las.

O texto genuíno das antigas Escrituras é determinado por meio de uma confrontação e comparação do seguinte: —

3.1. Manuscritos antigos. Os manuscritos hebraicos mais antigos existentes datam do nono ou décimo século. Muitas centenas deles têm sido confrontadas por eminentes eruditos na formação do texto dos modernos Testamentos hebraico e grego. As diferenças encontradas não são importantes, e a integridade essencial de nosso texto é estabelecida.

3.2. Citações das Escrituras apostólicas encontradas nos escritos dos primeiros cristãos. Essas são tão numerosas, que todo o Novo Testamento poderia ser reunido das obras de escritores escritos antes do sétimo século; elas provam o exato estado do texto no tempo em que foi redigido.

3.3. As primeiras traduções em outras línguas. As principais delas foram: o Pentateuco Samaritano, o qual os samaritanos herdaram das dez tribos; a Septuaginta Grega, 285 a.C.; a Peshito ou versão Siríaca antiga, 100 A.D.; a Vulgata Latina, de Jerônimo, 385 A.D.; a Coptica, do quinto século, e outras de menos valor crítico.

Seção IX. – A regra infalível de interpretação da Escritura é a própria Escritura; e, portanto, quando houver alguma questão acerca do genuíno e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), a mesma deve ser estudada e elucidada por outros textos que falem mais claramente.²³

Seção X. – O Supremo Juiz, pelo qual todas as controvérsias religiosas devem ser determinadas, e todos os decretos dos concílios, as opiniões de escritores antigos, doutrinas de homens e espíritos privados, devem ser examinados, e em cujas sentenças devemos descansar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.²⁴

²³ 2 Pe 1.20-21; At 15.15-16. ²⁴ Mt 22.29,31; Ef 2.20; At 28.25.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que a infalível e única ‘regra’ genuína para a interpretação da Escritura é a própria Escritura.

2. Que as Escrituras são o supremo ‘juiz’ em todas as controvérsias concernentes à religião.

A autoridade das Escrituras como regra final de fé descansa tão-somente no fato de que elas são a Palavra de Deus. Visto que todos esses escritos são uma só revelação, e a única revelação da vontade divina concernente à religião, dada por Deus aos homens, segue-se: —

2.1. Que elas são por si mesmas completas como revelação, e não devem ser suplementadas ou explicadas pela luz extraída de alguma outra fonte.

2.2. Que as diferentes seções dessa revelação mutuamente suplementam e explicam umas às outras. O Espírito Santo que inspirou as Escrituras é o único expositor competente de suas próprias palavras, e ele é prometido a todos os filhos de Deus como Espírito de luz e de verdade. Sob a dependência de sua orientação, os cristãos devem, naturalmente, estudar as Escrituras, usando de todos os auxílios do genuíno saber para assegurarem-se de seu significado; mas esse significado deve ser buscado à luz das Escrituras mesmas, tomadas como um todo, e não à luz ou da tradição ou da filosofia.

“Uma *regra* é um padrão de julgamento; um *juiz* é o expositor e aplicador dessa regra à decisão de casos particulares.”

A doutrina romanista consiste em que a igreja papal é o infalível mestre dos homens em matéria de religião; consiste no que, conseqüentemente, a igreja autoritativamente determina:

I. O que é Escritura;

II. O que é tradição;

III. Qual é o genuíno sentido da Escritura e da tradição; e

IV. Qual é a genuína aplicação dessa regra a toda e qualquer questão particular de fé ou prática.

A doutrina protestante consiste em:

I. Que as Escrituras são a única regra de fé e prática;

II.a. Negativamente, que não há nenhuma corporação de homens qualificados ou autorizados para interpretar as Escrituras ou aplicar seus ensinamentos à decisão de citações particulares no sentido de constranger seus irmãos em Cristo;

II.b. Positivamente, que as Escrituras são a única voz autoritativa na Igreja; a qual deve ser interpretada e aplicada por cada pessoa a si mesma, com a assistência, embora não pela autoridade, de seus irmãos em Cristo. Cremos e confissões, quanto à forma, só os obrigam no sentido de confissão voluntária deles; e, quanto à matéria, os obrigam somente até onde afirmam verdadeiramente o que a Bíblia ensina e por que a Bíblia assim o ensina.

Isso tem que ser verdadeiro: —

1. Porque as Escrituras, que garantem ensinar-nos o caminho da salvação, não nos fazem referência de nenhum padrão ou juiz em matéria de religião além ou acima de si mesmas; e porque nenhuma corporação de homens, desde os apóstolos, existiu com qualificações ou com autoridade para agir no papel de juiz em relação a seus companheiros.

2. Porque, como já dissemos, as Escrituras são em si mesmas completas e claras.

3. Porque todos os cristãos são intimados a estudar as Escrituras e a julgar, tanto as doutrinas quanto os que se declaram mestres. Jo 5.39; 1 Jo 2.20,27; 4.1,2; At 17.11; Gl 1.8; 1 Ts 5.21.

4. Porque a todos os cristãos foi prometido o Espírito Santo para guiá-los na compreensão e na aplicação prática da verdade. Rm 8.9; 1 Jo 2.20,27.

QUESTIONÁRIO

1. Que proposições são afirmadas na primeira seção?
2. Qual é a primeira opinião falsa exposta no sentido de que o homem é capaz de alcançar o conhecimento de Deus?
3. Como é possível provar que a mesma é falsa?
4. Qual é a segunda opinião falsa expressa?
5. Como é possível provar que a mesma é falsa?
6. Qual é a terceira opinião falsa expressa?
7. Como é possível provar que a mesma é falsa?
8. Como se pode demonstrar que uma revelação supranatural, de Deus para o homem, é antecedentemente provável?
9. Por quais meios tal revelação foi dada pela primeira vez?
10. Como ela desde então foi incorporada e transmitida?
11. Como se pode provar o fato de que as Escrituras cristãs contêm tal revelação?
12. Quais proposições são ensinadas na segunda e terceira seções?
13. Qual é o Velho Testamento?
14. Qual é o Novo Testamento?
15. Por meio de quais princípios podemos determinar se um livro tem ou não o direito de ocupar um lugar no cânon da Escritura?
16. Como se estabelece a genuinidade de todos os livros recebidos pelos protestantes no Velho Testamento?
17. Como se pode provar a genuinidade dos livros do Novo Testamento?
18. Quais são os apócrifos?
19. Como se pode provar que eles não fazem parte da Sagrada Escritura?
20. O que é inspiração?
21. Quais são os efeitos da inspiração, e até onde se estende no caso das Escrituras?

22. Determine as evidências de que as Escrituras são inspiradas.
23. Comprove que a autoridade da Escritura não repousa no testemunho da Igreja.
24. Quais são as evidências internas que autentica as reivindicações da Escritura?
25. Como o Espírito Santo dá testemunho no tocante às Escrituras?
26. O que está subentendido pela afirmação de que as Escrituras, como regra de fé e prática, são completas?
27. Como se pode provar tal coisa?
28. Prove que não se pode esperar nenhuma revelação adicional do Espírito durante a presente dispensação.
29. Prove que as tradições humanas não devem ser admitidas.
30. De que forma a iluminação difere da inspiração?
31. Que liberdade de ação as Escrituras permitem à razão e à escolha humanas em prudentemente ordenar matérias concernentes à religião?
32. O que está subentendido na afirmação de que as Escrituras são suficientemente claras?
33. O que os protestantes admitem e o que afirmam a esse respeito?
34. Prove que as Escrituras são suficientemente claras?
35. Que proposições são afirmadas na oitava seção?
36. Por quais meios se estabelece a integridade do texto de nossas cópias modernas das Escrituras hebraicas e gregas?
37. Que proposições afirmam as seções nona e décima?
38. Demonstre que a Escritura deve ser interpretada por si mesma.
39. Qual é a doutrina romanista sobre a autoridade da Igreja em questões de fé e prática?
40. Qual é a diferença entre a ‘regra’ e o ‘juiz’?
41. Qual é a doutrina protestante sobre o legítimo juiz nas controvérsias?
42. Prove a procedência da doutrina protestante.

CAPÍTULO II

DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Seção I – Há um só Deus,¹ vivo e verdadeiro,² o qual é infinito em seu ser e perfeição,³ um espírito puríssimo,⁴ invisível,⁵ sem corpo, membros⁶ ou paixões,⁷ imutável,⁸ imenso,⁹ eterno,¹⁰ incompreensível,¹¹ onipotente,¹² sapientíssimo,¹³ santíssimo,¹⁴ soberano,¹⁵ absoluto,¹⁶ operando todas as coisas segundo o conselho de sua própria e imutável e justíssima vontade,¹⁷ para sua própria glória;¹⁸ amantíssimo,¹⁹ gracioso, misericordioso, longânimo, riquíssimo em bondade e verdade, perdoador a iniquidade, a transgressão e o pecado;²⁰ é o galardoador daqueles que diligentemente o buscam;²¹ e sobretudo justíssimo e mui terrível em seus juízos;²² pois odeia todo pecado,²³ e de modo algum inocenta o culpado.²⁴

Seção II. – Deus possui, em si mesmo e de si mesmo, toda a vida,²⁵ glória,²⁶ bondade²⁷ e bem-aventurança;²⁸ e é o único todo-suficiente em si e para si, não tendo necessidade alguma das criaturas que ele mesmo criou,²⁹ não derivando delas glória alguma,³⁰ mas apenas manifestando sua própria glória nelas, por meio delas, para elas e sobre elas. Ele é a única fonte de toda a existência, de quem, através de quem e para quem são todas as coisas;³¹ e sobre elas exerce ele pleno e soberano domínio, para fazer por meio delas, para elas e sobre elas tudo quanto lhe apraz.³² Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele;³³ seu conhecimento é infinito, infalível e independente da criatura,³⁴ de modo que para ele nada é contingente ou incerto.³⁵ Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras

e em todos os seus mandamentos.³⁶ Da parte dos anjos e dos homens, bem como de toda e qualquer criatura, lhe são devidos todo culto, todo serviço ou obediência, os quais lhe aprouve requerer deles.³⁷

¹ Dt 6.4; ¹ Co 8.4,6.² ¹ Ts 1.9; ¹ Jr 10.10.³ ¹ Jó 11.7-9; 26.14.⁴ ¹ Jo 4.24.⁵ ¹ Tm 1.17.⁶ ¹ Dt 4.15-16; ¹ Jo 4.24; ¹ Lc 24.39.⁷ ¹ At 14.11,15.⁸ ¹ Tg 1.17; ¹ Ml 3.6.⁹ ¹ Rs 8.27; ¹ Jr 23.23-24.¹⁰ ¹ Sl 90.2; ¹ Tm 1.17.¹¹ ¹ Sl 145.3.¹² ¹ Gn 17.1; ¹ Ap 4.8.¹³ ¹ Rm 16.27.¹⁴ ¹ Is 6.3; ¹ Ap 4.8.¹⁵ ¹ Sl 115.3.¹⁶ ¹ Êx 3.14.¹⁷ ¹ Ef 1.11.¹⁸ ¹ Pv 16.4; ¹ Rm 11.36.¹⁹ ¹ Jo 4.8,16.²⁰ ¹ Êx 34.6-7.²¹ ¹ Hb 11.6.²² ¹ Ne 9.32-33.²³ ¹ Sl 5.5-6.²⁴ ¹ Na 1.2-3; ¹ Êx 34.7.²⁵ ¹ Jo 5.26.²⁶ ¹ At 7.2.²⁷ ¹ Sl 119.68.²⁸ ¹ Tm 6.15; ¹ Rm 9.5.²⁹ ¹ At 17.24-25.³⁰ ¹ Jó 22.2-3.³¹ ¹ Rm 11.36.³² ¹ Ap 4.11; ¹ Tm 6.15; ¹ Dn 4.25,35.³³ ¹ Hb 4.13.³⁴ ¹ Rm 11.33; ¹ Sl 147.5.³⁵ ¹ At 15.18; ¹ Ez 11.5.³⁶ ¹ Sl 145.17; ¹ Rm 7.12.³⁷ ¹ Ap 5.12-14.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições:

1. Que há um só Deus, vivo e verdadeiro.
2. Este Deus é um Espírito pessoal e soberano, sem membros físicos e sem paixões.
3. Ele possui em si mesmo e de si mesmo todas as perfeições absolutas.
4. Ele possui todas as perfeições relativas com respeito às suas criaturas.
5. Ele é auto-existente e absolutamente independente, o único que sustenta, possui e soberanamente dispõe de todas as suas criaturas.

-
1. Que há um só Deus, vivo e verdadeiro.

Sempre houve inumeráveis deuses falsos, e o título, “deus”, tem sido aplicado aos anjos (Sl 98.1,6), em virtude de sua autoridade; e Satanás é chamado “o deus deste mundo” (2 Co 4.4), em virtude de seu usurpado domínio sobre os perversos. Em oposição, pois, às reivindicações dos falsos deuses, e em exclusão de todo uso figurado do termo, afirma-se que existe um só Deus, o único Deus vivente.

Essa afirmação inclui duas proposições: (a) Há um só Deus. (b) Este único Deus é uma unidade absoluta, sendo impossível qualquer divisão.

Que há um só Deus, prova-se –

1.1. A partir do fato de que todo argumento que estabelece o ser de Deus sugere a existência de um só. Deve haver uma Primeira Causa, mas não há evidência de haver mais de uma. Deve haver uma Inteligência Designadora e um Governante Moral, mas tampouco o argumento do desígnio ou da consciência sugere haver mais de um.

1.2. A criação em toda sua extensão constitui um só sistema, preservando a unidade absoluta de desígnio, e por essa razão evidentemente emanando de uma única Inteligência Designadora.

1.3. O mesmo procede em relação ao sistema de governo providencial.

1.4. O senso de responsabilidade moral, inato no homem, testifica em favor da unidade da fonte de toda a autoridade absoluta.

1.5. Todos os instintos e hábitos cultivados da razão nos levam a olhar para a multiplicidade do mundo fenomenal para trás e para cima com base na unidade absoluta que, sendo infinita e absoluta, necessariamente exclui divisão e rivalidade.

1.6. As Escrituras afirmam constantemente esta verdade. Dt 6.4; 1 Co 8.4.

A unidade indivisível deste Deus único é provada pelos mesmos argumentos. Pois uma divisão essencial na única Deidade com efeito constituiria dois Deuses; além disso, as Escrituras nos ensinam que a Trindade Cristã é um Deus indivisível: “Eu e meu Pai somos um” (Jo 10.30).

2. Este Deus é um Espírito pessoal e livre, sem membros físicos e sem paixões.

Há uma forma muito antiga, prevalecente e persistente de pensar que permeia uma grande porção de nossa literatura na atualidade, o qual tende a fazer uma combinação de Deus com o mundo e a identificá-lo com as leis da natureza, da ordem e da beleza da criação. De um modo ou outro, ele é considerado como que mantendo com o fenômeno da natureza a relação de alma e corpo, ou de todas as partes, ou da substância permanente e modos transitórios. Ora, todos os argumentos que estabelecem a existência de um Deus concordam com as Escrituras em estabelecê-lo como um espírito pessoal, distinto do mundo.

Por *Espírito* queremos dizer o sujeito a quem pertencem os atributos de inteligência, emoção e vontade, como propriedades ativas. Onde essas se juntam há personalidade distinta. O argumento do desígnio prova que a grande Primeira Causa, a quem o sistema do universo deve referir-se, possui tanto inteligência, benevolência, quanto vontade em selecionar os fins e em escolher e adaptar os meios para efetuar esses fins. Portanto, ele é um espírito pessoal. O argumento do senso de responsabilidade moral, inato em todos os homens, prova que somos sujeitos a um Legislador Supremo, exterior e superior às pessoas que governa; alguém que toma conhecimento a nosso respeito e quer ter-nos em estrita consideração pessoal. Portanto, ele é um espírito pessoal, distinto de – ainda que intimamente associado a – os súditos a quem governa.

Conhecemos espírito pela auto-consciência e pela afirmação de que Deus é espírito –

2.1. Afirmamos que ele possui, em perfeição infinita, todas aquelas propriedades que pertencem aos nossos espíritos, (a) porque as Escrituras afirmam que fomos criados à sua imagem; (b) porque lhe atribuem todas essas propriedades individualmente; (c) porque nossa natureza religiosa demanda que as reconheçamos nele; (d) porque seu exercício se evidencia em suas obras de criação e providência; (e) porque foram possuídas pela natureza divina em Cristo. E –

2.2. Negamos que as propriedades da matéria, tais como membros físicos, lhe pertençam. Fazemos tal negação — (a) porque não há evidência de que ele possua quaisquer dessas propriedades; e (b) porque, à luz da própria matéria e suas disposições, é inconsistente com aquelas perfeições infinitas e absolutas que pertencem à sua essência, tais como simplicidade, imutabilidade, unidade, onipresença etc.

Quando as Escrituras, em condescendência com nossa debilidade, expressam o fato de que Deus ouve, dizendo que ele possui ouvidos, ou que exerce poder, atribuindo-lhe mãos, evidentemente falam metaforicamente, porque, no caso dos homens, as faculdades espirituais são exercidas através de órgãos físicos. E quando mencionam seu arrependimento, sua tristeza ou zelo, elas usam também linguagem metafórica, nos ensinando que ele age em relação a nós como uma pessoa quando agitada por tais emoções. Tais metáforas são característico mais do Velho do que do Novo Testamento, e ocorrem na maioria dos casos em passagens altamente retóricas dos livros poéticos e proféticos.

3. Ele possui em si mesmo e de si mesmo todas as perfeições absolutas.

4. Ele possui em relação às suas criaturas todas as perfeições relativas.

Os atributos de Deus são as propriedades de sua natureza auto-perfeita. As que são absolutas são aquelas que pertencem a Deus considerado unicamente pelo prisma de si mesmo — tais como auto-existência, imensidade, eternidade, inteligência etc. As que são relativas são aquelas que o caracterizam em sua relação com suas criaturas — tais como onipresença, onisciência etc.

É evidente que só podemos conhecer essas propriedades de Deus na medida em que ele condescendeu revelar-nos e só até onde ele quis revelar-nos. A pergunta, pois, é: O que Deus nos revelou de suas perfeições, em sua Palavra?

4.1. Deus é descrito como sendo infinito em seu ser. Por isso ele não pode ser sujeito a nenhuma das limitações de tempo ou espaço. Ele é eterno e enche toda a imensidão. Estas três, pois, são as perfeições comuns de todas as propriedades que pertencem à sua essência. Ele é infinito, eterno, onipresente em seu ser; infinito, eterno, onipresente em sua sabedoria, em seu poder, em sua justiça etc. Quando Deus é descrito como sendo infinito em seu conhecimento, ou em seu poder, queremos dizer que ele conhece todas as coisas e que pode efetuar tudo quanto queira, sem limite algum. Quando dizemos que ele é infinito em sua verdade, ou em sua justiça, ou em sua bondade, queremos dizer que ele possui essas propriedades em perfeição absoluta.

4.2. Sua imensidade. Ao atribuírmos esta perfeição a Deus, queremos dizer que sua essência enche todo espaço. Isso não pode ser efetuado pela multiplicação de sua essência, visto ser ele sempre uno e indivisível; nem através de sua extensão ou difusão, como o éter, através dos espaços interplanetários, visto ser ele um espírito puro. O espírito de Deus, como o espírito de uma pessoa, é uma unidade absoluta, sem extensão nem dimensões. Portanto, toda a Deidade indivisível está, na totalidade de seu ser, simultaneamente presente em cada parte do tempo e em cada ponto do espaço. Ele é absolutamente imenso desde a eternidade. Ele sempre foi onipresente, em sua essência e em todas as propriedades dela, desde a criação, em cada átomo e em cada elemento de que ela consiste. Embora Deus seja essencial e igualmente onipresente em relação a todas as criaturas, em todos os tempos, todavia, visto que ele se manifesta variadamente, em diferentes tempos e lugares, às suas criaturas inteligentes, assim ele é descrito como estando peculiarmente presente em relação a elas sob tais condições. Portanto, Deus estava presente em relação a Moisés na sarça ardente. Êx 3.2-6. E Cristo prometeu estar no meio de dois ou três que se reúnem em seu nome. Mt 18.20.

4.3. Sua eternidade. Ao afirmar que Deus é eterno, queremos dizer que sua duração não tem limite, e que sua essência, em dura-

ção infinita, é absolutamente perfeita. Ele não poderia ter qualquer princípio, nem poderia ter nenhum fim, e em sua existência não pode haver sucessão de pensamentos, sentimentos ou propósitos. Em seu conhecimento não pode haver acréscimo, nem mudança quanto ao seu propósito. Daí o passado e o futuro são tão concomitante e imutavelmente presentes com ele quanto o é o agora. Daí sua existência ser um presente perenemente contínuo, todo-abrangente, o qual é sempre contemporâneo com os tempos a escoar sempre de suas criaturas. Seu conhecimento, que jamais pode sofrer qualquer mudança, eternamente reconhece suas criaturas e suas ações em seus diversos lugares no tempo; e suas ações sobre suas criaturas fluem dele nos momentos precisos predeterminados em seu imutável propósito.

Daí Deus ser absolutamente imutável em seu ser e em todos os modos e estados dele. Em seu conhecimento, suas emoções, seus propósitos, e conseqüentemente em seus envolvimento com suas criaturas, ele é o mesmo ontem, hoje e eternamente. “O conselho do Senhor é para sempre, os pensamentos de seu coração por todas as gerações.” Sl 33.11.

4.4. A *inteligência* infinita de Deus, incluindo *onisciência* e *sabedoria*, absolutamente perfeita, é claramente ensinada na Escritura. O conhecimento de Deus é infinito, não só quanto à extensão dos objetos que ele abrange, mas também quanto à sua perfeição. (a) Conhecemos as coisas somente quando se põem ao alcance de nossos órgãos perceptivos e somente em suas qualidades inerentes; Deus as conhece imediatamente, à luz de sua própria inteligência e em sua natureza essencial. (b) Conhecemos as coisas sucessivamente, como elas se nos apresentam e quando passamos inferencialmente do conhecido para o antes desconhecido; Deus conhece todas as coisas eternamente por uma intuição direta e todo-compreensiva. (c) Nosso conhecimento é dependente; o de Deus é independente. O nosso é fragmentário; o de Deus é total e completo. O nosso é em grande medida transitório; o de Deus é permanente.

Deus conhece a si próprio – as profundezas de seu próprio ser infinito e eterno, a constituição de sua natureza, as idéias de sua razão, os recursos de seu poder, os propósitos de sua vontade. Ao conhecer os recursos de seu poder, ele conhece todas as coisas possíveis. Ao conhecer os imutáveis propósitos de sua vontade, ele conhece tudo o que existiu e que existirá em função desse propósito.

Sabedoria pressupõe conhecimento, e é essa excelente aplicação prática que a inteligência e vontade absolutamente perfeitas de Deus fazem de seu infinito conhecimento. Ela é exercida na eleição de fins, gerais e especiais, e na eleição de meios para concretização desses fins; e é gloriosamente ilustrada no sistema perfeito das obras da criação, providência e graça de Deus.

4.5. A *onipotência* de Deus é a infinita eficiência que reside na essência divina e é dela inseparável para efetuar tudo quanto ele quer, sem limitação alguma, salvo quando se opõe às perfeições absolutas e imutáveis de sua própria natureza. O poder de Deus é tanto ilimitado em sua extensão quanto infinitamente perfeito em seu método de ação. (a) Somos cômicos de que as faculdades inerentes de nossa vontade são muito limitadas. Nossa vontade só pode agir diretamente sobre o curso de nossos pensamentos e de umas poucas ações corpóreas, e só pode controlá-los muito imperfeitamente. O poder inerente à vontade de Deus age diretamente sobre seus objetos e efetua absoluta e incondicionalmente tudo o que ele pretende. (b) Operamos através de meios; o efeito às vezes só segue remotamente, e nossa ação é condicionada por circunstâncias externas. Deus age imediatamente, com ou sem meios, como lhe apraz. Quando age através de meios, é uma condescendência, visto que são os meios que recebem de seu poder toda a sua eficácia, não seu poder dos meios. E o poder de Deus é absolutamente independente de tudo o que é externo à sua própria natureza todo-perfeita.

O poder de Deus é o poder de sua essência todo-perfeita e auto-existente. Ele tem poder absolutamente ilimitado para fazer tudo

quanto sua natureza lhe determina querer. Mas esse poder não pode ser dirigido contra sua natureza. Os princípios últimos da razão e da moral certa e errada não são produtos do poder divino, mas são princípios da natureza divina. Deus não pode mudar a natureza do certo e errado etc., porque ele não fez a si próprio, e esses têm sua determinação em suas próprias perfeições eternas. Ele não pode agir ignorante ou incorretamente; não por carência de poder no tocante ao agir, mas por carência de vontade, visto que Deus é eterno, imutável, perfeitamente livre e espontaneamente sábio e justo.

A onipotência de Deus é ilustrada, ainda que nunca exaustivamente, em suas obras da criação e providência. O poder de Deus é exercido em sua vontade, mas ali permanece sempre uma infinita reserva de possibilidade por trás do real exercício de poder, visto que o Criador sempre e infinitamente transcende sua criação.

4.6. A bondade absolutamente perfeita de Deus. A perfeição moral de Deus é uma justiça absolutamente perfeita. Relativamente às suas criaturas, sua perfeição moral infinita sempre apresenta aquele aspecto que sua sabedoria infinita decide ser apropriado ao caso. Ele não é alternadamente misericordioso e justo, nem parcialmente misericordioso e justo. Ambos são definidos; ambos estão igual e espontaneamente em sua natureza; e ambos são perfeita e livremente harmonizados pela infinita sabedoria dessa natureza.

Sua bondade inclui (a) Benevolência, ou bondade vista como uma disposição a promover a felicidade de suas criaturas sensíveis; (b) Amor, ou bondade vista como uma disposição a promover a felicidade das criaturas inteligentes e a considerar com complacência suas excelências; (c) Misericórdia, ou bondade exercida para com o miserável; (d) Graça, ou bondade exercida para com o indigno.

A graça de Deus para com o indigno evidentemente repousa sobre sua vontade soberana (Mt 11.26; Rm 9.15), e só pode ser nos assegurada por meio de uma revelação positiva. Nem a razão, nem a consciência, nem a observação da natureza pode assegurar-

nos, independentemente de sua própria revelação especial, que ele será gracioso para com o culpado. Nosso dever é perdoar as injúrias; como indivíduos, nada temos a ver com o esquecer nem com o perdoar o pecado. Que a bondade de Deus é absolutamente perfeita e inexaurível, prova-se tanto à luz da experiência universal quanto à luz da Escritura. Tg 1.17; 5.11. É exercida, contudo, não em fazer a felicidade de suas criaturas indiscriminada e incondicionalmente um fim principal, mas é considerada por sua sabedoria para a concretização dos fins supremos de sua própria glória e sua excelência.

4.7. Deus é absolutamente verdadeiro. Há uma propriedade comum de todas as perfeições e ações divinas. Seu conhecimento é absolutamente acurado; sua sabedoria é infalível; sua bondade e justiça são perfeitamente verdadeiras ante o padrão de sua própria natureza. No exercício de todas as suas propriedades, Deus é sempre auto-consistente. Ele é também sempre absolutamente verdadeiro em relação às suas criaturas em todas as suas comunicações, sincero em suas promessas e ameaças, e fiel em seu cumprimento.

Isso põe o fundamento de toda confiança racional na constituição de nossa própria natureza e na ordem do mundo externo, tanto quanto numa revelação supernatural e divinamente creditada. Ela garante a validade da informação de nossos sentidos, a verdade das instituições da razão e da consciência, a precisão das inferências do entendimento e a credibilidade geral do testemunho humano e preeminentemente a confiabilidade de toda palavra das Escrituras inspiradas.

4.8. A justiça infinita de Deus. Esta, considerada em termos absolutos, é a justiça todo-perfeita do ser de Deus considerado em si mesmo. Considerada em termos relativos, é sua natureza infinitamente justa em exercício, como o Governador moral de suas criaturas inteligentes, na imposição de leis justas e em sua justa execução. Ela aparece na administração geral de seu governo visto como um todo, e distributivamente em seu procedimento em relação aos indivíduos, aquele tratamento que equitativamente lhes

pertence, conforme seus próprios convênios e seus próprios méritos. Deus é voluntariamente justíssimo, mas sua justiça é um produto opcional não mais de sua vontade do que de seu ser auto-existente. Ela é um princípio imutável de sua divina constituição. Ele é “tão puro de olhos, que *não podes* ver o mal, e a opressão *não podes* contemplar”. Hc 1.13. “Ele *não pode* negar-se a si mesmo.” 2 Tm 2.13. Deus não faz suas exigências simplesmente porque queira, mas as faz porque são justas.

A justiça infinita de seu ser imutável é que determina que ele considere e trate todo pecado como intrinsecamente odioso e merecedor de punição. A punição do pecado e seu conseqüente desestímulo é um benefício óbvio aos súditos de seu governo em geral. Ela é uma revelação da justiça em Deus e um poderoso estimulante à excelência moral neles [seus súditos]. Mas Deus odeia o pecado porque ele é intrinsecamente odioso, e o pune porque tal punição é intrinsecamente justa. Isso se pode provar –

a. À luz das declarações diretas da Escritura: “Minha é a vingança e a *recompensa*.” Dt 32.35. “Conforme forem as obras deles, assim será sua *retribuição*.” Is 59.18. “Se de fato é justo diante de Deus que *dê em paga* tribulação aos que vos atribulam.” 1 Ts 1.6. “Os quais, conhecendo a justiça de Deus (que são *dignos de morte* os que tais coisas praticam), não somente as fazem, mas também consentem com os que as fazem.” Rm 1.32.

b. As Escrituras ensinam que o sofrimento vicário da culpa devida a seu povo, efetuada por Cristo, como seu substituto, era absolutamente necessário para fazer com que Deus pudesse continuar “justo” e ao mesmo tempo “o justificador daquele que tem fé em Jesus”. Rm 3.26. “Se a justiça procede da lei, então Cristo morreu em vão.” Gl 2.21. “Se fosse dada uma lei que pudesse vivificar, a justiça, na verdade, teria sido pela lei.” Gl 3.21. Isto é, se Deus pudesse, em consonância com a justiça, perdoar os pecadores sem um ato expiatório, “na verdade” ele não teria sacrificado seu próprio Filho, pois isso teria sido “em vão”.

c. É um juízo universal dos pecadores despertados, que seu pecado merece punição, e que a justiça imutável o exige. E essa é a sentença universalmente pronunciada pelo senso moral dos homens iluminados com respeito a todo crime.

d. O mesmo princípio imutável de justiça era inculcado por todos os sacrifícios divinamente designados na dispensação mosaica: “E quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue; e sem derramamento de sangue não há remissão.” Hb 9.22. Ela tem sido também ilustrada nos ritos sacrificiais de todas as nações pagãs e em todas as leis e punições humanas.

4.9. *A santidade infinita de Deus.* Às vezes este termo é aplicado a Deus para expressar sua pureza perfeita: “Santificai-vos, e sede santos; porque eu sou santo.” Lv 11.44. Nesse caso ela é um elemento de sua justiça perfeita. “O Senhor é justo em todos os seus caminhos, e santo em todas as suas obras.” Sl 145.17. Às vezes expressa sua majestade transcendentemente augusta e venerável, que é o resultado de todas as suas perfeições harmoniosas e combinadas em uma só perfeição de excelência absoluta e infinita: “E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia de sua glória.” Is 6.3.

5. Deus é auto-existente e absolutamente independente, o único mantenedor, proprietário e soberano árbitro de suas criaturas. Visto ser Deus eterno e ter criado do nada todas as coisas que existem além de si próprio, segue-se (1.) Que seu próprio ser teria sido a causa de sua existência intrínseca – isto é, que ele é auto-existente; (2.) Que ele é absolutamente independente, em seu ser, propósitos e ações, de todos os demais seres; e (3.) Que todos os demais seres de direito lhe pertencem, e de fato são absolutamente dependentes dele em seu ser, e a ele sujeitos em suas ações e destinos.

A soberania de Deus é seu direito absoluto de governar e dispor da obra de suas próprias mãos, segundo seu próprio beneplácito. Esta soberania repousa não em sua vontade de forma abstrata, mas em sua adorável pessoa. Conseqüentemente, ela é uma soberania

infinitamente sábia, justa, benevolente e poderosa, ilimitada em relação a tudo quanto se encontra fora de suas próprias perfeições.

As bases de sua soberania são: (1.) Sua infinita superioridade. (2.) Sua posse absoluta de todas as coisas, como criadas por ele. (3.) A perpétua e absoluta dependência de todas as coisas a ele para que existam, e de todas as criaturas inteligentes para que sejam felizes. Dn 4.25,35; Ap 4.11.

Seção III. – Na unidade da Deidade há três pessoas, de uma só substância, poder e eternidade: Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo.³⁸ O Pai não é de ninguém: não é gerado nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai;³⁹ o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.⁴⁰

³⁸ 1 Jo 5.7; Mt 3.16-17; 28.19; 2 Co 8.14. ³⁹ Jo 1.14,18. ⁴⁰ Jo 15.26; Gl 4.6.

EXPOSIÇÃO

Havendo antes mostrado que não há senão um único Deus, vivo e verdadeiro, e que suas propriedades essenciais abrangem todas as perfeições, esta seção afirma em aditamento —

1. Que o Pai, o Filho e o Espírito Santo, cada um, é igualmente aquele único Deus; e que a essência divina indivisível, e todas as perfeições e prerrogativas divinas pertencem a cada um no mesmo sentido e grau.

2. Que esses títulos — Pai, Filho e Espírito Santo — são não diferentes nomes da mesma pessoa em diferentes relações, mas das diferentes pessoas.

3. Que essas três pessoas divinas são distinguidas umas das outras por certas propriedades pessoais, e são reveladas numa certa ordem de subsistência e de operação.

Essas proposições abrangem a doutrina cristã da Trindade (três em unidade), a qual não encontra lugar na religião natural, embora seja muitíssimo revelada nas Escrituras inspiradas — indistintamente, talvez, no Antigo Testamento, mas com especial precisão no Novo Testamento.

1. Pai, Filho e Espírito Santo são, cada um, igualmente o único Deus; e a essência indivisível e todas as perfeições e prerrogativas divinas pertencem a cada um no mesmo sentido e grau.

Visto que não há senão um só Deus, a Causa Primeira, infinita e absoluta, sua essência, seu ser espiritual, não pode ser dividido. Se, pois, o Pai, o Filho e o Espírito Santo são aquele Deus único, eles devem, cada um de *per si*, igualmente consistir daquela mesma essência. E visto que os atributos de Deus são as propriedades inerentes de sua essência, então eles são inseparáveis daquela essência; e segue-se que, se o Pai, o Filho e o Espírito Santo consistem da mesma essência numérica, então devem ter em comum os mesmos atributos idênticos — isto é, há comum a eles a inteligência única e a vontade única etc.

As Escrituras estão cheias das evidências desta verdade fundamental. Nunca foi questionado se o Pai é Deus. Que o Filho é o verdadeiro Deus prova-se pelas seguintes considerações: —

1.1. Cristo existiu antes que houvesse nascido da Virgem. (a) Ele estava com o Pai “antes que o mundo viesse à existência”. Jo 8.58; 17.5. (b) “Ele veio ao mundo” — “Ele desceu do céu”. Jo 3.13; 16.28.

1.2. Todos os nomes e títulos de Deus são constantemente aplicados a Cristo, e a ninguém mais, exceto ao Pai e ao Espírito Santo: como Jeová, Jr 23.6; Deus poderoso, Pai eterno, Is 9.6; Deus, Jo 1.1; Hb 1.8; Deus acima de tudo, Rm 9.5; o verdadeiro Deus e a vida eterna, 1 Jo 5.20; o Alfa e o Ômega, o Todo-Poderoso, Ap 1.8.

1.3. Todos os atributos divinos são preditados dele: Eternidade, Jo 8.58; 17.5; Ap 1.8; 22.13; imutabilidade, Hb 1.10,11; 13.8; onipresença, Mt 18.20; Jo 3.13; onisciência, Mt 11.27; Jo 2.24,25; Ap 2.23; onipotência, Jo 5.17; Hb 1.3.

1.4. As Escrituras atribuem a Cristo todas as obras divinas: a criação, Jo 1.3-10; Cl 1.16,17; a preservação e o governo providente, Hb 1.3; Cl 1.17; Mt 28.18; o juízo final, Jo 5.22; Mt 25.31,32;

2 Co 5.10; a doação da vida eterna, Jo 10.28; o envio do Espírito Santo, Jo 16.7; a santificação, Ef 5.25-27.

1.5. As Escrituras declaram que o culto divino deve ser-lhe prestado: Hb 1.6; Ap 1.5,6; 5.11,12; 1 Co 1.2; Jo 5.23. Os homens devem ser batizados no nome de Jesus, tanto quanto nos nomes do Pai e do Espírito Santo. A graça de Jesus é invocada na bênção apostólica.

Que o Espírito Santo é o verdadeiro Deus prova-se de maneira semelhante.

A. Ele é chamado Deus. O que o Espírito diz, Jeová o diz. Comparem-se Is 6.8,9 com At 28.25,26; e Jr 31.33 com Hb 10.15,16. Mentir ao Espírito Santo é mentir a Deus. At 5.3,4.

B. As perfeições divinas são-lhe atribuídas: Onisciência, 1 Co 2.10,11; onipresença, Sl 139.7; onipotência, Lc 1.35; Rm 8.11.

C. Obras divinas são-lhe atribuídas: a criação, Jó 26.13; Sl 114.30; os milagres, 1 Co 12.9-11; a regeneração, Jo 3.6; Tt 3.5.

D. Adoração divina deve ser-lhe prestada. Suas graciosas influências são invocadas na bênção apostólica. 2 Co 13.13. Somos batizados em seu nome. A blasfêmia contra o Espírito Santo jamais será perdoada. Mt 12.31,32.

2. Esses títulos — Pai, Filho e Espírito Santo — não são os nomes da mesma pessoa em diferentes relações, mas de diferentes pessoas.

Visto que não há senão uma só essência espiritual, indivisível e inalienável, que é comum ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, e visto que eles têm em comum uma só inteligência, um só poder, uma só vontade etc. que são infinitos, quando dizemos que são pessoas distintas, não queremos dizer que uma é tão inseparável da outra quanto uma pessoa humana é de todas as outras. Seu modo de subsistência numa só substância deve continuar para nós um profundo e perene mistério quanto transcende a toda e qualquer analogia. Tudo o que nos é revelado é que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são tão distintos quanto relacionados, que —

2.1. Usam mutuamente o pronome pessoal eu, tu, ele, ao falar um com o outro ou um sobre o outro. Daí, Cristo se dirige constantemente ao Pai, e fala do Pai e do Espírito Santo: “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre”, Jo 14.16; “E agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que mundo existisse”, Jo 17.5. E assim Cristo fala do Espírito Santo: “Eu o enviarei”; “Ele testificará de mim”; “A quem o Pai enviará em meu nome”, Jo 14.26 e 15.26.

2.2. Que mutuamente se amam, agem em harmonia uns com os outros e através uns dos outros, e se aconselham reciprocamente. O Pai envia o Filho, Jo 17.3; e o Pai e o Filho enviam o Espírito Santo, Jo 16.7. O Pai dá mandamento ao Filho, Jo 10.18; o Espírito “não fala de si mesmo” — “ele testifica de” e “glorifica a” Cristo. Jo 15.26; 16.13-15.

2.3. Que são eterna e mutuamente relacionados como Pai e Filho e Espírito Santo. Isto é, o Pai é o Pai do Filho e o Filho é o Filho do Pai, e o Espírito é o Espírito do Pai e do Filho.

2.4. Que operam juntos numa economia perfeitamente harmoniosa de operações sobre a criação — o Pai, criando e se ocupando de forma suprema da administração geral; o Filho, encarnando-se na natureza humana e, como o Teantropos, exercendo as funções medianeiras de profeta, sacerdote e rei; o Espírito Santo, fazendo sua graça onipresente e aplicando-a às almas e corpos de seus membros: o Pai, a origem e fonte absolutas da vida e da lei; o Filho, o revelador; o Espírito Santo, o executor.

Há nas Escrituras uma série de passagens nas quais todas as três pessoas são manifestas como distintas e não obstante como divinas: Mt 28.19; 2 Co 13.13; Mt 3.13-17; Jo 15.26 etc.; 1 Jo 5.7.

3. Essas três pessoas divinas são distinguidas umas das outras por certas propriedades pessoais, e são reveladas numa certa ordem de subsistência e de operação.

Os “atributos” de Deus são as propriedades da essência divina, e por isso comuns a cada uma das três pessoas, que são “as mesmas em substância”, e portanto “iguais em poder e glória”. As “propriedades” de cada pessoa divina, por outro lado, são aqueles modos peculiares de subsistência pessoal e aquela ordem peculiar de operação que distinguem cada uma das outras, e determinam a relação de cada uma com as outras. Isso nos é principalmente expresso pelos nomes pessoais pelos quais são reveladas. A propriedade peculiar e pessoal da primeira pessoa é expressa pelo título *Pai*. Como uma pessoa, ele é eternamente o Pai de seu Filho unigênito. A propriedade peculiar e pessoal da segunda pessoa é expressa pelo título *Filho*. Como uma pessoa, ele é eternamente o unigênito Filho do Pai, e conseqüentemente a expressa imagem de sua pessoa e a eterna Palavra que estava no princípio com Deus. A propriedade peculiar e pessoal da terceira pessoa é expressa pelo título *Espírito*. Esse título não pode expressar sua essência, visto que sua essência é também a essência do Pai e do Filho. Ele deve expressar sua eterna relação pessoal com as outras pessoas divinas, visto ser ele uma pessoa constantemente designada como o Espírito do Pai e o Espírito do Filho. Os três são expressos na Escritura numa ordem constante; o Pai, primeiro; o Filho, segundo; o Espírito, terceiro. O Pai envia e opera através de ambos – o Filho e o Espírito Santo. O Filho envia e opera através do Espírito. Nunca o reverso em qualquer caso. O Filho é enviado pelo Pai, age para o Pai e revela o Pai. O Espírito é enviado por ambos, age para ambos e revela a ambos – o Pai e o Filho. As pessoas são tão eternas quanto a essência, iguais em honra, poder e glória. As três pessoas são um só Deus, sendo iguais em essência e perfeições divinas. “Eu e meu Pai somos um.” Jo 10.30. “O Pai está em mim e eu estou no Pai.” Jo 10.38. “Aquele que vê o Filho tem visto o Pai.” Jo 14.9-11.

A declaração mais antiga e universalmente aceita de todos os pontos envolvidos na doutrina da Trindade se encontra no Credo do Concílio de Nicéia, 325 d.C., aperfeiçoada pelo Concílio de Constantinopla, 381 d.C., e é apresentada em sua forma plena no primeiro capítulo da Introdução a este volume.

QUESTIONÁRIO

1. Que proposições são ensinadas na primeira e segunda seções?
2. A quem tem sido aplicado o título “Deus”?
3. Quais as duas proposições que se acham envolvidas na afirmação de que não há senão um só Deus vivo e verdadeiro?
4. Como se pode provar a verdade de que não há senão um só Deus?
5. Como se pode provar a unidade indivisível de que Deus é um só?
6. Como se pode provar que Deus é um espírito pessoal?
7. O que pretendemos quando dizemos que Deus é um espírito?
8. Como se pode explicar o fato de que as Escrituras atribuam a Deus membros físicos e emoções?
9. Como se pode provar que membros físicos e emoções não pertencem a Deus?
10. Qual é a distinção entre as perfeições absolutas e relativas de Deus?
11. Que significa dizer que Deus é infinito?
12. Qual é a distinção entre a imensidade e a onipresença de Deus?
13. Em que sentido Deus é onipresente?
14. Em que diferentes modos ele se apresenta a suas criaturas?
15. Como a eternidade de Deus difere da existência temporal de suas criaturas?
16. O que está envolvido na afirmação de que ele é eterno?
17. Em que sentido é Deus imutável? Prove que isso é verdade.
18. Quais as duas principais divisões que abrangem a infinita inteligência de Deus?
19. Como o modo de Deus conhecer difere do nosso?
20. Quais são os objetos abarcados pelo conhecimento de Deus?
21. Que é sabedoria, e como é a sabedoria de Deus exercida e em que departamentos é ela ilustrada?
22. O que está incluído na afirmação de que o poder de Deus é infinito?

23. Como o exercício de seu poder difere do nosso?
24. Quais são as limitações do poder de Deus? E por que Deus não pode fazer o que é insensato e injusto?
25. O caráter moral de Deus inclui elementos inconsistentes?
26. O que inclui a bondade absoluta de Deus?
27. Como se pode provar que a graça tem por base a soberana vontade?
28. Como se pode provar a bondade absoluta de Deus?
29. Qual é o fim principal a que a bondade de Deus se propõe?
30. O que se inclui na afirmação de que Deus é absolutamente verdadeiro?
31. Para quê este atributo divino lança o fundamento?
32. Qual é a distinção entre a justiça absoluta e relativa de Deus?
33. Como a justiça relativa de Deus é exercida?
34. Isso mostra que a justiça de Deus é um princípio imutável de sua natureza?
35. Por que Deus pune o pecado?
36. Apresente as provas da resposta supra.
37. O que é implícito pela santidade infinita de Deus?
38. O que é incluído na soberania absoluta de Deus? Prove que ele possui esse atributo.
39. Que proposições são ensinadas na seção III?
40. O que é implícito pelo termo “Trindade”? , de que fonte derivamos nosso conhecimento das verdades expressas por ela?
41. Se não há senão um só Deus, e se o Pai, o Filho e o Espírito Santo são aquele Deus único, que relação manteriam individualmente para com a essência divina?
42. Apresente prova de que o Filho é o verdadeiro Deus.
43. Apresente prova de que o Espírito Santo é o verdadeiro Deus.
44. Como se pode provar que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são pessoas distintas?

- 45.** Qual é a distinção entre os atributos de Deus e as propriedades pessoais do Pai, do Filho e do Espírito?
- 46.** Quais são as propriedades pessoais do Pai?
- 47.** Quais são as propriedades pessoais do Filho?
- 48.** Quais são as propriedades pessoais do Espírito Santo?
- 49.** Como esta doutrina é definida no Credo Niceno?

CAPÍTULO III

DO DECRETO ETERNO DE DEUS

Seção I. – Desde toda a eternidade, e pelo sapientíssimo e santíssimo conselho de sua própria vontade, Deus ordenou livre e imutavelmente tudo quanto acontece;¹ porém, de modo tal que nem é Deus o autor do pecado,² nem se faz violência à vontade das criaturas, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes são estabelecidas.³

Seção II. – Embora Deus saiba tudo quanto pode ou há de suceder em todas as circunstâncias imagináveis,⁴ contudo não decretou coisa alguma por havê-la previsto como futura, nem como algo que haveria de acontecer em tais circunstâncias.⁵

¹ Ef 1.11; Rm 11.33; Hb 6.17; Rm 9.15,18. ² Tg 1.13,17; 1 Jo 1.5. ³ At 2.23; Mt 17.12; At 4.27,28; Jo 19.11; Pv 16.33. ⁴ At 15.18; 1 Sm 23.11,12; Mt 11.21,23.

⁵ Rm 9.11,13,16,18.

EXPOSIÇÃO

Estas seções afirmam as seguintes proposições: –

1. Desde toda a eternidade, Deus teve um plano imutável com referência à sua criação.

2. Esse plano compreende e determina todas as coisas e eventos de toda espécie que venham suceder.

3. Esse propósito todo-compreensivo não é condicional, nem em seu todo nem em qualquer de seus elementos constituintes. Em nenhum aspecto sua presciência depende de eventos não envolvi-

dos nem determinados por seu propósito. É um propósito absolutamente soberano, dependendo unicamente do “sábio e santo conselho de sua própria vontade”.

4. Esse propósito é, em relação a todos os objetos envolvidos nele, infalivelmente eficaz.

5. Ele é em todas as coisas consistente com sua natureza mui sábia, benevolente e santa.

6. Ele é em todas as coisas perfeitamente consistente com a natureza e modo de ação das criaturas individualmente envolvidas nele.

1. Desde toda a eternidade, Deus teve um plano imutável com referência à sua criação.

Como Criador e Governador infinitamente inteligente e providente, Deus certamente teve um propósito definido com referência à existência e destino de tudo quanto criou, compreendendo em um só sistema todo-perfeito seu fim principal nesse particular e todos os fins e meios subordinados em referência a esse fim principal. E já que ele é um Ser eterno e imutável, seu plano certamente existiu em todos os seus elementos, perfeito e imutável, desde a eternidade. Visto ser Deus uma Pessoa infinita, eterna, imutável e absolutamente sábia, poderosa e soberana, certamente que seu propósito participa dos atributos essenciais de seu próprio ser. E visto que a inteligência de Deus é absolutamente perfeita e seu plano eterno; visto que seu fim último é revelado como que almejando unicamente sua própria glória, e toda a obra da criação e da providência é observada como a formar um sistema único, segue-se que seu plano é também único — uma intenção todo-compreensiva, provida de todos os meios e condições, bem como dos fins predeterminados.

2. O plano de Deus compreende e determina todas as coisas e eventos de todo gênero que venham suceder.

2.1. Isso se faz infalível à luz do fato de que todas as obras de Deus, da criação e da providência, se constituem num sistema.

Nenhum evento é isolado, quer no mundo físico quer no mundo moral, quer no céu quer na terra. Todas as revelações supernaturais de Deus, e cada avanço da ciência humana, corroboram para tornar esta verdade conspicuamente luminosa. Daí a intenção original que determina um evento deve também determinar todos os outros eventos relacionados a ela, como causa, condição, ou conseqüente, direto e indireto, imediato ou remoto. Por isso, o plano que determina os fins gerais deve também determinar até mesmo o elemento mais minúsculo compreendido no sistema do qual esses fins são partes. As ações livres de agentes livres constituem um elemento eminentemente importante e efetivo no sistema de coisas. Se o plano de Deus não determinou eventos dessa classe, ele não poderia ter feito nada certo, e seu governo do mundo seria feito contingente e dependente, e todos os seus propósitos, falíveis e mutáveis.

2.2. As Escrituras expressamente declaram essa verdade: –

a. De todo o sistema em geral. Ele “opera todas as coisas segundo o conselho de sua própria vontade”. Ef 1.11.

b. Dos eventos fortuitos. Pv 16.33; Mt 10.29,30.

c. Das livres ações dos homens. “Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do Senhor, que o inclina a todo o seu querer.” Pv 21.1. “Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas.” Ef 2.10. “Porque Deus é quem opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo sua boa vontade.” Fp 2.13.

d. Das ações pecaminosas dos homens. “A este que foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, prendestes, crucificastes e matastes pelas mãos de injustos.” At 2.23. “Porque verdadeiramente contra o teu Santo Filho Jesus, que tu ungiste, se juntaram, não só Herodes, mas Pôncio Pilatos, com os gentios e os povos de Israel; para fazerem tudo o que tua mão e teu conselho tinham anteriormente determinado que se havia de fazer.” At 4.27-28. Compare-se Gn 37.28 com Gn 45.7-8; Is 10.5.

Deve lembrar-se, contudo, que o propósito de Deus com respeito aos atos pecaminosos dos homens e anjos réprobos, em nenhum aspecto causa o mal nem o aprova, mas apenas permite que o agente mau o realize, e então o administra para seus próprios sapientíssimos e santíssimos fins. O mesmo decreto infinitamente perfeito e autoconsistente ordena a lei moral que proíbe e condena todo o pecado, e ao mesmo tempo permite sua ocorrência, limitando e determinando o canal preciso ao qual ele se confinará, o fim preciso ao qual se dirigirá e governando suas conseqüências para o bem. “Vós bem intentastes mal contra mim; porém Deus o intentou para o bem, para fazer como se vê neste dia, para conservar muita gente com vida.” Gn 50.20.

3. Esse propósito todo-compreensivo não é condicional, nem no todo nem em qualquer de seus elementos constituintes. Em nenhum aspecto sua presciência depende de eventos não compreendidos em e determinados por seu propósito. Ele é absolutamente soberano, dependendo somente do “sábio e santo conselho de sua própria vontade”.

Uma distinção bastante óbvia deve sempre ser mantida em mente entre um evento ser condicionado a outros eventos, e o decreto de Deus, com referência a esse evento, ser condicionado. Os calvinistas crêem, como todos os homens deveriam, que todos os eventos no sistema de coisas dependem de suas causas e são pendentes de condições. Isto é, se um homem não semeou, também não colherá; se semeou, e todas as influências climáticas favoráveis agem, ele colherá. Se um homem crê, ele será salvo; se não crê, também não será salvo. Mas o propósito todo-compreensivo de Deus abarca e determina a causa e as condições, tanto quanto o evento interrompido nelas. O decreto, em vez de alterar, determina a natureza dos eventos e suas relações mútuas. Ele faz as ações livres, livres em relação aos seus agentes; e os eventos contingentes, contingentes em relação às suas condições. Enquanto que, ao mesmo tempo, ele faz todo o sistema de eventos, e muitos elementos envolvidos nele, infalivelmente futuros. Decreto absoluto é

aquele que, enquanto pode determinar muitos eventos condicionais, determinando suas condições, ele mesmo não é interrompido em nenhuma condição. Decreto condicional é aquele que determina que certo evento acontecerá sob a condição que algum outro evento não decretado aconteça, a que evento não decretado o próprio decreto, tanto quanto o evento decretado, se acha pendente.

A Confissão, nesta seção, ensina que os decretos de Deus são incondicionais.

Todos quantos crêem num governo divino concordam com os calvinistas em que os decretos de Deus relativos aos eventos produzidos por causas necessárias são incondicionais. O único debate se relaciona aos decretos que são concernentes às livres ações dos homens e dos anjos. Os socinianos e racionalistas mantêm que Deus não pode infalivelmente prever as livres ações, porque à luz de sua própria natureza elas são incertas até que sejam realizadas. Os arminianos admitem que ele infalivelmente as prevê, mas negam que ele as determine. Os calvinistas afirmam que ele as prevê como infalivelmente futuras, porque ele determinou que elas assim o fossem.

A veracidade do ponto de vista calvinista prova-se: —

3.1. À luz do fato de que, como demonstrado supra, os decretos de Deus determinam todas as classes de eventos. Se cada evento que vem a lume é preordenado, é evidente que não há nada indeterminado sobre o qual o decreto pudesse ser condicionado.

3.2. Porque os decretos de Deus são soberanos. Isso é evidente — (a) Porque Deus é o eterno e absoluto Criador de todas as coisas. Todas as criaturas existem, e são o que são, e possuem as propriedades peculiares a elas, e agem sob as próprias condições em que agem, em obediência ao plano divino. (b) É diretamente afirmado na Escritura. Dn 4.35; Is 40.13-14; Rm 9.15-18; Ef 1.5.

3.3. O decreto de Deus inclui e determina os meios e condições dos quais os eventos dependem, tanto quanto dos eventos propriamente ditos: “Como também nos elegera nele antes da fundação

do mundo, *para que fôssemos santos e irrepreensíveis.*” Ef 1.4. “Porque pela graça sois salvos, *por meio da fé*; e isso não vem de vós, *é o dom de Deus.*” Ef 2.8. “Deus desde o princípio vos elegeu para a salvação, pela santificação do Espírito e fé da verdade.” 2 Ts 2.13. No caso do naufrágio de Paulo, Deus primeiramente prometeu a Paulo que absolutamente nenhuma vida se perderia. At 27.24. Paulo, porém, disse, no versículo 31: “Se estes não ficarem no navio, não podereis salvar-vos.”

3.4. As Escrituras declaram que a salvação de indivíduos está condicionada ao ato pessoal de fé, e ao mesmo tempo que o decreto de Deus com respeito à salvação dos indivíduos repousa tão-só em “o conselho de sua própria vontade”, “seu próprio beneplácito”. “Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama).” Rm 9.11. “Sendo predestinados segundo o propósito daquele que opera todas as coisas segundo o conselho de sua própria vontade.” Ef 1.11; 1.5; Mt 11.25-26.

4. O propósito de Deus é, com referência a todos os objetos envolvidos nele, infalivelmente eficaz.

O decreto de Deus é simplesmente um propósito, o qual ele executa em suas obras da criação e providência. Quando se diz que todos os decretos de Deus são infalivelmente eficazes, não significa que eles são as causas imediatas dos eventos, senão que eles tornam, sob a subsequente economia da criação e providência, cada evento envolvido neles absolutamente certo. Isso é evidente –

4.1. À luz da natureza de Deus como uma pessoa infinitamente sábia e poderosa e absolutamente soberana.

4.2. À luz do fato de que os decretos se relacionam com todos os eventos, sem exceção, e são soberanos e incondicionais.

4.3. As Escrituras declaram, com referência a tais eventos, que há uma *inevitabilidade* de que aconteçam *segundo foram determinados*. Mt 16.21; Lc 24.44; 22.22.

5. Este propósito deve em todas as coisas ser perfeitamente consistente com sua própria natureza, que é mui sábia, benevolente e santa.

Esta é uma verdade auto-evidente da natureza de Deus como um Ser eterno, absolutamente perfeito e imutável. Seus decretos devem ser absolutamente perfeitos em sabedoria e justiça.

O problema da permissão do pecado nos é insolúvel, visto ser inexplicável. O fato é indubitável; o motivo é insondável. Se Deus é infinitamente sábio e poderoso, ele poderia tê-lo obstado. É evidente que é consistente com a absoluta justiça permiti-lo e administrá-lo. Os arminianos admitem que Deus previu que o pecado e a miséria certamente sucederiam sob as condições da criação que ele estabeleceu. Eles, pois, são tão inábeis quanto os calvinistas o são para explicarem por que Deus, não obstante esse determinado conhecimento, não mudou essas condições.

Contudo, permanece indiscutível —

5.1. Que não se acha em Deus a causa do pecado, (a) porque ele é absolutamente santo; (b) porque o pecado é em sua essência *ανομία* (violação da vontade de Deus); (c) porque o homem como agente livre é a causa responsável de suas próprias ações.

5.2. Que Deus permitiu o pecado com o propósito de administrá-lo no interesse da justiça e da benevolência — a mais elevada glória de Deus e a excelência da criação moral.

6. O propósito de Deus é em todas as coisas perfeitamente consistente com a natureza e o modo de ação das criaturas individualmente inclusos nele.

Isso é indiscutível: —

6.1. Porque o único eterno, autoconsistente, todo-compreensivo propósito de Deus ao mesmo tempo determina a natureza do agente, seu próprio modo de ação e cada ação que sucederá. Visto que o propósito de Deus não pode ser inconsistente consigo mesmo, o elemento dele que determina a natureza do agente não pode

ser inconsistente com o elemento dele que determina alguma ação específica do agente.

6.2. Porque os decretos de Deus não são as causas imediatas dos eventos; eles só fazem que o evento futuro seja infalível. Eles garantem que os agentes espontâneos serão agentes espontâneos, e as ações espontâneas serão as ações espontâneas; e que é garantido que o agente espontâneo existirá e que livremente realizará uma ação livre e infalível sob condições infalíveis.

Ora, que uma dada ação espontânea seja infalivelmente futura não é obviamente inconsistente com a perfeita liberdade do agente naquele ato:

a. Visto que todos admitem que Deus certamente conhece de antemão as ações livres de agentes livres, se é que o admitem, elas devem ser infalivelmente futuras, embora livres.

b. As ações de Deus são infalivelmente santas, ainda que livres; e o mesmo é verdade no tocante a todos os espíritos glorificados no céu.

c. As ações do diabo, e enfim dos homens e anjos réprobos, serão para sempre infalivelmente perversas, todavia livres e responsáveis.

Seção III. – Pelo decreto de Deus e para a manifestação de sua glória, alguns homens e anjos⁶ são predestinados para a vida eterna e outros são preordenados para a morte eterna.⁷

Seção IV. – Esses anjos e homens, assim predestinados e preordenados, são específica e imutavelmente designados, e seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado e nem diminuído.⁸

Seção V. – Aqueles dentre a humanidade que são predestinados para a vida, Deus, antes que fossem lançados os fundamentos do mundo, segundo seu eterno e imutável propósito, e o secreto conselho e beneplácito de sua vontade, escolheu em Cristo para a glória eterna,⁹ de sua mera e livre graça e amor, sem

qualquer previsão de fé ou de boas obras, ou de perseverança em qualquer um deles, ou qualquer outra coisa na criatura, como condições ou causas que a isso o movessem;¹⁰ e tudo para o louvor de sua gloriosa graça.¹¹

⁶ 1 Tm 5.21; Mt 25.41. ⁷ Rm 9.22,23; Ef 1.5,6; Pv 16.4. ⁸ 2 Tm 2.19; Jo 13.18. ⁹ Ef 1.4,9,11; Rm 8.30; 2 Tm 1.9; 1 Ts 5.9. ¹⁰ Rm 9.11,13,16; Ef 1.4,9. ¹¹ Ef 1.6,12.

EXPOSIÇÃO

Havendo as seções precedentes afirmado que o eterno, soberano, imutável e incondicional decreto de Deus determina todos os eventos de toda espécie que porventura aconteça, essas seções procedem a afirmar, à guisa de especificação, as seguintes proposições: —

1. O decreto de Deus determina que, da massa da humanidade caída, certos indivíduos alcançarão a salvação eterna, e que o resto será deixado para que seja tratado com justiça segundo seus pecados.

2. Que tal determinação é imutável.

3. Que ele não está condicionado à fé, nem às boas obras, nem à perseverança previstas, senão que em cada caso ele repousa na graça soberana e no amor pessoal, segundo o secreto conselho de sua vontade.

4. Que o fim ou motivo último em sua eleição é a manifestação de sua própria glória, o louvor de sua gloriosa graça.

1. O decreto de Deus determina que da massa da humanidade caída certos indivíduos alcançarão a salvação eterna, e que o resto será deixado para que seja tratado segundo seus pecados.

Os socinianos sustentam que os atos livres dos homens, sendo em sua natureza incertos, não podem ser conhecidos de antemão como infalivelmente futuros. Visto, pois, que Deus não conhece de antemão quem se arrependerá e crerá, sua eleição equivale nada mais que seu propósito geral de salvar a todos os crentes como uma classe.

Os arminianos sustentam que Deus, prevendo desde toda a eternidade quem haveria de arrepender-se e crer, elegeu a todos os indivíduos para a vida eterna sob a condição de fé e arrependimento, assim infalivelmente conhecidos de antemão.

Os calvinistas sustentam que Deus elegeu certos indivíduos para a vida eterna, bem como todos os meios e condições para ela, com base em seu soberano beneplácito. Ele os escolheu para a fé e arrependimento, e não por causa de sua fé e arrependimento. Que Deus escolheu *indivíduos* para a vida eterna é indiscutível.

1.1. Os sujeitos são sempre expressos na Escritura em termos individuais: “Creram todos quantos haviam sido ordenados para a vida eterna” (At 13.48; 2 Ts 2.13; Ef 1.4).

1.2. Os nomes dos eleitos diz-se estarem “escritos no céu” e “no livro da vida” (Fp 4.3; Hb 12.23).

1.3. As bênçãos para as quais os homens são eleitos são de tal natureza que a referência é a indivíduos, não a comunidades; e eles são representados como eleitos para essas qualificações espirituais, e não porque pertençam à classe que as possui. São eleitos “para a salvação”, “para a adoção de filhos”, “para serem santos e sem mácula diante dele em amor” (2 Ts 2.13; Gl 4.4,5; Ef 1.4).

2. Essa eleição é imutável. Isso é por si só evidente.

3. Ela não é condicionada à fé nem ao arrependimento previstos, mas em cada caso à soberana graça e ao amor pessoal, segundo o conselho secreto de sua vontade.

3.1. Declara-se expressamente que ela não repousa nas obras; mas a fé e o arrependimento previstos são obras (Rm 11.4-7; 2 Tm 1.9).

3.2. Diz-se expressamente que a fé e o arrependimento são frutos da eleição, e conseqüentemente não podem ser suas condições. Declara-se também que eles são dons divinos, e portanto não podem ser as condições para que se suspenda seu propósito [Ef 2.10; 1.4; 1 Pe 1.2; Ef 2.8; At 5.13; 1 Co 4.7]. “Todo o que o Pai me dá virá a mim; ... E a vontade do que me enviou é esta: Que eu não

perca nenhum de todos os que me deu” (Jo 6.37,39). “Mas vós não credes, porque não sois de minhas ovelhas” (Jo 10.26). “E creram todos quantos haviam sido destinados para a vida eterna” (At 13.48).

3.3. As Escrituras apresentam o homem por natureza como “mortos em delitos e pecados”; e a fé e o arrependimento como o exercício das almas regeneradas; e a regeneração como obra de Deus – um “novo nascimento”, uma “nova criação”, uma “vivificação dos mortos”. A fé e o arrependimento, pois, devem ser condicionados ao propósito de Deus, e não podem condicioná-lo (Ef 2.1; Jo 3.3,5; Ef 2.5,10).

3.4. As Escrituras expressamente afirmam que a eleição está condicionada ao “beneplácito da vontade de Deus”; “e nos predestinou para sermos filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade, para o louvor da glória de sua graça, no qual também fomos feitos herança, havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas segundo o conselho de sua vontade” (Ef 1.5,6,11; Mt 11.25,26; Jo 15.16,19).

3.5. Deus reivindica o direito de eleição soberana e incondicional, como sendo prerrogativa sua: “Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para uso honroso e outro para uso desonroso?” (Rm 9.21). Se é da mesma massa, então a diferença não está no barro. “Assim, pois, não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus que usa de misericórdia” (Rm 9.16).

4. O fim ou motivo último de Deus, na eleição, é o louvor de sua gloriosa graça.

Isso é expressamente asseverado em Ef 1.5,6,12. No capítulo sobre a Criação será demonstrado que o propósito final de Deus, em todas as suas obras, como um todo, é a manifestação de sua própria glória. Se ela é o fim último do todo, então ela é também o fim da destinação especial de todas as partes.

Seção VI. – Visto que Deus designou os eleitos para a glória, assim ele, pelo eterno e mui livre propósito de sua vontade, preordenou todos os meios para se alcançar esse propósito.¹² Por conseguinte, aqueles que são eleitos, achando-se caldos em Adão, são redimidos por Cristo;¹³ são eficazmente chamados à fé em Cristo mediante seu Espírito que opera no devido tempo; são justificados, adotados e santificados¹⁴ e guardados por seu poder mediante a fé para a salvação.¹⁵ Nenhum outro é redimido, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo por Cristo, senão unicamente os eleitos.¹⁶

¹² 1 Pe 1.2; Ef 1.4,5; 2.10; 2 Ts 2.13. ¹³ 1 Ts 5.9,10; Tt 2.14. ¹⁴ Rm 8.30; Ef 1.5; 2 Ts 2.13. ¹⁵ 1 Pe 1.5. ¹⁶ Jo 17.9; Rm 8.28; Jo 6.64,65; 10.26; 8.47; 1 Jo 2.19.

Esta seção afirma: —

1. Que embora o decreto de Deus seja uma intenção eterna e todo-abrangente, os vários elementos envolvidos nele necessariamente sustentam a relação recíproca de meios para fins. Ao determinar os fins que ele tenciona efetuar, Deus ao mesmo tempo determina os meios pelos quais ele tenciona efetuá-los. E o propósito de Deus com respeito ao fim necessariamente, na ordem lógica, toma precedência de e dá direção a seu propósito com respeito aos meios.

2. Que, na questão da redenção dos homens, o fim que determinou era a salvação de certos indivíduos, chamados “os eleitos”; e que ele designou, como meios para esse fim, a redenção por meio de Cristo, a vocação eficaz, a justificação, a adoção, a santificação, a perseverança na graça para a vida.

3. Que, visto que os meios são tencionados para efetuar o fim, assim eles não devem ser exercidos no caso de alguém cuja salvação não foi adotada como esse fim. Ninguém, senão os eleitos, é redimido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado e santificado.

1. Que os propósitos de Deus sustentam a relação recíproca de meios para fins é evidente: —

1.1. À luz do fato de que seus propósitos são o produto de uma inteligência infinita, o próprio ofício do qual é coordenar um grande sistema de meios na realização de um grande desígnio.

1.2. Deus executa seus eternos propósitos em suas obras de criação e providência, e na economia de ambas ele habitualmente usa sistemas de meios em subordinação para predeterminados fins.

1.3. Todos os eventos decretados como matéria de fato resultam na relação dos meios em subordinação dos fins. Eles devem, portanto, ter sido abrangidos na mesma ordem no decreto divino.

1.4. Deus, explicitamente, nos diz que ele determina uma coisa a fim de realizar outra. Ele predestina homens para a salvação, “pela santificação do Espírito e fé da verdade”, para “o louvor da glória de sua graça”. 2 Ts 2.13; Ef 1.6.

2. Que o oferecimento de Cristo para fazer expiação pelo pecado, e do Espírito Santo para regenerar e santificar, são na divina intenção designados como meios para realizar seu propósito em assegurar a salvação do eleito; tem sido posto em dúvida por alguns teólogos, mas é explicitamente afirmado tanto positiva quanto negativamente nesta seção da Confissão. Ao tempo em que esta Confissão foi escrita, a expressão “para redimir” era usada no mesmo sentido em que agora usamos a expressão “para fazer expiação por”. A Confissão afirma, em primeiro lugar, positivamente, que Cristo foi eternamente designado para fazer expiação como um meio de executar o propósito de salvar o eleito; e, em segundo lugar, negativamente, que ele não fez expiação por nenhum outro.

A classe de teólogos que não concordam com a Confissão neste ponto considera os propósitos de Deus, com respeito à salvação do homem e o oferecimento de Cristo para ser o Salvador, como que sustentando respectivamente a seguinte ordem: Por sua infinita compaixão e universal benevolência, Deus determinou dar seu Filho para morrer pela redenção, da maldição da lei, de todo gênero humano, arruinado pela queda; mas, prevendo que, se os deixasse entregues a si próprios certamente rejeitariam a Cristo e se

perderiam, Deus, a fim de executar e aplicar seu plano da redenção humana, e movido por especial amor por certas pessoas, as elegeu dentre a massa da humanidade para que fossem receptíveis da especial graça eficaz do Espírito Santo, e portanto para a salvação. A doutrina ensinada na Confissão e defendida pela grande corporação das Igrejas Reformadas consiste em que Deus, movido por um amor especial e pessoal, elegeu certos homens dentre a massa da raça caída, para a salvação, e a fim de executar esse propósito ele determinou enviar a Cristo para morrer por eles, e o Espírito Santo para renová-los e santificá-los.

Que o ponto de vista da Confissão procede, é evidente –

2.1. Da própria afirmação do caso. O oferecimento de Cristo para morrer pelos eleitos é um meio muito adequado para executar o decreto de sua salvação. Em contrapartida, porém, o decreto de oferecer as eficientes influências do Espírito Santo somente aos eleitos é um meio muito inadequado de executar o propósito de redimir todos os homens pelo sacrifício de Cristo. Um propósito de salvar a todos e um propósito de salvar somente a alguns não poderiam coexistir na mente divina.

2.2. Todos os propósitos de Deus, sendo imutáveis, autoconsistentes e infalivelmente eficientes, devem corresponder perfeitamente aos eventos que sucedem no tempo. Ele deve ter predestinado para a salvação àqueles, e tão-somente àqueles, que são, como matéria de fato, salvos; e ele deve ter tencionado que Cristo redimiria àqueles, e tão-somente àqueles, que são redimidos. O propósito de Deus no oferecimento de Cristo não pode, em hipótese alguma, ser em vão.

2.3. Cristo diz explicitamente: “Eu dou minha vida pelas ovelhas.” Jo 10.15.

3. Ninguém, senão os eleitos, é redimido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado e santificado.

Esta é apenas a afirmação negativa da mesma verdade, delineada para fazer a afirmação positiva dela ainda mais explícita e enfática.

A doutrina quanto ao desígnio de Deus no sacrifício de Cristo é declarada novamente no capítulo viii.8 da Confissão, e será mais apropriadamente declarada e discutida naquele lugar.

Seção VII. – Aprouve a Deus, segundo o insondável conselho de sua própria vontade, pela qual estende ou retrai sua misericórdia, como lhe apraz, para a glória de seu soberano poder sobre suas criaturas, não contemplar o restante e ordená-lo para a desonra e ira por causa de seu pecado, para o louvor de sua gloriosa justiça.¹⁷

¹⁷ Mt 11.25-26; Rm 9.17,18,21,22; 2 Tm 2.19-20; Jd 4; 1 Pe 2.8.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina as seguintes proposições: –

1. Que, visto que Deus soberanamente destinou certas pessoas, chamadas os eleitos, através da graça da salvação, assim ele soberanamente decretou subtrair sua graça do restante; e que esse restante foi reprovado pelo insondável conselho de sua própria vontade e para a glória de seu soberano poder.

2. Que Deus, conseqüentemente, determinou tratar a todos quantos deixou em seus pecados com perfeita justiça segundo os próprios méritos deles, para o louvor de sua justiça, a qual demanda a punição de todo e qualquer pecado não expiado.

Este decreto de reprovação, como é chamado, é o aspecto que o eterno propósito de Deus apresenta em sua relação com aquela porção da família humana que será finalmente condenada em razão de seus pecados.

Ele consiste de dois elementos: (1.) Negativo, visto que o mesmo envolve uma determinação de passá-los por alto e da recusa de elegê-los para a vida. (2.) Positivo, visto que ele envolve uma determinação de tratá-los com base nos princípios de estrita justiça, precisamente como merecem. Em seu aspecto negativo, a reprovação é simplesmente não-eleição, e é absolutamente soberana, repousando unicamente no beneplácito divino, já que os que são

reprovados não são piores que os eleitos. No tocante ao seu elemento positivo, a reprovação de maneira alguma é soberana, mas puramente judicial, visto que Deus determinou tratar os réprobos precisamente de acordo com seus méritos pelo prisma de absoluta justiça. Nossos padrões são muito judiciosos em manter este ponto explicitamente. Esta seção diz que Deus ordenou os não-eleitos “à desonra e ira *por causa de seus pecados*, para o louvor de sua gloriosa *justiça*”. A mesma é repetida quase em linguagem idêntica na resposta à pergunta 13 do Catecismo Maior.

Esta doutrina, em vez de ser inconsistente com os princípios de absoluta justiça, necessariamente se deduz da aplicação desses princípios ao caso em apreço.

2.1. Todos os homens são igualmente “por natureza filhos da ira”, e odiosamente merecedores da punição máxima da lei, antecedentemente ao oferecimento de Cristo para ser seu Salvador. É por estarem em tal condição que a satisfação vicária da justiça divina foi absolutamente necessária para a salvação de alguém, pois, do contrário, como diz o apóstolo, “Cristo teria morrido em vão”. Daí, se alguém precisa ser salvo, a própria justiça exige que sua salvação seja reconhecida como não provida de seu direito, mas como soberana concessão da parte de Deus. Ninguém tem qualquer direito natural à salvação. E a salvação de um não pode dar a outro o direito a ela.

2.2. A salvação é declarada ser, em sua própria essência, uma questão de graça; e se é de graça, a seleção de seus objetos é inalienavelmente uma questão de discrição divina. Lm 3.22; Rm 4.4; 11.6; Ef 1.5-7; Jo 3.16; 1 Jo 3.16; 4.10.

Esta doutrina, supra declarada, é verdadeira: —

A. Porque está necessariamente envolvida na doutrina bíblica da eleição ensinada nas seções precedentes.

B. É expressamente ensinada na Escritura. “Portanto, tem ele misericórdia de quem quer, e a quem quer endurece.” Rm 9.18; 1 Pe 2.8; Ap 13.8; Jd 4.

C. Deus assevera o direito envolvido como sua justa prerrogativa: “Dir-me-ás então: Por que se queixa ele ainda? Pois, quem resiste à sua vontade? Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para uso honroso e outro para uso desonroso? E que direis, se Deus, querendo mostrar sua ira, e dar a conhecer seu poder, suportou com muita paciência os vasos de ira, preparados para a perdição; para que também desse a conhecer as riquezas de sua glória nos vasos de misericórdia, que de antemão preparou para a glória.” Rm 9.19-23.

Seção VIII. – A doutrina deste profundo mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado,¹⁸ a fim de que os homens, atentando para a vontade de Deus revelada em sua Palavra, e rendendo-lhe obediência, possam, à luz da certeza de sua vocação eficaz, assegurar-se de sua eterna eleição.¹⁹ E assim, a todos quantos sinceramente obedecem ao evangelho, esta doutrina fornecerá motivo de louvor, reverência e admiração a Deus,²⁰ bem como de humildade, diligência e abundante consolação.²¹

¹⁸ Rm 9.20; 11.33; Dt 29.29. ¹⁹ 2 Pe 1.20. ²⁰ Ef 1.6; Rm 11.33. ²¹ Rm 11.5,6,20; 2 Pe 1.10; Rm 8.33; Lc 10.20.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina que o profundo mistério de predestinação deve ser tratado com especial prudência e cuidado. Tal necessidade é oriunda do fato de que ela é com frequência usada indevidamente, e que seu uso próprio está num grau muitíssimo importante.

O princípio da soberania divina na distribuição da graça está certamente revelado na Escritura, não é de difícil compreensão e é de grande aplicação prática para convencer os homens da grandeza e independência de Deus, da infalível eficácia de sua graça e da infalibilidade de suas promessas, bem como de seus próprios pecados e de sua absoluta dependência. Mas a filosofia da relação de

seu soberano propósito com a livre agência da criatura, e com a permissão do mal moral, não é revelada nas Escrituras, e não pode ser descoberta pela razão humana, e portanto não deve sofrer temerária intromissão. Esta verdade, além do mais, não deve ser introduzida no sistema fora de seu devido lugar, sistema este que inclui de maneira idêntica certas verdades sobre a liberdade do homem e da livre oferta do evangelho a todos.

Enquanto o princípio da eleição soberana que se encontra no fundamento de toda a graça é assim claramente revelado, a eleição ou a não-eleição de pessoas específicas não é revelada nas Escrituras. A vontade preceptiva, e não a vontade decretiva de Deus é a norma do dever humano. A eleição tem a ver antes com Deus e a graça conseqüente para ela. Com o homem, porém, o dever e a graça vêm primeiro, e a inferência da eleição pessoal só é conseqüente sobre a posse da graça. A ordem de arrepender-se e crer é direcionada a todos os homens, indiscriminadamente, e a obrigação repousa igualmente sobre todos. A preocupação do inquiridor é simplesmente com o fato de que a graça lhe é oferecida e assegurada sob a condição de aceitação, e sua obrigação é aceitá-la e cultivá-la. A seguir vem o grande privilégio do crente de fazer o fato de sua eterna vocação e eleição concretizado, adicionando à fé a virtude, e à virtude o conhecimento etc.; pois, se ele faz essas coisas, jamais cairá. 2 Pe 1.5-10.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira e segunda seções?
2. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Qual a *sexta*?
7. Como se pode demonstrar que Deus deve ter tido, desde a eternidade, um plano definido em suas obras?

8. Quais teriam sido os atributos gerais desse plano?
9. O que se pretende quando dizemos que os decretos de Deus têm *um só propósito*?
10. Mostre, à luz da relação, na qual todas as coisas se relacionam umas com as outras, que os propósitos de Deus devem relacionar-se com e determinar todos os eventos de todo tipo.
11. Prove isso à luz da Escritura.
12. Que relação o eterno propósito de Deus sustenta com os atos pecaminosos dos homens?
13. Qual é a diferença entre um evento ser condicional e o decreto de Deus com referência a ser ele condicional?
14. Qual é o decreto incondicional e qual o condicional?
15. Com respeito a que classe de eventos os arminianos defendem que os decretos de Deus são condicionais?
16. Prove que nenhum dos propósitos de Deus é condicional.
17. O que você pretende quando diz que todos os decretos de Deus são infalivelmente eficazes?
18. Prove que eles o são.
19. Prove que todos os propósitos de Deus devem ser consistentes com suas próprias perfeições.
20. Prove que Deus não pode ser o autor do pecado.
21. Prove que os decretos de Deus não são inconsistentes com a liberdade de agentes livres.
22. Mostre que a certeza de um ato livre não é inconsistente com a liberdade do agente no agir.
23. Qual é a *primeira* proposição ensinada na terceira, na quarta e na quinta seções?
24. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
25. Qual a *terceira*?
26. Qual a *quarta*?
27. Demonstre especificamente as doutrinas dos socinianos, dos arminianos e dos calvinistas quanto à eleição de indivíduos para a salvação.

28. Mostre pela Escritura que Deus escolheu indivíduos, não classes, para a vida eterna.
29. Mostre pela Escritura que essa eleição *não* é condicionada pela fé e arrependimento previstos na pessoa eleita.
30. Mostre que ela está fundamentada exclusivamente no *benefício divino*.
31. Qual é o fim último da eleição?
32. Qual é a *primeira* proposição afirmada na sexta seção?
33. Qual é a *segunda* proposição?
34. Qual a *terceira*?
35. Como você poderia provar que Deus propõe uma coisa para alcançar outra coisa?
36. Segundo esta seção, qual é a relação que o propósito de Deus em oferecer a Cristo sustenta com o propósito em assegurar a salvação do eleito?
37. Apresente os dois diferentes pontos de vista que têm sido defendidos neste tema?
38. Como é este assunto apresentado nesta seção, negativamente, positivamente?
39. Demonstre que a ordem dos propósitos de Deus, apresentada nesta seção, é tanto natural quanto verdadeira.
40. Qual é a *primeira* proposição ensinada na sétima seção?
41. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
42. Apresente o elemento negativo envolvido na reprovação divina dos perversos.
43. Apresente o elemento positivo envolvido.
44. Demonstre que a Confissão e o Catecismo Maior assinalam cuidadosamente a distinção.
45. Demonstre que esta doutrina é eminentemente justa.
46. Demonstre que ela é verdadeira.
47. O que é ensinado na oitava seção?

- 48.** Por que esta doutrina deve ser cuidadosamente tratada?
- 49.** Quais são as aplicações práticas dela?
- 50.** Qual é a norma do dever humano?
- 51.** Qual é a grande preocupação do inquiridor religioso?
- 52.** Como o fato da eleição pessoal do homem pode ser averiguada?

CAPÍTULO IV

DA CRIAÇÃO

Seção I. – Aproveu a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo,¹ para a manifestação da glória de seu eterno poder, sabedoria e bondade,² no princípio, criar, ou fazer do nada, o mundo e todas as coisas existentes nele, quer visíveis, quer invisíveis, no espaço de seis dias e tudo muito bom.³

¹ Hb 1.2; Jo 1.2,3; Gn 1.2; Jó 26.13; 33.4. ² Rm 1.20; Jr 10.12; Sl 104.24; 33.5,6. ³ Gn 1.1-31; Hb 11.3; Cl 1.16; At 17.24.

Compare com esta seção, Catecismo Maior, 15 e 16.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina: —

1. Que nada no mundo (o universo visível), nem qualquer coisa que há nele, quer em substância, quer em forma, é auto-existente ou eterno.

2. Que o Deus único, que é Pai, Filho e Espírito Santo, no princípio criou do nada os elementos do mundo, e os trouxe à sua presente forma, e que os estágios particulares dessa obra, os quais se acham registrados em Gênesis, se realizaram no espaço de seis dias.

3. Que ao serem completadas por Deus, todas as coisas eram muito boas, segundo sua espécie.

4. Que o desígnio de Deus na criação era a manifestação de sua própria glória.

1. Há uma distinção muito óbvia entre as substâncias das coisas e as formas nas quais essas substâncias se dispõem. Em nossa experiência, as substâncias elementares que constituem as coisas são permanentes, como o oxigênio, o hidrogênio e as afins; enquanto que as formas orgânicas e inorgânicas nas quais são combinadas estão em constante mudança. Que os espíritos pessoais e as várias formas em que os elementos materiais do universo se dispõem não são auto-existentes ou eternos, por si mesmos se evidenciam. E a universalidade, a constância e a rapidez das mudanças dos elementos materiais se fizeram ainda mais óbvios e definidos com o próprio avanço da ciência. Que as substâncias das coisas elementares foram criadas do nada nunca foi crido pelos antigos filósofos pagãos, mas é um princípio fundamental do teísmo cristão. Isso se prova pelas seguintes considerações: —

1.1. As Escrituras falam de um tempo em que o mundo era absolutamente inexistente. Cristo fala da glória “que eu tive contigo antes que o mundo existisse”. Jo 17.5,24. “Antes que fosse formada a terra e o mundo, de eternidade a eternidade tu és Deus.” Sl 90.2.

1.2. A palavra hebraica traduzida por “criar”, e usada por Moisés para revelar o fato de que Deus criou o mundo, é a melhor oferecida por qualquer linguagem humana anterior à revelação para exprimir a idéia de criação absoluta. Ela é introduzida no início de um relato da gênese dos céus e da terra. No princípio — no início absoluto — Deus criou todas as coisas (céu e terra). Depois que houve caos, subseqüentemente o Espírito de Deus, pairando sobre as profundezas, trouxe à existência o mundo ordenado. A criação veio antes do caos, assim como as coisas em sua presente forma vieram depois do caos. Portanto, as substâncias das coisas devem ter tido um começo, bem como suas formas atuais.

1.3. As Escrituras atribuem sempre a existência das coisas puramente à “vontade”, à “palavra”, ao “sopro” de Deus, e jamais, mesmo indiretamente, sugere a presença de qualquer outro elemento ou condição de sua existência, tal como matéria preexistente:

“Pela fé entendemos que os mundos foram formados pela palavra de Deus, de modo que as coisas que são vistas não se fizeram das coisas que aparecem.” Hb 11.3; Sl 33.6; 148.5.

1.4. Se Deus não é o criador da substância *ex nihilo*, tanto quanto o modelador dos mundos e das coisas, ele não pode ser absolutamente soberano em seus decretos ou em suas obras de criação, providência e graça. De qualquer forma ele seria limitado e condicionado pelas qualidades auto-existentes da substância preexistente e suas infundáveis conseqüências. Mas as Escrituras sempre apresentam a Deus como o soberano e proprietário absoluto de todas as coisas. Rm 11.36; 1 Co 8.6; Cl 1.16; Ap 4.11; Ne 9.6.

1.5. Os mesmos traços de correspondências designadas e pré-calculadas podem ser claramente observados nas propriedades e leis elementares e essenciais da matéria que são observadas nos ajustamentos da matéria nas formas existentes do mundo. Se os traços de desígnio observados nas formas existentes do mundo provam a existência de um modelador inteligente, pela mesma razão os traços de desígnio na constituição elementar da matéria provam a existência de um criador inteligente daqueles elementos a partir do nada.

2. Por isso os teólogos têm feito distinção entre a *creatio prima*, ou primeira criação da substância elementar das coisas *ex nihilo*, e a *creatio secunda*, ou segunda criação, ou combinação dos elementos e a formação das coisas, e seus ajustamentos no sistema do universo. Esta seção atribui criação em ambos esses sentidos ao único e verdadeiro Deus: Pai, Filho e Espírito Santo.

As Escrituras atribuem criação – (1.) A Deus absolutamente, sem distinção de pessoa. Gn 1.1,26. (2.) Ao Pai. 1 Co 8.6. (3.) Ao Pai através do Filho. Hb 1.2. (4.) Ao Pai através do Espírito. Sl 104.30. (5.) Ao Filho. Jo 1.2,3. (6.) Ao Espírito. Gn 1.2; Jó 33.4.

Esta seção, fazendo uso de termos precisos da Escritura, Êx 20.11, declara que Deus executou a obra da criação, no sentido de formação e ajustamento do universo em sua presente ordem: “no

espaço de seis dias”. Desde quando a Confissão foi escrita, a ciência de geologia tem vindo à existência, e tem trazido à luz muitos fatos outrora desconhecidos quanto às várias condições pelas quais este mundo, e provavelmente o universo estelar, passou até chegar ao estabelecimento da presente ordem. Esses fatos permanecem inquestionáveis em seu caráter geral, e indicam um processo de desenvolvimento divinamente regulado, consumindo vastos períodos de tempo. A fim de ajustar as conclusões dessa ciência com o registro inspirado, encontrado no primeiro capítulo de Gênesis, há quem proponha que o primeiro versículo se relaciona à criação dos elementos das coisas no princípio absoluto; e então, depois de um vasto intervalo, durante o qual sucederam as mudanças descobertas pela ciência; o segundo versículo, bem como os subseqüentes, narram como Deus, em seis dias sucessivos, reconstruiu e preparou o mundo e seus habitantes para a residência do homem. Outros têm pressuposto que os dias mencionados não são dias naturais, mas ciclos de vasta duração. Não se encontrou nenhum ajustamento, dentre os que se têm sugerido, que removesse toda a dificuldade. Os fatos definidos são os seguintes: — (1.) O registro em Gênesis foi dado por divina revelação, e portanto é infalivelmente verídico. (2.) O livro da revelação e o livro da natureza são ambos de Deus, e perceber-se-á, quando ambos são adequadamente interpretados, que se coincidem perfeitamente. (3.) Os fatos sobre os quais a ciência da geologia se baseia são ainda muito imperfeitamente coletados e muito mais imperfeitamente entendidos. Não chegou ainda o tempo quando uma proveitosa comparação e ajustamento dos dois registros possam ser empreendidos. (4.) O registro de Gênesis, breve e geral como o é, foi designado e admiravelmente adaptado para lançar o fundamento de uma fé inteligente em Jeová como o criador absoluto e o modelador imediato e governador providencial de todas as coisas. Mas ele não foi designado nem para impedir nem para tomar o lugar de uma interpretação científica de todos os fenômenos existentes e de todos os traços da história pregressa do mundo que Deus permitiu aos homens descobrirem. Aparentes discrepâncias nas verdades estabelecidas podem

ter sua base unicamente em conhecimento imperfeito. Deus requer de nós tanto o crer quanto o aprender. Ele nos impõe, no momento, a necessidade de humildade e paciência.

3. Deus mesmo proclamou todas as obras de suas mãos, quando completadas, como sendo tudo muito bom. Gn 1.31. Não significa com isso que as coisas finitas e materiais possuísem perfeição absoluta, nem ainda que possuísem a mais elevada excelência consistente com sua natureza. Significa, sim – (1.) Que todas as coisas neste mundo eram naquele tempo excelentes segundo suas respectivas espécies – as almas humanas moralmente excelentes segundo a lei de agentes morais, e o mundo e todos os seus habitantes organizados segundo suas várias naturezas e relações. (2.) Que cada um e todos eram perfeitamente bons com referência ao desígnio geral e especial de Deus em sua criação.

4. Com respeito ao fim último de Deus na criação do universo, duas opiniões distintas têm sido nutridas pelos teólogos: (1.) Que Deus propôs a si mesmo, como seu fim último, a promoção da felicidade, ou, como dizem outros, a excelência de suas criaturas. (2.) Que Deus propôs a si mesmo a manifestação de sua própria glória.

Esta é obviamente uma questão da mais elevada importância. Visto que o fim principal de todo o sistema de meios e agências deve governar e caracterizar todo o sistema, assim nossa visão do fim principal de Deus, em suas obras, deve caracterizar todos os nossos conceitos quanto às suas administrações criativas, providenciais e graciosas. Nossa Confissão, mui explicitamente, assume a posição de que o fim principal de Deus, em seus eternos propósitos, e em sua execução temporal na criação e providência, é a manifestação de sua própria glória. Capítulo iii., §§ 3,5,7; iv. § 1; v., § 1; vi., § 1; xxxiii, § 2; Catecismo Maior, perguntas 12, 18; Breve Catecismo, pergunta 7. Que esta opinião é verídica, prova-se: —

4.1. As Escrituras explicitamente asseveram que esse é o fim principal de Deus na criação, Cl 1.16; Pv 16.4; e das coisas como criadas, Ap 4.11; Rm 11.36.

4.2. Elas ensinam que o mesmo é o fim principal de Deus em seus decretos, Ef 1.5,6,12.

4.3. Também em governar e dispor Deus, providencial e graciosamente, de suas criaturas, Rm 9.17,22,23; Ef 3.10.

4.4. Torna-se o dever de todos os agentes morais adotar o mesmo como seus fins pessoais em todas as coisas, 1 Co 10.31; 1 Pe 4.11.

4.5. A manifestação de sua própria glória é intrinsecamente o mais elevado e mais digno fim que Deus poderia propor a si mesmo.

4.6. O mais elevado alcance desse supremo fim traz consigo a maior medida possível de bem à criatura.

4.7. Deus como criador e soberano absoluto não pode ter para si mesmo os fins e motivos últimos de sua ação externa. Do contrário, todas as ações de Deus seriam subordinadas aos fins finitos e criados que ele adotou como seus objetivos últimos.

Seção II. – Depois de haver Deus criado todas as outras criaturas, ele criou o homem, macho e fêmea,⁴ com almas racionais e imortais,⁵ dotados com conhecimento, justiça e genuína santidade, segundo sua própria imagem,⁶ tendo a lei de Deus escrita em seus corações,⁷ e o poder de cumpri-la;⁸ e contudo sujeitos à possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, a qual era sujeita a mudança.⁹ Além dessa lei escrita em seus corações, receberam um mandamento para que não comessem da árvore do conhecimento do bem e do mal;¹⁰ o qual, enquanto observassem, seriam felizes em sua comunhão com Deus e teriam domínio sobre as criaturas.¹¹

⁴ Gn 1.27. ⁵ Gn 2.7; Ec 12.7; Lc 23.43; Mt 10.28. ⁶ Gn 1.26; Cl 3.10; Ef 4.24. ⁷ Rm 2.14,15. ⁸ Ec 7.29. ⁹ Gn 3.6; Ec 7.29. ¹⁰ Gn 2.17; 3.8-11,23. ¹¹ Gn 1.26,28.

Compare-se esta seção com o capítulo iv., §§ 1 e 3; e Catecismo Maior, pergunta 17, e Breve Catecismo, pergunta 10.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina: —

1. Que, depois de todos os habitantes desta terra, o homem foi criado por Deus imediatamente.
2. Que Deus criou um casal humano, de quem toda a raça humana procedeu por geração.
3. Que Deus criou os homens à sua própria imagem, (1.) possuindo almas racionais e imortais, (2.) dotados de conhecimento, justiça e genuína santidade, e mantendo domínio sobre a criação inferior.
4. Que Deus munuiu a Adão com conhecimento suficiente para sua orientação — uma lei escrita em seu coração e uma revelação especial e externa de sua vontade.
5. Que, enquanto cria Adão santo e capaz de obediência, e sujeitando-o a uma prova especial dessa obediência, proibindo-o de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, Deus também o deixou com a condição de cair.

1. O homem foi criado por Deus imediatamente, e depois das criaturas. Em consonância com o plano divino de criação sucessiva, e de avanço progressivo em complexidade e excelência de organização e dotes, o verdadeiro lugar do homem é o último em ordem, como o fim imediato e a coroa dessa criação inferior. Os cientistas, advogados da hipótese do desenvolvimento orgânico, têm negado que o homem tenha sido criado por Deus imediatamente, e têm sustentado que os mais elevados e mais complexos organismos vivos foram desenvolvidos gradualmente e por meio de estágios sucessivos dos mais inferiores e mais simples quando a condição física do mundo se tornou gradualmente favorável à sua existência, e que o homem no devido tempo surgiu depois de todos, a partir do último elo da ordem dos seres imediatamente abaixo dele. Que o homem, ao contrário, foi criado por Deus imediatamente, seu corpo do pó de matérias terrenas previamente criadas, e sua alma, do nada, é dado como certo pela seguinte evidência: —

1.1. A hipótese do desenvolvimento é um mero sonho da razão profana, completamente sem apoio dos fatos. Nem sequer um único espécime individual de um ser organizado sofrendo a transição de uma espécie inferior para uma mais avançada se encontrou entre as miríades de espécies existentes, nem entre os fósseis que restam das espécies do passado preservadas nos registros das rochas. A hipótese é também rejeitada pelas mais eminentes autoridades científicas, como Hugh Miller, Agassiz, Lyell, Owen e outros.

1.2. As Escrituras expressamente afirmam o fato da criação imediata do homem. Gn 1.26,27; 2.7.

1.3. Esta verdade se torna óbvia também pela imensa distância que separa o homem dos animais inferiores mais próximos; da incomparável superioridade do homem tanto em espécie quanto em grau; e do fato revelado e experimentado de que “Deus é o pai dos espíritos”, e de que somos imortais, “co-herdeiros com Cristo”. Hb 12.9; Rm 8.17.

2. Que Deus criou um só casal humano, de que toda a raça, em todas as suas variedades, procedeu por geração, é a verdade fundamental da revelação cristã.

Uma classe de cientistas, como Sir Charles Lyell, tem concluído, à luz das posições e associações em que os restos humanos têm sido encontrados, que o homem tem existido sobre a terra há milhares de anos antes de Adão, o qual só é considerado como ancestral de uma variedade específica da raça. Tudo isso não tem nenhum peso contra o ensino positivo das Escrituras, visto que os fatos sobre os quais a conclusão se baseia certamente não são todos substanciados e não têm sido completamente assimilados; e em evento algum se pode provar algo quanto à relação de Adão com a raça, mas apenas que ele foi criado há muito mais tempo do que supomos.

Outra classe, da qual o líder é o Professor Agassiz, mantém que as diferenças entre as diferentes variedades da raça humana são tão grandes e tão persistentes que é impossível que pudessem ter sido

geradas dos mesmos pais, e que os progenitores de cada variedade foram criados separadamente, cada um em seu centro geográfico apropriado. Esta conclusão da ciência pode ser razoavelmente balançaada pelo extremo oposto acima declarado. Se, à vista de todos os fatos do caso, é possível que uma classe de filósofos conclua que os homens, os jumentos e os cães etc., procederam, sob a influência modificadora de diferentes condições, de progenitores afins, seguramente é tolice para a outra classe afirmar que é impossível que todas as variedades de homens tenham procedido dos mesmos pais. Que a doutrina desta seção é verídica, prova-se: —

2.1. As diferenças entre as variedades da família humana não são maiores do que têm sido efetuadas por condição e educação entre indivíduos de algumas ordens inferiores de notória origem comum.

2.2. A família humana forma uma só, e não diferentes espécies. (a) Porque as raças livremente se misturam e produzem progênie permanentemente fértil. (b) Porque sua natureza mental, moral e espiritual é idêntica.

2.3. As investigações arqueológicas, históricas e filosóficas, todas indicam uma origem comum a todas as nações.

2.4. As Escrituras diretamente asseveram este fato. At 17.26; Gn 10. E as doutrinas bíblicas do pecado original e da redenção o pressupõem como uma condição fundamental e essencial. 1 Co 15.21,22; Rm 5.12-19.

3. Deus criou o homem à sua própria imagem. Esta proposição inclui os seguintes elementos: —

3.1. O homem foi criado à semelhança de Deus, quanto à constituição física de sua natureza — um espírito racional, moral, livre e pessoal. Este fato é a condição essencial da qual depende nossa habilidade de conhecermos a Deus, bem como nossa capacidade de nos sujeitarmos ao governo moral. E neste aspecto, a semelhança é indestrutível.

3.2. Ele foi criado semelhante a Deus quanto à perfeição e integridade de sua natureza. Isso inclui: (a) conhecimento (Cl 3.10), ou capacidade para a correta apreensão das coisas espirituais. Isso é restaurado quando o pecador é regenerado, na graça da iluminação espiritual. (b) Justiça e genuína santidade (Ef 4.24), a perfeita condição moral da alma, e eminentemente do caráter diretor das afeições e vontade.

3.3. Com respeito à dignidade e autoridade a ele delegadas como a cabeça desse departamento da criação. Gn 1.28.

Os pelagianos têm sustentado que a santidade criada é um absurdo; que, a fim de que uma disposição ou hábito permanente da alma tenha um caráter moral, deve ser decidida por si mesma — isto é, formada por escolha prévia e imparcial da própria vontade. Portanto, sustentam que Deus criou Adão simplesmente um agente moral, com todas as faculdades constitucionais, condição prévia para a ação moral, e perfeitamente imparcial por qualquer tendência de sua natureza, quer para o bem; quer para o mal, e o deixou formar seu próprio caráter moral — determinar suas próprias tendências por sua própria volição. Esse ponto de vista, porém, não procede, porque: —

3.3.1. É absurdo. Um estado de indiferença moral num agente adulto inteligente e moral é uma impossibilidade. Tal indiferença é por si mesma pecado. É da essência do bem moral trazer a vontade e todas as perfeições da alma sob obrigação.

3.3.2. Se Deus não dotasse o homem com um caráter moral positivo, ele jamais teria adquirido um único bem. A bondade de uma volição nasce totalmente da bondade positiva da disposição ou motivo que a inspira. Mas se Adão foi criado destituído de uma disposição santa positiva da alma, sua primeira volição teria sido ou pecaminosa a partir da falta de bondade inerente, ou, na melhor das hipóteses, indiferente. Mas é evidente que, nem uma volição pecaminosa, nem indiferente, pode gerar um caráter moral santo por mais que as disposições ou hábitos sejam conseqüentes dela.

3.3.3. As Escrituras ensinam que Adão foi criado em “justiça e verdadeira santidade”. Ef 4.24.

a. Deus proclamou todas as suas obras como sendo “tudo muito bom”. Gn 1.31. Mas a “bondade” de um agente moral essencialmente envolve um caráter santo.

b. Ec 7.29: “Deus fez o homem reto; mas ele buscou muitas invenções.”

c. Em Gn 1.27 se declara que o homem foi criado “à imagem de Deus”. Em Ef 4.24 e Cl 3.10 se declara que os homens, na regeneração, são recriados “à imagem de Deus”. A regeneração é a restauração da natureza humana à sua prístina condição, não uma transmutação dessa natureza numa nova forma. A semelhança com Deus que foi perdida pela queda teria sido, pois, a mesma de quando somos restaurados no novo nascimento. Diz-se, porém, que a última consiste de “conhecimento, justiça e verdadeira santidade”.

3.3.4. Cristo é o Homem modelo (1 Co 15.45,47), produzido pelo poder divino imediato no ventre da Virgem, não apenas sem pecado, mas positivamente predeterminado à santidade. No ventre de sua mãe ele foi chamado “o Santo”. Lc 1.35.

4. Que Deus teria munido Adão com suficiente conhecimento para sua orientação, acha-se necessariamente implícito no fato de que Adão foi um agente moral santo e Deus um governante moral justo. Afirma-se que mesmo seus descendentes corruptos e degenerados tinham na lei escrita no coração uma luz suficiente para deixá-los “sem escusa”. Rm 1.20; 2.14,15. Adão, além do mais, desfrutava de revelação direta e especial de Deus, e era particularmente dirigido quanto à divina vontade com respeito ao seu uso do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal; concernente ao qual teremos ocasião de falar mais especificamente no capítulo iv., § 1, e vii., § 2.

5. Que Adão, ainda que criado santo e capaz de obedecer, era ao mesmo tempo capaz de cair, faz-se evidente à luz do evento.

Essa parece ter sido a condição moral na qual tanto os anjos quanto os homens foram criados. Essa, evidentemente, jamais foi destinada ser a condição permanente de qualquer criatura. Ela é também um dos elementos especiais dos quais não podemos ter conhecimento, quer pela experiência, quer pela observação. Deus, os anjos e os santos na glória são livres, mas com naturezas seguras e infalivelmente impelindo-os à santidade. Os demônios e os homens caídos são livres, com naturezas infalivelmente impelindo-os ao mal. O cristão imperfeitamente santificado é o sujeito de duas tendências inerentemente conflitantes, a lei dos membros e a lei do Espírito; e sua única segurança consiste em que ele é “guardado pelo poder de Deus mediante a fé para a salvação”. Este ponto surgirá novamente no capítulo vi., § 5.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira seção?
2. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Que distinção óbvia se deve fazer quanto aos dois estágios da criação?
6. Apresente as diferentes provas de que Deus criou os elementos dos quais todas as coisas são compostas do nada.
7. A quem as Escrituras atribui a obra da criação?
8. Mostre que as Escrituras a atribuem ao Pai; ao Filho; ao Espírito Santo.
9. O que o primeiro capítulo de Gênesis ensina quanto ao tempo envolvido em trazer o mundo e seus habitantes à sua presente forma?
10. Quais, em geral, são as indicações da ciência geológica sobre o tema?
11. Que ajustamentos entre o registro inspirado e as conclusões dessa ciência têm sido propostos?

12. Qual é o presente dever dos cristãos com respeito a esta questão?
13. Em que sentido foram todas as coisas proclamadas como sendo “tudo muito bom”?
14. Que duas opiniões distintas têm sido fomentadas com respeito ao fim último de Deus na criação?
15. Demonstre a grande importância desta questão.
16. Qual é a doutrina da Confissão sobre este tema, e em quais passagens e conexões é ela ensinada?
17. Prove que o fim principal de Deus em todos os seus propósitos, e na execução dos mesmos, é sua própria glória.
18. Qual é a *primeira* proposição ensinada na segunda seção?
19. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
20. Qual a *terceira*?
21. Qual a *quarta*?
22. Qual a *quinta*?
23. Que diferentes opiniões têm sido fomentadas quanto à produção do homem?
24. Apresente a evidência de que o homem foi criado imediatamente por Deus.
25. Que diferentes opiniões têm sido fomentadas quanto ao fato da propagação de toda a raça de um só casal?
26. Refute as falsas teorias.
27. Apresente a evidência da unidade genérica da raça humana e seus descendentes a partir de Adão e Eva.
28. Mostre por que esse fato é de fundamental importância.
29. Que elementos são incluídos na proposição de que “Deus criou o homem à sua própria imagem”?
30. Qual é a doutrina pelagiana quanto à condição moral na qual Adão foi criado?
31. Mostre que essa doutrina envolve um absurdo.

- 32.** Prove que Adão foi criado positivamente santo.
- 33.** Mostre que Adão foi munido com suficiente conhecimento para sua orientação.
- 34.** Qual foi a característica especial na condição de Adão como agente moral? E como sua condição difere daquela de todos os agentes morais na atualidade, de cujo caso temos algum conhecimento?

CAPÍTULO V

DA PROVIDÊNCIA

Seção I. – Deus, o grande Criador de todas as coisas, sustenta,¹ dirige, dispõe e governa todas as criaturas, todas as ações delas e todas as coisas,² das maiores até às menores,³ por meio de sua sapientíssima e santa providência,⁴ segundo sua infalível presciência⁵ e o livre e imutável conselho de sua própria vontade,⁶ para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia.⁷

¹ Hb 1.3. ² Dn 4.34,35; Sl 135.6; At 17.25,26,28; Jó 38, 39, 40 e 41. ³ Mt 10.29-31. ⁴ Pv 15.3; Sl 104.24; 145.17. ⁵ At 15.18; Sl 94.8-11. ⁶ Ef 1.11; Sl 33.10,11. ⁷ Is 63.14; Ef 3.10; Rm 9.17; Gn 45.7; Sl 145.7.

Visto que o eterno e imutável propósito de Deus predeterminou infalivelmente tudo o que acontece, segue-se que devemos realizar seu próprio propósito, não só em suas obras de criação, mas igualmente em seu contínuo controle de todas as suas criaturas e de todas as ações delas. Esta seção, portanto, ensina: —

EXPOSIÇÃO

1. Que Deus, havendo criado as substâncias das quais todas as coisas são formadas do nada, havendo dotado essas substâncias com suas respectivas propriedades e poderes, e havendo delas formado todas as coisas orgânicas e inorgânicas, e as dotado individualmente com suas respectivas propriedades e faculdades, ele continua a mantê-las vivas e na posse e exercício dessas propriedades durante todo o período de sua existência.

2. Que Deus dirige todas as ações de suas criaturas segundo suas respectivas propriedades e relações.

3. Que seu providencial controle se estende a todas as suas criaturas e a todas as ações delas, de todo gênero.

4. Que seu providencial controle é em todos os aspectos a consistente execução de seu eterno, imutável e soberano propósito.

5. Que o fim último de sua providência é a manifestação de sua própria glória.

1. Com respeito à questão como Deus se preocupa em sustentar e preservar todas as coisas que ele criou, têm-se prevalecido três diferentes classes de opiniões: —

1.1. Os deístas e os racionalistas geralmente consideram Deus como não mantendo nenhuma outra relação com suas obras além daquela primeira de uma série de causas e efeitos. Acredita-se que ele só se relacionou com a criação em seus primórdios, e havendo dado às coisas uma existência exterior permanente e independente de si mesmo, ele as entregou ao inalterável exercício de suas próprias faculdades.

1.2. O panteísmo considera todo o fenômeno do universo de cada espécie como sendo simplesmente os vários modos de uma só substância universal e absoluta. A substância é uma; os modos são diversos. A substância permanece; os modos rapidamente sucedem uns aos outros. A substância é Deus; aos modos chamamos coisas. Alguns teólogos verdadeiramente cristãos têm assumido um ponto de vista da relação de Deus com o mundo que chega perigosamente perto, se não chega a coincidir com esta grande heresia panteísta. Este ponto de vista consiste em que o poder de Deus é exercido constantemente em criar cada coisa individualmente, repetidas vezes, a cada fração de duração; que as coisas criadas não têm real existência propriamente sua e só existem quando são a cada momento o produto da energia criativa; e por essa razão a causa imediata do estado ou ação de qualquer criatura,

numa fração de tempo, não é seu estado ou ação do momento anterior, mas o ato direto do divino poder criativo.

Se tal é o caso, então se faz evidente que Deus é o único agente real no universo; que ele é a causa imediata de todas as coisas, inclusive de todas as paixões más e pensamentos e atos perversos; que a consciência é uma completa ilusão, e a livre agência e responsabilidade moral do homem, vãs imaginações.

1.3. O terceiro ponto de vista é o único verdadeiro, e serve de intermediação entre os dois estados extremos supra. Ele pode ser assim expresso: —

a. Deus deu a todas as substâncias, tanto materiais quanto espirituais, uma existência real e permanente como entidades.

b. Elas realmente possuem todas as propriedades ativas e passivas, tais como Deus metodicamente as dotou.

c. Essas propriedades têm uma eficácia real e não meramente aparente como causas secundárias em produzir os efeitos próprios a elas.

d. Mas essas substâncias criadas, ainda que possuindo uma real existência exterior a Deus, e exercendo real eficiência como causas, não são auto-existentes; isto é, a base de sua existência contínua está em Deus e não nelas próprias. Ainda que não devam ser confundidas com Deus, contudo não devem ser separadas dele, mas “*nele* vivem, se movem e têm toda a sua existência”.

e. A natureza precisa do exercício da energia divina, por meio da qual Deus interpenetra o universo com sua presença, o abarca e todas as coisas nele com seu poder e as mantém vivas, não é revelada e, naturalmente, se mantém encoberta.

Que Deus continua sempre a exercer seu imensurável poder em manter todas as coisas vivas e na posse e uso de seus dotes, pode provar-se: —

A. À luz do fato de que a contínua dependência é inseparável da idéia de uma criatura. A causa permanente da existência con-

tínua das criaturas deve estar sempre em Deus, visto não estar em si própria.

B. A relação da criação com Deus não pode ser análoga à de um produto da habilidade humana com seu feitor. A criação é obra exterior do Criador. A inteligência e o poder deste são eternamente onipresentes a todo e qualquer elemento de sua obra.

C. O senso de dependência absoluta quanto à existência, poder e bem-aventurança contínuos permeia a consciência religiosa de todos os homens.

D. É explicitamente ensinado na Escritura: “e por ele todas as coisas subsistem.” Cl 1.17. “Ele sustenta todas as coisas pela palavra de seu poder.” Hb 1.3. “nele vivemos e nos movemos e temos nossa existência.” At 17.28. “Bendizei a nosso Deus ... que sustenta nossa alma com vida.” Sl 66.8,9; 63.8; 36.6.

2. Que Deus governa as ações de suas criaturas; e —

3. Que seu governo se estende a todas as suas criaturas e a todas as ações delas, prova-se: —

3.1. Pelo fato de que a natureza religiosa do homem demanda o reconhecimento desta verdade. Ela se acha contida no senso de dependência e de submissão a um governo moral que envolve todo o sentimento religioso e é reconhecido em todas as religiões.

3.2. É evidenciado nas indicações de inteligência, alhures presente nas operações da natureza externa. A harmonia, a devida proporção e a inusitada concorrência em ação, que continuam entre tantos elementos através de incessantes mudanças, provam, além de toda dúvida, a presença de uma inteligência abrangendo tudo e dirigindo a cada um.

3.3. O mesmo é igualmente indicado no inteligente desígnio evidentemente desempenhado no desenvolvimento da história humana durante longos períodos e através de vastas áreas, e abrangendo miríades de agentes. “Que Deus está presente na história” é uma conclusão tanto da ciência imparcial quanto dos ditames da genuína religião.

3.4. As Escrituras se acham permeadas de profecias cumpridas e não cumpridas, de promessas e de ameaças. Muitas destas não são meras enunciações de princípios gerais, mas declarações específicas de propósito com referência ao seu tratamento com indivíduos condicionados por sua conduta. O cumprimento delas poderia ser deixado para o curso ordinário da natureza, visto que amiúde não se encontra conexão natural entre o que é ameaçado ou prometido e as condições sobre as quais se acha suspenso. Deus deve, pois, através de uma constante regulamentação providencial do sistema de coisas, pôr em vias de fato sua própria palavra a suas criaturas.

3.5. As Escrituras explicitamente declaram que tal controle providencial é exercido: —

a. Sobre o mundo físico [*a*] em geral. Jó 37.6-13; Sl 104.14; 135.6,7; 147.15-18. [*b*] Eventos individuais no mundo natural, ainda que triviais. Mt 10.29;

b. Sobre eventos fortuitos. Jó 5.6; Pv 16.33.

c. Sobre a criação bruta. Sl 104.21-27; 147.9.

d. Sobre as atividades gerais dos homens. Jó 12.23; Is 10.12-15; Dn 2.21; 4.25.

e. Sobre as circunstâncias de indivíduos. 1 Sm 2.6-8; Pv 16.9; Tg 4.13-15.

f. Sobre as ações livres dos homens. Êx 12.36; Sl 33.14-15; Pv 19.21; 21.1; Fp 1.13.

g. Sobre as ações pecaminosas dos homens. 2 Sm 16.10; Sl 76.10; At 4.27,28.

h. Especialmente, tudo o que é bom no homem, em princípio ou ação, é atribuído ao constante controle gracioso de Deus. Fp 2.13; 4.13; 2 Co 12.9,10; Ef 2.10; Sl 119.36; Gl 5.22-25.

4. Que o controle providencial de todas as coisas, por Deus, é a consistente execução, no tempo, de seu eterno e imutável propósito, se evidencia: —

4.1. À luz da afirmação da circunstância. Visto que o eterno propósito de Deus se relaciona com e determina tudo o que sucede, e visto que ele é imutável, seu providencial controle de todas as coisas deve ser em execução de seu propósito. E visto que seu propósito é infinitamente sábio, justo e benevolente, e absolutamente soberano (como demonstrado supra), sua providencial execução do decreto deve possuir as mesmas características.

4.2. O mesmo é implicitamente declarado na Escritura: “Ele opera todas as coisas segundo o conselho de sua própria vontade.” Ef 1.11; Is 28.29; At 15.18.

5. É evidente que o principal desígnio de Deus, em seu eterno propósito e em suas obras de criação, deve também ser seu principal alvo em todas as suas dispensações providenciais. Isso já foi demonstrado supra como sendo a manifestação de sua própria glória. É também diretamente asseverado como o alvo principal de sua providência. Rm 9.17; 11.36.

Seção II. – Ainda que, em relação à presciência e decreto de Deus, que é a causa primeira, todas as coisas aconteçam imutável e infalivelmente,⁸ todavia, pela providência, ele ordena que elas sucedam segundo a natureza das causas secundárias, necessária, livre ou contingentemente.⁹

Seção III. – Deus, em sua providência ordinária, faz uso de meios,¹⁰ todavia ele é livre para operar sem eles,¹¹ sobre eles¹² e contra eles,¹³ como lhe apraz.

⁸ At 2.23. ⁹ Gn 8.22; Jr 31.35; Êx 21.13; Dt 19.5; 1 Rs 22.28,34; Is 10.6,7. ¹⁰ At 27.31,44; Is 55.10,11; Os 2.21,22. ¹¹ Os 1.7; Mt 4.4; Jó 34.10. ¹² Rm 4.19-21. ¹³ 2 Rs 6.6; Dn 3.27.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que, quanto ao desempenho de um propósito eterno e soberano, o controle providencial de Deus, no caso de cada ser e evento, é infalivelmente eficaz.

2. Que a maneira pela qual ele controla suas criaturas e as ações delas, bem como efetua seus propósitos através delas, é em cada caso perfeitamente consistente com a natureza da criatura e da ação divina.

3. Que Deus ordinariamente efetua seus propósitos através de meios; isto é, através da agência de causas secundárias sujeitas ao seu controle.

4. Que ele possui, porém, e às vezes seu soberano beneplácito exerce, o poder de efetuar seu propósito imediatamente pela energia direta de seu poder.

1. Que o controle providencial que Deus exerce sobre suas criaturas e sobre todas as ações delas é sempre infalivelmente eficaz, prova-se claramente:

1.1. À luz de sua própria sabedoria e poder infinitos.

1.2. À luz do fato, já comprovado, de que seu eterno propósito determina a ocorrência de tudo o que acontece, e é imutável e infalivelmente eficaz.

1.3. O fato é expressamente declarado na Escritura. Jó 23.13; Sl 33.11; Lm 2.17.

2. Que a maneira pela qual Deus controla suas criaturas e as ações delas, e efetua seus propósitos através delas, é em cada caso perfeitamente consistente com a natureza da criatura e de seu método de ação, prova-se: —

2.1. À luz do fato de que Deus executa as diferentes partes do mesmo propósito eterno e autoconsistente, em suas obras de criação e providência. É na execução do mesmo plano imutável que Deus primeiro criou cada coisa, dotou-a com suas propriedades, determinou seu modo de ação e suas relações mútuas com todas as demais coisas, e subseqüentemente continua a preservá-la na posse de suas propriedades e a guiá-la no exercício delas. Visto ser Deus sempre consistente com seu próprio plano, assim seu método de ação sobre as criaturas cuja existência e constituição foram de-

terminadas por meio desse plano ser sempre consistente com suas criaturas e o modo de ação assim determinado.

2.2. O mesmo fato é comprovado por nossa uniforme experiência e observação. Somos cômicos de agir livremente segundo a lei de nossa constituição como agentes livres. Mesmo nos escritos dos profetas e apóstolos, que escreveram sob o controle de uma influência divina específica, tornando infalivelmente acurada mesmo a seleção de palavras, podemos evidentemente ver que o espontâneo exercício das faculdades dos escritores não era nem substituído nem coagido. Observa-se que cada agente na criação material e bruta também age constantemente, sob todas as condições mutáveis, segundo a invariável lei de sua natureza.

2.3. Em perfeita consonância com isso, vemos por toda parte no mundo material, na vida de pessoas individualmente, bem como em toda a história humana, claras evidências de ajustamentos e combinações de elementos e agentes na ordem do instrumento para efetuar o propósito. Isso, em princípio, é análogo aos métodos pelos quais o homem controla os agentes naturais para efetuar seu propósito, ainda que em diversas formas infinitamente mais perfeito. As leis da natureza, e as propriedades das coisas, quando imperfeitamente entendidas, podem ser mantidas em sujeição à providência do homem, certamente não pode haver nenhuma dificuldade em se crer que estão infinitamente mais sob o controle daquele Deus que não só as entende perfeitamente, mas as fez originalmente para que pudessem ser subservientes ao seu propósito. É justamente a perfeição dos ajustamentos divinos, bem como os resultados gerais, que é determinada por sua intenção. Mesmo a alma humana, no exercício da livre agência, age segundo a lei de sua independência, incluindo a necessidade, mas não excluindo a infalibilidade. As fontes da ação livre estão dentro de sua própria alma. E no entanto, como essas são modificadas sem interferir na liberdade do agente pela influência de outras pessoas, certamente não podem pôr-se fora do controle da Infinita Inteligência que criou a mesma alma, e determinou todas as condições sob as quais seu caráter foi formado e suas atividades, exercidas.

3. Que Deus ordinariamente efetua seus propósitos através de meios – isto é, através da agência de causas secundárias sujeitas ao seu controle –, isso também se faz evidente –

3.1. À luz do fato de que ele originalmente lhes deu sua existência e propriedades, e ajustou suas relações na execução desses mesmos propósitos. O mesmo desígnio é adotado na criação e na providência. Os instrumentos fornecidos e os métodos de procedimento inaugurados na criação devem, portanto, ser consistentemente seguidos nas subseqüentes dispensações da providência.

3.2. A experiência universal e a observação nos ensinam o mesmo fato. Na providência ordinária e na administração de uma economia supranatural da graça, na esfera da natureza material e no governo moral dos agentes inteligentes e responsáveis, no governo do mundo concluído como o encontramos e em toda a história da formação da terra e dos mundos no passado, Deus universalmente consumou seus propósitos através da agência de causas secundárias, ajustadas, combinadas, sustentadas e tornadas eficientes, por meio de seu onipresente Espírito para esse próprio fim.

3.3. Um sistema envolvendo uma ordem estabelecida da natureza, e prosseguindo em sábia adaptação de meios para fins, é necessário como meio de comunicação entre o Criador e a criação inteligente e para realizar a educação intelectual e moral desta. E só assim os atributos de sabedoria, justiça ou bondade podem ser exercidos ou manifestados. E só assim anjo ou homem pode entender o caráter, antecipar a vontade, ou inteligente e voluntariamente cooperar com o plano de Deus.

4. Que Deus possui o poder de efetuar seus fins imediatamente, sem a intervenção de causas secundárias, é por si mesmo evidente; e que ele às vezes, em seu soberano beneplácito, exerce esse poder, é uma matéria de evidência clara e satisfatória.

4.1. Visto que Deus criou todas as causas secundárias e as dotou com suas propriedades, e continua a conservá-las em existência, para que sejam os instrumentos de sua vontade, toda a sua

eficiência é derivada dele, e ele pode fazer diretamente sem elas o que faz com elas, e as limita, as modifica e as substitui como lhe apraz.

4.2. O poder de Deus deveras opera em todos os processos ordinários da natureza, e sua vontade se expressa no que se chama lei da natureza; mas não se segue que todo o seu poder se exaure nesses processos, nem toda a sua vontade se expressa nessas leis. Deus permanece infinitamente maior que suas obras, na execução de seus eternos e imutáveis propósitos, usando o sistema de causas secundárias como seu constante instrumento segundo sua espécie, e entrementes manifestando suas transcendentais prerrogativas e poderes pelo livre exercício de suas energias e expressões de sua vontade.

4.3. O exercício direto e ocasional do poder de Deus, em conexão com um sistema geral de meios e leis se comprova necessário, não só “no princípio” para criar as causas secundárias e inaugurar sua agência, mas também subsequente a fim de fazer aos objetos de seu governo moral a revelação de sua soberana personalidade e de seu imediato interesse nas atividades deles. De qualquer forma, tal ação e revelação diretas e ocasionais são certamente necessárias para a educação de tais seres, como o homem é em seu presente estado. Tem-se objetado que os milagres, ou atos diretos do poder divino, interferindo na ação natural das causas secundárias, são inconsistentes com as perfeições infinitas de Deus, porquanto, alega-se, eles indicam ou uma vacilação de propósitos de sua parte, ou alguma insuficiência em sua criação para efetuar completamente os fins que ele originalmente tencionou realizar. Deve-se lembrar, contudo, que o eterno e imutável plano de Deus compreendia o milagre desde o início, bem como o curso ordinário da natureza. Um milagre, embora efetuado pelo poder divino, sem meios, é por si só um meio para um fim e parte de um plano. Toda lei natural tem sua origem na razão divina e é uma expressão da vontade de efetuar um propósito.* Nesse sentido mais elevado e

* “Reign of Love”, por Duke of Argyle, cap. ii.

todo-abrangente da palavra, milagres são também segundo a lei — são fixos em sua ocorrência pelo eterno plano de Deus, e servem a fins definidos como seu meio de se comunicar com e educar espíritos finitos. Não são de forma alguma uma violação da ordem da natureza, mas apenas a ocasional e eternamente pré-calculada interpolação de um novo poder, a energia imediata da vontade divina, bem como o instrumento usado subservientemente para aquele governo moral mais elevado no interesse do qual os milagres são operados. E assim, a ordem da natureza e os milagres, em vez de se porem em conflito, são os elementos intimamente correlacionados de um sistema compreensível.

Seção IV. — O onipotente poder, a imutável sabedoria e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam em sua providência, que se estende até mesmo à primeira queda e a todos os demais pecados dos anjos e dos homens,¹⁴ e isso não por uma mera permissão,¹⁵ mas por uma permissão tal que, sábia e poderosamente limitando-os,¹⁶ bem como regulando-os e governando-os, numa múltipla dispensação, para seus próprios e santos propósitos;¹⁷ de tal modo que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão-somente da criatura, e não de Deus, e que sendo ele santíssimo e justíssimo, nem é e nem pode ser o autor ou o aprovador do pecado.¹⁸

¹⁴ Rm 11.32-34; 2 Sm 24.1; 1 Cr 21.1; 1 Rs 22.22,23; 1 Cr 10.4,13,14; 2 Sm 16.10; At 2.23; 4.27,28. ¹⁵ At 14.16. ¹⁶ Sl 76.10; 2 Rs 19.28. ¹⁷ Gn 1.20; Is 10.6,7,12. ¹⁸ Tg 1.13,14,17; Jo 2.16; Sl 1.21.

EXPOSIÇÃO

Esta seção não faz qualquer tentativa de explicar a natureza daquelas ações providenciais de Deus no tocante à origem do pecado no universo moral, e no controle das ações pecaminosas de suas criaturas na execução de seus propósitos. Ela simplesmente declara os fatos importantes com respeito à relação de sua providência com os pecados de suas criaturas, os quais são revelados na Escritura. Esses pontos são: —

1. Deus não só permite os atos pecaminosos, mas os dirige e controla segundo a determinação de seus próprios propósitos.

2. Contudo, a pecaminosidade dessas ações só pertence ao agente pecador, e Deus de forma alguma é o autor ou aprovador do pecado.

1. As ações pecaminosas, como todas as demais, são expressas na Escritura como ocorrendo pela permissão de Deus e de acordo com seu propósito, de modo que o que os homens perversamente fazem diz-se ser ordenado por Deus, Gn 45.4,5; Êx 7.13; 14.17; At 2.23; 3.18; 4.27,28. E ele constantemente restringe e controla os homens em seus pecados, Sl 76.10; 2 Rs 19.28; Is 10.15; e regula seus pecados para o bem, At 3.13; Gn 1.20.

2. A providência de Deus, em vez de gerar o pecado ou aprová-lo, preocupa-se constantemente em proibi-lo pela lei positiva, ao desencorajá-lo com ameaças e punições reais, ao restringi-lo e ao regulá-lo para o bem, contra sua própria natureza.

Seção V. – O sapientíssimo, justíssimo e graciosíssimo Deus com frequência deixa, por algum tempo, seus próprios filhos à mercê de multiformes tentações e da corrupção de seus próprios corações, com o fim de castigá-los pelos seus pecados anteriores, ou levá-los a descobrirem a força oculta da corrupção e fraudulência de seus corações, a fim de serem humilhados,¹⁹ e a fim de reanimá-los para uma dependência mais íntima e constante do apoio dele e fazê-los mais vigilantes contra toda e qualquer ocasião futura de pecar, e para vários outros fins justos e santos.²⁰

Seção VI. – Quanto àqueles homens perversos e ímpios a quem Deus, como justo Juiz, cega e endurece²¹ em razão dos pecados anteriores, deles não só subtrai sua graça pela qual poderiam ter sido iluminados em seus entendimentos e operado em seus corações,²² mas às vezes também elimina os dons que possuíam,²³ e os expõe a objetos que, por sua corrupção, tornam ocasião de pecado;²⁴ por outro lado, os entrega às suas próprias concupis-

cências e às tentações do mundo e ao poder de Satanás;²⁵ e assim sucede que eles se endurecem, mesmo diante daqueles meios que Deus usa para o abrandamento dos outros.²⁶

Seção VII. — Visto que a providência de Deus, em geral, se estende a todas as criaturas, assim, de uma maneira muito especial, ela cuida de sua Igreja e tudo dispõe para o bem dela.²⁷

¹⁹ 2 Cr 32.25,26,31; 2 Sm 24.1.²⁰ 2 Cr 12.7-9; Sl 73; 77.1,10,12; Mc 14.66-72; Jo 21.15-17.²¹ Rm 1.24,26,28; 11.7,8.²² Dt 29.4.²³ Mt 13.12; 25.29.²⁴ Dt 2.30; 2 Rs 8.12,13.²⁵ Sl 81.11,12; 2 Ts 2.10-12.²⁶ Êx 7.3; 8.15,32; 2 Co 2.15,16; Is 8.14; 1 Pe 2.7,8; Is 6.9,10; At 28.26,27.²⁷ 1 Tm 4.10; Am 9.8,9; Rm 8.28; Is 43.3-5,14.

EXPOSIÇÃO

Já vimos que o governo providencial de Deus, quanto à execução, através do tempo, de seu eterno e imutável propósito, forma um só sistema conectado e compreende todas as coisas criadas e todas as ações delas. Em perfeita consistência com isso, essas seções prosseguem ensinando: —

1. Que a providência geral de Deus, envolvendo e tratando a cada criatura segundo sua natureza, conseqüentemente, embora um só sistema, abrange diversos sistemas subordinados intimamente relacionados como partes de um todo, todavia também distinto em seus respectivos métodos e administração e nos fins imediatamente designados. Os principais desses são a providência de Deus sobre o universo material; o governo moral de Deus sobre o universo inteligente; o governo moral de Deus sobre a família humana, em geral, no mundo; e a graciosa dispensação especial da providência de Deus para com sua Igreja.

2. Estas seções ensinam também que há uma relação de subordinação subsistente entre esses diversos sistemas de providência, como meios para fins no sistema mais amplo que compreende todos eles. E assim o governo providencial do universo material é subordinado como um meio para um fim no tocante ao governo moral que Deus exerce sobre suas criaturas inteligentes, para cuja

residência, instrução e desenvolvimento o universo físico foi criado. Assim também o governo providencial de Deus sobre o gênero humano, em geral, está subordinado como um meio a um fim quanto à sua graciosa providência para com sua Igreja, por meio da qual ele a congrega de cada povo e nação, e faz que todas as coisas contribuam para o bem daqueles que são chamados segundo seu propósito (Rm 8.28), e naturalmente para o mais elevado desenvolvimento e glória de todo o corpo. A história da redenção, através de todas as dispensações – patriarcal, abraâmica, mosaica e cristã –, é a chave para a filosofia da história humana em geral. A raça é preservada, os continentes e ilhas são estabelecidos com habitantes, as nações são elevadas a impérios, a filosofia e as artes práticas, a civilização e a liberdade progredem para que a Igreja, a esposa do Cordeiro, seja aperfeiçoada em todos os seus membros e adornada para seu Esposo.

3. O governo moral de Deus sobre todos os homens, e especialmente seu governo sobre sua Igreja, inclui também, além de uma providência externa, ordenando as circunstâncias externas de indivíduos, uma providência espiritual interna, consistindo das influências de seu Espírito em seus corações. Como “graça comum”, essa influência espiritual se estende a todos os homens sem exceção, ainda que em vários graus de poder, restringindo a corrupção de sua natureza e impregnando seus corações e consciências com as verdades reveladas na luz da natureza ou da revelação; e ela é ou exercida ou judicialmente retida por Deus em seu soberano beneplácito. Como “eficaz” e “graça salvífica”, essa influência espiritual se estende só aos eleitos, e é exercida sobre eles em termos e em graus tais como Deus determinou desde o princípio.

4. Por essa razão, no caminho da disciplina, para seu próprio bem, visando a mortificar seus pecados e a corroborar suas graças, Deus com frequência sábia e graciosamente, ainda que não finalmente, por certo tempo e em certo grau, retém suas influências espirituais de seus próprios filhos, e “os entrega a multiformes tentações e corrupções de seus próprios corações”.

5. Por essa razão também Deus às vezes, como justo castigo a seus pecados, judicialmente remove os freios de seu Espírito e, conseqüentemente, todos dons superficiais que sua presença tenha porventura conferido, dos homens ímpios, e assim os deixa entregues à influência de tentações, ao irrestrito controle de suas concupiscências e ao poder de Satanás. E por essa razão sucede que as verdades do evangelho e as ordenanças da Igreja, que são um aroma de vida para aqueles que são graciosamente abençoados, se tornam aroma de morte e de crescente condenação para aqueles que, por seus pecados, foram entregues a si próprios.

QUESTIONÁRIO

1. Como Deus exerce seus decretos?
2. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira seção?
3. Qual é a *segunda* ali ensinada?
4. Qual a *terceira*?
5. Qual a *quarta*?
6. Qual a *quinta*?
7. Qual é o ponto de vista racionalista quanto à relação que Deus mantém com o mundo?
8. Qual é o ponto de vista panteísta da mesma?
9. Que afirmações perigosas têm sido formuladas por alguns teólogos cristãos?
10. Formule as objeções ao ponto de vista que representam.
11. Que diversos pontos estão envolvidos no ponto de vista genuíno desta matéria?
12. Apresente a evidência de que Deus continua a manter todas as criaturas em existência.
13. Apresente a prova de que Deus exerce controle providencial sobre suas criaturas e as ações delas.
14. Prove à luz da Escritura que o controle providencial de Deus alcança a criação física em geral e a cada evento em particular, bem como a criação bruta.

15. Faça o mesmo quanto às atividades gerais dos homens e as circunstâncias individuais.
16. Faça o mesmo quanto às livres ações dos homens e suas ações pecaminosas e boas.
17. Prove que o governo providencial de Deus é a execução de seu eterno propósito.
18. Prove que o alvo principal de Deus, na providência, é a manifestação de sua glória.
19. Qual é a *primeira* proposição ensinada na segunda e terceira seções?
20. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
21. Qual a *terceira*?
22. Qual a *quarta*?
23. Prove que o controle providencial de todas as coisas por Deus é sempre infalivelmente eficaz.
24. Prove à luz da relação que a providência mantém com a criação que a forma pela qual Deus controla qualquer criatura deve ser consistente com sua natureza.
25. O mesmo à luz da experiência e observação universais.
26. Que evidência geral vemos de tal controle?
27. É possível que as livres ações da vontade humana sejam controladas sem que sua liberdade seja destruída?
28. Apresente a evidência para se crer que Deus usualmente efetua seus propósitos através do uso de meios.
29. Você pode formular uma razão por que Deus adotaria tal sistema?
30. Prove que Deus pode efetuar seus fins quando lhe apraz sem o uso de meios, pelo poder direto de sua vontade.
31. Por que devemos esperar que Deus às vezes aja de tal maneira?
32. Sobre que duas bases se tem insistido ser derogativo às perfeições divinas atribuir milagres a Deus?
33. Em que sentido os milagres ocorrem segundo a lei?

34. Mostre a falácia das objeções supra.
35. É possível explicar satisfatoriamente a maneira como Deus controla as ações pecaminosas dos homens?
36. Quais os pontos as Escrituras asseveram quanto à relação de Deus com os pecados humanos?
37. Prove à luz da Escritura que Deus controla, segundo seu propósito, todas as ações pecaminosas.
38. Prove que ele as restringe e as governa para o bem.
39. Mostre que a divina Providência não pode ser responsabilizada por causar ou aprovar o pecado.
40. Qual é a *primeira* verdade ensinada na quinta, sexta e última seções?
41. Qual é a *segunda* verdade ali ensinada?
42. Qual a *terceira*?
43. Qual a *quarta*?
44. Qual a *quinta*?

CAPÍTULO VI

DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DE SUA PUNIÇÃO

Seção I. – Nossos primeiros pais, sendo seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido.¹ Segundo seu sábio e santo conselho, aprovou a Deus permitir o pecado deles, havendo proposto ordená-lo para sua própria glória.²

¹ Gn 3.13; 2 Co 11.3. ² Rm 11.32.

EXPOSIÇÃO

Havendo Deus trazido, pela criação imediata, as almas de Adão e Eva à existência, com santidade e com suficiente conhecimento no tocante à sua vontade, com capacidade para obediência, ainda que falíveis, esta seção procede a ensinar: —

1. Que eles pecaram.
 2. Que o pecado específico que cometeram foi comerem eles do fruto proibido.
 3. Que foram seduzidos a fazerem isso pela astúcia e tentação de Satanás.
 4. Que esse pecado foi permissivamente incluído no soberano propósito de Deus.
 5. Que ao fazer isso Deus se dignou ordená-lo para sua própria glória.
-

1. Nossos primeiros pais pecaram.

2. O pecado específico que cometeram foi comerem eles do fruto proibido.

Parece ser o plano geral, eminentemente sábio e justo de Deus, introduzir todos os objetos recém-criados do governo moral num estado de provação, por certo tempo, durante o qual ele faz seu caráter e destino permanentes dependerem da própria ação deles. Ele os cria santos, ainda que capazes de cair. Nesse estado ele os sujeita a um teste moral por certo tempo. Se passassem no teste, o galardão consistiria em que seus caracteres morais seriam confirmados e feitos infalíveis, e seriam introduzidos numa bem-aventurança inalienável, para sempre. Se caíssem, seriam judicialmente excluídos do favor e comunhão de Deus, para sempre, e daí moral e eternamente mortos. Essa infalibilidade foi seu método de tratar com os anjos e os homens recém-criados. No caso da humanidade, o teste específico ao qual nossos primeiros pais se sujeitaram, era absterem-se de comer do fruto de uma única árvore. Como essa era uma questão em si mesma moralmente indiferente, ela foi admiravelmente adaptada a ser o teste de obediência implícita a Deus, de fé e submissão absoluta deles.

O terrível pecado que cometeram, comendo desse fruto, à luz das indicações apresentadas no registro de Gênesis, consistiu em: —

1. Incredulidade. Foram induzidos a pôr em dúvida a sabedoria da proibição divina e da infalibilidade da ameaça divina.

2. Desobediência. Puseram sua vontade em oposição à vontade de Deus.

Quanto à origem do pecado neste mundo, há duas perguntas que os homens formulam constantemente, e às quais é impossível haver resposta: —

- A. Como puderam os desejos ou volições pecaminosas originar-se na alma de agentes morais criados santos, no caso de Adão e Eva? Os homens fazem escolha segundo seus desejos e afeições

prevalecentes. Se são santos, suas vontades são santas. E o caráter de suas afeições e desejos prevalecentes é determinado pelo estado moral de suas almas. Se suas almas são santas, suas afeições e desejos são santos; se suas almas são pecaminosas, então aqueles são pecaminosos. Disse Cristo: “O homem bom, de seu bom tesouro, tira coisas boas; e o homem mau, do mau tesouro, tira coisas más.” “Ou fazei a árvore boa, e seu fruto bom; ou fazei a árvore má, e seu fruto mau; porque pelo fruto se conhece a árvore” (Mt 12.33,36). Mas o coração de Adão havia sido criado santo; como, pois, poderia sua ação ser pecaminosa?

Toda a nossa experiência coopera para tornar a questão ainda mais difícil. As almas pecaminosas de homens caídos nunca poderão gerar volições santas até que sejam regeneradas pela graça divina. Os santos espíritos dos anjos e dos homens glorificados, no céu, estão para sempre afastados de toda suscetibilidade às afeições ou ações pecaminosas. Em ambos esses casos, o fluxo continua como a fonte.

Ora, embora não possamos explicar precisamente a origem do pecado na alma santa de Adão, é evidente que a dificuldade jaz apenas em nossa ignorância. Nenhum de nós jamais experimentou as mesmas condições de livre agência que caracterizaram o caso de Adão. Temos vivido sempre sob a escravidão da corrupção, até onde somos transitoriamente assistidos, contra a natureza, pela graça supernatural. Ora, a fim de que uma volição seja santa, ela teria que fluir de uma afeição ou disposição positivamente santa; e como essa disposição não é inata em nossos corações, não podemos produzir volições santas sem a graça. Adão, porém, se achava num estado de provação, santo ainda que falível. Os santos e os anjos são santos e infalíveis, ainda que sua infalibilidade não seja essencial às suas naturezas, senão que é uma graça divina adicionada e sustentada pelo poder direto de Deus. Enquanto a santidade fosse sempre positiva, radicando-se no amor divino, é evidente que o pecado poderia originar-se da deficiência; não da alienação positiva, mas da ausência de vigi-

lância — da ascendência temporária dos apetites naturais e inocentes do corpo ou tendências constitucionais da alma sobre as faculdades mais excelentes da consciência.

As influências externas e as motivações subjetivas que impeliaram nossos primeiros pais a esse terrível pecado, na primeira instância não implicam pecado neles, mas veio a ser a ocasião de pecarem ao permitirem que suas mentes fossem ocupadas e suas vontades dominadas a despeito da proibição divina. Eles possuíam — (1.) *Apetite natural para o atraente fruto.* (2.) *Desejo natural para o conhecimento.* (3.) *O poder persuasivo da mente e vontade superiores de Satanás.* Neste último fato — (4.) *Eles foram seduzidos a isso pela astúcia e tentação de Satanás* — está boa parte da solução desse mistério. À queda de Satanás e seus anjos, num passado remoto, e sob condições das quais não temos conhecimento, está embutida a real origem do pecado.

B. O outro elemento do mistério com respeito à origem do pecado se relaciona com a permissão de Deus. Esta seção afirma,

4. Que esse pecado foi permissivamente incluído no propósito eterno de Deus.

Sobre os fatos da circunstância não pode haver dúvida.

1. Deus certamente sabia de antemão que, se um ser como Adão fosse posto em tais condições, como o foi, ele pecaria, como pecou. Todavia, a despeito desse infalível conhecimento, Deus criou esse exato ser e o colocou nessas exatas condições. E havendo determinado administrar o pecado para o bem, ele soberanamente decretou não intervir para impedi-lo, e assim infalivelmente o fez futuro.

2. Por outro lado, Deus nem causou nem aprovou o pecado de Adão. Ele o proibiu e apresentou motivos para que ele fosse impedido. Ele criou Adão santo e plenamente apto à obediência, e com suficiente conhecimento de sua responsabilidade, e então o deixou entregue à sua provação. Se se perguntar por que Deus, que abomina o pecado, e que benevolmente deseja a excelência e felicidade

de de suas criaturas, soberanamente determinaria permitir que se abrisse tal fonte de corrupção, depravação e miséria, podemos simplesmente dizer, com profunda reverência: “Mesmo assim, ó Pai, isso pareceu bem aos teus olhos.”

5. Que Deus, desde o princípio, determinou ordenar o pecado de Adão para sua própria glória é incluído no que já provamos nos capítulos sobre a Criação e Providência – (1.) Que Deus administra para o bem os pecados de suas criaturas. (2.) Que o fim principal dos propósitos e obras divinas é a manifestação de sua própria glória.

Seção II – Por este pecado eles caíram de sua justiça original e de sua comunhão com Deus,³ e assim se tornaram mortos em pecado,⁴ e totalmente corrompidos em todas as faculdades e partes da alma e do corpo.⁵

³ Gn 3.6-8; Ec 7.29; Rm 3.23. ⁴ Gn 2.17; Ef 2.1. ⁵ Tt 1.15; Gn 6.5; Jr 17.9; Rm 3.10-18.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina quais foram as conseqüências deste primeiro pecado sobre seus autores imediatos. E sendo assim, ela afirma: –

1. Que por este pecado eles foram imediatamente cortados da comunhão com Deus.
2. Que conseqüentemente perderam sua justiça original.
3. Ao mesmo tempo, se tornaram mortos em pecado e totalmente corrompidos.
4. Que essa corrupção moral se estendeu a todas as faculdades e partes da alma e do corpo.

Como um ser natural, o homem depende daquele mesmo poder sustentador de Deus que providencialmente sustenta todas as coisas em existência. Mas como ser moral e religioso ele depende da íntima e amorosa comunhão do Espírito de Deus para a vida espiritual, e conseqüentemente para um estado e ação moralmente íntegros. Daí: —

1. Por este pecado o homem seria instantaneamente cortado dessa amorosa comunhão do Divino Espírito. Isso teria sido, sob qualquer constituição, o efeito natural do pecado. E sob essa relação pactual, na qual o homem foi introduzido na graciosa providência de Deus em sua criação, ficou especificamente provado que o cometimento do ato proibido seria seguido de morte instantânea; isto é, imediata exclusão penal da fonte de toda vida moral e espiritual. Veja-se cap. vii., § 2. Gn 2.17. Daí: —

2. O princípio de vida espiritual, uma vez subtraído como punição do primeiro pecado, nossos primeiros pais teriam instantaneamente perdido sua justiça original; sua obediência violada, sua fé rompida e o amor não poderia mais dominar seus corações. E daí —

3. Tornar-se-iam imediatamente mortos em pecados e totalmente corrompidos. E

4. Essa corrupção se estenderia a todas as faculdades. E isso não significa que Adão, por este único pecado se tornou tão mau quanto um homem pode ser, ou quanto ele mesmo veio a ser subsequenteiramente. Mas como a morte no coração envolve a morte em todos os membros, assim o favor e a comunhão de Deus, sendo perdidos,

4.1. A justiça original, o princípio de obediência, necessário, se perdeu.

4.2. A apostasia de Adão, de Deus, é completa.

4.3. Um cisma foi introduzido em sua alma. A consciência pronunciou sua voz condenatória. Isso leva ao medo, à desconfiança, à prevaricação e a uma infundável série de pecados.

4.4. Por isso toda a sua natureza se fez depravada. A vontade passou a travar guerra contra a consciência, o entendimento tornou-se trevoso, as paixões acordaram, as afeições se indisputaram, a consciência calejou-se ou tornou-se enganosa, os apetites do corpo, desordenados, e seus membros, instrumentos de injustiça.

Seção III. – Sendo eles a origem de toda a humanidade, a culpa deste pecado foi imputada,⁶ bem como a mesma morte em pecado e a natureza corrompida comunicadas a toda a sua posteridade, que deles descende por geração ordinária.⁷

Seção IV. – Desta corrupção original, pela qual nos tornamos totalmente indispostos, incapazes e antagônicos a todo bem,⁸ e totalmente inclinados a todo mal,⁹ procedem todas as transgressões atuais.¹⁰

⁶ Gn 1.27,28; 2.16,17; At 17.26; Rm 5.12,15-19; 1 Co 15.21,22,45,49. ⁷ Sl 51.5; Gn 5.3; Jó 14.4; 15.14. ⁸ Rm 5.6; 8.7; 7.18; Cl 1.21. ⁹ Gn 6.5; 8.21; Rm 3.10-12. ¹⁰ Tg 1.14,15; Ef 2.2,3; Mt 15.19.

EXPOSIÇÃO

Estas seções nos ensinam qual foram as conseqüências do primeiro pecado para os descendentes de seus autores. Ao fazer isso, nossos padrões afirmam: —

1. Que Adão foi a cabeça natural e federal de toda a humanidade. Confissão de Fé, cap. vii. § 2; Catecismo Maior, questões 22, 25; Breve Catecismo, questões 16, 18.

2. Que conseqüentemente a culpa ou responsabilidade pelas conseqüências penais daquele pecado foi imputada, lançada na conta de todos os homens, e atualmente aplicada sobre todos os homens desde seu nascimento.

3. Que conseqüentemente a corrupção moral, que resulta do afastamento penal do Espírito Santo de Deus no caso de nossos primeiros pais, é necessariamente comunicada a todos os de sua descendência que são produzidos por geração ordinária.

4. Esta depravação hereditária inata da alma é total, pois por meio dela somos totalmente indispostos, incapazes e antagônicos a todo bem e totalmente inclinados ao mal.

5. Desta depravação moral inata procedem todas as transgressões subseqüentes.

1. Adão era a cabeça natural e federal de toda a humanidade, com exceção, naturalmente, de Cristo.

A natureza e provisões daquele pacto que Deus fez com Adão serão consideradas em seu próprio lugar, cap. viii., § 2. O ponto que demanda nossa atenção, aqui, consiste em que, ao fazer aquele pacto com Adão, Deus o constituiu e tratou com ele como o representante moral de todos os seus descendentes naturais. Isso é ensinado bem explicitamente em nossos Padrões. Confissão de Fé, cap. vii., § 2: “O primeiro pacto, sendo feito com o homem, foi um pacto de obras, pelo qual a vida foi prometida a Adão *e, nele, à sua posteridade*, sob a condição de perfeita e pessoal obediência.” Catecismo Maior, questão 22: “O pacto, sendo feito com Adão como *pessoa pública, não só para si, mas para sua posteridade*, toda a humanidade, descendendo dele por geração ordinária, *pecou nele e caiu com ele*, em sua primeira transgressão.” Breve Catecismo, questão 16: “O pacto, sendo feito com Adão, *não só para si, mas para sua posteridade*, toda a humanidade, descendendo dele por geração ordinária, *pecou nele e caiu com ele em sua primeira transgressão*.”

Como já vimos, esse é o método geral de Deus tratar com os agentes morais recém-criados, ao criá-los santos, ainda que capazes de cair, e então os expõe à prova por algum tempo, fazendo com que seu caráter moral e destino confirmados e permanentes dependessem de sua própria ação. No caso dos anjos, que foram individualmente criados independentes, parece que enfrentaram sua prova individualmente, cada um em sua própria pessoa. Alguns caíram, e alguns foram confirmados em santidade e bem-aventurança. Mas no caso de uma raça ser propagada numa série, cada indivíduo, vindo à existência numa criancinha ainda não desenvolvidamente inteligente, desenvolvendo daí gradualmente num agente moral, como é o caso da humanidade, é óbvio que um de três planos deve ser adotado:

A. Toda a raça seria confirmada em santidade e felicidade sem qualquer provação.

B. Cada indivíduo evitaria sua própria provação enquanto procura seu caminho da infância à meninice.

C. Ou a raça toda teria sua prova em sua cabeça e tronco naturais, Adão. Não estamos em condição de julgar a propriedade do primeiro desses planos, mas podemos facilmente perceber que o terceiro é incomparavelmente mais racional, justo e misericordioso do que o segundo.

Como matéria de fato, Deus fez nosso caráter e destino dependentes da conduta de Adão em sua prova. Isso foi justo: —

a. Porque, como soberano Criador, e infinitamente sábio, justo e misericordioso Guardião dos interesses de todas as suas criaturas, pareceu justo aos seus olhos.

b. Porque foi mais para nosso próprio proveito do que qualquer outro plano poderia imaginar. Adão foi mais vantajosamente constituído e circunstanciado para que pudesse prevalecer sobre a prova com segurança. Incalculáveis benefícios, bem como riscos, tinham sua ação suspensa. Se sua integridade fosse mantida por um período limitado, toda a sua raça teria nascido numa incorruptível herança de glória.

c. Porque a liderança pactual de Adão é parte de uma gloriosa constituição que culmina na liderança pactual de Cristo.

Que Adão foi, como nossos Padrões afirmam, “uma pessoa pública”, e que o pacto foi feito com ele, “não só para si, mas para sua posteridade”, prova-se à luz dos seguintes fatos: —

I. Que ele foi chamado por um nome genérico, *Adão – Homem*.

II. Que tudo quanto Deus lhe ordenou, lhe prometeu ou lhe ameaçou se relacionava com seus descendentes, tanto quanto consigo mesmo pessoalmente. E assim, “obediência”, “terra amaldiçoada”, “o reino da morte”, “parto com dores”, e a subsequente promessa de redenção através da Semente da mulher, tudo foi expresso tanto com referência a nós quanto com referência aos nossos primeiros pais.

III. Como matéria de fato, a própria penalidade denunciada e aplicada em Adão foi executada sobre todos os seus descendentes,

desde o nascimento. Todos nascem espiritualmente mortos, são “por natureza filhos da ira”. Também, à luz do fato de que –

2. A culpa daquele pecado é imputada a todos os seus descendentes, e a penalidade executada sobre eles em seu nascimento.

Pela palavra “culpa” significa-se, não a disposição pessoal que impele a agir, nem a poluição moral é pessoal que resultou dela, mas simplesmente a justa sujeição à punição que aquele pecado mereceu.

Pelo termo “imputar” significa-se *estabelecer a culpa ou crédito* de alguém como base de punição ou justificação judicial. Esse é o sentido em que a frase “imputar pecado” ou “justiça” é usada na Bíblia. “Davi atribui bem-aventurança ao homem a quem Deus imputa justiça sem obras, ... a quem o Senhor não imputará pecado ... A fé foi imputada a Abraão para justiça.” Rm 4.3-9. “Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando suas transgressões.” 2 Co 5.19.

Nossos Padrões expressamente afirmam que a “culpa” ou justa sujeição à penalidade, do ato apóstata de Adão é por Deus “imputado”, ou judicialmente lançado à responsabilidade de cada um de seus descendentes naturais. Confissão de Fé, cap. vi. § 3: “Este pecado foi imputado ... a toda a sua posteridade.” No Catecismo Maior, questão 25 e Breve Catecismo, questão 18, “a pecaminosidade daquele estado em que a queda trouxe a humanidade” declara-se incluir cada um dos seguintes elementos:

2.1. *A culpa do primeiro pecado de Adão;*

2.2. *A falta de justiça original;*

2.3. *A corrupção de toda a sua natureza, o que comumente se chama pecado original; juntamente com todas as transgressões que dele procedem.”* A razão por que nossos Padrões dão a essa culpabilidade judicial como castigo ao primeiro pecado de Adão aplicado a toda a sua posteridade consiste em que ela realmente “*pecou nele* em sua primeira transgressão”, Catecismo Maior, questão 22;

Breve Catecismo, questão 16; visto que ele agia como “pessoa pública”, e o pacto foi feito com ele “não só para si, mas para sua posteridade”. Catecismo Maior, questão 22; Breve Catecismo, questão 16. Isto é, Adão, por uma divina constituição, assim representava e agia por toda a sua posteridade para que fossem merecidamente responsáveis por sua ação e fossem dignos do castigo a ele devido. Visto que o destino deles, tanto quanto o de Adão, foi interrompido pela ação deste; visto que seriam merecidamente participantes em seu galardão, se ele fosse fiel, assim merecidamente são participantes de seu castigo por sua infidelidade.

Os Artigos do Sínodo de Dort afirmam que a depravação moral é infligida sobre todos os descendentes de Adão em seu nascimento “*pelo justo castigo de Deus*”. Cap. iii., § 2. Isso é também explicitamente ensinado na Escritura. Paulo ensina, em Rm 5.12-21, (1.) Que a lei de morte, espiritual e física, sob a qual nascemos, é uma consequência da desobediência pública de Adão; e (2.) Que é um “juízo”, uma “condenação” — isto é, uma consequência penal do pecado de Adão: “Portanto, como *pela ofensa de um só* veio o juízo sobre *todos os homens para condenação*.” (3.) Que o castigo do pecado de Adão que veio sobre nós, veio sob o mesmo princípio sobre o qual a justiça de Cristo é posta na conta daqueles que crêem nele: “Portanto, como *pela ofensa de um só* veio juízo sobre *todos os homens para condenação, da mesma forma*, pela justiça de um só, veio o dom gratuito sobre todos os homens para justificação de vida.” A justiça de Cristo, porém, é imputada sem obras (Rm 4.6), e não sob a base, como condição necessária, de boas disposições ou ações de nossa parte. E assim a culpa do pecado de Adão é imputada à sua posteridade sem obras pessoais propriamente suas, e, sim, como causa da perda de sua justiça original e aquisição do pecado original. O único pecado de Adão que a Confissão afirma ter sido “imputado” a seus descendentes, e o pecado dele que ela assevera termos “pecado nele”, foi seu primeiro pecado ou o ato de apostasia. A manifesta razão disto é que ele nos representava e só somos responsáveis por ele em sua prova em relação ao caráter e destino.

Seu primeiro pecado, ao incorrer em penalidade, necessária e instantaneamente transformou sua prova em nossa prova, e imediatamente ele se tornou uma *pessoa individual*.

A penalidade denunciada contra Adão e aqueles a quem representava em sua prova consistia na supressão judicial das influências vivificantes do Espírito Santo e na inevitável e conseqüente morte moral e física. Daí toda alma recém-criada que entra em existência é excluída judicialmente das influências vivificantes do Espírito Santo, e portanto moral e espiritualmente morta. Outros pecados e misérias atuais ocorrem no tempo como conseqüência desse castigo originário. Mas as Escrituras e nossa própria consciência também afirmam que essas transgressões atuais são nossos próprios pecados pessoais, e que todos os castigos temporais e eternos que sofremos são em decorrência desses pecados.

3. Daí se segue que, se a culpa da apostasia de Adão é lançada sobre todos os seus descendentes naturais, e o Espírito Santo, conseqüente e judicialmente, retirou-se deles desde seu nascimento, a mesma corrupção moral que resultou da mesma causa no tocante a nossos primeiros pais continuaria, desde seu nascimento, também em seus descendentes. Desta “natureza corrompida” esta seção prossegue dizendo –

4. Que em decorrência dela “somos totalmente indispostos, incapazes e antagônicos a todo bem e totalmente inclinados a todo mal”; e

5. “Desta corrupção original” da natureza “procede todas as transgressões atuais”.

Aqui se ensina (1.) Que todos os homens pecam desde o princípio da agência moral. (2.) Que o âmago dessa sua natureza é moralmente corrupto, indisposto a todo bem e inclinado a todo mal. (3.) Que essa corrupção moral é tão radical e inveterada que os homens, por natureza, são “incapazes” em relação à moral e ação íntegras. (4.) Que essa condição é inata e natural desde o nascimento.

Esta representação concorda —

5.1. Com a experiência universal. Todos os filhos dos homens, de todas as épocas, nações e circunstâncias, mesmo que sejam educados, invariavelmente pecam assim que se tornam capazes de ação moral. Um fato universal teria que ter uma causa universalmente presente. Esta só pode ser encontrada na depravação comum de nossa natureza.

5.2. Com todos os ensinamentos da Escritura.

a. Ela declara que todos os homens são pecadores. Rm 1, 2, e 3.1-19.

b. Que as ações pecaminosas procedem de corações ou disposições pecaminosas. Mt 15.19; Lc 6.43-45.

c. Que a disposição que inspira ação pecaminosa é “pecado”, uma corrupção moral. Rm 6.12,14,17; 7.5-17; Gl 5.17,24; Ef 4.18,19.

d. Que essa corrupção envolve cegueira moral e espiritual tanto da mente quanto do coração e afeições vis. 1 Co 2.14,15; Ef 4.18.

e. Que essa corrupção moral e prevalecente tendência para pecar está em nossa natureza desde o nascimento. Sl 51.5; Ef 2.3; Jo 3.6.

f. Que os homens, em seu estado natural, estão “mortos” em delitos e pecados. Ef 2.1; Jo 3.4,5.

g. Que, conseqüentemente, não podem ser restaurados por nenhuma “mudança de propósito” nem “reforma moral” de sua parte, mas tão-somente por um ato de poderoso chamado ao “novo nascimento”, à “nova criação”, à “regeneração”, à “vivificação dos mortos”. Ef 4.24; 2.5,10; Jo 3.3; 1 Jo 5.18.

O que a Confissão ensina sobre a incapacidade de o homem pecador fazer o que é certo, em decorrência da depravação de sua natureza, será considerado sob seu tópico apropriado, no cap. ix.

Seção V. – Esta corrupção da natureza permanece, durante esta vida, naqueles que são regenerados;¹¹ e ainda que, através de Cristo, ela seja perdoada e mortificada, contudo tanto ela quanto todos os seus impulsos são real e propriamente pecado.¹²

Seção VI. – Todo pecado, tanto original quanto atual, sendo transgressão da justa lei de Deus, e a ela contrário,¹³ em sua própria natureza trazendo culpa sobre o pecador,¹⁴ e por essa culpa está sujeito à ira de Deus¹⁵ e a maldição da lei,¹⁶ e assim feito sujeito à morte,¹⁷ com todas as misérias espirituais,¹⁸ temporais¹⁹ e eternas.²⁰

¹¹ 1 Jo 1.8,10; Rm 7.14,17,18,23; Tg 3.2; Pv 20.9; Ec 7.20. ¹² Rm 7.5,7,8,25; Gl 5.17. ¹³ 1 Jo 3.4. ¹⁴ Rm 2.15; 3.9,19. ¹⁵ Ef 2.3. ¹⁶ Gl 3.10. ¹⁷ Rm 6.23. ¹⁸ Ef 4.18. ¹⁹ Rm 8.20; Lm 3.39. ²⁰ Mt 25.41; 2 Ts 1.9.

EXPOSIÇÃO

Estas seções falam da corrupção que persiste no regenerado e da culpa ou merecida sujeição ao castigo que atinge a todo pecado, e dos castigos que Deus lhe aplica.

I. Do primeiro, ensina-se —

1. O pecado original, ou corrupção moral inerente, persiste no regenerado enquanto o mesmo viver.

2. Que ele é perdoado através dos méritos de Cristo.

3. Que ele é gradualmente trazido em sujeição e mortificado pela obra do Espírito Santo em santificação.

4. Que, não obstante tudo o que permanece dele, bem como todos os sentidos e ações que dele procedem, são verdadeiramente da natureza do pecado.

Todos esses pontos serão mais apropriadamente tratados sob os tópicos referentes à Justificação, Confissão de Fé cap. xi., e da Santificação, Confissão de Fé, cap. xiii.

II. Do segundo, ensina-se: —

1. Que o “pecado original” — isto é, as tendências corruptas inerentes e as afeições da alma — é uma violação tão real da lei de Deus como o é a transgressão atual.

2. Que os pecados de ambas as classes são por sua própria natureza culpados; isto é, merecedores de castigo.

3. Que conseqüentemente o pecador (a pessoa culpada de um ou de ambos) está, a menos que a graça intervenha, sujeito à “morte”, inclusive às misérias espirituais, temporais e eternas.

1. O pecado original, bem como o atual, é uma violação da lei de Deus. Os Catecismos (Maior, questão 24; Breve, questão 14) definem pecado como “qualquer falta de conformidade com ou transgressão da lei de Deus”.

Isso corresponde exatamente ao que o apóstolo ensina (1 Jo 3.4): “Pecado é *ἀνομία*” — qualquer discrepância da criatura ou seus atos com a lei de Deus. Isso se faz evidente: —

1.1. Por causa de sua própria essência, a lei moral demanda absoluta perfeição de caráter e disposição, bem como de ação. Tudo quanto é certo é também essencialmente obrigatório; tudo quanto é errado é também essencialmente digno de condenação. Deus requer que sejamos santos e ajamos corretamente. Deus se proclama como “aquele que sonda os rins e os corações”. Ap 2.23.

1.2. As tendências corruptamente inerentes que constituem o pecado original são denominadas de pecado na Escritura. O pecado e suas concupiscências são simbolizados pelos “rins” em nossos corpos mortais; o pecado é expresso como tendo “domínio”; os não-regenerados são chamados de “servos do pecado”. Rm 6.12-17; 7.5-17; Gl 5.17,24; Ef 4.18,19.

1.3. Deus condena os homens por suas disposições corruptas naturais, por sua dureza de coração e de cegueira espiritual da mente. Mc 16.14; Ef 2.3.

1.4. Em toda convicção genuína de pecado, o grande peso de corrupção e culpa é sentido consistir não no que temos feito, mas

no que somos – nossa condição moral permanente mais do que nossas transgressões atuais. O grande clamor consiste em sermos perdoados e libertados de “o perverso coração de incredulidade”, entorpecimento em relação às coisas divinas, alienação de Deus como um hábito permanente da alma”. “Miserável homem que sou? Quem me livrará do corpo desta morte?” Rm 7.24; Sl 51.5,6.

2. Portanto, necessariamente se deduz que o pecado original, bem como as transgressões atuais, merecem a maldição da lei. Isso é evidente —

2.1. À luz do que aprendemos da justiça de Deus no cap. ii., §§ 1 e 2.

2.2. À luz do fato de que é a opinião universal dos homens de que o pecado é intrinsecamente demérito – que tudo o que *não convém* é digno de condenação.

2.3. À luz do fato de que o Espírito Santo, ao convencer de pecado os homens, sempre os convence também de um juízo. Jo 16.8.

2.4. Os homens são “*por natureza filhos da ira*”. Ef 2.3.

2.5. Mesmo as criancinhas são redimidas por Cristo. E em seu caso, como em todos os demais, ele os redime *da maldição da lei*, fazendo-se maldição por eles. Gl 3.13.

3. Conseqüentemente, o pecador é culpado do pecado original e das transgressões atuais, a menos que a graça intervenha, sujeitos à morte, inclusive às misérias temporais, espirituais e eternas.

As misérias temporais infligidas aos homens, no justo desprazer de Deus pelas pecados deles, são sumariamente apresentadas no Catecismo Maior, questão 28, como sendo “a maldição de Deus sobre suas criaturas por nossa causa, e todos os outros males que caem sobre nós, em nossos corpos, nossos nomes, bens, relações e ocupações, juntamente com a própria morte”. Isso, naturalmente, aplica-se somente ao pecador ainda incrédulo e não justificado; pois todas as tribulações sofridas pelos crentes justificados nesta vida são castigos, destinados a seu benefício e expres-

são do amor do Pai celestial — não males penais, expressão de sua ira e justiça insatisfeita.

As misérias espirituais que o pecado traz sobre os não-perdoados nesta vida são apresentadas “como cegueira da mente, sentimento réprobo, fortes ilusões, entorpecimento do coração, horror de consciência e vis afeições. Ef 4.18; Rm 1.28; 2 Ts 2.11; Rm 2.5; Is 33.14; Gn 4.13; Mt 27.4; Rm 1.26; Catecismo Maior, questão 28.

As misérias eternas que são a consequência do pecado não perdoado são apresentadas como “separação eterna da presença reconfortante de Deus e os mais graves tormentos na alma e no corpo, sem intermissão, no fogo do inferno para sempre”. 2 Ts 1.9; Mc 9.43,44,46,48; Lc 16.24; Catecismo Maior, questão 29.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira seção?
2. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Qual parece ser o plano geral de Deus para tratar com todos os agentes morais recém-criados?
7. Com quais duas ordens de seres tem ele assim tratado?
8. Que “teste” foi feito no caso do homem? E por que ele foi admiravelmente adaptado com esse propósito?
9. Qual parece ter sido a natureza do pecado cometido por nossos primeiros pais?
10. Qual é o primeiro elemento de miséria envolvido na “origem do pecado”?
11. Por que é difícil conceber como um ser santo pode começar a pecar?
12. Em que aspectos o estado de Adão, como um agente moral, diferia do nosso?

13. Por que um agente pecaminoso não pode originar uma volição santa?
14. É o pecado, em sua origem, uma disposição positiva ou um defeito?
15. Quais parecem ter sido os motivos a influenciar nossos primeiros pais?
16. A que se refere a verdadeira origem do pecado?
17. Qual é o segundo elemento de mistério na origem do pecado?
18. Prove que o pecado de Adão foi permissivamente incluído nos decretos divinos.
19. Prove que Deus nem o causou nem o aprovou.
20. Prove que Deus se propôs ordená-lo para sua própria glória.
21. Qual é a *primeira* proposição ensinada na segunda seção?
22. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
23. Qual a *terceira*?
24. Qual a *quarta*?
25. Do que a alma humana depende para a vida espiritual?
26. Mostre que as influências do Espírito Santo, que sustentam a vida, foram imediatamente subtraídas como castigo do pecado.
27. Qual foi a consequência imediata de tal subtração?
28. A que extensão foi afetado o caráter moral e espiritual de nossos primeiros pais?
29. Qual é a *primeira* proposição ensinada na terceira e quarta seções?
30. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
31. Qual a *terceira*?
32. Qual a *quarta*?
33. Qual a *quinta*?
34. Em que seções e em que palavras de nossos Padrões explicitamente se ensina que no pacto das obras Adão representava a todos os seus descendentes?

35. Que três planos foram possíveis com respeito à prova moral dos membros individuais da família humana?
36. Mostre por que o plano de fazer nossa a prova de Adão era tanto sábio quanto benevolente.
37. Prove o fato de que Adão foi nosso representante federal.
38. Qual é o sentido preciso em que nossos Padrões usam o termo “culpa”?
39. Em que sentido eles usam o termo “imputar”?
40. Em que seções e em que palavras nossos Padrões afirmam que a culpa do primeiro pecado de Adão é lançado na conta de seus filhos?
41. Por qual razão eles nos destinam essa imputação de seu pecado?
42. Prove à luz das Escrituras que o pecado de Adão é assim imputado.
43. Por que só o *primeiro* pecado de Adão é imputado?
44. Como é esse pecado punido em nós?
45. Qual é o efeito necessário desse castigo?
46. Qual dessas seções ensina o estado moral inerente do homem?
47. Quais são os diversos pontos envolvidos em seu ensino?
48. Prove que a doutrina aqui ensinada concorda com a experiência universal dos homens.
49. Formule e prove os diversos pontos ensinados na Escritura quanto à natureza, extensão e tempo em que começou a depravação humana.
50. Que temas são tratados na quinta e sexta seções?
51. O que é ensinado quanto à continuação e caráter da corrupção na pessoa regenerada?
52. Prove que a tendência nata e permanente da alma a pecar é tanto uma violação da lei de Deus quanto uma transgressão atual.
53. Prove que essa “tendência para pecar” e a transgressão atual são igualmente dignas de castigo.

- 54.** Que misérias temporais são infligidas por causa do pecado?
- 55.** Que relação as aflições temporais mantêm com o crente justificado?
- 56.** Que misérias espirituais são infligidas por causa do pecado?
- 57.** Que misérias eternas são infligidas por essa mesma conta?

CAPÍTULO VII

DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

Seção I. – A distância entre Deus e a criatura é tão grande que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, contudo nunca poderiam fluir nada dele como sua bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência por parte de Deus, a qual agradou ele expressar por meio de pacto.¹

Seção II. – O primeiro pacto feito com o homem foi um pacto de obras,² no qual a vida foi prometida a Adão e, nele, à sua posteridade,³ sob a condição de perfeita e pessoal obediência.⁴

¹ Is 40.13-17; Jô 9.32,33; 1 Sm 2.25; Sl 113.5,6; 100.2,3; Jô 22.2,3; 35.7,8; Lc 17.10; At 17.24,25. ² Gl 3.12. ³ Rm 10.5; 5.12-20. ⁴ Gn 2.17; Gl 3.10.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: —

1. O dever que uma criatura inteligente deve a seu Criador é essencial e inalienável de sua existência.
2. O desfrute da plenitude e amor do Criador, pela criatura, contudo, é uma matéria de livre e soberana graça, dependendo exclusivamente da vontade do Criador.
3. No caso dos homens e dos anjos, aprovou a Deus prometer este transcendente benefício sob certas condições; e que a promessa condicional é chamada *pacto*.

4. No primeiro pacto no tocante à humanidade, Deus tratou com Adão como o representante de todos os seus descendentes.

5. A promessa deste pacto foi a vida; a condição dele, perfeita e pessoal obediência.

1. O dever que uma criatura inteligente deve a seu Criador é inalienável e necessariamente procede: —

1.1. Da obrigação absoluta e imperativa que é da essência de tudo o que é moralmente certo — que exerce autoridade sobre a vontade, mas que não recebe dela autoridade; e

1.2. Da relação de dependência e obrigação envolvidas no próprio fato do ser criado. Para ser um agente criado, inteligente e moral é preciso estar sob toda a obrigação de obediência à vontade e de viver para a glória do Proprietário e Governante absoluto.

2. Que, em contrapartida, o desfrute da plenitude e amor do Criador, por parte da criatura, é uma matéria de soberana graça, dependendo tão-somente da vontade do Criador, é também sobejamente evidente. O próprio fato da criação traz a criatura sob obrigação em relação a seu Criador, porém não pode trazer o Criador sob obrigação em relação à criatura. A criação mesma, sendo um magno ato da graça, não pode prender os beneficiários com uma reivindicação por mais graça. Se Deus, por exemplo, criou um homem com um olho, pode ser eminentemente consistente com os atributos divinos, e base de justa antecipação, que em algum tempo aquele que deu os olhos dará também a luz; mas, seguramente, a criação do primeiro não pode lançar nenhum fundamento seguro por parte do homem para o dom do segundo. E, naturalmente, muito menos pode o fato de, na criação, Deus, que dotou os homens com a natureza religiosa, lançar o fundamento de qualquer direito por parte dos homens, para o dom infinitamente mais precioso das comunicações pessoais de seu próprio amor e graça infalíveis. Deus não pode obrigar-se a receber todas as criaturas naturalmente capazes dela nas intimidades de sua própria sociedade. Se assim o faz, é uma questão de infinita condescendência e soberana vontade.

3. No caso dos homens e dos anjos, aprovou a Deus prometer este transcendente benefício sob certas condições; e que a promessa condicional é chamada *pacto*. Não pode haver dúvida de que esse extraordinário dom do amor pessoal de Deus e da sociedade geradora de vida que foi oferecida aos anjos, e no princípio foi oferecida ao primeiro casal humano, sob condições. Há quem objete que a promessa condicional feita a Adão no jardim não foi explicitamente chamada pacto, e que ela não possui todos os elementos essenciais de um pacto, visto que ela foi uma constituição soberanamente ordenada pelo Criador sem consultar a vontade da criatura. É uma resposta suficiente a essas objeções dizer: —

3.1. Que, embora a vontade de Adão não haja sido consultada, todavia sua vontade era inquestionável e cordialmente aquiescente com esta constituição divina e com todos os termos dela, e portanto a transação incluía todos os elementos de um pacto.

3.2. Que os diversos exemplos de transações análogas entre Deus e os homens são expressamente intituladas *pactos* na Bíblia. Se as transações de Deus com Noé (Gn 9.11,12) e com Abraão (Gn 17.1-21) eram pactos, então foi um pacto sua transação com Adão no jardim.

A análise de um pacto apresenta sempre os seguintes elementos:

- a. suas partes.
- b. sua promessa.
- c. suas condições.
- d. sua penalidade.

Quanto às suas partes, nossos Padrões ensinam: —

4. No primeiro pacto no tocante à humanidade, Deus tratou com Adão como o representante de todos os seus descendentes. As partes, portanto, são Deus e Adão, o último representando a raça humana. Que Adão agiu na qualidade de representante de seus descendentes, num sentido tal que ficaram igualmente interessados

com ele em todo mérito ou demérito, a recompensa ou a penalidade, referindo à sua ação durante o período de prova, já ficou provado ser a doutrina tanto de nossos Padrões quanto da Escritura. Cap. vi., §§ 3 e 4. Quanto à natureza ulterior deste pacto, nossos Padrões ensinam —

5. A promessa dele era vida; a condição dele, perfeita obediência; e a penalidade dele, morte. Catecismo Maior, questão 20; Breve Catecismo, questão 12.

Este pacto é variadamente intitulado, a partir de um ou de outro desses vários elementos. Portanto, ele é chamado o “pacto de obras”, porquanto perfeita obediência era sua condição, e para distingui-lo do pacto da graça, em que nossa salvação repousa em bases totalmente diferentes. Ele é também chamado o “pacto de vida”, porquanto a vida foi prometida sob condição de obediência. Ele é também chamado um “pacto legal”, porquanto ele demandava o cumprimento literal das reivindicações da lei moral como a condição do favor divino. Este pacto era também, em sua essência, um pacto de graça, em que graciosamente prometeu vida na sociedade de Deus como o galardão livremente concedido de uma obediência já incondicionalmente devida. Não obstante, ele era um pacto das obras e da lei com respeito às suas exigências e condições.

5.1. Que a promessa do pacto era vida prova-se: —

a. À luz da natureza da penalidade, a qual é gravada em termos. Se a desobediência estava ligada à morte, então a obediência teria de estar ligada à vida.

b. Ele é ensinado expressamente em muitas passagens da Escritura. Paulo diz em Rm 10.5: “Moisés descreve a justiça que é da lei: Que o homem que praticar essas coisas por elas viverá.” Mt 19.16,17; Gl 3.12; Lv 18.5; Ne 9.29.

Que a vida prometida não era mera continuação de existência é óbvio: —

i. À luz do fato de que a morte ameaçada não consistia de mera extinção da existência. Adão experimentou aquela morte

no mesmo dia em que comeu do fruto proibido. A morte ameaçada era exclusão da comunhão divina. A vida prometida, portanto, consistiria na comunhão divina e na excelência e felicidade daí resultantes.

ii. À luz do fato de que a mera existência não corria risco. É o caráter, não o fato, da existência contínua que Deus deixou pendente sob a obediência.

iii. Visto que os termos “vida” e “morte” são usados nas Escrituras constantemente para definir duas condições espirituais opostas, as quais dependem da relação da alma com Deus. Jo 5.24; 6.47; Rm 6.13; 11.15; Ef 2.1-3; 5.14; Ap 3.1.

5.2. Que a penalidade deste pacto era morte declara-se distintamente: “No dia em que dele comerdes, certamente morrereis.” Gn 2.17. Isto denota o mais lamentável estado de existência, física e moral, e não a cessação de existência ou a dissolução da união entre alma e corpo, porque: —

a. Ela se concretizou em nossos primeiros pais centenas de anos antes da dissolução dessa união.

b. Porque as Escrituras constantemente descrevem a condição moral e espiritual em que seus descendentes nasceram e da qual são libertados por Cristo, como sendo um estado de morte. Ap 3.1; Ef 2.1-5; 5.14; Jo 5.24.

Esta morte é uma condição de crescente pecado e miséria, resultantes da amputação da única fonte de vida. Ela envolve a pessoa inteira, alma e corpo, e continua enquanto a causa continua.

Seção III. — Havendo-se o homem tornado, por sua queda, incapaz de ter vida por meio deste pacto, ao Senhor aprouve fazer um segundo [pacto],⁵ comumente chamado pacto da graça; por meio do qual ele gratuitamente oferece aos pecadores vida e salvação mediante Jesus Cristo, requerendo deles fé nele, para que possam ser salvos;⁶ e prometendo dar o Espírito Santo a todos quantos são ordenados para a vida, a fim de dispô-los e habilitá-los a crer.⁷

Seção IV. – Este pacto da graça é freqüentemente apresentado na Escritura pelo nome de testamento, em referência à morte de Jesus Cristo, o testador, e à herança eterna, com todas as coisas a ela pertencentes, legadas neste pacto.⁸

⁵ Gl 3.21; Rm 8.3; 3.20,21; Gn 3.15; Is 42.6. ⁶ Mc 16.15,16; Jo 3.16; Rm 10.6,9; Gl 3.11. ⁷ Ez 36.26,27; Jo 6.44,45. ⁸ Hb 9.15-17; 7.22; Lc 22.20; 1 Co 11.25.

EXPOSIÇÃO

Visto que Adão perdeu, para si e para toda a sua raça, o direito à promessa original de vida sob a condição de perfeita obediência, e incorreu na penalidade de morte vinculada à desobediência, segue-se que, se a antiga constituição é deixada sem suplemento ou modificação, o homem está perdido. Se a humanidade tem que ser salva, então deve haver uma nova e graciosa intervenção por parte de Deus. E se Deus intervém a fim de salvar os homens, então deve fazer isso sob um plano definido e sob certas condições definidamente proclamadas e acuradamente cumpridas. Isto é, deve introduzir-se um novo pacto, restituindo a vida alcançável para os que devem ser salvos sob diferentes condições daquelas oferecidas na constituição precedente. A questão, pois, se relaciona com o que é revelado nas Escrituras quanto às partes às quais é feita a promessa e às condições sob as quais é ela suspensa.

O ponto de vista arminiano consiste em que Adão, havendo perdido a promessa e incorrido na penalidade do pacto que demandava obediência perfeita, havendo a morte de Cristo tornado o pacto consistente com as reivindicações de justiça absoluta, Deus, por amor a Cristo, introduz um novo pacto, intitulado pacto da graça, oferecendo a todos os homens, individualmente, a vida eterna perdida por Adão na queda e sob a condição graciosamente possível de fé e obediência evangélicas. Segundo este ponto de vista, o novo pacto é tanto um pacto de obras quanto aquele antigo o foi. A única diferença é que as obras exigidas são muito mais difíceis, e para realizá-las somos graciosamente auxiliados em nossos esforços. Também segundo este ponto de vista a fé e obediência evan-

gêlicas asseguram vida eterna no novo pacto da mesma forma que a perfeita obediência assegurava no antigo pacto.

Este ponto de vista é obviamente inconsistente com a natureza do evangelho. O método de salvação apresentado no evangelho não é compromisso de princípio nem redução de termos. Cristo cumpre de forma absoluta o antigo pacto legal; e então, sobre o fundamento do que ele fez, exercemos fé ou *confiança*, e através dessa confiança somos feitos partícipes de sua justiça e beneficiários de sua graça. A fé não é uma obra que Cristo condescende, no evangelho, aceitar em lugar da perfeita obediência como base da salvação — ela é apenas a mão que abraça a pessoa e obra de nosso Redentor, que é a genuína base de nossa salvação.

O ponto de vista calvinista, portanto, consiste em que Deus, havendo determinado salvar os eleitos dentre a massa da raça caída em Adão, designou seu Filho a encarnar-se em nossa natureza; e como o Cristo, ou o Mediador Deus-homem, ele o designou para ser o segundo Adão e cabeça representativa da humanidade redimida; e como tal firmou um pacto com ele e com sua descendência nele. Neste pacto, o Mediador assume, no interesse de sua descendência eleita, as condições rompidas do antigo pacto de obras, precisamente como Adão as deixou. Adão fracassara em obedecer, e portanto perdeu o direito à vida; ele pecara, e portanto incorreu na infundável penalidade de morte. Cristo, portanto, sofreu a penalidade e a extinguiu, no interesse de todos a quem representava ante as reivindicações do antigo pacto. E ao mesmo tempo ele prestou perfeita obediência vicária, a qual era a mesma condição sob a qual a vida eterna havia sido originalmente oferecida. Tudo isso Cristo faz com Deus como a parte principal em relação ao pacto, ao agir como o representante de seu próprio povo.

Subseqüentemente, na administração e graciosa aplicação deste pacto, Cristo o Mediador *oferece* as bênçãos asseguradas pelo pacto a todos os homens sob a condição de fé — isto é, ele convida a todos os homens a apropriarem-se dessas bênçãos pela instrumentalidade da fé, e promete que, se procederem assim, cer-

tamente desfrutarão delas. E ele, como o Fiador medianeiro de seu povo, lhes assegura que sua fé e obediência não fracassarão.

Por amor à simplicidade, alguns teólogos calvinistas têm apresentado o método divino da redenção humana como incluído em dois pactos. O *primeiro*, intitulado “pacto da redenção”, formulado na eternidade entre o Pai e Cristo como principal, provendo a salvação dos eleitos; o *segundo*, intitulado “pacto da graça”, no qual a vida é oferecida a todos os homens sob a condição de fé, e assegurada aos eleitos através da agência daquele que, como “fiador do novo pacto”, garante o cumprimento da condição no caso deles.

Nossos Padrões nada dizem de dois pactos. Não fazem nenhuma menção do pacto da redenção em distinção ao pacto da graça. Mas, evidentemente, as diversas passagens que tratam deste tema (Confissão de Fé, cap. vii., § 3; Catecismo Maior, questão 31; Breve Catecismo, questão 20) presumem que não há senão um único pacto, firmado por Cristo com Deus, em favor dos eleitos, na eternidade, e administrado por ele aos eleitos nas ofertas e ordenanças do evangelho e nas graciosas influências de seu Espírito. O Catecismo Maior, no espaço indicado, ensina que o pacto da graça foi *firmado com Cristo por seu povo*. A Confissão de Fé, nestas seções, ensina como esse mesmo pacto *é administrado por Cristo a seu povo*.

A doutrina de nossos Padrões e da Escritura pode ser expressa nas seguintes proposições: —

1. Na base da redenção humana há um pacto eterno ou conselho pessoal entre o Pai, representante de toda a Deidade, e o Filho, que assumiria na plenitude do tempo um elemento humano em sua pessoa, e representaria todos os seus eleitos como seu Mediador e Fiador. As Escrituras tornam bastante óbvio que o Pai e o Filho tiveram um entendimento definido:

a. quanto a quem seria salvo,

b. quanto ao que Cristo faria para salvá-los,

c. quanto a *como* a salvação pessoal deles seria efetuada,

d. quanto a todas as bênçãos e vantagens que seriam envolvidas na salvação deles e

e. quanto a certas recompensas oficiais que caberiam ao Mediador em decorrência de sua obediência.

1.1. As Escrituras expressamente declaram que o Pai prometera ao Mediador a salvação de sua descendência sob a condição de “o trabalho de sua alma”. Is 53.10,11; 42.6,7; Sl 89.3,4.

1.2. Cristo faz constante referência a uma comissão prévia que havia recebido de seu Pai (Jo 10.18; Lc 22.29) e reivindica uma recompensa apenas ao cumprimento da dita comissão. Jo 17.4,5.

1.3. Cristo, como Mediador, assevera constantemente que seu povo e sua esperada glória lhe são conferidos por seu Pai como recompensa. Jo 17.4,24.

2. A promessa deste pacto foi: —

2.1. Toda preparação necessária de Cristo para sua obra. Hb 10.5; Is 42.1-7.

2.2. O apoio em sua obra. Lc 22.43.

2.3. Uma gloriosa recompensa: —

a. Em sua própria pessoa teantrópica como Mediador. Jo 5.22; Sl 110.1.

b. Em confiar à sua mão a administração universal de todas as preciosas graças e bênçãos do pacto. Mt 28.18; Jo 1.12; 7.39; 17.2; At 2.33.

c. Na salvação dos eleitos, inclusive todas as provisões gerais e especiais da graça, tais como regeneração, justificação, santificação, perseverança e glória. Tt 3.5,6; Jr 31.33; 32.40; Is 35.10; 53.10,11.

3. A condição deste pacto foi: —

3.1. Que ele nasceria de mulher, sujeito à lei. Gl 4.4,5.

3.2. Que assumiria e desempenharia, no interesse de seus eleitos, todas as condições rompidas e todas as responsabilidades incorridas no pacto das obras (Mt 5.17,18): —

a. prestando aquela perfeita obediência que é a condição da promessa do antigo pacto (Sl 40.8; Is 42.21; Jo 8.29; 9.4,5; Mt 19.17) e

b. sofrendo a penalidade de morte incorrida pela quebra do antigo pacto, Is 53; 2 Co 5.21; Gl 3.12; Ef 5.2.

4. Cristo, como Rei medianoiro, administra a seu povo os benefícios de seu pacto; e, por sua providência, sua Palavra e seu Espírito, ele os faz individualmente recipientes dessas bênçãos, consoante sua vontade. Tais benefícios ele oferece a todos os homens no evangelho. Ele promete concedê-los sob a condição de serem recebidos. No caso de seu próprio povo, ele opera neles a fé, e como seu Fiador se compromete por eles e faz o bem a tudo o que é interrompido ou comunicado através de sua agência. Em toda e qualquer esfera de nossa experiência, todo dever cristão é uma graça cristã; porque só podemos cumprir as condições de arrependimento e fé quando nos é concedido por nosso Fiador. Todas as graças cristãs envolvem também os deveres cristãos. De modo que Cristo imediatamente nos adquire a salvação e no-la aplica; nos manda agir e opera em nós a obediência; nos oferece graça e vida eterna sob condições e nos dá as condições e a graça e a vida eterna. O que ele nos dá também espera que o exerçamos. O que ele nos ordena também no-lo dá imediatamente. Vistos pelo prisma de Deus, a fé e o arrependimento são os dons do Filho. Visto pelo nosso prisma, são deveres e graciosas experiências, os primeiros sintomas da salvação iniciada — instrumentos pelos quais mais graça pode ser obtida. Vistos em conexão com o pacto da graça, eles são elementos da promessa do Pai ao Filho, condicionada por sua obra medianeira. Vistos em relação com a salvação, são indícios de seu início e condições *sine qua non* de sua concretização final.

A presente administração deste pacto, efetuada por Cristo, num aspecto, obviamente contém uma analogia aproximada de um tes-

tamento ou vontade executada só em decorrência da morte do testador. E portanto numa única passagem nossos tradutores estavam certos em assim traduzir a palavra *διαθήκη* Hb 9.16,17. Visto, porém, que Cristo é um Mediador sempre vivo e constantemente ativo, o mesmo ontem, hoje e para sempre, esta palavra, que expressa sua presente administração, devia em cada um dos outros exemplos ser traduzida por “dispensação”, em vez de “testamento”. 2 Co 3.6,14; Gl 3.15; Hb 7.22; 12.24; 14.20.

Seção V. – Este pacto, no tempo da lei, não foi distintamente administrado como no tempo do evangelho.⁹ Sob a lei, ele foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, circuncisão, o cordeiro pascal e outros tipos e ordenanças entregues ao povo judeu, tudo prefigurando Cristo que havia de vir,¹⁰ o qual foi naquele tempo suficiente e eficaz, através da operação do Espírito, para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido,¹¹ por meio de quem receberam perfeita remissão dos pecados e salvação eterna; e o qual se chama Velho Testamento.¹²

Seção VI. – Sob o evangelho, quando Cristo, a substância,¹³ foi exibido, as ordenanças nas quais este pacto é ministrado são a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor;¹⁴ os quais, ainda que em menor número, e administrados com mais simplicidade e menos glória externa, todavia neles ele se manifesta com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual,¹⁵ a todas as nações, tanto a judeus quanto a gentios;¹⁶ e é denominado de Novo Testamento.¹⁷ Não há, pois, dois pactos da graça de substância diferenciada, mas um só e o mesmo sob várias dispensações.¹⁸

⁹ 2 Co 3.6-9. ¹⁰ Hb 8, 9, 10; Rm 4.11; Cl 2.11,12; 1 Co 5.7. ¹¹ 1 Co 10.1-4; Hb 11.13; Jo 8.56. ¹² Gl 3.7-9,14. ¹³ Cl 2.17. ¹⁴ Mt 28.19,20; 1 Co 11.23-25. ¹⁵ Hb 12.22-27; Jr 31.33,34. ¹⁶ Mt 28.19; Ef 2.15-19. ¹⁷ Lc 22.20. ¹⁸ Gl 3.14,16; At 15.11; Rm 3.21-23,30; Sl 32.1; Rm 4.3,6,16,17,23,24; Hb 13.8.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: –

1. Que o pacto da graça, desde o princípio, permaneceu o mesmo em todos os aspectos essenciais, a despeito de todas as mutações externas no modo de sua administração.

2. Que sob a antiga dispensação este pacto foi administrado principalmente por meio de tipos e ordenanças simbólicas, significando de antemão um Cristo que havia de vir, e essa administração foi quase exclusivamente confinada à nação judaica.

3. Que a nova dispensação deste pacto é caracterizada por sua superior simplicidade, clareza, plenitude, infalibilidade, poder espiritual e extensão em sua aplicação.

1. O pacto administrado em ambas as dispensações é o mesmo em todos os aspectos essenciais.

1.1. Cristo era o Salvador dos homens antes de seu advento, e ele os salvou, então, com base nos mesmos princípios agora em vigor. Ele era “o Cordeiro morto desde a fundação do mundo”, Ap 13.8; “propiciação para os pecados outrora cometidos”, Rm 3.25; Hb 9.15. Ele foi prometido a Adão e a Abraão como o Salvador do mundo. Gn 3.15; 17.7; 22.18. Foi simbolicamente exibido e tipicamente profetizado por todo o cerimonial e especialmente pelo sistema sacrificial do templo. Cl 2.17; Hb 10.1-10. Foi especialmente testemunhado por todos os profetas como aquele que salva do pecado. At 10.43.

1.2. A fé foi a condição da salvação sob a antiga dispensação no mesmo sentido que o é agora. Hc 2.4; Sl 2.12. Os crentes do Velho Testamento são instituídos como exemplo aos que são chamados a exercer fé sob o Novo Testamento. Rm 4; Hb 11.

1.3. As mesmas graciosas promessas da graça e eterna bem-aventurança espirituais foram administradas da mesma forma outrora e agora. Comparem-se Gn 17.7 com Mt 22.32; e Gn 22.18 com Gl 3.16. Vejam-se também Is 43.25; Sl 16; 51; 73.24-26; Ez 36.27; Jó 19.25-27; Dn 12.2,3.

2. Sob a antiga dispensação, o pacto da graça foi constantemente administrado com crescente plenitude e clareza: —

2.1. De Adão a Abraão, na promessa feita à mulher, Gn 3.15; na instituição de sacrifícios cruentos; e no constante aparecimento visível e diálogo audível de Jeová com seu povo.

2.2. De Abraão a Moisés, a promessa mais definida dada a Abraão (Gn 17.7; 22.18), na Igreja separada do mundo, incluída num pacto especial e selada com o sacramento da circuncisão.

2.3. De Moisés a Cristo, o rito primitivo e simples de sacrifício desenvolvido no elaborado cerimonial e significante simbolismo do serviço do templo, o pacto enriquecido com novas promessas, a Igreja separada do mundo por nossas barreiras e selada com o sacramento adicional da Páscoa.

3. A presente dispensação do pacto é superior à anterior: —

3.1. Porque, enquanto era ela formalmente administrada por Moisés, um servo, ela é agora administrada visível e imediatamente por Cristo, um filho em sua própria casa. Hb 3.5,6.

3.2. A verdade foi então parcialmente revelada nos tipos e símbolos; agora é revelada na história viva e no ensino didático.

3.3. Aquela revelação foi amplamente acrescida, bem como tornada ainda mais clara, pela encarnação de Cristo e pela missão do Espírito Santo.

3.4. Aquela dispensação era tão sobrecarregada com cerimônias que chegou a ser comparativamente carnal; a presente dispensação é espiritual.

3.5. Aquela foi circunscrita a um só povo; a presente dispensação, desembaraçada de todas as organizações nacionais, abrange toda a terra.

3.6. Aquele método de administração foi preparatório; o presente é final no que concerne à presente ordem do mundo. Ela só cederá caminho àquela administração eterna do pacto que será

executada pelo Cordeiro nos novos céus e nova terra, quando fizer “convergir em Cristo todas as coisas, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra”. Ef 1.10. Mais que isso não foi ainda conhecido.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira e segunda seções?
2. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Prove que o dever que uma criatura inteligente deve a seu Criador é essencial e inalienável.
7. Prove que o desfrute do Criador pela criatura não é um direito natural, mas um privilégio gracioso.
8. Que arranjo Deus no princípio fez com os homens nesse aspecto?
9. Prove que esse arranjo é apropriadamente denominado um pacto.
10. Quais são os vários elementos de um pacto?
11. Quais foram as do pacto original?
12. Como é esse pacto variadamente intitulado?
13. Prove que a promessa do pacto foi a vida.
14. O que estava envolvido na vida prometida?
15. Prove a última resposta.
16. Qual era a condição do pacto? Prove-o.
17. Qual era sua penalidade? Prove-o.
18. Se Deus propôs salvar os homens caídos, como caracterizar seu método em agir assim?
19. Qual é o ponto de vista arminiano quanto às condições sobre as quais a salvação é oferecida aos homens caídos?

20. Apresente as objeções fatais a esse ponto de vista.
21. Qual é o ponto de vista calvinista da condição da salvação humana?
22. Que distinção fazem alguns calvinistas entre o “pacto da redenção” e o “pacto da graça”?
23. Em que seção e em que palavras está declarada a doutrina de nossos Padrões sobre este ponto?
24. Qual é o ponto principal apresentado pelo Catecismo Maior, questão 31, e qual o ponto principal apresentado pela Confissão de Fé, cap. vii, § 3, e Breve Catecismo, questão 20?
25. Em quais pontos é evidente que o Pai e o Filho tiveram um entendimento definido?
26. Prove à luz da Escritura que houve tal pacto entre o Pai e o Filho.
27. Mostre pela Escritura qual foi a promessa desse pacto.
28. Mostre pela Escritura quais foram suas condições.
29. Que relação o pacto da graça sustenta no tocante ao pacto das obras?
30. Por quem é o pacto da graça administrado?
31. Como Cristo administra suas bênçãos a seu povo?
32. Onde e por que sua presente administração se assemelha a um testamento?
33. Qual é a *primeira* proposição ensinada na quinta e sexta seções?
34. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
35. Qual a *terceira*?
36. Prove que o pacto da graça é essencialmente o mesmo sob todas as mudanças de administração.
37. Como era ele administrado sob a dispensação do Velho Testamento?
38. Em que aspectos a nova difere da antiga dispensação e a excede?

CAPÍTULO VIII

DE CRISTO O MEDIADOR

Seção I. – Aproveu a Deus, em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu unigênito Filho, para ser o Mediador entre Deus e o homem;¹ o Profeta,² o Sacerdote,³ o Rei;⁴ o Cabeça e Salvador de sua Igreja;⁵ o Herdeiro de todas as coisas;⁶ o Juiz do mundo;⁷ a quem, desde toda a eternidade, deu um povo para ser sua progênie⁸ e para ser por ele, no tempo, redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado.⁹

¹ Is 42.1; 1 Pe 1.19,20; Jo 3.16; 1 Tm 2.5.² At 3.22.³ Hb 5.5,6.⁴ Sl 2.6; Lc 1.33.⁵ Ef 5.23.⁶ Hb 1.2.⁷ At 17.31.⁸ Jo 17.6; Sl 22.30; Is 53.10.⁹ 1 Tm 2.6; Is 55.4,5; 1 Co 1.30.

EXPOSIÇÃO

Já aprendemos claramente: —

i. Que Deus, desde a eternidade, soberanamente escolheu, dentre a raça humana caída, um número definido para ser salvo por meio da obra redentora de Cristo. Confissão de Fé, cap. iii., §§ 3-6.

ii. Que Deus, desde a eternidade, firmou um pacto com seu Filho, com base na graça, no qual o Pai deu ao Filho um povo para ser sua família, e prometeu a salvação dela como a recompensa dele; salvação esta que o Filho se empenhou por efetuar, sofrendo tudo quanto necessário se fazia para esse fim. Confissão de Fé, cap. vii., §§ 3,4.

Enquanto essas verdades são reafirmadas, esta seção ensina, em aditamento: —

1. Que a Cabeça pactual da Igreja redimida não é a Palavra Divina, considerada em termos absolutos, mas o Deus-homem encarnado, o Senhor Jesus Cristo, o qual recebeu a designação divina para ser o Mediador entre Deus e o homem.

2. Que o ofício medianoiro, no exercício do qual Cristo efetua nossa redenção, abarca três funções distintas, a saber: as de profeta, sacerdote e rei.

3. Que, como Mediador, Cristo é a Cabeça e Salvador de sua Igreja, Herdeiro de todas as coisas e Juiz do mundo.

1. Mediador é aquele que intervém entre as partes conflitantes, que busca alcançar reconciliação. O termo às vezes se aplica a partes independentes e desinteressadas, solicitadas para arbitrar uma dificuldade; às vezes para ser um mensageiro ou agente dependente de uma das partes da disputa envolvida para levar propostas à outra parte. Neste sentido Moisés foi o mediador entre Deus e o povo de Israel. Dt 5.5; Gl 3.19. Às vezes se aplica a um intercessor empregado pela mais fraca a fim de influenciar a mais forte.

As Escrituras aplicam o termo a Cristo, num sentido mais elevado do que qualquer um dos acima expressos. Elas ensinam que ele intervém entre Deus e o homem, não meramente para fazer petição de paz e argumentar em favor dela, mas, armado com poder plenipotenciário, eficientemente luta pela paz e faz tudo quanto é necessário para alcançá-la.

Os elementos necessários para se alcançar esse grande objetivo resumem-se em duas classes: —

a. Aqueles que dizem respeito a Deus e

b. Aqueles que dizem respeito aos homens.

1.1. No tocante a Deus, é absolutamente necessário, para se obter a reconciliação, que o Mediador aplaque o justo desprazer de Deus, fazendo expiação da culpa do pecado e apresente súplica em nosso favor, e que realmente introduza nossas pessoas e serviços a fim de que sejam aceitos pelo Pai.

1.2. No tocante aos homens, é absolutamente necessário que o Mediador lhes revele a verdade concernente a Deus e suas relações com ele, bem como as condições para que o serviço seja aceitável; que ele os persuada e os capacite a receberem e a obedecerem à verdade então revelada; e que ele então os dirija e os sustente, e assim controle todas as influências externas a que estão sujeitos, para que seu livramento do pecado e dos poderes de um mundo mal seja aperfeiçoado.

2. Daí o ofício medianeiro envolver todas as três grandes funções de profeta, sacerdote e rei; e Cristo desincumbiu-se de todas, tanto em seu estado de humilhação quanto de exaltação. Estes não são três ofícios distintos reunindo-se acidentalmente em um só ofício, mas três funções inerindo essencialmente no único ofício de mediador. E cada um deles pertence assim à própria essência do ofício cuja qualidade peculiar a cada um caracteriza a própria ação medianeira. Quando ele ensina, é sempre um profeta sacerdotal e real. Quando oferece sacrifício ou intercessão pelo pecado, ele é sempre um sacerdote profético e real.

2.1. *Cristo é Profeta.* Profeta é alguém que anuncia; alguém enviado por Deus para levar a outrem o conhecimento da vontade divina. Neste sentido Moisés e todos os homens inspirados foram profetas. Cristo, porém, era a “Palavra de Deus” encarnada e pessoal, aquele que eternamente estivera “no seio do Pai” e “conhecia o Pai”; e, conseqüentemente, como Profeta Medianeiro ele é aquela fonte original da revelação da qual todos os demais profetas são os fluxos. Ele é o Profeta de todos os profetas, o Mestre de todos os mestres.

Ele “exerce o ofício de profeta, revelando à Igreja, em todos os tempos, por seu Espírito e por sua Palavra, por diversos modos de administração, toda a vontade de Deus, em todas as coisas concernentes à sua edificação e salvação.” Catecismo Maior, questão 43. Que esta representação é verdadeira, prova-se à luz do fato de que todas as Escrituras: —

a. Explicitamente o chamam de profeta. Comparem-se Dt 18.15,18 e A t 3.22; 7.37; Hb 1.2.

b. Ensinam que ele executou as funções de profeta antes de sua encarnação. Is 9.6; Ml 3.1; Jó 33.23; 1 Pe 1.11.

c. Ensinam que ele executa o ofício de profeta desde sua encarnação. Mt 11.27; Jo 3.2; 6.68; Ap 7.17; 21.23.

2.2. Cristo é Sacerdote. Sacerdote é:

a. alguém tomado dentre os homens

b. para comparecer diante de Deus e discutir em favor dos homens; e

c. para, com isso, fazer propiciação e intercessão. Declara-se ser essencial ao sacerdote: —

i. Que seja ele escolhido para representar os homens perante Deus. Arão sempre portou perante o Senhor, como memorial, um peitoral com os nomes de todas as tribos de Israel gravados nele. Êx 28.9,12,21,29.

ii. Deve ele ser escolhido por Deus, como preferência especial e propriedade dele. Nm 16.5; Hb 5.4.

iii. Deve ele ser santo e consagrado ao Senhor. Lv 21.6-8; Êx 39.30,31; Sl 116.16.

iv. Deve ele ter o direito tanto de aproximar-se quanto de trazer à sua presença — isto é, oferecer sacrifícios e intercessões. Lv 16.3-15.

v. Deve ele ter em mãos um sacrifício aceitável para oferecer. Hb 8.3. Cristo é, nesse sentido, um genuíno sacerdote, e executa esse ofício, “oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício, sem mácula a Deus, para ser a propiciação pelos pecados de seu povo e fazer contínua intercessão por esse povo”. Catecismo Maior, questão 44. Que isso procede, prova-se à luz do fato do que a Escritura declara: —

I. Que Cristo possuiu todas as marcas e qualificações características de um sacerdote. Ele se fez homem com esse propósito. Hb 2.16; 4.15. Foi escolhido por Deus como o foi Arão. Hb 5.5,6. Era perfeitamente santo e tinha o direito de imediato acesso ao Pai. Hb 8.26.

II. Declara-se no Velho Testamento ser ele sacerdote. Toda a ordem sacerdotal e o cerimonial dos sacrifícios foram tipos dele. Zc 6.13; Is 53.10; Dn 9.24,25.

III. A história nos Evangelhos declara que ele realmente desincumbiu-se de todas as funções sacerdotais. Ele foi feito propiciação, oferecendo um sacrifício pela pena devida ao pecado. Ef 5.2; Hb 9.26; 1 Jo 2.2. Fez intercessão e vive constantemente para interceder. Rm 8.34; Hb 7.25. A obra de Cristo foi a substância da qual todo o cerimonial do templo era sombra. Cl 2.17.

Seu sacerdócio é referido como sendo da ordem de Arão, porque, embora Arão e seu sacerdócio fossem tipos de Cristo, e existissem simplesmente com o propósito de exibir sua obra, contudo eram inadequados para representá-lo plenamente e em todas as relações. Eram inadequados principalmente: —

A. Com respeito à incomparável dignidade e excelência de sua pessoa. Jo 1.1-4,14.

B. Ao infinito valor de seu sacrifício. Hb 10.1-14.

C. Ao modo de sua consagração. Hb 7.20-22.

D. Quanto a eles, estavam constantemente sucedendo uns aos outros, ao morrerem. Hb 7.23,24.

E. Porque ele era ministro de um tabernáculo superior e mais perfeito. Hb 9.11,24.

F. Quanto a eles, eram meros sacerdotes — ele era um sacerdote real e profético. Zc 6.13; Rm 8.34; Hb 8.1,2.

Seu sacerdócio é referido como sendo da ordem de Melquisedeque, porque: —

a. Como este, ele era um sacerdote real.

b. Como este, ele não teve predecessores ou sucessores no ofício. Ele foi o único de sua linhagem.

c. Porque ele era um sacerdote eterno: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque.” Hb 7.17.

2.3. *Cristo é a Cabeça soberana sobre todas as coisas, em relação à sua Igreja.* Ef 1.22; 4.15; Cl 1.18; 2.19. Ele executa o ofício de rei —

a. Em chamar do mundo um povo para si, e conceder-lhe ofícios, leis e disciplina, por meio dos quais ele o governa;

b. Em conceder a graça salvífica aos seus eleitos, galardoando sua obediência e corrigindo-os por seus pecados e preservando-os e sustentando-os em todas as suas tentações e sofrimentos;

c. Em restringir e vencer todos os seus inimigos, bem como poderosamente ordenar todas as coisas para a própria glória dele e o bem deles; e também

d. Em tomar vingança contra o restante que não conhece a Deus nem obedece ao evangelho.

Tal senhorio difere daquele que pertence essencialmente à Deidade —

a. Porque lhe foi *dado* pelo Pai como recompensa por sua obediência e sofrimento. Fp 2.6-11.

b. O objetivo e desígnio desse senhorio medianeiro tem especial referência à edificação e glória da Igreja redimida. Ef 1.22,23.

c. A dignidade e autoridade pertencem não à sua Deidade de forma abstrata, mas à sua pessoa inteira como Deus-homem. Tal poder e senhorio Cristo já possui, e o estende a todas as criaturas e a todos os mundos. Mt 28.18; Ef 1.17-23; Fp 2.9-11; Jr 23.5; Is 9.6; Sl 2.6; At 2.29-36. E esse reino não terá fim. Dn 2.44; Is 9.7.

E assim Cristo, como Mediador, se tem revelado como —

3. Cabeça e Salvador de sua Igreja e Herdeiro de todas as coisas; isto é, soberano administrador e aquele que dispõe de todas as coisas em todos os mundos. Ef 1.10. Esse elemento do domínio de Cristo que será exercido em seu papel de julgar os homens e anjos será considerado no Capítulo XXXIII.

Seção II. – O Filho de Deus, a segunda Pessoa da Trindade, sendo vero e eterno Deus, de uma só substância com o Pai e igual a ele, quando chegou a plenitude do tempo, tomou para si a natureza humana,¹⁰ com todas as propriedades essenciais e fraquezas comuns a ela, contudo sem pecado;¹¹ sendo concebido pelo poder do Espírito Santo, no ventre da Virgem Maria, e da substância dela.¹² De modo que as duas naturezas inteiras, perfeitas e distintas, a Deidade e a Humanidade, foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão.¹³ Pessoa esta verdadeiro Deus e verdadeiro homem, contudo um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.¹⁴

¹⁰ Jo 1.1,14; I Jo 5.20; Fp 2.6; Gl 4.4. ¹¹ Hb 2.14,16,17; 4.15. ¹² Lc 1.27,31,35; Gl 4.4. ¹³ Lc 1.35; Cl 2.9; Rm 9.5; I Pe 3.18; I Tm 3.16. ¹⁴ Rm 1.3,4; I Tm 2.5.

EXPOSIÇÃO

O tema desta seção é a constituição da pessoa do Mediador como Deus-homem. Havendo provado antes (cap. ii., § 3) que Jesus Cristo é um só com Deus e que é a segunda pessoa da adorável Trindade, de uma só substância com o Pai e igual a ele, esta seção procede asseverando: —

1. Que Jesus de Nazaré foi um homem real, possuindo todas as propriedades essenciais a um ser humano, concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela.

2. Que ele era absolutamente sem pecado.

3. Que não era menos que o próprio Deus, o eterno Filho do Pai.

4. Que não obstante ser Deus e ser homem, ele é uma só pessoa.

5. Que essa personalidade é a pessoa eterna do Divino Filho que, no tempo, tomou uma alma e um corpo humanos numa união pessoal consigo mesmo.

6. Que não obstante ser uma só pessoa, as naturezas divina e humana em Cristo não se misturaram nem se confundiram numa só, senão que permanecem duas naturezas puras e distintas, divina e humana, constituindo uma só pessoa para sempre.

A definição mais antiga e universalmente aceita da doutrina da Igreja quanto à pessoa de Cristo é aquela que foi formulada pelo quarto Concílio Geral, consistindo de “seiscentos e trinta santos e abençoados pais” que se reuniram em Calcedônia, em 451 A.D.: “Nós, pois, seguindo os santos pais, todos em pleno consenso, ensinamos os homens a confessarem a um só e o mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo; sendo o mesmo perfeito em divindade e também perfeito em humanidade; verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, constituído de uma alma racional e um corpo; consubstancial com o Pai segundo a Deidade, e consubstancial conosco segundo a humanidade; semelhante a nós em tudo, mas sem pecado; gerado do Pai segundo a Deidade antes de todas as eras, e que nestes últimos dias, por nós e por nossa salvação, nasceu de Maria, a Virgem Mãe de Deus, segundo a humanidade; um e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, deve ser reconhecido em duas naturezas, inconfusas, imutáveis, indivisíveis, inseparáveis, sendo a distinção das naturezas de forma alguma eliminada pela união, senão que, ao contrário, sendo a propriedade de cada natureza preservada e concorrendo numa só Pessoa e numa só Subsistência, não partida nem dividida em duas pessoas, mas um só e o mesmo Filho e Unigênito, Deus a Palavra, o Senhor Jesus Cristo, como os profetas desde o princípio declararam acerca dele, e o próprio Senhor Jesus Cristo nos ensinou e o credo dos santos pais nos entregou.” Para as declarações do Credo Atanasiano sobre este tema, veja-se capítulo I da Introdução.

1. Jesus de Nazaré foi um homem genuíno, possuindo todas as propriedades essenciais de humanidade, concebido pelo poder do

Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela. Isso inclui duas proposições constituintes: —

1.1. Jesus Cristo foi um homem genuíno e completo, possuindo todas as propriedades essenciais de humanidade. Ele é constante e caracteristicamente denominado o *homem* Cristo Jesus e o *Filho do Homem*. Mt 18.20; 1 Tm 2.5. Ele tinha um corpo verdadeiro, pois comia, bebia, dormia e crescia em estatura. Lc 2.52. Ao longo de toda sua vida ele foi em toda associação pública e privativa reconhecido como um homem real. Ele morreu em agonia na cruz, foi sepultado, ressuscitou e provou sua identidade por meio de sinais físicos. Lc 24.36-44. Ele tinha uma alma racional, pois crescia em sabedoria, amava, sentia compaixão, chorava e recuava ante o sofrimento como um homem. Jo 11.33-35; Mt 26.36-46.

1.2. A natureza humana de Jesus não é meramente uma criação independente, como a nossa, mas foi gerada da vida comum de nossa raça, da própria substância da Virgem Maria, pelo poder do Espírito Santo. Os anjos não constituem uma raça produzida por geração, senão um mero grupo de indivíduos. Essa distinção é enfatizada ante a afirmação sobre Cristo: “Porque, na verdade, ele não tomou os anjos, mas tomou a descendência de Abraão.” Hb 2.16. Ele é a semente de Eva, Gn 3.15; o descendente de Davi, Rm 1.3. Ele foi gerado de uma mulher, Gl 4.4; concebido por ela em seu ventre, Lc 1.31; 2.5-7.

2. Que Jesus, embora tentado em todos os pontos como o somos, era, não obstante, sem pecado, é expressamente declarado na Escritura. Hb 4.15. Pedro testifica dele que “não cometeu pecado nem dolo algum se achou em sua boca”. 1 Pe 2.22. João testifica que “nele não há pecado”. 1 Jo 3.5; Hb 7.26; Lc 1.35. O mesmo é óbvio à luz da origem e constituição de sua pessoa como a Palavra encarnada; à luz da natureza da obra que ele veio realizar como Aquele que liberta os homens do pecado; e à luz do registro de sua santa vida preservado pelos evangelistas, o qual permanece, tanto no tacanho reconhecimento dos infiéis quanto na fé dos cristãos, o grande milagre moral de todas as épocas.

3. Que ele era não menos que o próprio Deus, o eterno Filho do Pai, já ficou provado. Cap. ii., § 3.

4. Que, não obstante, este Deus e este homem é uma só pessoa, prova-se de todas as formas que tal verdade pode ser averiguada.

4.1. Em todo o registro de sua vida não há uma palavra expressa por ele, nem sequer uma ação praticada por ele, nenhum atributo atribuído a ele, que pressuponha a idéia de que ele não seja uma pessoa única e indivisível.

4.2. Os pronomes pessoais são sempre usados por ele e aplicados a ele como sendo uma pessoa única. Do mesmo tema e na mesma conexão lhe são atribuídos atributos e ações divinos, bem como atributos e ações humanos.

4.3. Para tornar a questão mais viva e evidente, há passagens nas quais a pessoa é designada por um título próprio à sua natureza divina, enquanto que o atributo ou ação atribuída a ele é própria à de sua natureza humana; isto é, “a Igreja de Deus, que ele comprou com seu próprio sangue”, At 20.28; “crucificado o Senhor da glória”, 1 Co 2.8.

4.4. Há outras passagens nas quais a pessoa é designada por um título próprio à natureza humana, enquanto que o atributo ou ação atribuída a ela é própria da natureza divina: “O Filho do homem, que *está no céu*”, Jo 3.13; “se virdes o Filho do homem subindo para onde estava antes”, Jo 6.62.

4.5. Há outras passagens nas quais os atributos e ações divinos e humanos são indiscriminadamente predicaos da mesma pessoa: “Aquele que ... que nos transportou para o reino de seu querido Filho, em quem temos a redenção pelo seu sangue, ainda o perdão dos pecados, o qual é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criatura ... e havendo feito a paz pelo sangue de sua cruz” etc. Cl 1.13-20; Hb 1.3.

5. Esta é aquela personalidade do eterno Filho de Deus que, no tempo, tomou uma alma e um corpo humanos para a união pessoal

consigo mesmo. Esta extraordinária pessoa não começou a existir e, portanto, não foi constituída, quando foi concebida no ventre da Virgem. “Antes que Abraão existisse, *eu sou*”, diz ele. Jo 8.58. “A Palavra se fez carne.” Jo 1.14. “Deus enviou seu Filho unigênito ao mundo.” 1 Jo 4.9. O Filho “nasceu de mulher, nasceu sob a lei”. Gl 4.4. “E, visto como os filhos são participantes de carne e sangue, também ele mesmo participou das mesmas coisas.” Hb 2.14; Fp 2.6-11. Portanto, é óbvio que a pessoa de Cristo é divina, não humana – eterna, não formada no tempo. No tempo, porém, esta pessoa divina e eterna assumiu a natureza humana (alma e corpo) em sua personalidade. Assim como o corpo, com sua maravilhosa constituição de órgãos, nervos, sentidos e sentimentos, não possui personalidade propriamente sua, mas, durante o período em que vive no ventre, desenvolve a personalidade da alma. Portanto, a natureza humana de Cristo nem sequer por um instante teve existência pessoal separada de si próprio, senão que, desde o instante de sua concepção, desenvolveu-se na eterna personalidade do Filho de Deus. Há em Cristo, portanto, duas naturezas, mas uma só pessoa; uma natureza humana e outra divina, mas uma única pessoa divina. Sua humanidade começou a existir no ventre da Virgem, mas sua pessoa existiu desde a eternidade. Sua divindade é pessoal, sua humanidade, impessoal, e sua natureza divina e sua natureza humana, uma só pessoa.

6. Embora apenas uma pessoa, as naturezas divina e humana, em Cristo, não se misturam nem se confundem em uma só natureza, senão que permanecem duas naturezas distintas e puras, divina e humana, constituindo uma só pessoa para sempre.

É-nos impossível explicarmos filosoficamente como *duas* inteligências autoconscientes, como *dois* a gentes livres e autodeterminados possam constituir uma só pessoa. No entanto, esse é o preciso caráter do fenômeno revelado na história de Jesus. Com o fim de simplificar a questão, alguns, equivocadamente, têm presumido que não existe qualquer alma humana na pessoa de Cristo, senão que seu espírito divino tomou o lugar da alma humana em seu corpo humano. Outros têm

separado demasiadamente as duas naturezas ao ponto de transformá-las em duas pessoas – Deus e homem intimamente unidos. Outros comprimem tanto as duas naturezas que não fica nem divindade pura nem humanidade pura, e, sim, uma nova natureza resultante da mistura de ambas. Em oposição a tais concepções, temos provado supra —

6.1. Que Cristo tem uma alma humana pura assim como tem um corpo humano puro, e

6.2. Que ele, embora seja tanto Deus quanto homem, é uma pessoa una. O terceiro ponto, ou seja, que as duas naturezas de Cristo permanecem separadas e inconfundíveis, é por si só óbvio. O mesmo ponto na Escritura consiste em que Cristo sempre continuou verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não algo intermédio entre os dois. Ora, as propriedades essenciais da divindade não podem ser comunicadas à humanidade — isto é, a humanidade não pode tornar-se infinita, auto-existente, eterna e absolutamente perfeita; porque, se ela fosse possuidora desses atributos, então cessaria de ser humana; e porque nem mesmo Deus pode criar a divindade, por isso não pode tornar divina a humanidade. O mesmo é procedente com respeito à divindade de Cristo. Se ela assumisse as limitações da humanidade, então cessaria de ser divina, e nem mesmo Deus é capaz de destruir a divindade. Conseqüentemente, visto Cristo ser tanto Deus quanto homem, segue-se que ele não pode ser um misto de ambos, o que seria outra coisa. Portanto, embora as Escrituras constantemente declarem (como temos visto) a unicidade de pessoa, por mais que seja verdadeiro, sem exceção, de qualquer uma das naturezas, elas nunca atribuem a uma natureza aquilo que pertence à outra. Diz-se que Deus – isto é, a pessoa que é Deus – deu seu sangue por sua Igreja; mas jamais afirma que sua divindade morreu, nem que sua humanidade desceu do céu.

Seção III. – O Senhor Jesus, em sua natureza humana então unida à divina, foi santificado e ungido com o Espírito Santo além de qualquer medida,¹⁵ possuindo em si todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento¹⁶ e em quem aprovê ao Pai habitasse toda a plenitude,¹⁷ a fim de que, sendo santo,

inculpável, imaculado e cheio de graça e verdade,¹⁸ pudesse ser perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador.¹⁹ Esse ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado por seu Pai,²⁰ o qual pôs em suas mãos todo o poder e juízo e lhe ordenou que os exercesse.²¹

Seção IV. — Esse ofício o Senhor Jesus exerceu mui voluntariamente.²² Para que pudesse dele desincumbir-se, ele se fez sujeito à lei²³ e a cumpriu perfeitamente,²⁴ suportou imediatamente em sua alma os mais severos tormentos²⁵ e em seu corpo os mais dolorosos sofrimentos;²⁶ foi crucificado e morto;²⁷ foi sepultado e permaneceu sob o poder da morte, contudo não viu corrupção.²⁸ Ao terceiro dia ressuscitou dos mortos,²⁹ com o mesmo corpo no qual sofreu;³⁰ com o qual também subiu para o céu e assentou-se à destra de seu Pai³¹ para fazer intercessão;³² e voltará no fim do mundo para julgar homens e anjos.³³

¹⁵ Sl 45.7; Jo 3.34. ¹⁶ Cl 2.3. ¹⁷ Cl 1.19. ¹⁸ Hb 7.26; Jo 1.14. ¹⁹ At 10.38; Hb 12.24; 7.22. ²⁰ Hb 3.4,5. ²¹ Jo 5.22,27; Mt 28.18; At 2.36. ²² Sl 40.7,8; Hb 10.5-10; Jo 10.18; Fp 2.8. ²³ Gl 4.4. ²⁴ Mt 3.15; 5.17. ²⁵ Mt 26.37,38; Lc 22.44; Mt 27.46. ²⁶ Mt 26 e 27. ²⁷ Fp 2.8. ²⁸ At 2.23,24,27; 13.37; Rm 6.9. ²⁹ 1 Co 15.3-5. ³⁰ Jo 20.25,27. ³¹ Mc 16.19. ³² Rm 8.34; Hb 9.24; 7.25. ³³ Rm 14.9,10; At 1.11; 10.42; Mt 13.40-42; Jd 6; 2 Pe 2.4.

EXPOSIÇÃO

Estas seções prosseguem ensinando: —

1. Que o efeito dessa união hipostática sobre a natureza humana de Cristo, ainda que não seja deificação, é uma incomparável exaltação e glorificação.

2. Que Cristo é Mediador e desempenha todas as funções desse ofício, não como Senhor, nem como homem, mas como Deus-homem.

3. Que ele foi designado pelo Pai para esse ofício e age nele com aquela autoridade derivada do Pai.

4. Que, não obstante, ele voluntariamente tomou sobre si esse ofício e tudo o que é nele envolvido.

5. Que ele se desincumbe de suas funções em seu estado de humilhação, o qual consistiu —

5.1. Em ser ele nascido e em condição humilde;

5.2. Em sujeitar-se à lei e em viver em perfeita obediência a ela;

5.3. Em suportar as misérias desta vida, a ira de Deus e a maldita morte de cruz;

5.4. Em ser ele sepultado e continuar por algum tempo debaixo do poder da morte.

6. Que ele exerceu as funções do ofício medianeiro também em seu estado de exaltação, o qual consistiu —

6.1. Em sua ressurreição dentre os mortos ao terceiro dia;

6.2. Em ascender ao céu;

6.3. Em assentar-se à destra de Deus o Pai, donde intercede por todas as coisas e reina sobre elas no interesse de seu povo; e

6.4. Em vir para julgar o mundo no último dia.

1. O efeito da união hipostática sobre a natureza humana de Cristo não foi com o intuito de deificá-la, visto que, como vimos supra, tanto a natureza humana quanto a divina permanecem puras, separadas e imutáveis, depois como antes. Mas o efeito dessa união foi —

1.1. Para exaltar a natureza humana de Cristo a um grau de dignidade e honra muito além do alcance de qualquer outra criatura.

1.2. Para plenificá-la com uma perfeição de excelência intelectual e moral muito acima de qualquer outra criatura. O Pai deu-lhe o Espírito, não por medida. Jo 3.34. “Aprouve ao Pai que nele habitasse toda a plenitude.” Cl 1.19.

Sua pessoa, portanto, possuía todas as propriedades pertencentes à divindade absoluta e uma humanidade todo-perfeita e incom-

paravelmente exaltada, e foi perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador.

2. Por isso Cristo foi Mediador e exerceu todas as funções desse ofício, não como Deus, nem como homem, mas como Deus-homem. Visto que este ponto é mais diretamente apresentado na sétima seção deste capítulo, ele será considerado naquele espaço.

3. Que Cristo foi designado pelo Pai para este ofício e age nele sobre aquela autoridade derivada do Pai, é apresentado na Escritura tanto proeminentemente quanto claramente: “E ninguém toma para si esta honra, senão aquele que é chamado por Deus, como o foi Arão. Assim também Cristo não glorificou a si mesmo, para se fazer sumo sacerdote, mas ... foi chamado por Deus sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque.” Hb 5.4-10. Cristo afirma constantemente que fora “enviado pelo Pai”; que o Pai lhe dera “um mandamento”; que as “obras” que ele realizava e as “palavras” que ele falava não eram suas, mas do Pai que o enviara. “Não posso de mim mesmo fazer coisa alguma. Como ouço, assim julgo; e meu juízo é justo, porque não busco minha própria vontade, mas a vontade do Pai que me enviou.” Jo 5.30. “Jesus lhes respondeu e disse: Minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou.” Jo 7.16. “Se amásseis, alegrar-vos-feis, porque eu disse: Vou para junto do Pai; pois meu Pai é maior que eu.” Jo 14.24,28,31; 10.18; 12.49; 4.34.

A Palavra Eterna é da mesma substância com o Pai e igual a ele em poder e glória. O Deus-homem, porém, em suas relações e obras oficiais, é oficialmente, e no tocante a essas relações e obras, inferior ao Pai – enviado por sua autoridade, agindo por ele, voltando e prestando-lhe contas.

4. Que Cristo, não obstante, tomou para si este ofício e tudo o que nele se acha envolvido, voluntariamente, é mui evidente —

4.1. Porque, caso contrário, sendo Deus absoluto, jamais poderia lhe ter sido imposto.

4.2. Porque, caso contrário, sua obediência e sofrimento não poderiam ser-nos vicariamente válidos.

4.3. Porque, caso contrário, a execução da lei sobre ele teria sido ultrajantemente injusta.

4.4. Porque é expressamente declarado. Falando de sua vida, diz ele: “Ninguém a tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou. Tenho poder para a dar, e tenho poder para tornar a tomá-la.” Jo 10.18. O motivo que o impelia a empreender esse alto-sacrifício era o amor pessoal que nutria por seu povo “que excede todo entendimento”. Gl 2.20; Ef 3.19; 5.2.

5. Cristo exerceu as funções do ofício medianoiro em seu estado de humilhação, o qual consiste: —

5.1. Em ser ele nascido, e isso em condição humilde. É óbvio que nada se poderia acrescentar às perfeições divinas ao assumir uma natureza humana numa relação pessoal. Em contrapartida, é um ato de infinita condescendência por parte da Deidade de Jesus, bem como de transcendente e permanente benefício a toda a criação inteligente, que toda a plenitude da Deidade estivesse contida *corporalmente* nele, e assim revelada sob as limitações de uma natureza finita. Porque essa era a única maneira de o Infinito ser “visto e conhecido”, “sentido e tocado” e de “sua plenitude” e “graça sobre graça” pudéssemos todos nós receber. Jo 1.16,18; 1 Jo 1.1.

5.2. Em ser ele sujeito à lei e prestar-lhe perfeita obediência. A lei não impõe suas exigências sobre naturezas, e, sim, sobre pessoas. A pessoa de Cristo era eterna e divina. Pessoalmente, portanto, ele era a norma, o Autor e Senhor da lei, sendo suas perfeições divinas a necessária e suprema lei a si mesmo e ao universo que criara. Portanto, ele nada devia à lei, visto ser a lei conformada a ele, e não ele à lei.

Mas, como já vimos, cap. vii., § 3, no pacto da graça o Mediador assume no interesse de sua progênie eleita as condições interrompidas no antigo pacto das obras, precisamente como Adão as

deixou. Naquele pacto, o castigo foi condicionado à desobediência e a vida e bem-aventurança à obediência. Portanto era necessário que o “segundo Adão” prestasse vicária obediência a fim de assegurar para seu povo o galardão prometido, bem como sofresse ele a penalidade a fim de assegurar para eles a remissão dos pecados. Pelo sofrimento de Cristo (obediência passiva), nossa Confissão ensina, ele adquiriu reconciliação para nós; enquanto que, por cumprir os preceitos da lei (obediência ativa), ele adquire para nós “uma herança eterna no reino do céu”. Cap. viii., § 5.

Cristo, pois, “nasceu sob a lei”, Gl 4.4,5: —

a. Não como norma de justiça, mas como condição de bem-aventurança, “para redimir os que estavam debaixo da lei, para recebermos a adoção de filhos”.

b. Não por sua própria causa, mas oficialmente como nosso representante.

c. Toda a sua obediência àquela lei era vicária – em lugar de nossa obediência e por nossa causa. “Pela obediência de um só muitos se tornarão justos.” Rm 5.19.

5.3. Em suportar as misérias desta vida, a ira de Deus e a maldita morte de cruz. Cristo foi o representante de seu povo e toda a sua obediência e sofrimento eram de caráter vicário, desde seu nascimento até que todas as condições do pacto de vida fossem cumpridas. Toda a sua carreira terrena foi, num aspecto, sofrimento, e, noutro aspecto, obediência. Como sofrimento, ela foi uma resignação vicária à penalidade do pecado. Como obediência, ela foi o desempenho, no lugar e no interesse de seu povo, daquela condição sobre a qual sua eterna herança está suspensa. Os dois de fato nunca se separaram. Ambos são apenas aspectos legais representados pela mesma vida de sofrimento e obediência. A essência da penalidade vicariamente suportada por Cristo era a “ira de Deus”. Os incidentes dela era “a maldita morte de cruz”. Gn 2.17; Hb 9.22.

5.4. Em ser ele sepultado e continuar por algum tempo sob o poder da morte. No Credo comumente denominado “Credo dos

Apóstolos”, e adotado por todas as igrejas, este último estágio da humilhação de Cristo é expresso pela frase: “desceu ao inferno” (Hades, o mundo invisível). O que nossa Confissão afirma significa precisamente que, enquanto o corpo de Jesus permaneceu sepultado no túmulo, sua alma permaneceu temporariamente divorciada dele no mundo invisível dos espíritos.

Alguns (como Pearson, sobre o Credo, pp. 333-371) têm sustentado que, como Cristo morreu vicariamente como pecador, então, a fim de cumprir a lei de morte, sua alma foi temporariamente para o lugar onde estão as almas daqueles por cujos pecados ele morreu a segunda morte para sempre.

Os luteranos ensinam que a descida do Deus-homem ao inferno, a fim de triunfar sobre Satanás e seus anjos, na própria cidadela de seu reino, foi o primeiro passo em sua exaltação. Fórmula de Concórdia, parte ii., cap. ix.

Os romanistas ensinam que Cristo, enquanto seu corpo se achava no túmulo, foi àquele departamento do Hades (mundo invisível) ao qual chamam *Limbus Patrum*, onde os crentes sob a antiga dispensação se acham reunidos, para pregar-lhes o evangelho e levá-los consigo ao céu que ele mesmo lhes preparou. Cat. Of the Coun. of Trent, part i., art. 5.

6. Ele executou as funções de seu ofício medianeiro também em seu estado de exaltação, as quais consistiam: —

6.1. Em ele ressuscitar dos mortos no terceiro dia. O fato de sua ressurreição se prova: —

a. Foi predita no Velho Testamento. Comparem-se Sl 16.10; At 2.24-31.

b. Cristo mesmo a predisse. Mt 20.18,19; Jo 10.17,18.

c. Pelo testemunho dos onze apóstolos. At 1.3.

d. Pelo testemunho específico de Paulo. 1 Co 15.8; Gl 1.12; At 9.3-8.

e. Ele foi visto por quinhentos irmãos de uma só vez. 1 Co 15.6.

f. Pelos milagres operados pelos apóstolos como atestado do fato. Hb 2.4.

g. Pelo testemunho do Espírito Santo. At 5.32.

h. Pela mudança do dia de repouso, do sétimo para o primeiro dia da semana.

A importância do fato prova ser fundamental: —

i. A ressurreição de Cristo é a garantia para o cumprimento de todas as profecias e promessas de ambos os Testamentos.

ii. Provou ser ele o Filho de Deus, porque ela autenticou suas reivindicações e porque ele ressuscitou por seu próprio poder. Jo 2.19; 10.17.

iii. Ela foi uma aceitação pública, pelo Pai, de sua obra medianeira em nosso favor. Rm 4.25.

iv. Por isso temos um Advogado junto ao Pai. 1 Jo 2.1; Rm 8.34.

v. “Se Cristo vive, também viveremos nós.” Jo 14.19; 1 Pe 1.3-5; 1 Co 15.21,22.

vi. Sua ressurreição assegura a nossa. Rm 8.11; 1 Co 6.15; 15.49; Fp 3.21; 1 Jo 3.2.*

6.2. Em sua ascensão ao céu. Isso se deu quarenta dias após sua ressurreição, numa parte do Monte das Oliveiras, próximo de Betânia, na presença dos onze apóstolos e possivelmente de outros discípulos. Ele ascendeu como Mediador, triunfando sobre seus inimigos e distribuindo dons a seus amigos (Ef 4.8-12), para completar sua obra medianeira, como precursor de seu povo (Jo 14.2,3; Hb 6.20) e para encher o universo com as manifestações de seu poder e sua glória. Ef 4.10.

* Dr. Charles Hodge

6.3. Em assentar-se à destra de Deus o Pai, donde intercede por seu povo, reina sobre todas as coisas no interesse de sua Igreja. As passagens que falam desse assentar-se do Mediador à destra do Pai são: Sl 16.11; 110.1; Dn 7.13,14; Mt 26.64; Mc 16.19; Jo 5.22; Rm 8.34; Ef 1.20,22; Fp 2.9-11; Cl 3.1; Hb 1.3,4; 2.9; 10.12; 1 Pe 3.22; Ap 5.6. Essa destra de Deus denota a exaltação oficial do Mediador à suprema glória, felicidade e domínio sobre todo nome que se nomeia. Ela é, além do mais, um lugar definido, visto que a alma e o corpo finitos de Cristo devem estar num lugar definido, e ali a glória se revela e sua autoridade se exerce. Ali ele intercede por seu povo, sacerdote sobre seu trono (Zc 6.13); e dali eficazmente aplica a seu povo, por meio de seu Espírito, aquela salvação que ele previamente efetuou por eles em seu estado de humilhação.

Com a apresentação de “seu próprio sangue” (Hb 9.12,24) ele pleiteia a causa daqueles que se acham incluídos em seu pacto e por aquelas bênçãos no interesse deles que naquele pacto foram condicionadas à sua obediência e sofrimento. Jo 17.9; Lc 22.32; veja-se Jo 17. Sua intercessão é sempre prevalecente e bem sucedida. Jo 11.42; Sl 21.2.

6.4. Em sua vinda para julgar o mundo no último dia. Este ponto será examinado em seu próprio lugar, no capítulo xxxiii.

Seção V. – O Senhor Jesus, por sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício este que, pelo Espírito eterno, ofereceu uma vez a Deus, satisfaz plenamente a justiça de seu Pai³⁴ e adquiriu não só reconciliação, mas também herança eterna no reino do céu para aqueles que o Pai lhe deu.³⁵

Seção VI. – Ainda que a obra da redenção não fosse realmente operada por Cristo até após sua encarnação, contudo a virtude, a eficácia e benefícios dela foram comunicados aos eleitos em todas as épocas, sucessivamente, desde o princípio do mundo, naquelas e através daquelas promessas, tipos e sacrifícios, por meio dos quais ele revelou e significou ser a Semente

*da mulher que esmagaria a cabeça da serpente e o Cordeiro morto desde a fundação do mundo, sendo ele o mesmo ontem e hoje e para sempre.*³⁶

³⁴ Rm 5.19; Hb 9.14,16; 10.14; Ef 5.2; Rm 3.25,26. ³⁵ Dn 9.24,26; Cl 1.19,20; Ef 1.11,14; Jo 17.2; Hb 9.12,15. ³⁶ Gl 4.4,5; Gn 3.15; Ap 13.8; Hb 13.8.

Compare-se cap. xi., § 3: “Cristo, por sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos aqueles que são assim justificados e fez uma satisfação consumada, real e plenária à justiça de seu Pai no interesse deles.”

EXPOSIÇÃO

Estas seções nos ensinam acerca dos efeitos da obra medianeira de Cristo sobre a terra: —

1. Que Cristo fez satisfação em favor daqueles a quem representava — (1.) Por sua obediência; (2.) Por seu auto-sacrifício.

2. Que Cristo, em estrito rigor, satisfaz plenamente todas as exigências da justiça divina sobre aqueles a quem representava.

3. Que assim ele, segundo os termos do pacto eterno, assegurou, em favor daqueles a quem representava, não só a remissão dos pecados e propiciação da ira divina, mas também uma herança eterna no reino do céu.

4. Que, embora essa satisfação perfeita só foi exprimida em sua obediência e sofrimento subsequente à sua encarnação, contudo os plenos benefícios dela foram aplicados pelo Espírito Santo a cada um dos eleitos individualmente em suas sucessivas gerações, através das variadas formas da verdade que se lhes fez conhecida.

1. Que Cristo fez satisfação por aqueles a quem representava, tanto por sua obediência quanto por seu auto-sacrifício, já ficou demonstrado supra, no cap. vii., § 3 e viii., § 4. Esta verdade é ensinada na Confissão de todas as igrejas, luteranas e reformadas. O Catecismo de Heidelberg, um dos mais geralmente adotados de

todas as Confissões Reformadas, diz, na questão 60: “Deus, sem qualquer mérito de minha parte, mas somente da mera graça, concede e imputa a mim a perfeita satisfação, justiça e santidade de Cristo ... como se eu houvesse consumado perfeitamente toda aquela obediência que Cristo consumou por mim.”

A Fórmula Concórdia, Confissão Luterana, diz: “Visto que Cristo foi não só homem, mas Deus e homem em uma só pessoa indivisa, assim se fez sujeito à lei e ao odioso sofrimento e morte, não porque fosse ele o Senhor da lei. Por essa conta sua obediência nos é imputada; de modo que Deus, levando em conta toda aquela obediência (a qual Cristo, por sua ação e sofrimento, em sua vida e em sua morte, em nosso favor prestou a seu Pai que está no céu) remite nossos pecados, nos reputa como sendo bons e justos, e nos confere a salvação eterna.”

2. Assim Cristo, em estrito rigor, satisfaz perfeitamente todas as exigências da justiça divina sobre aqueles a quem representava. Como vimos (cap. ii., §§ 1, 2), a justiça essencial da natureza divina exige que o pecado seja punido. Ela exige também que a condição do original pacto das obras fosse cumprido antes que o galardão seja concedido. Isto Cristo fez por meio de sua obediência. A punição do pecado ele sofreu nas agonias de sua vida e morte. Cristo sofreu como representante dos pecadores. Nossos pecados foram lançados sobre ele. Ele “nos redimiu da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós”. Ele morreu – “o justo pelos injustos”. “Ele é a propiciação [expição] por nossos pecados.” Ele “deu sua vida *em resgate* por muitos.” Somos “comprados por preço”. Gl 3.13; 1 Pe 3.18; 1 Jo 2.2; Mt 20.28; 1 Co 6.20. Cristo só sofreu em sua alma e corpo humanos, e só por algum tempo. Não obstante, sua pessoa era a infinita e transcendentemente gloriosa pessoa do eterno Filho de Deus. Conseqüentemente, seus sofrimentos foram precisamente, tanto em espécie quanto em grau, o que a sabedoria divina infinitamente justa viu ser, em estrito rigor, e com respeito às exigências da justiça legal, perfeitamente equivalentes aos sofrimentos eternos de todos quantos por quem sofreu. Esta é a doutrina de

toda a Igreja Cristã. Os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra, em seu Art. 31, afirmam: “A oferta de Cristo, feita uma vez, é aquela perfeita redenção, propiciação e satisfação, por todos os pecados do mundo inteiro, tanto o original quanto os atuais.”

O Catecismo do Concílio de Trento, ii.5,63, afirma: “Tudo quanto é devido por nós a Deus, em decorrência de nossos pecados, foi pago abundantemente, embora tratasse ele conosco segundo o mais estrito rigor de sua justiça Pois estamos em dívida tão-somente com Cristo que, havendo pago o preço de nossos pecados na cruz, satisfaz perfeitamente a Deus.”

3. Que ele assim, segundo os termos do pacto eterno, não só assegurou em favor daqueles a quem representava a remissão dos pecados e propiciação da ira divina, mas também a herança eterna do reino da glória. Os sofrimentos de Cristo garantem a remissão da pena; e por meio de sua obediência ativa, segundo os termos do pacto instituído com Adão e assumido por Cristo, ele adquire o direito à vida e à bem-aventurança eternas. Que ele assim adquiriu vida eterna por todos aqueles em cujo lugar prestou obediência, prova-se à luz do fato de que as Escrituras habitualmente realçam a verdade de que a “adoção de filhos” e a “vida eterna” são conferidas aos crentes gratuitamente por amor a Cristo, como elementos daquela *possessão adquirida* da qual o Espírito Santo é o penhor. Ef 1.11-14; Rm 8.15-17; Gl 1.4; 3.13,14; 4.4,5; Ef 5.25-27; Tt 3.5,6; Ap 1.5,6; 5.9,10.

Portanto, isso prova: —

3.1. Que Cristo não morreu simplesmente para tornar possível a salvação daqueles por quem ele morreu — isto é, para remover a obstrução legal à salvação deles —, senão que ele morreu com o intuito e para o efeito de realmente assegurar a salvação deles e dotá-los gratuitamente com um inalienável direito ao céu.

3.2. Prova-se, em segundo lugar, que os sofrimentos vicários de Cristo devem ter sido, em propósito e efeito, pessoais e definitivos quanto ao seu objeto. A salvação deve ser aplicada a todos aqueles

por quem ela foi adquirida. Visto que não foi a possibilidade nem a oportunidade para reconciliação, mas a própria reconciliação é que foi adquirida; visto que não só a reconciliação foi adquirida, mas o direito a uma herança eterna, segue-se: —

a. Que “a *todos* aqueles por quem Cristo adquiriu a redenção, ele infalível e eficazmente aplica e comunica a mesma.” Confissão de Fé, cap. viii., § 8.

b. Que aquele que nunca recebe a herança, e a quem a graça adquirida jamais é aplicada, não é uma das pessoas para quem ela foi adquirida.

4. Que, embora essa satisfação só foi expressida por Cristo depois de sua encarnação, contudo os plenos benefícios dela foram aplicados pelo Espírito Santo a cada um dos eleitos individualmente em suas sucessivas gerações desde o princípio, através das várias formas da verdade que se lhes fez conhecer. Isso ficou provado no extenso e ilustrado capítulo vii., §§ 5, 6.

Seção VII. – Cristo, na obra de mediação, age em consonância com as duas naturezas, fazendo através de cada natureza o que lhe é próprio;³⁷ contudo, por razão da unidade de pessoa, aquilo que é próprio de uma natureza é às vezes, nas Escrituras, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.³⁸

³⁷ Hb 9.14; 1 Pe 3.18. ³⁸ At 20.28; Jo 3.13; 1 Jo 3.16.

EXPOSIÇÃO

Apenso à seção ii. vimos – (1.) Que Jesus de Nazaré era um homem genuíno. (2.) Que era verdadeiro Deus. (3.) Que, não obstante, era uma só pessoa. (4.) Que sua personalidade é eterna e divina, havendo sua natureza sido gerada na pessoa preexistente do Filho. (5.) Que essas duas naturezas permanecem uma só pessoa, não obstante a divindade e humanidade sendo distintas e imutáveis, sem mistura ou confusão. Esta seção procede afirmando: —

1. Que todas as ações medianeiras de Cristo envolvem as atividades concorrentes de ambas as naturezas, cada natureza contri-

buindo para o que é propriamente dela. Portanto, a natureza divina de Cristo é aquela fonte da qual emana sua revelação como profeta. Outros profetas refletem sua luz, ou transmitem o que dele receberam. Ele é a fonte original de todo divino conhecimento. Ao mesmo tempo, sua humanidade é a *forma* através da qual sua Deidade é revelada; sua carne, o véu através do qual sua glória é transmitida. Sua pessoa como Deus encarnado é o foco de todas as revelações — o tema e o órgão de todo ensino profético.

Daí, também, a natureza humana de Cristo era necessária a fim de que sua pessoa pudesse “estar sujeita à lei”; e ela é o tema de seus sofrimentos vicários e o órgão de sua obediência e intercessão vicárias como nosso Sacerdote e Intercessor representativo. Ao mesmo tempo, só a suprema dignidade de sua divina pessoa é que exprime sua obediência supererrogatória e, portanto, vicária, e os sofrimentos temporários e finitos de sua natureza humana, um equivalente perfeito e eficaz dos sofrimentos eternos de todos os eleitos que a justiça exigia. E assim também as atividades de sua divindade e humanidade são constante e lindamente combinadas em todos os seus atos administrativos como Rei. O último Adão, o segundo Homem, a Cabeça de uma raça redimida e glorificada, o Primogênito entre muitos irmãos, ele exerce domínio sobre todas as criaturas. E, com um coração humano agindo através das energias da sabedoria e poder divinos, ele faz que todas as coisas operem em harmonia para o cumprimento de seus propósitos de amor.

Todos os atos medianeiros, portanto, devem ser atribuídos à pessoa inteira do Teantropos — Deus-homem. E na totalidade de sua gloriosa pessoa ele deve ser obedecido e adorado pelos anjos e homens.

Esta seção ensina: —

2. Que em virtude da unidade de ambas as naturezas numa só pessoa, aquilo que é próprio a uma natureza pertence naturalmente a essa pessoa una; e, na Escritura, às vezes o que é próprio a uma natureza é atribuído à pessoa denominada pela outra natureza. E assim, como demonstrado supra sob a seção ii., as Escrituras

com freqüência afirmam que Deus derramou seu sangue por sua Igreja, ou que o Filho do homem desceu do céu, enquanto jamais afirmam que a natureza humana de Cristo desceu do céu, ou que sua natureza divina sofreu por sua Igreja.

Seção VIII. – Cristo, infalível e eficazmente, aplica e comunica a redenção a todos aqueles para quem a adquiriu,³⁹ fazendo intercessão por eles⁴⁰ e revelando-lhes, na Palavra e pela Palavra, os mistérios da salvação;⁴¹ persuadindo-os eficazmente, por meio de seu Espírito, a crer e obedecer; governando seus corações por meio de sua Palavra e de seu Espírito;⁴² subjugando a todos os seus inimigos pelo exercício de seu infinito poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais consoantes com sua maravilhosa e insondável dispensação.⁴³

³⁹ Jo 6.37,39; 10.15,16. ⁴⁰ 1 Jo 2.1,2; Rm 8.34. ⁴¹ Jo 15.13,15; Ef 1.7-9; Jo 17.6. ⁴² Jo 14.16; Hb 12.2; 2 Co 4.13; Rm 8.9,14; 15.18,19; Jo 17.17. ⁴³ Sl 110.1; 1 Co 15.25,26; Mt 4.2,3; Cl 2.15.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina: —

1. Que Cristo, na qualidade de Rei medianeiro, assentado à destra de Deus, aplica a redenção que ele mesmo efetuou como Sacerdote aos próprios objetos dela. Este ponto já foi examinado no cap. vii., § 4 e cap. viii., §§ 1, 4, quando tratamos de Cristo como Cabeça e Fiador do pacto e Rei medianeiro, bem como de seu assentar-se à destra de Deus.

2. Que ele prossegue na aplicação efetiva da redenção, fazendo uso de cada um dos quatro métodos seguintes:

2.1. Fazendo intercessão pelas pessoas envolvidas.

2.2. Revelando-lhes os mistérios da salvação em sua Palavra.

2.3. Pela operação eficaz de seu Espírito em seus corações.

2.4. Por todas as dispensações necessárias de sua providência. A discussão desses pontos deve ser examinada sob os vários tópicos “Da Santa Escritura”, “Da Providência”, “Do Pacto de Deus

com o Homem”, “De Cristo o Mediador”, “Da Vocação Eficaz”, “Da Justificação” etc.

3. Que Cristo, infalível e eficazmente, aplica e comunica a redenção *a todos aqueles para quem a adquiriu*.

Nossos Padrões, será observado, mui explicitamente ensinam que Cristo, como Sacerdote mediano, fez expiação e adquiriu a salvação para certas pessoas definidas. Portanto, no cap. iii., § 6, afirma-se: “Visto que Deus destinou os eleitos à glória, assim ele, pelo eterno e livre propósito de sua vontade, preordenou todos os meios à sua concretização. É por isso que os eleitos, havendo caído em Adão, são agora redimidos por Cristo ... Nenhum outro é redimido por Cristo ... mas somente os eleitos.” Aqui expressamente afirma-se:

a. Que Cristo morreu na cruz com o propósito de levar a cabo o eterno propósito de Deus na eleição de certos indivíduos para a vida eterna.

b. Que Cristo morreu com o propósito de nenhum outro salvar senão os eleitos.

No cap. viii., § 5: “O Senhor Jesus, por sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo ... adquiriu não só reconciliação, mas também uma herança eterna no reino do céu, para todos aqueles que o Pai lhe deu.” Aqui ensina-se expressamente —

i. Que o desígnio de Cristo, ao morrer, foi não meramente tornar possível a salvação de todos os homens, mas realmente adquirir reconciliação para os que lhe foram dados pelo Pai.

ii. Que Cristo realmente adquire, e conseqüente e infalivelmente assegura para as mesmas pessoas, uma herança eterna no céu.

No cap. viii., § 8, diz-se: “Cristo, infalível e eficazmente, aplica e comunica a redenção a todos quantos para quem a adquiriu.” Catecismo Maior, questão 59: “A redenção é infalivelmente aplicada e eficazmente comunicada *a todos aqueles* para quem Cristo a adquiriu.” Quando esta Confissão foi escrita, a expressão, “ad-

quirir a redenção”, foi usada no sentido em que usamos a expressão, “fazer expiação pelo pecado”. Ela foi assim usada por Baxter, em sua obra: “A Redenção Universal da Humanidade pelo Senhor Jesus Cristo”; e pelo Dr. Isaac Barrow, em seu sermão intitulado: “A Doutrina da Redenção Universal Declarada e Explicada.” O Dr. Henry B. Smith, em sua edição de Hagenbach, vol. ii., pp. 356 e 357, diz que nossa Confissão usa a expressão no mesmo sentido.

A verdade completa sobre este tema, como apresentada em nossos Padrões, pode ser expressa sumariamente nas seguintes proposições: —

I. Deus agiu desde o princípio, em todas as suas obras, segundo um único plano imutável e todo-abrangente. Sendo infinitamente sábio e poderoso, seu desígnio é sempre perfeitamente executado, e portanto é perfeitamente revelado no evento. Deus, pois, pretendia efetuar, mediante a obediência e sofrimentos vicários de Cristo, precisamente o que efetuou — nada mais, nada menos.

II. A satisfação feita por Cristo é amplamente suficiente para todos os homens que possivelmente poderão ser criados.

III. Ela é exatamente adaptada às relações e desejos legítimos de cada pessoa — tanto de uma quanto de outra.

IV. Portanto, ela removeu para sempre do caminho todos os obstáculos legais para salvar Deus qualquer pessoa que queira ele salvar.

V. Que ela é gratuitamente, autoritativamente e de boa fé oferecida a cada pessoa a quem o evangelho alcança.

VI. Portanto, segue-se —

a. Esta redenção é legitimamente a possessão de qualquer pessoa que porventura a aceite.

b. Ela se acha objetivamente disponível tanto a um quanto a outro ouvinte do evangelho, sob a única condição de aceitá-la.

VII. Visto, porém, que todos os homens estão mortos em deli-

tos e pecados, ninguém a aceita senão aqueles a quem ela é eficazmente aplicada pelo Espírito Santo.

VIII. Ela é eficaz e precisamente aplicada àquelas pessoas a quem o Pai e o Filho lhas aplicarem.

IX. Visto que os propósitos de Deus são todos eternos e imutáveis, o Pai e o Filho a aplicam agora precisamente àquelles a quem propuseram aplicá-la quando Cristo fosse suspenso na cruz, e quiseram aplicá-la, então, precisamente àquelles a quem propuseram aplicá-la desde a eternidade.

X. Portanto, segue-se: —

a. Cristo morreu com o propósito de executar o decreto da eleição.

b. Seu desígnio em fazer expiação era definido, visando a determinadas pessoas em termos definidos — o eleito, e nenhum outro.

c. Ele propôs assegurar a salvação daqueles por amor de quem ele fez satisfação; não meramente tornar possível sua salvação, mas adquirir para eles, inalienavelmente, fé e arrependimento, reconciliação real e a adoção de filhos etc., etc.

d. Ele, no tempo, a aplica eficaz e infalivelmente a todos aqueles para quem a adquiriu.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* verdade anteriormente ensinada, a qual é reafirmada na primeira seção?
2. Qual é a *segunda* verdade anteriormente ensinada, a qual é aqui reafirmada?
3. Qual é a *primeira* proposição adicional ensinada nesta seção?
4. Qual a *segunda* aqui ensinada?
5. Qual a *terceira*?
6. O que é um mediador e em que sentido é o título aplicado a Cristo?

7. O que é necessário, no tocante a Deus, que o mediador efetuasse?
8. O que é necessário no tocante ao homem?
9. Que grandes funções são necessariamente abrangidas no ofício medianeiro?
10. Que relação essas funções mantêm umas com as outras?
11. O que é um profeta, e quais foram as características especiais de Cristo como profeta?
12. Como ele exerceu as funções de Profeta?
13. Prove a última resposta.
14. Quais eram as características essenciais de um sacerdote?
15. Como Cristo exerceu esta função?
16. Apresente a prova de que Cristo foi um Sacerdote genuíno.
17. Em que aspecto seu sacerdócio foi superior ao de Arão?
18. Em que sentido foi ele Sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque?
19. Como Cristo exerce a função de Rei?
20. Como sua soberania como Rei medianeiro difere de sua autoridade como Deus?
21. Prove que ele possui e exerce agora esse domínio medianeiro e universal.
22. Qual é o tema da terceira seção?
23. Qual é a *primeira* proposição que ela ensina?
24. Qual é a *segunda* proposição aqui ensinada?
25. Qual a *terceira*?
26. Qual a *quarta*?
27. Qual a *quinta*?
28. Qual a *sexta*?
29. Como é esta doutrina declarada no Credo Niceno?
30. Como é ela declarada no Credo Atanasiano?
31. Prove que Jesus era verdadeiro homem.

32. Mostre que ele nasceu da substância de sua mãe.
33. Prove que ele era absolutamente sem pecado.
34. Prove que ele era uma pessoa una.
35. Como as Escrituras aplicam títulos e predicados divinos e humanos a Cristo?
36. A personalidade de Cristo é divina ou humana?
37. Prove que sua pessoa é divina e eterna.
38. Que relação sua humanidade mantém com a pessoa?
39. Em que diferentes meios os hereges têm se esforçado para explicar a relação das duas naturezas na pessoa una de Cristo?
40. Prove que as naturezas sempre permanecem sem mistura e imutáveis.
41. Qual é a *primeira* proposição ensinada na terceira e quarta seções?
42. Qual é a *segunda* proposição ensinada?
43. Qual a *terceira*?
44. Qual a *quarta*?
45. Qual a *quinta*?
46. Qual é a *sexta* proposição ensinada?
47. Qual foi o efeito da união hipostática sobre a natureza humana de Cristo?
48. Cristo foi mediador como Deus ou como homem?
49. Quem designou Cristo para este ofício e por qual autoridade ele age?
50. Em que sentido é Cristo subordinado ao Pai?
51. Prove que Cristo assumiu voluntariamente este ofício para si.
52. Em que dois diferentes estados Cristo exerce o ofício de mediador?
53. Por que seu nascimento foi um ato de humilhação?
54. Em que sentido sujeitou-se ele à lei, e em que sentido prestou-

lhe perfeita obediência?

55. Qual foi o propósito e importância em ter ele suportado as misérias desta vida, a ira de Deus e a maldita morte de cruz?
56. Que diferentes explicações se têm apresentado da expressão no Credo, “desceu ao inferno”?
57. Qual é a explicação apresentada na Confissão?
58. Como é provado o fato da ressurreição de Cristo?
59. Mostre por que este fato é de fundamental importância.
60. Quando, como e com que propósito ele subiu ao céu?
61. Qual é o significado da expressão, “assenta-se à destra de Deus”?
62. Com que grande propósito ele assume e exerce esta autoridade e poder?
63. De que maneira, por quem, para quê e com que propósito ele intercede?
64. Qual é a *primeira* proposição ensinada nas seções v. e vi.?
65. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
66. Qual a *terceira*?
67. Qual a *quarta*?
68. Quais os dois meios pelos quais Cristo fez satisfação por nós?
69. Como é esta verdade afirmada no Catecismo de Heidelberg e na Fórmula Concórdia?
70. Prove que Cristo, em estrito rigor, satisfez perfeitamente a justiça de Deus.
71. Como é isso afirmado nos Artigos da Igreja da Inglaterra e no Catecismo do Concílio de Trento?
72. Prove que Cristo morreu para adquirir, não só a reconciliação, mas uma eterna herança para aqueles por quem ele agiu.
73. Mostre que Cristo não morreu para fazer possível a salvação, e, sim, para realmente salvar.
74. Mostre que Cristo morreu com a intenção de salvar certas pessoas definidas.

75. Prove que a satisfação de Cristo tem valor para aqueles que morreram antes de seu advento.
76. Prove que tanto a humanidade quanto a divindade de Cristo são necessariamente exercidas em todas as funções medianeiras — profética, sacerdotal e real.
77. A que objetivo, portanto, devem ser atribuídas todas as ações medianeiras?
78. Qual é o *primeiro* ponto ensinado na seção viii.?
79. Qual é o *segundo* ponto ali ensinado?
80. Qual é o *terceiro* ponto ali ensinado?
81. Em que três lugares e de que três formas nossos Padrões ensinam que Cristo sofreu com o propósito de salvar certas pessoas definidas?
82. O que nossos Padrões ensinam quanto à suficiência, adaptabilidade e a oferta universal e disponibilidade da redenção de Cristo?
83. O que ensinam quanto ao propósito do Pai e do Filho no ato de redenção?
84. O que ensinam da infalibilidade de sua aplicação a todos para quem foi ela originalmente destinada?

CAPÍTULO IX

DO LIVRE-ARBÍTRIO

Seção I. — Deus dotou a vontade do homem com tal liberdade natural, que ela nem é forçada para o bem nem para o mal, nem a isso determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza.¹

¹ Mt 17.12; Tg 1.14; Dt 30.19.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina a grande e fundamental verdade da consciência da revelação, a qual torna o governo possível, a saber, que o homem, em virtude de sua criação, é dotado com uma inalienável faculdade de autodeterminação, com o poder de agir ou deixar de agir, e de agir da forma como o homem mesmo, conforme a circunstância, deseja no momento. Só há três pontos de vista possíveis, genericamente diferentes, sobre este tema: —

1. Aquele que considera as ações dos homens como que causadas diretamente por circunstâncias e ocasiões externas, sob a mesma grande lei da necessidade que governa os movimentos de todos os agentes materiais.

2. Aquele simulado pelos arminianos e outros, o qual considera a vontade humana, ou sua mera faculdade de volição, como que possuindo uma misteriosa capacidade de autodeterminação, sem levar em conta todos os juízos do entendimento e das inclinações do coração e de todo o estado da alma humana no momento.

3. Aquele que é ensinado nesta seção — isto é, que a alma humana, inclusive todos os seus instintos, idéias, juízos, emoções e tendências, tem o poder de decidir por si mesma; isto é, a alma decide em cada caso como geralmente lhe agrade.

Que o primeiro ponto de vista apresentado não é procedente:—

a. À luz da consciência universal dos homens com respeito à sua própria ação e observação da ação de outras pessoas. Somos todos cômicos de possuímos o poder de determinar nossa própria ação sem levarmos em conta quaisquer ou todas as influências externas. Em cada caso de escolha deliberada somos cômicos de que podemos ter escolhido o oposto caso o desejássemos, todas as circunstâncias externas permanecendo imutáveis. Vemos que todas as substâncias materiais só agem quando são influenciadas, e nas mesmas condições invariavelmente agem do mesmo modo. Em contrapartida, porém, vemos que nossos semelhantes, como nós, possuem, sem exceção, o poder de originar ação; e, caso o queiram, agem mui variadamente sob as mesmas circunstâncias. As circunstâncias, incluindo a soma total de condições e relações, controlam a ação de todos os agentes materiais, enquanto os agentes *pessoais* controlam as circunstâncias.

b. O mesmo se prova pelo fato de que o homem é mantido responsável no mesmo grau, por sua própria consciência, e por Deus, por sua própria ação. Esse, evidentemente, não poderia ser o caso se sua ação fosse causada pelas circunstâncias, e não espontaneamente pelo próprio homem.

O segundo ponto de vista não procede, o qual supõe que uma pessoa possui o poder para escolher sem levar em conta seus juízos ou inclinações; e que o terceiro ponto de vista, o qual supõe que uma pessoa possui a faculdade inalienável de em conjunto escolher o que julga ser certo ou desejável, é procedente, prova-se: —

i. À luz da consideração de que, enquanto somos conscientes, em cada ato deliberado de escolha, que podíamos ter escolhido de outra forma, sendo todas as condições externas as mesmas, senti-

mos sempre que nossa escolha foi determinada pela soma total de nossa visão, emoções e tendências do momento. Uma pessoa escolhe livremente o que deseja escolher. Ela não escolheria livremente caso escolhesse de alguma outra forma. Mas seu desejo nas premissas é determinado por todo o seu estado intelectual e emocional do momento.

ii. É óbvio que, se a vontade humana decidisse, em certo caso, em oposição a toda a visão da razão e todos os desejos do coração, por mais livre seja a *vontade*, a *pessoa* seria um escravo muitíssimo deplorável de um mero poder irracional e imoral da vontade.

iii. Todos os homens julgam que o caráter racional e moral de qualquer ato resulta do propósito ou desejo, do estado íntimo da mente ou coração, o qual impele a agir. Se a pessoa quer, em certo caso, em oposição a todos os seus juízos e a todas as suas inclinações de qualquer gênero, seu ato, nesse caso, não seria, obviamente, nem racional nem moral; e a própria pessoa, no tocante a tal ato, não seria nem livre nem responsável.

iv. Se a alma humana tivesse o poder de agir assim, sem levar em conta toda a sua condição interior, intelectual e emocional do momento, tal ação não poderia nem ser prevista nem controlada por Deus, nem tampouco influenciada pelos homens, e tal exercício do poder volitivo seria absolutamente fortuito. Ele não sustentaria certa relação com o caráter do agente. Cristo ensinou, em oposição a isso, que a ação humana é determinada pelo caráter do agente com tanta certeza quanto a natureza do fruto é determinada pela natureza da árvore da qual é gerado; e que o único modo de mudar o caráter da ação é mudando o permanente caráter ou tendência moral e hábitos do coração do agente. Mt 7.16-20; 12.33-35.

Seção II. – O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus,² mas mudavelmente, de maneira tal que pudesse cair desse estado.³

Seção III. – O homem, com sua queda num estado de pecado, perdeu totalmente a capacidade da vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação;⁴ de tal maneira que o homem natural, tornando-se totalmente indisposto no tocante àquele bem,⁵ e morto em pecado,⁶ não é capaz, por sua própria força, de converter-se nem ainda de preparar-se para isso.⁷

Seção IV. – Quando Deus converte um pecador e o traslada para o estado de graça, ele o liberta de sua natural escravidão sob o pecado⁸ e, pela exclusiva instrumentalidade de sua graça, o capacita graciosamente a querer e a fazer aquilo que é espiritualmente bom;⁹ mas isso de tal modo que, em razão de a corrupção permanecer nele, não faz perfeitamente nem deseja somente o que é bom, senão que também deseja aquilo que é mal.¹⁰

Seção V. – Somente no estado de glória é que o homem será perfeita e imutavelmente livre para fazer somente o bem.¹¹

² Ec 7.29; Gn 1.26. ³ Gn 2.16,17; 3.6. ⁴ Rm 5.6; 8.7; Jo 15.5. ⁵ Rm 3.10,12. ⁶ Ef 2.1,5; Cl 2.13. ⁷ Jo 6.44,65; Ef 2.2-5; 1 Co 2.14; Tt 3.3-5. ⁸ Cl 1.13; Jo 8.34,36. ⁹ Fp 2.13; Rm 6.18,22. ¹⁰ Gl 5.17; Rm 7.15,18,19,21,23. ¹¹ Ef 4.13; Hb 12.23; 1 Jo 3.2; Jd 24.

EXPOSIÇÃO

Estas seções resumidamente declaram e contrastam as várias condições que caracterizam a livre agência do homem em seus quatro diferentes estados, ou seja, de inocência, de pecado hereditário, de graça e de glória. Em todos esses estados, o homem é imutavelmente um agente livre e responsável, e em todos os casos escolhendo ou rejeitando, de um modo geral, o que prefere fazer. A volição de uma pessoa está como seus desejos estão no dado caso. Seus desejos são, em algum dado caso, como devem ser determinados pelos gostos, tendências e hábitos de seu caráter, quer gerais quer permanentes. Ele é responsável por seus desejos, porque eles são determinados pela natureza e características permanentes de sua própria alma. Ele é responsável pelas mesmas porque elas são as tendências e qualidades de sua *própria* natureza. Se

estas são imorais, ele e suas ações são imorais. Se são santas, então ele e suas ações são santos.

Ao dizermos que o homem é um agente livre, nossa intenção é:

a. Que ele possui o poder de originar ação; que ele se move por iniciativa própria, e não apenas se move quando é movido por razão externa.

b. Que ele sempre quer aquilo que, em toda a visão do caso apresentado por seu entendimento, no momento, ele deseja querer.

c. Que o homem é munido de razão para distinguir entre o certo e o errado, a fim de que seus desejos e conseqüentes volições possam ser tanto racionais quanto justas; e no entanto seus desejos não são necessariamente nem racionais nem justos, mas são formados sob a luz da razão e consciência, quer conformáveis quer contrários a eles, segundo a disposição habitual permanente ou caráter moral da própria alma.

1. Adão, em seu estado de inocência, era um agente livre, criado com inclinações santas e tendências morais; entretanto com um caráter ainda não confirmado, capaz à obediência, contudo passível a ceder à sedução de tentação externa e ao excitação desordenado das propensões de sua natureza animal, as quais, em seu grau próprio e devida subordinação, são inocentes. Deste estado de uma natureza santa, porém falível, não temos qualquer experiência, e, conseqüentemente, nossa compreensão dela é muito imperfeita.

2. Quanto ao presente estado do homem, nossos Padrões ensinam: —

2.1. Que o homem é ainda um agente livre e capaz de querer, de um modo geral, o que deseja querer.

2.2. Que ele tem igualmente capacidade de desincumbir-se de muitas das obrigações naturais que resultam de suas relações com seus semelhantes.

2.3. Que sua alma, em virtude da queda, sendo moralmente corrompida e espiritualmente morta, seu entendimento sendo espiritualmente cego e suas inclinações, pervertidas, ele é “completamente indisposto, incapaz e contrário a todo bem, e completamente inclinado a todo mal” (Confissão de Fé, cap. vi., §, 4 e cap. xvi., § 3; Catecismo Maior, questão 25); e por isso ele “perdeu totalmente toda a capacidade de querer qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação”;¹ de sorte que ele “não é capaz, por sua própria força, de converter-se”, ou mesmo de “preparar-se para isso”. Confissão de Fé, cap. ix. § 3. O mesmo ponto de vista é ensinado em todas as confissões protestantes, tanto luteranas quanto reformadas.

Os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra, Art. 10: “A condição do homem, depois da queda de Adão, é tal que ele não pode converter-se e preparar-se, por sua própria força natural e boas obras, para a fé e a vocação divina; por isso não temos poder para fazer as boas obras que agradem e sejam aceitáveis a Deus, sem a coibição da graça de Deus por meio de Cristo, para que tenhamos boa vontade, e operando conosco quando possuímos essa boa vontade.”

Os Artigos do Sínodo de Dort, cap. iii., Art. 3: “Todos os homens são concebidos em pecado e nascidos filhos da ira, indispostos a todo bem salvífico, propensos a todo mal, mortos em pecados e escravos do pecado; e, sem a graça do Espírito Santo regenerador, não são nem dispostos nem aptos a converter-se a Deus, a corrigir sua natureza depravada, nem *se predispõem à correção da mesma*.”

Fórmula Concórdia, p. 579, Hase’s Collection (luterana): “Portanto cremos que, como é impossível a um corpo morto vivificar a si próprio, ou comunicar a si próprio a vida animal, no mesmo grau é impossível a um homem, espiritualmente morto em virtude do pecado, trazer de volta ao seu interior a vida espiritual.” Ib. p. 653: “Cremos que nem o intelecto, nem o coração, nem a vontade do homem não regenerado é capaz, por sua própria força, entender,

crer, abraçar, querer, começar, aperfeiçoar, efetuar, operar ou cooperar com coisa alguma, no que tange ao que é espiritual e divino; mas o homem se acha tão morto e corrompido acerca do bem, que na natureza humana, desde a queda, e antes que seja regenerada, não há nem sequer uma centelha de força espiritual, nela residindo, que possa ele preparar-se para [receber] a graça de Deus ou apreender essa graça quando oferecida, ou capaz de, no todo ou metade, ou pelo menos em parte, aplicar a si essa graça ou acomodar-se a ela, ou conferir ou agir, ou operar ou cooperar com algo em favor de sua própria conversão.”

Pelo termo *liberdade* queremos dizer a inalienável prerrogativa da alma humana de exercer volição como lhe apraz. Neste sentido o homem é tão livre como antes da queda. Pelo termo *habilidade* queremos dizer a capacidade ou de querer em oposição aos desejos e inclinações da alma, no momento, ou por um mero exercício de volição para fazer o ego desejar e amar aquilo que uma pessoa não deseja nem ama espontaneamente. Afirmamos que a liberdade é, e que a capacidade neste sentido não é, um elemento da constituição da alma. Uma pessoa em geral sempre *quer* o que lhe agrada, mas *não pode querer* agradar-se diferentemente daquilo de que não tem prazer. A condição moral do coração determina o ato da vontade, mas o ato da vontade não pode mudar a condição moral do coração.

Tal incapacidade é: —

i. Absoluta. O homem não tem nenhum poder, direto ou indireto, de cumprir a lei moral ou de aceitar a Cristo ou de mudar sua natureza de modo a aumentar seu poder; e assim não pode cumprir seu dever sem a graça, nem preparar-se, por iniciativa própria, para a graça.

ii. É puramente *moral*, porque o homem possui desde a queda, tanto como antes, todas as faculdades constitucionais requeridas para a agência moral, e sua incapacidade tem por única base o estado moral insatisfatório dessas faculdades. Ela é simplesmente a má disposição moral da alma.

iii. É *natural*, porque ela não é acidental, e, sim, inata e inerente no universo e estado moral radical de nossas almas, por natureza; isto é, como essa natureza é naturalmente propagada desde a queda.

iv. Não é natural no sentido de pertencer à natureza do homem como originalmente formado por Deus, ou como resultante de alguma deficiência constitucional, ou o desenvolvimento de nossas faculdades naturais e morais como originalmente dadas por Deus.

Que esta doutrina é genuína, prova-se: —

a. À luz de declarações diretas da Escritura: “Porventura pode o etíope mudar sua pele ou o leopardo suas manchas? Então podereis vós fazer o bem, estando acostumados a fazer o mal.” (Jr 13.23). “Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trazer.” “Ninguém pode vir a mim, a não ser que ele me seja dado por meu Pai.” Jo 6.44,65; Rm 9.16; 1 Co 2.14.

b. À luz do que as Escrituras dizem do estado inerente do homem. Declara-se ser um estado de “cegueira” e “trevas”, bem como de “morte espiritual”. Ef 4.18; Cl 2.13. Os não-regenerados são “servos do pecado” e “sujeitos a Satanás”. Rm 6.16,20; 2 Tm 2.26; Mt 22.33-36.

c. À luz do que as Escrituras dizem da natureza e da necessidade universal e absoluta de regeneração: “A não ser que alguém nasça de novo, não pode entrar no reino do céu.” Jo 3.3,7; Ef 2.10; 1 Jo 4.18; Ez 36.26. Nesta obra Deus é o agente, o homem, o objeto. Ela é tão imensa que requer o “absoluto poder” de Deus. Ef 1.18-20. Declara-se que todos os deveres cristãos são “frutos do Espírito”. Gl 5.22,23.

d. À luz da experiência de cada verdadeiro cristão.

e. À luz da consciência de cada pecador convicto. O grande fardo de toda convicção genuína não é propriamente os pecados cometidos, mas o pecaminoso *entorpecimento* do coração e a *aversão pelas coisas divinas*, os quais são a raiz da transgressão atual e que permanecem insensíveis a despeito de tudo quanto fazemos.

f. À luz da experiência universal da raça humana. Se alguém já houvesse possuído naturalmente a capacidade de exercer seus deveres espirituais, então é certo que ninguém já a exerceu.

3. Quanto ao estado em que os regenerados são introduzidos pela graça, nossos Padrões afirmam: —

3.1. O cristão regenerado permanece, como antes, um agente livre, querendo sempre, em termos gerais, o que deseja querer.

3.2. No ato da regeneração, o Espírito Santo implanta um novo princípio, hábito ou tendência espiritual, nas inclinações da alma, os quais, sendo subsequenteiramente nutridos e dirigidos pelo Espírito habitante, libertam o homem de sua natural escravidão sob o pecado e o capacitam com prevalescência a querer espontaneamente aquilo que é espiritualmente bom. E, contudo, em decorrência dos hesitantes restos dos hábitos morais corruptos de sua alma, aí permanece um conflito de tendências, de modo que o cristão não apenas quer imperfeitamente o que é bom, mas também quer o que é mau. Esses pontos serão discutidos nos capítulos x. e xiii.

4. Quanto ao estado dos homens glorificados no céu, nossa Confissão ensina que continuam, como antes, agentes livres; contudo, os restos de suas velhas tendências morais corruptas, sendo extirpadas para sempre, e as graciosas disposições implantadas na regeneração, sendo aperfeiçoadas, e o homem todo, sendo conduzido à medida da estatura do varão perfeito, à semelhança da humanidade glorificada de Cristo, permanecem para sempre perfeitamente livres e imutavelmente dispostos à perfeita santidade. Adão era santo e instável. Os homens não regenerados são impuros e estáveis; isto é, são permanentes na impureza. Os homens regenerados possuem duas tendências morais opostas, digladiando-se pelo domínio em seus corações. São lançados entre elas, contudo a tendência graciosamente implantada gradualmente por fim prevalece perfeitamente. Os homens glorificados são santos e estáveis. São todos livres e, portanto, responsáveis.

QUESTIONÁRIO

1. O que é ensinado na primeira seção?
2. Que ponto de vista quanto à natureza da agência humana é *primeiro* expresso supra?
3. Qual é o *segundo* ponto de vista expresso supra?
4. Qual é o ponto de vista verdadeiro?
5. Prove que o primeiro ponto de visto expresso não é verdadeiro.
6. Em que sentido e sob quais limitações somos conscientes do poder de escolha contrária?
7. A consciência ensina que a vontade humana ou o homem propriamente dito é livre quando age? Como isso cai sobre a pergunta em questão?
8. Onde as volições derivam seu caráter racional e moral?
9. Quais seriam os resultados inevitáveis se as volições humanas fossem decididas sem levar em conta todos os seus estados mentais e emocionais do momento?
10. O que a segunda, a terceira, a quarta e a quinta seções ensinam?
11. Quando o homem é um agente livre?
12. Por que o homem é responsável por suas volições? E por que por seus desejos? E por que pelo estado moral permanente de sua alma?
13. Que elementos devem juntar-se para constituir a pessoa num agente livre?
14. Quais eram as características peculiares da livre agência de Adão?
15. O que nossos Padrões ensinam quanto ao estado da liberdade moral do homem desde a queda?
16. Em que palavras e passagens é a doutrina de nossos Padrões expressas?
17. Que doutrina é ensinada nos Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra, nos Artigos do Sínodo de Dort e na Fórmula Concórdia luterana?

18. Qual é a distinção entre “liberdade” e “habilidade”? E o que é afirmado e o que negado do homem em seu presente estado?
19. Por que se diz ser essa inabilidade “absoluta”?
20. Por que se diz ser “moral”?
21. Em que sentido é ela natural, e em que sentido é ela não-natural?
22. Prove esta doutrina à luz das afirmações diretas da Escritura.
23. Faça o mesmo à luz do que a Escritura ensina do estado inerente do homem.
24. Faça o mesmo à luz do que a Escritura ensina da natureza e da necessidade de regeneração.
25. Faça o mesmo à luz da consciência de cada pecador convicto.
26. Faça o mesmo à luz da experiência de cada pessoa convicta.
27. Faça o mesmo à luz da experiência universal da humanidade.
28. O que nossos Padrões ensinam das características daquela liberdade moral em que o crente é introduzido pela regeneração?
29. O que eles ensinam das características daquela liberdade moral em que o homem glorificado é introduzido depois da morte?

CAPÍTULO X

DA VOCAÇÃO EFICAZ

Seção I. – Todos aqueles a quem Deus predestinou para a vida, e somente esses, aprouve ele, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente,¹ por sua Palavra e por seu Espírito,² daquele estado de pecado e de morte, em que estão por natureza, à graça e salvação por meio de Jesus Cristo;³ iluminando suas mentes espiritual e salvificamente para entenderem as coisas de Deus;⁴ removendo seus corações de pedra e dando-lhes um coração de carne;⁵ renovando sua vontade e, por seu infinito poder, determinando-lhes o que é bom,⁶ e eficazmente atraindo-os a Jesus Cristo;⁷ mas de tal forma que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos por sua graça.⁸

Seção II. – Esta vocação eficaz provém unicamente da livre e especial graça de Deus e não de coisa alguma prevista no homem;⁹ nesta vocação ele é totalmente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo,¹⁰ seja desse modo capacitado a responder a esta vocação e a abraçar a graça oferecida e comunicada nela.¹¹

¹ Rm 8.30; 11.7; Ef 1.10,11. ² 2 Ts 2.13,14; 2 Co 3.3,6. ³ Rm 8.2; Ef 2.1-5; 2 Tm 1.9,10. ⁴ At 26.18; 1 Co 2.10,12; Ef 1.17,18. ⁵ Ez 36.26. ⁶ Ez 11.19; Fp 2.13; Dt 30.6; Ez 36.27. ⁷ Ef 1.19; Jo 6.44,45. ⁸ Ct 1.4; Sl 110.3; Jo 6.37; Rm 6.16-18. ⁹ 2 Tm 1.9; Tt 2.4,5; Ef 2.4,5,8,9; Rm 9.11. ¹⁰ 1 Co 2.14; Rm 8.7; Ef 2.5. ¹¹ Jo 6.37; Ez 36.27; Jo 5.25.

EXPOSIÇÃO

Há uma vocação externa provinda da Palavra de Deus, estendida a todos os homens a quem o evangelho é proclamado, o que é considerado sob a quarta seção deste capítulo. A primeira e segunda seções tratam da vocação interna e eficaz provinda do Espírito de Deus, o qual efetua a regeneração, e a qual só é experimentada pelos eleitos. Desta vocação interna afirma-se: —

1. Que tal vocação interna de fato existe e que é necessária à salvação.

2. Quanto aos sujeitos dela, eles abrangem a todos os eleitos, e somente os eleitos.

3. Quanto ao agente dela: —

a. Que o único agente dela é o Espírito Santo, o qual usa

b. A verdade revelada do evangelho como seu instrumento;

c. Que os sujeitos dela, enquanto resistiram espontaneamente a todas as influências comuns do Espírito Santo que experimentaram antes da regeneração, são inteiramente passivos com respeito a esse ato especial do Espírito por quem são regenerados; não obstante, em consequência da mudança operada neles na regeneração, obedecem o chamado e subseqüentemente, mais ou menos perfeitamente, cooperam com a graça.

4. Quanto à natureza dela, ensina-se que ela é um exercício do poder infinito e eficaz do Espírito Santo agindo imediatamente na alma do sujeito, determinando-lhe e eficazmente atraindo-o, todavia de uma maneira perfeitamente consonante com sua natureza, de modo tal que ele vem mui livre e espontaneamente.

5. Quanto ao efeito dela, ensina-se que opera uma mudança radical e permanente na totalidade da natureza moral do sujeito, iluminando espiritualmente sua mente, santificando suas inclinações, renovando sua vontade e dando uma nova diretriz à sua ação.

1. Que uma vocação interna provinda do Espírito de fato existe, distinta da vocação externa da Palavra, e a qual é necessária à salvação, prova-se: —

1.1. À luz do que as Escrituras ensinam concernente ao estado inerente do homem como sendo um estado de morte espiritual, cegueira, insensibilidade e absoluta inabilidade com respeito a toda ação espiritualmente boa, como já ficou suficientemente demonstrado no capítulo 9., § 3.

1.2. As Escrituras distinguem entre a influência do Espírito e aquela provinda só da Palavra. 1 Co 2.14,15; 3.6; 1 Ts 1.5,6.

1.3. Declara-se ser necessária a influência espiritual para dispor e capacitar os homens a receberem a verdade. Jo 6.45; At 16.14; Ef 1.17.

1.4. Tudo quanto é bom no homem é atribuído a Deus como seu autor. Ef 2.8; Fp 2.13; 2 Tm 2.25; Hb 8.21.

1.5. A operação do Espírito nos corações dos regenerados é representada como sendo muito mais direta, poderosa e eficaz do que a mera influência moral procedente da verdade sobre o entendimento e inclinações. Ef 1.19; 3.7.

1.6. O resultado efetuado na regeneração é diferente de um efeito particular da simples verdade. A regeneração é “um novo nascimento”, “uma nova criação” etc. Jo 3.3,7; Ef 4.24.

1.7. As Escrituras explicitamente distinguem entre as duas vocações. Diz-se dos sujeitos de uma: “Muitos são chamados, mas poucos escolhidos.” Mt 22.14. Diz-se dos sujeitos da outra: “A quem chamou, a esses também justificou.” Rm 8.30. Comparem-se Pv 1.24 e Jo 6.45.

Todos esses argumentos cooperam para provar que essa influência espiritual é essencial à salvação. Qualquer que seja a condição necessária para a regeneração, ela é a condição necessária da salvação, porque “se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus.” Jo 3.3.

2. Que esta vocação espiritual abrange a todos os eleitos, e somente os eleitos, prova-se: —

2.1. À luz do que já ficou provado,

a. Capítulo iii., §§ 3-5, que Deus, desde a eternidade, definida e imutavelmente determinou quem seria salvo; e

b. Capítulo iii., § 6, que Deus, havendo “destinado os eleitos à glória, pelo eterno e mui livre propósito de sua vontade, preordenou todos os meios para isso”. A vocação eficaz, sendo o real livramento de uma alma da morte do pecado pelo infinito poder de Deus, é óbvio que deve ser aplicada a todos quantos serão salvos, e a qual não pode ser aplicada àqueles que não serão salvos.

2.2. O mesmo se prova à luz do fato de que as Escrituras representam os “chamados” como sendo os “eleitos”, e os “eleitos” como sendo os “chamados”. Rm 8.28,30. Os que se encontram com Cristo no céu são “chamados, eleitos e fiéis”. Ap 17.14.

2.3. As Escrituras, além do mais, declaram que a “vocação” tem por base a “eleição”: “Que nos salvou e nos chamou com santa vocação, não segundo nossas obras, mas segundo seu próprio propósito e graça que nos deu em Cristo Jesus antes da fundação do mundo.” 2 Tm 1.9; 2 Ts 2.13,14; Rm 11.7.

3. Que o único agente nesta vocação eficaz é o Espírito Santo; que ele usa o evangelho como seu instrumento; e que, enquanto todos os pecadores são ativos em resistir as comuns influências da graça antes da regeneração, e todos os crentes em cooperar com a graça santificante depois da regeneração, não obstante cada alma recriada é passiva com respeito àquele divino ato do Espírito Santo, por meio do qual é ela regenerada, seja tudo isso provado sob os seguintes e distintos tópicos: —

3.1. Há certas influências do Espírito na presente vida que se estendem a todos os homens em maior ou menor grau; as quais tendem a restringir ou a persuadir a alma; as quais são exercidas na forma de fortificar o efeito natural e moral da verdade no entendimento, no coração e na consciência. Elas envolvem não mudança

de princípio e disposição permanentes, mas só um aumento das emoções naturais do coração à vista do pecado, do dever e do interesse próprio. Essas influências, naturalmente, podem ser resistidas, e são habitualmente resistidas, pelos não-regenerados. O fato de que tais influências resistíveis são experimentadas pelos homens, prova-se: —

a. À luz do fato de que as Escrituras afirmam que são resistidas. Gn 6.3; Hb 10.29.

b. Cada cristão é cômescio de que antes de sua conversão foi alvo de influências a impeli-lo à obediência de Cristo, as quais ele por algum tempo resistiu. Observamos ser também verdade no tocante a muitos homens que nunca se converteram realmente.

3.2. A distinção entre regeneração e conversão é óbvia e necessária. No capítulo ix. vimos que os atos voluntários da alma humana são determinados por e derivados de seu caráter, inclinações e desejos que a impelem; e que essas inclinações e desejos derivam seu caráter do estado moral permanente da alma na qual surgem. Nos não-regenerados esse estado e disposição permanentes e morais da alma é mau, e por isso a ação é má. Ação positivamente santa é impossível exceto como consequência de uma disposição positivamente santa. A infusão de uma disposição tal deve, portanto, preceder qualquer ato da verdadeira obediência espiritual. A vocação eficaz, segundo o uso de nossos Padrões, é o ato do Espírito Santo efetuando a regeneração. A regeneração é o efeito produzido pelo Espírito Santo na vocação eficaz. O Espírito Santo, no ato da vocação eficaz, leva a alma a ser regenerada pela implantação de um novo princípio ou hábito governante de emoção e ação. A alma propriamente dita, na conversão, imediatamente age sob a direção desse novo princípio em voltar-se do pecado para Deus através de Cristo. É evidente que a implantação desse gracioso princípio é diferente do exercício desse princípio, e que fazer uma pessoa voluntária é diferente de agir ela voluntariamente. O primeiro é um ato exclusivo de Deus; o segundo é um ato consequente do homem, e depende da assistência contínua do Espírito Santo.

Que Deus é o único agente no ato que efetua a regeneração, é óbvio: —

a. À luz da natureza da circunstância, como demonstrado supra. Fazer uma pessoa indisposta, disposta, não pode ser cooperado pela pessoa enquanto indisposta.

b. À luz do que ficou provado no capítulo ix., § 3, quanto à inabilidade absoluta do homem com respeito às coisas espirituais.

c. À luz do que as Escrituras dizem quanto à natureza da mudança. Elas a chamam “um novo nascimento”, “um gerar”, “um vivificar”, “uma nova criação”. “Deus gera, o Espírito vivifica”; “nós nascemos de novo”, “nós somos feitura de Deus”. Jo 3.3,5-7; 1 Jo 5.18; Ef 2.1,5,10. Vejam-se também Ez 11.19; Sl 51.10; Ef 4.23; Hb 8.10. Que, após a regeneração, a alma recém-nascida imediatamente começa e prossegue sempre mais ou menos perfeitamente cooperando com a graça santificante, é auto-evidente. Fé, arrependimento, amor, boas obras são um e todos ao mesmo tempo “fruto do Espírito” e ações livres dos homens. Além do mais, somos constantemente conscientes de que somos sujeitos às influências divinas, as quais, ou resistimos ou obedecemos, e as quais somos livres para resistir ou obedecer como nos apraz, enquanto, através da graça, predominantemente nos sentirmos felizes em obedecer.

3.3. Que o Espírito Santo usa a “verdade” como seu instrumento na vocação eficaz, é óbvio: —

a. Porque ele nunca age dessa forma onde o conhecimento da verdade é inteiramente ausente;

b. Porque as Escrituras asseveram que somos gerados pela verdade, santificados pela verdade, desenvolvidos por ela etc. Jo 17.19; Tg 1.18; 1 Pe 2.2.

4. Que essa ação divina é em sua natureza onipotente e infalivelmente eficaz, e contudo perfeitamente congruente com a natureza racional e voluntária do homem, segue-se indubitavelmente à luz do fato de que ela é um ato do Deus sapientíssimo e todo-

poderoso, no exercício de seus autoconsistentes e imutáveis decretos. O que Deus diretamente efetua, seus imutáveis propósitos devem ser certamente eficazes e poderosos. Ef 1.18,19. Além disso, a própria coisa feita é para fazer-nos dispostos, para operar em nós a fé; e isso é indubitavelmente conectado com a salvação. Fp 2.13. Que ela é eficaz, é também asseverado. Ef 3.7,20; 4.16.

Que essa divina influência é perfeitamente consoante com nossa natureza, é óbvio: —

4.1. À luz do fato de que ela é a influência de um Criador sapientíssimo sobre a obra de sua própria mão. É inconcebível ou que Deus seja incapaz ou indisposto a controlar as ações de suas criaturas de uma maneira perfeitamente consistente com sua natureza.

4.2. A influência que ele exerce é denominada na Escritura de “uma atração”, “uma instrução”, “uma iluminação” etc. Jo 6.44,45; Ef 1.18.

4.3. Por natureza, a mente é trevosa, as inclinações, pervertidas, e a vontade, escravizada pelo pecado. A regeneração restaura essas faculdades à sua condição própria. Ela não pode ser inconsistente com a natureza racional, obstruindo a luz, nem com o livre-arbítrio, produzindo a escravidão. “Onde o Espírito do Senhor está, aí há liberdade.” 2 Co 3.17; Fp 2.13; Sl 110.3. Cada pessoa regenerada é cônica de — (a.) Que nenhuma compulsão tem obstado o movimento espontâneo de suas faculdades; e (b.) Que, por outro lado, nenhuma de suas faculdades nunca agiu tão livre e consistentemente com a lei de sua natureza pregressa.

5. Que essa mudança é radical, prova-se à luz do fato de que, como se demonstrou supra, ela consiste na implantação de um novo princípio governante da vida; à luz do fato de que ela é um “novo nascimento”, uma “nova criação”, operada pelo infinito poder de Deus na execução de seu eterno propósito de salvação; e que ela é tão necessária para o de boa moral quanto para o libertino. Que essa mudança é permanente será demonstrado no capítulo xvii., Da Perseverança dos Santos.

Que ela afeta o homem todo – intelecto, emoções e vontade –, é óbvio: —

5.1. À luz da unidade essencial da alma. Esta é aquele “eu” indivisível que pensa, sente e quer. Se o estado moral permanente da alma é corrupto, todas as suas funções serão pervertidas. Não podemos nutrir nenhum desejo por um objeto, a menos que percebamos seu encanto; nem podemos perceber intelectualmente o encanto daquilo que é totalmente incompatível com nossos inerentes gostos e disposições.

5.2. As Escrituras expressamente afirmam que o pecado é essencialmente enganoso, que a depravação inata envolve cegueira moral e que o homem natural não pode receber as coisas que se discernem espiritualmente. 1 Co 2.14; 2 Co 4.4; Jo 16.3.

5.3. As Escrituras expressamente afirmam que todos os “recém-nascidos” são alvos da iluminação espiritual do entendimento, tanto quanto da renovação das inclinações. Jo 17.3; 1 Co 2.12,13; 2 Co 4.6; Ef 1.18; 1 Jo 4.7; 5.20.

5.4. Na Bíblia, a frase, “dar um novo coração” equivale a efetuar a regeneração; e o termo “coração” é caracteristicamente usado para todo o interior do homem – intelecto, emoções e vontade. Observem-se frases tais como “conselhos do coração”, 1 Co 4.5; “imaginações do coração”, Lc 1.51; “pensamentos e intentos do coração”, Hb 4.12.

Seção III. – As crianças eleitas, morrendo na infância, são regeneradas e salvas por Cristo através do Espírito,¹² o qual opera quando, onde e como lhe apraz.¹³ Assim também se dá com todas as demais pessoas eleitas que são incapazes de ser exteriormente chamadas pelo ministério da Palavra.¹⁴

¹² Lc 18.15,16; At 2.38,39; Jo 3.3,5; 1 Jo 5.12; Rm 8.9. ¹³ Jo 3.8. ¹⁴ 1 Jo 5.12; At 4.12.

EXPOSIÇÃO

O chamado externo da Palavra de Deus, bem como todos os “meios de graça” providos na presente dispensação, naturalmente pressupõem inteligência por parte daqueles que os recebem. A vontade de Deus, também, só é revelada no que concerne aos capazes de entender e tirar proveito da revelação. Seus propósitos não se revelam explicitamente a quaisquer pessoas ou classes a quem não são dirigidos.

Se as crianças e os demais não aptos para atenderem o chamado do evangelho serão salvos, então serão imediatamente regenerados e santificados por Deus sem o uso de meios. Se Deus pôde criar Adão santo sem meios, e se ele pode recriar crentes em justiça e verdadeira santidade pelo uso de meios, os quais uma grande parte dos homens usam sem proveito, certamente que ele pode regenerar as crianças e outros sem os meios. Aliás, a depravação natural das crianças existe antes da ação moral, na privação judicial do Espírito Santo. Portanto, o mal é retificado, naquele estágio, pela graciosa restauração da alma à sua relação moral com o Espírito de Deus. A expressão, “crianças eleitas” é precisa e adequada ao seu propósito. Não pretende insinuar que haja algumas crianças não eleitas, mas simplesmente realça os fatos —

a. Que todas as crianças nascem debaixo da justa condenação;

b. Que nenhuma criança tem em si qualquer direito à salvação;

c. A salvação de cada criança, precisamente como a salvação de cada adulto, deve ter sua base absoluta na *soberana eleição divina*. Isso seria tão verdadeiro se todos os adultos fossem eleitos, quanto o é agora que somente alguns adultos são eleitos. Portanto, não é menos verdadeiro, já que temos boas razões para crermos que *todas* as crianças são eleitas. A Confissão adere acuradamente, neste ponto, aos fatos revelados. É indubitavelmente revelado que ninguém, quer adulto quer criança, é salvo exceto sobre a base de uma eleição soberana; isto é, toda a salvação destinada à raça humana é por pura graça. Não é positivamente revelado que todas as

crianças são eleitas, senão que somos levados, por muitas razões, a nutrir fortemente a firme esperança de que esse é o fato. A Confissão afirma o que é indubitavelmente revelado, e deixa de lado aquilo sobre o quê a revelação decidiu não insistir, sem a sugestão de uma opinião positiva sobre um ou outro lado.

Seção IV. – Os demais, que não são eleitos, ainda que sejam chamados pelo ministério da Palavra,¹⁵ e recebam algumas operações comuns do Espírito,¹⁶ contudo jamais vão a Cristo e, portanto, não podem ser salvos;¹⁷ muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio aqueles que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em moldar suas vidas em consonância com a luz da natureza e com a lei da religião que professam;¹⁸ asseverar e manter que o podem, é muito pernicioso e deve ser abominado.¹⁹

¹⁵ Mt 22.14. ¹⁶ Mt 7.22; 13.20,21; Hb 6.4,5. ¹⁷ Jo 6.64-66; 8.24. ¹⁸ At 4.12; Jo 14.6; Ef 2.12; Jo 4.22; 17.3. ¹⁹ 2 Jo 9-11; 1 Co 16.22; Gl 1.6-8.

EXPOSIÇÃO

Esta seção, tomada em conexão com a passagem paralela no Catecismo Maior, questão 60, ensina as seguintes proposições: —

1. Que os não-eleitos, com toda certeza, declinarão da salvação, não porque não lhes esteja disponível uma salvação gratuita, caso aceitem a Cristo, mas porque jamais aceitarão a Cristo; e todos eles recusam aceitá-lo porque, ainda que sejam persuadidos por algumas das influências comuns do Espírito Santo, sua radical aversão a Deus nunca chega a ser subjugada pela vocação eficaz. Já provamos sob as seções 1 e 2 que a graça da vocação eficaz se estende a todos os eleitos, e tão-somente aos eleitos. Por essa razão, prossegue-se a verdade desta proposição.

2. Que a diligente profissão e a honesta prática de qualquer religião natural, ou de qualquer outra religião que não seja o Cristianismo puro, não pode no mínimo ajudar a promover a salvação da alma, é evidente à luz dos princípios essenciais do evangelho. Se alguma pessoa se conforma perfeitamente ao volume de verdade

espiritual por ele conhecida, em cada pensamento e ato, desde o nascimento, por menor que lhe seja esse conhecimento, certamente não precisaria de salvação. Todos os homens, porém, como já vimos, nascem sob condenação e começam a agir como agentes morais com a natureza já corrompida. “Todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus.” Rm 3.23. Daí, segue-se que uma expiação é absolutamente necessária, e conseqüentemente um interesse pessoal na redenção de Cristo é absolutamente necessário à salvação. Pois se uma lei, em conformidade com a qual, pudesse dar vida, e tivesse dado, Cristo teria morrido em vão. Gl 2.21; 3.21. Admitir que os homens podem ser salvos sem levar Cristo em conta é virtualmente negar a Cristo.

3. Que no caso de pessoas adultas ajuizadas, certo conhecimento de Cristo e uma voluntária aceitação dele são essenciais para um interesse pessoal em sua salvação, prova-se: —

3.1. Paulo argumenta esse ponto explicitamente. Se os homens invocarem o Senhor, eles serão salvos; a fim de invocá-lo, porém, eles têm que crer; e a fim de crer, eles têm que ouvir; e para que ouçam, o evangelho tem que lhes ser pregado. Portanto, a ordem estabelecida é: a salvação vem pela fé; a fé vem pelo ouvir, e ouvir a Palavra de Deus. Rm 10.13-17; Mt 11.27; Jo 14.6; 18.3; At 4.12.

3.2. Deus certamente não revelou nenhum propósito de salvar a qualquer um, exceto aos que, ouvindo o evangelho, obedecem; e ele requer que seu povo, como guardião do evangelho, seja diligente em disseminá-lo como o meio designado de salvar as almas. Tudo quanto vai além deste círculo de meios santificados não vem da revelação, não foi prometido, não foi compactuado.

3.3. Os pagãos em massa, sem uma única exceção definida e inquestionavelmente registrada, são evidentemente estranhos a Deus e caminham para a morte numa condição perdida. A presumida possibilidade de se salvar sem qualquer conhecimento de Cristo permanece, depois de dezoito séculos, uma possibilidade não ilustrada sequer por um exemplo.

QUESTIONÁRIO

1. Que duas “vocações” são expressas nas Escrituras?
2. De qual “vocação” é tratada na primeira e segunda seções?
3. Qual é a *primeira* proposição aqui afirmada no tema da vocação interna pelo Espírito Santo?
4. Qual é afirmada aqui quanto aos *sujeitos* dela?
5. Qual é afirmada quanto ao *agente* dela?
6. Qual é afirmada quanto ao *efeito* dela?
7. Qual é afirmada quanto à *natureza* dela?
8. Como se pode provar que há uma vocação espiritual interna?
9. Como se pode provar que essa vocação é essencial à salvação?
10. Prove que ela compreende todos os eleitos, e somente os eleitos.
11. Quanto se estende dos efeitos das influências comuns e irresistíveis da Espírito Santo nos corações dos homens em geral?
12. Prove que há certas influências “comuns” e “irresistíveis” do Espírito Santo experimentadas por todos os homens.
13. Apresente a distinção entre regeneração e conversão, e em qual o crente é passivo e em qual é ele ativo.
14. Demonstre que a regeneração deve necessariamente preceder a conversão.
15. Prove que, com respeito ao ato de Deus que regenera, Deus é o único agente, e que o sujeito é passivo.
16. Prove que imediatamente à sua regeneração a alma recém-nascida começa a cooperar com as influências do Espírito.
17. Prove que o Espírito Santo usa “a verdade” como seu instrumento na regeneração.
18. Prove que a influência espiritual exercida na regeneração é em cada caso infalivelmente eficaz.
19. Prove que ela é exercida de uma forma perfeitamente consistente com a natureza do homem como um agente livre.
20. Demonstre que ela efetua uma mudança moral “radical” no crente.

21. Demonstre que essa mudança envolve o homem inteiro, tanto o intelecto quanto a vontade e emoções.
22. Qual é o pressuposto por parte de todos aqueles a quem a se dirigem a “vocação externa” e os meios de graça?
23. A quem e em favor de quem são feitas as revelações da vontade de Deus nas Escrituras?
24. Demonstre que as crianças e aqueles que são incapazes de receber a vocação externa são regenerados por Deus sem o uso dos meios que são necessários no caso dos adultos dotados de inteligência.
25. Explique e justifique o uso da expressão “crianças eleitas” na terceira seção.
26. Qual é a *primeira* proposição ensinada na quarta seção?
27. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
28. Qual é a *terceira* proposição ali ensinada?
29. Por que os não-eleitos declinam da salvação?
30. Prove que infalivelmente farão isso.
31. Prove que a honesta e diligente profissão da religião natural, ou de qualquer outra além da religião cristã, não podem trazer qualquer proveito para salvar os homens.
32. Prove que no caso de todos os adultos inteligentes o conhecimento e a voluntária aceitação de Cristo é essencial   salvação.

CAPÍTULO XI

DA JUSTIFICAÇÃO

Seção I. – Aqueles a quem Deus eficazmente chama, também livremente justifica;¹ não por infundir neles a justiça, mas por perdoar seus pecados e por considerar e aceitar suas pessoas como justas; não em razão de qualquer coisa neles operada ou neles feita, mas unicamente em consideração da obra de Cristo; não por imputar-lhes para justiça sua própria fé, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica; mas por imputar-lhes a obediência e satisfação de Cristo,² quando eles o recebem e nele e em sua justiça repousam pela fé; fé esta que não possuem em si mesmos, pois que é um dom de Deus.³

Seção II. – A fé, assim recebendo e assim repousando em Cristo e sua justiça, é o único instrumento da justificação;⁴ ela, contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas é sempre acompanhada de todas as demais graças salvíficas; não é uma fé morta, mas que age através do amor.⁵

¹ Rm 8.30; 3.24. ² Rm 4.5-8; 2 Co 5.19,21; Rm 3.22,24,25,28; Tt 3.5,7; Ef 1.7; Jr 23.6; 1 Co 1.30,31; Rm 5.17-19. ³ At 10.44; Gl 2.16; Fp 3.9; At 13.38,39; Ef 2.7,8. ⁴ Jo 1.12; Rm 3.28; 5.1. ⁵ Tg 2.17,22,26; Gl 5.6.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: –

1. Todos aqueles, e somente aqueles, a quem Deus eficazmente chama, também gratuitamente justifica.

2. Essa justificação é um ato de Deus puramente judicial, na qualidade de juiz, pelo qual ele perdoa todos os pecados do crente, e o julga, o aceita e o trata como uma pessoa justa à luz da lei divina.

3. Que esse ato justificador procede da imputação ou do ato de Deus lançar, em favor do crente, o crédito da justiça de seu grande Representante e Fiador, Jesus Cristo.

4. Que a condição essencial e única sobre a qual essa justiça de Cristo é imputada ao crente consiste em que ele exerce fé em ou sobre Cristo como sua justiça.

5. Que essa fé é propriamente dita um gracioso dom de Deus.

6. Que nenhuma outra graça, nem amor, nem esperança, nem obediência, sustenta a mesma relação para com a justiça que a fé mantém como sua condição ou instrumento essencial; contudo essa fé nunca está sozinha na pessoa justificada, mas está sempre, quando é genuína, acompanhada de outras graças cristãs, todas elas tendo suas raízes na fé.

1. Que Deus justifica todos aqueles, e somente aqueles, a quem eficazmente chama ou regenera por sua graça, prova-se —

1.1. À luz das declarações expressas da Escritura: “Aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou.” Rm 8.30.

1.2. À luz do fato de que a vocação eficaz e a justificação são ambas necessárias à salvação, e são ambas passos essenciais na execução divina de seu próprio decreto de eleição, imutável e infalivelmente eficaz.

1.3. À luz do fato de que só aqueles que verdadeiramente crêem é que são justificados, e só aqueles que são justificados é que podem realmente crer.

2. Quanto à sua natureza, essa justificação é um ato divino puramente judicial, tendo Deus como juiz, pelo qual ele perdoa todos

os pecados do crente, e o julga, e o aceita, e o trata como uma pessoa justa à luz da lei divina. Isso inclui duas proposições subordinadas: —

2.1. Justificação é um ato judicial de Deus, pelo qual ele nos declara conformados às exigências da lei como a condição de nossa vida; não é um ato de poder gracioso, fazendo-nos santos ou conformados à lei como padrão de caráter moral. Os romanistas usam o termo “justificação” num sentido vago e geral, como que incluindo imediatamente o perdão dos pecados e a infusão da graça. Os socinianos, bem como os que ensinam a teoria da influência moral da expiação, consideram a justificação no mesmo sentido de santificação; isto é, tornar uma pessoa pessoalmente santa. O verdadeiro sentido de justificação, expresso supra, consiste, quando tomada em sua conexão com a fé, no grande princípio central da Reforma, realçado e triunfantemente defendido por Lutero. Que tal procede, prova-se —

2.1.1. À luz do significado universal do verbo inglês [e português], *justificar*, e do termo grego equivalente no Novo Testamento. Ambos são igualmente sempre usados para expressar um ato declarativo de que uma pessoa está quites com as exigências da lei, jamais para expressar um ato de torná-la santa. Gl 2.16; 3.11.

2.1.2. Na Escritura, a justificação é sempre apresentada como o oposto de *condenação*. O oposto de “santificar” é “corromper”, mas o oposto de “justificar” é “condenar”. Rm 8.30-34; Jo 3.18.

2.1.3. O genuíno sentido do verbo “justificar” se prova claramente pelos termos usados na Escritura como equivalentes a ele. Por exemplo: “Imputar a justiça sem as obras”; “perdoar as iniquidades”; “cobrir os pecados”. Rm 4.6-8. “Não lhes imputar as transgressões”. 2 Co 5.19. “Não infligir condenação”. Jo 5.24.

2.1.4. Em muitas passagens, ele produz o mais óbvio contrassenso para substituir a justificação (declarar legalmente justo) pela santificação (tornar santo); como, por exemplo: “Porque pelas obras da lei nenhuma carne será *santificada*”; ou: “Sabendo que o ho-

mem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Cristo Jesus, temos também crido em Cristo Jesus, para sermos justificados pela fé em Cristo, e não pelas obras da lei; porquanto, pelas obras da lei, nenhuma carne será justificada.” “Separados estais de Cristo, vós os que vos justificais pela lei; da graça tendes caído.” Gl 2.16; 5.4.

2.1.5. A justificação e a santificação são apresentadas na Escritura como graças distintas – inseparáveis, igualmente necessárias, contudo distintas em sua natureza, bases e objetivos. 1 Co 6.11.

2.2. Justificação não é mero perdão; ela inclui o perdão de pecados, e em adição à declaração de que todas as reivindicações da lei são satisfeitas em relação à pessoa justificada, e de que, conseqüentemente, ela tem direito a todas as imunidades e recompensas, as quais, no pacto de vida, estão interrompidas em perfeita conformidade com as exigências da lei.

O perdão:

a. Abranda as reivindicações da lei, renuncia sua exação em dado caso.

b. É um ato de um soberano no exercício de prerrogativa absoluta.

c. É gratuito, descansando em considerações de misericórdia ou de diplomacia pública.

d. Simplesmente remite a penalidade do pecado; não assegura nem honras nem recompensas.

Em contrapartida, a justificação:

a. É o ato de um juiz, não de um soberano.

b. repousa simplesmente no estado da lei e dos fatos, e é impossível onde não haja uma justiça perfeita.

c. Não proclama uma lei abrandada, mas cumprida em seu sentido estrito.

d. Declara a pessoa justificada como merecedora de todas as honras e vantagens suspensas, em perfeita conformidade com todas as exigências da lei.

A veracidade desta proposição, prova-se —

a. À luz do significado invariável e óbvio do verbo “justificar”. Ninguém nunca confunde a justificação de uma pessoa com seu perdão.

b. Como vimos no capítulo viii., § 5: “O Senhor Jesus, por sua perfeita obediência e sacrifício de si mesmo ... *satisfez* plenamente a *justiça* de seu Pai; e *adquiriu* não só reconciliação, mas também uma eterna herança no reino do céu, para todos aqueles a quem o Pai lhe deu.” A justificação, pois, repousa sobre essa “plena satisfação da justiça divina”. É uma declaração judicial de que a lei é satisfeita – não uma soberana renúncia da penalidade.

c. As Escrituras declaram que nossa justificação provém da base de uma perfeita justiça. “Cristo é o fim da lei para a justiça para todo aquele que crê.” Rm 10.3-9; 1 Co 1.30. A essência do perdão consiste em que o homem é perdoado com justiça. A essência da justificação consiste em que uma pessoa é declarada ser possuidora de justiça, a qual satisfaz a lei. Somos “feitos justiça de Deus nele”. 2 Co 5.21. A justificação é parafraseada como que “não imputando pecado”; como que “imputando justiça sem as obras”. Rm 4.6-8.

d. Os efeitos da justificação são muito mais do que aqueles do perdão. Os justificados têm “paz com Deus”, certeza da salvação, Rm 5.1-10; “herança entre os que são santificados”, At 26.18.

3. A justificação provém da imputação ou dada por Deus ao crente procedente da justiça de seu grande Representante e Fiador, Jesus Cristo. Catecismo Maior, questão 70: “Justificação é um ato da livre graça de Deus para com os pecadores, no qual ele perdoa todos os seus pecados, aceita e considera suas pessoas como justas aos seus olhos, não por qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas unicamente pela perfeita obediência e plena satisfação

de Cristo, a eles imputadas por Deus e recebidas só pela fé.” Compare-se também Catecismo Maior, questão 77 e Breve Catecismo, questão 33.

Os arminianos sustentam que, por causa de Cristo, as exigências da lei são graciosamente concedidas, e fé e obediência evangélicas são aceitas no lugar da perfeita obediência como a base da justificação. Nossos Padrões e todas as Confissões reformadas e luteranas ensinam que a base legítima da justificação é a perfeita justiça (ativa e passiva) de Cristo, imputada ao crente e recebida unicamente pela fé. Breve Catecismo, questão 33. Isso se prova: —

3.1. Porque as Escrituras por toda parte insistem que não somos justificados pelas obras. Isso é afirmado em relação às obras em geral – de *todos* os tipos de obras, naturais ou graciosas, sem distinção. Rm 4.4-8; 11.6.

3.2. Porque as Escrituras declaram que as boas obras, de qualquer gênero, em vez de serem a *base* da justificação, só são possíveis como suas *conseqüências*: “Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça”; “Mas agora somos libertados da lei, tendo morrido para aquilo em que estávamos retidos; para que sirvamos em novidade do Espírito, e não na caducidade da letra.” Rm 4.14; 7.6.

3.3. Porque as Escrituras declaram que a obediência e o sofrimento – isto é, a perfeita justiça ou cumprimento da lei – de Cristo, nosso Representante, é a base genuína da justificação: “Portanto, como pela ofensa de um só veio o juízo sobre todos os homens para condenação, também, pela justiça de um só, veio o dom gratuito sobre todos os homens para a justificação da vida. Pois como por meio da desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, também pela obediência de um só muitos se tornarão justos.” Rm 5.18,19; 10.4; 1 Co 1.30; 2 Co 5.21; Fp 3.9.

3.4. Porque as Escrituras afirmam que essa justiça é *imputada* ao crente no ato da justificação. As expressões “imputar o pecado” ou “imputar a justiça”, em seu uso bíblico, significam simplesmente

te lançar na conta de alguém, pôr como dívida ou crédito de alguém como a base de um processo judicial. Nossos pecados são expressos como sendo lançados sobre Cristo (Is 53.6,12; Gl 3.13; Hb 9.28; 1 Pe 2.24), porque a culpa deles era tão pesada em sua conta que foram merecidamente castigada nele. De forma semelhante, a justiça de Cristo é imputada, ou sua recompensa é tão creditada em favor do crente, que todas as honras e recompensas do pacto, de uma justiça perfeita, doravante lhe pertencem merecidamente. Rm 4.4-8; 2 Co 5.19-21. Para o uso dos equivalentes hebraicos e gregos, do termo “imputação”, vejam-se Gn 31.15; Lv 7.18; Nm 18.27-30; Mc 15.28; Lc 22.37; Rm 2.26; 4.3-9; 2 Co 5.19.

Esta doutrina de nossos Padrões é aquela de toda a agremiação protestante das Igrejas Reformadas e Luteranas.

Calvino diz nas Institutas, b. iii., cap. xi., § 2: “Um homem será justificado pela fé quando, excluído da justiça das obras, ele busca o apoio da justiça de Cristo e, revestido dela, comparece diante de Deus, não como pecador, mas como justo.”

O Catecismo de Heidelberg, questão 60: “Como és justificado aos olhos de Deus? Unicamente por uma fé genuína em Jesus Cristo; de modo que, ainda que minha consciência me acuse de que tenho afrontosamente transgredido todos os mandamentos de Deus, não cumprindo nenhum deles, e seja ainda inclinado a todo o mal, não obstante Deus, sem qualquer mérito de minha parte, mas só por mera graça, me concede e imputa a perfeita satisfação, justiça e santidade de Cristo.”

Fórmula Concórdia luterana: “Que a justiça que diante de Deus é por mera graça imputada à fé ou ao crente consiste na obediência, sofrimento e ressurreição de Cristo, pela qual ele, por nossa causa, satisfaz a lei e expiou nossos pecados Por cuja consideração sua obediência nos é imputada; de modo que Deus, em função de toda aquela obediência remite nossos pecados, nos reputa como sendo bons e justos e nos confere a salvação eterna.”

4. Que a condição essencial e única sobre a qual essa graciosa imputação da justiça de Cristo ao crente procede consiste em que ele exerce fé *em* e *para com* Cristo como sua justiça ou base de aceitação e justificação. A fé, aqui, é chamada a “condição” da justificação, porque ela é um requisito essencial e instrumento indispensável pelo qual a alma, sempre tratada como um agente livre, se apropria da justiça de Cristo, a qual é a base legal da justificação.

Que a fé *em* ou *para com* Cristo, e não outra graça, é sempre representada na Escritura como o instrumento indispensável ou o meio de justificação, prova-se: Gl 2.16; Rm 4.9; At 16.31.

Que a fé é o instrumento pelo qual a alma apreende a genuína base de justificação na justiça de Cristo, e não por si mesma, como pretendem os arminianos, prova-se —

4.1. Porque, como demonstrado acima, a obediência e sofrimento vicários de Cristo é essa base.

4.2. Porque a fé é “uma obra”, e Paulo assevera que a justificação com base nas obras é impossível. Rm 3.20-28; Gl 2.16.

4.3. Porque a fé *em* ou *para com* Cristo evidentemente descansa naquilo que está fora de si mesma, e por sua própria natureza é incapaz de lançar o fundamento para a justificação legal.

4.4. Porque as Escrituras constantemente afirmam que somos justificados “através” ou *por meio de* a fé, mas nunca *na conta de* ou *por causa de* a fé. Rm 5.1; Gl 2.16.

5. Essa fé de si mesma não é nossa, mas é um dom gracioso de Deus. Ef 2.7,8; At 14.27.

6. Enquanto a fé está sozinha, dissociada de qualquer outra graça, ela é o único instrumento da justificação, contudo nunca está sozinha na pessoa justificada, mas embora autêntica, é sempre acompanhada de todas as demais graças cristãs. Para nossa doutrina da justificação, a famosa passagem em Tg 2.14 é amiúde contestada. Paulo e Tiago, porém, estão falando de coisas distintas. Tiago en-

sina que a fé que é sozinha — isto é, a fé morta — *não* justificará. Ele está argumentando contra os cristãos nominais, que mantinham a verdade com injustiça. Paulo usa o verbo “justificar” no sentido de *justificação divina do pecador*; cujo pré-requisito é a fé, e não as obras. Tiago usa o verbo “justificar” no sentido de *prova verdadeira* ou *real*; sentido este em que a fé é justificada ou provada ser verídica através das obras. Conseqüentemente, os teólogos ortodoxos têm sempre reconhecido que, enquanto a fé sozinha justifica, uma fé que é sozinha, ou dissociada de outras graças e infrutífera em boas obras, não justificará. “As obras”, diz Lutero, “não são levadas em consideração quando a questão se relaciona com a justificação. Mas a verdadeira fé não mais deixará de produzi-las [as obras] como o sol não pode cessar de produzir a luz.”

Seção III. – Cristo, através de sua obediência e morte, quitou plenamente o débito de todos aqueles que são assim justificados, e fez uma justa, real e plena satisfação à justiça de seu Pai, em favor deles.⁶ Todavia, visto que lhes foi dado pelo Pai,⁷ e sua obediência e satisfação aceitas em lugar deles,⁸ e ambas gratuitamente, não por algo existente neles, sua justificação é tão-somente da livre graça;⁹ para que tanto a exata justiça quanto a rica graça de Deus fossem glorificadas na justificação dos pecadores.¹⁰

⁶ Rm 5.8,19; 1 Tm 2.5,6; Hb 10.10,14; Dn 9.24,26; Is 53.4-6,10-12. ⁷ Rm 8.32. ⁸ 2 Co 5.21; Mt 3.17; Ef 5.2. ⁹ Rm 8.24; Ef 1.7. ¹⁰ Rm 3.26; Ef 2.7.

EXPOSIÇÃO

A *primeira* verdade asseverada nesta seção consiste em que Cristo, por sua obediência e morte, pagou plenamente o débito daqueles que são justificados; e que ele fez por eles uma justa, real e plena satisfação à justiça de seu Pai. Este ponto já consideramos no capítulo viii., § 5.

Em conexão com a afirmação supra, a *segunda* verdade que é ensinada aqui consiste em que esta justificação é, no que tange à pessoa justificada, desde o princípio até ao fim, uma estupenda manifestação da livre graça de Deus.

O fato de a justiça de Cristo ser a base da justificação, e que sua justiça, em estrito rigor, satisfaz plenamente todas as exigências da lei divina, em vez de ser inconsistente com a perfeita liberdade e graciosidade da justificação, acentua amplamente sua graça. É óbvio que Deus *tinha que*, ou sacrificar sua lei, ou seus eleitos, ou seu Filho. Gl 2.21; 3.21. Não é menos óbvio que é uma expressão muito mais forte de amor e livre graça salvar os eleitos a expensas de tal sacrifício do que seria salvá-los ou com base no sacrifício de princípios ou, no caso, que nenhum sacrifício fosse necessário. A cruz de Cristo é o centro para o qual os mais intensos raios como os da divina graça e justiça se convergem, nos quais eles são perfeitamente reconciliados. Esse é o alcance máximo da justiça, e ao mesmo tempo e pela mesma razão o alcance máximo da graça que o universo poderia ver. A *auto-apropriação* da penalidade por parte do eterno Filho de Deus é a mais elevada vindicação concebível da absoluta inviolabilidade da justiça, e ao mesmo tempo a mais elevada expressão concebível de amor infinito. Em estrito rigor, a justiça é vindicada nos sofrimentos vicários da própria penalidade. A livre graça se manifesta —

1. Na admissão de um sofredor vicário.
2. No dom do Bem-amado Filho de Deus para tal serviço.
3. Na eleição soberana das pessoas que seriam por ele representadas.
4. Nas gloriosas recompensas que lhes adviriam sob a condição daquela representação.

Seção IV. – Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos;¹¹ E Cristo, na plenitude do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou pela justificação deles.¹² Não obstante, não são justificados até que o Espírito Santo, no devido tempo, realmente lhes aplique Cristo.¹³

¹¹ Gl 3.8; 1 Pe 1.2,19,20; Rm 8.30. ¹² Gl 4.4; 1 Tm 2.6; Rm 4.25. ¹³ Cl 1.21,22; Gl 2.16; Tt 3.4-7.

EXPOSIÇÃO

Alguns arminianos têm levantado objeção à nossa doutrina, e uma parte dela sustentada por alguns antinominianos, dizendo que, se Cristo literalmente pagou o débito de seus eleitos em sua obediência e sofrimentos enquanto viveu na terra, então segue-se que os eleitos já foram justificados desde o momento em que o débito foi pago. As Escrituras, ao contrário, tanto quanto a experiência de todo cristão, expressam claramente que ninguém é justificado enquanto não chegar o momento em que Deus lhe comunica a fé salvífica em Cristo.

Cristo pagou a pena, não o dinheiro devido por seu povo. É uma questão da livre graça que sua substituição fosse admitida. A satisfação, pois, não libera *ipso facto*, como o pagamento de um débito em dinheiro, mas só põe o real criminoso em liberdade sob tal condição e em tal tempo, como foi previamente concordado entre Deus, o soberano gracioso, de um lado, e Cristo, o representante e substituto deles, do outro. Cristo morreu em favor de seu povo em execução de um pacto entre ele mesmo e seu Pai, assumido na eternidade. Os efeitos de sua morte, pois, sucedem precisamente como e quando é estipulado no pacto que se faria assim.

Seção V. – Deus continua a perdoar os pecados daqueles que são justificados;¹⁴ e ainda que não poderão jamais cair do estado de justificação,¹⁵ poderão, contudo, em decorrência de seus pecados, cair no desprazer paternal de Deus e privar-se da luz de seu rosto, até que se humilhem, confessem seus pecados, supliquem o perdão e renovem sua fé e seu arrependimento.¹⁶

¹⁴ Mt 6.12; 1 Jo 1.7,9; 2.1,2. ¹⁵ Lc 22.32; Jo 10.28; Hb 10.14. ¹⁶ Sl 89.31-33; 51.7-12; 32.5; Mt 26.75; 1 Co 11.30,32; Lc 1.20.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina que a justificação muda radical e permanentemente a relação que o sujeito dela sustenta tanto com Deus quanto com as exigências da lei divina vista como uma condição de favor. Antes da justificação, Deus é um juiz irado, mantendo por algum

tempo a sentença da lei condenadora. Depois da justificação, a lei, em vez de condenar, inocenta e exige que o sujeito seja considerado e tratado como filho, como se acha provido no pacto eterno; e Deus, como um Pai amorável, procede executando todas as funções que pertencem à nova relação. Isso requer, naturalmente, disciplina e correção, bem como instrução e consolação.

Todo sofrimento ou é mera calamidade, quando visto à parte de toda a relação intencional do caráter humano; ou penalidade, quando destinado a satisfazer a justiça em relação ao pecado; ou castigo, quando destinado a corrigir e aperfeiçoar o ofensor. Fora da economia da redenção, todo sofrimento é para o réprobo as prestações da penalidade eterna. Após a justificação, todo sofrimento, para o justificado, de toda e qualquer espécie, é castigo paternal, destinado a corrigir seus erros e restabelecer suas graças. E como eles vêm, na primeira instância, a Deus no exercício do arrependimento e fé em Cristo, assim devem eles continuar sempre a voltar-se para ele depois de cada desvio parcial e perda de seu sensível favor no exercício do mesmo arrependimento e fé; e dessa forma só podem esperar ter seu perdão sensivelmente renovado em seu favor. Examinem-se os textos-provas apensos supra ao texto desta seção da Confissão.

Seção VI. – A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos esses aspectos, uma e a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.¹⁷

¹⁷ Gl 3.9,13,14; Rm 4.22-24; Hb 13.8.

A verdade ensinada nesta seção já foi plenamente provada supra, no capítulo vii., §§ 4-6, e capítulo viii., § 6.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira e segunda seções?
2. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
3. Qual a *terceira*?

4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Qual a *sexta*?
7. Como você provaria que Deus justifica a todos aqueles, e somente aqueles, a quem ele regenerou?
8. Qual é a *primeira* proposição estabelecida quanto à *natureza* da justificação?
9. Qual é o ponto de vista romanista a esta questão?
10. Qual é o ponto de vista daqueles que sustentam a teoria da influência moral da expiação?
11. Quando e por quem foi esta verdade primeiro claramente definida e defendida?
12. Apresente a prova de que a justificação é um ato judicial de Deus a declarar uma pessoa legalmente justa, e não um ato de gracioso poder, fazendo-a moralmente pura.
13. Qual é a *segunda* proposição estabelecida quanto à *natureza* da justificação?
14. Apresente a natureza, as bases e o efeito do mero perdão.
15. Apresente em contraste a natureza, as bases e o efeito da justificação.
16. Prove que a justificação não é mero perdão.
17. De que *base* a justificação procede?
18. Qual é o ponto de vista arminiano quanto à natureza e base da justificação?
19. Apresente em contraste o ponto de vista verdadeiro.
20. Apresente as provas de que a justiça de Cristo, imputada e recebida pela fé sozinha, é a verdadeira base da justificação.
21. Qual é o uso bíblico da expressão “imputar o pecado” ou “imputar a justiça”?
22. O que Calvino ensina ser a base da justificação?
23. O que é ensinado sobre esse tópico no Catecismo de Heidelberg?

24. O que é ensinado na Fórmula Concórdia luterana?
25. Que relação a fé sustenta com a justificação?
26. Prove que somente a fé, e a fé sozinha, é o instrumento da justificação.
27. Que ato especial de fé é o único meio da justificação?
28. Prove que a fé não é a base da justificação.
29. Prove que essa fé é dom de Deus.
30. Se a fé é o único meio da justificação, a verdadeira fé está sempre só na experiência da pessoa justificada?
31. Como é possível reconciliar a doutrina ensinada por Tiago no segundo capítulo de sua epístola com o que é ensinado por Paulo sobre este tema?
32. O que Lutero diz sobre o tema?
33. Qual é a *primeira* verdade ensinada na terceira seção? E onde foi previamente considerada?
34. Qual é o *segundo* grande princípio aqui mantido em conexão com o primeiro?
35. Prove que a satisfação literal da justiça divina feita por Cristo realça, em vez de denegrir, a livre graça do evangelho.
36. O que é ensinado na quarta seção?
37. O que tem objetado alguns arminianos em relação à nossa doutrina neste ponto?
38. Demonstre que o fato de que Cristo pagou nosso débito penal antes que nascêssemos não efetua nossa justificação antes de crermos realmente.
39. O que é ensinado na quinta seção?
40. Que mudança a justificação efetua nas relações da pessoa justificada?
41. Em que três classes todos os sofrimentos de cada espécie podem ser distribuídos?
42. De que espécie é o sofrimento dos réprobos?

43. De que espécie são todos os sofrimentos dos justificados?

44. O que é ensinado na sexta seção, e onde foi previamente considerado?

CAPÍTULO XII

DA ADOÇÃO

Todos quantos são justificados, Deus se digna fazer participantes da graça da adoção, em e por seu único Filho Jesus Cristo;¹ por meio de quem são eles recebidos no número e desfrutam da liberdade e privilégios dos filhos de Deus;² têm sobre si o nome dele,³ recebem o Espírito de adoção;⁴ têm acesso, com ousadia, ao trono da graça;⁵ são capacitados a clamar: Aba, Pai;⁶ são tratados com piedade,⁷ protegidos,⁸ sustentados⁹ e corrigidos por ele como por um pai;¹⁰ contudo, jamais abandonados,¹¹ mas selados para o dia da redenção,¹² e herdam as promessas,¹³ como herdeiros da eterna salvação.¹⁴

¹ Ef 1.5; Gl 4.4,5. ² Rm 8.17; Jo 1.12. ³ Jr 14.9; 2 Co 6.18; Ap 3.12. ⁴ Rm 8.15. ⁵ Ef 3.12; Rm 5.2. ⁶ Gl 4.6. ⁷ Sl 103.13. ⁸ Pv 14.26. ⁹ Mt 6.30,32; 1 Pe 5.7. ¹⁰ Hb 12.6. ¹¹ Lm 3.31. ¹² Ef 4.30. ¹³ Hb 6.12. ¹⁴ 1 Pe 1.3,4; Hb 1.14.

EXPOSIÇÃO

No mesmo instante em que um crente é unido a Cristo no exercício da fé, ter-se-ão consumado nele simultânea e inseparavelmente duas coisas:

1. Uma mudança total de relação com Deus e com a lei como um pacto de vida; e

2. Uma mudança de sua natureza interior e espiritual. A mudança de relação é representada pela justificação; a mudança de natureza, pela regeneração. Regeneração é um ato de Deus, originando, por meio de uma nova criação, uma nova vida espiritual no

coração do sujeito. O primeiro e instantâneo ato dessa nova criatura, resultante de sua regeneração, é *fé* ou crer, confiante recepção da pessoa e obra de Cristo. No exercício da fé pela alma regenerada, *justificação* é o ato instantâneo de Deus, sobre a base daquela perfeita justiça que a fé do pecador apreendeu, declarando-o livre de toda condenação e com direito legal às relações e benefícios assegurados pelo pacto que Cristo cumpriu em seu favor. *Santificação* é o desenvolvimento progressivo para a perfeita maturidade dessa nova vida que foi implantada na regeneração. A *adoção* representa a nova criatura em suas novas relações — suas novas relações introduzidas num coração apropriado, e sua nova vida desenvolvendo-se num ambiente apropriado e cercado daquelas relações que nutrem seu crescimento e a coroa com bem-aventurança. A justificação só efetua uma mudança de relações. A regeneração e a santificação só efetuam um estado inerente moral e espiritual da alma. A adoção inclui ambas. Como apresentada na Escritura, ela segue, num cenário complexo, a criatura recém-regenerada nas relações em que ela é introduzida pela justificação.

Esta divina filiação, na qual o crente é introduzido pela adoção, inclui os seguintes elementos e vantagens primordiais: —

2.1. Deriva a natureza espiritual de Deus: “Para que sejais participantes da natureza divina.” 2 Pe 1.4; Jo 1.13; Tg 1.18; 1 Jo 5.18.

2.2. Nasce à imagem de Deus, portando sua semelhança: “E revestindo-se do novo homem, que é renovado no conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou.” Cl 3.10; Rm 8.29; 2 Co 3.18.

2.3. Leva seu nome. 1 Jo 3.1; Ap 2.17; 3.12.

2.4. Torna-se objeto de seu amor especial: “Para que o mundo conheça que tu me enviaste, e eles me têm amado, como tu me amaste.” Jo 17.23; Rm 5.5-8.

2.5. Torna-se habitação do Espírito de seu Filho (Gl 4.6), que forma em nós um espírito filial ou um espírito que nos faz filhos de

Deus — *obedientes* (1 Pe 1.14; 2 Jo 6), *livres do senso de culpa, da escravidão legal e do medo da morte* (Rm 8.15-21; Gl 5.1; Hb 2.15) e *elevados com santa ousadia e com dignidade real* (Hb 10.19,22; 1 Pe 2.9; 4.14).

2.6. Representa proteção, consolação e suprimentos abundantes. Sl 125.2; Is 66.13; Lc 12.27-32; Jo 14.18; 1 Co 3.21-23; 2 Co 1.4.

2.7. Representa disciplina paternal para nosso bem, inclusive aflições espirituais e temporais. Sl 51.11,12; Hb 12.5-11.

2.8. Garante a herança das riquezas da glória de nosso Pai, como “herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo” (Rm 8.17; Tg 2.5; 1 Pe 1.4; 3.7), inclusive a exaltação de nossos corpos em comunhão com o Senhor. Rm 8.23; Fp 3.21.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o sujeito deste capítulo?
2. Que duas mudanças sucedem instantaneamente ao ato de fé?
3. O que é regeneração?
4. O que é fé e sua relação com a regeneração?
5. O que é justificação e sua relação com a fé?
6. O que é adoção e sua relação com a regeneração e a justificação?
7. Quais são os elementos primordiais envolvidos nessa filiação divina?
8. Quais são as vantagens primordiais que a assistem?

CAPÍTULO XIII

DA SANTIFICAÇÃO

Seção I. – Os que são eficazmente chamados e regenerados, havendo sido criado neles um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados genuína e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo,¹ por sua Palavra e seu Espírito neles habitando;² o domínio de todo o corpo do pecado é destruído³ e suas diversas concupiscências mais e mais enfraquecidas e mortificadas⁴ e eles mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvíficas⁵ para a prática da genuína santidade, sem a qual ninguém verá o Senhor.⁶

Seção II. – Esta santificação permeia o homem todo,⁷ contudo imperfeita nesta vida; aí permanece ainda alguns resíduos de corrupção em cada parte;⁸ e daí suscita-se uma guerra contínua e irreconciliável: a carne digladiando contra o Espírito e o Espírito, contra a carne.⁹

Seção III. – Nessa guerra, ainda que a restante corrupção prevaleça por algum tempo,¹⁰ contudo, através de um contínuo suprimento de força por parte do Espírito santificante de Cristo, a parte regenerada vence;¹¹ e assim os santos crescem na graça,¹² aperfeiçoando sua santidade no temor de Deus.¹³

¹ 1 Co 6.11; At 20.32; Fp 3.10; Rm 6.5,6. ² Jo 17.17; Ef 5.26; 2 Ts 2.13. ³ Rm 6.6,14. ⁴ Gl 5.24; Rm 8.13. ⁵ Cl 1.11; Ef 3.16-19. ⁶ 2 Co 7.1; Hb 12.14. ⁷ 1 Ts 5.23. ⁸ 1 Jo 1.10; Rm 7.18,23; Fp 3.12. ⁹ Gl 5.17; 1 Pe 2.11. ¹⁰ Rm 7.23. ¹¹ Rm 6.14; 1 Jo 5.4; Ef 4.15,16. ¹² 2 Pe 3.18; 2 Co 3.18. ¹³ 2 Co 7.1.

EXPOSIÇÃO

Este capítulo ensina as seguintes proposições: —

1. Todos aqueles em quem Deus, através da regeneração, criou uma nova natureza espiritual, continuam sob sua graciosa influência, sua Palavra e seu Espírito habitam neles e assim possuem neles implantada a graça que se desenvolve mais e mais.

2. Essa obra de santificação envolve tanto a gradual destruição do velho corpo do pecado quanto a vivificação e fortalecimento de todas as graças no novo homem, a purificação interior do coração e mente, bem como todas as santas ações que deles procedem.

3. Essa obra de santificação envolve o homem todo – intelecto, emoções e vontade, alma e corpo.

4. Ela nunca será perfeita nesta vida, mas em cada caso, como no caso de Paulo, permanece aí, mais ou menos, a velha “lei em nossos membros”, digladiando contra a lei de nossa mente.

5. Que, não obstante, de um constante suprimento de força do Espírito santificante de Cristo, o gracioso elemento na natureza do crente prevalece e ele gradualmente avança em santidade até que se torne perfeito na morte.

1. Deus, havendo implantado na regeneração uma nova natureza espiritual no objeto de sua graça, continua sempre a nutrir e desenvolver aquele princípio, pela habitação de sua Palavra e Espírito, até que alcance plena perfeição.

O verbo “santificar” é usado na Escritura em dois sentidos diferentes.

1.1. Consagrar ou separar do uso comum para um uso sacro. Jo 10.36; Mt 23.17.

1.2. Tornar moralmente puro ou santo. 1 Co 6.11; Hb 13.12. No último sentido do verbo, a regeneração é o ponto de partida da santificação, e esta é o complemento da obra começada na regeneração. Como a regeneração é um ato da livre graça de Deus, assim

a santificação é uma obra graciosa de Deus e eminentemente do Espírito Santo. Ela é atribuída absolutamente ao Pai (1 Ts 5.23); ao Filho (Ef 5.25,26); e preeminentemente ao Espírito Santo (2 Ts 2.13), cujo ofício especial, na economia da redenção, é aplicar a graça assegurada através da mediação do Filho.

Os *meios* de santificação são de duas ordens distintas —

a. Interno e

b. Externos.

O meio *interno* de santificação é a fé. Fé é o instrumento de nossa santificação — e daí de nosso livramento da condenação e da comunhão com Deus — o órgão de nossa união com Cristo e associação com seu Espírito. Fé, além do mais, é aquele ato da alma regenerada pelo qual ela abraça e experimenta o poder da verdade, e pelo qual as experiências íntimas do coração e as ações externas da vida são produto da obediência à verdade.

O meios *externos* de santificação são —

i. A verdade como revelada nas Escrituras inspiradas: “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade.” Jo 17.17,19. “Desejai como crianças recém-nascidas o puro leite da verdade, a fim de poderdes, por ela, crescer para a salvação.” 1 Pe 1.22; 2.2. A verdade, como meio de santificação, se põe em correlação com a fé, o meio interno dela. Confissão de Fé, cap. xiv. § 2: Esta fé “age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo ante as ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura.” Por esse meio a verdade nutre e exercita os princípios da graça implantados na alma.

ii. Os sacramentos. Mt 3.11; 1 Co 12.13. 1 Pe 3.21.

iii. A oração é um meio de santificação — (a.) Como o ato no qual a alma entra em comunhão com Deus; e (b.) Já que Deus prometeu responder à oração confiante com a doação dos dons espirituais. Jo 14.13,14.

iv. A graciosa disciplina da providência de Deus. Jo 15.2; Rm 5.3,4; Hb 12.5-11.

Deve ter-se em mente que enquanto o sujeito é passivo com respeito a esse ato divino da graça pelo qual ele é regenerado, após ser regenerado ele coopera com o Espírito Santo na obra de santificação. O Espírito Santo comunica a graça, inclina e dirige em seu exercício e a alma se exercita nela. E assim, enquanto a santificação é uma graça, é também um dever; e a alma é compelida e encorajada a usar com diligência, na dependência do Espírito Santo, todos os meios para sua renovação espiritual e para formar aqueles hábitos que facultam resistir o mal e agir certo no que a santificação tão amplamente consiste. Os frutos da santificação são boas obras. Uma ação, para ser boa, deve ter sua origem num princípio santo do coração, e deve estar conformada à lei de Deus. Embora não sejam a base de nossa aceitação, as boas obras são absolutamente essenciais à salvação, como as conseqüências necessárias de um estado gracioso da alma e exigências perpétuas da lei divina. Gl 5.22,23; Ef 2.10; Jo 14.21.

2. Esta obra de santificação envolve a destruição do velho corpo de pecado, bem como o desenvolvimento da graça implantada na regeneração; ela é também primeiramente interna e espiritual e, então, externa e prática.

Que todo o corpo de morte não é imediatamente destruído, no exato momento da regeneração, é claramente ensinado no sexto e no sétimo capítulos de Romanos, na experiência registrada de muitos caracteres bíblicos e na experiência universal de cristãos nos tempos modernos. Daí segue-se necessariamente que as tendências graciosamente implantadas e sustentadas devem entrar em conflito com as tendências para o mal que permanecem. Elas só podem coexistir num estado de ativo antagonismo, e quando uma consegue prevalecer, a outra deve perder. “E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com suas paixões e concupiscências.” Gl 5.24. “Mortificai, pois, vossos membros de caráter terreno.” Cl 3.5.

Que esta obra tem início no estado do coração e governa a vida ao governar previamente o coração, é óbvio —

2.1. À luz do notório fato da natureza humana de que o caráter moral de todas as ações se deriva das disposições morais interiores e das inclinações que as impelem.

2.2. O mesmo é assegurado nas Escrituras. Lc 4.45. Visto que o caráter do fruto é determinado pelo caráter da árvore que o produz, assim o caráter moral das ações depende do coração do qual procedem: “Ou fazei a árvore boa, e seu fruto bom, ou fazei a árvore corrupta, e seu fruto corrupto.” Mt 12.33.

2.3. De fato as boas obras só podem ser produzidas pelo coração em viva união com Cristo: “Como o ramo não pode produzir fruto de si mesmo, exceto se permanecer na videira, nem vós o podeis, exceto se permanecerdes em mim.” Jo 15.4.

3. Esta obra de santificação envolve o homem todo – intelecto, emoções e vontade, alma e corpo.

Isso se prova —

3.1. À luz da necessidade do caso. Nossa condição natural e pecaminosa envolve cegueira de mente, tanto quanto cegueira ou perversidade de coração.

3.2. À luz do fato de que somos santificados pela instrumentalidade da *verdade*.

3.3. É implicitamente asseverado na Escritura que a santificação envolve iluminação espiritual: “para que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória, vos dê o espírito de sabedoria e de revelação no pleno conhecimento dele; sendo iluminados os olhos de vosso coração, para que saibais qual seja a esperança de sua vocação, e quais as riquezas da glória de sua herança nos santos.” Ef 1.17,18; Cl 3.10; 2 Co 4.6; 1 Ts 5.23.

Como nossos corpos são partes integrantes de nossa pessoa, seus instintos e apetites agem imediatamente sobre os sentimentos de nossa alma; e daí devem manter o sujeito sob o controle da vontade santi-

ficada, e todos os membros do corpo, como órgãos da alma, feitos instrumentos da justiça para Deus. Rm 6.13; 1 Ts 4.4.

4. Esta obra de santificação nunca será aperfeiçoada nesta vida.

Diferentes partidos dos perfeicionistas mantêm que a perfeição é possível nesta vida, em diferentes sentidos.

Os pelagianos mantêm —

4.1. Que a lei de Deus diz respeito somente aos exercícios e ações voluntários, e não aos estados da alma.

4.2. Que a obrigação é sempre limitada pela capacidade — que a lei de Deus não pode exigir mais que seu sujeito é plenamente capaz de corresponder. Daí, à luz dos próprios limites da obrigação moral, segue-se que cada pessoa é sempre perfeitamente capaz de fazer tudo quanto se lhe requer. Por isso ela pode ser perfeita sempre que quiser.

Os arminianos e papistas perfeicionistas sustentam —

a. Que os homens nada podem fazer moralmente certo sem a graça divina; e

b. Que mesmo com essa graça ninguém é capaz perfeitamente de guardar a lei original adâmica de perfeição absoluta. Defendem, contudo, que Deus, em virtude dos méritos de Cristo, graciosamente reduziu as exigências da lei, no caso dos crentes, de perfeição absoluta para a fé e obediência evangélicas. Sustentam que é o privilégio e dever de todos os homens, nesta vida, alcançar o estado de amor perfeito e obediência sincera à *lei do evangelho*, ao que chamam perfeição graciosa ou cristã.

Os papistas fazem distinção entre transgressões voluntárias da lei conhecida e concupiscência, ou primeiros movimentos involuntários dos restos de corrupção no íntimo do regenerado. O último eles negam ser propriamente da natureza do pecado. John Wesley ensina o mesmo. *Methodist Doctrinal Tracts*, pp. 294-312.

Mas que a concupiscência, ou primeiros movimentos e tendências do desejo mau no coração dos regenerados provêm da natureza do pecado é distintamente afirmado em nossos Padrões. Confissão de Fé, cap. vi., § 5. Que isso é procedente, prova-se: —

a. Todos os homens julgam que o estado moral da alma que determina, ou tende a determinar, a ação má, é por si mesmo essencialmente mau, e deveras a real fonte do mal na ação.

b. Toda experiência cristã genuína envolve o mesmo juízo prático. O principal elemento em toda convicção genuína de pecado é, não simplesmente que os pensamentos, palavras e sentimentos são errados, mas que, pondo muito abaixo todos os exercícios e volições, a natureza é moralmente corrupta. É seu entorpecimento para com as coisas espirituais — cegueira, endurecimento, aversão por Deus — que é ele desajudado para mudar, que principalmente oprime o homem realmente convicto com o senso de pecado; e, em algum grau, a mesma convicção permanece até à morte.

c. É da essência da lei moral exigir ela tudo o que convém. Tudo, até mesmo a menor deficiência da medida total da excelência moral que convém, é da natureza do pecado. Portanto, nada menos que a absoluta conformidade com a lei adâmica de absoluta santidade é da natureza da perfeição impecável, ou deve chamá-lo por esse nome.

d. Todas as orações e hinos e literatura devocional dos wesleianos, bem como de outras igrejas evangélicas que professam certa espécie de perfeccionismo, reconhecem o pecado no cren-te. O Dr. Peck* admite que as operações da concupiscência, ou a persistente tendência espontânea para o mal, no coração do cristão perfeito, é uma ocasião para a auto-aversão e confissão de que necessitam de perdão e de constante aplicação do sangue expiador de Cristo. Concordamos com isso e mantemos, pois, que esses resíduos de corrupção em todos os cristãos provêm da natureza do pecado, e que, conseqüentemente, os cristãos, em quem persistem, não são perfeitos.

* *Christian Doctrine of Perfection*

e. Paulo expressamente chama a concupiscência de pecado: “eu não conheci o pecado senão pela lei; porque eu não conheceria a concupiscência, se a lei não dissesse: Não cobiçarás.” Rm 7.7. O pecado que habitava em Paulo operava nele contra sua vontade, e operava nele toda forma de concupiscência. Rm 7.14-25. E contudo essa tendência má, essa lei em seus membros, digladiando contra a lei de seu espírito, é expressamente chamada “pecado”; e em outras passagens ela é chamada o “velho homem”, o “corpo do pecado”. Cl 2.11; 3.9.

f. As biografias e testemunhos registrados de todos os santos da Escritura impossibilitam atribuir perfeição impecável a qualquer um deles. Paulo o repudia. Rm 7.14-25; Fp 3.12-14. João o repudia em sua própria pessoa e na pessoa de todos os cristãos. 1 Jo 1.8.

A palavra “perfeito” se aplica a alguns homens na Escritura, ou para caracterizar excelência comparativa, ou para asseverar genuína sinceridade na profissão ou serviço. As biografias inspiradas, porém, dos mesmos homens – tais como Davi, At 13.22; Noé, Gn 6.9; e Jó, Jó 1.1 – provam muito nitidamente que a perfeição tencionada não era impecável.

g. O perfeccionismo se põe conflito com a experiência e a observação universais do povo de Deus. A profissão pessoal dela deve geralmente ser julgada com base em séria suspeita de sanidade mental ou sinceridade moral do reivindicador.

5. Não obstante, à luz de um constante suprimento de força provindo do Espírito santificante de Cristo, o gracioso elemento na natureza dos crentes geralmente prevalece, e ele gradualmente avança em santidade até que seja aperfeiçoado na morte. Esta preciosa verdade se segue necessariamente do fato, já demonstrado, de que a santificação é uma obra da livre graça de Deus na execução de seus eternos propósitos salvíficos. Razão por que “temos por certo isto mesmo, que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao dia de Cristo Jesus” Fp 1.6. A certeza disso será examinada mais detidamente no capítulo xvii.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada neste capítulo?
2. Qual é a *segunda* proposição aqui ensinada?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Em que diferentes sentidos é o verbo “santificar” usado na Escritura?
7. Qual é a relação da obra de santificação com a de regeneração?
8. Quem é o autor da santificação?
9. Qual é o meio interno de santificação?
10. Quais são os meios externos de santificação?
11. Em que sentido é a santificação tanto um dever quanto uma graça?
12. Quais são os frutos da santificação?
13. Demonstre que a obra de santificação envolve a gradual “mortificação” do “velho homem”, tanto quanto o desenvolvimento das graças implantadas na regeneração.
14. Demonstre que a obra de santificação envolve uma mudança no estado íntimo permanente da alma, como a única fonte adequada da qual as ações santas podem proceder.
15. Prove que essa obra de santificação envolve todas as faculdades da alma.
16. Em que sentido se diz serem os corpos dos crentes santificados?
17. Qual é a doutrina pelagiana quanto à natureza e base daquela perfeição que é atingível nesta vida?
18. Qual é o ponto de vista arminiano e papista do mesmo tema?
19. Qual é o ponto de vista arminiano e papista quanto ao caráter moral da concupiscência?
20. O que é subentendido por concupiscência?
21. Qual é a doutrina de nossos Padrões sobre o tema?

22. Apresente as provas da verdade de nosso ponto de vista dos juízos comuns dos homens e da experiência religiosa.
23. Apresente a prova derivada de uma consideração da natureza essencial da virtude e da lei moral.
24. Faça o mesmo quanto à literatura devocional e admissões de arminianos evangélicos.
25. Faça o mesmo quanto às declarações da Escritura e das biografias de caracteres bíblicos.
26. Em que sentido é o epíteto “perfeito” aplicado aos homens nas Escrituras?
27. A que o perfeccionismo se opõe?
28. Qual é o resultado infalível dessa guerra entre a “lei nos membros” e a “lei da mente”?
29. Qual é a base dessa infalibilidade quanto ao resultado?

CAPÍTULO XIV

DA FÉ SALVÍFICA

Seção I. – A graça da fé, por meio da qual os eleitos são capacitados a crer para a salvação de suas almas,¹ é a obra do Espírito de Cristo em seus corações,² e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra,³ também por meio da qual, e pela administração dos sacramentos e da oração, ela se desenvolve e se fortalece.⁴

¹ Hb 10.39. ² 2 Co 4.13; Ef 1.17-19; 2.8. ³ Rm 10.14,17. ⁴ 1 Pe 2.2; At 20.32; Rm 4.11; Lc 17.5; Rm 1.16,17.

EXPOSIÇÃO

Fé, no sentido mais geral do termo, é o assentimento da mente quanto à verdade daquilo de que não temos uma cognição imediata; conhecimento é a percepção da verdade daquilo de que temos uma cognição imediata. Todavia a fé demanda e descansa sobre evidência de forma tão absoluta quanto o conhecimento. Ela não difere da razão como o racional difere do irracional, nem do conhecimento como a convicção daquilo que é provado difere da presunção daquilo que é improvado. A fé, como o próprio conhecimento, demanda evidência e difere em conformidade com a evidência em diferentes casos desde a mais simples probabilidade até à mais insofismável certeza. Temos conhecimento direto de que o livro que temos em nossas mãos preenche certa porção de espaço; temos fé de que o espaço ainda se estende sem limites para além da mais distante estrela telescópica. Um é o conhecimento e outra a fé, mas a fé é tão certa quanto o conhecimento. Conhecemos a existência e os atributos da cidade em que moramos; cremos na

existência e atributos da antiga Atenas ou da moderna Yeddo à luz do testemunho dos homens. Conhecemos as propriedades da natureza humana; cremos nas propriedades das pessoas da Trindade pelo testemunho de Deus. Em cada caso a fé é tão racional e tão certa quanto o conhecimento. A fé em suas multiformas é espontaneamente exercida por todos os homens. Os processos mais comuns do pensamento e da ação humana, individuais ou associados, seriam impossíveis sem ela. Quando baseada em legítima evidência, ela guia à segurança absoluta. Ela tem suas raízes na razão, à qual sempre, quando é legítima, se conforma. Mas ela atinge o que a razão não atinge, e eleva a mente à contemplação das verdades mais sublimes e enobrecedoras.

Fé religiosa, no sentido mais geral desse termo, é o assentimento da mente às verdades gerais da religião, tais como o ser e atributos de Deus, e as obrigações religiosas dos homens, tais como é comum a todas as religiões, verdadeiras ou falsas. Essa fé religiosa tem sua base em nossa comum natureza religiosa, enquanto que, por outro lado, a *fé salvífica*, que é o tema deste capítulo da Confissão, é aquele *discernimento espiritual da excelência e beleza da verdade divina, e aquele cordial amplexo e aceitação dela, os quais são operados em nossos corações pelo Espírito Santo*.

Desta fé salvífica afirma-se nesta seção: —

1. Que é operada em nossos corações pelo Espírito Santo.
2. Que é ordinariamente operada por meio da Palavra de Deus ou através da instrumentalidade da verdade divina.
3. Que é fortalecida pelo uso dos sacramentos e da oração.

1. Que a fé é a obra do Espírito Santo, já ficou provado sob o tópico da Vocação Eficaz. Em aditamento, pode argumentar-se —

1.1. Fé salvífica é um ato moral e tem seu fundamento na congenialidade do crente com a verdade. A incredulidade é sempre denunciada como pecado, e não como a consequência de debilidade intelectual. As Escrituras, incondicionalmente, exigem fé instantânea, tanto do ignorante quanto do inteligente.

1.2. Por natureza, os homens são espiritualmente cegos, incapazes de discernir as coisas espirituais. 1 Co 2.14; 2 Co 4.4. Essa forma de apreensão espiritual, que é um elemento essencial na fé salvífica, é operada na alma pelo Espírito Santo.

1.3. Os homens crêem porque são instruídos por Deus (Jo 6.44,45), quando são iluminados para discernir as coisas do Espírito. At 8.48; 2 Co 4.6; Ef 1.17,18. A fé é dom de Deus. Ef 2.8.

2. Que a fé é ordinariamente operada pelo Espírito através do ministério da Palavra, é óbvio —

2.1. À luz da asserção direta da Escritura: “Como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão sem um mensageiro? Assim, pois, a fé vem pelo ouvir, e o ouvir pela Palavra de Deus.” Rm 10.12-17.

2.2. A pregação do evangelho é o meio pelo qual sua verdade é mais eficazmente levada para confirmar os corações e consciências dos homens. Fé é o ato da alma regenerada e, como já vimos (cap. x., §§ 1, 2 e 4), o Espírito usa a verdade revelada de Deus como instrumento na regeneração e santificação, e os adultos ajuizados nunca experimentam os benefícios da salvação de Cristo, se são destituídos de seguro conhecimento de sua pessoa e obra.

3. Vimos supra, no capítulo xiii., que a santificação é uma obra progressiva do Espírito Santo, e que o meio interior pelo qual ela se desenvolve é a fé, e os meios externos são a verdade, a oração, os sacramentos e a graciosa disciplina da providência divina. Tudo quanto tende a promover a santificação deve promover a energia da fé, que é sua principal raiz. Portanto, a fé deve ser nutrida pela verdade, pela oração, pelos sacramentos e por cada meio de graça.

Seção II. — Por esta fé o cristão, segundo a autoridade do próprio Deus falando em sua Palavra, crê ser verdadeiro tudo quando está revelado nela;⁵ e age de conformidade com o que cada passagem especificamente contém; prestando obediência aos mandamentos,⁶ tremendo ante suas ameaças⁷ e abraçando as promessas de Deus para esta vida e a vida por vir.⁸ Os princi-

pais atos da fé salvífica, porém, são: aceitar, receber e descansar unicamente em Cristo para a justificação, a santificação e a vida eterna, em virtude do pacto da graça.⁹

⁵ Jo 4.42; 1 Ts 2.13; 1 Jo 5.10; At 24.14. ⁶ Rm 16.26. ⁷ Is 66.2. ⁸ Hb 11.13; 1 Tm 4.8. ⁹ Jo 1.12; At 16.31; Gl 2.20; At 15.11.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina: —

1. Que a fé salvífica repousa na verdade do testemunho de Deus falando em sua Palavra.

2. Que ela considera como seu objeto todo o conteúdo da Palavra de Deus, sem exceção.

3. Que o estado complexo da mente a que o epíteto “fé” se aplica na Escritura varia segundo a natureza de passagem específica da Palavra de Deus que é seu objeto.

4. Que o ato específico da fé salvífica, o qual nos une a Cristo e é a única condição ou instrumento da justificação, envolve dois elementos:

4.1. Assentimento ao que as Escrituras nos revelam concernente à pessoa, ofícios e obra de Cristo; e

4.2. Dependência ou confiança implícita na salvação completa.

1. A fé salvífica repousa na verdade do testemunho de Deus falando em sua Palavra. As Escrituras do Velho e do Novo Testamentos, sendo dadas por inspiração, são, no mais estrito e no mais direto sentido, a Palavra de Deus para nós. São absolutamente divinas, quanto à sua infalível verdade e quanto à sua suprema autoridade. Quando Cristo veio à terra, ele baseou suas reivindicações de ser o Messias no testemunho dado pelo Pai sobre ele. Jo 5.31-37. “Mas aquele que aceitar seu testemunho [de Cristo], esse confirma que Deus é verdadeiro.” Jo 3.33. “Quem crê no Filho de Deus, esse mesmo tem o testemunho; aquele que não crê em Deus, o faz mentiroso; porquanto não crê no testemunho que Deus dá de

seu Filho.” 1 Jo 5.10. “Este é o testemunho de Deus, o qual ele tem testificado de seu Filho.” 1 Jo 5.9. Ao evangelho que Paulo anunciou aos coríntios ele chama “o testemunho de Deus”. 1 Co 2.1. Deus corroborou as verdades da proclamação apostólica, “dando-lhe testemunho tanto com sinais quanto com prodígios” etc. Hb 2.4. O Espírito Santo dá testemunho direto à alma do crente. Rm 8.16; Hb 10.15.

2. A fé salvífica recebe como verdadeiro todo o conteúdo da Palavra de Deus, sem exceção. Depois de havermos estabelecido as questões preliminares sobre quais são os livros pertencentes ao cânon inspirado da Escritura, e sobre qual é o texto original desses livros, então tudo deve ser recebido como igualmente a Palavra de Deus, e em todas as suas partes deve ser recebido com fé equivalente. A mesma iluminação do entendimento e renovação das inclinações que lançam o fundamento para a fé ativa da alma, em qualquer parte do testemunho de Deus, lança o mesmo fundamento para sua fé ativa em todas as outras partes. Toda a Palavra de Deus, pois, até onde pode ser conhecida individualmente, com a exclusão de todas as tradições, doutrinas humanas ou pretendidas revelações privativas, é o objeto da fé salvífica.

3. O estado complexo da mente ao qual se aplica o epíteto “fé” na Escritura, varia com a natureza de cada passagem particular da Palavra de Deus que é seu objeto. A condição comum que é a razão da aplicação do mesmo termo a todos esses vários estados da mente é cordial, efetuando o assentimento à verdade apresentada. Mas o estado de mente que efetua plenamente a veracidade de uma ameaça deve, em algum aspecto, ser diferente daquele que efetua a veracidade de uma promessa. A realização da veracidade da glória de Deus quando brilha na face de Jesus Cristo não pode ser a mesma experiência, em todos os aspectos, que o reconhecimento crente de um dever ou da veracidade de um fato da história.

Foi amplamente polemizado entre romanistas e protestantes se a fé salvífica incluía ou não a confiança. A resposta genuína consiste em que a confiança é um elemento integrante e inseparável de

cada ato da fé salvífica, no qual a confiança é apropriada à natureza do objeto crido. É óbvio que muitas das proposições da Escritura não são os objetos distintivos da confiança. Em todos esses casos, a fé inclui reconhecimento, assentimento, aquiescência, submissão, segundo o caso. Mas em todos os casos nos quais a natureza da verdade crida se torna o exercício da confiança legítima, e especialmente naquele ato específico da fé salvífica chamada fé justificadora, a qual une a Cristo e é a raiz e o órgão de toda a vida espiritual, a confiança é indubitavelmente um elemento da própria essência daquele estado de mente chamado fé na Escritura. Isso será provado sob o próximo tópico.

4. Que o ato específico da fé salvífica, o qual une a Cristo e é a condição e instrumento únicos da justificação, envolve dois elementos essenciais: —

4.1. Assentimento a tudo quanto a Escritura nos revela quanto à pessoa, ofícios e obras de Cristo.

4.1.1. As Escrituras expressamente afirmam que somos justificados por essa fé da qual Cristo é o objeto. Rm 3.22,25; Gl 2.16; Fp 3.9.

4.1.2. Rejeitar a Cristo, segundo a Escritura, é a base da reprobção. Jo 3.18,19; 8.24. O assentimento inclui, ao mesmo tempo, um reconhecimento intelectual e um amplexo cordial do objeto. É um ato do homem todo — intelecto, emoção e vontade — abraçando a verdade. Esse ato especial de fé em Cristo, o qual assegura a salvação, é constantemente parafraseado por expressões tais como “vir a Cristo”, Jo 6.35; “olhando para ele”, Is 45.22; “recebendo-o”, Jo 1.12; “fugindo para ele como refúgio”, Hb 6.18 — tudo quanto envolve um assentimento ativo e um amplexo cordial, tanto quanto um reconhecimento intelectual da verdade.

4.2. O segundo elemento incluso nesse ato de fé que salva a alma é a confiança ou fé implícita em Cristo, e exclusivamente em Cristo, para tudo quanto é envolvido numa salvação completa.

4.2.1. A única condição de salvação exigida nas Escrituras é que devemos “crer *em*” ou “crer *a*” Cristo Jesus. E a salvação é prometida absoluta e infalivelmente se esse mandamento é obedecido. Jo 7.38; At 10.43; 16.31; Gl 2.16. Crer *em* ou *a* uma pessoa implica tanto confiança quanto crédito.

4.2.2. É-nos constantemente afirmado que somos salvos “pela fé *em* Cristo” ou “pela fé *a* Cristo”. At 26.18; Gl 3.26; 2 Tm 3.15. “Fé é a *substância* das coisas esperadas”. Hb 11.1. A confiança repousa sobre o *fundamento* no qual se baseia a expectativa. A esperança estende a mão para o *objeto* no qual deseja e satisfaz a expectativa. A esperança, pois, repousa na confiança, e a confiança gera a esperança, e a fé deve incluir confiança a fim de comunicar realidade ou substância às coisas esperadas.

4.2.3. O mesmo se prova pelo que se diz ser os efeitos ou frutos da fé. Pela fé diz-se ser o cristão “persuadido das promessas”; “obté-las”; “abraçá-las”; “subjugar reinos”; “operar a justiça”; “fechar a boca de leões”. Hb 11. Tudo isso claramente pressupõe que a fé não é uma mera convicção intelectual acerca da veracidade das verdades reveladas nas Escrituras, senão que inclui um amplexo sincero e um assentimento confiante de Cristo, sua obra meritória e suas graciosas promessas.

Seção III. – Esta fé é de diferentes graus: é fraca ou forte;¹⁰ pode ser muitas vezes e de diversas formas assaltada e enfraquecida, mas que logra vitória;¹¹ desenvolvendo-se em muitos até atingir uma plena segurança através de Cristo,¹² que é tanto o autor quanto o consumidor de nossa fé.¹³

¹⁰ Hb 5.13,14; Rm 4.19,20; Mt 6.30; 8.10. ¹¹ Lc 22.31,32; Ef 6.16; 1 Jo 5.4,5. ¹² Hb 6.11,12; 10.22; Cl 2.2. ¹³ Hb 12.2.

EXPOSIÇÃO

Nesta seção afirma-se: —

1. Que esta fé, ainda que quanto à sua essência é sempre a mesma, freqüentemente difere em graus em diferentes pessoas, e na mesma pessoa em diferentes épocas.

2. Que ela se expõe a muitos inimigos e pode ser muitas vezes e de diversas formas assaltada e enfraquecida, mas que, através da divina graça, no fim sempre logra vitória.

3. Que em muitos ela se desenvolve até à medida de uma plena certeza através de Cristo.

Visto que todos os pontos formulados nesta seção serão apresentados novamente e examinados extensamente no capítulo xviii., “Da Certeza da Graça e da Salvação”, ali defenderemos o que dissemos aqui sobre o tema até chegarmos a esse espaço.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o sentido mais geral do termo “fé”?
2. O que é conhecimento, e como ele difere da fé?
3. Prove que a fé não é irracional, e que ela repousa sobre evidência apropriada.
4. Demonstre que a fé é exercida por todos os homens, e que seu exercício é necessário ao pensamento humano e à vida social.
5. O que é fé religiosa?
6. O que é “fé salvífica”, e como ela difere da primeira?
7. Apresente a *primeira* verdade asseverada da fé salvífica nesta seção.
8. Apresente a *segunda* verdade asseverada.
9. Apresente a *terceira*.
10. Prove que a fé salvífica é a obra do Espírito Santo.
11. Prove que ela é ordinariamente operada pelo Espírito através do ministério da Palavra.
12. Prove que ela continua a crescer e é fortalecida pelo uso dos sacramentos e da oração.
13. Qual é a *primeira* verdade da fé salvífica ensinada na terceira seção?
14. Qual é a *segunda* verdade ensinada?

15. Qual a *terceira*?
16. Qual a *quarta*?
17. Prove que a fé salvífica repousa na veracidade do testemunho que Deus dá em sua Palavra.
18. Prove que a fé salvífica recebe todo o conteúdo da Palavra de Deus, sem exceção.
19. Prove que o complexo estado da mente ao qual o termo “fé” se aplica nas Escrituras varia em alguns de seus elementos com a natureza da passagem específica da Palavra de Deus que é seu objeto.
20. É a verdade um elemento integrante da fé salvífica?
21. Qual é o objeto desse ato especial de fé salvífica que é o único instrumento da justificação, e portanto a única condição de salvação?
22. Qual é o *primeiro* elemento que a fé especial sempre inclui?
23. Qual é o *segundo* elemento que ela sempre contém?
24. Prove que ela essencialmente envolve assentimento.
25. Prove que ela essencialmente envolve confiança.
26. Que relação a fé, a esperança e a confiança mutuamente sustentam umas com as outras?
27. Qual é a *primeira* verdade da fé salvífica ensinada na terceira seção?
28. Qual é a *segunda* ensinada?
29. Qual é a *terceira* ensinada?

CAPÍTULO XV

DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

Seção I. – Arrependimento para a vida é uma graça evangélica,¹ doutrina esta que deve ser proclamada por todo ministro do evangelho, tanto quanto a da fé em Cristo.²

Seção II. – Por ele um pecador, movido pelo que vê e sente, não só diante do perigo, mas também diante da imundícia e odiosidade de seus pecados, como sendo contrários à santa natureza e à justa lei de Deus, e na apreensão de sua misericórdia em Cristo destinada aos que são penitentes, de tal maneira se entristece e odeia seus pecados que, deixando-os, se volta para Deus,³ propondo-se e diligenciando-se por andar com ele em todas as veredas de seus mandamentos.⁴

¹ Zc 12.10; At 11.18. ² Lc 24.47; Mc 1.15; At 20.21. ³ Ez 18.30,31; 36.31; Is 30.22; Sl 51.4; Jr 31.18,19; Jl 2.12,13; Am 5.15; Sl 119.128; 2 Co 7.11. ⁴ Sl 119.6,59,106; Lc 1.6; 2 Rs 23.25.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes verdades: –

1. Que, quanto aos *fundamentos*, o genuíno arrependimento evangélico, por parte do pecador, descansa —

1.1. Num genuíno senso de culpa, corrupção e poder de sua pecaminosidade pessoal, e de seus próprios feitos pecaminosos; e

1.2. Numa genuína apreensão da misericórdia de Deus em Cristo.

2. Que, quanto à *essência*, o arrependimento consiste —

2.1. Numa genuína aversão ao pecado e pesar por seus pecados pessoais;

2.2. Numa conversão real de todos eles para Deus;

2.3. Num sincero propósito e persistente diligência de andar com Deus na vereda de seus mandamentos.

3. Que, assim definido, esse genuíno arrependimento é uma graça evangélica, como a fé, graciosamente comunicada a nós por Deus por amor a Cristo, tanto quanto um dever a nós imposta.

4. Ele deve ser, portanto, diligentemente proclamado do púlpito por todo ministro do evangelho.

1. Os fundamentos do arrependimento são —

1.1. Um genuíno senso do pecado. A iluminação espiritual e a renovação das inclinações que são afetadas na regeneração levam o crente a perceber e apreciar a santidade de Deus como revelada igualmente na lei e no evangelho (Rm 3.20; Jó 43.5,6); e nessa luz ver e sentir a excessiva gravidade de todo pecado e a absoluta pecaminosidade de sua própria natureza e conduta. Esse sentido de pecado corresponde precisamente aos fatos reais do caso, e o homem se apercebe de quão justo é Deus, como sempre o foi. Arrependimento inclui —

1.1.1. Consciência de culpa; isto é, expondo a punição merecida, como sendo oposta à justiça de Deus. Sl 51.4,9.

1.1.2. Consciência de corrupção, como sendo oposta à santidade de Deus. Sl 51.5,7,10.

1.1.3. Consciência de desamparo. Sl 51.11; 114.21,22.

As bases do arrependimento são —

1.2. A luminosa apreensão da misericórdia de Deus em Cristo. Isso se faz necessário para o genuíno arrependimento —

1.2.1. Porque a consciência debilitada ecoa a lei de Deus e não pode ser apaziguada por nenhuma outra propiciação senão por aquela exigida pela própria justiça divina; e até que isso seja feito numa confiante aplicação dos méritos de Cristo, ou a indiferença entorpecerá ou o remorso atormentará sua alma.

1.2.2. Porque fora de Cristo Deus é “fogo consumidor”, e o medo inextinguível de sua ira repele a alma. Dt 4.24; Hb 12.29.

1.2.3. O senso da espantosa bondade de Deus, aos nossos olhos, na dádiva de seu Filho, e de nossa ingrata retribuição a ela, é o mais poderoso meio de conduzir a alma ao genuíno arrependimento do pecado quando cometido contra Deus. Sl 51.4.

1.2.4. Isso se pode provar pelos exemplos de arrependimento registrados na Escritura (Sl 51.1; 130.4) e pela experiência universal dos cristãos nos tempos atuais.

2. Quanto à sua essência, o genuíno arrependimento consiste

2.1. Numa sincera aversão ao pecado e no pesar pelo nosso pecado pessoal (Sl 119.128,136). O pecado é visto como sendo excessivamente grave à luz da santidade divina, da lei de Deus e especialmente da cruz de Cristo. Quanto mais vemos de Deus na face de Cristo, mais nos abominamos e nos arrependemos no pó e na cinza. Jó 42.5,6; Ez 36.31. “Porque a tristeza segundo Deus opera arrependimento para a salvação.” 2 Co 7.10. “pois o que vem pela lei é o pleno conhecimento do pecado.” Rm 3.20. E, assim, “a lei se tornou nosso aio, para nos conduzir a Cristo.” Gl 3.24.

A essência do arrependimento consiste —

2.2. Em nossa real conversão de todo pecado para Deus. Esse é aquele retorno prático ou “conversão” do pecado para Deus, que é a instantânea e necessária consequência da regeneração. É um voluntário abandono do pecado como mau e odioso, com sincera tristeza, humilhação e confissão; e um retorno para Deus como nosso Pai reconciliado, no exercício da fé implícita nos méritos e assistente graça de Cristo. Isso é caracterizado pelo significado do

termo grego usado pelo Espírito Santo para expressar a idéia de arrependimento — isto é, “uma mudança de mente”, incluindo, evidentemente, uma mudança de pensamento, sentimento e propósito, correspondendo ao nosso novo caráter como filhos de Deus. Se em tal atitude houver sinceridade, naturalmente seremos guiados ao elemento do arrependimento prático, isto é,

2.3. Um sincero propósito de, e um perseverante esforço para, nova obediência. At 26.20.

À luz dessas características, pode notar-se que arrependimento para a vida só pode ser exercido por uma alma depois e em consequência de sua regeneração efetuada pelo Espírito Santo. Deus regenera; e nós, no exercício da nova e graciosa capacidade assim comunicada, nos arrependemos. Arrependimento e conversão, portanto, são termos aplicados às vezes à mesma experiência graciosa. O uso bíblico dos dois termos difere em dois aspectos: —

2.3.1. Conversão é o termo mais geral, incluindo todas as diversas experiências envolvidas no início da vida divina em nós. Ela enfatiza especialmente aquela experiência como *um volver-se para Deus*. Arrependimento é mais específico, dando proeminência à obra da lei na consciência, e enfatizando especialmente as experiências que tratam o novo nascimento como sendo *um volver-se do pecado*.

2.3.2. Conversão é geralmente usada para designar somente as primeiras ações da nova natureza no início da vida religiosa, ou os primeiros passos de um retorno para Deus depois de uma notável recaída (Lc 22.32); enquanto que arrependimento é uma experiência diária do cristão enquanto prossegue a luta contra o pecado em seu coração e vida. Sl 19.12,13; Lc 9.23; Gl 6.14; 5.24.

Há um falso arrependimento experimentado antes da regeneração por aqueles que nunca são regenerados, o qual surge simplesmente das operações comuns da verdade e do Espírito na consciência natural, incitando simplesmente certo senso de culpa e corrupção, não levando nem à aversão pelo pecado nem à apreensão

são da misericórdia de Deus em Cristo, nem ao retorno prático do pecado para Deus. A legitimidade do genuíno arrependimento prova-se —

a. Em ser ele perfeitamente conformado aos requerimentos e ensinamentos da Escritura, e

b. Por seus frutos. Se é genuíno, infalivelmente emana da regeneração e guia à vida eterna.

3. Quando assim definido, o arrependimento é, como a fé, uma graça evangélica a nós comunicada em virtude de Cristo, bem como um dever a nós imposto. O que se diz aqui do arrependimento é igualmente verdadeiro de cada experiência característica do sujeito da regeneração e da santificação. Cristo é a videira; nós somos os ramos. Somos também livres; agentes responsáveis. Cada dever cristão, portanto, é uma graça; pois sem ele não podemos fazer nada. Jo 15.5. E igualmente cada graça cristã é um dever; porque a graça nos é comunicada para ser exercida, e ela só encontra seu genuíno resultado e expressão no dever.

Que ele, portanto, é um dom de Deus, é óbvio —

3.1. À luz de sua natureza. Ele envolve verdadeira convicção de pecado; uma santa aversão ao pecado; fé no Senhor Jesus e sua obra, fé esta que é um dom de Deus. Gl 5.22; Ef 2.8.

3.2. É diretamente afirmado na Escritura. Zc 12.10; At 5.31; 11.18; 2 Tm 2.25.

4. Que deve ser diligentemente proclamado por todo ministro do evangelho é

4.1. Auto-evidente à luz da natureza essencial do dever.

4.2. Porque tal proclamação foi incluída na comissão que Cristo deu aos apóstolos. Lc 24.47,48.

4.3. Em virtude do exemplo dos apóstolos. At 20.21.

Seção III. – Ainda que o arrependimento não deva apoiar-se em alguma sorte de satisfação ou ser a causa do perdão,⁵ o qual é um ato da livre graça de Deus em Cristo,⁶ contudo ele é de tal necessidade a todos os pecadores, que ninguém deve esperar o perdão sem ele.⁷

Seção IV. – Como não há pecado tão pequeno que não mereça condenação,⁸ também não há pecado tão grande que traga condenação àqueles que realmente se arrependem.⁹

Seção V. – Os homens não devem contentar-se com um arrependimento geral, senão que é o dever de cada um esforçar-se por arrepender-se de seus pecados particularmente específicos.¹⁰

⁵ Ez 36.31,32; 16.61-63. ⁶ Os 14.2,4; Rm 3.24; Ef 1.7. ⁷ Lc 13.3,5; At 17.30,31. ⁸ Rm 6.23; 5.12; Mt 12.36. ⁹ Is 4.7; Rm 7.1; Is 1.16,18. ¹⁰ Sl 19.13; Lc 19.8; 1 Tm 1.13,15.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: —

1. Que o arrependimento não deve apoiar-se em alguma sorte de satisfação pelo pecado, ou ser a causa do perdão.
2. Que, não obstante, ele é de tal necessidade que se torna inseparável do perdão, de modo que quem não se arrepende também não é perdoado.
3. Que, enquanto o menor pecado merece condenação, a mesma graça de Cristo que produz o arrependimento é suficiente para extinguir a culpa do maior pecado.
4. Que, como os homens precisam arrepender-se de sua inerente disposição pecaminosa e a pecaminosidade geral de suas vidas, também precisam arrepender-se de cada pecado específico que lhes seja notório.

1. O arrependimento não deve apoiar-se em qualquer satisfação pelo pecado nem ser a causa do perdão. Isso diretamente contradiz a opinião dos socinianos, os advogados da teoria da influência moral

da expiação, bem como dos racionalistas em geral, que defendem que o arrependimento do pecador é a única satisfação que a lei requer, e portanto a única condição que Deus exige como pré-requisito para o pleno perdão e restauração ao favor divino.

Também contradiz a doutrina romanista da penitência. Os romanistas distinguem a penitência —

1.1. Como sendo uma virtude, que é interna, incluindo a tristeza pelo pecado e um volver-se do pecado para Deus.

1.2. Como um sacramento, que é a expressão externa do estado interno. Esse sacramento consiste de

1.2.1. *Contrição* — isto é, tristeza e aversão pelos pecados pregressos, com o propósito de não mais pecar;

1.2.2. *Confissão* ou auto-acusação a um sacerdote que detém a jurisdição e o poder das chaves;

1.2.3. *Satisfação* ou alguma obra penosa, imposta pelo sacerdote e cumprida pelo penitente com o fim de satisfazer a justiça divina pelos pecados cometidos;

1.2.4. *Absolução*, pronunciada judicialmente por um sacerdote, e não só declarativamente. Sustentam que o elemento de satisfação incluso nesse sacramento faz uma satisfação real pelo pecado e é uma eficiente causa de perdão, absolutamente essencial — o único meio pelo qual o perdão dos pecados cometidos depois do batismo pode ser assegurado. Catecismo Romano, part. II., cap. v., questões 12 e 13.

Que o arrependimento não é a causa do perdão de pecado, prova-se por tudo o que as Escrituras nos ensinam —

a. Quanto à justiça de Deus, a qual inexoravelmente exige a punição de cada pecado;

b. Quanto à necessidade de satisfação devida à lei e à justiça de Deus pela obediência e sofrimento de Cristo;

c. Quanto ao fato de que ele deu uma perfeita satisfação em favor de todos por quem morreu;

d. Quanto à impossibilidade de assegurar qualquer justificação do homem por obras de qualquer gênero; e

e. Quanto ao fato de que o crente é justificado unicamente com base na justiça de Cristo, a ele imputada e recebida somente pela fé. Todos esses pontos já foram discutidos sob seus devidos tópicos; e é mais que suficiente provar —

(1.) Que o perdão está inteiramente garantido numa base diferente;

(2.) Que a penitência externa do romanista é uma impertinente tentativa de suplementar a perfeita satisfação de Cristo; e

(3.) Que o arrependimento interno, quando genuíno, é por si mesmo um gracioso dom de Deus, sem mérito intrínseco, e de valor só porque ele emana da aplicação da graça de Cristo à alma, e guia a alma à aplicação da graça de Cristo.

2. Não obstante, o arrependimento é de tal necessidade, a todos os pecadores, que ninguém pode esperar perdão sem ele. Isso é evidente —

2.1. Porque a dádiva do perdão a um pecador não arrependido seria com efeito a sanção de seu pecado, confirmando-o em seu estado pecaminoso e encorajando, dessa maneira, a outros. Ainda que a Escritura e o senso moral dos homens ensinem que o arrependimento não é adequada satisfação para o pecado, nem um equivalente para a penalidade, como precisa e claramente ensina que seria inconsistente em todo sentido com a boa moral perdoar uma pessoa que nutre um espírito não quebrantado.

2.2. O arrependimento é a seqüência natural e instantânea da graça da regeneração. Ele também envolve um elemento de fé em Cristo; e que a fé é, como já vimos, o instrumento da justificação. Aquele que se arrepende, também crê. Aquele que não se arrepende, também não crê. Aquele que não crê, também não é justificado. A regeneração e a justificação nunca se separam.

2.3. O propósito da obra de Cristo é “salvar seu povo *dos* pecados dele.” Mt 1.21. Ele os liberta da culpa de seus pecados mediante o perdão, e os apresenta isentos do poder de seus pecados através do arrependimento. “Sim, Deus, com sua destra, o elevou a Príncipe e Salvador, para dar a Israel o arrependimento e remissão de pecados.” At 5.31.

2.4. O arrependimento, como a fé, é um dever tanto quanto uma graça, e os ministros são concitados a proclamá-lo como essencial ao perdão. Lc 24.47; At 20.21.

3. Que o menor pecado merece castigo, é óbvio. A lei moral é moral em cada elemento, e é da essência daquilo que é moral ser ele obrigatório, e que sua violação é merecedora de reprovação. Daí, “quem quer que guarde toda a lei, e contudo ofende um só ponto, é culpado de todos.” Tg 2.10. Que não há pecado tão grande que não possa reprimir a condenação sobre aqueles que realmente se arrependem, é também evidente, porque o genuíno arrependimento, como já vimos, é o fruto da regeneração, e ninguém é regenerado sem ser também justificado. Além disso, o genuíno arrependimento inclui fé, e a fé une a Cristo e assegura a imputação de sua justiça, e a justiça de Cristo naturalmente cancela todo pecado possível. Rm 8.1; 5.20.

4. Que os homens não só devem arrepender-se, de um modo geral, da corrupção de seus corações e pecaminosidade de suas vidas, mas também de cada ação pecaminosa específica, de que sejam cônscios, e que quando possível devem emendar-se do erro cometido por suas ações, é igualmente um ditame da consciência natural e da Escritura. Lc 19.8; 1 Jo 1.9. Ninguém tem direito algum de presumir que odeia o pecado em termos gerais a menos que na prática odeie cada pecado específico; e ninguém tem direito algum de presumir que sente tristeza por seu pecado pessoal, em geral, e está pronto a renunciá-lo, a menos que esteja cônscio de, na prática, renunciar e se amargar por cada pecado específico em que cai.

Seção VI. – Como cada pessoa é obrigada a fazer a Deus confissão privativa de seus pecados, orando pelo perdão dos mesmos;¹¹ e, abandonando-os, achará misericórdia;¹² assim também, aquele que escandaliza seu irmão, ou a Igreja de Cristo, deve estar disposto, através de confissão e demonstração de tristeza, privativas ou públicas, declarar seu arrependimento aos que são ofendidos;¹³ isso feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.¹⁴

¹¹ Sl 51.4,5,7,9,14; 32.5,6. ¹² Pv 28.13; 1 Jo 1.9. ¹³ Tg 5.16; Lc 17.3,4; Js 7.19; Sl 51. ¹⁴ 2 Co 2.8.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina: —

1. Que cada homem deve fazer a Deus confissão privativa de todos os seus pecados, e que Deus certamente o perdoa quando sua dor e a renúncia de seus pecados são sinceras. Tudo isso está incluso no que já ficou expresso quanto à natureza e efeitos do genuíno arrependimento, e é expressamente declarado na Escritura: “Se confessarmos nossos pecados, ele [Deus] é fiel e justo para perdoar nossos pecados e nos purificar de toda injustiça.” 1 Jo 1.9.

2. Que quando um cristão tem pessoalmente injuriado a um irmão, ou escandalizado, por sua conduta anticristã, a Igreja de Cristo, o mesmo deve estar pronto, por meio de confissão pública ou privativa, conforme o caso, declarar seu arrependimento aos que são ofendidos, é também ditame igualmente da razão natural e da Escritura. Se porventura erramos, estamos na posição de alguém que mantém um erro até que, mediante um expresso arrependimento e, até onde possível, reparação do erro, nos colocamos do lado certo. O malfeitor é obviamente um devedor à pessoa a quem injuriou, e deve fazer cada restituição possível aos sentimentos e interesses dela; e o mesmo princípio continua sendo verdadeiro em relação aos interesses gerais da comunidade cristã. O dever é expressamente ordenado na Escritura. Mt 5.23,24; Tg 5.16; Mt 18.15-18.

3. Que é o dever dos irmãos ou da Igreja, quando ofendidos, perdoar a parte ofensora e restaurá-la plenamente ao favor com base em seu arrependimento, é também um ditame da consciência natural e da Escritura. Todos os homens honrados se sentem obrigados a agir com base neste princípio. O cristão está, além de tudo, sob a obrigação de perdoar outros ante as infinitas obrigações de seu próprio Senhor, que não só nos perdoa com base no arrependimento, mas também morreu para redimir-nos enquanto éramos impenitentes. Quanto aos escândalos públicos, a Igreja é obrigada a perdoá-los da mesma forma como o Senhor procedeu. Visto que o arrependimento genuíno é dom de Cristo, seu evidente exercício é uma indubitável indicação de que a pessoa, exercendo-o, é perdoada por Cristo e é um irmão cristão. Lc 17.3,4; 2 Co 2.7,8; Mt 6.12.

A Igreja de Roma ensina que, como elemento de penitência e evidência de genuíno arrependimento, o cristão deve confessar todos os seus pecados sem reserva, em todos os seus detalhes e circunstâncias qualificadas, a um sacerdote que mantém jurisdição; e que, se algum pecado mortal ficar sem ser confessado, o mesmo não é perdoado; e se a omissão for voluntária, é sacrilégio e incorre-se em maior culpa. Cat. Rom., parte ii., cap. v., questões 33,34,42. E mantêm ainda que o sacerdote absolve judicialmente, não só declarativamente, de todas as conseqüências penais dos pecados confessados, mediante a autoridade de Jesus Cristo.

Tal coisa é uma óbvia perversão do mandamento bíblico relativo à confissão. Somos simplesmente intimados a confessar nossos erros uns aos outros. Não há na Bíblia uma palavra sequer dita sobre confissão a um sacerdote. O crente, ao contrário, tem imediato acesso à presença de Cristo, e a Deus através de Cristo (1 Tm 2.5; Jo 14.6; 5.30; Mt 11.28), e lhe é ordenado que confesse seus pecados imediatamente a Deus. 1 Jo 1.9. Nenhuma função sacerdotal jamais foi atribuída ao ministro cristão no Novo Testamento. O poder de perdão absoluto de pecado pertence exclusivamente a Deus (Mt 9.2-6), é incomunicável em sua natureza e jamais foi

concedido a qualquer classe de homens como matéria de fato. A autoridade de ligar ou desligar, que Cristo confiou à sua Igreja, foi entendida pelos apóstolos, como é evidente de sua prática, como simplesmente comunicando o poder de declarar as condições sobre as quais Deus perdoa pecado; e, em consonância com essa declaração, de admitir ou de excluir os homens da participação das ordenanças.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* verdade ensinada na primeira e segunda seções?
2. Qual é a *segunda* ensinada?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. O que um verdadeiro sentido de pecado inclui?
6. Demonstre que isso leva ao arrependimento.
7. Demonstre que uma apreensão da misericórdia de Deus em Cristo é necessária para conduzir ao verdadeiro arrependimento.
8. Quais os três elementos que entram no arrependimento genuíno?
9. Mostre que ele inclui sincera aversão ao pecado e tristeza por nosso pecado pessoal.
10. Mostre que ele inclui uma real volta de todo pecado para Deus.
11. Mostre que ele inclui um sincero propósito de uma nova obediência e de um perseverante esforço nesse sentido.
12. Que distinção é mantida no uso das palavras “conversão” e “arrependimento” na Escritura?
13. Qual é o falso arrependimento e como um genuíno arrependimento pode ser discriminado dele?
14. O que está implícito quando se afirma que cada dever cristão é uma graça cristã?
15. Prove que arrependimento é uma graça evangélica.

16. Por que deve ele ser diligentemente proclamado?
17. Que duas proposições são ensinadas na seção iii.?
18. O que é ensinado na seção iv.?
19. E na seção v.?
20. Qual é a doutrina sociniana ou racionalista quanto à relação de arrependimento com o perdão?
21. Qual é a doutrina romanista da penitência?
22. De que três elementos eles ensinam em que consiste a penitência externa?
23. Prove que o arrependimento não é a causa do perdão de pecado.
24. Prove que ninguém jamais foi perdoado sem arrependimento.
25. Prove que o menor pecado merece condenação.
26. Prove que nenhum pecado garantirá condenação no caso do verdadeiro penitente.
27. Prove que os homens devem arrepender-se de suas ações pecaminosas específicas, bem como de sua pecaminosidade em geral.
28. Qual é o *primeiro* ponto afirmado na sexta seção?
29. Qual é o *segundo* ponto afirmado ali?
30. Qual é o *terceiro* ponto afirmado ali?
31. O que a Igreja de Roma ensina quanto à confissão de pecados?
32. O que ela ensina quanto à absolvição de pecado?
33. Prove que ela está errada quanto à sua doutrina da confissão.
34. Prove que ela está errada quanto à absolvição sacerdotal.

CAPÍTULO XVI

DAS BOAS OBRAS

Seção I. – Boas obras são só aquelas que Deus ordenou em sua santa Palavra,¹ e não aquelas que, sem a autorização dela, são inventadas pelos homens que, movidos por um zelo cego, nutrem alguma pretensão de boa intenção.²

Seção II. – Essas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e evidências de uma fé viva e verdadeira;³ por elas os crentes manifestam sua gratidão,⁴ fortalecem sua certeza,⁵ edificam seus irmãos,⁶ adornam a profissão do evangelho,⁷ fecham a boca dos adversários⁸ e glorificam a Deus,⁹ de cuja feitura somos, criados em Cristo Jesus para isso mesmo,¹⁰ a fim de que, tendo seu fruto para a santidade, tenham no final a vida eterna.¹¹

¹ Mq 6.8; Rm 12.2; Hb 13.21. ² Mt 15.9; Is 29.13; 1 Pe 1.18; Rm 10.2; Jo 16.2; 1 Sm 15.21-23. ³ Tg 2.18,22. ⁴ Sl 116.12,13; 1 Pe 2.9. ⁵ 1 Jo 2.3,5; 2 Pe 1.5-10. ⁶ 2 Co 9.2; Mt 5.16. ⁷ Tt 2.5,9-12; 1 Tm 6.1. ⁸ 1 Pe 2.15. ⁹ 1 Pe 2.12; Fp 1.11; Jo 15.8. ¹⁰ Ef 2.10. ¹¹ Rm 6.22.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: —

1. Para que alguma ação humana seja realmente uma obra boa, deve ela ter as seguintes características essenciais: —

1.1. Deve ser algo direta ou implicitamente ordenado por Deus.

1.2. Deve provir de um princípio interno da fé e amor no coração. Obras não ordenadas por Deus, mas inventadas e

injustificadamente efetuadas pelos homens, são totalmente destituídas de caráter moral, e, se oferecidas no lugar da obediência requerida, são ofensivas.

2. Os efeitos e usos das boas obras, na vida cristã, são multiformes, —

2.1. Expressam a gratidão do crente e manifestam a graça de Deus, e assim adornam a profissão do evangelho.

2.2. Glorificam a Deus.

2.3. Desenvolvem a graça através de exercício, e assim fortalecem a certeza do crente.

2.4. Edificam os irmãos.

2.5. Fecham a boca dos adversários.

2.6. São necessárias para a consolidação da vida eterna.

1. Para que uma obra seja boa,

1.1. Deve ser um ato realizado de conformidade com a vontade revelada de Deus. A lei da perfeição moral absoluta, à qual somos mantidos em sujeição, não é a lei de nossas próprias razões ou consciências, mas é uma norma todo-perfeita de justiça, tendo seu fundamento na natureza eterna de Deus, e sua expressão e impositiva autoridade sobre nós na vontade divina. O que a razão, a consciência e a Escritura precisamente requerem não é o autodesenvolvimento nem a realização de um fim ideal, mas a obediência a uma autoridade pessoal fora de nós, e acima de nós. O homem bom é o homem *obediente*. O pecador, em cada transgressão da virtude, é cômico de que ele é culpado de desobediência ao Supremo Legislador. Davi diz, em seu arrependimento: “Contra ti, contra ti somente, pequei e fiz esse mal na tua presença.” Sl 51.4. Deus apresentou nas Escrituras inspiradas uma norma perfeita de fé e prática. Cada princípio, cada motivo e cada fim da ação certa, segundo a vontade de Deus, serão facilmente aprendidos pelo inquiridor devoto. Deus diz à sua Igreja: “Tudo o que eu te ordeno, observarás; nada

lhe acrescentarás nem diminuirás.” Dt 12.32; Ap 22.18,19. E Deus mui energicamente expressa sua aversão advinda dos sacrifícios não ordenados, da “humildade intencional” e do “culto proposital”. Is 1.11,12; Co 2.16-23.

Para que uma obra seja realmente boa,

1.2. Deve provir de um princípio de fé e amor no coração. Todos os homens reconhecem que o caráter moral de um ato é sempre determinado pelo caráter moral do princípio ou do pendor que o impele. Os homens não regenerados realizam muitas ações, boas até onde suas relações externas com seus semelhantes lhes interessam. Mas o amor a Deus é o princípio fundamental sobre o qual todos os deveres morais descansam, precisamente como nossa relação com Deus é a relação fundamental sobre a qual descansam todas as nossas outras relações. Se uma pessoa é alienada de Deus, se ela não está no presente exercício da confiança nele e amor por ele, qualquer ação que venha a realizar será carente do elemento essencial que caracteriza uma genuína obediência. Boas obras, de conformidade com as Escrituras, são os frutos da santificação, tendo suas raízes na regeneração: “Porque somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus de antemão ordenou para que andássemos nelas.” Ef 2.10. Tiago diz que a fé é demonstrada pelas obras; o que naturalmente implica que o tipo de obras de que ele fala procede tão-somente de um coração crente. Tg 2.18,22.

2. Os efeitos e utilidades das boas obras, na vida cristã, são múltiplos, e são estes —

2.1. Expressam a gratidão do crente, e manifestam a graça de Deus nele, e assim adornam a profissão do evangelho. “A fé opera pelo amor.” Gl 5.6. Cristo disse que precisamos expressar nosso amor por ele, guardando seus mandamentos. Jo 14.15,23. Visto que são o fruto do Espírito, se prestam para manifestar a excelente operação do Espírito. 1 Tm 2.10; Tt 2.10.

2.2. Glorificam a Deus. Visto que Deus é seu autor (Ef 2.10), manifestam a excelência de sua graça e incitam a todos os que as produzem a apreciarem e a proclamarem sua glória. Mt 5.16; 1 Pe 2.12.

2.3. Como emanam de sua graça, assim a realização delas exercita a graça em geral, e cada graça individualmente segundo a natureza da obra praticada. E assim, pela lei universal do hábito, a graça cresce através de seu exercício. E a segurança quanto ao nosso próprio estado gracioso naturalmente aumenta com a energia e evidência daquelas graças para as quais a promessa de salvação é alcançada.

2.4. Edificam os irmãos. As boas obras edificam a outras pessoas, tanto como evidência confirmativa da verdade do Cristianismo e do poder da graça divina quanto pela força do exemplo a induzir os homens à prática das mesmas. 1 Ts 1.7; 1 Tm 4.12; 1 Pe 5.3.

2.5. Pelas mesmas razões, as boas obras desmentem as cavilações e tornam fútil a oposição dos ímpios. 1 Pe 2.15.

2.6. São necessárias à consolidação da salvação, não no sentido de serem pré-requisito da justificação, nem como estágio do progresso do crente em merecimento do favor divino, mas elementos essenciais dessa salvação, os frutos e meios substanciais da santificação e glorificação. Uma alma salva é uma alma santa; e uma alma santa é aquela cujas faculdades se engajam todas nas obras de amorável obediência. Não pode existir graça no coração sem as boas obras como sua conseqüência. Não pode existir boas obras sem o crescimento das graças que são exercitadas nelas. O céu não poderia existir exceto como uma sociedade de almas santas mutuamente obedecendo a lei do amor em todas as boas obras que essa lei requer. Ef 5.25-27; 1 Ts 4.6,7; Ap 21.27.

Seção III. – A capacidade de realizar boas obras de modo algum emana dos crentes, mas inteiramente do Espírito de Cristo.¹² E para que possam ser capacitados para isso, além das graças que já receberam, é indispensável que haja uma real influ-

ência do Espírito Santo a operar neles tanto o querer quanto o realizar, segundo seu beneplácito;¹³ contudo, não devem, por isso, tornar-se negligentes como se não tivessem a obrigação de realizar qualquer dever seu pelo impulso especial do Espírito; ao contrário disso, devem ser diligentes em dinamizar a graça de Deus que está neles.¹⁴

¹² Jo 15,4-6; Ez 36,26,27. ¹³ Fp 2,13; 4,13; 2 Co 3,5. ¹⁴ Fp 2,12; Hb 6,11,12; 2 Pe 1,3,5,10,11; Is 64,7; 2 Tm 1,6; At 26,6,7; Jd 20,21.

Como já vimos no capítulo x., na regeneração o Espírito Santo implanta um princípio ou hábito santo e permanente na alma, o qual dá prosseguimento constante do germen ou semente da qual todas as graciosas inclinações e santos exercícios procedem. No tocante à implantação desse princípio santo e permanente, pelo Espírito Santo, a alma é passiva. No instante, porém, em que essa nova disposição ou tendência moral é implantada na alma, como fato lógico o caráter moral de seus exercícios é transformado, e a alma se torna ativa em boas obras, como antes estivera ativa para o mal. Mas, como também vimos no capítulo xiii., a santificação é uma obra da livre graça de Deus, na qual ele continua graciosamente a sustentar, a nutrir e a orientar o exercício do hábito permanente da graça que foi implantado na regeneração. O homem regenerado depende da contínua habitação, do impulso e do sustento e capacitação do poder do Espírito Santo, em cada ato de obediência no exercício da graça; não obstante, como os atos de obediência para a realização do que o Espírito o impele e capacita são seus próprios atos, segue-se que ele, enquanto busca a diretriz e o apoio da graça, deve ativamente cooperar com ela, agindo, como todo agente livre, sob a influência dos motivos e o senso de responsabilidade pessoal. Daí, esta seção assevera: —

1. Que a capacidade do cristão para realizar boas obras não é de forma alguma dele próprio, mas totalmente do Espírito de Cristo.

2. Que para isso, além da graça implantada na regeneração, há necessidade de uma contínua influência do Espírito Santo em todas as faculdades da alma renovada, pela qual o cristão é capacitado a querer e a agir segundo seu beneplácito.

3. Que esta doutrina da dependência absoluta da alma não deve ser pervertida, dando ocasião à indolência, nem diminuir em qualquer grau nosso senso de obrigação pessoal. A vontade de Deus nos é exibida objetivamente na Palavra escrita. O dever em relação à obediência voluntária obriga nossas consciências. O Espírito Santo não opera independentemente da Palavra, e, sim, através da Palavra; nem realiza ele a obra à parte de nossas faculdades constitucionais da razão, da consciência e da vontade, mas através delas. Daí, segue-se que jamais honraremos o Espírito Santo, esperando por seus impulsos especiais; ao contrário, nos entregamos a ele e com ele cooperamos quando, enquanto buscamos sua orientação e assistência, usamos todos os meios de graça e todas as nossas melhores energias, sendo e fazendo tudo quanto a lei de Deus requer de nós. Deus aprova não é aquele que fica a *esperar* pela graça, mas sempre aquele que *busca* a graça e *pratica* sua Palavra. Lc 11.9-13; Tg 1.22,23.

Seção IV. – Os que alcançam, mediante sua obediência, a maior perfeição que lhe é possível nesta vida estão longe de exceder e de fazer mais do que Deus requer e não são capazes de corresponder aos muitos deveres que são obrigados a cumprir.¹⁵

Seção V. – Não podemos, por meio de nossas melhores obras, merecer da mão de Deus o perdão de pecado, ou a vida eterna, em razão da imensa desproporção que há entre elas e a glória por vir, e a infinita distância que há entre nós e Deus, a quem não podemos ser úteis nem quitar a dívida de nossos pecados anteriores;¹⁶ mas quando tivermos feito tudo quanto pudemos, outra coisa não fizemos senão nosso dever, e seremos servos inúteis;¹⁷ e porque, sendo boas, elas provêm do Espírito;¹⁸ e, como são realizadas por nós, elas são manchadas e misturadas com tantas fraquezas e imperfeições, que não podemos suportar a severidade do juízo divino.¹⁹

Seção VI. – Não obstante, sendo as pessoas dos crentes aceitas através de Cristo, suas boas obras são também aceitas nele;²⁰ não como se fossem, nesta vida, perfeitamente intocáveis e

incensuráveis à vista de Deus;²¹ mas que ele, vendo-as através de seu Filho, aprouve aceitar e recompensar o que é feito com sinceridade, ainda que seja acompanhado de incontáveis fraquezas e imperfeições.²²

¹⁵ Lc 17.10; Ne 13.22; Jó 9.2,3; Gl 5.17. ¹⁶ Rm 3.20; 4.18; Sl 16.2; Jó 22.2,3; 35.7,8. ¹⁷ Lc 17.10. ¹⁸ Gl 5.22,23. ¹⁹ Is 64.6; Gl 5.17; Rm 7.15,18; Sl 143.2; 130.3. ²⁰ Ef 1.6; 1 Pe 2.5; Êx 28.38; Gn 4.4; Hb 11.4. ²¹ Jó 9.20; Sl 143.2. ²² Hb 13.20,21; 2 Co 7.12; Hb 6.10; Mt 25.21,23.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: –

1. Que as obras de supererrogação longe estão de ser possíveis, mesmo para o mais eminente santo; que nesta vida ela não pode ser possível mesmo para alguém que tenha alcançado a mais plena santificação, desincumbido plenamente de todas as suas obrigações positivas.

2. Que, por diversas razões referido, as melhores obras dos crentes, longe estão de merecer das mãos de Deus, seja o perdão de pecado, seja a vida eterna, não podem nem mesmo suportar o escrutínio de seu santo juízo.

Que, não obstante, as obras dos crentes sinceros são, como suas pessoas, a despeito de suas imperfeições, aceitas por causa de sua união com Cristo Jesus, e galardoadas por amor a ele.

1. O termo “supererrogação” significa “mais do que é exigido”. As obras de supererrogação são, em sua própria natureza, impossíveis à luz da lei moral de Deus. No presente estado do homem, mesmo o mais eminente santo é incapaz de desincumbir-se totalmente de todas as suas obrigações – muito mais, naturalmente, de exceder às mesmas. A Igreja Romana ensina a ordinária teoria arminiana do perfeccionismo. Em adição a esse erro, ensinam:

1.1. Que as boas obras subseqüentes ao batismo merecem um acréscimo de graça e de eterna felicidade (Concílio de Trento, sess. vi., cap. xvi., can. 24,32); e

1.2. Distinguem entre os mandamentos e os conselhos de Cristo. Os primeiros estão associados a todas as classes de pessoas, e sua observância necessária à salvação. Os últimos, consistindo de conselhos, não de mandamentos — tais como celibato, pobreza voluntária, obediência a normas monásticas etc. — estão relacionados somente com aqueles que voluntariamente os assumem, buscando um grau mais elevado de perfeição e um mais exaltado galardão.

Já vimos no capítulo xiii. que um estado de perfeição impecável jamais é atingido pelos cristãos nesta vida; e, naturalmente, segue-se que muito menos é possível a qualquer pessoa fazer mais do que lhe é exigido.

Que as obras de supererrogação são sempre e essencialmente impossíveis a todas as criaturas em todos os mundos, é também evidente —

1.2.1. À luz de toda a natureza da lei moral. Aquilo que é certo sob qualquer relação é intrinsecamente obrigatório estando o agente moral nessa relação. Se é moral, então é obrigatório. Se não é obrigatório, então não é moral. Se não é moral, então é, naturalmente, de nenhum valor ou mérito moral. Se é obrigatório, então não pode ser supererrogatório. Quando os homens fazem o que é seu dever fazer, não podem reivindicar nada para esse dever. Lc 17.10.

1.2.2. Fazer daquilo que Deus *não* fez o dever do homem fazer — toda forma de culto e mandamentos engendrados pelo homem — Deus declara ser-lhe uma abominação. Cl 2.18-23; 1 Tm 4.3; Mt 15.9.

1.2.3. Cristo não deu “conselhos” como se fossem distintos de seus mandamentos. Seu mandamento absoluto e universal de amar a Deus de toda a alma, e a nosso próximo como a nós mesmos, cobre toda a área de possível capacidade ou oportunidade na terra ou no céu. Mt 22.37-40.

1.2.4. Aumento de graça e de felicidade eterna, e tudo quanto o crente necessita ou de que é capaz, lhe é assegurado pela aquisição

que o sangue de Cristo fez; e, ou lhe é dado agora gratuitamente, sem preço, ou lhe é reservado para aquela herança eterna que há de receber como co-herdeiro com Cristo.

1.2.5. O funcionamento do sistema romanista de celibato, de pobreza voluntária e votos monásticos tem produzido frutos tais como prova ser o princípio, sobre o qual eles descansam, radicalmente imoral e falso.

2. As melhores obras dos crentes, em vez de merecer o perdão de pecado e a vida eterna, não podem suportar o escrutínio do santo juízo de Deus. As razões para tais asseverações são —

2.1. Como demonstrado acima, à luz da natureza da lei moral. O que não é obrigatório, não é moral; e o que não é moral, não pode ter nenhum mérito moral.

2.2. As melhores obras possíveis para o homem são infinitamente indignas de ser comparadas, em valor, com o favor de Deus, e os galardões que os homens, que confiam nas obras, buscam obter através delas.

2.3. A infinita superioridade de Deus para nós, sua absoluta posição de proprietário sobre nós como nosso Criador, e a soberania sobre nós como nosso Governante moral, necessariamente excluem a possibilidade de nossas ações merecerem qualquer recompensa de sua mão. Nenhuma ação nossa pode aproveitar a Deus ou deixá-lo sob obrigação em relação a nós. Tudo o que nos é possível já se nos constitui uma dívida nossa para com ele como nosso Criador e Preservador. Quando tivermos feito nosso máximo, não passaremos de servos imprestáveis. Muito menos, pois, pode alguma possível obediência, em dado momento, expiar alguma desobediência ocorrida em outro momento.

2.4. Como já provamos acima, no capítulo xiii., Da Santificação, que nossas obras nada poderiam merecer, mesmo que fossem perfeitas, são nesta vida, em decorrência de imperfeições subjacentes, muitíssimo imperfeitas. Portanto, as melhores delas necessitam de ser expiadas pelo sangue de Cristo e apresentadas através de sua mediação, antes que possam achar aceitação por parte do Pai.

3. Não obstante, as boas obras dos crentes sinceros são, como o são suas pessoas, a despeito de suas imperfeições, aceitas em virtude de sua união com Cristo Jesus, e galardoadas por amor dele. Todos os nossos acessos a Deus são feitos através de Cristo. É unicamente *através* dele que temos acesso ao Pai pelo Espírito. Fp 2.18. Tudo quanto fazemos, “em palavras ou atos”, recebemos a ordem de “fazei tudo no nome do Senhor Jesus.” Cl 3.17.

Quanto à relação das boas obras com a retribuição, pode observar-se —

3.1. O termo “mérito”, num sentido estrito, significa aquela propriedade comum de todas as ações ou serviços às quais se deve alguma recompensa, segundo a estrita justiça, em razão de seu intrínseco valor ou dignidade. É óbvio que, nesse estrito sentido, nenhuma obra de qualquer criatura pode por si mesma merecer qualquer retribuição por parte de Deus; porque —

3.1.1. Todas as faculdades que ela possui foram originalmente doadas e são continuamente mantidas por Deus, de modo que ela já está tão endividada com Deus que jamais poderá ter qualquer crédito com ele.

3.1.2. O que quer que a criatura faça, jamais terá a justa equivalência com o incomparável favor de Deus e suas conseqüências.

3.2. Entretanto, existe outro sentido da palavra, no qual se pode afirmar que, se Adão houvesse, em sua prova original, conservado a obediência requerida, então haveria “merecido” a recompensa nela condicionada, não em razão do valor intrínseco daquela obediência, mas em razão dos termos do pacto que Deus graciosamente condescendeu formular com Adão. Por natureza, a criatura deve obediência ao Criador, enquanto que o Criador nada deve à criatura. *Mediante o pacto*, porém, o Criador voluntariamente se obrigou a dever vida eterna à criatura, sob a condição de perfeita obediência.

É óbvio que nesta vida as obras do povo de Deus não podem ter qualquer mérito intrínseco, visto que são imperfeitas, e por isso

eles mesmos são dignos de punição e não de galardão. Não podem ter qualquer mérito por parte de Deus pela concessão do pacto, visto que agora não estamos, aos olhos de Deus, sob o pacto das obras, e, sim, da graça, e a justiça de Cristo, recebida unicamente pela fé, constitui a única base meritória sobre a qual nossa salvação, em todos os seus estágios, descansa. Veja-se o capítulo xi., Da Justificação.

Na dispensação do evangelho, a obra graciosa do crente e o galardão gracioso que recebem de Deus são ramos da mesma raiz graciosa. O mesmo pacto da graça provém imediatamente pela infusão da graça no coração, o exercício da graça na vida e o galardão da graça então exercido. Tudo provém da graça – graça chamada galardão acrescida da graça chamada obra. Uma graça é posta em oposição a outra graça como galardão, por estas razões:

3.2.1. Para agir sobre nós como um vivo estímulo ao dever. Deus promete galardoar o cristão precisamente como um pai promete galardoar a seu filho por fazer o que é seu dever e o que só é para seu próprio benefício.

3.2.2. Porque uma certa proporção graciosa foi estabelecida entre a graça dada no galardão e a graça dada nos santos exercícios do coração e da vida; mas ambas são igualmente dadas por amor a Cristo. Essa proporção foi estabelecida — quanto mais de obediência, mais graça de galardão; quanto mais graça na terra, mais glória no céu — porque Deus assim o quis, e porque a graça dada e exercida na obediência prepara a alma para a recepção de mais graça dada no galardão. Mt 16.27; 1 Co 3.8; 2 Co 4.17.

Seção VII. – As obras realizadas pelos não-regenerados, ainda que sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena e de bom proveito tanto a eles mesmos quanto a outros,²³ contudo, porque não procedem de um coração purificado pela fé,²⁴ não são praticadas de uma maneira correta, segundo a Palavra,²⁵ nem com um propósito correto, que é a glória de Deus,²⁶ são, portanto, pecaminosas, nem podem agradar a Deus, e nem levar

uma pessoa a receber a graça de Deus.²⁷ E, não obstante, negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.²⁸

²³ 2 Rs 10.30,31; 1 Rs 21.27,29; Fp 1.15,16,18. ²⁴ Gn 4.5; Hb 11.4,6. ²⁵ 1 Co 13.3; Is 1.12. ²⁶ Mt 6.2,5,16. ²⁷ Ag 2.14; Tt 1.15; Am 5.21,22; Os 1.4; Rm 9.16; Tt 3.5. ²⁸ Sl 14.4; 36.3; Jó 21.14,15; Mt 25.41-43; 23.23.

EXPOSIÇÃO

Esta seção ensina: —

1. Que os não-regenerados podem realizar muitas ações que, por si mesmas, são tais como Deus ordena, e são proveitosas tanto a eles quanto a outros. A veracidade desse fato se verifica na experiência e observação de todos os homens, e cremos que a mesma não é posta em dúvida por nenhuma das partes.

2. Não obstante, são todas elas, mesmas as melhores, não só imperfeitas, moralmente consideradas, mas também obras ímpias, religiosamente consideradas. Não são, portanto, no sentido bíblico, obras boas, nem podem satisfazer as exigências de Deus, nem merecem a graça, nem prepara a alma para a recepção da graça.

É óbvia a distinção entre uma ação intrinsecamente considerada, e considerada em seus motivos e objetivos. Uma obra verdadeiramente boa é aquela que emana de um princípio de amor divino, e tem a glória de Deus como seu alvo e a vontade revelada de Deus como sua norma. Nenhuma das ações de uma pessoa não regenerada contém esse caráter.

Há também uma distinção óbvia entre um ato visualizado em si mesmo, abstratamente, e a mesma ação visualizada em relação à pessoa realizando-a e suas relações pessoais. Alguém que se rebela contra a autoridade soberana pode realizar muitas coisas agradáveis, e muitos atos de real virtude até onde diz respeito às suas relações com companheiros rebeldes. Contudo é verdade que um rebelde, durante todo o período de sua rebelião, é em cada instante e em cada ação de sua vida um rebelde em relação àquela suprema autoridade que, por todos os meios, ele continua a afrontar. Nesse sentido, a aradura do perverso é tida como pecado. Pv 21.4 [veja-

se versão trinitariana]. E assim, enquanto os homens se afastam de Cristo, e recusam a submeter-se à justiça de Deus, toda a sua utilização dos meios de graça, bem como todas as suas virtudes naturais, são pecado aos olhos de Deus.

3. Não obstante, Deus se sente mais ofendido com sua negligência em praticar os deveres que são ordenados do que em agir pecaminosamente como pecadores. Essas obras feitas pelos não-regenerados são ordenadas por Deus, e por isso lhes são impostas como dever. Seu pecado jaz não em praticá-las, mas em sua atitude pessoal de rebelião, bem como na ausência de motivos e de objetivos plausíveis. Se negligenciarem fazê-las, a negligência será acrescida a outras áreas de condenação, as quais permanecerão todas as mesmas. Então devem praticá-las, porém não devem abandonar os negócios de maior importância da lei mal praticada. Os atos agradáveis de um rebelde inevitavelmente envolvem elementos de rebelião, contudo ele será mais condenado sem eles do que com eles.

QUESTIONÁRIO

1. O que se ensina na primeira e segunda seções ser as características essenciais de cada obra realmente boa?
2. O que se nos ensina no tocante aos efeitos e utilidades das boas obras?
3. Apresente a prova derivada da natureza da própria lei moral de que cada obra, para ser realmente boa, tem de ser realizada em obediência à vontade revelada de Deus.
4. Demonstre que toda virtude provém da obediência, e que todo pecado provém da desobediência.
5. Comprove que Deus aborrece todo culto não instituído e todo serviço não ordenado.
6. Comprove que a obra, para ser realmente boa, deve provir de um princípio de fé e amor no coração.
7. Demonstre que as boas obras expressam gratidão, manifestam a graça e adornam a profissão cristã.

8. Comprove que elas glorificam a Deus.
9. Comprove que elas tendem a aumentar a graça da qual emanam, e a fortalecer a certeza da esperança por parte daqueles que as realizam.
10. Demônstre que elas edificam os irmãos.
11. Demonstre que elas fecham a boca dos adversários.
12. Demonstre que elas são necessárias para a obtenção da salvação e sobre quais bases.
13. Qual é a *primeira* proposição ensinada na seção iii.?
14. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
15. Prove que, além da graça granjeada na regeneração, o crente precisa, para realizar as boas obras, das constantes influências do Espírito Santo que o impulsionem, o sustentem e o capacitem.
16. Qual é a *terceira* proposição ali ensinada?
17. Mostre que o cristão não deve esperar por influências especiais do Espírito a impeli-lo ao dever, e, sim, confiar na constante assistência do Espírito e obedecer à vontade revelada de Deus em sua Palavra, a fim de fazer diligente uso da graça que já tem, observando e esperando mais quando a necessidade surge.
18. Qual é a *primeira* proposição ensinada na quarta, quinta e sexta seções?
19. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
20. Qual é a *terceira* ensinada?
21. Quais são as obras de “supererrogação”?
22. Qual é a doutrina romanista quanto ao mérito das boas obras e das obras de supererrogação?
23. Prove, à luz da natureza da lei moral, à luz da Palavra de Deus e dos efeitos práticos do sistema romanista, que a doutrina das obras de supererrogação é imoral.

24. Prove que as melhores obras dos cristãos são insuficientes para sustar a severidade do justo juízo de Deus.
25. Sobre que bases são as boas obras dos crentes aceitas por Deus?
26. Qual é o sentido estrito do termo “mérito”?
27. Mostre que nesse sentido nenhuma obra, de qualquer natureza, possivelmente mereça tudo das mãos do Criador.
28. Qual é o sentido secundário em que se usa o termo?
29. Mostre que o termo em nenhum desses sentidos pode aplicar-se justamente às obras dos cristãos nesta vida.
30. Qual, pois, é a relação que as Escrituras ensinam subsistir entre as boas obras e os galardões?
31. Por que alguns dos dons de Deus, puramente graciosos, são chamados de galardões?
32. Qual é a primeira proposição ensinada na sétima seção?
33. Prove que as melhores obras dos não-regenerados não só são moralmente imperfeitas, mas também religiosamente ímpias.
34. Prove que cometem maior pecado negligenciando esses deveres do que exercendo-os.
35. Qual é o primeiro dever, absolutamente obrigatório, de cada rebelde contra Deus e seu Cristo?

CAPÍTULO XVII

DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

Seção I. – Aqueles a quem Deus aceitou em seu Amado, eficazmente chamados e santificados por seu Espírito, não podem nem totalmente nem finalmente apostatar do estado de graça; mas com toda certeza perseverarão nela até ao fim e serão eternamente salvos.¹

Seção II. – Esta perseverança dos santos depende, não de seu próprio livre-arbítrio, mas da imutabilidade do decreto da eleição, fluindo do gracioso e imutável amor de Deus o Pai;² da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo;³ da habitação do Espírito e da semente divina em seu interior;⁴ e da natureza do pacto da graça⁵ e de tudo o que gera também sua exatidão e infalibilidade.⁶

Seção III. – Não obstante ser possível, através das tentações de Satanás e do mundo, do predomínio de corrupção restante neles e da negligência dos meios de sua preservação, caírem em pecados graves,⁷ e por algum tempo continuem neles,⁸ incorrem, assim, no desprazer de Deus⁹ e entristecem seu Espírito¹⁰ e, em alguma medida, vêm a ser privados de suas graças e confortos;¹¹ têm seus corações empedernidos¹² e suas consciências feridas;¹³ prejudicam e escandalizam outros¹⁴ e trazem juízos temporais a si próprios.¹⁵

¹ Fp 1.6; 2 Pe 1.10; Jo 10.28,29; 1 Jo 3.9; 1 Pe 1.5,9. ² 2 Tm 2.18,19; Jr 31.3. ³ Hb 10.10,14; 13.20,21; 9.12-15; Rm 8.33-39; Jo 17.11,24; Lc 22.32; Hb 7.25. ⁴ Jo 14.16,17; 1 Jo 2.27; 3.8. ⁵ Jr 32.40. ⁶ Jo 10.28; 2 Ts 3.3; 1 Jo 2.19. ⁷ Mt 26.70,72,74. ⁸ Sl 51.14. ⁹ Is 64.5,7,9; 2 Sm 11.27. ¹⁰ Ef 4.30. ¹¹ Sl 51.8,10,12; Ap 2.4; Ct 5.2-4,6. ¹² Is 63.17; Mc 6.52; 16.14. ¹³ Sl 32.3,4; 51.8. ¹⁴ 2 Sm 12.14. ¹⁵ Sl 89.31,32; 1 Co 11.32.

EXPOSIÇÃO

Este capítulo ensina as seguintes proposições: —

1. O verdadeiro crente, uma vez regenerado e justificado por Deus, não pode jamais um dia, totalmente, nem finalmente, apostatar da graça, mas infalivelmente perseverará nela até ao fim.

2. Que o princípio dessa infalível perseverança não está, em qualquer grau, no livre-arbítrio dos santos, mas totalmente —

2.1. Na imutabilidade inerente do decreto eterno da eleição;

2.2. Nas provisões do pacto eterno da graça;

2.3. Nos méritos e intercessão de Cristo; e

2.4. No poder constante e preservador do Espírito Santo.

3. O verdadeiro crente, não obstante, pode cair em graves pecados e, por algum tempo, continuar neles. As *ocasiões* em que neles cai são —

3.1. As tentações do mundo;

3.2. As seduções de Satanás;

3.3. As corrupções restantes de sua própria natureza;

3.4. A negligência dos meios de graça. Os *efeitos* de sua queda são —

3.4.1. Deus se ofende e o Espírito Santo se entristece;

3.4.2. Eles mesmos são, em certo grau, privados de suas graças e confortos, seus corações se endurecem e suas consciências se ferem, e suas pessoas, visitadas por juízos temporários;

3.4.3. Sua conduta é uma pedra de tropeço a todos aqueles que os vêem e uma ocasião de tristeza a seus irmãos.

É óbvio que os aderentes dos sistemas arminiano e calvinista assumem lados opostos nesta questão. O arminiano, como já vimos, sustenta —

1. Que Deus só elege pessoas para a vida eterna sob a condição de sua voluntária recepção da graça e sua perseverança nela até à morte, como por ele previsto.

2. Que Cristo morreu para tornar a salvação de todos os homens indiferentemente possível, e não como o substituto de certas pessoas definidamente, para desincumbir-se de todas as suas obrigações legais e para assegurar-lhes todos os galardões do pacto.

3. Que todos os homens têm a mesma influência graciosa do Espírito Santo operando neles, e que a razão por que uns crêem e são regenerados, e que outros continuam réprobos, é que os primeiros voluntariamente cooperam com a graça, enquanto que os últimos a resistem. E assim, na aplicação pessoal da redenção, o arminiano faz tudo depender do livre-arbítrio da criatura. Visto, pois, que nem o decreto de Deus, nem a expiação de Cristo, nem a graça do Espírito Santo determina a salvação definida de quem quer que seja — já que a aplicação e efeito da expiação e das influências renovadoras e santificantes do Espírito dependem, na visão deles, do livre-arbítrio de cada pessoa, em seu próprio caso —, necessariamente segue-se que a perseverança de qualquer pessoa, na graça uma vez recebida, deve também depender inteiramente de seu próprio arbítrio. E uma vez que a vontade humana é essencialmente falível e passível de mudança, e nesta vida exposta à sedução, segue-se, naturalmente, que o crente é, em todo tempo, passível à total apostasia e, morto nesse estado, à perdição final. Onde a Igreja de Roma, cuja doutrina é inteiramente arminiana, declara, em seus padrões autoritativos: “Se alguém mantiver que uma pessoa, uma vez justificada, não perde a graça, e portanto aquele que cai e peca nunca foi realmente justificado, que seja maldito.” Concílio de Trento, sess. vi., can. 23.

Os arminianos protestantes também sustentam que não é só possível, mas também um fato freqüente, que pessoas realmente regeneradas, por negligenciarem a graça e por entristecerem o Espírito Santo com o pecado, apostatam totalmente, e em toda extensão finalmente, da graça para a reprovação eterna. Confissão dos Remonstrantes, xi. 7.

A doutrina calvinista, como afirmada neste capítulo de nossa Confissão, consiste em que Deus tem revelado seu gracioso propósito de levar cada crente a perseverar em sua fé e obediência até à morte; que jamais lhe será permitido apostatar *totalmente* da graça e, portanto, jamais poderá apostatar *finalmente*.

É óbvio, à luz desta afirmação, que esta doutrina não está livre das objeções que são amiúde lançadas contra ela.

1. É absurdo afirmar que ela é inconsistente com o livre-arbítrio do homem. Como Deus não faz uma pessoa ir a Cristo, assim ele o não constrange a continuar em Cristo, aleatoriamente à sua vontade. Deus graciosamente faz uma pessoa perseverar em querer. Eis toda a verdade. É uma preciosa verdade, claramente revelada, que o cristão arminiano não tem a oferecer mais do que o calvinista, e que Deus pode controlar, e o tem feito, os desejos espontâneos de seu povo sem limitar sua liberdade, fazendo-os “apresentar-se voluntariamente no dia de teu poder”, e “operar neles tanto o *querer* quanto o fazer, segundo seu beneplácito”. Sl 110.3; Fp 2.13. Os próprios arminianos crêem que os santos serão guardados de cair da graça quando forem para o céu, contudo não serão em nada menos perfeitamente livres quanto aos seus desejos. Se as duas são condições consistentes no céu, não podem ser menos consistentes na terra.

2. Esta doutrina não é responsável ante a acusação de nutrir um espírito de segurança carnal, sobre a seguinte base: uma vez que recebemos a graça não podemos perdê-la ou perder-nos, agindo como queremos. Deve observar-se —

2.1. Que a doutrina genuína *não* é que a salvação é infalível, tendo nós uma vez crido, mas que a *perseverança em santidade* é infalível, tendo uma vez realmente crido.

2.2. A certeza – não, a probabilidade – de uma pessoa ser salva só lhe é conhecida mediante o fato de sua perseverança em santidade. A tendência de relaxar-se o vigilante esforço no crescimento na graça, já que ao verdadeiro cristão não será permitido apostatar totalmente, é uma direta evidência de que não nos achamos realmente num estado de graça; por essa razão, as ameaças da lei e os apelos do evangelho, e não a perseverança dos santos, é que são as verdades especialmente aplicáveis ao nosso caso.

2.3. Esta doutrina ensina, não que persistente esforço de nossa parte não seja necessário para a infalível perseverança na graça até ao fim, senão que, nesse esforço, estejamos certos da vitória; pois *é Deus quem opera* em nós tanto o querer quanto o realizar, segundo seu beneplácito. Fp 2.13.

1. O *fato* desta perseverança infalível é distintamente asseverada na Escritura. Está declarado que os crentes são “guardados *pelo poder de Deus, pela fé*, para a salvação”. 1 Pe 1.5. Paulo vivia confiante de que Aquele que havia começado a boa obra neles [filipenses] a concluiria [perfeitamente] até ao dia de Jesus Cristo. Fp 1.6. Disse Jesus: “Eu lhes dou [às suas ovelhas] a vida eterna, e jamais perecerão; e ninguém pode arrebatá-las de minha mão.” Jo 10.28; Rm 11.29.

2. O *fundamento* desta infalível perseverança não está de forma alguma no livre-arbítrio dos santos, mas totalmente —

2.1. Na imutabilidade inerente do decreto eterno da eleição. Já vimos, no capítulo iii., que o decreto divino da eleição:

2.1.1. Diz respeito a indivíduos;

2.1.2. Os escolhe para a salvação e todos os meios conducentes;

2.1.3. Não está condicionado ao uso previsto que farão de sua graça, mas está baseado em “o conselho de sua vontade”;

2.1.4. É imutável e infalivelmente eficaz. Por essa razão, os eleitos à salvação, através da graça, perseverarão na graça para a salvação.

A base da infalibilidade da perseverança dos santos é também posta —

2.2. Nas provisões do eterno pacto da graça. Já vimos no capítulo vii. que as Escrituras ensinam que houve um pacto ou conselho pessoal desde a eternidade, entre o Pai e o Filho, como o Feador dos eleitos, determinando explicitamente:

2.2.1. Que seriam salvos;

2.2.2. O que Cristo faria e sofreria a fim de salvá-los;

2.2.3. Quanto a como e quando a redenção de Cristo lhes seria pessoalmente aplica;

2.2.4. Quanto a todas as vantagens envolvidas na salvação deles etc. Donde se segue necessariamente que os envolvidos nesse pacto não poderiam ser privados dos benefícios providos para eles. “Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos; e ninguém pode arrebatá-las da mão de meu Pai.” Jo 10.29.

Esta certeza está fundada —

2.3. Nos méritos e intercessão de Cristo. Já vimos no capítulo viii. que as Escrituras ensinam que Cristo, através de sua obediência e sofrimento vicários, como representante federal deles, efetuou perfeita justiça em lugar de seu povo — povo este que foi, todo ele, individual e infalivelmente designado no pacto eterno e em cujo resultado ele operou; e que faz intercessão eficaz, no céu, por todos aqueles, e somente por aqueles, em favor de quem adquiriu a redenção. Visto, pois, que nem a redenção de Cristo, nem sua intercessão, podem desviar-se dos fins para os quais se destinam, é obviamente impossível que aqueles a quem substituiu e por quem adquiriu perfeita justiça, e em favor de quem oferece uma intercessão eficaz, não podem ser omitidos da salvação.

A certeza da perseverança dos santos na graça é assegurada —

2.4. Pela perene habitação do Espírito Santo. Ele age na alma em perfeita sintonia com as leis de sua constituição como um agente racional e moral, de modo a assegurar a vitória final dos novos princípios e tendências espirituais implantados na regeneração. Jo 14.16,17; 1 Jo 3.9.

3. O conteúdo da terceira proposição ensinada neste capítulo deve ser examinado cuidadosamente em conexão com os textos-prova apensos às diversas cláusulas. Não carecem de ser ainda mais exemplificados por nós, visto que tudo o que está neles contido é uma matéria de significado nítido e da experiência universal. Observem-se os exemplos de Davi (2 Sm 11.2-4; Sl 51) e de Pedro (Lc 22.54-62). A perseverança dos crentes na graça é operada pelo Espírito Santo, não aleatoriamente, mas através da responsabilidade do próprio homem. Portanto ela é tanto um dever quanto uma graça. A *graça* dela deve ser proclamada para o encorajamento à diligência. O *dever* e a absoluta necessidade dela para a salvação devem ser proclamados para vivificar os indolentes e aumentar em todos o senso do dever.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada neste capítulo?
2. Qual é a diferença entre cair totalmente e cair finalmente?
3. Por que os arminianos e calvinistas assumem lados opostos nesta questão?
4. Qual é a doutrina dos arminianos quanto à eleição?
5. Qual é sua doutrina quanto ao desígnio da morte de Cristo?
6. Qual é sua doutrina quanto à relação do livre-arbítrio do pecador com as graciosas influências do Espírito Santo na regeneração?
7. Demonstre que sua posição, em todos esses pontos, leva à conclusão inevitável de que o crente genuíno pode cair totalmente e, portanto, pode cair finalmente da graça.

8. Apresente a doutrina da Igreja de Roma sobre este ponto.
9. Faça o mesmo no tocante aos protestantes arminianos.
10. Apresente a doutrina calvinista deste tema.
11. Mostre que esta doutrina não envolve qualquer negação da liberdade da vontade humana.
12. Mostre que esta doutrina não está isenta da acusação de nutrir entre os que pensam de si mesmos como crentes um espírito de segurança carnal.
13. Mostre que as Escrituras explicitamente ensinam o fato de que aos verdadeiros crentes não será permitido cair da graça total e finalmente.
14. Mostre que a *base* desta certeza não consiste de forma alguma do livre-arbítrio do crente.
15. Mostre que necessariamente se deduz do que as Escrituras ensinam quanto ao decreto da eleição.
16. Faça o mesmo à luz do que elas ensinam quanto ao eterno pacto da graça.
17. Faça o mesmo à luz do que elas ensinam quanto ao desígnio da morte de Cristo, e a relação que seus méritos e intercessão sustentam com indivíduos.
18. Faça o mesmo à luz do que elas ensinam quanto à habitação do Espírito Santo.
19. Qual é a *terceira* proposição ensinada neste capítulo?
20. Quais são as principais fontes e ocasiões de queda a que os verdadeiros crentes estão sujeitos?
21. Quais são os principais efeitos que sua queda produz?

CAPÍTULO XVIII

DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

Seção I. – Ainda que os hipócritas, bem como outras pessoas não regeneradas, inutilmente se enganem com falsas esperanças e carnal presunção de serem alvos do favor divino e em estado de salvação,¹ esperança que perecerá,² contudo os que crêem realmente no Senhor Jesus e o amam sinceramente, envidando todo esforço por andar em toda sã consciência diante dele, podem nesta vida estar plenamente certos de que estão em estado de graça³ e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, esperança esta que jamais os envergonhará.⁴

Seção II. – Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa esperança falível,⁵ mas uma infalível segurança de fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação,⁶ na evidência interna daquelas graças nas quais essas promessas são feitas,⁷ no testemunho do Espírito de adoção, testificando com nosso espírito de que somos filhos de Deus,⁸ sendo este Espírito o penhor de nossa herança, por meio de quem somos selados para o dia da redenção.⁹

¹ Jó 8.13,14; Mq 3.11; Dt 29.19; Jo 8.41.² Mt 7.22,23.³ 1 Jo 2.3; 3.14,18,19,21,24; 5.13.⁴ Rm 5.2,5.⁵ Hb 6.11,19.⁶ Hb 6.17,18.⁷ 2 Pe 1.4,5,10,11; 1 Jo 2.3; 3.14; 2 Co 1.12.⁸ Rm 8.15,16.⁹ Ef 1.13,14; 4.30; 2 Co 1.21,22.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: —

1. Que é falsa a segurança de salvação que os não-regenerados às vezes nutrem, na qual se deixam enganar e que, afinal, os decepcionará.

2. Existe, em contrapartida, uma segurança verdadeira, equivalente a uma certeza infalível, a qual os crentes sinceros podem nutrir quanto à sua própria salvação, a qual não os confundirá.

3. Essa infalível segurança de fé repousa —

3.1. Sobre a divina verdade das promessas de salvação.

3.2. Sobre a evidência interna daquelas graças a respeito das quais as promessas são feitas.

3.3. Sobre o testemunho do Espírito de adoção, testificando com nossos espíritos de que somos filhos de Deus.

1. Que os não-regenerados, seduzidos pelo desejo natural de obter a felicidade, lisonjeados pelo amor próprio e traídos pelo espírito de autojustiça e autoconfiança, com frequência nutrem uma infundada segurança de sua própria condição de graça, torna-se antecedentemente provável à luz do que conhecemos da natureza humana e tornou-se indubitável à luz da observação comum e das declarações da Escritura. Mq 3.11; Jó 8.13,14.

A verdadeira certeza, contudo, pode ser distinguida daquela que é falsa pelas seguintes provas —

1.1. A verdadeira segurança gera humildade sem fingimento; a falsa segurança gera orgulho espiritual. 1 Co 15.10; Gl 6.14.

1.2. A verdadeira conduz à crescente diligência na prática da santidade; a falsa conduz à indolência e à permissividade. Sl 51.12,13,19.

1.3. A verdadeira conduz ao sincero auto-exame e ao desejo de ser sondado e corrigido por Deus; a falsa conduz a uma disposição de se satisfazer com a aparência e de se evitar a acurada investigação. Sl 139.23,24.

1.4. A verdadeira conduz a perenes aspirações por mais íntima comunhão com Deus. 1 Jo 3.2,3.

2. Que os verdadeiros crentes podem, nesta vida, alcançar a certeza com respeito às suas próprias relações pessoais com Cristo, e que esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa esperança falível, mas numa segurança infalível de fé, prova-se à luz dos seguintes fatos —

2.1. Que ela é diretamente afirmada na Escritura: “O próprio Espírito testifica com nosso espírito de que somos filhos de Deus.” Rm 8.16. “E desse fato podemos saber que o conhecemos, Se guardamos seus mandamentos.” 1 Jo 2.3. “Sabemos que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos.” 1 Jo 3.14.

2.2. Atingi-la é um dever recomendado na Escritura. Somos exortados “a demonstrar a mesma diligência para a plena certeza da esperança até ao fim” (Hb 6.11); e “procurai mais diligentemente fazer firme vossa vocação e eleição”. 2 Pe 1.10.

2.3. Há registrados na Escritura exemplos de ser a mesma alcançada pelos crentes antigos. Assim Paulo: “Eu sei em quem tenho crido, e sei que ele é poderoso” etc. “Combati o bom combate ... guardei a fé; desde agora me está reservada a coroa de justiça” etc. 2 Tm 1.12; 4.7,8; e João: 1 Jo 2.3; 4.16.

2.4. Tem havido exemplos inquestionáveis em nossos dias em que os cristãos sinceros têm desfrutado de uma plena certeza de sua salvação pessoal e em que suas vidas inteiras têm vindicado a genuinidade de sua fé. Os reformadores protestantes, como uma classe, foram eminentes exemplos da possessão dessa certeza. Deus os qualificou por sua grande obra com uma extraordinária medida dessa graça. Sua controvérsia com os romanistas também os levou a pôr forte ênfase sobre o dever de tal aquisição, chegando mesmo ao ponto de identificar a certeza com a fé, fazendo-a essencial à salvação. Os romanistas sustentavam que a fé é mero assentimento intelectual à verdade, não envolvendo a confiança; e por isso a fé nada tem a ver com o juízo que porventura alguém faça de sua

salvação pessoal; e daí ninguém pode alcançar qualquer certeza sobre esse ponto nesta vida sem uma revelação extraordinária. Concílio de Trento, sess. vi., cap. ix. Os reformadores, em contrapartida, chegaram ao ponto de ensinar que o alvo especial da fé justificadora é o favor de Deus para conosco por causa de Cristo. Portanto, crer é assegurar-se de nossa salvação pessoal. Foi assim que Lutero, Melancthon e Calvino ensinaram. Esta é a doutrina ensinada no Catecismo de Augsburg e no Catecismo de Heidelberg.

3. Esta segurança infalível de fé repousa:

3.1. Sobre a verdade divina das promessas da salvação. Ainda que uma coisa é ter certeza de que a promessa é verdadeira, e outra coisa é ter certeza de nosso próprio interesse pessoal nela, contudo a certeza da veracidade da promessa tende, em conexão com o senso de nossa confiança pessoal nela, a fortalecer diretamente nossa segura esperança de que ela será cumprida também em nosso caso. Portanto Deus confirmou sua promessa por meio de um juramento: “Para que por duas coisas imutáveis” (sua promessa e seu juramento), “nas quais é impossível que Deus minta, tenhamos uma poderosa consolação, nós, os que corremos para o refúgio, a fim de lançar mão da esperança proposta.” Hb 6.18. Por conseguinte, a fé inclui confiança. A confiança repousa sobre a divina verdade das promessas e sucessivamente apoia a esperança; e a plenitude da esperança equivale a certeza. Esta certeza descansa:

3.2. Sobre a evidência interna daquelas graças em relação às quais as promessas são feitas. E assim as Escrituras prometem que todo aquele que crê terá vida eterna. O crente cuja fé é vigorosa e inteligente tem uma evidência distinta em sua própria consciência de que ele, pessoalmente, crê. Daí ser óbvia a conclusão de que ele terá a vida eterna. A mesma promessa é oferecida a todo aquele que ama a Deus, a todos quantos guardam seus mandamentos, a todos quantos amam os irmãos, aos puros de coração, aos que têm

fome e sede de justiça etc. Daí, quando essas graças são possuídas num grau tal, forte e puro, que somos cônscios de sua genuinidade, então a conclusão é imediata e irresistível, ou seja, que estamos em união com Cristo e temos o direito de nos apropriarmos das promessas. Esta certeza descansa

3.3. No testemunho do Espírito de adoção, testificando com nossos espíritos de que somos filhos de Deus. Essa linguagem é extraída de Rm 8.16. O sentido em que esse testemunho do Espírito Santo com nossos espíritos deve ser entendido tem sido pomo de discussão entre os teólogos.

Alguns têm sustentado que a passagem ensina que o Espírito Santo, de algum modo misterioso, diretamente revela aos nossos espíritos o fato de que somos filhos de Deus, assim como uma pessoa imediatamente comunica informação a outra pessoa. As objeções a esse ponto de vista consistem em que os cristãos não são e não podem ter consciência de uma tal injeção de informação em sua mente; e que, no que concerne só ao testemunho, seríamos incapazes de distinguir com certeza o testemunho do Espírito das conclusões de nossas próprias razões ou das sugestões de nossos próprios corações. Uma expectativa dessas comunicações diretas geraria igualmente entusiasmo e presunção. Alguns têm defendido, no extremo oposto, que o Espírito testifica com nossos espíritos só indiretamente, através da evidência oferecida pelas graças que ele formou dentro de nós. O ponto de vista verdadeiro parece ser que o testemunho do Espírito com nossos espíritos de que somos filhos de Deus compreende uma série de particulares, todos eles sendo combinados pelo Espírito para tal fim.

3.3.1. O Espírito é o autor das promessas da Escritura e dos traços do caráter indicando as pessoas a quem pertencem as promessas.

3.3.2. O Espírito é o autor das graças dos santos, correspondendo aos traços do caráter que são associados a essas promessas na Escritura.

3.3.3. O Espírito dá ao verdadeiro crente, especialmente ao cristão eminente em diligência e fidelidade, a graça da iluminação espiritual, para que possua uma penetrante percepção em seu próprio caráter, para que julgue a real genuinidade de suas próprias graças, para que interprete corretamente as promessas e os caracteres aos quais se limitam nas Escrituras; de modo que, comparando o padrão externo com a experiência interna, possa extrair conclusões corretas e inquestionáveis.

3.3.4. O Espírito Santo é o autor direto da fé em todos os seus graus, tanto quanto do amor e da esperança. Plena certeza, portanto — que é a plenitude de esperança descansando sobre a plenitude de fé — é um estado mental que é a função do Espírito Santo a induzir nossas mentes em conexão com a evidência de nosso gracioso caráter supra declarado. Seja qual for a forma, ou ele opere em nós o querer e o realizar, segundo seu beneplácito (Fp 2.13), ou derrame o amor de Deus em nossos corações (Rm 5.5), ou nos gere novamente para uma viva esperança (1 Pe 1.3), é assim que ele dá início à graça de perfeita segurança — não como um sentido cego e fortuito, mas como uma conclusão legítima e indubitável de evidência para um determinado fim.

3.3.5. A presença do Espírito Santo é a primeira prestação dos benefícios da redenção de Cristo, concedidos àqueles para quem foram adquiridos, e assim a garantia e penhor da consumação dessa redenção no devido tempo. Portanto, Paulo diz dos efésios: “Em quem [Cristo] também, depois que crestes, fostes selados com aquele Santo Espírito da promessa, o qual é o penhor de nossa herança até à redenção da posseção adquirida.” Ef 1.13,14; 4.30; 1 Jo 2.20,27; 2 Co 1.22; 5.5.*

Seção III. – Esta segurança infalível não pertence tanto à essência da fé, mas até onde um crente genuíno pode esperar e enfrente conflito com muitas dificuldades antes que participe dela;¹⁰ todavia, sendo capacitado pelo Espírito a conhecer as

* Veja-se Chalmer, “Lectures on Romans”, vol. iii, pp. 64-68

coisas que lhe são graciosamente dadas por Deus, ele pode, sem revelação extraordinária, pelo uso correto dos meios ordinários, tomar posse dela.¹¹ Portanto, é o dever de cada um ser diligente e confirmar sua vocação e eleição;¹² para que dessa forma seu coração seja dilatado em paz e alegria no Espírito Santo, em amor e gratidão a Deus e em vigor e deleite nos deveres da obediência,¹³ os frutos inerentes desta segurança. Isso está longe de predispor os homens à negligência.¹⁴

Seção IV. – Os verdadeiros crentes podem ter, de diversas formas, a segurança de sua salvação abalada, diminuída e interrompida pela negligência da preservação dela; pela queda em algum pecado específico, o qual fere a consciência e entristece o Espírito; por alguma tentação súbita e veemente; por desviar Deus a luz de seu rosto, permitindo até mesmo os que o temem andarem em trevas e a não terem nenhuma luz.¹⁵ Contudo jamais serão totalmente destituídos daquela semente de Deus e da vida de fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever, donde, pela operação do Espírito, esta segurança, no devido tempo, poderá ser revitalizada.¹⁶ E por meio dessas bênçãos, nesse interregno, são sustentados para que não caiam em total desespero.¹⁷

¹⁰ 1 Jo 5.13; Is 1.10; Mc 9.24; Sl 88; 72.1-12. ¹¹ 1 Co 11.12; 1 Jo 4.13; Hb 6.11,12; Ef 3.17-19. ¹² 2 Pe 1.10. ¹³ Rm 5.1,2,5; 14.17; 15.13; Ef 1.3,4; Sl 4.6,7; 119.32. ¹⁴ 1 Jo 2.1,2; Rm 6.1,2; Tt 2.11,12,14; 2 Co 7.1; Rm 8.1,12; 1 Jo 3.2,3; Sl 130.4; 1 Jo 1.6,7. ¹⁵ Ct 5.2,3,6; Sl 51.8,12,14; Ef 4.30,31; Sl 72.1-10; Mt 26.69-72; Sl 31.22; 88; Is 1.10. ¹⁶ Jo 3.9; Lc 22.32; Jó 13.15; Sl 73.15; 51.8,12; Is 1.10. ¹⁷ Mq 7.7-9; Jr 32.40; Is 54.7-10; Sl 22.1; 88.

EXPOSIÇÃO

Estas proposições ensinam: —

1. Que esta infalível segurança não provém da essência da fé; que, ao contrário, uma pessoa pode ser realmente crente e contudo ser destituída desta segurança.

2. Que sendo, não obstante, como foi ensinado nas seções precedentes, atingível nesta vida no pleno uso dos meios ordinários,

sem qualquer revelação extraordinária, é conseqüentemente o dever de cada um envidar todo esforço por confirmar sua vocação e eleição; porquanto esta segurança, em vez de predispor os homens à negligência, tendem propriamente a aumentar

2.1. A paz e a alegria espirituais,

2.2. O amor e a gratidão a Deus e

2.3. O vigor e o deleite nas obras de obediência.

3. Os verdadeiros crentes, depois de terem alcançado esta segurança, podem tê-la abalada, diminuída e interrompida. As causas ou ocasiões para isso podem ser —

3.1. A negligência em preservar esta graça em pleno exercício;

3.2. A queda em algum pecado específico;

3.3. Algumas tentações súbitas e veementes;

3.4. O fato de Deus desviar deles, temporariamente, a luz de seu rosto.

4. Não obstante, visto que, como já ficou demonstrado no capítulo xvii., a nenhum crente verdadeiro já se permitiu seja totalmente apostatado da graça; nunca foi totalmente abandonado sem qualquer sinal do favor divino; e, a raiz da fé permanecendo nele, esta segurança, no devido tempo, é revigorada.

1. Que esta segurança infalível não provém da essência da fé salvífica é afirmado mais e mais em nossos Padrões e é procedente. A segurança, num grau ou noutro dela, faz parte da essência da fé, visto que justamente em proporção à força de nossa fé está nossa segurança da veracidade daquilo em que cremos; visto, porém, que a verdadeira fé existe em todos os diversos graus da força, e visto que seus exercícios são às vezes interrompidos, segue-se que a segurança que acompanha a verdadeira fé nem sempre é uma segurança *plena*. Confissão de Fé, cap. xiv., § 3; Catecismo Maior, questão 81.

Além disso, a expressão *plena* ou “segurança infalível”, neste capítulo, não diz respeito à certeza de nossa fé ou confiança quanto à veracidade do objetivo sobre o qual a fé repousa — isto é, a promessa divina de salvação em Cristo —, mas à certeza de nossa esperança ou fé quanto à nossa própria relação pessoal com Cristo e com a salvação eterna. Donde se segue que, enquanto a segurança, em algum grau dela, pertence à essência de toda fé real na suficiência de Cristo e na veracidade das promessas, ela em grau algum é essencial à fé genuína de que o crente deve ser persuadido ante a veracidade de sua própria experiência e da segurança de seu estado. Os teólogos conseqüentemente têm feito distinção entre a segurança da fé (Hb 10.22) — isto é, uma fé vigorosa quanto à verdade de Cristo — e a segurança da esperança (Hb 6.11) — isto é, inabalável persuasão de que somos realmente crentes e, portanto, salvos. Esta última é também chamada a segurança do senso, porquanto repousa sobre o senso interior que a alma tem da realidade de suas próprias experiências espirituais. A primeira provém da essência da fé, e termina diretamente em Cristo e sua promessa; e por isso é chamada o ato *direto* da fé. A última não provém da essência da fé, mas é seu fruto, e é chamada o ato *reflexivo* da fé, porque é delineada como uma inferência da experiência das graças do Espírito que a alma discerne quando reflete em sua própria consciência. Deus afirma que todo aquele que crê é salvo — *eis* o alvo da fé direta; eu creio — *eis* a substância da experiência consciente; portanto sou salvo — *eis* a substância da inferência e da essência da segurança *plena*.*

Que esta segurança plena de nosso próprio estado em graça não provém da essência da fé salvífica, prova-se —

1.1. À luz da forma em que a oferta da salvação em Cristo — que é o objeto da fé salvífica — é apresentada nas Escrituras: “Crê no Senhor Jesus Cristo, e serás salvo”; “Quem quiser, receba” etc.;

* Dr. William Cunningham’s “Reformers and Theology of the Reformation”, Essay iii.

“O que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora”. At 16.31; At 22.17; Jo 6.37. A matéria revelada e, portanto, a verdade aceita pela fé consiste não em que Deus é reconciliado *comigo* em Cristo, mas em que Cristo se apresenta a mim como o fundamento da verdade e me salvará se eu realmente confiar. É evidente que a confiança mesma é algo diferente da certeza de que confiamos e de que nossa confiança é do tipo certo.

1.2. Todas as promessas da Bíblia são feitas a classes — a crentes, a santos etc. — e não a indivíduos.

1.3. Paulo parecia duvidar quanto à genuinidade de sua fé muito depois de ser um crente genuíno.

1.4. Como vimos supra, a Bíblia contém muitas exortações dirigidas a crentes para que continuassem na graça da segurança plena, como algo que ficava além de seu presente alcance. Hb 10.22; 6.11; 2 Pe 1.10.

1.5. A experiência da grande corporação do povo de Deus nos tempos atuais prova a mesma coisa.

2. Visto que esta segurança infalível não provém da essência da fé, mas é seu fruto, e um dos mais elevados alcances da vida divina; e visto que a mesma pode ser alcançada nesta vida pelo uso dos meios ordinários, sem qualquer revelação extraordinária — segue-se necessariamente que alcançá-la é tanto um dever quanto uma graça, tudo aquilo que conduz a ela deve ser diligentemente buscado, e tudo aquilo que a obstrui deve ser cuidadosamente evitado. A segurança genuína não pode conduzir à negligência e indiferença no cultivo da graça e no desempenho dos deveres religiosos, visto que sua própria existência depende —

2.1. Da evidência oferecida pela diligência nesses deveres, e pelo vigor dessas graças, para que sejamos crentes genuínos; e

2.2. Do testemunho confirmativo do Espírito Santo. Como já vimos supra, nas seções i. e ii., uma segurança falsa e presunçosa deve ser discriminada daquela segurança genuína por meio de certas características claras e práticas. Ao contrário, a segurança ge-

nuína conduz naturalmente à paz e alegria legítimas e permanentes, e ao amor e gratidão a Deus; e estes, à luz das próprias leis de nosso ser, a um maior ânimo, energia e alegria na prática da obediência em cada departamento do dever. Donde se segue que cada princípio de interesse próprio e de cada obrigação, repousando sobre nós como cristãos, contribui para induzir-nos ao emprego de toda diligência na busca da plena concretização e do desfrute permanente desta graça.

3. Visto que esta segurança descansa na consciência de experiências graciosas e do testemunho do Espírito Santo; e como já vimos, nos capítulos xiii. e xvii., que os verdadeiros cristãos podem temporariamente, ainda que não totalmente, decair do exercício da graça; e visto que esses exercícios, nesta vida, nunca são perfeitos e são misturados com elementos carnis — segue-se necessariamente que a segurança que descansa neles levará o sujeito dela ao abalo, diminuição e interrupção de várias formas.

3.1. Visto ser ela tanto um dever quanto uma graça, então fica exposta por alguma falta de diligência em sua preservação em pleno exercício.

3.2. Visto que ela repousa na consciência de exercícios no âmbito da graça, então deve estar jungida, se não estiver interrompida, por alguma notável queda em pecado, a entristecer o Espírito Santo e a ferir a consciência, e assim anuviando o senso do perdão e diminuindo a evidência da graça.

3.3. O mesmo pode evidentemente ser efetuado por alguma veemente tentação.

3.4. O mesmo efeito pode ser produzido pelo afastar Deus a luz de seu rosto, à guisa de disciplina paternal, com o propósito de testar nossa fé, de convencer-nos de nossa total dependência e da auto-suficiência de seu gracioso socorro.

4. Visto que o verdadeiro crente pode cair em pecado, porém jamais cair totalmente da graça, por si só é óbvio, como ensinado nestas seções, que ele pode perder o exercício da plena segurança,

mas não pode perder o princípio do qual ela emana; e que por essa razão, através da bênção de Deus no diligente uso dos meios apropriados, ela pode ser fortalecida quando enfraquecida, e recobrada quando perdida.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada nas seções i. e ii.?
2. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
3. Qual a *terceira*?
4. Que razão temos em crer que uma segurança espúria é possível ao não-regenerado?
5. Por meio de quais testes a segurança espúria é distinguida da genuína?
6. Qual é o grau de segurança que se pode alcançar?
7. Como pode você provar que tal segurança infalível pode ser alcançada?
8. Qual foi a experiência e qual a posição dos reformadores protestantes neste ponto?
9. Que posição foi mantida por seus antagonistas romanistas?
10. Qual é a *primeira* base mencionada sobre a qual esta segurança descansa?
11. Mostre como ela resulta da divina veracidade das promessas de salvação.
12. Qual é a *segunda* base mencionada?
13. Mostre como ela emana da evidência interior da graça.
14. Qual é a *terceira* base mencionada?
15. Que diferentes opiniões têm sido nutridas quanto à natureza do testemunho dado pelo Espírito Santo?
16. Apresente todas as formas em que o Espírito Santo testifica com nossos espíritos.
17. Qual é a *primeira* proposição ensinada nas seções iii. e iv.?

18. Qual é a *segunda* ali ensinada?
19. Qual a *terceira*?
20. Qual a *quarta*?
21. Em que sentido algum grau de segurança pertence à própria essência da fé?
22. A que tema se relaciona a segurança expressa neste capítulo?
23. Explique a distinção existente entre a segurança da fé e a segurança da esperança.
24. Por que a última se chama também a segurança do *sensu*?
25. Por que ela se chama também o ato *reflexivo* da fé?
26. Prove que esta segurança plena de nosso próprio estado em graça não provém da essência da fé salvífica.
27. Mostre que o alcance desta segurança é tanto um dever quanto uma graça.
28. Mostre que a segurança genuína não pode conduzir à indiferença ou negligência do dever.
29. Mostre, ao contrário, por que seu exercício deve conduzir à alegria, à gratidão e à diligência.
30. Apresente as diversas formas pelas quais esta segurança pode ser diminuída ou perdida.
31. Mostre por que ela jamais poderá ser perdida sem ser recobrada.

CAPÍTULO XIX

DA LEI DE DEUS

Seção I. – Deus deu a Adão uma lei, na forma de um pacto de obras, pela qual Deus obrigou a ele e a toda a sua posteridade a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição de a cumprir, e o ameaçou com a morte se a violasse; e dotou-o com poder e capacidade para guardá-la.¹

Seção II. – Esta lei, depois da queda de Adão, continuou a ser uma perfeita norma de justiça; e, como tal, foi entregue por Deus no Monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas;² os primeiros quatro mandamentos contêm nosso dever para com Deus; e os outros seis, nosso dever para com o homem.³

¹ Gn 1.26,27; 2.17; Rm 2.14,15; 10.5; 5.12,19; Gl 3.10,12; Ec 7.29; Jó 28.28. ² Tg 1.25; 2.8,10-12; Rm 8.8,9; Dt 5.32; 10.4; Êx 34.1. ³ Mt 22.37-40.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: —

1. Que Deus, como o supremo Governante moral do universo, introduziu a raça humana à existência como uma ordem de criaturas morais, em inalienável e perpétua sujeição a uma lei moral toda-perfeita, a qual em todos os seus elementos obriga a consciência humana e requer perfeita obediência.

2. Que Deus, como o Guardião da raça humana, entrou num pacto especial com Adão, como a cabeça natural da raça, constituindo-o também a cabeça federal de toda a humanidade e requerendo

do dele, durante o período de prova, perfeita obediência à lei supra mencionada, prometendo a ele e aos seus descendentes nele confirmação em santidade e felicidade eternas como recompensa pela obediência, e ameaçando-o com sua ira e maldição como punição por sua desobediência.

3. Esta lei, depois da queda [de Adão], e da introdução da dispensação da salvação através do Messias, ao cessar de oferecer salvação com base na obediência, continuou, não obstante, a ser a expressão revelada da vontade de Deus, obrigando todas as consciências humanas como norma de vida.

4. Que esta lei moral tem sido, para nossa instrução, sumariamente compreendida, quanto aos seus princípios gerais, em sua aplicação às principais relações que os homens mantêm com Deus e uns com os outros, nos Dez Mandamentos, “os quais foram dados pela voz de Deus no Monte Sinai e por ele escritos em duas tábuas de pedra, e estão registrados no vigésimo capítulo de Êxodo. Os quatro primeiros mandamentos contêm nossos deveres para com Deus; e os outros seis, nossos deveres para com o homem”. Catecismo Maior, questão 98.

1. Deus introduziu o homem em sua criação como um agente moral, em inalienável e perpétua sujeição a uma lei moral todo-perfeita, a qual obriga sua consciência e requer obediência perfeita. Isso se deduz por si mesmo evidente e necessariamente da própria natureza de Deus como Governante moral, bem como da natureza do homem como agente moral.

Desta lei observamos —

1.1. Que ela tem sua base na natureza todo-perfeita e imutável de Deus. Quando afirmamos que Deus é santo, não queremos dizer que ele faz o certo ser certo por simplesmente querê-lo, mas que ele o quer justamente porque é certo. Portanto, deve haver um padrão absoluto de justiça. Esse padrão absoluto de justiça é a natureza divina. O juiz infalível da justiça é a inteligência divina. O

executor e norma todo-perfeitos da justiça entre as criaturas é a vontade divina. A forma de nossos deveres emana de nossas diversas relações com Deus e com o homem; mas o princípio invariável sobre o qual todo dever se fundamenta, e o qual imprime sua obrigação moral, está radicado na imutável natureza de Deus, da qual sua vontade é a expressão externa. Todas as leis divinas pertencem a uma ou outra de quatro classes. Elas são, ou —

1.1.1. Aquelas que se fundamentam diretamente nas perfeições da natureza divina, e são, portanto, absolutamente imutáveis e irrevogáveis ainda por Deus mesmo. Essas são, por exemplo, o dever de amor e obediência a Deus, e de amor e veracidade em nossas relações para com as criaturas nossas iguais. Ou —

1.1.2. Aquelas que têm sua base imediata na natureza e relações permanentes dos homens; como, por exemplo, as leis que protegem os direitos de propriedade e regulam a relação dos sexos. Essas continuam imutáveis enquanto continuar a presente constituição da natureza, e são de obrigação universal, tanto em razão de sua propriedade natural quanto por causa da vontade de Deus pela qual se vêem forçados; embora Deus, que é o Autor da natureza, possa em instâncias especiais protelar a aplicação da lei, segundo seu beneplácito, como fez no caso da poligamia entre os antigos judeus. Ou —

1.1.3. Aquelas que têm sua base imediata nas relações mutáveis de indivíduos e comunidades. Desta classe é a grande massa de leis civis e judiciais dos antigos judeus, as quais expressam a vontade de Deus a seu respeito em suas circunstâncias peculiares, e que naturalmente pretendem ser obrigatórias só até onde as condições especiais a que são apropriadas existirem. Ou —

1.1.4. Aquelas que dependem totalmente, para sua obrigatoriedade, da ordem positiva de Deus, as quais não são nem universais nem perpétuas, mas obrigam somente as pessoas a quem Deus as destinou, e só até onde a sanção positiva durar. Esta classe inclui todos os ritos e cerimônias etc.

1.2. Observamos em segundo lugar que essa lei moral, pelo menos em seus princípios essenciais, e até onde era necessária para guiar os homens num estado de inocência, foi revelada na própria constituição da natureza humana; e embora tenha sido grandemente obscurecida pelo pecado, a mesma permanece suficientemente clara para tornar os pagãos ainda mais sem desculpa. Isso é indubitável —

1.2.1. Porque é asseverado por Paulo (Rm 1.19,20; 2.14,15);

1.2.2. À luz do fato de todos os pagãos possuírem e agirem com tal senso inato de direito e de responsabilidade moral, ainda que em vários graus sejam ignorantes quanto a deveres morais específicos. Esta lei moral escrita no coração era parte do dote original de Adão quando foi criado, como vimos no capítulo iv, § 2.

1.3. Observamos que a revelação desta lei moral de Deus feita na constituição humana, por mais suficiente tenha sido ela para guiar o homem antes da queda, nas relações naturais que mantinha com seu Criador, é em suas atuais circunstâncias totalmente insuficiente, como vimos no capítulo i., § 1. Por isso aprouve a Deus fazer uma revelação mais plena e explícita de sua lei, ao homem, nas Escrituras inspiradas tomadas como um todo, a qual é a única e suficiente norma de fé e prática, como vimos no capítulo i.

1.4. Observamos em quarto lugar que sendo as Escrituras a *única* e *completa* norma de fé e prática, tudo que é revelado nela segundo sua vontade de Deus é parte da lei moral para os cristãos; e tudo que não é revelado nela segundo sua vontade, quer diretamente quer por implicação necessária, não é de forma alguma parte de nossa obrigação moral. Veja-se capítulo xvi., §§ 1 e 2.

2. Que Deus introduziu Adão, como cabeça e representante de toda a família humana, em sua criação, numa relação pactual com a lei, fazendo de um período de prova, de perfeita obediência à lei, a condição de seu caráter e destino perene, já examinamos no capítulo vii., §§ 1 e 2. A seguir à queda de Adão, ele e toda a sua raça se tornaram incapazes, por si mesmos, de satisfazer aquele pacto, e então aprouve a Deus enviar seu Filho, sujeito à lei, nascido de

mulher, para cumprir, como o segundo Adão, todos os requerimentos do pacto legal em lugar de seus eleitos, bem como para assegurar-lhes todos os seus benefícios, como vimos no capítulo viii.

3. Enquanto a lei, em sua relação com o pacto de obras, foi cumprida por nosso Fiador, de tal modo que não mais estamos debaixo da lei nessa função (Rm 6.14), não obstante a lei, como norma de ação e padrão de caráter, é imutável, sem qualquer abrandamento, e inalienável em suas relações pessoais. Cristo cumpriu a lei por nós vicariamente como a condição de salvação, e nessa base somos justificados. Mas ninguém pode ser vicariamente conformado à lei em nosso lugar como norma de conduta ou de caráter moral. Portanto, enquanto Cristo cumpriu a lei *por* nós, o Espírito Santo cumpre a lei *em* nós, santificando-nos em completa conformidade a ela. E em obediência a esta lei, o crente produz aquelas boas obras que são frutos, ainda que não o fundamento de nossa salvação.

4. Que esta lei moral foi sumariamente compreendida em duas tábuas da lei, denominada os Deus Mandamentos, é um fato indiscutível. Com isso não significa que todo dever que Deus ora requer dos cristãos seja diretamente derivado do Decálogo, mas que os princípios gerais da lei de perfeição moral infinita, quando conciliados às relações gerais mantidas pelos homens com Deus e uns com os outros, podem ser encontrados ali. Isso é indubitável, porque —

4.1. As duas tábuas da lei foram depositadas no propiciatório, que era o trono de Deus, e foram chamadas as testemunhas de Deus contra os pecados do povo; e acima delas, na “tampa” ou propiciatório, o sumo sacerdote aspergia o sangue da oferta pelo pecado. Dt 10.1-5; Êx 30.6; 31.18; Lv 16.14,15. Elas, portanto, representavam aquela lei de justiça todo-perfeita que é a base do trono de Deus e a qual é a testemunha de Deus contra o pecado humano, e a qual é propiciada pelo sacrifício expiatório de Cristo.

4.2. Os Dez Mandamentos ensinam o amor a Deus e ao homem; e deles, diz nosso Senhor, depende toda a Lei e os Profetas. Mt 22.37-40.

4.3. Cristo disse que se alguém guardar esta lei, viverá. Lc 10.25-28.

4.4. Todo dever específico ensinado em qualquer parte das Escrituras pode mais ou menos diretamente referir-se a um ou outro dos preceitos gerais ensinados no Decálogo.

Esses mandamentos foram originalmente escritos pelo dedo de Deus, pessoalmente, em duas tábuas de pedra. Os primeiros quatro dizem respeito aos deveres que o homem deve a Deus; e os seis restantes dizem respeito aos deveres que devemos ao nosso próximo. A Igreja Romana subscreve somente três mandamentos na primeira tábua e sete na segunda. Ela faz uma junção do primeiro mandamento com o segundo, para fazer parecer que somente o culto a falsos deuses e imagens deles é proibido, enquanto que as imagens do Deus verdadeiro e dos santos não são excluídas dos instrumentos de culto; e, a fim de conservar o número, ela divide o décimo em dois — fazendo da primeira cláusula o nono mandamento, e as cláusulas restantes, o décimo.

A grande regra para interpretar-se o Decálogo é ter sempre em mente que ele é a lei de Deus, não a lei do homem — que ele considera e requer a conformidade das afeições e disposições governantes tanto do coração quanto das ações externas. Cada mandamento envolve um princípio moral geral, aplicável a uma ampla variedade de condições particulares no tocante aos motivos e propósitos da ação, bem como da ação em si mesma. As regras de interpretação, delineadas no Catecismo Maior, questão 99, são substancialmente as seguintes: —

4.4.1. A lei é perfeita, requerendo perfeita obediência, e condenando a falta mínima como sendo pecado.

4.4.2. Ela é espiritual, levando em conta os pensamentos, sentimentos, motivos e estado interior tanto dos corações quanto das ações.

4.4.3. Que cada mandamento subentende uma proibição correspondente, e cada proibição, um mandamento correspondente; e cada promessa, uma ameaça correspondente, e cada ameaça, uma promessa correspondente.

4.4.4. Que sob um pecado ou dever, todos da mesma espécie são proibidos ou ordenados, juntamente com tudo quanto, direta ou indiretamente, é a causa ou ocasião dos mesmos.

4.4.5. Que somos não apenas obrigados a cumprir, por nós mesmos, a lei, mas também de auxiliar, o quanto pudermos, as outras pessoas a procederem da mesma forma.

Seção III. – Além dessa lei, comumente chamada moral, aprouve a Deus dar ao povo de Israel, como uma Igreja em menoridade, leis cerimoniais, contendo diversas ordenanças típicas: em parte referentes ao culto, prefigurando Cristo, suas graças, ações, sofrimentos e benefícios;⁴ e em parte representando diversas instruções de deveres morais.⁵ Todas essas leis cerimoniais estão agora abolidas sob o Novo Testamento.⁶

Seção IV. – A esse povo também, como um corpo político, Deus deu diversas leis judiciais que expiraram juntamente com o estado desse povo, e que agora não obrigam a ninguém além do que requeira sua equidade geral.⁷

Seção V. – A lei moral obriga a todos a prestar-lhe obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas quanto as demais,⁸ e isso não só em consideração à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu.⁹ Tampouco Cristo no evangelho de modo algum desfaz essa obrigação, antes a reveste de maior vigor.¹⁰

⁴ Hb 9; 10.1; Gl 4.1-3; Cl 2.17. ⁵ 1 Co 5.7; 2 Co 6.17; Jd 23. ⁶ Cl 2.14,16,17; Dn 9.27; Ef 2.15,16. ⁷ Êx 21; 22.1-29; Gn 44.10; 1 Pe 2.13,14; Mt 5.17,38,39; 1 Co 9.8-10. ⁸ Rm 13.8-10; Ef 6.2; 1 Jo 2.3,4,7,8. ⁹ Tg 2.10,11. ¹⁰ Mt 5.17-19; Tg 2.8; Rm 3.31.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que além da lei moral sumariamente expressa no Decálogo, Deus deu aos judeus uma lei cerimonial, na qual, através de tipos e símbolos,

1.1. Cristo e sua obra se manifestavam e

1.2. certas verdades morais eram inculcadas.

2. Que também lhes deu, como um corpo político, um sistema de leis judiciais.

3. Que tanto as leis cerimoniais quanto as leis judiciais dos judeus cessaram de vigorar qualquer obrigatoriedade na economia cristã.

4. Que, em contrapartida, a lei moral continua com sua autoridade intocável, não só porque seus elementos sejam intrinsecamente obrigatórios, mas por causa também da autoridade divina que continua a impô-la. E Cristo, em vez de reduzir a obrigação de obedecê-la, a tem aumentado sensivelmente.

Já apresentamos, nas seções precedentes deste capítulo, os princípios que distinguem as diferentes classes de mandamentos divinos.

Aqueles mandamentos que têm sua base ou razão, ou nos princípios essenciais da natureza divina, ou na constituição permanente das coisas, naturalmente não perderam seu vigor com a introdução da dispensação cristã. Ao contrário, foi precisamente a lei de perfeita retidão moral que Cristo vicariamente cumpriu como nosso representante, e assim tornou-se “o fim da lei para justiça para todo aquele que crê”. Rm 10.4. Cristo também redimiu seu povo “de toda iniquidade”, para que fosse “zeloso de boas obras” (Tt 2.14; e vimos no capítulo 16 que só são boas obras aquelas que são feitas em obediência à lei. Por meio da redenção, também, Cristo conduziu seu povo a uma nova e mais elevada obrigação à obediência; ele fornece novos motivos, e nas graças da regeneração e

santificação ele comunica à alma novas energias e encorajamento à obediência. Algumas dessas leis originais, encontradas na constituição das coisas, aprouve a Deus, sob a dispensação mosaica, relaxar a um certo ponto, como no caso do matrimônio e divórcio; mas em cada caso a lei original, em vez de ser anulada, foi restaurada à sua prístina amplitude e autoridade, tanto por Cristo quanto por seus apóstolos. O Sermão do Monte, registrado no quinto, sexto e sétimo capítulos de Mateus, é um exemplo da maneira como o espírito do Cristianismo exalta e expande a letra da lei além de qualquer revelação dela previamente feita.

Os princípios pelos quais temos de determinar que elemento a lei promulgada sob a antiga dispensação é revogado, e que elemento permanece em pleno vigor sob a nova dispensação, são os seguintes: —

(1.) Quando a obrigação continuada de algum mandamento é asseverada ou praticamente reconhecida no Novo Testamento, é evidente que a mudança de dispensação não causou nenhuma mudança na lei. Por isso as provisões da lei moral são constantemente reconhecidas no Novo Testamento. Em contrapartida, quando a ratificação é explicitamente rescindida, ou sua revogação implícita por aquilo que é ensinado no Novo Testamento, o caso se faz também evidente.

(2.) Onde não há informação direta sobre a questão ser deduzida do Novo Testamento, um cuidadoso exame da razão da lei nos fornecerá boa base de juízo quanto à sua perpetuidade. Se a razão original para sua ratificação é universal e permanente, e a lei nunca foi explicitamente rescindida, então ela permanece em vigor. Se a razão da lei é transitória, seu vigor obrigatório é também transitório. A instituição mosaica pode ser vista de diferentes aspectos: —

a. Como um pacto nacional e político, através do qual, sob seu governo teocrático, os israelitas se tornaram o povo de Jeová e este tornou-se seu Rei, e no qual a Igreja e o Estado são idênticos.

b. Em outro aspecto, ela constituiu um pacto legal, visto que a lei moral, cuja obediência era a condição de vida no pacto adâmico,

foi então proeminentemente representada nos Dez Mandamentos e feito a base do novo pacto de Deus com seu povo. Mesmo o sistema cerimonial, em seu aspecto meramente literal e parte de seu aspecto cerimonial, era uma norma de obras; pois maldito era aquele que não fosse confirmado em todas as obras da lei para praticá-las. Dt 27.26.

c. Ela continha também um elaborado sistema de símbolos, nos quais as verdades espirituais eram significativamente representadas por sinais externos e visíveis, a vasta maioria dos quais eram tipos ou símbolos proféticos, representando a pessoa e obra de Cristo e os benefícios de sua redenção.

Que a lei cerimonial introduzida por Moisés era típica de Cristo e sua obra é ensinado por todo o Novo Testamento, especialmente na Epístola aos Hebreus. Foi declarado ser ela “sombra das coisas por vir, mas o corpo é de Cristo”. O tabernáculo e seus ministérios eram “modelos das coisas celestiais”, bem como figuras, antítipos, do verdadeiro tabernáculo, no qual Cristo agora entrou por nós. Cl 2.17; Hb 9.23,24. Diz-se ter Cristo efetuado nossa salvação, oferecendo-se em sacrifício, e de agir como nosso sumo sacerdote. Ef 5.2; Hb 9.11,12,26,28; 13.11,12. Que a vinda de Cristo substituiu e para sempre desfez as leis cerimoniais é também evidente à luz de cada fato já apresentado – que suas cerimônias eram tipos dele, que eram sombras das quais ele era a substância. Todo o propósito e desígnio dessas cerimônias foram evidentemente cumpridos assim que a real obra de satisfação de Cristo foi consumada; e portanto não é apenas uma verdade ensinada na Escritura (Hb 10.1-14; Cl 2.14-17; Ef 2.15,16), mas um inegável fato histórico, ou seja, que a obra sacerdotal de Cristo imediata e definitivamente substituiu a obra do sacerdócio levítico. No exato momento da morte de Cristo, o véu que separava o trono divino do acesso humano “foi rasgado em duas partes, de alto a baixo” (M 27.50,51), abrindo assim o caminho a todos e prescindindo os sacerdotes e seu cerimonial para sempre.

Que as leis judiciais dos judeus cessaram de obrigar-nos, segue-se claramente, à luz do fato de que as relações peculiares do povo com Deus, como Rei teocrático, e uns com os outros, como membros juntamente de uma Igreja-Estado do Velho Testamento, à qual essas leis se ajustavam bem, agora não mais existem.

Seção VI. – Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados,¹¹ contudo ela é de grande proveito tanto para eles quanto para os demais. Como norma de vida, ela os informa da vontade de Deus e de seus deveres, os dirige e os obriga a andarem convenientemente;¹² descobre-lhes também as poluições pecaminosas de sua natureza, de seus corações e vidas;¹³ de maneira que, examinando-se à luz dela, podem chegar a uma convicção mais profunda do pecado, a uma mais profunda humilhação e aversão por ele;¹⁴ ao mesmo tempo que dá mais clara visão da necessidade que têm de Cristo e da perfeição de sua obediência.¹⁵ Ela é igualmente de utilidade aos regenerados, para refrear suas depravações, pois proíbe o pecado;¹⁶ e suas ameaças servem para demonstrar o que seus pecados merecem, e quais as aflições que nesta vida podem esperar por causa deles, ainda que estejam livres da maldição ameaçada na lei.¹⁷ A promessa dela, de igual modo, lhes mostra que Deus aprova sua obediência e quais as bênçãos que podem esperar do cumprimento dessa obediência,¹⁸ ainda que essas bênçãos não sejam devidas pela lei como um pacto de obras;¹⁹ assim como fazer um homem o bem, e refrear-se do mal, só porque a lei estimula isso e proíbe aquilo, não é evidência de estar ele debaixo da lei, e não debaixo da graça.²⁰

Seção VII. – Nem são os supracitados usos da lei contrários à graça do evangelho, senão que suavemente se harmonizam com ela;²¹ o Espírito de Cristo submete e capacita a vontade humana a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que se faça.²²

¹¹ Rm 6.14; Gl 2.16; 3.13; 4.4,5; At 13.39; Rm 8.1. ¹² Rm 7.12,22,25; Sl 119.4-6; 1 Co 7.19; Gl 5.14,16,18-23. ¹³ Rm 7.7; 3.20. ¹⁴ Tg 1.23-25; Rm 7.9,14,24. ¹⁵ Gl 3.24; Rm 7.24,25; 8.3,4. ¹⁶ Tg 2.11; Sl 119.101,104,128. ¹⁷ Ed 9.13,14; Sl 89.30-34. ¹⁸ Lv 26.1-14; 2 Co 6.16; Ef 6.2,3; Sl 37.11; Mt 5.5; Sl 19.11. ¹⁹ Gl 2.16; Lc 17.10. ²⁰ Rm 6.12,14; 1 Pe 3.8-12; Sl 34.12-16; Hb 12.28,29. ²¹ Gl 3.21. ²² Ez 36.27; Hb 8.10; Jr 31.33.

EXPOSIÇÃO

Nestas seções se afirma: —

1. Que desde a queda ninguém é capaz de alcançar a justiça e a vida eterna através da obediência à lei. Isso é além de qualquer dúvida, já que todos os homens têm pecado; já que a natureza humana é depravada; já que a lei demanda perfeita e perpétua obediência; e já que “se a justiça vem pela lei, então Cristo morreu em vão”. Gl 2.21.

2. Que todos quantos abraçaram o evangelho de Cristo não mais estão debaixo da lei como um pacto de vida, mas debaixo da graça.

3. Que, não obstante, sob a dispensação do evangelho, e em perfeita harmonia com seus princípios, a lei é de multiformes utilidades a todas as classes de pessoas, especialmente nos seguintes aspectos: —

3.1. Para todos os homens, em termos gerais, a lei é uma revelação do caráter e da vontade de Deus, um padrão de excelência moral e uma norma para a regulamentação das ações.

3.2. Para os homens não regenerados, considerados em relação ao evangelho, a lei é útil para convencê-los da santidade e justiça de Deus, de sua própria culpa e depravação, de sua total inabilidade para cumprir suas exigências e, portanto, para agir como um pedagogo para conduzi-los a Cristo. Rm 7.7-13; Gl 3.24.

3.3. Com respeito aos pecadores incorrigíveis, a lei é útil para reprimir a irrupção de suas paixões, para fazer sua desobediência sem justificativa, para vindicar a justiça divina na condenação deles e para fazer seus exemplos uma advertência a outros. 1 Tm 1.9; Rm 1.20; 2.15; Jo 3.18,36.

3.4. No tocante aos homens regenerados, a lei continua sendo indispensável como instrumento do Espírito Santo na obra de santificação deles. Ela continua sendo para eles um inflexível padrão de justiça, ao qual sua natureza e suas ações devem corresponder. Ela lhes mostra a extensão de suas obrigações para com Cristo, e quanto mais restritas, mais devem ser apreendidas, a fim de que, nelas, Cristo Jesus seja apreendido. Ela, portanto, tende a estabelecer nos regenerados o hábito da convicção do pecado, do arrependimento e fé. Suas ameaças e suas promessas apresentam motivos para desistir do pecado e assegurar-se da graça, e assim guiando a alma para aquela abençoada obtenção, quando a lei de Deus soberanamente imposta se tornará a espontânea lei de nossos espíritos, e daí aquela real lei da liberdade, da qual fala Tiago. Tg 1.25; 2.8,12. Veja-se Catecismo Maior, questões 94-97.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada nas duas primeiras seções?
2. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Por que é indubitável que em sua criação Deus colocou o homem sob inalienável e perpétua obrigação de obedecer à lei moral?
6. Qual é a base e norma últimas de toda lei?
7. Que relação, neste aspecto, a vontade divina manterá com a natureza divina?
8. Em quantas classes todas as leis divinas podem ser distribuídas?
9. Apresente as características da *primeira* classe.
10. Faça o mesmo com a *segunda* classe.
11. Faça o mesmo com a *terceira* classe.
12. Faça o mesmo com a *quarta* classe.
13. Como esta lei moral foi inicialmente revelada?

14. Apresente a prova de sua resposta.
15. Esta lei, como *assim* revelada, é suficiente às necessidades do homem desde a queda?
16. Onde está a única revelação completa da vontade de Deus feita ao homem?
17. Que conclusões práticas se deduzem do fato de que as Escrituras são a única norma de fé e prática, e completa como tal?
18. Em que relação especial com a lei foi o homem introduzido em sua criação?
19. Qual foi o resultado desse arranjo?
20. Quem assumiu o lugar perdido por Adão nesse pacto?
21. Os eleitos ficaram isentos das reivindicações que a lei nos faz em cada relação? Se não, em que aspecto a lei continua obrigando?
22. O que fica implícito quando se assevera que toda a lei moral é sumariamente compreendida nos Dez Mandamentos?
23. Prove que esse é o fato.
24. De que maneira e com que propósito a Igreja de Roma falsificou o Decálogo?
25. Qual é o grande princípio que temos que conservar quando interpretamos o Decálogo?
26. Qual é a *primeira* regra estabelecida no Catecismo Maior, questão 99?
27. Qual é a *segunda* regra ali estabelecida? Qual a *terceira*, a *quarta* e a *quinta*?
28. Qual é a *primeira* proposição ensinada na terceira, na quarta e na quinta seções?
29. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
30. Qual a *terceira*?
31. Qual a *quarta*?
32. Quais as leis que não foram invalidadas pela introdução da dispensação cristã?

33. Prove que a lei moral não foi invalidada.
34. Por quais princípios temos que determinar quais leis são permanentes e quais são de obrigatoriedade transitória?
35. Em que diferentes aspectos pode a instituição mosaica ser vista?
36. Como você poderia provar que o sistema cerimonial introduzido por Moisés foi típico de Cristo e sua obra?
37. Apresente a diferença existente entre um símbolo e um tipo.
38. Mostre que o sistema cerimonial foi substituído por Cristo.
39. Mostre que as leis judiciais dos judeus não mais são obrigatórias.
40. Qual é a *primeira* proposição ensinada na sexta e sétima seções?
41. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
42. Qual a *terceira*?
43. Quais são as vantagens da lei para os homens em geral sob a dispensação do evangelho?
44. Quais são suas vantagens para os não-regenerados diante dos oferecimentos da graça no evangelho?
45. Quais são suas vantagens com respeito aos pecadores incorrigíveis?
46. Quais são suas vantagens para os regenerados?

CAPÍTULO XX

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

Seção I. – A liberdade que Cristo, sob o evangelho, granjeou para os crentes, consiste em serem eles libertos da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral;¹ e em serem eles libertos deste presente mundo mau, da escravidão a Satanás e do domínio do pecado,² da nocividade das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna;³ bem como em terem eles livre acesso a Deus,⁴ em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e de espírito voluntário.⁵ Tudo isso era comum também aos crentes sob a lei;⁶ mas, sob o Novo Testamento, a liberdade dos cristãos é muito mais ampla, estando eles livres do jugo da lei cerimonial, à qual estava sujeita a Igreja judaica,⁷ e tendo mais ousadia em seu acesso ao trono da graça⁸ e mais plenas comunicações do gracioso Espírito de Deus do que ordinariamente participavam os crentes sob a lei.⁹

¹ Tt 2.14; 1 Ts 1.10; Gl 3.13. ² Gl 1.4; Cl 1.13; At 26.18; Rm 6.14. ³ Rm 8.28; Sl 119.71; 1 Co 15. 54-57; Rm 8.1. ⁴ Rm 5.1,2. ⁵ Rm 8.14,15; 1 Jo 4.18. ⁶ Gl 3.9,14. ⁷ Gl 4.1-3,6,7; 5.1; At 15.10,11. ⁸ Hb 4.14,16; 10.19-22. ⁹ Jo 7.38,39; 2 Co 3.13,17,18.

EXPOSIÇÃO

O tema deste capítulo consiste em que a liberdade pela qual Cristo faz o seu povo livre é muito diferente daquela liberdade da vontade que discutimos no capítulo ix. Vimos ali que a liberdade

da vontade é uma faculdade constitucional e inalienável da alma humana, por meio da qual ela sempre exercita suas volições quanto a tudo o que lhe agrada em qualquer caso. Essa liberdade da vontade é essencial à livre agência, e é possuída por todos os agentes livres, bons ou maus, do contrário não seriam considerados responsáveis. A liberdade cristã, em contrapartida, implica duas coisas: —

1. É em tal condição espiritual interior da alma que uma pessoa tem pleno poder, através da graça, de desejar e querer segundo deve agir de conformidade com a lei de Deus; e

2. É por meio de tais relações com Deus que uma pessoa se vê livre dos constrangedores motivos de medo e é conduzida aos enobrecedores impulsos do amor e da esperança; e essas são as relações com Satanás e com os homens maus de cujas influências coercitivas ele é libertado; e essas são as circunstâncias providenciais que ele conhece como sendo privilégios e graciosos auxílios para livrar-se de tais relações. Essa liberdade envolve a transformação da natureza efetuada na regeneração e aperfeiçoada na santificação e a mudança de relação envolvida na justificação. Ela é o principal elemento na graça da adoção e um privilégio de todos os filhos de Deus. Rm 8.14,15. Foi-nos adquirida por Cristo e é, portanto, atribuída a ele (Gl 5.1); é aplicada e eficazmente operada em nós pelo Espírito Santo, e portanto atribuída a ele. 2 Co 3.17.

Esta seção estabelece esta preciosa e mui compreensível graça cristã em duas ordens. A *primeira*, como é comum a todos os crentes em todos os tempos; e, a *segunda*, como é desfrutada preeminentemente em certos aspectos pelos crentes da nova dispensação em contraste com os crentes sob a antiga.

1. Visto que esta liberdade cristã é comum a todos os crentes em todas as épocas, ela consiste principalmente dos seguintes particulares: —

1.1. Eles são libertados da culpa do pecado e da maldição da lei moral. Isso é feito, como vimos no capítulo xi., quando o crente é

justificado, sua culpa, no estrito rigor da justiça, cancelada e todas as exigências da lei satisfeitas, creditando em sua conta a perfeita justiça de Jesus Cristo. A *culpa* de seu pecado, uma vez realmente extinta, e as exigências da lei, uma vez perfeitamente satisfeitas, não podem mais mantê-lo em cativeiro. “É Deus quem os justifica: quem os condenará?” Rm 8.33,34.

1.2. São libertados também da escravidão do pecado como um princípio inerente de sua natureza. Esse livramento começa na regeneração e é concretizado e aperfeiçoado na santificação, como vimos nos capítulos x. e xiii. Permanece ainda uma lei em seus membros a guerrear contra a lei de sua mente, e trazendo-os ao cativeiro da lei do pecado que está em seus membros (Rm 7.23); não obstante, a habitação do Espírito Santo opera com eles para que queiram e ajam segundo o beneplácito do Espírito, assegurando-lhes, assim, a vitória final. Veja-se capítulo xvii.

1.3. Dessa forma desfrutam de paz com Deus. Isso inclui os dois preciosos benefícios da reconciliação de Deus conosco, através da propiciação de nosso Sumo Sacerdote, e nossa reconciliação com ele através da obra do Espírito Santo. E assim somos libertados daquele medo que atormenta e leva à escravidão, e possuímos aquele amor filial, submisso e confiante derramado em nossos corações, o qual lança fora todo o medo. 1 Jo 4.18. O Espírito Santo pessoalmente é o penhor de nossa herança, e testifica com nossos espíritos que somos filhos de Deus. Rm 8.16. Portanto, tendo um Sumo Sacerdote sobre a casa de Deus, temos grande confiança de entrar no próprio santo dos santos através de um novo e vivo caminho aberto por Cristo, onde Deus faz a seus amados as mais claras revelações e as mais plenas comunicações de sua graça.

1.4. São libertados do cativeiro de Satanás e da influência dominante deste presente mundo mau. O poder do “mundo” e do “diabo” depende da “carne” ou do estado corrupto do próprio coração humano. Cristo “foi em todos os pontos tentado como o somos, contudo sem pecado”. Hb 4.15. O ato de justificação con-

sagra o crente a Deus. A obra de santificação quebra o poder da tentação, Deus em cada caso ou graciosamente nos capacita a resistir e saímos vencedores, ou providencialmente nos abre uma via de escape. 1 Co 10.13. E assim Satanás, também, fica sujeito ao seu poder; ele nos ajuda a resistir a Satanás e o põe em fuga, e o excesso de seu poder maligno ele intercepta e restringe.

1.5. São libertados da malignidade das aflições e do aguilhão da morte. O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei, mas Cristo os libertou da maldição da lei, fazendo-se maldição por eles. Na justificação, a relação do crente com a lei é permanentemente mudada. A lei não é mais a base de sua salvação. E a morte, bem como todos os dolorosos incidentes desta vida, que são as conseqüências do pecado, os quais, para os réprobos, são partes da penalidade do pecado infligida em decorrência da lei, aos verdadeiros crentes são elementos da graça corretiva de Deus, destinada ao seu aperfeiçoamento. Hb 12.6-11. Pela morte de Cristo, os crentes são libertados do temor da morte. Hb 2.14,15.

1.6. São também libertados da vitória do túmulo e da condenação eterna. O primeiro efeito da redenção que o verdadeiro crente sensivelmente experimenta em si é o perdão de seus pecados. Se seus pecados são perdoados, as conseqüências penais deles são removidas. “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus.” Rm 8.1. Portanto não há porque temer o que vem depois da morte. Até mesmo nossos corpos mortais são membros de Cristo e templos do Espírito Santo, o qual os vivificará e os transformará na semelhança de nosso glorioso Redentor. 1 Co 6.15,19; Rm 8.11; Fp 3.21.

2. Em certos aspectos, os crentes sob o Evangelho desfrutam desta liberdade cristã em um grau mais elevado do que aquela desfrutada pelos crentes sob o Velho Testamento: —

2.1. O crente do Novo Testamento é libertado da obrigação da lei cerimonial. Essa lei era para o crente do Velho Testamento a revelação do evangelho do Filho de Deus, e portanto uma bênção inestimável; mas ficou comparativamente tão obscurecida com sím-

bolos e cerimônias materiais, que o apóstolo denominou todo o sistema de “elementos do mundo”, sob os quais os judeus viviam “em escravidão” (Gl 4.3); um “jugo de escravidão” (Gl 5.1) e “ordenanças carnis a eles impostas até ao tempo de reforma”. Hb 9.10. E, em contraste com isso, ele exorta os cristão gálatas a “permanecerem firmes na liberdade para a qual Cristo nos libertou”. Gl 5.1. Desfrutamos da luz meridiana provinda da pessoa e obra de nosso adorável Redentor em pessoa. Temos o raio direto em vez do refletido – acesso imediato ao Pai em vez de uma limitada aproximação através da mediação de sacerdotes e de um santuário externo.

2.2. Em conexão com isso, os crentes sob a presente dispensação têm maior ousadia de aproximar-se de Deus, e mais plenas comunicações de seu Espírito. A maior ousadia ora desfrutada evidentemente resulta da mais clara e mais completa revelação ora desfrutada do método e completude da redenção e maior plenitude nas comunicações do Espírito Santo. Esta divina pessoa, como sabemos, inspirou os profetas do Velho Testamento e santificou os santos do Novo Testamento; não obstante, a nova dispensação é preminentemente caracterizada pela clareza com que a verdade acerca do ofício do Espírito Santo é revelada e a plenitude com que sua influência é dispensada. Cristo prometeu o dom do Espírito Santo nessa preeminente medida dele depois de sua ascensão. Jo 15.26. Foi dito previamente: “O Espírito Santo não havia ainda sido dado, porque Jesus não havia ainda sido glorificado.” Jo 7.39. Depois de sua ascensão, no grande dia de Pentecoste, Pedro disse que em cumprimento à profecia do Velho Testamento (Is 44.3; Ez 36.27; Jl 2.28,29), e à promessa de Cristo, “ele foi exaltado à destra de Deus, e havendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto, que ora vedes e ouvis”. At 2.16,17,33.

Seção II. – Deus é o único Senhor da consciência,¹⁰ e a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, são contrários à sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, vão além dela.¹¹ De modo que, crer em tais dou-

trinas, ou obedecer a tais mandamentos, por motivo de consciência, equivale a trair a verdadeira liberdade de consciência;¹² e requer deles uma fé implícita e uma obediência absoluta e cega, equivale a destruir a liberdade de consciência e a própria razão.¹³

Seção III. – Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, praticam qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, com isso destroem o propósito da liberdade cristã; pelo contrário, uma vez livres das mãos de nossos inimigos, sirvamos ao Senhor, sem medo, em santidade e justiça, diante dele, todos os dias de nossa vida.¹⁴

Seção IV. – Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não são destinados por Deus para destruir, mas para que mutuamente nos edifiquemos e preservemos uns aos outros; aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legal, ou ao exercício legal do mesmo, quer civil, quer eclesiástico, resistem à ordenação de Deus.¹⁵ E se porventura publicarem tais opiniões, ou defenderem tais práticas, como sendo contrárias à luz da natureza, ou aos princípios conhecidos do Cristianismo, seja concernentes à fé, ao culto ou à conversação; ou ao poder da santidade; ou àquelas opiniões ou práticas errôneas, como estando em sua própria natureza, ou no modo de publicá-las ou defendê-las, são destrutivas da paz externa e da ordem que Cristo estabeleceu na Igreja, podem legalmente ser chamados a prestar contas e processados com as censuras da Igreja.¹⁶ *

¹⁰ Tg 4.12; Rm 14.4. ¹¹ At 4.19; 5.29; 1 Co 7.23; Mt 18.8-10; 2 Co 1.24; Mt 15.9. ¹² Cl 2.20,22,23; Gl 1.10; 2.4,5; 5.1. ¹³ Rm 10.17; 14.23; Is 8.20; At 17.11; Jo 4.22; Os 5.11; Ap 13.12,16,17; Jr 8.9. ¹⁴ Gl 5.13; 1 Pe 2.16; 2 Pe 2.19; Jo 8.34; Lc 1.74,75. ¹⁵ Mt 12.25; 1 Pe 2.13,14,16; Rm 13.1-8; Hb 13.17. ¹⁶ Rm 1.32; 1 Co 5.1,5,11,13; 2 Jo 10,11; 2 Ts 3.14; 1 Tm 6.3-5; Tt 1.10,11,13; 3.10; Mt 18.15-17; 1 Tm 1.19,20; Ap 2.2,14,15,20; 3.9.

* Veja-se página 22 e Apêndice nº III.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam as seguintes proposições: —

1. Deus é o único Senhor da consciência humana, a qual só é responsável diante de sua autoridade.

2. Autoritativamente, Deus se dirigiu à consciência humana somente em sua lei, a única revelação perfeita que, neste mundo, são as Escrituras inspiradas. Por isso Deus mesmo deixou a consciência humana livre de toda e qualquer obrigação de crer ou obedecer a quaisquer de tais doutrinas ou mandamentos humanos como sendo ou contrários ou apêndice das doutrinas dessa Palavra.

3. Daí crer em tais doutrinas, ou obedecer a tais mandamentos como matéria de consciência, é fazer-se culpado do pecado de tirar a liberdade de consciência e da lealdade que ela tem para com seu Senhor; e requerer tal obediência de outrem é fazer-se culpado do pecado de usurpar a prerrogativa de Deus e tentar destruir as mais preciosas liberdades humanas.

4. Esta liberdade cristã não é, contudo, absoluta. Tem seu fim e limites distintos. Seu *fim* consiste em que cada pessoa, sem obstáculo da parte de seus semelhantes, deve ter a oportunidade de servir a Deus de acordo com sua vontade. Os *limites* desta liberdade são de duas espécies:

4.1. A autoridade de Deus, o Senhor da consciência.

4.2. As mesmas liberdades e direitos de nossos semelhantes, com quem habitamos em sociedades organizadas.

5. Visto que Deus estabeleceu tanto a Igreja quanto o Estado, a obediência às autoridades legítimas de ambos, agindo dentro de sua esfera legal, é parte essencial da obediência a Deus.

6. A Igreja tem da parte de Deus o direito de exercer sua disciplina sobre qualquer um que defenda ou pratique opiniões ou ações, claramente contrárias à luz da natureza, sobre as doutrinas da Escritura, ou sobre a paz e bem-estar da comunidade cristã.

1. Que, no sentido mais elevado e único absoluto, Deus é o único Senhor da consciência humana, é algo que jamais foi negado. A questão real suscitada pelos romanistas e por aqueles em geral que têm reivindicado a autoridade de atar e desatar as consciências de seus semelhantes, relacionam ao padrão de sua vontade que Deus nos deu com os meios que ele escolheu para impô-la. Os romanistas sustentam que o verdadeiro padrão e órgão da vontade de Deus no mundo é a Igreja infalível e inspirada, ou o corpo de bispos ordenados regularmente numa linha direta desde os apóstolos e na comunhão com a Sé de Roma. Sustentam que essa Igreja tem o poder de definir doutrinas e de decretar leis em nome de Deus, obrigando as consciências humanas; e que ela possui, no poder das chaves, o direito, em execução dessas leis, de absolver ou de condenar em nome de Deus, atar ou desatar o indivíduo, e de abrir ou fechar o reino do céu, bem como de impor penalidades eclesiásticas.* A maior parte do que a Igreja de Roma realmente impõe, à guisa de fé e prática, se deriva de tradição eclesiástica e evidentemente de interpretações pervertidas da Escritura.

As igrejas dos estados erastianos da Alemanha e Inglaterra amide têm tentado forçar uma uniformidade externa na profissão [de fé] e no culto, a despeito dos escrúpulos da consciência de multidões de seus melhores cidadãos, sob o pretexto de que o direito e responsabilidade de regulamentar os interesses, tanto eclesiásticos quanto civis, recaem sobre o magistrado civil.

Em oposição a isso, os protestantes insistem —

2. Que Deus deu uma única e perfeita norma de fé e prática em questões espirituais nas Escrituras inspiradas, e portanto isentou a consciência humana de toda e qualquer obrigação de crer ou obedecer a tais doutrinas ou mandamentos humanos, como sendo contrários ou apêndice dos ensinoss dessa Palavra.

* Catecismo do Concílio de Trento, i. 10, 18; Bellarmine Eccle. Mil., ch. xiv.; Catecismo do Concílio de Trento, i. 11, 4.

Já provamos, no capítulo i. §§ 6, 7, 9, 10, que a Escritura é absolutamente uma norma de fé e prática completa e perspícua, bem como o supremo juiz de todas as controvérsias. Portanto, o que se segue é por si só evidente —

2.1. Que tudo quanto é contrário à Escritura não pode ser verdadeiro;

2.2. Que toda adição ao que é revelado ou ordenado na Escritura não pode ser obrigatório à consciência; e

2.3. Que, visto que as Escrituras são perspícuas, cada crente é pessoalmente responsável por interpretar a Escritura e julgar para si todas as doutrinas e mandamentos humanos à luz da Escritura. Isso é mais do que provado —

2.3.1. Porque as Escrituras se dirigem imediatamente, ou a todos os homens indiscriminadamente, ou a toda a corporação dos crentes como tal Dt 6.4-9; Lc 1.3; Rm 1.7; 1 Co 1.2; Gl 1.2; etc.

2.3.2. Todos os cristãos, indiscriminadamente, são intimados a examinar as Escrituras (Jo 5.39; At 17.11; 2 Tm 3.15-17), bem como a apresentar a razão de sua fé (1 Pe 3.15) e a resistir a autoridade, mesmo dos líderes de uma igreja legítima, quando se opõem à autoridade do Senhor da consciência. At 4.19,24.

2.3.3. A “Igreja” que Cristo promete guiar a toda a verdade, e a preservar do erro fatal, não é uma hierarquia ou um corpo de oficiais, mas a corporação dos “chamados” ou “eleitos” — a corporação dos crentes como tal 1 Jo 2.20,27; 1 Tm 3.15; Mt 16.18; Ef 5.27; 1 Pe 2.5; Cl 1.18,24.

2.3.4. Aqueles que reivindicam, como sucessores dos apóstolos, o exercício dessa autoridade, são completamente destituídos de todos os “sinais de um apóstolo”. 2 Co 12.12; 1 Co 9.1; Gl 1.1,12; At 1.21,22. Enquanto se fazia provisão para a perene regulamentação dos ofícios de diáconos e presbíteros (1 Tm 3.1-13), não havia nenhuma providência para a perpetuação do apostolado. São totalmente sem credenciais.

A questão quanto ao direito do magistrado civil de impor artigos religiosos de fé ou normas de culto pode ser encontrada no capítulo xxiii., § 3. Portanto, segue-se —

3. Que constitui um grande pecado, envolvendo ao mesmo tempo sacrilégio e traição à raça humana, a qualquer pessoa ou grupo de pessoas arrogar a prerrogativa de Deus e tentar embotar a consciência de seus semelhantes, impondo alguma obrigação não infalivelmente imposta por Deus e revelada em sua Palavra. Ao mesmo tempo, é um pecado de deslealdade a Deus, bem como uma violação de nossa própria natureza como seres morais e racionais, submeter-se a tais imposições e aceitar como matéria genuinamente obrigatória à consciência tudo quanto não se acha autoritativamente ensinado e imposto nas Escrituras.

4. Em contrapartida, é da mais elevada importância entender claramente que a liberdade cristã não é uma liberdade absoluta para agirmos segundo nossa decisão, e, sim, uma liberdade regulada para obedecer a Deus sem obstáculo humano. É uma liberdade de qualquer autoridade usurpada, a fim de vivermos mais perfeitamente sujeitos àquela autoridade única e última. É portanto absurdo, bem como perverso, que alguém faça de sua liberdade cristã de obedecer somente a Deus um pretexto para desobedecer a Deus, como realmente faz sempre que viola qualquer um dos princípios do direito natural ou da verdade revelada que imediatamente expressa a natureza imutável e a vontade todo-perfeita de Deus. Não pode haver liberdade alguma que faça uma pessoa independente daquela vontade; e esta é sempre a vontade de Deus a nosso respeito, a saber, nossa santificação. 1 Ts 4.3.

A liberdade cristã é também por demais limitada pelos deveres mútuos que devemos manter uns para com os outros. Alimentar-se de carne oferecida a ídolos é em si mesmo algo indiferente, porquanto não é nem ordenado nem proibido. O cristão, portanto, é livre para comer ou não comer. Paulo, porém, ordena aos coríntios: “vede que essa vossa liberdade não venha a ser motivo de tropeço para os fracos”. 1 Co 8.9. Transigi-lo seria pecado. O cristão, pois,

desfruta da liberdade de comer ou não comer, mas não tem de forma alguma a liberdade de usar sua liberdade para, por ela, levar seu semelhante a sentir-se injuriado. A liberdade cessa de ser liberdade e se transforma em licenciosidade quando transcende a lei de Deus ou violenta os direitos de nosso próximo.

5. e 6. Uma vez que tanto a Igreja quanto o Estado são instituições divinas, segue-se necessariamente que a autoridade dos oficiais de cada uma delas, quando agem legitimamente dentro de suas respectivas esferas, representam a autoridade de Deus e obrigam o cristão à obediência em virtude da consciência. Segue-se também que tanto o magistrado civil quanto os tribunais eclesiásticos devem deter o direito de exigir obediência através de um modelo de disciplina apropriado a ambas as esferas de autoridade. Estas matérias, contudo, serão apresentadas apropriadamente nos capítulos xxiii., xxv. e xxx.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o tema deste capítulo?
2. Como ele difere do tema do capítulo ix.?
3. O que se acha implícito na liberdade cristã?
4. Em que dois aspectos é essa liberdade apresentada neste capítulo?
5. Que diversos particulares se acham envolvidos nessa liberdade que é comum a todos os crentes?
6. Em que sentido os cristãos estão isentos da *culpa* do pecado e da maldição da lei moral?
7. Em que sentido estão isentos da *escravidão* do pecado?
8. Em que sentido têm eles paz com Deus?
9. Em que sentido estão livres do domínio de Satanás e do mundo?
10. Em que sentido estão livres da nocividade das aflições e do aguilhão da morte?
11. Em que sentido estão eles livres da vitória da sepultura e da segunda morte?

12. Em que aspectos os crentes sob o evangelho desfrutam desta liberdade mais plenamente do que os crentes sob a lei?
13. Como os crentes sob a presente dispensação estão livres da obrigação de observar a lei cerimonial, e por que isso constitui uma vantagem?
14. Por que os crentes têm agora maior ousadia em aproximar-se de Deus e das mais plenas comunicações de seu Espírito?
15. Qual é a *primeira* proposição ensinada na segunda, terceira e quarta seções?
16. Qual é a *segunda* proposição ali ensinada?
17. Qual é a *terceira* ali ensinada?
18. Qual a *quarta*?
19. Qual a *quinta*?
20. Qual a *sexta*?
21. Sempre foi negado pelos teístas que no sentido absoluto Deus é sempre o Senhor da consciência?
22. Qual é a posição romanista sobre este assunto?
23. Qual a posição das igrejas do estado erastiano da Europa?
24. Em contrapartida, qual é a doutrina comum protestante quanto ao genuíno padrão da vontade de Deus em todas as questões de consciência?
25. Em que parte deste livro é esta questão discutida?
26. Se as Escrituras são uma regra de fé e prática *completas* e perspicuas, qual é o resultado?
27. Mostre que as Escrituras se dirigem diretamente a todos os homens, ou aos cristãos como tais.
28. Mostre que todos os crentes são intimados a examinarem as Escrituras e a julgarem a veracidade de cada doutrina pelo prisma desse padrão.
29. Mostre que a Igreja à qual Cristo prometeu guiar ao conhecimento da verdade não é uma casta sacerdotal, mas a companhia total dos fiéis.

30. Mostre que a hierarquia romanista não tem nenhum apoio para suas reivindicações.
31. Onde serão discutidas as questões concernentes à autoridade do magistrado civil em questões de consciência?
32. Qual é a natureza de seu pecado que tenta impor sua autoridade às consciências de outros?
33. Qual é a natureza de seu pecado que entrega suas consciências ao controle de outrem?
34. Qual é o *primeiro* limite da liberdade cristã?
35. Qual é o *segundo* limite da liberdade cristã?
36. Mostre que ela deve ser limitada de ambas as formas.
37. Onde serão discutidas as questões relativas à autoridade do magistrado civil e dos tribunais eclesiásticos?

CAPÍTULO XXI

DO CULTO RELIGIOSO E DO DIA DE REPOUSO

Seção I. – A luz da natureza revela que existe um Deus que mantém o senhorio e soberania sobre tudo; que é bom e faz o bem a todos; portanto deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e todas as forças.¹ Mas a forma aceitável de cultuar o Deus verdadeiro é instituída por ele mesmo e, portanto, delimitada por sua própria vontade revelada, de modo que ele não pode ser cultuado segundo as imaginações e invenções humanas, nem segundo as sugestões de Satanás, sob alguma representação visível, ou por qualquer outra forma não prescrita na Sagrada Escritura.²

Seção II. – O culto religioso deve ser oferecido a Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e a ele só;³ não aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura;⁴ e, desde a queda, não pode ser oferecido sem um Mediador, nem pode ser pela mediação de algum outro senão exclusivamente Cristo.⁵

¹ Rm 1.20; At 17.24; Sl 119.68; Jr 10.7; Sl 31.23; 18.3; Rm 10.12; Sl 62.8; Js 24.14; Mc 12.33.² Dt 12.32; Mt 15.9; At 17.25; Mt 4.9,10; Dt 15.1-20; Êx 20.4-6; Cl 2.23.³ Mt 4.10; Jo 5.23; 2 Co 13.13.⁴ Cl 2.18; Ap 19.10; Rm 1.25.⁵ Jo 14.6; 1 Tm 2.5; Ef 2.18; Cl 3.17.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que a obrigação de se prestar supremo culto e devotado serviço a Deus é um ditame da natureza e uma doutrina da revelação.

2. Que Deus, em sua Palavra, nos prescreveu o modo de cultuá-lo aceitavelmente; e que se nos constitui uma ofensa dirigida a ele, e mesmo grave pecado, negligenciar cultuá-lo e servi-lo da forma prescrita, ou tentar servi-lo de alguma outra forma não prescrita.

3. Que os únicos objetos próprios de culto são o Pai, o Filho e o Espírito Santo; e que, desde a queda, o acesso a eles tem de ser através de um Mediador, e através de nenhuma outra mediação senão a de Cristo só.

4. Que o culto religioso não deve, sob nenhum pretexto, ser prestado aos anjos ou aos santos, nem a qualquer outra criatura.

1. Que é um ditame da razão natural e da consciência que um Ser de infinita e absoluta perfeição, o Criador, Possuidor e Soberano Senhor, o Preservador e generoso Benfeitor de todas as criaturas, e o Governante moral e absoluto de todos os agentes morais, deve ser adorado, louvado, agradecido, suplicado, obedecido e servido é por si mesmo evidente e testemunhado pelo consenso comum de todas as nações de todas as épocas. As razões para isso são —

1.1. Sua absoluta e inerente perfeição.

1.2. Sua infinita superioridade sobre nós.

1.3. Sua relação conosco como Criador, Preservador e Governante moral.

1.4. Nossa absoluta dependência dele em todo o bem e nossas obrigações para com sua infinita bondade em nosso favor.

1.5. Seus mandamentos requerem isso de nossa parte.

1.6. O impulso de nossa natureza como seres religiosos e agentes moralmente responsáveis.

1.7. O fato de nossas faculdades encontrarem seu mais elevado exercício, e todo o nosso ser seu mais sublime desenvolvimento e bem-aventurança, neste culto e serviço.

2. Já vimos, no capítulo i., que Deus nos deu nas Sagradas Escrituras uma regra de fé e prática infalível, autoritativa, completa e perspicua. Que “todo o conselho de Deus, concernente a todas as coisas necessárias, para sua própria glória e a salvação, a fé e a vida do homem, ou é expressamente manifestado na Escritura ou pode, por consequência boa e necessária, ser deduzido da Escritura”. Por isso, necessariamente segue-se: visto que Deus prescreveu o modo como devemos aceitavelmente adorá-lo e servi-lo, é uma ofensa e um pecado contra ele que negligenciemos seu método ou, em preferência, pratiquemos o nosso próprio. É bem provável que, no estado natural do homem, e nas relações morais com Deus em que viveu antes da queda, sua razão, sua consciência e instintos religiosos naturais, pudessem ser suficientes para dirigi-lo em seu culto e ministério. Visto, porém, ser depravada a natureza moral do homem, bem como pervertidos seus instintos religiosos e suas relações com Deus interrompidas pelo pecado, é por si mesmo evidente que se faz necessária uma explícita e positiva revelação, não só para comunicar ao homem que Deus de forma alguma admitirá seu culto, mas também para prescrever os princípios e os métodos segundo os quais esse culto e ministério poderão ser prestados. Como demonstramos anteriormente à luz da Escritura, não só todo o ensino humano em termos de *doutrina* e de *mandamentos*, mas também toda forma de culto próprio, de atos e formas de culto estabelecidos pelo homem, são abomináveis para Deus. Ao mesmo tempo há, naturalmente, como o admite a Confissão, capítulo i., § 6, “*algumas circunstâncias* concernentes ao culto divino e ao governo da Igreja comuns às ações e sociedades humanas, que devem ser ordenadas pela luz da natureza e da prudência cristã, *segundo as normas gerais da Palavra*”. Essas se relacionam, obviamente, com a aplicação dos princípios e “normas gerais” estabelecidos na Escritura para nossa orientação no culto e governo eclesiástico, para as diversas ocasiões e circunstâncias do caso em mão. Mas não temos, em nenhuma circunstância, qualquer direito, com base nos gostos, na forma ou conveniência, de ir além da clara autoridade da Escritura.

3. Que o culto divino deve dirigir-se igualmente ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, deduz-se necessariamente do que provamos no capítulo ii., § 3 — que o Pai, o Filho e o Espírito Santo, sendo pessoas distintas, contudo cada uma sendo igualmente, no mesmo sentido absoluto, o único e supremo Deus. Que o aceitável acesso a Deus, agora, só pode ser através de um Mediador se prova pelo que já afirmamos —

3.1. Em razão da culpa do homem por natureza e em consequência de transgressão habitual;

3.2. Em razão da justiça divina; e

3.3. Em razão do fato de que Deus, desde a eternidade, determinou tratar com os homens, como os objetos da redenção, somente através de um Mediador. Se Cristo, como nosso Sumo Sacerdote, representa verdadeiramente os eleitos diante do Pai, obedecendo e sofrendo vicariamente em seu lugar, e fazendo intercessão em seu favor; e se ele é o meio através do qual todos os graciosos benefícios nos vem de Deus — segue-se que todo o nosso acesso a Deus só pode ser através dele. Que Deus é o único objeto legítimo de culto, e que Cristo é o único Mediador através de quem temos acesso a Deus, será demonstrado no próximo tópico.

4. O culto religioso de forma alguma pode ser oferecido aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura, nem a Deus através de algum outro mediador senão exclusivamente através de Cristo.

Os padrões mais autoritativos da Igreja de Roma ensinam —

4.1. Que a Virgem Maria e os santos e anjos devem receber verdadeiro culto religioso, em proporção às suas respectivas categorias.

4.2. Que devem ser invocados a fim de auxiliar-nos em nossos tempos de necessidade.*

* Concílio de Trento, sess. 25: “Bonum atque utile esse, ... ad eorum orationes, opem, auxiliumque confugere”. Cat. Rom. iii. 2, 10; iv. 5, 8; e iii. 2, 8.

4.3. Que devem ser invocados para que intercedam por nós junto a Deus ou a Cristo.

4.4. Alguns de seus livros de culto mais autoritativos ensinam que se deve pedir a Deus que nos salve e nos auxilie com base nos méritos dos santos.

4.5. Que os quadros, imagens e relíquias dos santos e mártires devem ser mantidos nas igrejas e adorados.†

Para evitar a acusação de idolatria contra eles por causa de tais práticas, distinguem entre

a. Latria, ou o culto religioso mais elevado, o qual é devido unicamente a Deus, e

b. Doulia, ou aquele culto religioso inferior que é devido, em vários graus, aos santos e anjos, segundo sua categoria. Alguns apontam para um grau intermédio de culto, o qual é devido só à Virgem Maria, lançando mão do termo *Hyperdoulia*. Esses também distinguem entre (*a.*) aquele culto *direto* que é devido particularmente a Deus, à Virgem ou aos santos e anjos, e (*b.*) aquele culto *indireto* que termina no quadro ou imagem que representa para o adorador o objeto direto de seu culto.

As objeções a todo esse sistema são —

i. Que ele nem no todo nem em qualquer elemento dele tem a menor sombra de apoio bíblico.

ii. Que as razões para se cultuar a Deus não se aplicam ao culto de nenhum outro ser. Que a razão e a revelação se unem a ensinar-nos que um Ser de infinita e absoluta perfeição, nosso Criador, Preservador e Governante moral, é separado de todos os demais objetos, e portanto não deve ser classificado como um objeto de culto ao lado de algum outro objeto.

† Concílio de Trento, sess. 25; Cat. Rom. iii. 2, 23, e iii. 2, 8.

iii. O pecado de adorar outros deuses e anjos é explicitamente proibido. Êx 20.3,5; Cl 2.18. Quando o povo de Listra se propôs a cultuar São Paulo e São Barnabé, “rasgaram suas vestes e saltaram para o meio da multidão”, dizendo: “Nós também somos homens ... e vos anunciamos o evangelho para que dessas práticas vãs vos convertais ao Deus vivo”. At 14.14,15.

iv. O culto às imagens, ou a Deus, a Cristo, ou aos santos por meio de imagens, é proibido no segundo mandamento. Êx 20.4,5.

v. As distinções que fazem entre os diferentes graus de culto devido a Deus e a criaturas santas, e entre o culto indireto que termina na imagem ou quadro e o culto direto que termina na pessoa representada por ele, não são sua propriedade peculiar, mas, como todos os missionários entre os pagãos bem o sabem, são comuns às classes educadas entre todos os idólatras. Se os romanistas não são idólatras, então os pecados proibidos no primeiro e segundo mandamentos nunca foram cometidos.

vi. A invocação dirigida aos santos é um puro absurdo, pois, a não ser que sejam onipresentes e oniscientes, não podem nos ouvir; e, em muitos casos, a menos que sejam onipotentes, não podem socorrer-nos. A explicação romanista, de que Deus pode, *provavelmente*, contar aos santos o teor de nossas orações, a fim de que os santos, em contrapartida, relatem a Deus, é digna da doutrina que ela *explica*.

vii. Os santos e os anjos não são mediadores entre nós e Deus, ou entre nós e Cristo —

a. Porque se assevera explicitamente que Cristo é o único Mediador entre Deus e o homem. 1 Tm 2.5.

b. Cristo desincumbiu-se exaustivamente de toda a função medianeira requerida, tanto na terra quanto no céu. Hb 9.12,14; 7.25; 10.14.

c. Porque somos “completos” em Cristo; e somos exortados a ir imediatamente a Deus através de Cristo, e a ir com a máxima ousa-

dia e senso de liberdade. Cl 2.10; Ef 2.18; 3.12; Hb 4.15,16; 10.19-22. A própria sugestão de suplementar a obra de Cristo com a de outros mediadores lhe é infinitamente depreciativo.

d. Não pode haver lugar para intercessores entre nós e Cristo, porquanto Cristo é nosso terno Irmão (Mt 11.28), e porque é o ofício do Espírito Santo atrair os homens a Cristo. Jo 6.44; 16.13,14.

e. Mesmo que houvesse necessidade de outros mediadores, os santos não seriam aptos para o papel. Estão ausentes: não podem ouvir quando clamamos. São dependentes: não podem socorrer outros. Como já vimos, eles não possuem méritos supererrogatórios, e portanto não podem colocar-se em nosso lugar como fundamento para nossa aceitação junto a Deus. Estão ocupados em adorar a Cristo e a desfrutá-lo em pessoa, e não têm nem tempo, nem oportunidade, nem capacidade de administrar os negócios do mundo.

Seção III. – A oração, com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso,⁶ é por Deus requerida de todos os homens;⁷ e, para que seja aceita, tem de ser feita em nome do Filho,⁸ com o auxílio de seu Espírito,⁹ segundo sua vontade,¹⁰ com entendimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança,¹¹ e se for vocal, que seja numa língua conhecida.¹²

Seção IV. – A oração deve ser feita por coisas lícitas¹³ e em favor de todo gênero de pessoas vivas ou que virão a viver no futuro;¹⁴ mas não em favor dos mortos,¹⁵ nem em favor daqueles de quem soubermos que cometeram o pecado para morte.¹⁶

⁶ Fp 4.6. ⁷ Sl 65.2. ⁸ Jo 14.13,14; 1 Pe 2.5. ⁹ Rm 8.26. ¹⁰ 1 Jo 5.14. ¹¹ Sl 42.7; Ec 5.1,2; Hb 12.28; Gn 18.27; Tg 5.16; 1.6,7; Mc 11.24; Mt 6.12,14,15; Cl 4.2; Ef 6.18. ¹² 1 Co 14.14. ¹³ 1 Jo 5.14. ¹⁴ 1 Tm 2.1,2; Jo 17.20; 2 Sm 7.29; Rt 4.12. ¹⁵ 2 Sm 12.21-23; Lc 16.25,26; Ap 14.13. ¹⁶ 1 Jo 5.16.

EXPOSIÇÃO

Nossa Confissão, havendo estabelecido a verdade geral quanto ao objeto a quem o culto religioso deve ser oferecido, bem como no tocante à fonte de nosso conhecimento de sua natureza e métodos próprios, agora procede a afirmar mais particularmente o que as Escrituras ensinam sobre este tema.

Estas seções ensinam —

1. Que a oração é uma das partes principais do culto. A palavra “oração” é usada constantemente num sentido mais geral e num sentido mais específico. Em seu sentido mais específico, ela é equivalente a súplica, o ato da alma de apresentar seus anseios a Deus e pedir a ele que satisfaça e supra todas as necessidades do suplicante. Em seu sentido geral, a oração é usada para expressar cada ato da alma de entrar numa relação espiritual com Deus. Neste sentido, os principais elementos que ela envolve são —

1.1. Adoração,

1.2. Confissão,

1.3. Súplica,

1.4. Intercessão e

1.5. Ações de graças. E assim a oração, em seu sentido mais amplo, inclui todos os atos diretos do culto. E os hinos e salmos de louvor são, em sua essência, apenas orações metrificadas e pronunciadas através da música.

2. A Confissão, neste ponto, assevera que a oração é requerida de todos os homens. Isso é absolutamente procedente, mesmo dos pagãos que não conhecem a Deus, e dos não-regenerados que são moralmente incapazes de orar de maneira agradável a Deus; porque nem nosso conhecimento das verdades morais nem nossa capacidade moral de fazer o que é certo são a medida de nossa responsabilidade. Orar é um dever natural que se desenvolve de nossas relações naturais com Deus, manifestadas pela consciência natural e ordenadas nas Escrituras a todos os homens indiscriminadamente. 1 Ts 5.17; At 8.22,23; Lc 11.9-13. Somos intimados a orar não só depois que recebemos o Espírito Santo, mas orar também para que o recebamos.

3. Para que a oração seja aceitável a Deus e para que seja eficaz, somos instruídos que se faz necessário —

3.1. Que ela seja oferecida através da mediação de Cristo. Já ficou demonstrado supra, nas seções 1 e 2, que todo o culto religioso deve ser apresentado através de Cristo; ou seja, confiando em seus méritos e aproximando-se de Deus através de sua presente intercessão pessoal. A oração é uma espécie de culto religioso. Portanto, o que é veraz no tocante à classe, é veraz quanto a todos os seus elementos. Além disso, esta verdade procede de tudo o que é revelado no tocante à nossa redenção pelos méritos de Cristo e é diretamente ensinada na Escritura. Jo 14.13,14; 16.23,24.

3.2. Deve ser feita com o auxílio do Espírito Santo. A mesma palavra *parácleto* se aplica a Cristo e ao Espírito Santo; quando aplicada a Cristo, é traduzida por *advogado* (1 Jo 2.1); quando aplicada ao Espírito Santo, é traduzida por *consolador*. Jo 14.16. Portanto, Cristo, como nosso Advogado, faz intercessão *por* nós no céu (Rm 8.34); o Espírito Santo, como nosso Advogado, faz intercessão *em* nós, compondo nossas orações, incitando nossos desejos para que estejam em sintonia com a vontade de Deus, e dessa forma mantendo a harmonia na constante corrente de petição, transitando de Cristo, a Cabeça no céu, a seus membros na terra Rm 8.26,27.

3.3. Para que a oração seja aceitável, é essencial que o coração do adorador permaneça num estado próprio, e que sua oração seja oferecida em reverência à majestade e perfeições morais de Deus; humildade, por causa de nossa culpa e corrupção; submissão à sua vontade; confiança em sua capacidade e disposição em socorrer-nos e em sua graça pactual; inteligente apreensão das relações que sustentamos, da natureza do ministério no qual estamos engajados e do tema de nossas orações e objetos de petição; e real solicitude e fervor de coração, correspondendo plenamente a todas as palavras pelas quais nossa oração é expressa; e com insistência e perseverança. Lc 18.1-8. E quando a oração é compartilhada entre duas ou mais pessoas, é logicamente evidente que ela deve ser expressa numa linguagem comum a todos; do contrário, ela cessaria de ser em algum sentido a oração daqueles que deixam de entendê-la.

Este ponto é o alvo do costume romanista de pronunciar muitas de suas orações públicas em latim, língua esta que para a vasta maioria de seus adoradores é desconhecida. Tal coisa é explicitamente proibida. 1 Co 14.1-33.

4. Quanto aos *objetos* da petição, aqui somos instruídos que eles cobrem todas as áreas das coisas que são absolutamente desejáveis e lícitas. Isso é bem evidente, porque dependemos de Deus em relação a todas as coisas, e por isso devemos pedir-lhe por aquilo de que carecemos; dando, contudo, naturalmente, precedência, em nossos desejos, às “melhores coisas”, “buscando *em primeiro lugar* o reino do céu e a justiça de Deus”. 1 Co 12.31; Mt 6.33. Desejos por coisas ilícitas são, naturalmente, desejos ilícitos, e devem ser descartados e nos mover ao arrependimento. Mesmo concernente àquelas coisas que em geral nos é lícito desejar, pode haver em muitos casos incerteza se é a vontade de Deus que as possuamos no tempo e da maneira como as desejamos. Em tais casos devemos, naturalmente, fazer nossas petições em consonância com a vontade divina, como procedeu nosso bendito Senhor no Getsêmani. Lc 22.42; 1 Jo 5.14.

Quanto aos *alvos* da intercessão, somos instruídos a orar por todos os homens vivos ou que virão à existência. 1 Tm 2.1,2; Jo 17.20. Mas não por aqueles que já morreram, nem por aqueles que *notoriamente* cometeram o pecado imperdoável.

A doutrina da Igreja de Roma concernente às orações pelos mortos é uma parte dependente de sua doutrina concernente ao estado das almas dos homens depois da morte. Ela declara que aqueles que são perfeitos no momento da morte vão imediatamente para o céu; aqueles que são infiéis ou morrem com algum pecado mortal vão imediatamente para o inferno; mas a grande massa de cristãos imperfeitos vai para o *purgatório*, onde devem permanecer até que sejam habilitados a ir para o céu. Concernente ao purgatório, o Concílio de Trento ensina —

4.1. Que há um fogo purificador através do qual as almas cristãs imperfeitas devem passar.

4.2. Que as almas temporariamente sofredoras ali podem ser materialmente beneficiadas por meio das orações de seus irmãos cristãos e das missas oferecidas em seu favor na terra. (Concílio de Trento, sess. 25.)

Mas se não existe nenhum purgatório, como será demonstrado no capítulo xxxii., então não pode haver nenhuma oração em favor dos mortos, já que os que estão no céu não necessitam de nenhuma intercessão, e para os que estão no inferno de nada lhes aproveitará. É tanto presunçoso quanto fútil recorrer ao trono de Deus com súplicas “quando o Dono da casa já fechou a porta”. Lc 18.25. As Escrituras ensinam acerca de apenas dois estados de existência para além da morte e de um grande e intransponível abismo fixado entre os dois. Lc 16.25,26. Além disso, a prática da oração em favor dos mortos não tem qualquer abono, por implicação direta ou remota, da Escritura.

Seção V. – A leitura das Escrituras, com santo e piedoso temor;¹⁷ a sã pregação¹⁸ e o consciencioso ouvir da Palavra, em obediência a Deus, com entendimento, fé e reverência;¹⁹ o cântico de salmos com graça no coração;²⁰ e bem assim a devida administração e o digno recebimento dos sacramentos instituídos por Cristo – são todas partes do culto religioso ordinário oferecido a Deus,²¹ além dos juramentos²² e votos,²³ jejuns solenes²⁴ e ações de graças em ocasiões especiais,²⁵ que devem, em seus diversos tempos e estações, ser usados de uma forma santa e religiosa.²⁶

Seção VI. – Agora, sob o evangelho, nem a oração, nem qualquer outra parte do culto religioso se restringe ou se faz mais aceitável a um certo lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija;²⁷ mas Deus deve ser adorado em todo lugar²⁸ em espírito e em verdade;²⁹ tanto em família,³⁰ diariamente³¹ e em secreto, estando cada um sozinho;³² como também mais solenemente, em assembléias públicas, que não devem ser descuidadas nem voluntariamente negligenciadas ou esquecidas, quando Deus, por meio de sua Palavra ou por sua providência proporcione ocasião.³³

¹⁷ At 15.21; Ap 1.3. ¹⁸ 2 Tm 4.2. ¹⁹ Tg 1.22; At 10.33; Mt 13.19; Hb 4.2; Is 66.2. ²⁰ Cl 3.16; Ef 5.19; Tg 5.13. ²¹ Mt 28.19; 1 Co 11.23-29; At 2.42. ²² Dt 6.13; Ne 10.29. ²³ Is 19.21; Ec 5.4,5. ²⁴ Jl 2.12; Et 4.16; Mt 9.15; 1 Co 7.5. ²⁵ Sl 107; Et 9.22. ²⁶ Hb 12.28. ²⁷ Jo 4.21. ²⁸ Ml 1.11; 1 Tm 2.8. ²⁹ Jo 4.23,24. ³⁰ Jr 10.25; Dt 6.6,7; Jó 1.5; 2 Sm 6.18,20; 1 Pe 3.7; At 10.2. ³¹ Mt 6.11. ³² Mt 6.6; Ef 6.18. ³³ Is 56.6,7; Hb 10.25; Pv 1.20,21,24; 8.34; At 13.42; Lc 4.16; At 2.42.

EXPOSIÇÃO

Estas seções continuam enfatizando os diferentes modos pelos quais Deus requer de nós, sob a presente dispensação, o culto a ele devido. Esses são os atos regulares e ocasionais de culto. O culto *regular* oferecido a Deus deve ser conduzido em assembléia pública, privativamente em família e pessoalmente em secreto. O culto oferecido a Deus em assembléia pública deve consistir de leitura, de pregação e de ouvir a Palavra; de oração, de cântico de salmos e da administração e recepção dos sacramentos por ele instituídos. Na Palavra, lida e apropriadamente pregada, Deus nos fala, e o cultuamos ouvindo com reverência, diligente atenção, de aplicação pessoal e obediência. Na oração e no cântico de louvores dirigimos a Deus as santas afeições, os desejos e as ações de graças inspirados em nossos corações pelo Espírito Santo. Nos sacramentos Deus comunga conosco e entra em pacto com nossas almas, e nós comungamos e entramos em pacto com ele. E a aceitabilidade desse culto de forma alguma depende, como os ritualistas simplesmente imaginam, da santidade do lugar em que é ele prestado ou da direção na qual é ele direcionado. A dispensação em que o culto se limitava a lugares santos, pessoas santas e ocasiões santas foi consumada com a vinda de nosso Senhor, como já vimos nos capítulos vii. e xix., e como Cristo claramente ensina à mulher samaritana. Jo 4.20-24. Mas sua aceitação depende de —

1. Ser ele acompanhado e fundamentado na verdade pura e indulterável da Palavra de Deus;
2. Em ser ele o fruto do Espírito Santo, como resultado do iluminado, reverente e fervoroso amor;

3. Em ser ele oferecido inteiramente pela mediação do Senhor Jesus.

“Além do culto público nas congregações, é o dever indispensável de cada pessoa, sozinha em secreto, e de cada família privativamente, orar e cultuar a Deus.

O culto *secreto* é mui claramente ordenado por nosso Senhor. Mt 6.6; Ef 6.18. Neste dever cada um, de per si, deve despende de algum tempo em oração, lendo as Escrituras, em santa meditação e sério auto-exame. As inúmeras vantagens emanando de um consciencioso desencargo desses deveres são mais notórios daqueles que se encontram no fiel desempenho deles.

O culto *doméstico*, que deve ser prestado por cada família, ordinariamente de manhã ou à noite, consiste de orações, leituras das Escrituras e cânticos de louvores.

O chefe da família, que estiver à testa do serviço, deve ser criterioso para que todos os membros de sua casa participe, e que nenhum deles seja desnecessariamente omitido de qualquer parte do culto doméstico; e que todos interrompam suas comuns ocupações enquanto as Escrituras são lidas, e atentem para a leitura com seriedade, não menos quando as orações e os louvores são oferecidos.

Que os chefes de famílias sejam criteriosos em instruir a seus filhos e a seus servos nos princípios da religião. Cada oportunidade que surja deve ser aproveitada para tal instrução. Nossa opinião, porém, é que as noites dominicais, após o culto público, devem ser sacramento reservadas para esse propósito. Portanto, reprovamos peremptoriamente retribuir visitas particulares e desnecessárias no dia do Senhor; admitir estranhos no seio das famílias, exceto quando a necessidade ou a caridade o requeira; ou quaisquer outras práticas, mesmo que se ofereça pretextos plausíveis em seu favor, se porventura interferem naquele dever, tão importante e necessário.” Diretório [Americano] para o Culto, cap. xv.

Os modos ocasionais pelos quais Deus pode ser, em ocasiões oportunas, adorado são os juramentos e votos religiosos, bem como o jejum e ações de graças especiais. Dos juramentos e votos, trataremos no capítulo xxii. Da propriedade e utilidade de ocasiões especiais de jejum e ações de graças, os exemplos da Palavra de Deus (Sl 107; Mt 9.15) e a experiência da Igreja Cristã nos tempos modernos não deixa lugar a dúvidas.

Seção VII. – Como faz parte da lei da natureza que, em geral, uma devida proporção de tempo seja separada para o culto divino, assim também, em sua Palavra, mediante uma ordenança positiva, moral e perene, obrigando a todos os homens, em todas as épocas, Deus particularmente designou um dia em sete para um sábado, que lhe seja santificado;³⁴ o qual, desde o princípio do mundo até à ressurreição de Cristo, foi o último dia da semana; e, desde a ressurreição de Cristo, foi substituído pelo primeiro dia da semana,³⁵ e que na Escritura se chama dia do Senhor,³⁶ e deverá continuar até ao fim do mundo como o Sábado Cristão.³⁷

Seção VIII. – Este Sábado é, pois, santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado seus corações, e de antemão ordenado seus afazeres comuns, não só observam, todos os dias, um santo repouso de suas próprias obras, palavras e pensamentos acerca de seus empreendimentos e recreações seculares,³⁸ mas também ocupam todo o tempo nos exercícios públicos e particulares de seu culto, bem como nos deveres de necessidade e misericórdia.³⁹

³⁴ Êx 20.8,10,11; Is 56.2,4,6,7. ³⁵ Gn 2.2,3; 1 Co 16.1,2; At 20.7. ³⁶ Ap 1.10. ³⁷ Êx 20.8,10; Mt 5.17,18. ³⁸ Êx 20.8; 16.23,25,26,29,30; 31.15-17; Is 58.13; Ne 13.15-19,21,22. ³⁹ Is 58.13; Mt 12.1-13.

EXPOSIÇÃO

No capítulo xix., vimos que as diferentes leis de Deus, quando classificadas de acordo com suas respectivas bases e razões, podem ser assim agrupadas:

1. As que têm sua base na natureza divina, e por isso são universais e imutáveis.

2. As que têm sua base, até onde nos são conhecidas, simples e puramente na vontade divina, daí serem denominadas de mandamentos positivos, só obrigando quando são ordenadas.

3. As que têm sua base e razão nas circunstâncias temporais a que foram adaptadas e a que só foram destinadas a aplicar, de modo que cessam de ser obrigatórias assim que as circunstâncias cessam de existir.

4. As que têm sua base no estado e relações humanas neste mundo, as quais são universais e permanentes, e por isso se destinam a ser tanto universais quanto permanentes no tocante a essas relações.

É evidente que a lei bíblica quanto ao Sábado vem em parte da quarta e em parte da segunda dessas classes.

1. A lei do Sábado em parte tem sua base nas necessidades universais e permanentes da natureza humana, especialmente dos homens envolvidos numa economia de redenção. Destina-se —

1.1. A manter na memória o fato de que Deus criou o mundo e todos os seus habitantes (Gn 2.2,3; Êx 20.11), que é o grande fato fundamental em toda religião, quer natural quer revelada.

1.2. Ao ser mudado para o primeiro dia da semana, ele se destina a manter na memória o fato da ascensão do Redentor crucificado e seu posicionamento à destra do poder, o grande fato central da religião de Cristo.

1.3. Para ser um tipo perene do eterno Sábado dos santos que perseverarem. Hb 4.3-11.

1.4. Para propiciar um tempo oportuno de culto público e privativo a Deus e instrução religiosa ao povo.

1.5. Para propiciar um período adequado de descanso da exaustão e agitação do labor, física e moralmente necessário para a

presente constituição da natureza humana e da condição do homem neste mundo.

Todas essas razões para a instituição do Sábado têm sua base na natureza humana, e permanece em pleno vigor entre todos os homens e todas as nações, em todos os estágios do desenvolvimento intelectual e moral. Por isso o Sábado foi introduzido como uma instituição divina na criação da raça, e então foi ordenado ao homem como tal, e daí à raça em geral e perpetuamente. Gn 2.2,3. Daí descobrimos que os judeus (Gn 7.10; 8.10; 29.27,28; Jó 2.13) e bem como todas as nações gentílicas, como os egípcios, árabes, indus etc., dividiam seu tempo em semanas, ou períodos de sete dias, desde os primórdios mais remotos. Por isso, antes de entregar a lei aos judeus, requereu-se a observância do Sábado. Êx 16.23. Daí também a lei com respeito ao Sábado foi incorporada no Decálogo, como um dos dez requisitos em que toda a lei moral, no tocante às nossas relações com Deus e com nosso próximo, é generalizada e condensada. Foi escrito pelo dedo de Deus em pedra. É posto lado a lado com os mandamentos que requerem de nós amor a Deus, honra a seu nome, e que proíbe a falta de castidade e o homicídio. Foi posto, como parte dos “testemunhos de Deus” sob o “propiciatório”, no fundamento de seu trono. E por isso, quando o grande mandamento é pronunciado, Deus não diz: “Eu vos designo um dia de sábado”, mas: “*Lembra-te* do dia de sábado para o santificar” – implicando evidentemente que se referia a uma instituição bem conhecida e preexistente, comum aos judeus juntamente com os gentios. E a razão anexada para a promulgação da lei não é um fato peculiar à história judaica, mas um fato que delineia todas as relações que Deus mantém com toda a raça e, como já foi demonstrado, o fato de que a instituição sabática se originou há milhares de anos antes — “Pois em seis dias fez o Senhor o céu e a terra, o mar” etc. Êx 20.8-11. Também Cristo diz: “O sábado foi feito por causa do homem”; isto é, para a humanidade. Mc 2.27.

2. A lei do Sábado, de fato, é também uma ordenança positiva, tendo sua base na vontade de Deus como supremo Senhor. Que uma certa porção de tempo deve ser posta à parte para o culto divino e para a instrução religiosa dos homens é um evidente ditame da razão. Que uma certa porção de tempo deve ser posta à parte para o descanso do labor é pela própria experiência constatado ser, sobre as bases filosóficas e morais, muitíssimo desejável. Que algum monumento da criação do mundo e da ressurreição de Cristo, e que algum tipo permanente e freqüentemente recorrente do descanso do céu, seria instituído, é eminentemente desejável ao homem, considerado como um ser religioso. Mas que todos esses fins seriam combinados e assegurados por uma só instituição, e que precisamente todo um dia em sete seria a um só tempo o sétimo e subsequente o primeiro dia da semana, é evidentemente uma questão de promulgação positiva, e nos obriga enquanto as indicações da vontade divina sobre a matéria permanece imutável.

O tempo da observância foi transferido do sétimo para o primeiro dia da semana na época dos apóstolos, e conseqüentemente com a sanção deles; e esse dia, como o “dia do Senhor” (Ap 1.10), tem sido observado no lugar do antigo Sábado, em todas as porções e épocas da Igreja Cristã. Aceitamos essa mudança como nos veio, e cremos estar ela de acordo com a vontade de Deus —

2.1. Por causa de sua origem apostólica;

2.2. Por causa da transcendente importância da ressurreição de Cristo, a qual com isso se associa à criação do mundo por Deus, como o fundamento da religião cristã; e

2.3. Por causa do consenso universal dos cristãos de todas as gerações e denominações, bem como da aprovação do Espírito Santo que neles habita, que está desse modo implícito.

Quanto à observância do Sábado cristão, a regra geral e óbvia é que ele deve ser observado,

2.3.1. Não no espírito da lei, o que Cristo condena (Mt 12.1; Lc 13.15), mas no santo e livre espírito do evangelho;

2.3.2. Em concordância com os fins para os quais ele foi instituído, e que já foram acima enumerados.

Visto que Deus designou o Sábado para ser um dia em sete, devemos consagrar o dia todo, sem restrição ou alienação, para os propósitos designados; isto é, para descansar do labor secular, para o culto divino e para a instrução de nossos semelhantes. Devemos ser diligentes no uso do dia todo para esses propósitos, e para evitar, bem como, quanto depender de nós, levar nossos semelhantes a evitar tudo quanto obstrua o maior proveito na aplicação do dia para seus próprios fins. E não se deve permitir que algo interfira com essa consagração do dia, exceto as evidentes e razoáveis exigências da necessidade no tocante a nossos próprios interesses, e da misericórdia no tocante às necessidades de nossos semelhantes e dos animais dependentes.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira e segunda seções?
2. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
3. Qual é a *terceira* ensinada ali?
4. Qual é a *quarta* ensinada ali?
5. Mostre que o dever de adorar a Deus é um ditame da consciência natural.
6. Quais são as bases da obrigação?
7. Apresente as razões por que somos obrigados a adorar a Deus só naquelas formas que ele nos prescreveu.
8. A que ponto, segundo nossa Confissão, nossa maneira de adorar a Deus é deixada à nossa discricção?
9. Apresente o único objeto próprio de culto.
10. Prove que Deus, desde a queda, só pode ser acessado pelos homens através de um Mediador.
11. O que os padrões da Igreja de Roma ensinam no tocante ao culto e invocação à Virgem e aos santos e anjos?

12. Que distinção fazem entre os diferentes tipos de culto devido a Deus e às criaturas?
13. Que distinção fazem entre os diferentes tipos de culto a ser prestado a uma imagem ou quadro e a pessoa por eles representada?
14. Mostre que o culto aos santos e anjos não é preceituado, não é aprovado pela razão e é proibido.
15. Faça o mesmo acerca do culto às imagens.
16. Mostre que os romanistas não diferem dos demais idólatras.
17. Mostre por que a invocação aos santos é um completo absurdo.
18. Prove que os santos e os anjos não são mediadores entre nós e Deus, ou entre nós e Cristo.
19. Qual é o prosseguimento da Confissão na terceira e quarta seções deste capítulo?
20. Qual é a *primeira* proposição aqui ensinada?
21. Em quais dois diferentes graus de latitude é a palavra “oração” usada?
22. Que elementos são envolvidos no sentido amplo do termo?
23. Quem, segundo a Confissão, deve orar?
24. Mostre por que mesmo os não-regenerados devem orar.
25. Mostre que, para ser aceitável, a oração deve ser oferecida através de Cristo.
26. Mostre que ela deve ser oferecida com o auxílio do Espírito Santo.
27. Em que estado de mente se faz necessário, por parte de alguém, aproximar-se de Deus em oração?
28. Por que toda oração vocal em grupo deve ser oferecida numa língua conhecida?
29. O que se diz quanto aos *objetos* pelos quais podemos orar?
30. Das coisas lícitas, o que deve ter a precedência em nossas orações, e por quê?

31. Que relação nossos desejos expressos na oração deve manter com a vontade de Deus?
32. Por quem devemos interceder?
33. Prove que é certo orar por aqueles que ainda não nasceram.
34. Qual é a doutrina romana quanto ao estado intermediário e as orações pelos mortos?
35. Prove que sua doutrina é falsa.
36. Que duas classes gerais de atos de culto são expressas na quinta e sexta seções?
37. Em que duas classes se dividem os atos concernentes ao culto *regular* de Deus?
38. De quais elementos consiste o culto público regular de Deus?
39. Do que *não* depende a aceitabilidade desse culto?
40. Do que ele depende?
41. O que nosso Diretório de Culto ensina acerca do culto secreto?
42. O que ele ensina quanto ao culto familiar?
43. E quanto à instrução das crianças e servos, quanto às pessoas sobre quem pesa a obrigação e ao tempo próprio para o desempenho do dever?
44. Quais são os tipos de ação pela qual Deus pode *ocasionalmente* ser adorado?
45. Como podem ser classificadas as diferentes leis de Deus?
46. A que classe pertence a lei do Sábado?
47. Apresente os diferentes fins a que destina a observância do Sábado.
48. Mostre a partir da natureza desses fins que ele se destina a ser perpétuo e universal.
49. Mostre que o Sábado foi originalmente ordenado a toda a humanidade em geral, e que ele não é uma instituição peculiar aos judeus.
50. Faça o mesmo a partir da história de sua subsequente promulgação e observância.

51. Quais elementos da lei do Sábado são puramente positivos?
52. Quando e por que foi mudado o tempo de observância do sétimo para o primeiro dia da semana?
53. Apresente as razões para crermos que essa mudança corresponde à vontade de Deus.
54. Apresente o *primeiro* princípio geral que determina a *maneira* como o Sábado deve ser observado.
55. Apresente o *segundo* princípio geral que determina o mesmo.
56. Por que o dia todo deve ser devotado aos fins especiais do Sábado?
57. Apresente as únicas exceções permitidas.

CAPÍTULO XXII

DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

Seção I. – Um juramento legal é uma parte do culto religioso¹ no qual, em ocasiões próprias e solenemente a pessoa jura invocando a Deus como testemunha do que assevera ou promete, e para julgá-lo de acordo com a verdade ou a falsidade do que ela jura.²

Seção II. – O Nome de Deus é o único pelo qual se deve jurar, Nome que deve ser usado com todo santo temor e reverência;³ portanto, jurar falsa ou precipitadamente por esse glorioso e tremendo Nome, ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável.⁴ Contudo, como em assuntos de gravidade e importância, o juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Novo quanto sob o Velho Testamento;⁵ portanto, o juramento legal, sendo imposto por autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.⁶

Seção III. – Todo aquele que fizer um juramento deve ponderar detidamente sobre a gravidade de um ato tão solene, e não deve afirmar nada senão aquilo de que esteja plenamente persuadido ser a verdade.⁷ Tampouco deve alguém obrigar-se, por juramento, a qualquer coisa senão àquilo que é bom e justo e por aquilo que está resolvido cumprir.⁸ Entretanto, é pecado recusar prestar juramento no tocante a qualquer coisa justa e boa, sendo imposto por autoridade legal.⁹

Seção IV. – Deve fazer-se um juramento no claro e comum sentido das palavras, sem equívoco ou reserva mental.¹⁰ Não pode obrigar a pecar; mas, sendo pronunciado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, ele obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura;¹¹ tampouco deve ser violado, ainda que feito por hereges ou infiéis.¹²

¹ Dt 10.20. ² Êx 20.7; Lv 19.12; 2 Co 1.23; 2 Cr 6.22,23. ³ Dt 6.13. ⁴ Êx 20.7; Jr 5.7; Mt 5.34,37; Tg 5.12. ⁵ Hb 6.16; 2 Co 1.23; Is 65.16. ⁶ 1 Rs 8.31; Ne 13.25; Ed 10.5. ⁷ Êx 20.7; Jr 4.2. ⁸ Gn 24.2,3,5,6,8,9. ⁹ Nm 5.19,21; Ne 5.12; Êx 22.7-11. ¹⁰ Jr 4.2; Sl 24.4. ¹¹ 1 Sm 25.22,32-34; Sl 15.4. ¹² Ez 17.16,18,19; Js 9.18,19; 2 Sm 21.1.

EXPOSIÇÃO

Os temas tratados nestas seções são —

1. A natureza do juramento legal.
2. O único nome no qual se deve jurar.
3. A propriedade e o dever de formular juramentos em ocasiões próprias.
4. O sentido no qual um juramento deve ser interpretado. E,
5. A extensão e as bases de sua obrigatoriedade.

1. Um juramento legal consiste em invocar a Deus, sendo a ocasião de suficiente seriedade e importância, visando a dar testemunho da veracidade do que afirmamos como verdadeiro, ou nossa pretensão voluntária de obrigar-nos a fazer algo no futuro — com uma imprecisão implícita do desfavor divino caso mintamos ou provemos ser infiéis em nossos compromissos. Este último é geralmente expresso pela frase formando a parte conclusiva da fórmula da maioria dos juramentos: “E assim Deus me ajude” — ou seja: Que assim Deus me ajude segundo a verdade que tenho dito, ou como conservarei minha promessa.

Desse modo, um juramento é um ato de supremo culto religioso, visto reconhecer a onipresença, a onisciência, a justiça absoluta

e a soberania da Pessoa cujo augusto testemunho é invocado, e cujo juízo é invocado como final.

2. Daí, segue-se que é um pecado equivalente ao de adorar falso deus jurar por algo mais além do Deus vivo e verdadeiro; e um pecado de idolatria se juramos por alguma coisa ou lugar, ainda que esteja associado ao Deus verdadeiro. Os que juram com mão erguida juram pelo Deus que criou, preserva e governa todas as coisas. Os que juram com a mão sobre a Bíblia ou osculando a Bíblia, juram pelo Deus que se revela na Bíblia — isto é, pelo verdadeiro Deus do Cristianismo. É evidente que alguém que crê no Deus verdadeiro não pode, em consistência com sua integridade, jurar por um deus falso. E não é menos evidente que é desonesto para um ateu seguir em tudo a forma de juramento; ou para um infiel jurar com sua mão sobre as Escrituras cristãs, com isso professando invocar um Deus em cuja existência ele não crê.

Este princípio é plenamente reconhecido na Escritura. Ordena-se-nos jurar pelo Deus verdadeiro: “Por mim mesmo jurei; já saiu de minha boca a palavra de justiça, e não tornará atrás.” Is 45.23. “Aquele que jurar na terra, jurará pelo Deus da verdade.” Is 65.16. “Temerás ao Senhor teu Deus e o servirás, e pelo seu nome jurarás.” Dt 6.13. É-nos proibido jurar pelo nome de falsos deuses: “Como te perdoo por isso? visto que teus filhos se esqueceram de mim e juraram por aqueles que não são deuses.” Jr 5.7; Js 23.7.

3. O sentido literal do terceiro mandamento é: “Não tomarás o nome de teu Deus naquilo que é falso” — isto é, confirmar uma inverdade. O preceito de não fazer um falso juramento, ou qualquer juramento numa ocasião banal, por implicação traz com ele a permissão de invocar ao Deus da verdade para confirmar a veracidade em todas as ocasiões dignas. Por isso o juramento ser ordenado no Velho Testamento como uma instituição religiosa reconhecida. Dt 6.13; 10.20 etc. Cristo mesmo, quando usou o juramento na forma comum entre os judeus, não hesitou em responder. Mt 26.63,64. Paulo amiúde apela a Deus pela veracidade de suas afirmações — por exemplo: “Deus é minha testemunha”; “tomo a

Deus por testemunha sobre minha alma.” Rm 1.9; 2 Co 1.23. Em Hebreus 6.13-18, o autor declara que Deus, a fim de “mostrar aos herdeiros da promessa a imutabilidade de seu conselho, o confirmou com juramento”; e que, “visto que não tinha outro por quem jurar, jurou por si mesmo.”

É evidente, pois, que as palavras de nosso Salvador (Mt 5.33-37) — “De forma alguma jureis” — não podem ser entendidas como a proibir o juramento, em ocasiões próprias, no nome do Deus verdadeiro, mas se destinavam a proibir a invocação de seu nome em conversação ordinária e em ocasiões banais, bem como jurar por aquilo que não é Deus.

As ocasiões próprias em que um juramento pode ser formulado são todas aquelas em que se faz necessário fazer um apelo ao testemunho de Deus a fim de assegurar confiança e pôr fim às demandas (Hb 6.16). Também toda vez em que o juramento é imposto por autoridade competente sobre aqueles sujeitos a ela. No último caso, nossa Confissão diz que o juramento é um dever, e que sua recusa é pecado.

O juramento, naturalmente, seja por causa de sua natureza como um ato de culto divino, seja por causa do efeito designado a ser alcançado por ele — ou seja, o estabelecimento da confiança entre os homens — deve ser sempre administrado e formulado numa forma reverente, levando em conta a ação externa — tal como levantar a mão, pô-la sobre as Escrituras ou osculá-las — quando o consenso comum é geralmente compreendido, por todas as partes e testemunhas, significando que Deus a quem se apela é o verdadeiro Deus da criação, da providência e da revelação cristã.

4. Deve sempre interpretar-se o juramento, e conservá-lo sagrado pela pessoa que o profere, no sentido em que ela honestamente crê que ele é compreendido pela pessoa que o impõe. É evidente que, se o governo, o juiz, o magistrado, ou um cidadão particular, requer de nós um juramento para sua satisfação, e se damos um sentido particular ao assunto em favor do qual invocamos o testemunho de Deus, diferente daquele sentido que sabemos

ser o deles, de modo que os enganamos intencionalmente; e, ao invocarmos o testemunho de Deus em favor de nossa veracidade, quando nos achamos envolvidos no próprio ato de uma mentira, cometemos o pecado de perjúrio.

5. A obrigação de se jurar surge

5.1. Da obrigação original e universal de falar a verdade e de manter a fidelidade em todos os compromissos;

5.2. E, em aditamento a isso, nossa obrigação de honrar a Deus, bem como de evitar desonrá-lo com uma invocação de seu testemunho em favor de uma falsidade;

5.3. A profanação envolvida em interromper nossas esperanças no favor divino sobre a veracidade daquilo que sabemos e pretendemos ser falso.

Um juramento não pode obrigar àquilo que é em si mesmo ilegal, porque a obrigação da lei nos é imposta pela vontade de Deus, e por isso tem a precedência de todas as obrigações a nós impostas pela vontade dos homens ou por nós mesmos; e a menor obrigação não pode livrar da maior. O pecado está em levar o juramento a fazer aquilo que é ilícito, não em quebrá-lo. Portanto, Lutero estava certo em quebrar seus votos monásticos. Tampouco pode um juramento fazer o que é impossível obrigar, pois sua impossibilidade é uma expressão da vontade de Deus.

Um juramento, porém, faz o que é por natureza certo e impõe obrigação adicional e incondicional para cumprir – a obrigação imposta pela lei e a obrigação voluntariamente assumida por nós mesmos. E um juramento faz tudo o que é legalmente obrigatório tanto por causa da verdade quanto por causa de Deus. E —

5.3.1. Essa obrigação evidentemente não depende da bondade ou da maldade das pessoas que impõem o juramento. O juramento feito a um infiel ou herege obriga tanto quanto o que é feito a um santo. Os romanistas exime sua igreja da obrigatoriedade dos juramentos feitos a infieis ou hereges, e permite quebrar a fidelidade

comprometida com todos aqueles com quem ela tem alguma controvérsia, sob o pretexto de que um juramento não pode obrigar àquilo que é ilegal nem pode desobrigar de uma obrigação superior, e que a mais importante de todas as obrigações não deve de forma alguma ser observada às custas dos interesses da Igreja. No entanto deliberadamente fazem o juramento com o fim de quebrá-lo, e portanto mentem e profanam o santo nome de Deus tanto em fazer o juramento quanto em quebrá-lo. Além disso, o interesse da Igreja não é lei superior que tenha precedência sobre todos os juramentos, e, sim, somente a vontade divina *claramente revelada*.

5.3.2. A obrigatoriedade do juramento se impõe até mesmo quando uma pessoa jura em seu próprio prejuízo. Sl 15.4.

5.3.3. Nem é a obrigatoriedade prejudicada quando o juramento é obtido ou por violência ou por fraude. Por isso os juramentos impostos pelos vencedores sobre os vencidos obrigam, uma vez que são voluntariamente assumidos em preferência às alternativas apresentadas. E foi assim que Josué manteve o juramento com que os gibeonitas o induzira, jurando fraudulentamente em favor deles. Js 9.3-27.*

Seção V. – O voto é da mesma natureza que o juramento promissório, e deve ser feito com o mesmo critério religioso, e cumprido com a mesma fidelidade.¹³

Seção VI. – O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas só a Deus;¹⁴ e para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, proveniente da fé e da consciência de dever, motivado pela gratidão da misericórdia recebida ou pela obtenção daquilo que desejamos. Pelo voto nos obrigamos mais estritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde e quando elas conduzirem apropriadamente a esses deveres.¹⁵

* Dr. Charles Hodge, *Lectures on The Law*.

Seção VII. – Ninguém pode prometer fazer alguma coisa que esteja proibida na Palavra de Deus, ou que impeça o cumprimento de algum dever nela ordenado, nem o que não está em seu próprio poder cumprir, e para cujo cumprimento não tenha nenhuma promessa e nem capacidade da parte de Deus.¹⁶ Em tais aspectos, os votos monásticos que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de mais elevada perfeição, não passam de laços supersticiosos e pecaminosos, nos quais nenhum cristão deve enleiar-se.¹⁷

¹³ Is 19.21; Ec 5.4-6; Sl 61.8; 67.13,14. ¹⁴ Sl 76.11; Jr 44.25,26. ¹⁵ Dt 23.21-23; Sl 1.14; Gn 28.20-22; 1 Sm 1.11; Sl 66.13,14; 132.2-5. ¹⁶ At 23.12,14; Mc 6.26; Nm 30.5,8,12,13. ¹⁷ Mt 19.11,12; 1 Co 7.2,9; Ef 4.28; 1 Pe 4.2; 1 Co 7.23.

EXPOSIÇÃO

O voto é uma promessa feita a Deus. No juramento, as partes são pessoas, e Deus é invocado como testemunha. No voto, Deus é a parte a quem se faz a promessa. Ele é da mesma natureza que o juramento, visto que somos obrigados a observá-los sob as mesmas bases – em virtude de nossa obrigação para com a verdade, e em virtude de nossa obrigação para com a reverência devida a Deus. Fazer um voto levemente, numa ocasião banal, ou pronunciar um voto e deixar de cumpri-lo, é um ato de profanação contra Deus.

Como no caso do juramento, temos abundante sanção bíblica para o voto. Ec 5.4; Sl 76.11; 1 Sm 1.11; e o caso de Paulo, At 18.18. A recepção de ambos os sacramentos, o Batismo e a Ceia do Senhor, envolve todos os votos sagrados e obrigatórios feitos a Deus; e os mesmos são sempre reiterados em oração, oralmente ou por escrito, quando formal e informalmente renovamos nossas promessas pactuais a Deus. Portanto um voto, como qualquer outra promessa, pode geralmente obrigar à obediência leal ou especialmente a alguma ação particular.

Um voto não pode obrigar a fazer o que é ilícito ou impossível, pelas razões previamente explicadas em relação ao juramento; nem quando feito por uma criança ou outra pessoa sujeita a autoridade e destituída do direito de se comprometer espontaneamente. Nm 30.1-8. Nem pode continuar a obrigar nos casos em que sua contínua observância constata-se ser claramente inconsistente com nossos interesses espirituais; porquanto é indubitável que Deus não o quer assim, e uma promessa nunca pode obrigar quando a parte a quem é feita não deseja mantê-la.

Quando a matéria do voto não é ilegal, mas moralmente indifferente, o voto é obrigatório; mas a experiência abundantemente comprova que acumular tais obrigações é em extremo injurioso. A Palavra de Deus nas Escrituras nos impõe, através de sua autoridade, tudo aquilo que provém de sua vontade ou é interessante para nós observarmos. A multiplicação de deveres auto-impostos o desonra, bem como grandemente nos molesta e compromete nossa segurança. Seria melhor que os votos fossem restringidos à disposição e promessa voluntárias de se observarem, com o auxílio da graça divina, os deveres impostos por Deus e claramente revelados nas Escrituras.

QUESTIONÁRIO

1. Quais são os temas tratados nas quatro primeiras seções deste capítulo?
2. O que é um juramento legal?
3. O que se acha implícito nele, e como essa implicação é geralmente expressa?
4. Demonstre como o juramento é um ato de culto religioso.
5. Em que nome todo juramento legal deve ser formulado?
6. Quem pode e quem não pode consistentemente jurar pelo Deus verdadeiro?
7. Comprove à luz da Escritura que é errôneo jurar por falsos deuses.

8. Comprove à luz da Escritura que é certo jurar pelo Deus verdadeiro em ocasiões próprias.
9. Qual foi o exemplo de Paulo e de Cristo sobre este ponto?
10. Em que sentido devem ser tomadas as palavras de nosso Salvador: “De forma alguma jureis”? (Mt 5.33-37.)
11. Em que ocasiões e com que propósito é lícito jurar?
12. De que maneira e com que formas é lícito jurar?
13. Em que sentido se deve interpretar a questão do juramento, e por quê?
14. Do que surge a obrigação de cumprir o juramento?
15. Sob que circunstâncias a obrigatoriedade de um juramento deixa de ser válida?
16. Se a matéria do juramento é em si mesma um dever, o juramento acrescenta à obrigatoriedade já existente, e por quê?
17. A obrigatoriedade do juramento depende do caráter daqueles que o impõem?
18. Sobre que princípios o romanismo defende as flagrantes violações dos juramentos dos quais sua igreja é culpada, e assumiu ela o direito de absolver seus membros das obrigações de seus juramentos?
19. Uma pessoa se obriga por um juramento cujo cumprimento produz sua própria desvantagem?
20. Uma pessoa se obriga por um juramento que lhe é imposto por violência ou fraude, e por quê?
21. O que é um voto, e como ele difere de um juramento?
22. Sobre que princípio repousa a obrigatoriedade de um voto?
23. Mostre à luz da Escritura que é lícito fazer voto em ocasiões próprias.
24. Quando um voto falha e quando sua obrigatoriedade expira?

- 25.** Qual é a lição que a experiência ensina quanto à sabedoria em multiplicarem-se votos?
- 26.** Mostre que, como uma coisa geral, nossos votos devem relacionar-se a coisas indiferentes, ou a deveres antecedentemente obrigatórios; isto é, a matérias a nós impostas pela vontade divina, e não por nossa própria vontade.

CAPÍTULO XXIII

DO MAGISTRADO CIVIL

Seção I. – Deus, o supremo Senhor e Rei do mundo inteiro, para sua própria glória e para o bem público, ordenou os magistrados civis, sujeitos a ele e com autoridade sobre o povo; e para esse fim os armou com o poder da espada, para a defesa e encorajamento daqueles que são bons e para o castigo dos malfeitores.¹

Seção II. – Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, quando para ele são chamados;² na administração do mesmo, como devem especialmente manter a piedade, a justiça e a paz, segundo as leis justas de cada comunidade,³ eles, sob a dispensação do Novo Testamento, e para esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.⁴

¹ Rm 13.1-4; 1 Pe 2.13,14. ² Pv 8.15,16; Rm 13.1,2,4. ³ Sl 2.10-12; 1 Tm 2.2; Sl 82.3,4; 2 Sm 23.3; 1 Pe 2.13. ⁴ Lc 3.14; Rm 13.4; Mt 8.9,10; At 10.1,2; Ap 17.14,16.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam o seguinte: —

1. O governo civil é uma instituição divina, e por isso o dever de obediência a nossos governantes legítimos é um dever devido tanto a Deus quanto a nossos semelhantes. Alguns têm presumido que o direito ou autoridade legítima do governo humano tem seu fundamento último em “o consenso dos governados”, “a vontade da maioria”, ou em algum “pacto social” imaginário introduzido pe-

los patriarcas da raça na origem da vida social. É por si mesmo evidente, contudo, que a vontade divina é a fonte de todo governo; e que a obrigatoriedade de obedecer a essa vontade repousa sobre todos os agentes morais, a base última de toda obrigação de se obedecer aos governos humanos. Isso é certo —

1.1. Porque Deus é o Criador e o absoluto Proprietário de todos os homens.

1.2. Porque ele formulou a constituição deles como agentes inteligentes, moralmente responsáveis e livres, e é o Senhor da consciência.

1.3. Porque ele é o supremo Governante moral de todos os agentes morais, e porque sua lei moral todo-abrangente e de absoluta perfeição requer tudo o que é moralmente certo, de toda espécie, e proíbe tudo quanto é moralmente errôneo. Por isso, toda obrigação moral, de toda espécie, é um dever devido a Deus.

1.4. Porque Deus, em sua criação, constituiu o homem um ser social, e providencialmente o organizou em famílias e comunidades, e assim tornou o governo civil uma absoluta necessidade.

1.5. Porque, como o Governante providencial do mundo, Deus usa o governo civil como seu instrumento na promoção dos grandes fins da redenção na edificação de seu reino no mundo.

1.6. Isso é explicitamente afirmado na Escritura: “Porque não há autoridade que não venha de Deus; e as que existem foram ordenadas por Deus.” Rm 13.1,2. Visando ao bem, o magistrado é “o ministro de Deus para o bem”; e, para o mal, ele é “ministro de Deus, vingador para executar ira sobre aquele que faz o mal”. Rm 13.4.

Com certeza Deus não prescreveu para todos os homens alguma forma particular ou ordem de sucessão do governo civil. Ele lançou o fundamento geral tanto para o dever quanto para a necessidade de governo nas consciências e nas naturezas sociais de todos os homens, bem como nas circunstâncias de todas as comuni-

dades, enquanto que deixou cada povo livre para escolher sua própria forma de governo à sua própria maneira, segundo seus vários graus de civilização, sua condição social e política, seus antecedentes históricos e como são instruídos por sua Palavra e guiados e sustentados por sua providência.

Neste sentido, Deus como Criador, como revelado à luz da natureza, estabeleceu o governo civil entre os homens desde o princípio, bem como entre todos os povos e nações de todas as eras e gerações. Mas, no desenvolvimento do plano de redenção, o Deus-homem como Rei mediano assumiu o governo do universo. Mt 28.18; Fp 2.9-11; Ef 1.17-23. Visto que o universo constitui um sistema físico e moral, era necessário que sua autoridade como Mediador se estendesse a todo e a cada departamento dele, a fim de que todas as coisas cooperassem para o bem de todo o seu povo e para sua glória, para que todos os seus inimigos fossem subjugados e finalmente julgados e punidos, e para que todas as criaturas o adorassem, como seu Pai determinou. Rm 8.28; 1 Co 15.25; Hb 10.13; 1.6; Ap 5.9-13. Por isso o presente Governante providencial do universo físico e o “Chefe entre as nações” é Jesus de Nazaré, o Rei dos judeus, a cuja vontade todas as leis devem ser conformadas e a quem todas as nações e todos os governantes dos homens devem reconhecer e servir. “No manto, sobre sua coxa, tem escrito o nome: Reis dos reis e Senhor dos senhores.” Ap 19.16.

2. O fim imediato para o qual Deus ordenou os magistrados é a promoção do bem público, e o fim último é a promoção de sua própria glória. Isso evidentemente se deduz do fato revelado de que a glória ou a manifesta excelência do Criador é o fim principal que ele teve no sistema geral de coisas, e daí o fim principal designado a cada agente inteligente. Rm 9.22,23; 11.36; Cl 1.16; Ef 1.5,6; 1 Pe 4.11. Se a glória de Deus é o fim principal de cada pessoa, a mesma deve ser igualmente o fim principal de todas as nações e comunidades humanas, e a mesma deve tornar-se o propósito governante de cada indivíduo em todas as suas relações e ações, públicas e oficiais, bem como privativas e pessoais. E se a

glória de Deus é seu fim principal, é a ela que todos os objetivos e desígnios estão subordinados como fins. A forma específica na qual o magistrado civil deve procurar o avanço da glória de Deus é através da promoção do bem da comunidade (Rm 13.4) nos negócios temporais, inclusive educação, conduta, prosperidade física, proteção à vida e à propriedade, bem como a preservação da ordem. E —

3. Os magistrados cristãos devem também buscar, em suas influentes posições, promover tanto a piedade quanto a ordem. 1 Tm 2. 1,2. Isso devem eles fazer, não assumindo as funções da Igreja, nem em busca dos dotes oficiais com o fim de proteger ou controlar a Igreja, mas por seu exemplo pessoal, e oficialmente oferecendo sua proteção imparcial e toda aquela devida facilidade à Igreja em sua obra; através do reconhecimento explícito de Deus e de Jesus Cristo “como Soberano entre as nações”; e pela promulgação e corroboração de todas as leis concebidas no genuíno espírito do evangelho, no tocante a todas as questões nas quais as Escrituras indicam a vontade de Deus especificamente ou em princípios gerais, especialmente quanto às questões do dia de descanso, do juramento, do matrimônio e do divórcio, das penas capitais etc., etc.

4. É lícito para os cristãos aceitarem e exercerem o ofício de magistrado. Isso é bastante evidente. Aliás, no sentido mais elevado, a ninguém é mais lícito do que aos cristãos ser magistrado ou alguma outra coisa, já que é uma violação da vontade de Deus que alguma pessoa não seja cristã. E quanto mais numerosas e mais importantes as relações que uma pessoa assuma, maior é sua obrigação como cristã, a fim de que possa ser qualificada a exercê-las todas para a glória de Deus e para o bem de todos os envolvidos.

5. Os magistrados cristãos podem lícitamente, sob o Novo Testamento, declarar guerra em ocasiões justas e necessárias. O direito e o dever da autodefesa são estabelecidos pelos inalienáveis instintos da natureza, da razão, da consciência, da Palavra de Deus e

do consenso universal do gênero humano. Se é certo para um indivíduo tirar a vida em defesa própria, será igualmente certo para uma comunidade agir assim com base no mesmo princípio.

É muito difícil decidir em casos particulares quando é correto para uma nação cristã ir à guerra, e este não é um lugar apropriado para se considerarem tais questões. Mas os seguintes princípios gerais são muito claros e muito certos: — A guerra é um mal incalculável por causa das vidas que ela destrói, a miséria que ela ocasiona e a degradação que ela infalivelmente produz por todos os lados — nos vencidos e nos vencedores, a parte originalmente certa e a parte errada. Em toda guerra uma parte pelo menos deve estar errada, envolvida na tremenda culpa de guerra injustificável, e na vasta maioria dos casos ambas as partes laboram em erro. Nenhum pretexto de honra, glória ou enaltecimento, de habilidade ou proveito político, pode escusar, muito menos justificar, a guerra; nem mesmo é necessária para o propósito da preservação da existência nacional. A fim de justificar a guerra aos olhos de Deus, não basta que nosso inimigo se proponha prejudicar-nos, mas também

5.1. Que o mal que ele intente ameace direta ou remotamente a vida nacional; e

5.2. Que a guerra seja o único meio de evitá-lo. Mesmo neste caso, todos os demais meios de assegurar a justiça e manter a segurança nacional devem ser esgotados antes de se recorrer a este último recurso. Uma guerra pode ser puramente defensiva em espírito e intento, enquanto que é agressiva na maneira em que é conduzida. A questão do direito depende do primeiro fator, não do último — sobre o propósito ao qual o ataque é feito, e não sobre a mera ordem ou sobre a ameaça.

*Seção III. – Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da Palavra e dos sacramentos;⁵ nem o poder das chaves do reino do céu;⁶ nem sequer interferir em questões de fé.⁷ Contudo, como pais solícitos, é o dever dos magistrados civis proteger a Igreja de nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer uma das denominações cristãs em detrimento das demais, de tal maneira que todas as pessoas religiosas desfrutem de uma liberdade plena, livre e inquestionável, para o desempenho de cada parte de suas sacras funções, sem violência ou perigo.⁸ E, visto que Jesus Cristo designou um governo e disciplina regulares em sua Igreja, nenhuma lei de qualquer comunidade deve interferir neles, impedindo ou obstruindo o devido exercício deles, entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, de acordo com sua própria profissão e crença.⁹ E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de todo o seu povo, de uma maneira tão eficaz que ninguém seja constrangido, quer por pretexto de religião ou infidelidade, a sofrer alguma indignidade, violência, abuso ou injúria de qualquer outra pessoa; e estabelecer a ordem, para que todas as assembléias religiosas e eclesiásticas sejam mantidas sem molestação ou distúrbio.¹⁰ **

Seção IV. – E é dever do povo orar pelos magistrados,¹¹ honrar suas pessoas,¹² pagar-lhes tributo e outros compromissos,¹³ obedecer aos seus preceitos legais e viver sujeito à sua autoridade, por motivo de consciência.¹⁴ Infidelidade ou diferença em questão de religião não invalida a justa e legal autoridade do magistrado, nem isenta o povo de sua devida obediência a ele,¹⁵ da qual não estão excluídos os eclesiásticos;¹⁶ muito menos tem o papa qualquer poder ou jurisdição sobre eles em seu domínio, ou sobre qualquer um de seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los de seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.¹⁷

* Veja-se p. 577 e Apêndice nº III

⁵ 2 Cr 26.18. ⁶ Mt 16.19. ⁷ Jo 18.36. ⁸ Is 44.23. ⁹ Sl 105.15. ¹⁰ 2 Sm 23.3; 1 Tm 2.1,2; Rm 13.4. ¹¹ 1 Tm 2.1,2. ¹² 1 Pe 2.17. ¹³ Rm 13.6,7. ¹⁴ Rm 13.5; Tt3.1. ¹⁵ 1 Pe 2.13,14,16. ¹⁶ Rm 13.1; 1 Rs 2.35; At 25.9-11; 2 Pe 2.1,10,11; Jd 8-11. ¹⁷ 2 Ts 2.4; Ap 13.15-17.

Estas seções ensinam que a Igreja e o Estado são ambos instituições divinas, tendo diferentes objetivos e esfera de ação, diferentes governos e oficiais, e, por isso, enquanto possuírem mutuamente bons oficiais, são independentes um do outro.

Isso é contrário —

1. À doutrina papal da relação do Estado com a Igreja. Segundo o ponto de vista ultramontano estritamente lógico, sendo toda a nação, em todos os seus membros, uma porção da Igreja universal, a organização civil é compreendida na Igreja por certos fins subordinados ao grande fim para o qual a Igreja existe, e é, portanto, finalmente responsável pelo exercício da autoridade delegada. Dessa forma, sempre que o papa esteve em condição de vindicar sua autoridade, ele pôs reinos sob interdito, liberou súditos de seu voto de obediência e depôs soberanos por causa da heresia assumida ou insubordinação aos governos civis da terra. Nossa Confissão ensina que o Estado é, em sua esfera, inteiramente independente da Igreja, e que ela tem jurisdição sobre todos os eclesiásticos, com base nos mesmos princípios e na mesma extensão que tem sobre qualquer outra classe de pessoas.

2. As afirmações destas seções são opostas também à doutrina erastiana quanto à relação do Estado com a Igreja, a qual tem prevalecido em todas as nações e igrejas nacionais da Europa. Esta doutrina considera o Estado como uma instituição divina, designada para suprir todas as necessidades dos homens, tanto espirituais quanto temporais, e que ela é, conseqüentemente, responsável pelo dever de providenciar a disseminação da doutrina pura e da correta administração dos sacramentos e da disciplina. É dever do magistrado civil, pois, apoiar a Igreja, designar seus oficiais, definir suas leis e superintender sua administração. Por isso, as igrejas-estado da Alemanha e Inglaterra protestantes, o soberano é o supremo

líder da Igreja, assim como o é do Estado, e o magistrado civil tem escolhido e imposto as confissões de fé e o sistema de governo, a ordem de culto e todo o curso da administração eclesiástica.

Em oposição a isso, nossa Confissão ensina que a liberdade religiosa é uma prerrogativa inalienável da humanidade (capítulo xx.), e que ela envolve o ilimitado direito da parte de cada pessoa de cultivar a Deus segundo os ditames de sua própria consciência. Por isso, os líderes eclesiásticos, ainda que investidos do poder das chaves, não têm a permissão de aplicar quaisquer punições civis nem estão habilitados a coagir os homens a obedecerem às leis que administram. Por isso também o magistrado civil, embora seja obrigado a proteger os membros e as organizações eclesiásticas da igreja no desfrute pacífico de seus direitos e no desempenho de suas funções, não obstante não lhe é permitido nenhuma jurisdição oficial em qualquer dos negócios da Igreja. A mesma pessoa pode ser magistrado civil e membro da igreja. Num caso, ela é uma autoridade — no outro, é um vassalo. Ou a mesma pessoa pode ser magistrado civil e oficial da igreja, autoridade em ambas as esferas a um só tempo. Sua jurisdição, porém, em cada caso, teria áreas, objetivos, esferas, métodos e enfoques de operação inteiramente independentes.

Estas seções também ensinam que a obediência aos magistrados civis, quer fazendo ou executando leis dentro da esfera própria do Estado, é um dever obrigatório a todos os súditos do governo por motivo de consciência e pela autoridade de Deus. Isso se segue diretamente do fato, como previamente demonstrado, de que o governo civil é uma ordenança de Deus — que as autoridades são ordenadas por Deus para certos fins; daí a obediência a elas é obediência a Deus. Desse fato se segue —

2.1. Que essa obediência deve ser sincera e por motivo de consciência, e não fruto de constrangimento. Por essa razão devemos orar pelos nossos governantes e assisti-los, ao mesmo tempo que lhes prestamos mera obediência técnica.

2.2. A rebelião é um pecado grave, visto ser desobediência a Deus, e visto que necessariamente opera ruína física permanente e desmoralização social entre nossos semelhantes. O limite desta obrigação de obediência só será encontrado quando formos intimados a fazer algo contrário à autoridade superior de Deus (At 4.19; 5.29); ou quando o governo civil tornar-se tão radical e incuravelmente corrupto que deixar de cumprir os fins para os quais ele foi estabelecido. Quando este ponto tiver inquestionavelmente alcançado, quando todos os meios de reparação tiverem sido exaustivamente sem validade, quando ali parecer não haver mais nenhum prospecto de assegurar reforma no próprio governo, e houver alguma boa perspectiva de garanti-la através de revolução, então é privilégio e dever de um povo cristão mudar seu governo – pacificamente, se possível; forçosamente, se preciso.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira e segunda seções deste capítulo?
2. Como alguns têm presumido ser o fundamento último do governo civil?
3. Apresente a prova, à luz dos fatos da relação de Deus com o mundo e seus habitantes, de que o governo civil é realmente uma ordenança divina.
4. Prove o mesmo à luz da Escritura.
5. A quem deixou Deus a decisão da forma particular de governo a ser adotada por qualquer povo?
6. Quais circunstâncias e que norma devem ser determinadas na escolha?
7. O governo civil foi originalmente instituído por Deus como Criador ou como Redentor?
8. Que pessoa divina é agora o supremo Soberano entre as nações e Cabeça de todos os governos?
9. Comprove sua resposta.

10. Qual é o fim último a promover, ao qual o magistrado civil é designado?
11. Comprove sua resposta.
12. Qual é o fim próximo que se pretende que ele promova?
13. Em que esfera especial e por quais meios deve ele promover o bem público?
14. Por quais meios deve o magistrado civil buscar promover a piedade, a paz e a justiça?
15. Mostre por que é lícito para os cristãos aceitar ofício civil.
16. Sobre que base se pode manter guerras lícitas e defensivas?
17. Qual é a única escusa justa para a guerra?
18. O que em cada caso um povo cristão deve tentar antes de apelar para arbitramento da guerra?
19. O que ensinam a terceira e a quarta seção?
20. Qual é a doutrina papal quanto à relação do Estado com a Igreja?
21. O que nossa Confissão ensina em oposição a isso?
22. Qual é a doutrina erastiana quanto à relação da Igreja com o Estado?
23. Que igrejas são organizadas sobre este princípio?
24. O que nossa Confissão ensina em oposição a essa doutrina?
25. Que responsabilidade os magistrados civis devem com respeito à Igreja?
26. Qual é o dever da Igreja para com o Estado?
27. Sobre que bases os súditos do governo civil devem obediência aos que exercem autoridade sobre eles?
28. Que gênero de obediência eles devem?
29. Por que a rebelião contra a autoridade legítima é um grande pecado?
30. Quando a resistência às autoridades civis é lícita?

CAPÍTULO XXIV

DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

Seção I. – O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; tampouco é lícito ao homem ter mais de uma esposa, ou à mulher ter mais de um esposo, ao mesmo tempo.¹

Seção II. – O matrimônio foi ordenado para o auxílio mútuo entre esposo e esposa;² para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima, e da Igreja por uma semente santa;³ e para prevenção contra a impureza.⁴

Seção III. – A toda sorte de pessoas que são capazes de dar seu consentimento ajuizado é lícito casar;⁵ no entanto é dever dos cristãos casar somente no Senhor.⁶ Portanto, os que professam a genuína religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas, ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se a um jugo desigual, casando-se com os que são notoriamente ímpios em sua vida, ou que mantêm heresias perniciosas.⁷

¹ Gn 2.24; Mt 19.5,6; Pv 2.17.² Gn 2.18.³ Mt 2.15.⁴ 1 Co 7.2,9.⁵ Hb 13.4; 1 Tm 4.3; 1 Co 7.36-38; Gn 24.57,58.⁶ 1 Co 7.39.⁷ Gn 34.14; Êx 34.16; Dt 7.3,4; 1 Rs 11.4; Ne 13.25-27; Mt 2.11,12; 2 Co 6.14.

EXPOSIÇÃO

Ensina-se nestas seções: —

1. Que o matrimônio foi ordenado por Deus, e por isso ele é uma instituição divina, envolvendo um contrato de caráter tanto religioso quanto civil.

2. Os fins designados a serem promovidos pela matrimônio são específicos.

3. Afirmar-se que a lei do matrimônio só permite que se faça um contrato entre um homem e uma mulher, e que um homem não pode ter mais de uma esposa e uma esposa, mais de um esposo, ao mesmo tempo.

4. A santidade preeminente de uma vida de celibato é negada, e a licitude do matrimônio para todas as classes de pessoas é afirmada.

5. Ensina-se que pessoas de diferentes religiões não devem casar entre si, e que os crentes genuínos não devem prender-se a jugo desigual com os ímpios.

1. O matrimônio foi ordenado por Deus, e é, portanto, uma instituição divina. Isso é assim —

1.1. Porque Deus criou o homem macho e fêmea, e assim os constituiu, física e moralmente, para que mutuamente se adaptassem um ao outro, mutuamente se auxiliassem sob a lei do matrimônio, e não de outra forma; e

1.2. Porque a lei do matrimônio, as condições de seu contrato, permanência e dissolução, são estabelecidas na Palavra de Deus.

Daí se segue que o matrimônio é um contrato tanto religioso quanto civil. Nenhum Estado tem o direito de mudar a lei do matrimônio, nem as condições sobre as quais ele pode ser legalmente constituído ou dissolvido, segundo foram ordenadas por Deus. Tampouco homem algum ou mulher alguma tem o direito de contrair matrimônio para uma relação diferente, em qualquer aspecto, quanto ao seu caráter ou duração, à luz do que Deus ordenou como matrimônio. Por isso o matrimônio é um contrato humano sob os limites e sanções de uma constituição divina, e as partes contratantes impõem seus votos de veracidade e constância tanto em relação a Deus quanto em relação entre si e a sociedade.

Mas ele é também um contrato civil, porquanto cada Estado se obriga a proteger os fundamentos sobre os quais a ordem social repousa, e cada matrimônio envolve inúmeras obrigações óbvias e conduz a muitas conseqüências civis no tocante à propriedade, à custódia dos filhos etc. O Estado deve, pois, definir a natureza e os efeitos civis do matrimônio, e prescreve condições sobre as quais, e os modos nos quais ele será publicamente reconhecido e ratificado ou dissolvido. É da mais profunda importância que as leis do Estado não conflitem com as leis de Deus sobre este tema, mas que estejam em todos os aspectos em harmonia com elas. No caso de haver conflito, porém, os cristãos e os ministros cristãos devem obedecer a Deus, antes que aos homens. Na Grã Bretanha, as autoridades civis têm transgredido a autoridade de Deus nesta questão, principalmente por declararem que os casamentos, realmente obrigatórios aos olhos de Deus, sejam sem validade *ab initio*, por causa de alguma ilegalidade trivial quanto ao tempo em que, ou as pessoas por quem foram celebrados. Neste país [América do Norte], o pecado, nesta matéria, é principalmente cometido permitindo que o laço matrimonial seja dissolvido por inúmeras causas não reconhecidas como válidas na Palavra de Deus. A lei da terra deve ser obedecida por motivo de consciência, sempre que não conflite com *a lei maior, que é a de Deus*. Quando claramente se age assim, então os cristãos e as sessões eclesiásticas devem agir entre si e tratar os outros justamente como se os decretos humanos ímpios não existissem, e então assumir as conseqüências.

2. Os principais fins designados para serem promovidos pelo matrimônio são declarados como sendo —

2.1. O auxílio mútuo entre esposo e esposa.

2.2. A propagação da raça humana por uma sucessão legítima.

2.3. A propagação da Igreja de Cristo por uma semente santa.

2.4. A prevenção contra a impureza.

3. A lei de Deus faz do matrimônio um contrato para a vida entre *um* homem e *uma* mulher. A prova disso é como segue: —

3.1. Deus instituiu o matrimônio, inicialmente, entre um homem e uma mulher.

3.2. Ele providencialmente preservou em todas as eras e entre todas as nações um número igual de nascimentos de cada sexo.

3.3. A experiência revela que física, econômica e moralmente, a poligamia conspurca todos os fins para os quais o matrimônio foi designado, e é inconsistente com a natureza humana e as relações entre os sexos, enquanto que a monogamia prova, no mais elevado grau, ser adequada a atingir tais fins.

3.4. Essa lei original de Deus e da natureza é naturalmente dispensável em casos especiais e sob condições peculiares, pelo Legislador; e sempre que, e em toda a sua extensão, ela é assim dispensada, cessa de ser obrigatória, e sua não-observância cessa de ser pecado. Portanto Moisés, como agente de Deus, permitiu a dispensa da lei da monogamia, a qual foi por muito tempo desconsiderada entre os ancestrais dos israelitas: “mas no princípio não era assim”. Mt 18.8.

3.5. Cristo expressamente remove essa dispensa e restaura a lei do matrimônio à sua base original: “Qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de infidelidade, e *casar com outra*, comete adultério; e *o que casar com a repudiada* também comete adultério.” Mt 19.9. É óbvio que o ato de adultério não é por repudiar uma mulher impropriamente, mas casar com outra antes que a esposa morra. E por parte da mulher, o adultério não pode consistir em ser ela repudiada, mas em casar com outro homem enquanto seu esposo ainda vive. Portanto, para um homem ter duas esposas, ou uma mulher ter dois maridos, vivendo simultaneamente, divorciado ou não, comete adultério, com as únicas exceções anotadas acima.

4. Nossa Confissão ensina que o matrimônio é lícito a toda sorte de pessoas que tenham suficiente inteligência para consentir. A Igreja de Roma permite que o matrimônio seja lícito para a grande massa de pessoas como uma concessão às fraquezas da carne, mas

mantém que uma vida de celibato é tanto meritória quanto mais conduzível à elevação espiritual. Daí afirmarem que a vida celibatária é recomendada por Cristo (Mt 19.10-12) como sendo um de seus conselhos evangélicos, pela observância da qual pode-se obter mérito supererrogatório; e por isso a Igreja de Roma o impõe a seus clérigos como sendo uma obrigação universal e imperativa.

Isso todos os protestantes negam, pelas seguintes razões: —

4.1. Deus criou o homem macho e fêmea, e constituiu a relação dos sexos, e ordenou o matrimônio no Paraíso quando o homem era ainda inocente. O matrimônio, pois, deve ser plenamente bom, e em si mesmo um meio do bem, exceto quando usado mal pelo homem.

4.2. A relação é honrada em ser selecionada como sendo o mais elevado tipo terreno do maior fato celestial — isto é, a união mística da Palavra eterna com sua Noiva, a Igreja. Ef 5.23-33.

4.3. A razão e a experiência se unem para demonstrar que a relação é a melhor condição concebível para apresentar e educar os instintos morais mais nobres e as faculdades da natureza humana. Os melhores e mais nobres homens do antigo e do novo mundo têm sido formados na família.

4.4. A vasta experiência celibatária por parte do sacerdócio e das casas monásticas da Igreja de Roma comprova nossa posição, revelando a tendência depauperante e degradante do sistema oposto. O sentido genuíno daquilo que é ensinado por nosso Salvador, em Mateus 19.10-12, e por Paulo, em 1 Coríntios 7.1-40, é que os solteiros se expõem menos às preocupações mundanas do que os casados; portanto, que em tempos de perseguição e perigos públicos, e com referência a algum tipo especial de serviço para o qual Deus providencialmente chama o homem, retrair-se do matrimônio pode ser tanto de seu interesse quanto seu dever. Parece evidente que, mesmo na época atual, alguns tipos de serviço missionário, tanto na pátria quanto no estrangeiro, podem ser mais eficientemente desempenhados para a glória de Deus e para o bem dos

homens, se nossos jovens ministros consentirem em considerar o matrimônio não absolutamente essencial, e nesse aspecto também “buscam *antes* o reino de Deus e sua justiça”.

5. O princípio de que os que professam a religião verdadeira não devem casar-se com os que professam uma religião falsa, e que os crentes verdadeiros não devem casar-se com os ímpios, não tem a ver com a validade essencial do matrimônio, mas com o que pertence à sua perfeição, e introduz a questão não da realidade do matrimônio quando formado, mas da propriedade de formá-lo. Paulo ensina que, se alguma das partes do matrimônio prévio se torna cristã, e a outra permanece pagã, o irmão ou irmã cristã mantém-se obrigado pelo laço matrimonial como antes, a menos que a parte pagã voluntariamente o abandone, e assim a relação fica desfeita, quando o cristão não mais fica obrigado. 1 Co 7.12-15. Com base no mesmo princípio, o matrimônio, na presente conjuntura, então comum entre o converso e o não-converso, é inquestionavelmente válido e deve ser respeitado como tal.

Não obstante, permanece válido que os crentes verdadeiros devem, em atenção a Cristo e a suas próprias almas, evitar contrair tais compromissos. Pois, como é possível que alguém que possui a mente e o espírito de Cristo, cujas afeições são como um fato prático posto nas coisas acima, cujos motivos, propósitos e aspirações são celestiais, tornar-se uma só carne e coração, viver na mais íntima de todas as comunhões possíveis, com uma alma morta em delitos e pecados? (Veja-se 2 Co 6.14-18.) Se tal união é formada, segue-se: ou que a sacra ordenança do matrimônio é profanada por uma união de corpos onde não pode haver união de corações, ou na íntima comunhão de alma com alma o crente será grandemente aviltado em sua vida interior e espiritual, e grandemente prejudicado em suas tentativas de servir a seu Senhor neste mundo. 1 Co 7.39.

Seção IV. – O matrimônio não deve efetuar-se entre pessoas de graus de sangüinidade ou afinidade proibidos na Palavra;⁸ nem podem tais casamentos incestuosos jamais tornar-se lícitos

por alguma lei humana ou consentimento das partes, de modo que tais pessoas vivam juntas como esposo e esposa.⁹ O homem não pode casar-se com alguma parenta consangüineamente mais próxima de sua esposa do que não poderia com sua própria parenta, nem a mulher com algum parente consangüineamente mais próximo de seu esposo do que não poderia com seu próprio parente.¹⁰

Seção V. – O adultério ou fornicação, cometido depois de um contrato, sendo detectado antes do casamento, dá à parte inocente justa razão para dissolver o contrato.¹¹ No caso de adultério depois do casamento, é lícito à parte inocente propor divórcio,¹² e, depois de obter o divórcio, casar com outrem, como se a parte infiel estivesse morta.¹³

Seção VI. – Posto que a corrupção do homem seja tal que o disponha a forjar argumentos, para indevidamente separar aqueles a quem Deus uniu em matrimônio, contudo nada, a não ser o adultério, é causa suficiente para dissolver o vínculo matrimonial, a não ser que haja deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil.¹⁴ Para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discricção das partes decidir em seu próprio caso.¹⁵

⁸ Lv 18; 1 Co 5.1; Am 2.7. ⁹ Mc 6.18; Lv 18.24-28. ¹⁰ Lv 20.19-21. ¹¹ Mt 1.18-20. ¹² Mt 5.31,32. ¹³ Mt 19.9; Rm 7.2,3. ¹⁴ Mt 19.8,9; 1 Co 7.15; Mt 19.6. ¹⁵ Dt 24.1-4.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam a lei divina do matrimônio quanto ao incesto e quanto ao divórcio.

1. O incesto consiste de relação sexual entre partes proibidas pela lei divina de se casar, em virtude de seu relacionamento familiar. O casamento entre essas partes é impossível; e não importa quais sejam as provisões de leis humanas ou das decisões dos tribunais humanos, tais pretensos casamentos são invalidados *ab initio*

— sem validade em essência tanto quanto impróprios e injuriosos. Visto os graus de parentesco dentro do casamento excluïrem os diferentes graus de parentesco, portanto os diferentes crimes de incesto, segundo esses variantes graus, isso debela a criminalidade da maior à menor medida. A obrigação de se evitar a relação sexual entre as pessoas de consangüinidade próxima é um ditame da natureza, tanto quanto da Palavra de Deus.

A única lei sobre este tema, nas Escrituras, é a lei levítica registrada em Levítico 18.6-23; 20.10-21. Se esta é ainda obrigatória, ela porta o princípio de que constitui um incesto um homem coabitar com uma mulher parenta mais próxima de sua esposa do que lhe é lícito fazer o mesmo com sua própria parenta. Se essa lei não está em vigor agora, então não existe outra lei de Deus prevalecente sobre o tema do incesto, exceto a lei da natureza.

As Igrejas Grega e Católica Romana concordam em manter que essa lei está ainda em vigor, já que a razão da lei repousa sobre as relações permanentes, e não sobre quaisquer circunstâncias especiais, peculiares à sociedade entre os judeus. Todos os ramos da Igreja Protestante — Episcopal, Luterana e Presbiteriana — têm mantido o mesmo princípio em suas confissões de fé ou cânones de disciplina. Ele é asseverado nestas seções de nossa Confissão. Mas uma grande diversidade de sentimento e prática prevalece em diferentes partes de nossa Igreja [americana], sobre este tema, e para a maioria a coação desta regra tem sido deixada à discrição da parte majoritária do juízo de cada igreja local. Vários esforços têm sido feitos, em 1826 e 1827, e 1843, 1845 e 1847,* para ter esta seção deste capítulo modificada, mas sem resultado.

2. A lei divina quanto ao divórcio consiste em que o casamento é um contrato *para a vida* entre um homem e uma mulher, e que o mesmo só é, *ipso facto*, dissolvido pela morte (Rm 7.2,3); e que as únicas causas sobre as quais qualquer autoridade civil pode dissolver a união daqueles a quem Deus uniu são:

* Veja-se Baird's Digest, pp. 163-168.

a. adultério,

b. deserção intencional, infundada e irreversível.

2.1. As únicas causas ante as quais é lícito conceder divórcio são —

2.1.1. Adultério; isso é explicitamente permitido por Cristo (Mt 5.31,32; 19.9); e

2.1.2. Deserção intencional, infundada e irreversível. Isso é permitido por Paulo ao esposo ou esposa cristã, abandonado por seu cônjuge pagão. 1 Co 7.15. A razão, no presente caso, é também por si só evidente, visto que tal deserção, sendo total e irreversível, faz o casamento um nome vazio, isento de toda realidade; e, sendo infundado, deixa a parte desertora sem quaisquer direitos de se defender.

2.2. Tais causas, contudo, não dissolvem, *ipso facto*, o vínculo matrimonial, mas apenas dá o direito à parte inocente, se assim o quiser, de exigir que o mesmo seja dissolvido pela autoridade competente. E se exigirem a dissolução, não são entregues à sua própria sorte, no caso, mas devem sair em busca da defesa de seus direitos das mãos das autoridades públicas e segundo a lei da terra.

2.3. A lei civil, contudo, não tem autoridade de conceder divórcios sobre quaisquer outras bases além daquelas definidas supra, como permitido pela Palavra de Deus. Sempre que procedem dessa forma, como de fato se faz constantemente, as autoridades civis se põem em direto conflito com a lei de Deus, no caso. Daí todos os cristãos e os tribunais eclesiásticos são obrigados, em tais casos, a considerar o parecer da autoridade civil, e a considerar e tratar a tais divórcios ilícitos como nulos. E se as partes de um casamento injustamente dissolvido casarem de novo, devem ser consideradas e tratadas por aqueles que temem a Deus como que vivendo no pecado de adultério, caso contraiam novas núpcias. Mt 19.8,9; At 4.19; 5.29.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada nas primeiras três seções deste capítulo?
2. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Prove que o matrimônio é uma instituição divina.
7. O que está envolvido no conceito de que ele é um contrato tanto religioso quanto civil, e quais as conseqüências decorrentes desse fato?
8. O que está envolvido no conceito de que ele é também um contrato civil, e quais as conseqüências decorrentes desse fato?
9. Qual controlaria a outra — a lei divina ou a lei humana do matrimônio? E em caso de conflito, qual deve ter a precedência?
10. Em que aspectos tem errado a maioria das leis civis que regulam o matrimônio na Inglaterra?
11. Em que aspectos têm elas principalmente errado nos Estados Unidos da América?
12. Quais os principais fins designados para serem promovidos pelo matrimônio?
13. Prove que a poligamia não é lícita segundo a lei original do matrimônio.
14. Como é possível ser correta nos patriarcas a prática da poligamia?
15. Mostre que Cristo anulou explicitamente a permissão.
16. Sobre que base os romanistas mantêm a santidade superior de uma vida celibatária, e a ordena a todos os seus sacerdotes?
17. Sobre que bases todos os protestantes mantêm a opinião oposta?
18. Qual é o verdadeiro sentido do ensino de Cristo em Mateus 19.19 e de Paulo em 1 Coríntios 7.1-40?

19. Que resultado prático têm esses ensinamentos sobre os deveres dos cristãos nos dias atuais?
20. As diferenças religiosas invalidam o vínculo matrimonial?
21. Prove que os crentes genuínos não devem submeter-se a um jugo desigual com os ímpios.
22. Qual é o tema da quarta seção?
23. O que é incesto?
24. Mostre que o *matrimônio* dentro de uma relação proibida é impossível.
25. Onde se deve encontrar a lei bíblica do incesto?
26. O que essa lei ensina quanto aos graus proibidos tanto de afinidade quanto de parentesco?
27. Qual tem sido historicamente o proceder da Igreja Cristã quanto à contínua obrigatoriedade da lei levítica?
28. Qual é a opinião e prática prevalentes dos presbiterianos da América do Norte em tempos recentes?
29. Que único evento, *ipso facto*, dissolve o casamento?
30. Quais as únicas causas justificam a dissolução do casamento pelos tribunais humanos?
31. Prove que nenhuma outra causa justifica o divórcio.
32. Como se deve obter o divórcio sobre essas bases justificáveis?
33. Como devem os cristãos e os tribunais eclesiásticos agir em casos nos quais as autoridades civis têm concedido o divórcio, bem como permitido novos consórcios não permitidos pela lei de Deus?
34. Prove a veracidade de sua resposta.

CAPÍTULO XXV

DA IGREJA

Seção I. – A Igreja Católica ou Universal, a qual é invisível, consiste de todo o número dos eleitos que têm sido, são ou serão reunidos num só corpo, sob Cristo sua Cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que enche tudo em tudo.¹

Seção II. – A Igreja visível, a qual é também católica ou universal sob o evangelho (não confinada a uma nação, como outrora sob a lei), consiste de todos aqueles que, espalhados pelo mundo inteiro, professam a genuína religião,² juntamente com seus filhos;³ e é o reino do Senhor Jesus Cristo,⁴ a casa e família de Deus,⁵ fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.⁶

Seção III. – A esta Igreja Católica visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para a incorporação e o aperfeiçoamento dos santos nesta vida até ao fim do mundo; e por sua própria presença e a do Espírito, segundo sua promessa, os torna eficientes para esse fim.⁷

¹ Ef 1.10,22,23; 5.23,27,32; Cl 1.18. ² 1 Co 1.2; 12.12,13; Sl 2.8; Ap 7.9; Rm 15.9-12. ³ 1 Co 7.14; At 2.39; Ez 16.20,21; Rm 11.16; Gn 3.15; 17.7. ⁴ Mt 13.47; Is 9.7. ⁵ Ef 2.19; 3.15. ⁶ At 2.47. ⁷ 1 Co 12.28; Ef 4.11-13; Mt 28.19,20; Is 59.21.

EXPOSIÇÃO

O termo *católico* significa universal, e é, portanto, um título apropriado para a verdadeira Igreja de Cristo, vista como um corpo, composta de muitos membros, existindo em diferentes lugares

e em diferentes tempos; e é, conseqüentemente, mui impropriamente aplicado àquela corporação corrupta e cismática, que é a Igreja de Roma.

O termo, no Novo Testamento, corresponde ao termo inglês [e português], *igreja*, que vem de *ecclesia* (ἐκκλησία, em grego); este é derivado do termo *calein* (καλεῖν), *chamar*, *chamar para fora*, e portanto constitui um corpo separado; termo este usado para expressar a *vocação eficaz* provinda do Espírito Santo, pela qual ele traz as almas mortas à vida, na obra de regeneração. Rm 8.28-30; 1 Pe 2.9; 5.10. O termo “igreja”, portanto, é um termo coletivo incluindo todo o corpo dos “chamados” (καητοὶ) ou “eleitos” (ἐκλεκτοὶ) ou “crentes”. Ap 17.14; 1 Co 1.2,24.

A esta Igreja, ou corpo coletivo dos “eficazmente chamados”, todas as promessas do evangelho são endereçadas. Ela é descrita como a “coluna e fundamento da verdade” (1 Tm 3.15); o “corpo” e “plenitude de Cristo” (Ef 1.22,23); “a Noiva, a Esposa do Cordeiro” (Ap 21.2,9); e afirma-se que “as portas do inferno não prevalecerão contra ela”. Mt 16.18.

Visto que cada parte deste corpo inteiro possui a natureza comum do todo, o termo comum, “Igreja”, é naturalmente às vezes aplicado ao corpo inteiro, de todas as nações e eras, concebido como uma unidade (Cl 1.18); e às vezes à igreja de uma província ou cidade particular, como “a igreja dos tessalonicenses”, ou “a igreja de Éfeso” (2 Ts 1.1; Ap 2.1); ou no plural, se referindo a várias igrejas individuais de uma região, como “as igrejas da Ásia”, ou “as igrejas da Macedônia”, ou da “Galácia” (1 Co 16.1; 2 Co 8.1; Ap 1.4); e às vezes o termo se aplica a alguma família cristã designada, como “a igreja que está na casa de Priscila e Áquila”. Rm 16.5; Cl 4.15; Fm 2.

Nossa Confissão, nestas seções, ensina —

1. Que há um corpo coletivo, compreendendo todos os eleitos de Deus, de todas as nações e gerações, chamado a *Igreja Invisível*. O fato de haver tal corpo deve ser crido por cada pessoa que

crê que todos os homens, de cada época e nação, desde Adão, que receberam a Cristo e experimentaram o poder de sua redenção, são mantidos salvos, e que todos quantos o rejeitam serão perdidos. Que este corpo inteiro, em sua completude ideal, não um verdadeiro membro ausente, não um falso membro unindo sua simetria, tem estado constantemente presente na mente de Deus desde a eternidade, deve ser crido por todas as pessoas que reconhecem a presciência e ordenação divinas.

Este corpo, assim visto em sua plenitude e perfeição absolutas por Deus desde a eternidade, será por fim revelado ao universo em toda a sua completude e glória, para que transcenda a todas as demais obras de Deus em suas excelências visíveis. E ela é vista em parte por nós agora, nas eras sucessivas, como uma corporação, visto que cada membro dela é um homem ou mulher vivendo e agindo no mundo, e a vida espiritual pela qual são constituídos membros da Igreja se faz manifesta por seus frutos. Esta Igreja, contudo, é chamada “invisível”:

1.1. Porque as porções dela, em qualquer tempo ou lugar visível, são imensuravelmente pequenas em comparação com o corpo como um todo em sua plenitude de santos de todas as nações e gerações; e

1.2. Porque mesmo nas seções deste corpo visível a nós seus contornos são muito incertos. Muitos que parecem ser parte dele, na verdade não lhe pertencem, e é possível que muitos lhe pertençam realmente, cuja união com ele não se manifesta. As linhas não são aos olhos humanos traçadas com algum grau de precisão entre a Igreja e o mundo. Entrementes, a verdadeira Igreja, ainda não perfeitamente desenvolvida e manifestada, se esconde na Igreja fenomenal como um grão de milho, em crescimento, se esconde na espiga, e neste sentido ele é invisível. Pois aquilo que constitui a essência desta Igreja não é a profissão de fé ou a frutificação visível, mas aquela habitação invisível da vida divina, da qual a profissão de fé ou a frutificação procede.

2. Estas seções ensinam que há também uma Igreja Católica ou Universal visível, consistindo daqueles de cada nação que professam a verdadeira religião juntamente com seus filhos. Esta proposição envolve —

2.1. A verdade de que a verdadeira Igreja, consistindo de pessoas, uma parte das quais está sempre vivendo neste mundo, e, mais ou menos fiéis, produzindo frutos visíveis de santidade aqui neste mundo, sendo naturalmente sempre em parte, e com maior ou menor clareza, visível. A Igreja Universal visível é, portanto, não uma Igreja diferente daquela que já descrevemos como invisível. Ela é o mesmo corpo, como suas gerações sucessivas são aceitas em sua ordem e são imperfeitamente discriminadas do resto da humanidade aos olhos humanos.

2.2. A verdade de que Deus ordenou que seu povo se organizasse em comunidades eclesiásticas distintas e visíveis, com constituições, leis e oficiais, emblemas, ordenanças e disciplina, com o grande propósito de imprimir visibilidade a seu reino, de fazer conhecido o evangelho desse reino e de reunir todos os seus súditos eleitos. Cada uma dessas comunidades organizadas e distintas, que é fiel ao grande Rei, é uma parte integral da Igreja visível; e todas juntas, de todos os nomes e nações, constituem a Igreja Católica ou Universal visível. As condições de vida humana, física, política e social, e as imperfeições dos cristãos, tornam impossível uma união orgânica prática de todas essas corporações organizadas. Entretanto, que todas elas são *uma só* Igreja visível é por si mesmo evidente, à luz do fato de que são todas partes visíveis da verdadeira Igreja espiritual ou invisível, a qual, sendo “o corpo de Cristo”, jamais poderá ser dividida.

2.3. E também a verdade de que a Igreja se torna visível pela profissão de fé e obediência externa de seus membros; e visto que nenhuma classe humana é sempre dotada com o poder de discriminar com absoluta exatidão a genuinidade das características cristãs, faz-se necessário uma profissão crível como presumida evidência de religião real, fato este que constitui uma pessoa membro

da Igreja visível. Por profissão crível se quer dizer uma profissão da religião genuína suficientemente inteligente e suficientemente corroborada pela vida diária daquele que professa uma fé tida como genuína. Toda profissão de fé dessa categoria tem por base a pretensão de que a pessoa é membro da verdadeira Igreja, e conseqüentemente a constitui membro da Igreja visível, e põe todos os demais cristãos na obrigação de considerá-la e tratá-la como tal. Esta Igreja visível é chamada “o reino do céu” na terra; e sua natureza e progresso são apresentados nas parábolas de “o semeador e a semente”, “o trigo e o joio”, “a semente de mostarda”, “o pão levedado”, “a rede que é lançada ao mar e reúne peixes de toda espécie” etc. Mt 13.

2.4. Também a verdade de que os filhos de todos os que professam a verdadeira religião são, *por essa causa*, membros da Igreja visível juntamente com seus pais. Este importante princípio surgirá no momento oportuno para discussão e prova no capítulo xxviii. § 4.

3. Estas seções ensinam que Deus deu a esta Igreja Universal visível, em todos os seus ramos e elementos constituintes —

3.1. As Escrituras inspiradas como um oráculo infalível e uma regra de fé e prática;

3.2. O ministério evangélico — uma ordem não qualificada e indicada por contato manual, mas pelos dons e graças do Espírito Santo;

3.3. As ordenanças, tais como pregação, oração, cânticos de louvor, os santos sacramentos do Batismo e Ceia do Senhor e a disciplina.

3.4. Que o grande fim designado para ser concretizado por essa doação é

3.4.1. O conagraçamento dos eleitos dentre os filhos da Igreja ou do mundo e

3.4.2. o aperfeiçoamento dos santos quando são reunidos. Ef 4.11-13. E

3.5. Que o sucesso dessas agências na obtenção desse fim é assegurado sem dúvida pela promessa de Cristo de estar com eles e fazê-los eficientes até ao fim do mundo. Mt 28.20.

4. Estas seções ensinam que fora dos limites desta Igreja Universal visível não há possibilidade ordinária de salvação. Esta proposição é aceita por nossa Igreja e por todos os demais cristãos evangélicos como que aplicando-se somente aos *adultos* que estão fora do âmbito da Igreja visível. Todos os membros da raça humana, morrendo na infância, crê-se que são salvos através dos méritos de Cristo. Visto, pois, que a Igreja Universal visível consiste de todos os que professam a verdadeira religião no mundo, dizer que fora dela não há ordinariamente possibilidade de salvação é simplesmente dizer —

4.1. Que Deus jamais, em hipótese alguma, revelou sua intenção de salvar qualquer adulto lúcido destituído do conhecimento pessoal de Cristo.

4.2. Que uma experiência corriqueira, em terras pagãs, nos leva à convicção de que *nenhum* deles, em tal condição, se salvará.

4.3. Que Deus, mui enfaticamente, declarou que os que negam seu Filho diante dos homens não se salvarão. Mt 10.33.

4.4. Que a cada pessoa que ouve o evangelho é ordenado que confesse a Cristo diante dos homens — isto é, que se torne um público confessor da verdadeira religião. Mt 10.32. As condições de salvação apresentadas em Romanos 10.9,10 são: “Porque, se com tua boca confessares a Jesus como Senhor, e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo; pois é com o coração que se crê para a justiça, e com a boca se faz confissão para a salvação.” Há, obviamente, diversas formas em que Cristo pode ser publicamente reconhecido e confessado. De alguma forma, toda pessoa que tem em seu coração o amor de Cristo o confessará. Nossa Confissão, porém, tenciona, nestas seções, ensinar além do que é ordinário que onde há conhecimento e oportunidade, Deus requer que cada um que ama a Cristo o confesse na ma-

neira regular de reunir a comunidade de seu povo e de levar os emblemas sacramentais de seu discipulado. Que isso é ordenado será demonstrado nos capítulos xxvii a xxix. E que, quando providencialmente possível, cada coração cristão se predisponha a obedecer nesta matéria, é por si mesmo evidente. Quando a vergonha ou o medo de perseguição é a consideração frustrante, então o fracasso em obedecer equivale a rejeição positiva de Cristo, já que a rejeição dele terá que ser publicamente pretextada, em tal caso, a fim de evitar as conseqüências acompanhantes no reconhecimento público dele.

Seção IV. – Esta Igreja Católica tem sido às vezes mais, às vezes menos visível.⁸ E as igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras, segundo a doutrina do evangelho por elas ensinada e abraçada, as ordenanças administradas e o culto público celebrado nelas com mais ou menos pureza.⁹

Seção V. – As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas a mistura e a erro;¹⁰ e algumas se têm degenerado tanto que deixam de ser igrejas de Cristo, tornando-se sinagogas de Satanás.¹¹ Não obstante, sempre haverá uma Igreja na terra para cultuar a Deus em consonância com sua vontade.¹²

Seção VI. – Não há outra Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo;¹³ nem pode o papa de Roma, em qualquer sentido, ser a cabeça dela, senão que ele é aquele Anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo que se chama Deus.¹⁴

⁸ Rm 11.3,4; Ap 12.6,14. ⁹ Ap 2, 3; 1 Co 5.6,7. ¹⁰ 1 Co 13.12; Ap 2, 3; Mt 13.24-30,47. ¹¹ Ap 18.2; Rm 11.18-22. ¹² Mt 16.18; Sl 72.17; 102.28; Mt 28.19,20. ¹³ Cl 1.18; Ef 1.22. ¹⁴ Mt 28.8-10; 2 Ts 2.3,4,8,9; Ap 13.6.

EXPOSIÇÃO

Tudo o que é ensinado nestas seções se deduz necessariamente do que asseveramos supra no tocante à natureza da Igreja visível: —

1. Visto que a Igreja Católica ou Universal visível consiste de todos os que professam a verdadeira religião no mundo, bem como

de todas as organizações eclesiásticas particulares que continuam leais à Cabeça, e mantêm as doutrinas essencialmente íntegras, deve-se necessariamente deduzir que a Igreja como um todo é em qualquer época mais ou menos visível, e qualquer igreja constituinte e particular mais ou menos pura em proporção —

1.1. À pureza da doutrina que professam e ao culto que mantêm;

1.2. Ao seu zelo e caráter e energia espirituais; e

1.3. À pureza de sua membresia mantida por meio da disciplina. Em proporção como essas, todas progridem em perfeição, e geralmente a mesma prevalece através de todo o corpo, no mesmo grau a Igreja inteira se apresentará mais visivelmente discriminada do mundo e se manifestará em toda a sua feição. Também, na mesma medida, cada organização eclesiástica individual será pura —isto é, isenta de elementos heterogêneos — e consagrada à consecução dos fins para os quais foi ela designada.

2. Segue-se, também, à luz da própria natureza da Igreja visível e sua condição neste mundo, que sua pureza é uma questão de grau, variando em diferentes tempos e em diferentes seções. O ensinamento da Escritura quanto à natureza do reino sob a presente dispensação (Mt 13), à natureza do homem ainda imperfeitamente santificado e à experiência universal das igrejas, nos leva à conclusão de que as próprias igrejas mais puras ainda são muito imperfeitas e continuarão assim até ao fim, e que algumas se tornarão corrompidas ao ponto de perder totalmente seu caráter de genuínas igrejas de Cristo. Isso se deu com a Igreja antiga sob o reinado de Acabe, quando os filhos de Israel apostataram do ministério ao Deus verdadeiro, numa extensão tal que Elias chegou a pensar que era o único fiel que restara. Mesmo em tal condição, o Senhor declarou: “Ainda tenho em Israel sete mil, todos os joelhos que não se dobraram a Baal.” 1 Rs 19.18. Mesmo a mais completa deterioração ocorrida nas antigas igrejas fundadas pelos apóstolos no Oriente e por seus sucessores no Norte da África. As igrejas que reconhecem a supremacia do bispo de Roma abandonaram a fé

e obscureceram a glória de seu Senhor, numa direção, enquanto que muitas igrejas confessamente protestantes — como os socinianos ingleses e americanos e os racionalistas alemães — têm procedido a uma igual apostasia noutra direção.

A Igreja de Roma mantém que a promessa de Cristo assegurará a ortodoxia e a pureza infalíveis da organização visível, em sujeição aos bispos apostolicamente ordenados, até ao fim do mundo. Mas a Igreja cuja ortodoxia e pureza infalíveis são garantidas pela promessa divina não é uma organização externamente visível nem a sucessão de bispos e sacerdotes; ela não é a Igreja particular de uma nação ou geração, mas o verdadeiro corpo invisível dos eleitos ou dos crentes genuínos de todas as nações e eras. Que esse é o fato, prova-se —

2.1. À luz do fato de que, ao longo de dezoito séculos,* a promessa tem se cumprido no sentido em que temos definido, mas jamais se cumpriu no sentido em que a Igreja de Roma demanda. Ela mesma levou a Igreja Apostólica à apostasia da fé e prática. E entre os romanistas e protestantes, igualmente, as organizações eclesiásticas visíveis estão continuamente mudando suas características e relações com a verdade.

2.2. Algumas das Epístolas são dirigidas a “a Igreja”, e as saudações explicam que a expressão equivale a “os chamados”, “os santos” etc. Vejam-se as saudações de Primeira e Segunda Coríntios, Efésios, Colossenses, Primeira e Segunda Pedro e Judas. Os mesmos atributos são atribuídos aos membros da verdadeira Igreja no corpo das Epístolas. 1 Co 1.30; 3.16; 6.11; Ef 2.3-8,19-22; Cl 1.21,22; 2.10; 1 Pe 2.9.

2.3. Os atributos atribuídos à verdadeira Igreja provam ser ela espiritual e, no sentido exposto, invisível, e não uma sucessão externa e organizada. Ef 5.27; 1 Pe 2.5; Jo 10.27; Cl 1.18,24.

* O autor viveu de 1823-1886 - Nota do tradutor

3. Segue-se, não obstante, à luz da relação que a Igreja visível mantém com a Igreja invisível, que, segundo a promessa divina, já que a última jamais poderá extinguir-se inteiramente da terra (Mt 16.18), assim também, por mais que a primeira seja obscurecida pelas heresias ou apoucada pela apostasia, ela jamais poderá estar inteiramente ausente. Onde quer que esteja a verdadeira Igreja, ela será mais ou menos visível; não em proporção, contudo, ao tamanho ou pretensão da organização com que pode ela ser associada, mas em proporção à pureza de sua fé e da atividade e frutificação espirituais de sua membresia.

4. Que o Senhor Jesus Cristo é a única absoluta e suprema Cabeça da Igreja, é sem a menor sombra de dúvida e amplamente asseverado na Escritura (Cl 1.18 e Ef 1.20-23), e jamais foi negado por qualquer cristão.

Entretanto, muitos têm asseverado que, como a Igreja visível sobre a terra tem um governo e leis, e visto que tais têm de ser administrados por uma autoridade visível, assim a Igreja deve ter uma cabeça terrena e visível, atuando através da autoridade delegada por Cristo e como seu representante. A Igreja de Roma reivindica isso para o papa: “Portanto Cristo – a Cabeça e Esposo – colocou sobre sua Igreja, a qual ele governa por meio de seu Espírito interior, um homem para ser o vigário e ministro de seu poder; pois assim como uma igreja visível requer uma cabeça visível, também nosso Salvador designou a Pedro cabeça e pastor de todos os fiéis.” Cat. Rom., parte i. cap. x, questão 11.

As Igrejas-Estado erastianas da Alemanha e Grã Bretanha têm reconhecido seus respectivos soberanos como supremas cabeças tanto da Igreja quanto do Estado. Henrique VIII foi reconhecido como “suprema cabeça da Igreja da Inglaterra”, e decretou “Que o rei, seu herdeiro etc., será considerado, aceito e reputado a única suprema cabeça, sobre a terra, da Igreja da Inglaterra, chamada *Anglicana Ecclesia* (Igreja Anglicana); e terá e desfrutará, anexada e unida à coroa imperial deste reino, tanto o estilo quanto o título dele, bem como todas as honras, dignidades, imunidades,

vantagens e comodidades pertencendo e concernindo à dita dignidade de suprema cabeça da dita Igreja.” 26 Henry VIII, cap. i. Tal supremacia do soberano reinante sobre a Igreja é até mesmo transformada em artigo de fé, sendo incorporada no Décimo Sétimo Artigo da Igreja da Inglaterra: “Sua majestade, a Rainha, tem o principal poder neste reino da Inglaterra e em outros domínios dela; a quem o principal governo de todos os estados deste reino, *quer eclesiástico quer civil*, em todas as causas concernentes.”

Em ambos esses casos, bem como em todos os casos de semelhantes reivindicações à supremacia eclesiástica, ela é uma mera questão de fato e evidência. Se, como matéria de fato, Cristo delegou sua autoridade, seja ao papa seja aos soberanos nacionais, e os fez, como seus vigários, cabeças visíveis de sua Igreja, então devemos obedecê-los, e nossa desobediência é traição a Cristo. Ao contrário, se não são detentores de tal autoridade, e são impotentes para provar suas reivindicações por meio de credenciais inquestionáveis, então sua pretensão a tal poder não passa de blasfema intrusão às prerrogativas divinas e traição à raça humana. É óbvio que em parte alguma podem mostrar qualquer fundamento plausível para suas reivindicações, e que diante do mais leve interrogatório se desvanecem de sua própria importância.

Na ausência de qualquer cabeça visível da Igreja devidamente creditada, somos obrigados a retroceder nossa dependência direta à lei e sua administração, tanto quanto à redenção, da grande Cabeça invisível. Ele preside e governa sua Igreja —

4.1. Através de sua Palavra inspirada, que é, como já vimos, uma regra de fé e prática infalível, completa e perspicua.

4.2. Através das instituições apostólicas a nós transmitidas, como o ministério, os sacramentos, as ordenanças etc. Ef 4.11. E

4.3. Através de sua própria presença espiritual, a qual se estende a todos os seus membros e dura até ao fim do mundo. Mt 18.20; 28.20.

O termo “anticristo” ocorre no Novo Testamento em 1 Jo 2.18,22; 4.3; 2 Jo 7. A vinda do “homem do pecado”, o “filho da perdição”, é predita em 2 Ts 2.3,4. Os intérpretes têm se diferenciado quanto a se essas expressões pretendiam designar uma pessoa oponente do Senhor, ou princípios e sistemas antagônicos a ele e sua causa. Os autores de nossa Confissão dificilmente teriam pretendido declarar que cada papa individual da longa sucessão seja o anticristo pessoal, e provavelmente pretendessem dizer que o sistema papal é em espírito, forma e efeito totalmente anticristão, e que ele caracterizou uma apostasia do cristianismo apostólico previsto e predito na Escritura. Tudo isso foi verdadeiro em seus dias, e é verdadeiro nos nossos. Contudo, precisamos recordar que, como as formas do mal mudam, e as complicações do reino de Cristo com o de Satanás variam com o progresso dos eventos, “ainda agora já há muitos anticristos”. 1 Jo 2.18.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o verdadeiro sentido e correta aplicação do termo “católico”?
2. Qual é a etimologia e uso da palavra traduzida por “igreja” no Novo Testamento?
3. Prove que ela é a Igreja espiritual invisível à qual as promessas do evangelho são endereçadas.
4. Em que sentido mais geral e mais particular são usadas as palavras “igreja” e “igrejas”?
5. O que nossa Confissão ensina quanto à Igreja universal invisível?
6. Por que é essa Igreja denominada de “invisível”?
7. Quando ela será vista em sua completude e glória nua?
8. Que relação a Igreja universal visível mantém com a Igreja invisível?
9. Como o fato da organização afeta a visibilidade da Igreja?
10. Como poderia você provar que todas as várias organizações eclesiásticas existentes constituem apenas uma Igreja?

11. Quem são os membros da Igreja visível?
12. Por que o mero fato de se *professar* a verdadeira religião constitui uma pessoa membro da Igreja visível?
13. O que faz que uma profissão de fé seja *creditável*?
14. Por quais figuras é a Igreja visível — sua natureza e crescimento — apresentada na Escritura?
15. Quem, além dos que professam a verdadeira religião, é membro da Igreja visível?
16. Com que dons Deus especialmente dotou a Igreja visível?
17. Para efetuar que fins foram esses dons outorgados?
18. O que é implícito pela afirmação de que fora dos limites da Igreja visível não há possibilidade ordinária de salvação?
19. Quais são as condições de salvação apresentadas em Romanos 10.9,10?
20. *Como* os homens devem confessar a Cristo?
21. Em que sentido é *necessário* à salvação que os homens confessem a Cristo por meio da comunhão com a Igreja visível?
22. Qual é a primeira proposição ensinada na quarta, quinta e sexta seções?
23. Como a veracidade desta proposição resulta do que foi ensinado supra quanto à natureza e relações da Igreja visível?
24. Como é possível demonstrar que a pureza da Igreja visível varia em diferentes épocas e seções?
25. Apresente alguns exemplos históricos de deterioração eclesástica.
26. Sobre que base a Igreja de Roma sustenta que ela é incapaz de deterioração doutrinal ou moral?
27. Como você poderia mostrar que essas promessas bíblicas não se dirigem a qualquer organização ou sucessão visível, mas à grande companhia dos eleitos de Deus de todos os tempos e nações?

28. Como se poderia argumentar sobre a continuação perpétua da Igreja visível em alguma forma na terra?
29. Quem reconhece o Senhor Jesus como a suprema Cabeça da Igreja?
30. O que a Igreja de Roma ensina quanto à supremacia do papa?
31. Qual é a doutrina da Igreja da Inglaterra quanto à supremacia do soberano?
32. Sobre que bases tais reivindicações devem ser decididas?
33. Qual é a natureza de tais reivindicações, caso não venham a ser provadas?
34. Sobre qual parte — os pretendentes, ou aqueles que negam suas pretensões — recai o peso da prova?
35. Na ausência de uma cabeça visível, como Cristo age como a verdadeira Cabeça de toda a Igreja?
36. Em que passagens da Escritura se ensina a doutrina do anticristo?
37. O que é implícito pela declaração de que o papa é anticristo?

CAPÍTULO XXVI

DA COMUNHÃO DOS SANTOS

Seção I. – Todos os santos que, por seu Espírito e pela fé, se acham unidos a Cristo, sua Cabeça, têm comunhão com ele em suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória.¹ E, estando unidos uns aos outros em amor, desfrutam de comunhão nos mesmos dons e graças,² e estão obrigados ao cumprimento de tais deveres, pública e privativamente, os quais contribuem para seu proveito mútuo, tanto no homem interior quanto no exterior.³

Seção II. – Os santos, pela profissão de fé, são obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto divino e na realização de outros serviços espirituais para sua edificação mútua;⁴ bem como a aliviar uns aos outros com coisas materiais, de acordo com suas várias habilidades e necessidades. Esta comunhão, segundo a oportunidade que Deus oferecer, deve estender-se a todos aqueles que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.⁵

Seção III. – Esta comunhão que os santos mantêm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância de sua Deidade, nem iguais a Cristo em qualquer aspecto. Afirmar uma ou outra coisa é ímpio e blasfemo.⁶ Tampouco sua comunhão entre si, como santos, destrói nem viola o título ou direito que cada pessoa tem em seus bens e possessões.⁷

¹ 1 Jo 1.3; Ef 3.16-19; Jo 1.16; Ef 2.5,6; Fp 3.10; Rm 6.5,6; 2 Tm 2.12. ² Ef 4.15,16; 1 Co 12.7; 3.21-23; Cl 2.19. ³ 1 Ts 5.11,14; Rm 1.11,12,14; 1 Jo 3.16-18; Gl 6.10. ⁴ Hb 10.24,25; At 2.42,46; Is 2.3; 1 Co 11.20. ⁵ At 2.44,45; 1 Jo 3.17; 2 Co 8.9; At 11.29,30. ⁶ Cl 1.18,19; 1 Co 8.6; Is 42.8; 1 Tm 6.15,16; Sl 45.7; Hb 1.8,9. ⁷ Êx 20.15; Ef 4.28; At 5.4.

EXPOSIÇÃO

Comunhão é um intercâmbio mútuo de ofícios entre as partes, a qual emana de um princípio comum em que se acham unidas. A natureza e o grau da comunhão dependerão da natureza e intimidade da união da qual ela procede.

Este capítulo ensina: —

1. A união de Cristo e seu povo.
2. A sociedade entre ele e eles resultante dela.
3. A união entre o verdadeiro povo de Cristo decorrente de sua união com ele.
4. A comunhão dos santos decorrente de sua união uns com os outros.
5. Os deveres mútuos de todos quantos professam ser santos com respeito a todos quantos fazem a mesma profissão de fé.

1. Todos os santos se acham unidos ao Senhor Jesus. Temos que conhecer qual é o *fundamento* e qual é a *natureza* desta união, e *como* ela se estabelece.

1.1. Quanto ao *fundamento* da união existente entre o verdadeiro crente e o Senhor Jesus, as Escrituras ensinam que ele repousa no eterno propósito do Deus Triúno, expresso no decreto da eleição (fomos “escolhidos *nele* antes da fundação do mundo”, Ef 1.4) e o eterno pacto da graça formulado entre o Pai e sua Palavra como a Cabeça medianeira de seu povo, tratando com a Cabeça em relação aos membros e com os membros em relação à Cabeça, e provendo sua salvação nele. Jo 17.2,6.

1.2. Quanto à *natureza* desta união do crente com Cristo, a Escritura ensina —

1.2.1. Que ela é federal e representativa, pela qual Cristo opera em todas as coisas como nossa Cabeça federal, em nosso lugar e em nosso benefício. Conseqüentemente, seu status legal é determinado por suas relações, direitos e honras, sendo tudo nosso em parceria com ele.

1.2.2. Que é uma união vital e espiritual. Sua atuante fonte e vínculo é o Espírito da Cabeça, o qual habita e opera nos membros. 1 Co 6.17; 12.13; 1 Jo 3.24; 4.13. Conseqüentemente, nossa vida espiritual deriva-se dele e é sustentada e determinada por sua vida, da qual compartilhamos. Gl 2.20.

1.2.3. Que é uma união entre a totalidade de nossas pessoas e Cristo, e portanto um envolver de nossos corpos através de nossas almas. 1 Co 6.15,19.

1.3. Quanto à *maneira* em que essa união se estabelece, as Escrituras ensinam que os eleitos, havendo estado compreendidos na mente divina, sob o senhorio de Cristo desde a eternidade, estão no tempo realmente unidos a ele —

1.3.1. Pela poderosa operação de seu Espírito, por quem somos “*vivificados juntamente com Cristo*” (Ef 2.5); Espírito este que habita perenemente neles como o órgão da presença de Cristo neles, o infinito mediador através de quem a plenitude de seu amor e vida, bem como de todos os benefícios adquiridos por seu sangue, percorre livremente da Cabeça para os membros.

1.3.2. Pelos atos de fé de sua parte, pelos quais apreendem a Cristo e se apropriam dele e sua graça, para si mesmos, e pelos quais continuam sempre a viver nele e a extrair dele seus recursos. Ef 3.17.

Esta união é ilustrada na Escritura pela relação existente entre um fundamento e sua superestrutura (1 Pe 2.4-6); uma árvore e seus ramos (Jo 15.5); os membros do corpo e sua cabeça (Ef 4.15,16); um homem e sua esposa (Ef 5.31,32); Adão e seus descendentes (Rm 5.12-19).

Ela tem sido chamada pelos teólogos de união “mística”, porque jamais poderia ser conhecida a menos que fosse revelada pelo próprio Senhor, e porque ela é tão incomparavelmente íntima e excelente que transcende a todas as demais uniões de que temos experiência. Não obstante, ela não é misteriosa no sentido de envolver alguma confusão entre a personalidade de Cristo e a nossa, nem nos torna de forma alguma participantes de sua Deidade ou iguais a ele em algum aspecto. É uma união entre pessoas em que cada um retém sua identidade distinta, e em que o crente, embora imensuravelmente exaltado e abençoado, contudo é inteiramente subordinado a e continua dependente de seu Senhor.

2. Com base nesta união, uma sociedade ou intercâmbio muito íntimo de ofícios mútuos continua sempre a ser mantido entre os crentes e Cristo.

2.1. Eles têm comunhão com Cristo

2.1.1. Em todos os méritos pactuais de sua obediência ativa e passiva. Em termos forenses, eles têm “sua plenitude nele”. Cl 2.10. Seu Pai, sua herança, seu trono, sua coroa são deles. Como sua Cabeça medianeira, ele age como profeta, sacerdote e rei. Em união com ele, eles são também profetas, sacerdotes e reis. 1 Jo 2.27; 1 Pe 2.5; Ap 3.21; 5.10. Ainda têm parceria com Cristo

2.1.2. Em transformar, em assimilar a energia de sua vida. “Todos nós temos recebido de sua plenitude, e graça sobre graça.” Jo 1.16. Têm, portanto, o “Espírito” e a “mente” de Cristo, e portam sua “semelhança” ou “imagem”. Rm 8.9; Fp 2.5; 1 Jo 3.2. Isso inclui também os corpos, fazendo-os templo do Espírito Santo; e na ressurreição nossos corpos glorificados serão semelhantes ao dele. 1 Co 6.19; 15.43,49. Têm parceria com Cristo

2.1.3. Em todas as suas experiências, interiores e exteriores, em suas alegrias e vitórias, em seus labores, sofrimentos, tentações e morte. Rm 8.37; 2 Co 12.9; Gl 6.17; Fp 3.10; Hb 12.3; 1 Pe 4.13.

2.2. Cristo tem comunhão com eles. Pertencem-lhe pelo preço de seu sangue. São devotados a seu serviço. São cooperadores

com ele na edificação de seu reino. Produzem fruto para seu louvor e brilham como estrelas em sua coroa. Seus corações, suas vidas, suas possessões são todos consagrados a ele e são mantidos em confiança para ele. Pv 19.17; Rm 14.8; 1 Co 6.19,20.

3. Visto que todos os verdadeiros crentes são assim intimamente unidos a Cristo como a Cabeça comum de todo o corpo, bem como a Fonte de uma vida comum, segue-se que devem viver intimamente unidos uns aos outros. Se têm uma só Cabeça, e são todos membros de um só corpo, então devem ter uma vida em comum e ser todos membros uns dos outros.

O ponto de vista dos romanistas e ritualistas é que os indivíduos são unidos à Igreja através dos sacramentos, e, através da Igreja, a Cristo. O ponto de vista que expressa a verdade consiste em que o indivíduo está unido a Cristo, a Cabeça, pelo Espírito Santo e pela fé; e, por estar unido a Cristo, ele está, *ipso facto*, unido a todos os membros de Cristo, a Igreja. A santa Igreja Católica é o produto do Espírito Santo. Onde quer que o Espírito Santo esteja, aí está a Igreja. A presença do Espírito é conhecida por seus frutos, os quais são “amor, alegria, paz” etc. Gl 5.22,23. Todos os crentes, ao receberem o mesmo Espírito, são por ele batizados em “um só corpo”; e assim se tornam todos, “ainda que muitos membros”, “um só corpo”, “o corpo de Cristo”, e “membros uns dos outros”. 1 Co 12.13-27.

4. Daí os verdadeiros crentes, vivendo todos unidos em um corpo vivo, mantêm muitas relações íntimas e exercem muitos ofícios importantes uns para os outros, os quais são sumariamente expressos pela expressão geral: “A comunhão dos santos.”

4.1. Têm uma Cabeça comum e deveres comuns em relação a ela; uma profissão de fé comum, um sistema comum de fé a manter, um evangelho comum a pregar, um culto e serviço comuns a prestar.

4.2. Têm uma vida comum e um só Espírito Santo habitando neles e unindo-os na plenitude de um mesmo corpo. Conseqüente-

mente, são evolidos pelos laços de simpatia e identidade de interesse. Um não pode prosperar sem que todos prosperem com ele — um não pode sofrer sem que todos sofram com ele.

4.3. Como constituem um só corpo aos olhos do mundo, eles têm uma reputação comum e são todos individual e coletivamente honrados ou desonrados. Daí todos os cismas no corpo, as controvérsias injuriosas, as represálias malignas de cristão contra cristão são tanto autodifamantes quanto perversos.

4.4. O corpo dos santos é semelhante ao corpo natural também nisto: embora sendo um só corpo, cada membro individualmente é um órgão do Espírito Santo para uma função especial, e tem sua própria diferença individual de qualificação e, conseqüentemente, de dever. Portanto, na economia do corpo, cada membro deve contribuir com sua função especial e sua graça ou beleza especial, e tem, por seu turno, comunhão nos dons e graças complementares de todo o resto. Ef 4.11-16; 1 Co 12.4-21. Isso será perfeitamente realizado no céu. Jo 10.16; 17.22.

5. Visto ser esta a união de todos os verdadeiros crentes com o Senhor, e uns com os outros, e visto que, conseqüentemente, uma “comunhão dos santos” tão íntima necessariamente floresce entre os verdadeiros crentes na proporção de sua inteligência e seu desenvolvimento na graça, segue-se que todos os ramos da Igreja visível, bem como todos os membros individuais dela, devem fazer tudo dentro de sua possibilidade por agir com base no princípio da “comunhão dos santos”, em sua relação com todos os que professam a verdadeira religião. Se a Igreja é una, então as igrejas são uma só. Se todos os santos são uno, e são envolvidos nesta santa “comunhão”, então todos os que professam ser santos devem considerar e tratar a todos os seus irmãos de fé sobre a mesma base de que são santos e “herdeiros juntamente com eles da graça da vida”. Pense nisso! A despeito de todas as controvérsias e ciúmes, somos um só no eterno amor eletivo de Deus! Uma só Igreja adquirida pelo sangue sacrificial de Cristo! Uma só Igreja na habitação beatificante do Espírito Santo! Uma só Igreja na eterna herança da

glória! Seguramente, devemos ser também um só em toda a caridade, em toda a solidariedade e em todos os ofícios úteis possíveis, nestes dias curtos e maus de peregrinação terrena. Alguns desses deveres mútuos são, naturalmente, públicos – como se dá entre as diferentes igrejas evangélicas – e outros tantos são privativos e pessoais. Muitos deles se relacionam com as almas, e outros tantos também com os corpos dos santos. A regra consiste na lei do amor no coração, bem como os princípios e exemplos dos santos registrados na Escritura, aplicados às circunstâncias especiais de cada caso individualmente. Mas enquanto essas relações e ofícios mútuos dos santos santificam, eles não se destinam a substituir os princípios fundamentais da sociedade humana, como os direitos de propriedade e os laços de família.

QUESTIONÁRIO

1. O que é comunhão, e o que ela pressupõe?
2. Qual é o *primeiro* tema ensinado nestas seções?
3. Qual é o *segundo* tema ensinado nestas seções?
4. Qual o *terceiro*?
5. Qual o *quarto*?
6. Qual o *quinto*?
7. Qual é o *fundamento* da união do crente e Cristo?
8. Que três pontos são aqui ensinados quanto à *natureza* dessa união?
9. O que você entende quando se diz que ela é federal?
10. O que significa dizer que ela é vital e espiritual?
11. E dizer que ela envolve a pessoa inteira?
12. *Como* essa união se realiza?
13. Qual é a função do Espírito Santo a esse respeito?
14. Qual é a função da fé a esse respeito?
15. Por quais similitudes é essa união ilustrada?
16. Por que essa união foi denominada de “mística”?

17. Em que sentido ela não é misteriosa, e o que não se acha envolvido nela?
18. Qual é a grande consequência prática de nossa união com Cristo?
19. Em que aspectos o crente tem comunhão com Cristo?
20. Em que aspectos Cristo tem comunhão com o crente?
21. O que se deduz do fato de que todos os crentes estão unidos ao único Cristo?
22. Qual é o ponto de vista do romanismo e do racionalismo, e qual é o verdadeiro, quanto ao modo em que os membros individuais estão unidos a Cristo e ao mundo?
23. Como é possível determinar-se a presença de Espírito Santo?
24. Qual é a grande consequência prática que emana da união de todos os santos em “um só corpo”?
25. Apresente os principais particulares que estão envolvidos na “comunhão dos santos”?
26. Quais os deveres práticos pertencentes a cada ramo da Igreja visível com referência a cada um dos outros ramos?
27. Quais os deveres práticos pertencentes a cada um que professa a verdadeira religião com referência a todos os seus irmãos de fé?
28. Qual é a regra para nos guiarmos em tais questões?
29. A que consequências esta doutrina *não* leva?

CAPÍTULO XXVII

DOS SACRAMENTOS

Seção I. — Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça,¹ imediatamente instituídos por Deus² para representar a Cristo e a seus benefícios, e para confirmar nosso interesse nele,³ bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o restante do mundo,⁴ e solenemente comprometê-los no serviço de Deus em Cristo, de acordo com sua Palavra.⁵

Seção II. — Há em cada sacramento uma relação espiritual, ou união sacramental, entre o sinal e a coisa significada; daí o fato de que os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.⁶

Catecismo Maior, questão 163. — Quais são as partes de um sacramento? — As partes de um sacramento são duas: uma é um sinal externo e sensível, usado segundo a própria determinação de Cristo; a outra é uma graça interior e espiritual significada pelo sinal.⁷

¹ Rm 4.11; Gn 17.7,10.² Mt 28.19; 1 Co 11.23.³ 1 Co 10.16; 11.25,26; Gl 3.27,17.⁴ Rm 15.8; Êx 12.48; Gn 34.14.⁵ Rm 6.3,4; 1 Co 10.16,21.⁶ Gn 17.10; Mt 26.27,28; Tt 3.5.⁷ Mt 3.11; 1 Pe 3.21; Rm 2.28,29.

EXPOSIÇÃO

O termo “sacramento” não ocorre nas Escrituras. Em seu uso clássico, ele designava alguma coisa que obriga ou envolve obrigações, como uma soma de dinheiro dada em garantia, ou um juramento, especialmente o juramento de obediência militar.

Em seu uso eclesiástico, o termo, enquanto retém seu sentido geral de algo obrigatório como sagrado, era num período primitivo usado como o termo latino equivalente ao grego, *mysterion* (*μυστήριον*), aquilo que é desconhecido até ser revelado; e portanto qualquer símbolo, tipo ou rito que possui um sentido espiritual latente. Conseqüentemente, o termo naturalmente veio a ser aplicado num sentido geral e vago às ordenanças cristãs do Batismo e da Ceia do Senhor, e com eles também a muitas outras doutrinas e ordenanças religiosas.

É evidentemente, pois, impossível determinar a natureza ou o número dos sacramentos a partir da etimologia ou do uso do termo “sacramento”. Necessitamos de uma definição completa da coisa, não do nome. Isso só podemos obter tomando o Batismo e a Ceia do Senhor, os quais todos os homens reconhecem como sendo os genuínos sacramentos, e, fazendo um estrito exame de sua origem, natureza e usos, determinando

a. o verdadeiro caráter da classe de ordenanças à qual eles pertencam, e

b. se alguma outra ordenança pertence ou não à mesma classe. Foi assim que se formulou a definição de um sacramento apresentada em nossos Padrões. Essa definição envolve os seguintes pontos: —

1. Um sacramento é uma ordenança imediatamente instituída por Cristo. Catecismo Maior, questão 162, e Breve Catecismo, questão 92.

2. Um sacramento consiste sempre de dois elementos —

2.1. Um sinal externo, sensível; e

2.2. Uma graça interna, espiritual, significada pelo sinal.

3. O sinal, em cada sacramento, está sacramentalmente unido à graça que o significa; e a partir desta união, o uso bíblico surgiu do fato de se atribuir ao sinal tudo quanto procede daquilo que o sinal significa.

4. Os sacramentos foram designados para *representar, selar e aplicar* aos crentes os benefícios de Cristo e do novo pacto. Breve Catecismo, questão 92.

5. Foram designados para ser penhores de nossa fidelidade a Cristo, obrigando-nos ao seu serviço, e ao mesmo tempo são emblemas de nossa profissão de fé, caracterizando visivelmente o corpo dos que confessam a Cristo, distinguindo-os do mundo.

1. A primeira seção deste capítulo afirma que um sacramento é uma ordenança “imediatamente instituída por Deus, para representar a Cristo” etc. Isso procede se o termo “sacramento” for usado em sentido geral para incluir também os sacramentos veterotestamentários da Circuncisão e da Páscoa. Mas ele é uma importante distinção dos sacramentos neotestamentários do Batismo e da Ceia do Senhor que foram ambos imediata e pessoalmente instituídos por Cristo. Daí, tanto o Catecismo Maior (questão 162) quanto o Breve Catecismo (questão 92) afirmam: “Um sacramento é uma santa ordenança *instituída por Cristo* em sua Igreja.” Isso deve ser lembrado, visto que serve para excluir a maioria dos pretensos sacramentos da Igreja de Roma de qualquer direito a um lugar nesta classe de ordenanças *cristãs*.

2. Cada sacramento consiste de dois elementos —

2.1. Um sinal externo, sensível; e

2.2. Uma graça interna, espiritual, significada pelo sinal. No Batismo, o sinal externo e sensível é —

2.2.1. Água, e

2.2.2. A água aplicada no nome do Deus Triúno à pessoa do batizando. A graça interior, espiritual, significada pelo sinal é —

a. Primariamente, a purificação espiritual pelo poder imediato e pessoal do Espírito Santo na alma; e então,

b. Conseqüentemente, a habitação do Espírito Santo, resultando na união do batizando com Cristo, então a regeneração, a justi-

ficação, a santificação, a perseverança até ao fim, a glorificação etc. — isto é, todos os benefícios do novo pacto. Na Ceia do Senhor, os sinais externos, sensíveis, são —

1. O pão e o vinho; e

2. A consagração, o pão quebrado, o vinho derramado, distribuídos, recebidos, comido e bebido pelos comungantes. A graça interna, espiritual, significada pelo sinal é —

1. Primariamente, Cristo crucificado (sua carne rasgada e seu sangue derramado) por nós, e dando-se a nós para ser espiritualmente recebido e assimilado como o princípio de uma nova vida; e então,

2. Conseqüentemente, a união com Cristo, a habitação do Espírito, a regeneração, a justificação, a santificação etc. — isto é, todos os benefícios assegurados pela morte sacrificial de Cristo.

3. “Há em cada sacramento uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada.” Essa união sacramental entre o sinal e a graça que ele significa, as Igrejas Romana e Luterana entendem ser, pelo menos no caso da Ceia do Senhor, uma identidade literal. Assim, quando Cristo tomou o pão e disse: “Isto é o meu corpo”, insistem em que a expressão significa que o pão *é* o corpo de Cristo. Todos os demais cristãos entendem a expressão no seguinte sentido: “Este pão *representa* sacramentalmente o meu corpo.”

Essa união sacramental, pois, entre o sinal e a coisa significada, é

3.1. Simbólica e representativa — um simboliza e assim representa o outro; e

3.2. Instrumental, porque, por designação divina, através do correto uso do sinal, a graça significada é realmente comunicada.

As bases dessa união sacramental são —

3.2.1. A adequação natural do sinal para simbolizar a graça significada, quando lavar com água simboliza a purificação espiritual efetuada pelo Espírito Santo.

3.2.2. A designação autoritativa de Cristo de que esses sinais, corretamente usados, representariam devidamente e comunicariam a graça significada por eles.

3.2.3. A fé espiritual do recipiente crente, um dom do Espírito de Cristo, por meio dele, no uso próprio do sinal, ele é capacitado para “discernir o corpo do Senhor”. 1 Co 11.29.

A partir dessa relação espiritual, ou união sacramental entre o sinal e a graça significada, a qual temos assim explicado fazendo uso de linguagem natural e legítima, um é posto em lugar do outro, e tudo quanto procede da graça significada é asseverado do sinal que o manifesta. E assim, comer o pão e beber o vinho, na Ceia do Senhor, é comer a carne e beber o sangue de Cristo; ou seja, é participar da virtude sacrificial de sua morte. E tudo quanto procede do Batismo com o Espírito Santo é atribuído ao Batismo com água. Ananias disse a Paulo: “Levanta-te e sê batizado, e lava os teus pecados.” At 26.16. “Cristo se deu pela Igreja, para a santificar e a purificar com a lavagem de água pela Palavra.” Ef 5.26. “Arrependei-vos, e que cada um de vós seja batizado no nome de Jesus Cristo para a remissão de pecados.” At 2.38. Por isso os romanistas e ritualistas inferem que o sinal é inseparável da graça significada, e que esses efeitos espirituais são devidos à ordenança externa. Daí a doutrina da regeneração batismal. Deve observar-se, porém, que as Escrituras não asseveram esses atributos espirituais da água do batismo considerada em si mesma, mas da água do batismo como um sinal ou emblema do batismo pelo Espírito Santo. Esses atributos espirituais pertencem somente ao batismo pelo Espírito, e só acompanham o sinal quando ele é acompanhado por aquilo que ele significa. Não se segue, contudo, que o sinal seja inseparável da graça. A graça é soberana; e a experiência nos ensina que ela, amiúde, se acha ausente do sinal, e que o sinal é freqüentemente menos honrado pela presença da graça quando ela, por natureza, é mais implicitamente realçada.

4. Os sacramentos foram designados —

4.1. Para representar os benefícios de Cristo e o novo pacto. São como sinais ou ilustrações das verdades que representam, e por isso apresentam essas verdades aos olhos e outros sentidos dos recipientes de uma maneira análoga àquilo que são apresentados aos ouvidos na pregação da Palavra. Tal se deduz do que já ficou apresentado no tocante ao fato de serem eles sinais externos, sensíveis, significando a graça interna e espiritual.

4.2. Foram designados para ser “selos” dos benefícios do novo pacto. O evangelho é representado sob a forma de um pacto. A salvação e todos os benefícios da redenção provinda de Cristo são oferecidos sob a condição de fé. Nos sacramentos, Deus sensível e autoritativamente se compromete de investir-nos com essa graça, se crermos e obedecermos. Ao recebermos o sacramento, ativamente assumimos todas as obrigações implícitas no evangelho, e nos obrigamos a cumpri-las. “A Circuncisão”, diz Paulo, é “o selo da justiça que provém da fé”, Rm 4.11; e o Batismo é declarado ser “a circuncisão de Cristo”. Cl 2.11,12. Somos informados que realmente fomos “sepultados com Cristo no batismo” (Rm 6.4); isto é, unidos com ele em sua morte. Jesus afirmou: “Este cálice é a nova aliança em meu sangue” (Lc 22.20); isto é, este cálice representa meu sangue, pelo qual a nova aliança foi ratificada; e por isso ele é uma confirmação visível da aliança, visto que ele é um representante visível do sangue. Se um homem era circuncidado, ele era “obrigado a cumprir toda a lei”. Gl 5.3. “Todos quantos foram batizados em Cristo, se revestiram de Cristo.” Gl 3.27.

4.3. Os sacramentos foram designados para “aplicar” – isto é, realmente comunicar – aos crentes os benefícios do novo pacto. Se são “selos” do pacto, devem naturalmente, como uma forma legal de investidura, realmente comunicar a graça representada àqueles a quem ela pertence. E assim uma ação comunica uma propriedade, ou a chave que lega, na presença de testemunhas, a posse de uma casa, das mãos do proprietário para o inquilino. Nossa Confissão é explícita e enfática sobre este tema. A antiga palavra inglesa, “exhibit”, aí usada, não significa *anunciar*; significa, sim, no

sentido do latim, *exhibere*, do qual é derivada, *administrar*, *aplicar*. Compare-se o seguinte: “Um sacramento é uma santa ordenança instituída por Cristo, por meio da qual, por sinais sensíveis, Cristo e os benefícios do novo pacto são representados, selados e aplicados aos crentes.” Breve Catecismo, questão 92. “Um sacramento é uma santa ordenança instituída por Cristo, em sua Igreja, para significar, selar e *aplicar* aos que se acham dentro do pacto da graça os benefícios de sua mediação.” Catecismo Maior, questão 162. “A *graça revelada* nos sacramentos, ou por meio deles, devidamente usados, não é *conferida* por qualquer poder *neles* existente.” Confissão de Fé, cap. xxvii., § 3. “A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é ele administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não só oferecida, mas *realmente manifestada e conferida* pelo Espírito Santo” etc. Confissão de Fé, cap. xxviii., § 6. Isto a Confissão mantém cuidadosamente na terceira seção deste capítulo, demonstrando que os sacramentos de forma alguma possuem poder ou virtude inerente, senão que o devido uso do sacramento é por designação divina a ocasião na qual o Espírito Santo comunica a graça àqueles a quem ela pertence. De modo que essa virtude que confere graça depende de duas coisas:

4.3.1. A soberana vontade e poder do Espírito Santo.

4.3.2. A fé viva do recipiente. O sacramento é um mero instrumento; mas *é um instrumento da designação divina*.

5. Os sacramentos, sendo selos do pacto da graça — imediatamente penhora a fidelidade de Deus para conosco e a nossa obrigação para com ele —, naturalmente

5.1. Marcam-nos como propriedade divina e nos obrigam ao cumprimento de nosso dever; e então são

5.2. Emblemas de nossa profissão de fé, e, caracterizando uma diferença visível entre aqueles que pertencem à Igreja e o restante do mundo, imprimem visibilidade à Igreja e distinguem seus membros do mundo.

Seção III. – A graça que é comunicada nos sacramentos, ou por meio deles, devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existente; nem a eficácia de um sacramento depende da piedade ou da intenção daquele que o administra,⁸ mas da operação do Espírito Santo⁹ e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso dele, contém uma promessa de benefícios aos que dignamente o recebem.¹⁰

⁸ Rm 2.28,29; 1 Pe 3.21. ⁹ Mt 3.11; 1 Co 12.13. ¹⁰ Mt 26.27,28; 28.19,20.

EXPOSIÇÃO

Havendo asseverado que os sacramentos realmente conferem a graça que representam aos que os recebem com dignidade, nossa Confissão, nesta seção, procede a proteger esta importante verdade de abuso, destacando cuidadosamente que essa graça dos sacramentos que comunica eficácia *não faz*, e do que ela *depende*.

1. Essa graça não está contida nos sacramentos propriamente ditos, nem é “conferida por qualquer poder inerente a eles”. De acordo com o ponto de vista romanista e ritualista, a graça significada está contida no sacramento inerentemente, as qualidades são inerentes às substâncias, e ela é juntamente com o sinal externo apresentada, num sentido real, objetivo, a cada recipiente, seja ele crente ou descrente. Sustentam ainda que o sacramento confere essa graça a cada recipiente que não se opõe positivamente, como um *opus operatum* – unicamente pelo vigor da ação sacramental, como o ferro quente queíma.*

Esse ponto de vista como um todo é explicitamente rejeitado como falso por nossa Confissão; e declara-se que toda a eficácia do sacramento depende, não de qualquer parte dele separadamente, nem de todas as partes juntas, mas do soberano poder do Espírito Santo, que está sempre presente e usa o sacramento como seu instrumento e meio.

* Conc. Trident., sess. vii., cans. 6 e 8.

2. A eficácia dos sacramentos não depende nem da piedade pessoal nem da “intenção” da pessoa que os administra.

Os romanistas admitem que a eficácia dos sacramentos não depende da piedade pessoal do ministro deles; mas insistem em que ela depende —

2.1. Do fato de que o ministro é canonicamente autorizado;

2.2. Do fato de que o ministro exerce, no momento da administração, a “intenção” secreta de fazer com ele o que a Igreja tenciona na definição do sacramento.[†] O sacerdote pode externamente pronunciar cada palavra e executar cada ato prescrito no ritual, e no entanto, se o sacerdote falhar na intenção secreta de conferir a graça através do sacramento, então e ali o recipiente fica destituído da graça que ele supõe haver recebido, a qual o sacerdote ostensivamente garantiu conferir.

3. A eficácia dos sacramentos, porém, depende —

3.1. De sua designação divina como meios e canais da graça. Eles não foram engendrados pelo homem como inerentemente apropriados a produzir uma impressão moral. Mas foram designados por Deus, e somos intimados a usá-los como meios de graça; e por isso Deus virtualmente promete satisfazer a cada alma que os usa devidamente no sacramento. Cristo sela seu gracioso pacto por meio deles, e por isso, ao usá-los, cada alma é investida com a graça daquele pacto ao qual ela pertence.

3.2. A eficácia do sacramento reside na soberana agência pessoal e sempre presente do Espírito Santo, que usa os sacramentos como seu instrumento e meio de operação. O Espírito é o executivo de Deus. Ele toma das coisas de Cristo e no-las mostra. Através dele, até mesmo a humanidade de Jesus é virtualmente onipresente, e todos os benefícios assegurados por seu sacrifício são revelados e aplicados.

[†] Ibid., sess. viii, can. 11. Deus, vol. v., p. 127.

Seção IV. – Só há dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no evangelho, ou seja: o Batismo e a Ceia do Senhor. Nenhum dos quais pode ser administrado senão por um ministro da Palavra, legalmente ordenado.¹¹

¹¹ Mt 28.19; 1 Co 11.20,23; 4.1; Hb 5.4.

EXPOSIÇÃO

Como já vimos, o termo “sacramento” foi usado pela Igreja primitiva de uma forma muito indefinida, visando a incluir qualquer rito religioso que tivesse um sentido espiritual latente. A preeminência foi sempre conferida ao Batismo e à Ceia do Senhor, como a formar por si mesmos uma classe; mas o número das ordenanças ao qual o termo “sacramento” era aplicado variava, em diferentes tempos e diferentes regiões, de dois a doze. Por fim sugeriu-se o número sete, durante o século doze, e autoritativamente determinado pelo Concílio de Florença, em 1439 A.D., e pelo Concílio de Trento, em 1562 A.D. São eles: Batismo, Confirmação, Ceia do Senhor, Penitência, Extrema Unção, Ordens, Matrimônio. A fim de provar que “só há dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no evangelho – ou seja, o Batismo e a Ceia do Senhor” – temos apenas que mostrar que os outros cinco assim denominados de “sacramentos”, reivindicados pelo romanistas, não pertencem à mesma classe de ordenanças junto ao Batismo e à Ceia do Senhor; e fazemos isso aplicando a definição de sacramento supra apresentada. E assim —

Penitência, Confirmação e Extrema Unção não são instituições divinas em sentido algum.

O Matrimônio foi instituído, não por Cristo, mas por Deus; e as Ordens foram instituídas por Cristo. Mas nenhuma dessas ordenanças:

a. consiste de um sinal externo, visível, significando uma graça interna, espiritual;

b. nenhuma delas “representa, sela ou confere Cristo e os benefícios do novo pacto”.

Nossa Confissão também acrescenta que ninguém tem o direito de administrar os sacramentos, salvo um ministro legalmente ordenado. Isso não é expresso no interesse de qualquer teoria sacerdotal do ministro, como se houvesse alguma graça a conferir virtude transmitida por ordenação em sucessão dos apóstolos à pessoa ordenada. Visto, porém, ser a Igreja uma sociedade organizada, sujeita a leis executadas por oficiais regularmente designados, é evidente que as ordenanças – as quais são emblemas de membresia eclesiástica, as portas do aprisco, os instrumentos de disciplina, e selos do pacto formulado pela grande Cabeça da Igreja com seus membros vivos – só podem ser apropriadamente administradas pelos oficiais da Igreja, mais altamente qualificados e de caráter legal, aqueles que são comissionados como embaixadores da parte de Cristo para tratar com os homens no nome dele. 1 Co 4.1; 2 Co 5.20.

*Seção V. – Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significadas e representadas, eram, em substância, os mesmos do Novo Testamento.*¹²

¹² 1 Co 10.1-4.

EXPOSIÇÃO

Já vimos, no capítulo vii., §§ 5 e 6, que a antiga e a nova dispensações tinham apenas dois modos diferentes nos quais um só pacto da graça, imutável, era administrado e suas bênçãos comunicadas. Os selos sacramentais do pacto devem ser, pois, essencialmente os mesmos outrora e agora. Eis a diferença:

1. Outrora eram mais prospectivos e típicos, e agora são mais comemorativos. Então, significavam uma graça a ser revelada no futuro; agora, significam uma graça já revelada.

2. Outrora, eram, quanto à forma, mais grosseiros e carnaís; agora, são mais espirituais.

E assim o Batismo tomou o lugar da Circuncisão como um rito de iniciação. Ambos significam a regeneração espiritual. Dt 10.16;

30.6. A Circuncisão era o batismo cristão, e o Batismo é a circuncisão cristã. Gl 3.27,29; Cl 2.10-12.

E assim a Ceia do Senhor nasceu da Páscoa. Jesus tomou o antigo pão e o antigo cálice e lhes imprimiu uma nova consagração e um novo significado. Mt 26.26-29. “Cristo, nossa Páscoa, é sacrificado por nós.” 1 Co 5.7.

QUESTIONÁRIO

1. Qual foi o uso clássico do termo “sacramento”?
2. Qual foi o uso eclesiástico primitivo do termo?
3. Com base em que princípios, pois, temos de formar nossa definição de sacramento?
4. Qual é o *primeiro* ponto envolvido na definição de sacramento dada em nossos Padrões?
5. Qual o *segundo* ponto envolvido ali?
6. Qual o *terceiro* ponto envolvido?
7. Qual o *quarto* ponto envolvido?
8. Qual o *quinto* ponto envolvido?
9. O que nossa Confissão ensina quanto à pessoa por quem nossos sacramentos neotestamentários foram imediatamente ordenados?
10. De que duas partes consiste cada sacramento?
11. No caso do Batismo, qual é o sinal externo e visível?
12. No caso do Batismo, qual é a graça interna e espiritual significada?
13. No caso da Ceia do Senhor, qual é o sinal sensível?
14. Nesse caso, qual é graça interna e espiritual significada?
15. O que as Igrejas de Roma e Luterana consideram quanto à natureza da “união sacramental” que subsiste entre o sinal e a graça significada?
16. O que, segundo a doutrina verdadeira, está envolvido na união sacramental, ou relação entre o sinal e a graça significada?

17. Quais são as verdadeiras bases sobre as quais essa relação re pousa?
18. Que forma de expressão do sinal ou parte visível dos sacramen- tos se originou dessa relação que o sinal mantém com a graça significada?
19. Cite exemplos dessa forma de expressão nas Escrituras no caso de cada um dos sacramentos.
20. Que falsas inferências o romanismo e o racionalismo deduzem dessa forma de expressão?
21. Qual é, ao contrário, a explicação verdadeira desse uso?
22. Qual é o desígnio dos sacramentos?
23. Como eles “representam” os benefícios de Cristo e do novo pacto?
24. O que significa dizer que são “selos” do pacto da graça?
25. Prove que o são.
26. Em que sentido nossos Padrões usam o termo “exhibit” nesta conexão?
27. Prove que nossos Padrões ensinam que os sacramentos realmen- te comunicam a graça que eles significam.
28. Em que sentido afirmam isso, e de que depende essa graça que comunica eficácia?
29. Como os sacramentos se tornam emblemas de nossa profissão de fé?
30. Qual é o objetivo da terceira seção deste capítulo?
31. Qual é a doutrina da Igreja de Roma quanto à maneira em que os sacramentos “contêm” e “conferem” graça?
32. O que esta seção ensina em oposição a isso?
33. O que o romanismo ensina serem as condições, por parte do ministro, das quais a eficácia dos sacramentos depende?
34. Como a eficácia do sacramento depende de sua designação di- vina?
35. Como ela depende da vontade e do poder do Espírito Santo?

36. O que era ensinado na Igreja primitiva quanto ao número dos sacramentos?
37. Quando o número sete foi autoritativamente estabelecido?
38. Quais são os sete sacramentos reconhecidos pela Igreja de Roma?
39. Como é possível provar que o Batismo e a Ceia do Senhor, por sua própria natureza, formam uma classe?
40. Mostre que a definição de sacramento não se aplica aos demais.
41. Por que os sacramentos só podem ser administrados por um ministro legalmente ordenado?
42. Quais foram os selos sacramentais do pacto da graça sob a antiga dispensação?
43. Qual corresponde ao Batismo e qual à Ceia do Senhor?
44. Em que aspectos eles diferem? — e mostre que são virtualmente os mesmos.

CAPÍTULO XXVIII

DO BATISMO

Seção I. – O Batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo,¹ não só para a admissão solene do batizando na Igreja visível,² mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça,³ de seu enxerto em Cristo,⁴ de sua regeneração,⁵ ou remissão de pecados⁶ e de sua total entrega a Deus através de Jesus Cristo, para andar em novidade de vida.⁷ Este sacramento, segundo a ordenação do próprio Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao final do mundo.⁸

Seção II. – O elemento exterior, usado neste sacramento, é água, com a qual a pessoa é batizada no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, por um ministro do evangelho, legalmente chamado para tal fim.⁹

Seção III. – Não é necessário imergir o batizando na água; mas o Batismo é corretamente administrado aspergindo água sobre o batizando.¹⁰

Breve Catecismo, questão 94. – O que é Batismo? Batismo é um sacramento no qual o lavar com água, no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo¹¹ significa e sela nosso enxerto em Cristo, nossa participação dos benefícios do pacto da graça e nosso comprometimento de pertencermos ao Senhor.¹² (Veja-se também Catecismo Maior, questão 165.)

¹ Mt 28.19; Mc 16.16. ² 1 Co 12.13; Gl 3.27,28. ³ Rm 4.11; Cl 2.11,12. ⁴ Gl 3.27; Rm 6.5. ⁵ Tt 3.5. ⁶ At 2.38; 22.16; Mc 1.4. ⁷ Rm 6.3,4. ⁸ Mt 28.19,20. ⁹ Mt 3.11; Jo 1.33; Mt 28.19,20. ¹⁰ Hb 9.10,19-22; At 2.41; 16.33; Mc 7.4. ¹¹ Mt 28.19. ¹² Rm 6.4; Gl 3.27.

EXPOSIÇÃO

Nestas seções aprendemos as seguintes proposições: —

1. O Batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído imediatamente por Cristo, e por sua autoridade ele há de continuar na Igreja até ao final do mundo.

2. Quanto ao ato que constitui o Batismo, ele é um lavar do batizando com água (o modo desse lavar não é essencial), no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, por um ministro legalmente ordenado.

3. É feito com o propósito e efeito de significar e selar nosso enxerto em Cristo, nossa participação nos benefícios de seu pacto e nosso comprometimento com ele.

1. O Batismo cristão é uma ordenança imediata e pessoalmente instituída por Cristo, e designado para ser observado na Igreja até ao final do mundo. Lavar o corpo com água, a fim de representar a purificação e consagração espirituais, era um símbolo natural que prevaleceu entre todas as nações orientais antigas — tais como os persas, hindus, egípcios, gregos e romanos, e preeminentemente entre os judeus. O apóstolo descreve sucintamente o antigo cerimonial como que consistindo “de comidas e bebidas e diversos batismos”. Hb 9.10. João, o precursor de Jesus, veio também batizando. Mas o dele não era o Batismo cristão, porque —

1.1. João foi o último profeta do Velho Testamento, e não um apóstolo do Novo Testamento (Lc 1.17);

1.2. Ele não batizava no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo;

1.3. Seu batismo era para arrependimento, não para fé em Cristo;

1.4. Pelo batismo, ele não introduzia os homens à comunhão da Igreja Cristã, como os apóstolos fizeram no Pentecoste (At 2.41,47);

1.5. Os que eram batizados por João, foram batizados novamente pelos apóstolos quando eram admitidos na Igreja Cristã (At

18.24-28; 19.1-5). Por razões análogas, cremos que o batismo efetuado por seus discípulos antes da crucificação do Senhor (Jo 3.22; 4.1,2) não era o sacramento cristão permanente do Batismo, obrigando os batizando à fé e à obediência à Trindade, bem como iniciando-os na Igreja Cristã; senão que, ao contrário, como o batismo de João, era um rito de purificação, obrigando ao arrependimento e preparando o caminho para a vinda do reino.

É verdade que foi dos lábios da suprema Cabeça da Igreja, pessoalmente, que nos veio a autoridade direta do sacramento do Batismo, como temos em Mateus 28.18-20: “E, aproximando-se Jesus, falou-lhes, dizendo: Foi-me dada toda a autoridade no céu e na terra. Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a observar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos.”

Alguns, como os Quáqueres, não têm entendido que este mandamento impõe a obrigação da observância perpétua desta ordenança. Que a observância há de durar até à segunda de Cristo, é evidente —

1.5.1. À luz da máxima universal de que cada lei continua em vigor até que seja cancelada, ou até que cesse sua razão de ser. Este mandamento, porém, nunca foi revogado, e a razão para sua observância permanece sendo precisamente aquela mesma quando o mandamento foi dado.

1.5.2. Os termos claros do mandamento atingem:

- a. a todas as nações e
- b. até ao final deste mundo (*αἰών*).

1.5.3. O exemplo dos apóstolos. At 2.38; 16.33.

1.5.4. A prática constante de todos os ramos da Igreja Cristã, desde o princípio até à atualidade.

2. Quanto ao ato que o constitui, o Batismo é um lavar com água (sendo o modo de lavar indiferente) no nome do Pai, e do

Filho, e do Espírito Santo, efetuado por um ministro legalmente ordenado. A razão para o Batismo só ser administrado por um ministro legalmente ordenado já foi analisado no capítulo anterior.

A Confissão ensina que o mandamento de batizar consiste em que se lave com água no nome da Trindade. Às vezes se supõe, ainda que erroneamente, que a controvérsia entre nossos irmãos batistas e o restante da Igreja Cristã, com respeito ao Batismo, é uma questão de modo; afirmando eles que o único modo correto é a imersão – afirmamos que o melhor modo é a aspersão. Esse é um grande equívoco. A real posição batista – segundo afirmado pelo Dr. Alexander Carson (p. 55) – é que o mandamento de batizar é simples e unicamente um mandamento para emergir, com o fim de simbolizar a morte, sepultamento e ressurreição do crente com Cristo. A verdadeira posição mantida por outros cristãos é que o Batismo é simples e unicamente um mandamento para lavar com água, com o fim de simbolizar a purificação operada pelo Espírito Santo. Daí o modo de lavar não ter nada a ver com o próprio Batismo. Necessariamente falando, o modo é completamente indiferente, contanto que seja decoroso. Segundo nosso ponto de vista, a matéria essencial é a água e a aplicação da água no nome da Trindade. Segundo o ponto de vista dos batistas, a matéria essencial é o sepultamento, imersão total, em água ou areia, como o caso o exigir. A evidência da veracidade do ponto de vista nutrido pela vasta maioria da Igreja de Cristo é como segue: —

2.1. A palavra βαπτίζω (*baptizo*), em seu uso clássico, significa *emergir, umidecer, molhar, purificar, lavar*. O Dr. Carson admite ter todos os léxicos contra ele.

2.2. Na Septuaginta, βάπτω e βαπτίζω ocorrem cinco vezes. E assim, em Daniel 4.33, diz-se que Nabucodonosor foi molhado (*baptizado*) com o orvalho do céu. Eclesiástico 34.30: “Aquele que se batiza depois de haver tocado o corpo de um morto”; tal purificação, porém, se efetuava por aspersão. Nm 19.9,13,20. Vejam-se também 2 Rs 5.14 e Judite 12.7.

2.3. No Novo Testamento, *βαπτίζω* é usado intercambiavelmente com *νίπτω*, que significa lavar. Comparem-se Mc 7.3,4; Lc 11.38; Mt 15.2,20 e observe-se —

2.3.1. Que batizar é ali usado intercambiavelmente com lavar.

2.3.2. Lavar era o mesmo que efetuar purificação, pois as mãos não batizadas chamavam-se mãos não lavadas, não purificadas.

2.3.3. O modo comum de lavar as mãos, naqueles países, é derramando água sobre elas. O rico tinha servos para derramar água sobre suas mãos; o pobre derramava água sobre suas próprias mãos.

2.4. Quando os discípulos de João disputavam sobre o batismo, diz-se expressamente que disputavam sobre a *purificação*. Jo 3.25; 4.2.

2.5. A mesma idéia é invariavelmente expressa pelo termo *batismo* ou *batismos*, no Novo Testamento. Em Marcos 7.2-8, lemos dos batismos de copos, potes, vasos de bronze e mesas (divãs sobre os quais diversas pessoas se reclinam na mesa). Essas coisas não podiam e não eram imersas. Todo o objetivo do serviço não era sepultamento, e, sim, *purificação*. Em Hebreus 9.10, o autor diz que o primeiro tabernáculo compunha-se “apenas de comidas, bebidas e diversos batismos”; e abaixo, nos versículos 13,19,21, ele especifica alguns desses diversos batismos — “Porque, se o sangue de touros e de bodes, e as cinzas de uma novilha, aspergidas, purificam, santificam quanto à purificação da carne”; e “Moisés aspergiu tanto o livro quanto o povo, e o tabernáculo e todos os vasos do ministério”.

2.6. O Batismo com água é emblema do batismo pelo Espírito Santo, cujo objetivo espiritual é a purificação. Mt 3.11; Mc 1.8; Lc 3.16; Jo 1.26,33; At 1.5; 11.16. O batismo espiritual é chamado “a lavagem de regeneração e a renovação do Espírito Santo”. Tt 3.5. O Batismo com água simboliza o batismo pelo Espírito Santo. O batismo pelo Espírito Santo, porém, nos une a Cristo e nos faz um com ele em sua morte, em sua ressurreição, em sua nova vida para Deus, sua justiça, sua herança etc., etc. O batismo espiritual leva

todas essas conseqüências, e o batismo com água representa o batismo espiritual; *portanto*, somos informados de que somos batizados em Cristo, em sua morte, em um só corpo — ser sepultado com ele, ressurgir com ele, de modo a andar com ele em novidade de vida —, revestir-se de Cristo (como um manto), ser plantado juntamente com ele (como uma árvore) etc. Nenhuma dessas coisas tem algo a ver com o modo do batismo, porquanto é simplesmente absurdo supor que o mesmo ato pode, ao mesmo tempo, simbolizar coisas tão diferentes como sepultura, vestir roupas e plantar árvores. A ordem real é a seguinte: a lavagem com água representa a lavagem do Espírito; a lavagem do Espírito une a Cristo; a união com Cristo envolve todas as conseqüências supra mencionadas.

2.7. O Batismo do Espírito Santo, do qual a água batismal é o emblema, nunca é exibido na Escritura como uma “imersão”, mas sempre como um “derramar” e um “aspersir”. At 2.1-4,32,33; 10.44-48; 11.15,16. Quanto ao dom do Espírito Santo somos informados de que ele “veio do céu”, foi “derramado”, “se manifestou”, “caiu sobre eles”. Is 44.3: “Derramarei meu Espírito sobre tua descendência”. Is 52.15: “E assim ele aspergirá muitas nações.” Ez 36.25-27: “Aspergirei água pura sobre vós, e sereis purificados” etc. Jl 2.28,29: “Derramarei do meu Espírito sobre toda carne.”

2.8. A maneira universalmente prevalecente de efetuar o rito de purificação entre os judeus — de cuja analogia o Batismo cristão foi tomado — era por *aspersão*, e *não* por imersão. As mãos e os pés dos sacerdotes tinham que ser lavados na bacia de bronze, da qual derramava-se água através de canos ou torneiras. Êx 30.18-21; 2 Cr 4.6; 1 Rs 7.27-39. Vejam-se também Lv 8.30; 14.7,51; Êx 24.5-8; Nm 8.6,7; Hb 9.12-22.

2.9. Em 1 Coríntios 10.1,2, diz-se que os israelitas foram “batizados em relação a Moisés na nuvem e no mar”. Compare-se Êx 14.19-31. Os egípcios, porém, que foram imersos, *não* foram

batizados; e os israelitas, que foram batizados, *não* foram imersos. O Dr. Carson (p. 413) diz que Moisés recebeu “*uma imersão a seco*”! Em 1 Pedro 3.20,21, somos informados que o Batismo é o antítipo da salvação das oito almas na arca. Contudo, a própria essência de sua salvação consistiu em *não* serem eles imersos.

2.10. Entre todos os exemplos registrados de batismo realizado por João Batista e os apóstolos, não há um sequer em que a imersão seja asseverada, enquanto que há muitos em que ela é totalmente improvável —

2.10.1. Porque os que os apóstolos iam batizando, e os conversos anteriormente batizados, eram todos judeus, acostumados a purificar por efusão ou aspersão.

2.10.2. Em virtude das vastas multidões batizadas em massa e a notória escassez de água em Jerusalém e nas situações geralmente mencionadas. O eunuco foi batizado à margem da estrada em uma região desértica. At 8.26-39. Três mil foram batizados em um só dia na árida cidade de Jerusalém, a qual depende da água da chuva armazenada em tanques e cisternas. At 2.37-41. *As vastas multidões* que se aglomeravam em torno de João. Mt 3.5,6. O carcereiro foi batizado na prisão, à meia-noite. At 16.25-33. Paulo foi batizado por Ananias ao lado de seu leito. Disse Ananias: “*Levante e sê batizado*”; e “*levantando-se ele, foi batizado.*” At 9.18; 22.16.

2.10.3. As pictóricas representações mais antigas do batismo, datando do segundo ou terceiro século, todas indicam que o modo de aplicar a água ao corpo do batizando era por efusão.

2.10.4. Ele é realizado na mesma forma universalmente pelos cristãos orientais da atualidade.

Que é essencial que esta lavagem batismal seja feita no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, é evidente —

(1.) À luz do mandamento explícito como se acha expresso nas palavras da instituição. Mt 28.18-20.

(2.) À luz do fato de que o Batismo, como um selo do pacto da graça, e como o rito de iniciação na Igreja Cristã, divinamente instituído, introduz o batizando, mediante profissão de sua fé, no pacto com o verdadeiro Deus, que outro não é senão o Pai, e o Filho, e o Espírito Santo.

3. O propósito do Batismo é —

3.1. Significar, selar e conferir àqueles a quem pertencem os benefícios da redenção de Cristo. Portanto —

3.1.1. Ele significa ou simboliza a “lavagem de regeneração e a renovação do Espírito Santo”, por meio do quê são unidos a Cristo e feitos participantes em toda a sua graça redentora.

3.1.2. Cristo nisto sela a veracidade de seu pacto e desse modo comunica a todos os beneficiários desse pacto e a graça significada para eles. O propósito do Batismo é

3.2. Para que seja um sinal visível de nosso pacto de pertencer-mos ao Senhor e de nos consagrarmos ao seu serviço; e por isso ele é uma pública profissão de nossa fé e emblema de nossa obediência, e daí de nossa iniciação formal na Igreja Cristã, bem como um símbolo de nossa união com nossos irmãos de fé. 1 Co 12.13.

Seção IV. – Não só aqueles que realmente professam fé em Cristo e obediência a ele,¹³ mas também as crianças, filhas de um ou de ambos os pais crentes, devem ser batizadas.¹⁴

¹³ Mc 16.15,16; At 8.37,38. ¹⁴ Gn 17.7,9; Gl 3.9,14; Cl 2.11,12; At 2.38,39; Rm 4.11,12; 1 Co 7.14; Mt 28.19; Mc 10.13-16; Lc 18.15. ¹⁵ Lc 7.30; Êx 4.24-26.

EXPOSIÇÃO

Quanto aos *sujeitos* do Batismo, nossos Padrões ensinam: —

1. Quanto aos adultos: “O Batismo não deve ser administrado a qualquer um que esteja fora da Igreja visível, e portanto estranhos ao pacto da promessa, enquanto não professar sua fé em Cristo e obediência a ele.” Catecismo Maior, questão 166, e Breve Catecismo, questão 95.

Tal fato, naturalmente, é por si mesmo evidente, visto que a recepção inteligente e honesta do próprio Batismo obviamente envolve precisamente essa profissão de fé em Cristo e obediência a ele. E a fim de assegurar isso, o costume da Igreja Presbiteriana requer que os pastores e a Igreja em assembléia informem o candidato de que só a pessoa que já experimentou a graça da regeneração, e que, conseqüentemente, de fato já se arrependeu dos pecados e exerceu fé em Cristo, pode honestamente fazer tudo quanto é indispensável que o crente faça ao ser ele batizado. E com esse propósito, o pastor e a assembléia da Igreja devem exigir do candidato a evidência

1.1. De um competente conhecimento das verdades fundamentais do Cristianismo, bem como da natureza e da obrigatoriedade do Batismo;

1.2. Do fato de que ele deve fazer uma consistente profissão de fé pessoal e experimental e prometer obediência ao Senhor, bem como a devida submissão às autoridades constituídas da Igreja;

1.3. Do fato de que seu andar e conversação cotidianos não desmintam sua profissão de fé. Após isso, toda a responsabilidade do que vem a seguir deve estar sobre o professando. Os oficiais da Igreja não têm qualquer autoridade de proferir juízo sobre a genuinidade de seu caráter cristão, visto que Deus não deu a nenhuma classe de pessoas a capacidade de julgar retamente tais questões. Algumas igrejas, tais como, por exemplo, nossos irmãos presbiterianos do pacto, exigem como condição ao batismo de adultos – ou, o que é a mesma coisa, admissão à Igreja –, em aditamento à profissão de fé na verdades *fundamentais* do evangelho, anuência a certos “testemunhos”, incorporando peculiaridades denominacionais, não fundamentais. Cremos ser isso algo totalmente improcedente. A Igreja é o aprisco de Cristo, destinado a todas as suas ovelhas. O Batismo e a Ceia do Senhor são direitos comuns de todo o povo do Senhor. Se alguém defende os fundamentos do evangelho e professa obediência a nosso comum Senhor, e age de forma consiste com esse modo de crer, não temos o

direito de excluí-lo da casa de seu Pai. Tanto é presunçoso elaborar termos de comunhão que Cristo nunca elaborou, quanto seria elaborar termos de salvação que ele nunca exigiu.

2. Quanto às crianças, nossos Padrões ensinam que uma criança, filha de um pai ou de ambos os pais crentes (Confissão de Fé, cap. xxviii. § 4) — isto é, filha de um ou de ambos os pais que professam fé em Cristo e obediência a ele (Catecismo Maior, questão 166) — deve ser batizada. Um mero esboço da abundante evidência bíblica em torno desta verdade pode ser assim exposto: —

2.1. Ao constituir a natureza humana e ordenar a propagação de filhos através de pais, Deus, em todos os aspectos, fez a condição do filho, enquanto criancinha, depender da condição do pai. O pecado do pai afasta a criança de Deus; portanto a fé do pai aproxima a criança de Deus.

2.2. Em cada pacto que Deus fez com a raça humana, a criança está sempre incluída com os pais — por exemplo, os pactos feitos com Adão, com Noé (Gn 9.9-17), com Abraão (Gn 12.1-3; 17.7), com Israel através de Moisés (Êx 20.5; Dt 29.10-13); e no sermão de abertura da dispensação do Novo Testamento, os homens são exortados a arrepender-se e crer: “*porque* a promessa [o pacto] é para vós e *para vossos filhos*” etc. At 2.38,39.

2.3. A Igreja do Velho Testamento é a mesma Igreja Cristã do Novo Testamento.

2.3.1. Paulo diz (Gl 3.8) que o pacto feito com Abraão (Gn 17.7) é o “evangelho”; e em toda a Epístola aos Hebreus o autor mostra que o ritual veterotestamentário era um anúncio da pessoa e obra de Cristo. Veja-se acima, no capítulo vii.

2.3.2. A fé era a condição de salvação, tanto antes como agora. “Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça” (Rm 4.3); de modo que ele se tornou o grande crente típico: “o pai de todos aqueles que crêem” (Rm 4.11); e todos os que crêem em Cristo “são descendência de Abraão, e herdeiros segundo a promessa [pacto]. Gl 3.29. Veja-se também o capítulo 11 da Epístola

aos Hebreus. Todos os israelitas, mesmo aqueles que eram apenas “segundo a carne”, professavam crer. E todos os “verdadeiros” israelitas criam. “Porque não é judeu o que o é exteriormente, nem é circuncisão a que o é exteriormente na carne. Mas é judeu aquele que o é interiormente, e circuncisão é a do coração, no espírito, e não na letra.” Rm 2.28,29.

2.3.3. A circuncisão, precisamente no mesmo sentido e na mesma extensão que o Batismo, representava a graça espiritual e envolvia uma profissão de fé espiritual. Isso é ensinado no Velho Testamento, como testifica Dt 10.16; 30.6. Era o selo do pacto abraâmico, o qual Paulo afirma ser o evangelho. Gn 12.3; 17.7,10; Gl 3.8. Era o selo da justiça da fé. Rm 2.28,29; 4.11. A circuncisão genuína une a Cristo e assegura todos os benefícios de sua redenção. Cl 2.10,11. E o Batismo assumiu agora o preciso lugar da Circuncisão: “Porque todos quantos fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. E se estais em Cristo, então sois descendência de Abraão, e herdeiros segundo a promessa.” Gl 3.27,29.

2.3.4. Esta Igreja é identicamente a mesma Igreja do Novo Testamento. Ela tem o mesmo fundamento; a mesma condição de membresia, de fé e de obediência; sacramentos da mesma importância espiritual se mantendo em vigor. As profecias antigas declararam que a mesma Igreja antiga teria que ser expandida, não muda. Is 44.13-23; 60.1-14. O antigo pacto, que era a carta patente fundamental da Igreja, incluía “muitas nações” (Gn 17.4; Rm 4.17,18; Gl 3.8), o que nunca se cumpriu até que veio a expansão da Igreja na dispensação do Novo Testamento. E Paulo diz que a Igreja judaica, em vez de ser desfeita, permanece a mesma através de toda transformação – os ramos judaicos sendo cortados, os ramos gentílicos sendo enxertados nela; e que os judeus no futuro serão restaurados, não para formar uma nova Igreja, mas “*em sua própria oliveira*”. Rm 11.18-24. Veja-se também Ef 2.11-22.

2.4. As crianças eram membros da Igreja sob o Velho Testamento desde o princípio, sendo circuncidadas na fé de seus pais. Agora, visto que a Igreja é a mesma; visto que as condições de

membresia eram as mesmas outrora, como o são agora; visto que a Circuncisão significava e obrigava precisamente a mesma coisa que o Batismo; e visto que o Batismo assumiu precisamente o lugar da Circuncisão – segue-se que a membresia eclesiástica dos filhos de pais professos deve ser agora reconhecida como o era outrora, e que os mesmos devem ser batizados. A única base sobre a qual esta conclusão poderia ser removida, seria que Cristo, no evangelho, explicitamente os excluísse de seu antigo direito hereditário na Igreja.

2.5. Ao contrário, Cristo e seus apóstolos, invariavelmente e sem exceção, falam das crianças e as tratam como se permanecessem na mesma relação eclesiástica que sempre ocuparam. Cristo, falando a apóstolos judeus, que ao longo de sua vida jamais ouviram falar de outra Igreja que não fosse a antiga Igreja pedobatista [que batiza criança], na qual eles mesmos haviam nascido e circuncidado (e sua circuncisão infantil era o único batismo que haviam recebido), nunca foram informados de que Cristo havia mudado essa relação. Ao contrário, diz ele: “Dos tais é o reino do céu” (isto é, a nova dispensação da antiga Igreja). Mt 19.14; Lc 18.16. Ele comissionou Pedro a apascentar tanto os cordeiros quanto as ovelhas do rebanho (Jo 21.15-17); e todos os apóstolos a “*discipular todas as nações*”, primeiro batizando-as e então ensinando-as. Mt 28.18,19. Se pelo menos um dos pais é cristão, então afirma-se que os filhos são “consagrados” ou “santos”; que é uma designação comum dos membros da Igreja no Novo Testamento. 1 Co 7.14. Na antiga Igreja judaica, cada prosélito dentre os pagãos trazia consigo seus filhos para a Igreja. Por isso os apóstolos judeus escrevem um breve resumo histórico de seus labores missionários, precisamente como todos os missionários pedobatistas modernos escrevem os seus, e não como um missionário batista jamais poderia escrever acerca da origem de sua denominação.

Só há onze casos de batismo registrados nos Atos e nas Epístolas. No caso de dois deles, Paulo e o eunuco etíope, não houve crianças a serem batizadas. Cinco desses casos eram grandes mul-

tidões. Depois que Estéfanos foi batizado com a multidão, dentre a qual “muitos coríntios”, Paulo batizou sua casa. O mesmo se deu com a casa de Lídia, do carcereiro, de Crispo e, provavelmente, a casa de Cornélio. E assim, em *cada caso* em que existia família, ela era batizada. A fé do chefe da família é mencionada, mas não a fé da própria família, exceto num caso, e isso como um fato geral. Os apóstolos também se dirigem aos filhos como membros da Igreja. Comparem-se Ef 1.1 com Ef 4.1-3; Cl 1.1,2 com Cl 3.20.

2.6. Essa tem sido a crença e a prática de uma vasta maioria do povo de Deus desde o princípio. A Igreja primitiva, numa continuidade ininterrupta desde os dias apostólicos, testifica de seu costume em relação a este tema. A Igreja Grega e a Romana, bem como todos os ramos das Igrejas Luterana e Reformada concordam neste ponto fundamental. A denominação batista, a qual se opõe a todo o mundo cristão nesta matéria, é uma parte muito moderna, datando dos anabatistas da Alemanha, 1637 A.D.

Nossos Padrões ensinam que precisamente as mesmas exigências são feitas como condição por parte dos pais, ou seja, que seus filhos sejam batizados como condição de acesso à mesa do Senhor. Breve Catecismo, questão 95: “mas os filhos daqueles que são membros da Igreja devem ser batizados.” O que é explicado no Catecismo Maior, questão 166: “porém as crianças, cujos pais, ou um só deles, professarem fé em Cristo e obediência a ele”; e Confissão de Fé, cap. xxviii., § 4: “As crianças, filhas de um ou de ambos os pais *crentes*.” O Diretório [Americano] para o Culto, cap. vii., o ministro deve exigir dos pais, entre outras coisas, “que orem com e por ele [o filho]; que lhe dêem exemplo de piedade e de benevolência; e usem todos os meios por Deus designados para educar seu filho na nutrição e admoestação do Senhor”. A Assembléia Geral [Americana], em 1794, em resposta a uma proposta sobre o tema, declarou que a passagem supra no Diretório deve ser entendida no sentido de levar os pais *a um expresse comprometimento* de agir segundo o requerido pelo ministro.*

* Baird's Digest, p. 81.

Supõem-se alguns que, visto a membresia do filho, na Igreja, deduzir-se da dos pais, então cada pessoa que se ingressou na Igreja pelo Batismo, na infância, tem um inalienável direito a ter seus filhos batizados, se professa ou não fé pessoal em Cristo. Tal coisa, porém, é manifestamente um absurdo —

a. Porque nem todos os membros da Igreja têm direito a todos os privilégios advindos da membresia eclesiástica. Portanto, os membros batizados não têm qualquer direito de vir à comunhão até que façam profissão de fé pessoal. Enquanto não fizerem isso são cidadãos como quaisquer outros de menor idade, com seus direitos suspensos, como justa punição por sua recusa em crer. Esses direitos suspensos são os de comungar e de ter seus filhos batizados.

b. Uma pessoa destituída de fé pessoal só pode cometer perjúrio e sacrilégio, se fizer comprometimentos solenes e assumir as obrigações envolvidas no pacto batismal. Fazer isso seria grave pecado, bem como um pecado para o ministro que o ajudar a agir assim.

Seção V. – Posto que seja um grande pecado menosprezar ou negligenciar esta ordenança,¹⁵ contudo a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente anexadas a ele, que sem ela ninguém possa ser regenerado ou salvo,¹⁶ ou que todos os que são batizados sejam indubitavelmente regenerados.¹⁷

Seção VI. – A eficácia do Batismo não se atém ao momento em que ele é administrado;¹⁸ não obstante, mediante o correto uso desta ordenança, a graça prometida não só é oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ela pertence (sejam adultos ou crianças), segundo o conselho da própria vontade de Deus, em seu tempo determinado.¹⁹

Seção VII. – O sacramento do Batismo deve ser administrado só uma vez a uma mesma pessoa.²⁰

¹⁶ Rm 4.11; At 10.2,4,22,31,45,47. ¹⁷ At 8.13,23. ¹⁸ Jo 3.5,8. ¹⁹ Gl 3.27; Tt 3.5; Ef 5.25,26; At 2.38,41. ²⁰ Tt 3.5.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente unidas ao Batismo que só são salvos os batizados, ou que todos os batizados estejam salvos.

2. Que, não obstante, é um grande pecado menosprezar ou negligenciar esta ordenança; pois sua observância é ordenada, e, no correto uso dela, a graça prometida não só é oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo a quem ela pertence (sejam adultos ou crianças).

3. Que a eficácia do Batismo, mesmo nos casos em que a graça significada é realmente comunicada, não se atém ao momento em que o sacramento é administrado, mas é comunicada ao recipiente segundo o conselho da própria vontade de Deus, em seu tempo determinado.

4. O sacramento do Batismo deve ser administrado apenas uma vez a uma mesma pessoa.

A base tomada aqui é intermédia entre dois extremos opostos —

1. O extremo mantido pelos romanistas e ritualistas da regeneração batismal.

1.1. Tal coisa não é ensinada na Escritura. A linguagem usada para prová-lo (Jo 3.5; At 2.38) é facilmente explicada, com base no princípio de que, em virtude da união sacramental entre o sinal e a graça significada, o que é verdadeiro de um é metaforicamente predicado do outro. Não há nada expresso sobre a eficácia do Batismo, o que não é da mesma forma dito da eficácia da verdade. Tg 1.18; Jo 17.19; 1 Pe 1.23. O mero ouvir a verdade, porém, não salva a ninguém.

1.2. O Batismo não pode ser o único ou ordinário meio da regeneração, porque a fé e o arrependimento são os frutos da regeneração, mas o pré-requisito do Batismo. At 2.38; 8.37; 10.47.

1.3. A experiência universal nas comunidades romanistas e ritualistas comprovam que os batizados geralmente não são regenerados. Nosso Salvador diz: “Pelos seus frutos os reconhecereis.” Mt 7.20.

2. Nossos Padrões se opõem a outro extremo, a saber: que o Batismo é mero sinal da graça e emblema da profissão da fé cristã. Sua doutrina é —

2.1. Que o Batismo não só significa, mas real e genuinamente sela e comunica graça àqueles a quem ela pertence segundo o pacto — ou seja, aos eleitos.

2.2. Mas que essa comunicação atual da graça selada não se atém ao momento em que o sacramento é administrado, mas se dá segundo as provisões precisas quanto ao tempo e circunstância predeterminados no eterno pacto da graça. Assim como uma propriedade pode ser selada e comunicada numa escritura a um menor, mas este não pode ainda entrar no desfrute dela até que chegue o tempo e as condições predeterminadas na vontade de seu pai.

2.3. A eficácia do sacramento não se deve a qualquer qualidade espiritual ou mágica comunicada à água.

2.4. Essa eficácia, porém, resulta:

2.4.1. Do poder moral da verdade que o rito simboliza.

2.4.2. Do fato de que ela é um selo do pacto da graça e uma forma legal de investir tais pessoas incluídas no pacto com as graças prometidas nele.

2.4.3. Da presença pessoal e da operação soberanamente graciosa do Espírito Santo, que usa o sacramento como seu instrumento e meio.

2.4.4. Que através desses canais a graça significada é realmente comunicada às pessoas a quem, segundo o conselho divino, ela realmente pertence; esta graça e as influências do Espírito Santo, contudo, não se atém de tal forma ao sacramento, que nunca, nem

mesmo com frequência, são comunicadas de qualquer outra forma. A própria graça comunicada pelo sacramento deve ser possuída pelo adulto como um pré-requisito ao Batismo, e subseqüentemente às vezes é experimentada através de outros canais.

2.4.5. Daí surgir a necessidade de se ser batizado

(1.) Segundo o mandamento divino. Obediência, naturalmente, se faz necessária onde há conhecimento.

(2.) É o método próprio e único suficiente de se fazer profissão de fé e obediência a Cristo.

(3.) É eminentemente proveitoso como meio de graça.

Que o Batismo nunca deve ser administrado mais de uma vez a uma mesma pessoa é evidente

1. À luz da importância simbólica do rito. Ele significa regeneração espiritual – a inauguração da vida divina. Naturalmente que ele não pode ter senão um só começo.

2. É o rito de iniciação na Igreja Cristã, e visto que não há nenhuma provisão para deixar a Igreja depois de estar nela, também não há provisão para ingressar-se nela mais de uma vez.

3. Os apóstolos não batizavam cada pessoa mais de uma vez.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada nas primeiras seções deste capítulo?
2. Qual é a *segunda* proposição ensinada?
3. Qual é a *terceira* proposição ensinada?
4. Qual foi a origem da lavagem cerimonial, e a que extensão sua observância foi difundida?
5. Apresente a evidência de que o batismo de João não era o batismo cristão.
6. Apresente sua razão para se crer que os batismos realizados pelos discípulos de Cristo, antes de sua ressurreição, não eram o mesmo sacramento cristão permanente com esse nome.

7. Onde encontramos o verdadeiro ato de instituição e autorização para este sacramento?
8. Apresente a prova de que ele foi designado para ser observado perpetuamente até à segunda vinda de nosso Senhor.
9. Qual é o ato preciso indicado no mandamento do Batismo?
10. Por que só os ministros legalmente ordenados podem batizar?
11. Qual é a verdadeira tese da posição batista com respeito ao ato tencionado no mandamento de batizar?
12. Qual é a tese precisa de nosso ponto de vista a esse respeito?
13. O que é essencial segundo seu ponto de vista e o que é essencial segundo o nosso?
14. Qual é o uso clássico do termo *baptizo*?
15. Como ele às vezes ocorre na versão Septuaginta do Velho Testamento e em que sentido?
16. Em que sentido é *baptizo* usado no Novo Testamento?
17. Em que sentido era o termo “batismo” geralmente usado pelos discípulos de João?
18. Em que sentido é o termo “batismo” ou “batismos” geralmente usado no Novo Testamento?
19. Do que a água do Batismo é emblema?
20. Quais as conseqüências o batismo pelo Espírito Santo acarreta?
21. Por que nos é dito que somos “sepultados com Cristo no batismo” etc., etc.?
22. Em que termos é o batismo pelo Espírito Santo expresso na Escritura – como imersão ou como “efusão” e “aspersão”?
23. Qual era o modo geralmente prevalecente de efetuar o rito de purificação entre os judeus?
24. Que luz 1 Co 10.1,2 e 1 Pe 3.20,21 lançam sobre este tema?
25. É sempre afirmado que João Batista ou os apóstolos de Cristo batizaram por imersão?
26. Levando em conta todas circunstâncias registradas dos diversos batismos, de que lado e até que grau está a balança da probabilidade?

27. Por que é essencial que o rito seja efetuado no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo?
28. Qual é o *primeiro* propósito do Batismo?
29. Qual é o *segundo* propósito do Batismo?
30. O que nossos Padrões ensinam é o pré-requisito para o Batismo por parte dos adultos?
31. Que competência tem o pastor e a assembléia da Igreja para exigir e julgar?
32. Sobre quem, afinal, deve repousar a responsabilidade?
33. O que algumas igrejas exigem dos candidatos para o Batismo, além de uma confissão confiável do Cristianismo?
34. Como você poderia mostrar que tais exigências não desfrutam de autoridade?
35. O que nossos Padrões ensinam quanto aos direitos das crianças ao Batismo?
36. Apresente o argumento derivado da constituição da natureza humana e da providência ordinária de Deus.
37. Faça o mesmo quanto ao fato de que *todos* os pactos divinos com a raça humana incluem as crianças com os pais.
38. Prove que a Igreja Evangélica existiu sob o Velho Testamento.
39. Prove que a fé era a condição de salvação outrora e agora.
40. Prove que a Circuncisão tinha o mesmo significado espiritual que o Batismo tem agora.
41. Prove que o Batismo tomou precisamente o lugar da Circuncisão.
42. Prove que a Igreja sob a nova dispensação é identicamente a mesma que a Igreja sob a antiga dispensação.
43. Prove que as crianças eram reconhecidas como membros da Igreja antiga desde seus primórdios mais remotos, e mostre como o batismo infantil se deduz como um corolário necessário.
44. Mostre que Cristo e seus apóstolos sempre falaram e trataram as crianças pelo prisma de sua membresia eclesiástica.

45. Mostre à luz dos registros sacros que os apóstolos *sempre* batizaram as famílias dos crentes onde quer que existissem.
46. Qual tem sido a fé e prática da Igreja Cristã, e qual é a força desse argumento?
47. Filhos de quem, segundo nossos Padrões, devem ser batizados?
48. O que o Diretório [Americano] de Culto requer dos pais que trazem seus filhos ao batismo, e que conclusões se seguem?
49. Qual é a posição e quais os direitos daqueles adultos que, havendo sido batizados na infância, nunca professam fé pessoal em Cristo?
50. Por que se deve negar a tais pessoas o privilégio de batizar seus filhos?
51. Qual é a *primeira* proposição ensinada na quinta, sexta e sétima seções?
52. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
53. Qual a *terceira*?
54. Qual a *quarta*?
55. Entre quais dois extremos está a doutrina quanto à eficácia dos sacramentos defendida por nossa Igreja?
56. Qual é a doutrina romanista e ritualista sobre este ponto?
57. Mostre que a doutrina da regeneração batismal não pode ser verdadeira.
58. Apresente os diferentes pontos envolvidos na doutrina de nossos Padrões quanto à eficácia dos sacramentos.
59. De que fontes resulta essa eficácia?
60. Mostre que o Batismo tanto pressupõe quanto comunicada graça, bem como extrai a inferência necessária.
61. Sobre que base e a que extensão o Batismo é necessário?
62. Mostre que ele deve ser administrado à mesma pessoa apenas uma vez.

CAPÍTULO XXIX

DA CEIA DO SENHOR

Seção I. – Na noite em que foi traído, nosso Senhor instituiu o sacramento de seu corpo e sangue, chamado a Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao final do mundo, para a perpétua memória do sacrifício de si mesmo em sua morte, para selar todos os benefícios provenientes desse sacrifício em relação aos verdadeiros crentes, para sua nutrição espiritual e crescimento nele, para maior comprometimento nele e em todos os deveres que lhe devem, bem como ser um vínculo e penhor de sua comunhão com ele e uns com os outros, como membros de seu corpo místico.¹

¹ 1 Co 11.23-26; 10.16,17,21; 12.13.

EXPOSIÇÃO

Esta seção nos ensina —

1. Sobre o tempo em que e a pessoa por quem a Ceia do Senhor foi instituída.
2. Sobre sua perpétua obrigação.
3. Sobre seu propósito e efeito.

1. Acerca do fato de que ela foi instituída por nosso Senhor pessoalmente na noite em que foi traído, não pode haver a menor dúvida. O fato é explicitamente declarado por três dos evangelistas (Mt 26.26-29; Mc 14.22-25; Lc 22.19,20) e por Paulo (1 Co 11.23-

25); e permanece até hoje como um monumento da verdade da história evangélica com a qual está associado.

2. Que ela se destina a ser observada perpetuamente até ao final do mundo é evidente —

2.1. À luz das palavras da instituição: “Fazei isto em memória de mim”, Lc 22.19; e ainda: “Fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim.” 1 Co 11.25.

2.2. O exemplo apostólico. At 2.42.

2.3. As freqüentes referências a esta ordenança que ocorrem nos escritos apostólicos, e que tudo faz crer que ela é uma obrigação perpétua.

2.4. A prática invariável e universal da Igreja Cristã, em todos os seus ramos, desde o princípio.

3. Quanto ao propósito da Ceia do Senhor, o ensino de nossos Padrões pode ser apresentado sob os seguintes tópicos: —

3.1. A Ceia do Senhor é uma comemoração da morte de Cristo. Isso é evidente —

3.1.1. À luz do fato de ser o pão um emblema de seu corpo quebrado, e o vinho de seu sangue derramado na cruz por nós. Mt 26.2-28; Lc 22.19,20.

3.1.2. À luz do fato de que o ato de comer o pão e de beber o vinho é declarado, tanto por Cristo quanto por Paulo, ser feito “em memória” de Cristo, e de “manifestar sua morte até que ele venha”. Lc 22.19; 1 Co 11.26.

3.2. É um selo do pacto evangélico no qual todos os benefícios do novo pacto estão significados, selados e aplicados aos crentes. Confissão de Fé, cap. xxix, § 1; Catecismo Maior, questão 162; Breve Catecismo, questão 92. Cristo diz: “Este cálice é o novo testamento [pacto] em meu sangue, que é derramado por vós” (Lc 22.20); isto é, Meu sangue é o selo do pacto da graça, e este cálice é o símbolo de meu sangue, e como tal vos é oferecido. Segundo

seu costume, Cristo ratifica sua promessa de nos salvar sob a condição de fé, e de nos dotar com todos os benefícios de sua redenção. Nós, ao tomarmos este penhor, solenemente nos obrigamos a uma total consagração e a tudo quanto se acha envolvido nos requerimentos do evangelho de Cristo, não como os entendemos, mas como ele os planeja. É um princípio universal de que todos os juramentos obrigam no sentido em que são entendidos pelas pessoas que os impõem.

3.3. Por isso ela é um emblema da profissão de fé cristã – uma marca da obediência de um cidadão do reino do céu.

3.4. Foi designada para significar e efetuar nossa comunhão com Cristo, em sua pessoa, em seus ofícios e em seus preciosos frutos. Diz Paulo (1 Co 10.16): “O cálice de bênção, que abençoamos, não é a comunhão (κοινωνία) do sangue de Cristo? O pão, que quebramos, não é a comunhão do corpo de Cristo?” Catecismo Maior, questão 170: “assim os que dignamente participam do sacramento da Ceia do Senhor se alimentam do corpo e do sangue de Cristo, não de uma maneira corporal e carnal, mas espiritual, contudo verdadeira e realmente, visto que pela fé recebem e aplicam a si próprios o Cristo crucificado e todos os benefícios de sua morte.” O pão representa sua carne, e o vinho representa seu sangue. Recebemos o símbolo com a boca física; recebemos a carne e o sangue simbolizados pela fé, contudo de forma real. “Quem come minha carne e bebe meu sangue tem a vida eterna ... Porque minha carne é verdadeiramente comida, e meu sangue é verdadeiramente bebida.” Jo 6.54,55.

3.5. Destinava-se a manifestar e a efetuar a comunhão mútua dos crentes entre si, como membros de um só corpo e de um só sangue. 1 Co 10.17: “Porquanto nós, sendo muitos, somos um só pão e um só corpo; porque todos nós somos participantes desse único pão.” A união com a Cabeça comum necessariamente implica comunhão uns com os outros nessa Cabeça.

Seção II. – Neste sacramento, Cristo não é oferecido a seu Pai, nem de modo algum se faz sacrifício real para remissão de pecados dos vivos ou dos mortos;² mas apenas uma comemoração daquela única oferenda que ele fez de si mesmo na cruz, uma vez por todas, e por meio dela uma oblação espiritual de todo louvor possível a Deus;³ de modo que o assim chamado sacrifício papal da missa não passa de algo muitíssimo abominável e injurioso ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.⁴

Seção III. – O Senhor Jesus, nesta ordenança, constituiu seus ministros para declarar ao povo sua palavra de instituição, orar e abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do uso comum para um uso santo; para tomar e partir o pão, tomar o cálice e (participando também eles mesmos) dar ambos os elementos aos comunhantes;⁵ mas a ninguém que não esteja presente na congregação.⁶

IV. – As missas privativas, ou a recepção deste sacramento só pelo sacerdote ou só por qualquer outra pessoa,⁷ bem como a negação do cálice ao povo,⁸ a adoração dos elementos, a elevação deles ou carregá-los em procissão para serem adorados, e a conservação deles para algum pretenso fim religioso, são todos contrários à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo.⁹

Seção V. – Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente separados para os usos ordenados por Cristo, têm tal relação com o Cristo crucificado que, verdadeiramente, contudo só num sentido sacramental, são às vezes chamados pelo nome das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo;¹⁰ se bem que, em substância e natureza, ainda permanecem sendo real e somente pão e vinho, como eram antes.¹¹

Seção VI. – Aquela doutrina que defende a transformação da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo (comumente chamada transsubstanciação), mediante a consagração de um sacerdote, ou por algum outro meio, é repugnante não só à vista da Escritura, mas até mesmo ao

senso comum e à razão; destrói a natureza do sacramento, e tem sido a causa de infundáveis superstições, e até mesmo de grosseiras idolatrias.¹²

² Hb 9.22,25,26,28. ³ 1 Co 11.24-26; Mt 26.26,27. ⁴ Hb 7.23,24,27; 10.11,12,14,18. ⁵ Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19,20; 1 Co 11.23-26. ⁶ At 20.7; 1 Co 11.20. ⁷ 1 Co 10.6. ⁸ Mc 14.23; 1 Co 11.25,29. ⁹ Mt 15.9. ¹⁰ Mt 26.26-28. ¹¹ 1 Co 11.26-28; Mt 26.29. ¹² At 3.21; 1 Co 11.24-26; Lc 24.6,39.

EXPOSIÇÃO

A forma em que são expressas as afirmações feitas nestas seções é antes negativa que positiva — formuladas antes para opor-se a certos erros romanistas e ritualistas do fazer uma afirmação simples da verdadeira doutrina do sacramento. Os erros aqui combatidos são —

1. A doutrina da transubstanciação, ou a transformação da substância inteira do pão e do vinho no corpo, sangue, alma e divindade do Senhor Jesus.

2. O sacrifício da missa.

3. A adoração e preservação dos elementos para algum pretendido uso religioso.

4. Negação do cálice aos leigos.

5. Comunhão privativa do sacerdote só, ou o envio dos elementos a pessoas ausentes durante a administração da ordenança.

Com o fim de tornar as afirmações destas seções mais claras, *primeiramente* apresentaremos a verdadeira doutrina —

1. No tocante a que elementos e atos são essenciais ao sacramento, e

2. No tocante à verdadeira relação existente entre o sinal e a graça significada; e, *em segundo lugar*, apresentar os erros papais opostos aos pontos supra apresentados.

1. A verdadeira doutrina

1.1. No tocante aos elementos. Estes são —

1.1.1. O pão. Isso é essencial, visto constar no mandamento; e porque o pão, como o apoio de vida para o corpo, é o símbolo apropriado daquele alimento espiritual que nutre a alma. Cristo instituiu a Ceia na Páscoa, quando o único pão em mãos era pão sem fermento. A Igreja primitiva sempre usou o pão comum da vida cotidiana. As Igrejas Romana e Luterana sustentam que se deve usar pão sem fermento; as Igrejas Reformadas têm mantido invariavelmente que o pão pretendido, e que melhor cumpre as condições do símbolo, é o pão cotidiano — não o bolo adocicado usado em muitas de nossas igrejas.

1.1.2. O vinho; que é *óīvos*, o suco fermentado extraído da uva. Mt 9:17; Jo 2:3-10; Rm 14:21; Ef 5:18; 1 Tm 3:8; 5:23; Tt 2:3. Isso é essencial segundo o mandamento e exemplo de Cristo e pelo invariável costume da Igreja Cristã *desde o princípio*.

1.2. No tocante aos atos sacramentais que são *essenciais* a esta ordenança.

1.2.1. A consagração. Isto inclui a repetição das palavras de Cristo usadas na instituição, juntamente com uma oração em que a bênção divina é invocada sobre os adoradores no uso da ordenança e *sobre os elementos que serão usados no sacramento*, separados do uso comum para um uso sacro. As palavras que expressam isso na Escritura são *εὐχαριστέω*, Lc 22:19; e *εὐλογέω*, Mt 26:26 e 1 Co 10:16.

1.2.2. O partir do pão. Esse ato simboliza a laceração do corpo de Cristo na cruz; e simboliza todos os comungantes que, sendo muitos, se alimentam de *um só* Cristo, como *num só* pão. Esse ato é particularmente mencionado em cada relato da instituição apresentado pelos Evangelistas. Mt 26:26; Mc 14:22; Lc 22:19; 1 Co 11:24. Veja-se 1 Co 10:16. Em Atos 2:42, toda a ordenança é designada à luz desse ato constituinte.

1.2.3. A distribuição e recepção dos elementos. Essa é uma parte essencial da ordenança, a qual não fica completa quando o ministro consagra os elementos, enquanto não forem realmente recebidos, comidos e bebidos pelo povo. Cristo diz: “Fazei isto em memória de mim.” Paulo adiciona: “Porque todas as vezes que comerdes este pão, e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor até que ele venha.” Lc 22.19; 1 Co 11.26. De modo que a essência do sacramento consiste no comer e no beber.

2. Os erros papais condenados nestas seções são —

2.1. Sua doutrina da transubstanciação, ou conversão da substância. O Concílio de Trento ensina (sess. xiii. cans. 1-4) que a totalidade da substância do pão é transformada no corpo literal, e a totalidade da substância do vinho é transformada no sangue literal de Cristo; de tal sorte que só a aparência ou propriedades sensíveis do pão e do vinho permanecem, e as únicas substâncias presentes são o genuíno corpo, sangue, alma e divindade de nosso Senhor. E assim ele é objetivamente apresentado, comido e bebido por cada recipiente, crente ou descrente, indiferentemente; e assim ele permanece antes e depois da comunhão, seu próprio corpo e sangue, Deidade e humanidade, recluso num vaso, carregado, elevado, adorado etc.

Os luteranos sustentam que, embora o pão e o vinho permaneçam, não obstante, mediante as palavras de consagração, o corpo e o sangue reais de Cristo, ainda que invisíveis, estão realmente presentes *em, com e sob* o pão e o vinho.

A única base desta doutrina é a expressão de nosso Senhor: “Isto é o meu corpo.” Sustentam que a palavra ‘é’ é literal. Todas as Igrejas Reformadas sustentam que o sentido é ‘representa’, ‘simboliza’. Esse uso do termo é freqüente na Escritura. “As sete vacas boas *são* sete anos; as sete espigas boas também *são* sete anos.” Gn 41.26,27; Ez 37.11; Dn 7.24; Lc 12.1; Ap 1.20. Além disso, quando nosso Senhor disse isso, é lhes deu o pão a comer, ele estava sentado perto deles, com seu corpo integral, não dividido, comendo e bebendo com eles.

Tal doutrina, pois, é falsa —

2.1.1. Porque ela não é ensinada na Escritura.

2.1.2. Porque confunde a própria idéia de sacramento, fazendo *o sinal idêntico à coisa que ele significa*.

2.1.3. Contradiz nossos sentidos, já que vemos, cheiramos, degustamos e sentimos o pão e o vinho, e jamais vemos, nem cheiramos, nem degustamos, nem sentimos carne e sangue.

2.1.4. Contradiz a razão; pois esta ensina que as propriedades não podem existir a não ser quando são inerentes a alguma substância, e que a substância não pode ser conhecida e não pode agir a não ser por meio de suas propriedades. Essa doutrina, porém, pressupõe que as propriedades do pão e do vinho permanecem sem qualquer substância, e que a substância da carne e do sangue permanece sem quaisquer propriedades.

2.1.5. É absurda e impossível; já que o corpo glorificado de Cristo é ainda material e, portanto, finito, e daí não está presente em todos os lugares da terra, mas ausente à destra de Deus no céu.

2.2. Sua doutrina no tocante à missa como um sacrifício. O Concílio de Trento ensina (sess. xxii., cans. 1-3) que a Eucaristia é tanto um sacramento quanto um sacrifício. Como um sacramento, a alma do recipiente é nutrida pelo corpo, sangue, alma e divindade reais de Cristo, os quais ele come na forma de uma hóstia. Como um sacrifício, ela é “uma oblação externa do corpo e sangue de Cristo oferecidos a Deus, em reconhecimento de seu supremo senhorio, sob a aparência de pão e vinho visivelmente exibidos por um ministro legítimo, com a adição de certas orações e cerimônias prescritas pela Igreja, para mais excelente adoração a Deus e edificação do povo”.* Isso não é um mero ato em comemoração do único sacrifício na cruz, mas um sacrifício expiatório real constantemente repetido, ainda que incruento, para expiar o pecado e propiciar a Deus. (Counc. Trent, sess. xxii., can. 3.)

* Dens, vol. v., p. 358.

Esta doutrina é falsa, porque —

2.2.1. É em parte alguma ensinada na Escritura.

2.2.2. Os ministros cristãos nunca são chamados ou qualificados de sacerdotes, mas de ‘mestres’ e ‘administradores’.

2.2.3. O único sacrifício de Cristo na cruz foi perfeito e exclui todos os demais. Hb 9.25-28; 10.10-27.

2.2.4. A mesma ordenança não pode ser tanto um sacramento quanto um sacrifício. Cristo diz que ao comermos e bebermos, “anunciais a sua morte” e, “fazei isto em memória de mim”. O mesmo ato não pode ser uma comemoração de um único sacrifício e por si mesmo um sacrifício real, tendo eficácia intrínseca para expiar pecado.

2.3. Uma vez que os romanistas sustentam que a substância inteira do pão e vinho é permanentemente transformada no corpo, sangue, alma e divindade de Cristo, conseqüentemente mantêm que a principal intenção da ordenança é consumada quando as palavras de consagração são pronunciadas e a mudança efetuada. Por isso preservam a hóstia cuidadosamente confinada no píxide, elevada e adorada e carregada em suas procissões.

Tudo isso fica de pé ou cai com a doutrina da transubstanciação, previamente refutada.

2.4. Após o estabelecimento da doutrina da transubstanciação, surgiu aí o medo natural de que algo da augusta pessoa do Senhor se maculasse ou se perdesse com o esmigalhar-se do pão ou com o derramar-se do vinho. Por isso o pão é preparado em pequenas hóstias que não podem desagregar-se e o cálice é negado aos leigos e confinado aos sacerdotes. Para consolar os leigos, ensinam que, já que o sangue está presente na carne e a alma no corpo, e como a divindade está na alma de Cristo, a pessoa de Cristo em sua totalidade — corpo, sangue, alma e divindade —, então ele igualmente está presente em cada partícula do pão; desse modo, aquele que recebe o pão recebe tudo (Counc. Trent, sess. xxi., cans. 1-3.).

2.5. Em oposição aos multiformes abusos contra esta ordenança, os quais prevalecem entre os romanistas, nossos Padrões, em comum com o critério geral das Igrejas Reformadas, ensinam que a Ceia do Senhor é essencialmente uma comunhão, na qual a associação do crente com Cristo e com seus irmãos se manifesta através de comer e beber eles do mesmo pão e do mesmo cálice. Segue-se que não se deve enviar a Ceia a pessoas ausentes à administração, nem deve ser administrada pelo oficiante só a si mesmo. Em casos particulares, contudo, pode ser administrada em casas particulares, contanto que os oficiais e um número satisfatório dos membros da Igreja esteja presente para preservar o verdadeiro caráter da ordenança como uma comunhão.

Seção VII. – Os que comungam com dignidade, participando externamente dos elementos visíveis deste sacramento,¹³ também, pela fé, íntima, real e sinceramente, não carnal e fisicamente, mas espiritualmente, se alimentam de Cristo crucificado e recebem a todos os benefícios de sua morte; não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos, pão e vinho, nem com eles, nem sob eles, mas estão, real e espiritualmente, presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos em relação aos seus sentidos externos.¹⁴

Seção VIII. – Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos externos deste sacramento, contudo não recebem a coisa por ele significada; com sua indigna participação, porém, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor, para sua própria condenação. Portanto, todas as pessoas ignorantes e ímpias, como são incapazes de desfrutar de comunhão com o Senhor, são também indignas de sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar desses santos mistérios¹⁵ nem a eles ser admitidas,¹⁶ enquanto permanecerem nesse estado.

¹³ 1 Co 11.28. ¹⁴ 1 Co 10.16. ¹⁵ 1 Co 11.27-29; 2 Co 6.14-16. ¹⁶ 1 Co 5.6,7,13; 2 Ts 3.6,14,15; Mt 7.6.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam a doutrina reformada quanto à relação que na Ceia do Senhor subsiste entre o sinal e a graça significada; isto é, quanto à natureza da presença de Cristo no sacramento, e o sentido em que, conseqüentemente, se diz que o recipiente indigno se alimenta do corpo e do sangue do Senhor. Esta doutrina reformada pode ser assim expressa: —

1. O pão e o vinho — permanecendo sempre pão e vinho, sem mudança — representam, pelo desígnio divino, a carne e o sangue do Redentor oferecidos como sacrifício pelo pecado. A relação existente entre o pão e o vinho, o corpo e o sangue, é puramente moral ou representativa.

2. O corpo e o sangue, portanto, só estão presentes virtualmente; isto é, as virtudes e os efeitos do sacrifício do corpo do Redentor na cruz se fazem presentes e são realmente comunicadas, no sacramento, ao comungante que o recebe com dignidade, pelo poder do Espírito Santo, o qual usa o sacramento como seu instrumento de acordo com sua vontade soberana.

3. Portanto, quando se diz que os crentes recebem e se alimentam do corpo e do sangue de Cristo, significa que recebem, não pela boca, mas pela fé, os benefícios assegurados pela morte sacrificial de Cristo na cruz — que esse alimentar-se de Cristo é puramente espiritual, efetuado pela gratuita e soberana agência do Espírito Santo e pela instrumentalidade e no exercício da fé somente; de modo que tal coisa jamais se dá com o incrédulo. Este, pois, ao receber o sinal externo com sua boca, embora deixe de receber a graça interna em sua alma, só agrava sua própria condenação e endurece seu próprio coração pelo ato. Portanto, todos quantos são reconhecidamente incrédulos, e cuja descrença se manifesta, quer por sua ignorância, quer por sua impiedade, devem ser impedidos, tanto por sua própria causa como por causa de Cristo, de aproximar-se da mesa do Senhor, até que sejam capazes de fazer uma pública e confiável profissão de sua fé.

4. Desse fato, também, segue-se que os crentes, no mesmo sentido, recebem e se alimentam do corpo e do sangue de Cristo em outras ocasiões sem o uso do sacramento, fazendo uso de outros meios de graça — a oração, a meditação na Palavra etc.*

QUESTIONÁRIO

1. Quais são os temas tratados na primeira seção?
2. Apresente a evidência de que estas ordenanças foram instituídas imediata e pessoalmente pelo Senhor.
3. Apresente a prova de que ele foi designado para ser perpetuamente observado na Igreja até à segunda vinda de Cristo.
4. Qual é o *primeiro* ponto ensinado em nossos Padrões quanto ao desígnio da Ceia do Senhor?
5. Apresente a prova sobre qual posição ele repousa.
6. Qual é o *segundo* ponto ensinado quanto ao seu desígnio?
7. Prove a precisão ou justeza dessa posição.
8. Qual é o *terceiro* ponto ensinado quanto ao desígnio desta ordenança?
9. Qual é o *quarto* ponto ensinado?
10. Prove a justeza dessa posição.
11. Qual é o *quinto* ponto ensinado quanto ao desígnio da Ceia do Senhor?
12. De que *forma* são as afirmações envolvidas na segunda, terceira, quarta, quinta e sexta seções apresentadas neste capítulo?
13. Quais são os cinco erros romanistas com respeito à Ceia do Senhor ali negados?
14. Quais, segundo a sã doutrina, são os elementos essenciais a esta ordenança?
15. Que espécie de pão é adequado? – e assinale a razão.
16. Prove que pão é *essencial* à ordenança; e assinale a razão.

* Dr. Charles Hodge's "lectures". O "Consensus Tigurinus" de Calvino, caps. xix–xxvi. Inclusive.

17. Prove que o vinho designado é o suco fermentado de uva, e assinale a razão de que seu uso é *essencial*.
18. Como são os elementos “consagrados”, e o que é tencionado por esse termo nesta aplicação dele?
19. Qual é a importância simbólica de “partir o pão”? – e prove que ele é um dos atos sacramentais essenciais.
20. Prove que a distribuição dos elementos aos comungantes, e sua recepção por eles, são partes integrais e essenciais da ordenança.
21. O que a palavra “transubstanciação” significa?
22. Apresente a doutrina romanista quanto à transformação do pão e do vinho na carne, sangue, alma e divindade de Cristo.
23. Qual é a doutrina luterana sobre o tema e quanto concorda e quanto difere da doutrina romanista?
24. Qual é o seu único fundamento bíblico para esta doutrina?
25. Qual é o verdadeiro significado da palavra ‘é’ nas palavras da instituição: “Isto é o meu corpo”? – e comprove sua resposta.
26. Mostre que esta doutrina não tem o apoio da Escritura; e mostre como a mesma contradiz os sentidos e a razão.
27. Mostre por que ela é absurda e impossível.
28. Que distinção eles fazem, ao considerarem o pretenso duplo caráter da Eucaristia?
29. Qual é sua doutrina quanto ao sacrifício da missa?
30. Prove que esta doutrina é radicalmente falsa e injuriosa.
31. Quais são as sérias objeções chamar a mesa da comunhão um altar, e o ministro um sacerdote?
32. Por que os romanistas sustentam que a distribuição e recepção dos elementos não são partes essenciais desta ordenança, e como tratam os elementos consagrados?
33. Por que subtraem o cálice dos leigos, e sobre que bases pretendem que o cálice não é necessário, enquanto que o pão é válido à comunhão?

34. Que erro papal e ritualista quanto à comunhão privativa é contestado nestas seções, e sobre que bases?
35. Sob que circunstâncias, e de que maneira, pode a comunhão ser apropriadamente administrada em casas particulares?
36. Quais são os temas tratados na sétima e oitava seções deste capítulo?
37. Qual é a *primeira* proposição ensinada?
38. Qual é a verdadeira natureza da relação subsistente entre o sinal e a graça significada?
39. Em que sentido são o corpo e o sangue de Cristo apresentados no sacramento?
40. Em que sentido se diz que o crente “come do corpo e do sangue de Cristo”?
41. Por qual única agência é isto realizado?
42. Qual é a relação do Espírito Santo com o sacramento, e a bênção que ele comunica?
43. Que relação a fé e o recipiente sustentam com a bênção significada e comunicada?
44. Que efeito esta ordenança exerce sobre o crente?
45. Como os ignorantes ou indignos devem ser tratados a esse respeito?
46. Os crentes recebem sempre a *mesma* graça sem o uso do sacramento? Como?

CAPÍTULO XXX

DAS CENSURAS ECLESIASTICAS

Seção I. – O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça de sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos de oficiais dela, distintos do magistrado civil.¹

¹ Is 9.6,7; 1 Tm 5.17; 1 Ts 5.12; At 20.17,18; Hb 13.7,17,24; 1 Co 12.28; Mt 28.18-20.

EXPOSIÇÃO

O princípio denominado como erastianismo, que tem estado praticamente incorporado em todas as igrejas-estado do mundo antigo, inclui os seguintes elementos: —

1. Que a Igreja é um órgão do Estado para cumprir uma de suas funções gerais; e, conseqüentemente, que não há qualquer governo na Igreja independente do governo do Estado, senão que seus oficiais, suas leis e sua administração estão em tudo sujeitos ao governo civil.

2. Que todos os súditos do Estado são, *ipso facto*, membros da Igreja, com direito a todas as suas ordenanças.

3. Que os deveres e prerrogativas dos oficiais eclesiásticos incluem simplesmente as funções pedagógicas e administrativas em relação às ordenanças, e não incluem a disciplina, porquanto, segundo este ponto de vista, excluir uma pessoa das ordenanças religiosas é negar-lhe seus direitos civis como cidadão.

Em oposição a esta doutrina, nossa Confissão, nesta seção, ensina: —

1. Que nosso Senhor Jesus Cristo, como Rei medianeiro, instituiu um governo para sua Igreja; e —

2. Que tal governo eclesiástico é distinto, em todos os aspectos, do governo civil.

1. Cristo, o Deus-homem, como Rei medianeiro, pela instrumentalidade de seus apóstolos inspirados e seus escritos, instituiu um governo para sua Igreja; e por sua providência e seu Espírito ele continua graciosamente a administrá-la até ao fim dos tempos. Por isso a Igreja é um reino teocrático. Toda a autoridade e poder descem, e não sobem. Os pastores e presbíteros ensinam e governam no nome de Deus, e não do homem. É a comissão de Cristo, e não da Igreja, que o ministro deve guardar na memória e por sua autoridade agir. A Igreja simplesmente testifica da genuinidade dessa comissão e cuida para que ela seja fielmente desempenhada por aquele que recebeu a incumbência. Por isso todo o poder dos oficiais eclesiásticos, quer em sua capacidade individual quer coletiva, é ministerial e declarativo. Apenas definem o que Cristo ensinou, para levar esse ensinamento a todos os homens e executar as leis que ele promulgou e administrar as penalidades que ele designou, segundo sua vontade e em seu nome.

2. Este governo teocrático da Igreja, o qual Cristo estabeleceu, é inteiramente independente do governo civil. A muitos na Europa parecia impossível que dois governos independentes exercessem jurisdição ao mesmo tempo sobre os mesmos súditos sem constante colisão. Mas a experiência das corporações dissidentes e igrejas livres da Grã Bretanha, e de todas as igrejas da América, comprova sobejamente que não há risco de qualquer interferência quando ambos, Igreja e Estado, se confinam a suas respectivas esferas. As pessoas sujeitas à jurisdição do governo da Igreja são também sujeitas à jurisdição do governo do Estado; mas os fins, as leis, os métodos e as sanções de ambos são tão diferentes, que um nunca pode interferir com o outro mais do que os matizes da cor pode interferir com as vibrações do som.

Enquanto todos os cristãos, com a exceção dos erastianos, concordam com os dois princípios ensinados nesta seção, como é geralmente enfatizado, eles diferem muito quanto aos agentes humanos em quem Cristo depositou esse poder, e a quem ele usa como seus instrumentos na administração desse poder. Há duas teorias radicalmente diferentes sobre este tema: —

“2.1. A teoria romanista, a qual pressupõe que Cristo, os apóstolos e os crentes constituíam a Igreja enquanto nosso Salvador estava neste mundo, e que sua organização se destinava a ser perpétua. Após a ascensão de nosso Senhor, Pedro se fez seu vigário, e tomou seu lugar como a cabeça visível da Igreja. Essa primazia de Pedro, como o bispo universal, continua em seus sucessores, os bispos de Roma; e o apostolado é perpetuado na ordem dos preladados. Como na Igreja primitiva ninguém podia ser apóstolo se não estivesse sujeito a Cristo, assim agora ninguém pode ser prelado se não estiver sujeito ao papa. E como outrora ninguém podia ser cristão se não estivesse sujeito a Cristo e aos apóstolos, assim agora ninguém pode ser cristão se não estiver sujeito ao papa e aos preladados. Eis a teoria romanista da Igreja: um vigário de Cristo, um perpétuo colégio de apóstolos e o povo sujeito ao seu controle infalível.

2.2. A teoria prelacial pressupõe a perpetuidade do apostolado como o poder governante na Igreja, o qual, portanto, consiste daqueles que professam a verdadeira religião e se sujeitam aos bispos apostólicos. Essa é a forma da teoria esposada pela Igreja Anglicana ou Igreja Alta. A forma da teoria prelacial esposada pela Igreja Baixa ensina simplesmente que houve originalmente uma ordem tríplice no ministério, e que deve ser o mesmo agora. Mas não afirma que modo de organização é essencial.

2.3. A teoria independente ou congregacional inclui dois princípios: primeiro, que o poder governante e executivo, na Igreja, repousa na irmandade; e, segundo, que a organização eclesiástica é completa em cada assembléia cristã, que é independente das demais.

2.4. A quarta teoria é a presbiteriana ... Esta inclui a seguinte declaração afirmativa:

2.4.1. O povo tem direito a uma parte real no governo da Igreja.

2.4.2. Os presbíteros que labutam na palavra e na doutrina constituem os oficiais permanentes mais elevados da Igreja, e todos pertencem à mesma ordem.

2.4.3. A Igreja externa e visível é, ou seria, una, no sentido em que uma parte menor está sujeita a uma parte maior, e essa parte maior, ao todo. O que faz uma pessoa ser presbiteriana não é defender ela um destes princípios, e, sim, em defender todos eles.”*

Na verdade Cristo vestiu a Igreja de todo o poder eclesiástico, como um todo, sem excluir dela um membro sequer; mas não a Igreja como um populacho, e, sim, como um corpo organizado consistindo de membros, de seus presbíteros governantes e representativos e de ministros ou bispos. Os presbíteros ou bispos, ordenados pelos apóstolos, continuaram sempre na Igreja e foram designados para que perpetuassem como a mais elevada classe de oficiais na Igreja. 1 Tm 3.1; Ef 4.11,12. Todo o poder da Igreja está presente no elemento leigo e no elemento oficial, nos ministros juntamente com o povo.

“Os presbíteros governantes são adequadamente os *representantes do povo*, escolhidos pelo povo com o propósito de exercer o governo e a disciplina em consonância com os pastores ou ministros.”**

“Os poderes, portanto, exercidos por nossos presbíteros governantes são poderes que pertencem aos membros leigos da Igreja.” “São escolhidos pelos membros para agir em seu nome no governo da Igreja. Representante é alguém escolhido por outros para fazer em seu nome o que teria de fazer pessoalmente; ou,

* “O que é presbiterianismo?” Rev. C. Hodge, D.D. Veja-se Apêndice, No. I.

** “Forma de Governo”, cap. iii., § 2; cap. v.

antes, tem o direito de exercer os poderes que radicalmente é inerente àqueles por quem age. Os membros de uma Legislatura Estadual ou Congresso, por exemplo, só podem exercer aqueles poderes que são inerentes ao povo.”†

Seção II. – *A esses oficiais são confiadas as chaves do reino do céu. Em virtude disso eles têm, respectivamente, o poder de reter e remitir pecados; de fechar esse reino aos impenitentes, tanto por meio da Palavra quanto por meio das censuras; de abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.*²

Seção III. – *As censuras eclesiásticas são necessárias para apelar aos irmãos transgressores e reconquistá-los, para dissuadir outros de praticarem transgressões semelhantes; para purgar daquele fermento que poderia contaminar a massa inteira; para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do evangelho; e para evitar a ira de Deus, que poderia com justa razão cair sobre a Igreja, se ela permitisse que seu pacto e seus selos fossem profanados por transgressores notórios e obstinados.*³

Seção IV. – *Para a melhor obtenção desses fins, os oficiais da Igreja devem proceder, de acordo com a natureza do crime e do demérito da pessoa, seguindo esta ordem: admoestação, suspensão temporária do sacramento da Ceia do Senhor e excomunhão da Igreja.*⁴

² Mt 16.19; 18.17,18; Jo 20.21-23; 2 Co 2.6-8. ³ 1 Co 5; 1 Tm 5.20; Mt 7.6; 1 Tm 1.20; 1 Co 11.27-34; Jd 23. ⁴ 1 Ts 5.12; 2 Ts 3.14,15; 1 Co 5.4,5,13; Mt 18.17; Tt 3.10.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

† “O que é presbiterianismo?” Rev. C. Hodge, D.D. Veja-se Apêndice, No. 1.

1. Quanto à natureza e extensão do poder conferido à Igreja para admitir e excluir do aprisco, bem como para disciplinar seus membros.

2. Quanto aos fins dessa disciplina.

3. Quanto aos métodos através dos quais essa disciplina deve ser administrada.

1. Todo o poder da Igreja deve ser exercido de uma maneira ordeira através dos oficiais mencionados supra, livremente escolhidos pelos irmãos com esse propósito; e relaciona-se —

“1.1. A questões de doutrina. Ela tem o direito de apresentar uma pública declaração das verdades em que ela crê e as quais devem ser reconhecidas por todos quantos entram em sua comunhão. Ou seja, ela tem o direito de formular credos ou confissões de fé, como testemunho da verdade e seu protesto contra o erro. E visto que foi comissionada a ensinar a todas as nações, ela tem o direito de selecionar mestres, de julgar sua aptidão, de ordená-los e enviá-los para os campos, bem como de julgá-los e depô-los quando se revelarem infiéis.

1.2. A Igreja tem poder de formular normas para ordenar o culto público.

1.3. Ela tem poder para promulgar leis para seu próprio governo; assim como cada Igreja tem em seu livro de disciplina, constituição ou cânones etc.

1.4. Ela tem poder para receber à comunhão, bem como para excluir os indignos de sua própria comunhão.”*

Esse último poder é comumente denominado “o poder das chaves”; isto é, de abrir e fechar as portas da Igreja, de admitir ou excluir e de ratificar ordenanças. Mt 16.19. Diante de dois fatos inquestionáveis —

* “O que é presbiterianismo?” Rev. C. Hodge, D.D. Veja-se Apêndice, No. 1.

1.4.1. perdoar pecado é um atributo incommunicável de Deus e de Cristo;

1.4.2. Deus a nenhuma classe de homens deu a faculdade de discriminar, em termos absolutos, os bons dos maus — segue-se que o poder eclesiástico de abrir e fechar, de atar e desatar, expresso em Mt 16.19 e na segunda seção deste capítulo, é puramente ministerial e declarativo. As censuras eclesiásticas simplesmente declaram qual é, à luz de seu melhor conhecimento, na opinião dos oficiais da Igreja pronunciando-as, a mente e a vontade de Cristo no caso. E elas só têm efeito obrigatório direto no tocante à relação da pessoa censurada com a Igreja visível. Só podem ter efeito nas relações do censurado com Deus e com a Igreja até onde representam e fazem a vontade de Cristo quanto ao caso.

2. Os *fins* da disciplina eclesiástica declaram-se ser —

2.1. A pureza da Igreja e, conseqüentemente, a glória e a aprovação de Deus.

2.2. A recuperação do próprio irmão faltoso.

2.3. A função do exemplo de impedir que outros pequem de forma semelhante.

2.4. A manifestação da justiça e fidelidade ao princípio apresentado ao mundo fora.

3. Para melhor obtenção de todos esses fins, a que a disciplina se propõe, os oficiais eclesiásticos devem —

3.1. Proceder uma ordem regular para administrar a disciplina, usando, segundo seu caráter, antes de tudo, os meios de persuasão moral antes de um processo de exclusão sumária. O método próprio de processo, em todas as circunstâncias, é claramente expresso no “Livro de Disciplina”, o qual faz parte da Confissão de Fé de nossa Igreja.* Os estágios sucessivos de disciplina ali expressos são —

* A referência aqui feita é ao Livro de Disciplina da Igreja Presbiteriana da América.

3.1.1. admoestação privativa,

3.1.2. admoestação pública,

3.1.3. Suspensão,

3.1.4. Excomunhão.

3.2. A disciplina deve ser sábia e justamente proporcional “à natureza do crime e demérito da pessoa”.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o *primeiro* ponto envolvido na doutrina erastiana quanto à relação da Igreja com o Estado?
2. Qual é o *segundo* ponto envolvido?
3. Qual o *terceiro*?
4. Qual é o *primeiro* ponto em oposição a essa heresia ensinado na primeira seção deste capítulo?
5. Qual é o *segundo* ponto ali ensinado?
6. Qual é a fonte de todo o poder eclesiástico?
7. Qual, pois, é a natureza de todo o poder eclesiástico quando exercido por agentes humanos?
8. Qual tem sido a base da desconfiança com que os independentes, governo autônomo da Igreja, têm sido sempre considerados na Europa?
9. Como essa desconfiança se tem mostrado infundada?
10. Por que, e sobre que condições, não há risco de interferência entre as duas ordens de governo?
11. Que diferença de opinião tem prevalecido quanto aos agentes humanos a quem Cristo tem investido de poder?
12. Apresente os principais elementos da teoria romanista.
13. Apresente os principais elementos da teoria prelacial.
14. Faça o mesmo com respeito à teoria congregacional ou independente.

15. Faça o mesmo com respeito à teoria presbiteriana.
16. Quais são as duas ordens de oficiais eclesiásticos a quem foi confiado o governo eclesiástico?
17. Quem são os presbíteros ou bispos?
18. Qual é o caráter do ofício dos presbíteros regentes?
19. A quem representam e que partes exercem seus poderes inerentes através deles?
20. Quais são os três temas apresentados na segunda, terceira e quarta seções?
21. Como todo o poder eclesiástico deve ser exercido?
22. Qual é a *primeira* principal área do poder eclesiástico?
23. Qual é a *segunda* área?
24. Qual a *terceira*?
25. Qual a *quarta*?
26. O que é poder de disciplina?
27. O que se quer dizer com a expressão “ministerial e representativo”?
28. Prove que sua procedência.
29. Diga quais são os diversos fins a que se destina a disciplina eclesiástica.
30. Qual é a *primeira* coisa que se deve observar na verdadeira administração da disciplina?
31. Onde estão formuladas as normas que regulam a disciplina na Igreja Presbiteriana?
32. Qual é a *segunda* coisa que se deve observar?

CAPÍTULO XXXI

DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

Seção I. — Para que haja melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver aquelas assembléias comumente denominadas de sínodos e concílios.¹ Em virtude de seu ofício e do poder que Cristo lhes deu para edificação, e não para destruição, pertence aos pastores e aos outros presbíteros das igrejas locais, criar tais assembléias² e reunir-se nelas quantas vezes julgarem conveniente para o bem da Igreja.³

¹ At 15.2,4,6. ² At 15. ³ At 15.22,23,25.

EXPOSIÇÃO

Como vimos no último capítulo, todo o poder eclesiástico é comunicado por Cristo à Igreja como um todo — não como um populacho, mas como um corpo organizado. Como organizada, a Igreja consiste de presbíteros ou bispos e do povo, e o povo como representado por leigos ou presbíteros regentes. Isso necessariamente dá origem à sessão, ou presbitério paroquial, consistindo do bispo ou pastor e dos presbíteros regentes ou representantes do povo. Nesse corpo se comunica todo o poder eclesiástico de toda a congregação. Ele admite candidatos para ratificar ordenanças, exercer cuidado pastoral e disciplina sobre os membros, providencia instrução para o rebanho e regula o culto público.

Na Igreja Episcopal, esse poder governante cai sobre o pároco. Nas Igrejas Congregacionais, ele é exercido imediatamente por todo o corpo da irmandade pessoalmente. Na Igreja Presbiteriana, ele

cai sobre o pastor e o povo — o povo, contudo, agindo somente através de seus representantes permanentes, os presbíteros regentes.

Mas o terceiro grande princípio do presbiterianismo, como afirmado no capítulo precedente, consiste em que a Igreja de Cristo como um todo sobre a terra “é uma num sentido tal que uma parte menor se sujeita a uma parte maior; e uma parte maior, ao todo. Ela tem um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Os princípios do governo radicados nas Escrituras obrigam a Igreja inteira. Os termos de admissão e as bases legais de exclusão em toda parte são os mesmos. As mesmas qualificações devem ser em toda parte exigidas para a admissão ao ofício sacro, e as mesmas bases para a deposição. Cada pessoa que é devidamente recebida como membro de uma igreja local se torna membro da Igreja universal; cada um que é legalmente excluído de uma igreja local é excluído da Igreja inteira; cada um que é legalmente ordenado ministro de uma igreja local é ministro da Igreja universal; e quando legalmente deposto de uma igreja local, ele cessa de ser ministro da Igreja universal. Conseqüentemente, enquanto que cada igreja local tem direito de administrar suas próprias atividades e ministrar sua própria disciplina, ela não pode ser independente e irresponsável no exercício desse direito. Visto que seus membros são membros da Igreja universal, e aqueles a quem excomunga são, segundo a teoria bíblica, entregues a Satanás e eliminados da comunhão dos santos, os atos de uma igreja local se tornam os atos da Igreja inteira, e portanto o todo tem o direito de ver se esses atos estão sendo realizados segundo a lei de Cristo. Conseqüentemente, de um lado, o direito de apelação; e, do outro, o direito de revisão judicial e de controle.”*

O princípio contido na afirmação supra estava certamente em vigor na era apostólica, e foi praticamente reconhecido e praticado mais ou menos fielmente em todos os ramos da Igreja Cristã desde então.

* “O que é presbiterianismo?” Dr. C. Hodge. Veja-se Apêndice, No. 1.

“Ao surgir uma controvérsia na igreja de Antioquia concernente à lei mosaica, em vez de estabelecer-se entre eles um corpo independente, apresentaram o caso aos apóstolos e presbíteros de Jerusalém; e ali foi autoritativamente decidido (não só pelos apóstolos, mas ‘pelos apóstolos e presbíteros, com toda a igreja’, At 15.22) – não só por aquela igreja (de Antioquia), mas por todas as demais. Paulo, pois, em sua jornada missionária seguinte, quando ia passando pelas cidades, ‘lhes entregava’ e dizia: ‘para serem observadas as decisões que haviam sido tomadas pelos apóstolos e anciãos em Jerusalém’. At 16.4.”*

Dai, ao levar a cabo esses princípios, a constituição da Igreja Presbiteriana† provê para a ereção e operação de uma série regularmente graduada de concílios eclesiásticos.

1. Cada congregação local é governada, como já vimos, por uma Sessão, ou Presbitério Paroquial, consistindo de seu pastor e dos presbíteros regentes como os representantes do povo. Todo o poder governamental dessa igreja local repousa sobre essa Sessão, e todos os tribunais para a disciplina de qualquer um de seus membros devem originar-se ali. Suas decisões são finais com respeito às questões sujeitas à sua jurisdição, exceto quando, depois de haver regularmente feito subir na forma de apelo, forem revogadas por um tribunal superior.

2. Existe o Presbitério Clássico, que consiste de todos os pastores ou bispos e das cidades numa cidade ou vizinhança que porventura possa convenientemente reunir e unir o exercício do governo eclesiástico. As igrejas comparecem no Presbitério por meio de representantes das sessões das igrejas locais, cuidando para que o número de representantes leigos seja exatamente igual ao número de pastores; e esses representantes do povo, em todos os aspectos, exercem igual poder com os pastores. Todos os poderes dessas corporações recaem sobre elas como corporações, e

* “O que é presbiterianismo?” Dr. C. Hodge. Veja-se Apêndice, No. 1.

† Veja-se Livro I. do Governo.

não nos membros individualmente. Por mais que sejam competentes para decidirem ou executarem, isso só pode ser feito pelos membros conjuntamente durante a sessão, e de forma alguma por eles isoladamente, ou mesmo juntos em alguma outra conjuntura. Os ministros ordenados não são membros de igrejas locais, mas pertencem em primeira instância ao Presbitério. O Presbitério, portanto, na primeira instância, examina e decide sobre as qualificações dos candidatos e licenciados e os ordena; e no caso da disciplina de um ministro, o processo se origina no Presbitério, somente perante o qual o pastor é diretamente responsável. Um licenciado em sentido algum ou em qualquer grau é um ministro. Ele é simplesmente um leigo – isto é, um membro privativo de uma igreja local – tomado sobre o patrocínio de um Presbitério em caráter experimental, e como parte de suas provas ou testes lhe é temporariamente permitido pregar diante do povo, para que seja submetido ao critério final sobre suas qualificações e aceitabilidade como candidato ao ministério.

3. Sínodos são apenas grandes Presbitérios, consistindo de todos os Presbitérios da totalidade de uma região.

4. A Assembléia Geral de toda a Igreja, que, como todas as demais corporações, consiste de igual número de pastores e dos representantes do povo, necessariamente composto dos representantes dos Presbitérios componentes, em vez dos próprios Presbitérios em sua totalidade.

Em virtude do princípio de *apelação*, qualquer questão originada numa sessão eclesiástica, ou em algum outro tribunal subordinado, pode fazer subir em ordem, através de todos os recursos, à Assembléia Geral, cujas decisões, uma vez feitas, são finais.

Em virtude do princípio de *revisão e controle*, cada tribunal eclesiástico de cada grau acima de uma sessão eclesiástica tem o direito, e está sob obrigação, de rever “os registros dos processos da judicatura imediatamente inferior”; e naturalmente para avaliar os processos e assegurar sua correção quando se revelam errôneos. E cada tribunal, inclusive a sessão eclesiástica, é um corpo tan-

to executivo quanto judicial; e portanto possui direito inerente de supervisão e de controle governamental sobre todo o campo sujeito à sua jurisdição. Daí um tribunal superior, na ausência da adequada ação do tribunal inferior a que imediatamente compita o caso, para que instaure investigação e aplique imediata disciplina no caso de alguma pessoa que esteja dentro de seus limites legais.

Seção II. – *Aos sínodos e concílios compete decidir, ministerialmente, controvérsias quanto à fé e casos de consciência; estabelecer regras e disposições para a melhor ordem do culto público de Deus e governo de sua Igreja; receber queixas em casos de má administração e autoritativamente saná-las. Seus decretos e determinações, sendo consoantes com a Palavra de Deus, devem ser recebidos com reverência e submissão, não só pela harmonia com a Palavra, mas também pela autoridade sob a qual são feitos, como sendo uma ordenação de Deus, designada para isso em sua Palavra.*⁴

Seção III. – *Todos os sínodos ou concílios, desde os tempos apostólicos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; portanto, eles não devem constituir regra de fé ou prática, mas podem ser usados como coadjuvantes de ambas as coisas.*⁵

Seção IV. – *Os sínodos e concílios não devem controlar nem concluir coisa alguma senão aquilo que é de caráter eclesiástico; e não devem intervir nas questões civis, as quais têm a ver com o Estado, a não ser por humilde petição, em casos extraordinários, ou por conselhos, para satisfação da consciência, se o magistrado civil solicitar sua participação.*⁶

⁴ At 15.15,19,24,27-31; 16.4; Mt 18.17-20. ⁵ Ef 2.20; At 17.11; 1 Co 2.5; 2 Co 1.24. ⁶ Lc 12.13,14; Jo 18.36.

EXPOSIÇÃO

Estas seções expressam —

1. Os diferentes assuntos que são trazidos aos tribunais eclesiásticos para decisão.

2. As bases e as condições sob as quais suas decisões devem ser avaliadas quando exigir submissão, e a extensão a que tal submissão deve chegar.

1. *Negativamente.* Os sínodos e os concílios não têm o direito de interferir em qualquer questão atinente ao Estado; e não têm o direito de aconselhar ou tentar influenciar os oficiais do governo civil em sua atividade como tais, exceto

1.1. em casos extraordinários, em que os interesses da Igreja estejam em jogo, através de uma petição humilde, ou

1.2. através de conselhos para satisfação da consciência, caso seja solicitado pelo magistrado civil.

2. *Negativamente.* Os poderes dos sínodos e concílios são puramente ministeriais e declarativos; isto é, se relacionam simplesmente com a declaração e execução da vontade de Cristo. São, portanto, totalmente de caráter judicial e executivo, e em nenhum caso de caráter legislativo.

3. *Positivamente.* Compete aos sínodos e concílios, em ocasião própria,

3.1. Formular credos e confissões de fé, bem como adotar uma constituição para o governo da Igreja.

3.2. Decidir controvérsias particulares em torno da fé e casos de consciência.

3.3. Prescrever regulamentos para o culto público de Deus e para o governo da Igreja.

3.4. Acolher e examinar todos os casos de disciplina; e, no caso dos tribunais superiores, receber apelações e queixas em todas as áreas administrativas no caso de oficiais individuais ou tribunais subordinados, e autoritativamente determinar as mesmas.

4. *Positivamente.* Embora os tribunais eclesiásticos não tenham qualquer direito de intervir ou aconselhar em questões atinentes à jurisdição do magistrado civil, eles, em contrapartida, evidente-

mente possuem um direito inalienável de ensinar aos membros da Igreja seu dever relativo às autoridades civis, e de impor seu vigor como obrigação religiosa. “As autoridades que existem são ordenadas por Deus Por isso deveis sujeitar-vos a elas, não só por causa da ira, mas também em virtude da consciência.” Rm 13.1-7. Significa que a obediência às autoridades civis é um dever religioso, e deve ser ensinada e imposta pelos tribunais superiores aos membros da Igreja.

5. *Negativamente.* Todos os sínodos e concílios, desde os tempos apostólicos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; por isso não devem constituir regras de fé e prática, mas podem ser usados como coadjuvantes em ambas as coisas. Isto é, esses sínodos e concílios, consistindo de homens não inspirados, não têm qualquer poder de obrigar a consciência, e sua autoridade não pode excluir o direito, nem impor a obrigação, de juízo privativo. Se seus juízos forem improcedentes, não, porém, frontalmente contrários à vontade de Deus, o membro deve, particularmente, submeter-se por amor à paz. Se suas decisões forem virtualmente contrárias à Palavra de Deus, o membro deve, particularmente, desconsiderá-las e suportar a consequência.

6. *Positivamente.* Mas, em cada caso em que os decretos desses tribunais eclesiásticos forem consoantes à Palavra de Deus, devem ser recebidos por todos quantos se acham sujeitos à jurisdição do dito tribunal, não só porque concordam com a Palavra de Deus, mas também em virtude da autoridade procedente do próprio tribunal, como sendo um tribunal de Jesus Cristo, designado por ele, e portanto ministerialmente representando-o em todos os seus atos legais.

QUESTIONÁRIO

1. A quem Cristo investiu de todo poder eclesiástico?
2. Através de cuja agência o povo exerce seus poderes inerentes?
3. A que corporação isso necessariamente deu origem?

4. A quem o poder governante, em cada congregação, investe segundo o sistema episcopal?
5. A quem esse poder investe segundo o sistema congregacional?
6. A que corporação ele investe segundo os sistema presbiteriano?
7. Qual é o terceiro princípio fundamental do presbiterianismo, segundo a declaração feita no último capítulo?
8. Em que sentido deve a unidade da Igreja expressar-se em sua organização externa?
9. Por que cada parte menor da Igreja está sujeita à maior, e cada parte maior está sujeita ao todo?
10. Prove que esse princípio estava em vigor na era apostólica.
11. Prove que ele está, com mais ou menos consistência, em vigor em todas as igrejas.
12. Qual é o tribunal eclesiástico mais inferior segundo o sistema presbiteriano?
13. De que membros a Sessão Eclesiástica consiste, e quais são suas funções?
14. De que membros consiste um Presbitério Clássico, e quais são suas funções?
15. Em que sentido todos os poderes dos membros desses tribunais eclesiásticos se associam, e não de forma individual?
16. A que corporação um ministro imediatamente pertence, e qual é ele imediatamente responsável?
17. Que corporação, pois, julga e decide sobre as qualificações dos ministros e os admite ou os depõe de seu ofício?
18. Qual é a real posição dos licenciados?
19. Sob a jurisdição de qual corporação os licenciados se acham imediatamente como cristãos professos?
20. Quem compõe o Sínodo Regional e quais são suas funções?
21. Quem compõe a Assembléia Geral e quais são suas funções?
22. A que extensão pode o direito de apelação ser levado na Igreja Presbiteriana no presente?

23. Qual é o princípio de “revisão e controle” e como é ele praticamente levado a efeito pelos tribunais eclesiásticos?
24. Que temas são definidos na segunda, terceira e quarta seções deste capítulo?
25. Que direitos são *negados* aos sínodos e concílios com respeito a questões atinentes à jurisdição do magistrado civil?
26. Que exceções são feitas a essa proibição?
27. Que relações todos os tribunais eclesiásticos mantêm com Cristo e que funções especiais deve sua agência governamental confiar-se?
28. Apresente as diversas classes de questões que podem ser legalmente consideradas e determinadas pelos tribunais eclesiásticos.
29. Prove que é o dever dos tribunais eclesiásticos instruir os que se acham sob sua jurisdição com respeito aos deveres que os cristãos têm para com o magistrado civil, e impor por meios eclesiásticos apropriados sua devida obediência.
30. O que nossos Padrões ensinam com respeito à possibilidade de os tribunais eclesiásticos errarem?
31. Que consequência prática decorre necessariamente desse fato?
32. Qual é a verdadeira esfera de juízo privativo no caso?
33. O que deve o cristão fazer no caso de a decisão do concílio ser improcedente, mas não positivamente contrária à vontade revelada de Cristo?
34. O que ele deve fazer no caso de a decisão ser diretamente contrária à Palavra de Cristo?
35. Sobre que bases cada cristão deve submissão e obediência às decisões dos tribunais da casa de Deus que são consoantes com sua Palavra?

CAPÍTULO XXXII

DO ESTADO DOS HOMENS DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

Seção I. – Os corpos dos homens, após a morte, voltam ao pó e experimentam corrupção;¹ suas almas, porém (que nem morrem nem dormem), possuindo existência imortal, imediatamente voltam para Deus que as deu.² As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas em santidade, são recebidas no mais alto céu, onde vêem a face de Deus em luz e glória, aguardando a plena redenção de seus corpos;³ e as almas dos réprobos são lançadas no inferno, onde permanecem em tormentos e completa escuridão, reservadas para o juízo do grande dia.⁴ Além desses dois lugares para as almas separadas de seus corpos, a Escritura desconhece qualquer outro.

¹ Gn 3.19; At 13.36. ² Lc 23.43; Ec 12.7. ³ Hb 12.23; 2 Co 5.1,6,8; Fp 1.23; At 3.21; Ef 4.10. ⁴ Lc 16.23,24; At 1.25; Jd 6,7; 1 Pe 3.19.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que o homem consiste de dois elementos distintos — uma alma e um corpo; e que a morte consiste em sua separação temporária.

2. Que, enquanto o corpo se decompõe em seus elementos químicos de que se constitui, a alma do crente é

2.1. Imediatamente aperfeiçoada em santidade;

2.2. Ao longo de todo o estado intermediário, da morte à ressurreição, ela continua consciente, ativa e feliz; e

2.3. Está na presença de Cristo, o qual, após sua ascensão, assentou-se à destra de Deus.

3. Que as almas dos réprobos também continuam, durante esse estado intermediário, conscientes e ativas, mas num estado de tormenta penal, reservadas para o juízo do grande dia.

4. Essas condições, ainda que não finais, são irreversíveis — isto é, das que estão com Cristo, nenhuma jamais se perderá; e das que estão em tormentos, nenhuma jamais se salvará.

5. As Escrituras não oferecem qualquer base para a doutrina romanista de que há outros lugares ou condições ocupadas pelos mortos além dos dois supra mencionados.

1. A dualidade da natureza humana, consistindo de dois elementos separáveis — uma alma e um corpo —, possuindo atributos e existência distintas e independentes, é considerada axiomática e constantemente implícita na linguagem da Escritura. E assim Deus fez o corpo do pó da terra, e soprou nele o fôlego de vida; “e assim o homem tornou-se alma vivente”. Gn 2.7. Cristo nos adverte a “temer aqueles que matam o corpo, mas não podem matar a alma”. Mt 10.28. E a morte é definida em Eclesiastes 12.7 como a dissolução da união pessoal desses dois elementos; porque “e o pó volte à terra como o era, e o espírito volte a Deus que o deu”. De modo semelhante Paulo (2 Co 5.8; Fp 1.22-24) o define em termos de separação, um estar com Cristo, um cessar de habitar na carne, um estar ausente do corpo quanto à consciência pessoal da alma.

2. Sabemos que quando a alma deixa o corpo, este se decompõe em seus elementos químicos originais, os quais gradualmente se incorporam nos fluxos sempre móveis da matéria na superfície da terra. As Escrituras, contudo, nos ensinam que, a despeito desse fluxo de suas matérias constituintes, a real identidade de nossos corpos é preservada; e que, como membros de Cristo, tudo o que

é essencial a eles será finalmente preservado e conduzido a uma gloriosa ressurreição.

Quanto à condição e locação das almas dos homens durante o intervalo que decorre entre a morte de cada indivíduo e a ressurreição geral e simultânea dos corpos de todos, o que as Escrituras nos ensinam pode ser sumariado nos seguintes tópicos: —

i. As almas de ambos, crentes e réprobos, após a morte, continuam conscientes e ativas, ainda que permaneçam, até à ressurreição, separadas de seus corpos.

ii. As almas dos crentes, na morte, são aperfeiçoadas em santidade.

iii. As almas dos crentes, assim aperfeiçoadas, são imediatamente introduzidas à presença de Cristo, e continuam a desfrutar das radiantes revelações de Deus e da sociedade dos santos anjos.

iv. As almas dos réprobos são imediatamente introduzidas no lugar preparado para o diabo e seus anjos, e continuam em miséria irremediável.

v. Esse estado de ambas as classes não admite qualquer mudança ou transferência; ao contrário, sua presente condição é o começo de uma inevitável progressão em sentido contrário. Não obstante, ele é intermediário no sentido em que

a. As pessoas dos homens continuam incompletas enquanto suas almas e seus corpos se acham separados.

b. Nem a redenção dos salvos nem a perdição dos perdidos terão, contudo, atingido seu estágio final.

c. Possivelmente, no caso dos últimos, e mui provavelmente, no caso dos redimidos, as situações em que estão atualmente não sejam as mesmas em que deverão viver permanentemente após receber o galardão final.

vi. Quanto à localização do mundo em que as almas dos réprobos sofrem, as Escrituras não apresentam qualquer vestígio. Em

Judas, versículo 6, nos é dito: “Os anjos que não guardaram seu primeiro estado, mas abandonaram sua própria habitação, ele os tem reservado em algemas eternas, em trevas, para o juízo do grande dia.” Em Mateus 25.41, o Juiz, no último dia, dirá aos que estiverem à sua esquerda: “Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos.” O homem rico, “estando em tormentos, do inferno ergueu seus olhos”, enquanto seus irmãos ainda viviam neste mundo. Lucas 16.23. Mas onde tais localidades se situam, e se tal lugar de tormento, agora, é idêntico ao lugar de tormento após o juízo final, ninguém pode dizer, porquanto Deus não no-lo revelou. Naturalmente que os termos “subir” ou “descer”, “embaixo” ou “em cima”, aplicados a esta questão, não passam de meras metáforas, e não podem indicar em termos absolutos a direção quando dirigidos indistintamente aos habitantes de uma esfera revolvante e alternante.

vii. Quanto à localidade do mundo onde os redimidos se acham agora reunidos, não há absolutamente nada revelado, exceto que ela se acha onde está a humanidade glorificada de Cristo. Estão *com ele*, e contemplam sua glória. 2 Co 5.1-8. Vejam-se, também, todas as cenas descerradas no livro de Apocalipse. E Cristo, em sua ascensão, assentou-se “à destra de Deus”, “à mão direita da Majestade nas alturas”. Mc 16.19; Rm 8.34; Hb 1.3; 10.12 etc. Tal deve ser uma localidade, porque, sendo a humanidade de Cristo finita, sua presença delimita um espaço definido; contudo a expressão, “à destra de Deus”, evidentemente pressupõe antes a condição de honra e poder a que Cristo se acha elevado como Rei medianoiro. Quanto à localização do mundo em que Cristo e sua esposa glorificada manterão seu lar central por toda a eternidade, uma forte probabilidade surge nas entrelinhas de que será nossa Terra atual, primeiramente queimada com fogo, e a seguir gloriosamente restaurada. Vejam-se Rm 8.19-23; 2 Pe 3.5-13; Ap 21.1.

A prova das principais proposições supra delineadas – a saber, que o estado intermediário das almas consiste em atividade consciente, os redimidos vivendo em perfeita santidade e felizes com

Cristo, e os réprobos vivendo com o diabo e seus anjos, em tormento, e que essas condições são eternamente irreversíveis — podem ser melhor apresentadas mais coletivamente do que distributivamente. Podemos delineá-las assim: O reaparecimento de Samuel num estado de consciência, no uso de todas as suas faculdades, atendendo o chamado de Saul através da pitonisa de Endor (1 Sm 28.7-20); o aparecimento de Moisés e Elias quando Cristo se transfigurou no monte (Mt 17.3); a mensagem de Cristo dirigida ao ladrão na cruz — “*Hoje estarás comigo no paraíso*” (Lc 23.43); a parábola do rico e Lázaro (Lc 16.23,24) — Lázaro está consciente e ativo no seio de Abraão — o rico está em consciente tormento no inferno (hades), enquanto seus irmãos ainda vivem na carne. No momento da morte, diz-se que Estêvão (At 7.55-59), estando cheio do Espírito Santo, viu os céus abertos e Jesus Cristo em pé à destra de Deus; e ao vê-lo, ele clamou: “Senhor Jesus, recebe meu espírito”, e então morreu.

Em 2 Coríntios 5.1-8, Paulo declara que estar “presente no corpo” é estar “ausente do Senhor”; e estar “ausente do corpo” é para o crente estar “presente com o Senhor”. Por isso ele diz (Fp 1.21-24) que, para ele, “morrer é lucro”, e que estava “em aperto, tendo desejo de partir e estar com Cristo, porque isso é ainda muito melhor; todavia, por causa de vós, julgo mais necessário permanecer na carne.” Em 1 Tessalonicenses 5.10, Paulo declara que o sono da morte é um “viver com Cristo”. Em Efésios 3.15, afirma-se que a Igreja é uma só família, da qual uma parte está presente no céu e a outra ainda se encontra na terra. Em Hebreus 6.12-20, declara-se que Abraão (e outros santos antigos) “pela fé e paciência herdaram as promessas”; promessas essas, sabemos nós, eram em seu genuíno sentido espirituais e celestiais. Em Atos 1.25, diz-se que Judas foi “para seu próprio lugar”. Em Judas 6 e 7, diz-se dos anjos perdidos que são “mantidos em algemas eternas, em trevas, para o juízo do grande dia, sofrendo a vingança do fogo eterno”. Em Hebreus 12.23, os espíritos dos justos são representados como que “aperfeiçoados” e felizes com os anjos celestiais. Em Apocalipse 6.9-11, as almas dos mártires são representadas como que estando

debaixo do altar celestial, suplicando pelo castigo de seus perseguidores sobre a terra, que, naturalmente, seria *antes* da ressurreição. Em Apocalipse 5.9; 14.1,3, as almas dos crentes são representadas como que vivendo agora com Cristo e com os santos anjos.

3. Nossos Padrões declaram que não há qualquer fundamento na Escritura para a doutrina romanista quanto ao estado intermediário dos mortos. Os romanistas sustentam que o Hades ou mundo inferior inclui diversas regiões distintas, a que se destinam diferentes classes de almas humanas:

3.1. As almas das crianças não batizadas vão para "*Limbus Infantum*", onde permanecem sem sofrimento, contudo sem a visão de Deus.

3.2. Os crentes do Velho Testamento foram reunidos no "*Limbus Patrum*", onde, sem sofrimento, contudo sem desfrutar da visão de Deus, permaneceram como "espíritos em prisão" até que Cristo, durante os três dias em que permaneceu sob o poder da morte, fosse e os libertasse. 1 Pe 3.19,20.

3.3. Todos os adultos não batizados, bem como aqueles que subseqüentemente perderam a graça do batismo e morrem sem se reconciliarem com a Igreja, vão imediatamente para o inferno permanente.

3.4. Todos os cristãos que têm atingido o estado de perfeição cristã vão para o céu.

3.5. A grande massa de cristãos parcialmente santificados, morrendo em comunhão com a Igreja, embaraçados pelas imperfeições, vão para o purgatório. (Cat. Rom., pt. I., cap. vi.)

Concernente ao purgatório, o Concílio de Trento ensina —

a. Que há um fogo purificador pelo qual os cristãos imperfeitos devem passar.

b. Que as almas no purgatório podem ser beneficiadas pelas orações e missas oferecidas em seu favor na terra. (Counc. Trent, sess. xxv.)

Esta doutrina é falsa, porque —

3.5.1. Não é ensinada em parte alguma da Escritura.

3.5.2. É contrária ao ensino da Escritura quanto ao estado intermediário, como supra demonstrado.

3.5.3. Repousa sobre princípios anticristãos quanto à eficácia da expiação de Cristo, quanto à eficácia da expiação do pecado e da purificação da alma do sofrimento temporário, quanto ao sacrifício da missa e quanto às orações pelos mortos etc.

Seção II. — No último dia, os que se encontrarem ainda vivos não morrerão, mas serão transformados;⁵ e todos os mortos ressuscitarão com seus mesmos corpos, e não outros, ainda que com propriedades diferentes, os quais se unirão novamente às suas almas, para sempre.⁶

Seção III. — Os corpos dos injustos, pelo poder de Cristo, ressuscitarão para desonra; os corpos dos justos, pelo seu Espírito, ressuscitarão para honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso de Cristo.⁷

⁵ 1 Ts 4.17; 1 Co 15.51,52. ⁶ Jó 19.26,27; 1 Co 15.42-44. ⁷ At 24.15; Jo 5.28,29; 1 Co 15.43; Fp 3.21.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que no último dia haverá uma ressurreição simultânea de todos os mortos, tanto justos quanto injustos.

2. Que aqueles que então permanecerem vivos na terra não morrerão, mas serão transformados.

3. Que os mesmos corpos que são sepultados na terra ressuscitarão e se reunirão a suas almas, sua identidade será preservada, ainda que suas propriedades sejam transformadas.

4. Que os corpos dos crentes serão feitos semelhantes ao corpo glorioso de Cristo — “um corpo espiritual”.

5. Que os corpos dos réprobos ressuscitarão para desonra.

1. No último dia haverá uma ressurreição simultânea de todos os mortos, tanto justos quanto injustos. “E muitos dos que dormem no pó da terra ressurreição, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e desprezo eternos.” Dn 12.2. “Não vos admireis disso, porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida, e os que tiverem feito o mal, para a ressurreição do juízo.” Jo 5.28,29. As duas classes deverão ser julgadas simultaneamente, imediatamente após sua ressurreição, à segunda vinda do Senhor. As ovelhas serão postas de pé à direita, e os cabritos à esquerda. “E estes irão para o castigo eterno, mas os justos para a vida eterna.” Mt 25.31-46; Rm 2.6-16; 2 Ts 1.6-10; Ap 20.11-15.

2. Os que estiverem vivos e permanecerem até à vinda do Senhor, não precederão aos que dormem. “Dizemo-vos, pois, isto, pela palavra do Senhor: que nós, os que ficarmos vivos para a vinda do Senhor, de modo algum precederemos os que dormem. Porque o Senhor mesmo descera do céu com grande brado, à voz do arcanjo, ao som da trombeta de Deus, e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles, nas nuvens, ao encontro do Senhor nos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor.” 1 Ts 4.15-17. “Eis aqui vos digo um mistério: nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados, num momento, num abrir e fechar de olhos, ao som da última trombeta; porque a trombeta soará, e os mortos serão ressuscitados incorruptíveis, e nós seremos transformados.” 1 Co 15.51,52.

3. Os mesmos corpos que são sepultados na terra ressuscitarão e se reunirão às suas almas – sua identidade será preservada, ainda que suas propriedades sejam transformadas. Isso é explicitamente declarado na Escritura: “Que transformará nosso corpo de humilhação.” Fp 3.21. “O corruptível se revestirá de incorrupção.” 1 Co 15.53,54. “Todos os que estão nos sepulcros ouvirão sua voz,

e sairão.” Jo 5.28. “Assim também aos que dormem ... E os que morreram em Cristo ressuscitarão.” 1 Ts 4.13-17. Nossos corpos já são membros de Cristo, e ressuscitarão de maneira análoga à ressurreição dele, a qual muito bem sabemos que manteve seu corpo idêntico pelos ferimentos dos cravos e da lança. Foi visto e sentido durante quarenta dias para que este fato ficasse estabelecido. Lc 24.39; At 1.3; 1 Co 15.4.

Muitas mudanças se processam nos elementos e formas materiais do corpo humano entre o nascimento e a morte, e no entanto ninguém, nem sequer por um momento, duvida que o corpo permanece um e o mesmo a despeito de tudo. Não é difícil dar crédito na autoridade da Palavra de Deus no tocante ao fato de que, a despeito do lapso de tempo e de todas as transformações, quer materiais quer na forma, por que passa, o corpo da ressurreição será no mesmo sentido e no mesmo grau o mesmo corpo que morreu, assim como o corpo que morreu é o mesmo corpo que nasceu.

4. Indubitavelmente, tais transformações serão de grande proporção. O corpo do crente será “semelhante ao corpo glorioso de Cristo” Fp 3.21. O corpo humano agora é “um corpo animal” — infelizmente traduzido por “um corpo natural” (1 Co 15.44). Ele se acha ajustado às presentes necessidades humanas; ao presente estágio de desenvolvimento intelectual, moral, social e espiritual; e às presentes condições do mundo em que ele habita. Mas “carne e sangue” — ossos, músculos e nervos — “não podem herdar o reino de Deus; nem a corrupção herdar a incorrupção.” 1 Co 15.50. Por isso o presente corpo será “transformado” — não um novo corpo a substituir o velho, mas o velho transformado em novo corpo. Como a semente que dá origem a um novo organismo, assim o que é corruptível dará origem ao que é incorruptível; pois, “como há corpo animal, assim também há corpo espiritual”. O corpo espiritual ainda será material e idêntico ao corpo que uma vez foi animal; mas ele se ajustará às novas necessidades de “os espíritos dos justos aperfeiçoados”; ao seu novo estágio de desenvolvimento intelectual e espiritual; às suas relações sociais; e às condições físicas dos “novos céus e nova terra, onde habitará justiça”. 2 Pe 3.12,13.

5. Os corpos dos réprobos ressuscitarão para desonra. “Todos os que se acham nos sepulcros ouvirão sua voz, e sairão os que tiverem feito o mal, para a ressurreição da condenação.” Jo 5.28,29.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira seção?
2. Qual é a *segunda* proposição ensinada ali?
3. Qual a *terceira*?
4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Prove que as Escrituras têm a dualidade da natureza humana como uma questão axiomática.
7. Como elas definem morte?
8. Em que se transforma o corpo após a morte?
9. O que as Escrituras revelam sobre o tema?
10. Que grande mudança se operará nas almas dos crentes imediatamente após sua morte?
11. Em que estado as almas dos crentes e réprobos continuarão entre a morte e a ressurreição?
12. O que se nos ensina quanto ao lugar para o qual os crentes vão imediatamente após a morte?
13. O que se nos ensina quanto ao lugar em que os réprobos serão introduzidos após a morte?
14. As condições de ambas essas classes se reverterão ou se inter-cambiarão?
15. Em que aspecto esses estados não serão finais, mas intermediários?
16. Apresente a prova dada na Escritura de que as almas dos crentes estão conscientes, ativas, felizes e com Cristo, entre a morte e a ressurreição.
17. Apresente a prova de que as almas dos réprobos estão conscientes, ativas, em tormento e com os demônios no inferno, imediatamente após a morte.

18. O que as Escrituras ensinam quanto à localização absoluta do lugar de sofrimento?
19. O que se deve entender pelas palavras “para cima” e “para baixo”, “debaixo” e “em cima” nesta relação?
20. O que elas ensinam quanto à presente localização em que Cristo e os mortos bem-aventurados se reúnem?
21. O que elas ensinam quanto à localidade futura desse cenário de bênção? Apresente as passagens que se relacionam com o tema.
22. O que a Igreja Romana ensina quanto ao *Limbus Patrum* e o *Limbus Infantum*?
23. Segundo seu ensino, quem irá imediatamente para o inferno, e quem irá imediatamente para o céu?
24. O que ela ensina sobre o purgatório?
25. Apresente as razões que reprovam sua doutrina sobre este tema.
26. Qual é a *primeira* proposição ensinada nestas seções sobre este tema?
27. Qual é a *segunda* proposição ensinada nas seções ii. e iii.?
28. Qual é a *terceira* proposição ensinada ali?
29. Qual a *quarta*?
30. Qual a *quinta*?
31. Prove à luz da Escritura que a ressurreição dos justos e dos injustos será simultânea.
32. Prove que os que se acharem vivos por ocasião da segunda vinda de Cristo não morrerão, mas serão “transformados”.
33. Prove à luz da Escritura que o mesmo corpo que é sepultado ressuscitará.
34. Prove que Cristo ressuscitou com o mesmo corpo.
35. Prove que as mudanças quanto à forma e quanto aos elementos materiais do corpo não prejudicarão sua real identidade.
36. Qual será a natureza do corpo ressurreto?
37. Prove que ele será semelhante ao corpo glorificado de Cristo.

- 38.** O que é implícito pelos termos “corpo natural” e “corpo espiritual”?
- 39.** Prove que os corpos dos réprobos ressuscitarão para desonra.

CAPÍTULO XXXIII

DO JUÍZO FINAL

Seção I. – Deus determinou um dia em que, com justiça, julgará o mundo por meio de Jesus Cristo,¹ a quem foram dados pelo Pai todo poder e todo juízo.² Naquele dia, não só os anjos apóstatas serão julgados,³ mas também todas as pessoas que tiverem vivido na terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de prestarem conta de seus pensamentos, palavras e feitos, e receberem o galardão de acordo com o que tiverem feito no corpo, seja o bem, seja o mal.⁴

Seção II. – O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é a manifestação da glória de sua mercê na salvação eterna dos eleitos, e sua justiça na condenação dos réprobos, que são perversos e desobedientes. Os justos irão, então, para a vida eterna, e receberão aquela plenitude de alegria e refrigério que emanará da presença do Senhor; mas os perversos, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos tormentos eternos e serão punidos com eterna destruição procedente da presença do Senhor e da glória de seu poder.⁵

¹ At 17.31. ² Jo 5.22,27. ³ 1 Co 6.3; Jd 6; 2 Pe 2.4. ⁴ 2 Co 5.10; Ec 12.14; Rm 2.16; 14.10,12; Mt 12.36,37. ⁵ Mt 25.31-46; Rm 2.5,6; 9.22,23; Mt 25.21; At 3.19; 2 Ts 1.7-10.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que Deus determinou um dia de juízo geral.
2. Que ele confiou esse juízo às mãos do Deus-homem em seu caráter de Mediador.
3. Que as pessoas a serem julgadas incluem os anjos apóstatas e toda a raça humana, tanto os bons quanto os maus.
4. Que tais pessoas serão julgadas no tocante aos seus pensamentos, palavras e feitos.
5. Que o grande fim que Deus teve em vista na determinação desse dia é a manifestação de sua gloriosa justiça na condenação dos réprobos, bem como de sua gloriosa graça na glorificação dos crentes.
6. Que os justos serão galardoados com a admissão à presença do Senhor, a qual será conscientemente desfrutada por eles num estado de infindável santidade, felicidade e honra.
7. Que os réprobos serão recompensados com o lugar onde o diabo e seus anjos vivem, terão que suportar um tormento e humilhação conscientes por toda a incessante eternidade.

1. É inerente ao ditame da razão e consciência naturais que de alguma forma, formal ou informalmente, individual ou coletivamente, Deus convocará todos os súditos de seu governo moral para um acerto de contas relativo ao seu caráter e ações. É óbvio – como o autor do Salmo 23 o declara, e como muitas outras almas em perplexidade têm ponderado – que a justiça não é aplicada aos homens neste mundo. Tudo isso pressupõe a probabilidade de que Deus, num tempo futuro, ajuste as balanças desajustadas e convoque todos os homens a um estrito acerto de contas. Tal pressuposto da razão e da consciência é confirmado e declarado ser um fato na Palavra de Deus; e a afirmação adicional é comunicada de que esse juízo dos homens e anjos será geral e simultâneo, e será conduzido a um dia futuro, definido e predestinado. “Mas Deus, não levando em conta os tempos da ignorância, manda agora que todos os homens em todo lugar se arre-

pendam; porquanto determinou um dia em que com justiça há de julgar o mundo, por meio do varão que para isso ordenou; e disso tem dado certeza a todos, ressuscitando-o dentre os mortos.” At 17.30,31; Rm 2.16; Mt 25.31-46.

2. O Juiz, naquela grande ocasião, não será Deus considerado em termos absolutos, mas o Deus-homem em seu ofício de Rei medianeiro. Não se diz ser todo o juízo inerentemente seu, mas *confiado* a ele pelo Pai. Jo 5.22,27. Como Juiz é ele chamado “o Filho do homem” e “o homem ordenado por Deus”. Mt 25.31,32; At 17.31. Ele conduz o juízo como “o Rei”, e como a Cabeça de seus membros que têm vivido na terra. “Porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me acolhestes. E responder-lhes-á o Rei: Em verdade vos digo que, sempre que o fizestes a um desses meus irmãos, mesmo dos mais pequeninos, a mim o fizestes.” Mt 25.35,40. E assim, como Rei medianeiro, ele consumará sua obra na destruição de seus inimigos, na redenção completa de seus amigos e na “restauração de todas as coisas”. 2 Ts 1.7-10; Ap 1.7; At 3.21.

3. Os sujeitos do juízo incluirão a raça humana inteira, de cada geração, de cada indivíduo comparecendo imediatamente após a ressurreição, na completude de sua pessoa reintegrada, alma e corpo. Todas as gerações dos mortos ressuscitarão e então os vivos serão “transformados”. “Diante dele se reunirão todas as nações.” “Nem todos dormirão, mas todos serão transformados; a trombeta soar e os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e seremos transformados.” “Todos nós compareceremos ante o tribunal de Cristo, para que cada um receba o que fez por meio do corpo, segundo o que praticou, o bem ou o mal.” “E eu vi os mortos, pequenos e grandes, diante de Deus. E o mar deu os mortos que nele havia; e a morte e o inferno [hades] entregaram os mortos que neles estavam; e foram julgados, cada um segundo suas obras.” Mt 25.31-46; 1 Co 15.51,52; 2 Co 5.10; 1 Ts 4.16; Ap 20.11-15. Todos os anjos maus se apresentarão também nesse juízo. “Os anjos que não guardaram seu primeiro estado ... reservados em algemas eternas,

em trevas, para o juízo do grande dia.” Jd 6; 2 Pe 2.4. Os anjos bons serão incluídos nele como ministros assistentes. Mt 13.41,42; 2 Ts 1.7,8.

4. O juízo não terá por base as aparências, nem o testemunho, nem algum conhecimento parcial dos fatos, nem as bases técnicas da lei, nem as ações específicas dissociadas do estado do coração e dos motivos que as inspiraram. Os pagãos que pecaram sem a lei “serão julgados sem a lei”; isto é, sem a lei supernaturalmente revelada, mas pela lei escrita em seus corações, a qual se fez lei para eles. Lc 12.47,48; Rm 2.12-15. Os judeus que “pecaram sob a lei serão julgados pela lei”. Rm 2.12. Cada pessoa que tenha vivido sob a dispensação do evangelho será julgada pelo evangelho. Hb 2.2,3; 10.28,29. Somos informados de que o juízo não terá por base a aparência (Jo 7.24); portanto, “nada julgueis antes do tempo, até que venha o Senhor, o qual não só trará à luz as coisas ocultas das trevas, mas também manifestará os desígnios dos corações; e então cada um receberá de Deus seu louvor.” 1 Co 4.5; Ec 12.14. “Nada há encoberto que não haja de ser revelado; nem oculto, que não haja de ser conhecido. Portanto, tudo quanto tiverdes falado nas trevas será ouvido à plena luz; e o que tiverdes falado ao ouvido em secreto será proclamado do eirado.” Lc 8.17; 11.2,3; Mc 4.22. Isso se fará para que a justiça de Deus se manifeste na condenação de seus inimigos, e sua gloriosa graça na santificação de seu povo.

Os santos não serão absolvidos no dia do juízo com base em seus próprios feitos bons, mas porque seus nomes se acham “escritos no livro da vida”, ou o livro do amor eletivo de Deus, e com base em sua participação na justiça de Cristo. Seus feitos bons serão citados publicamente como evidência de sua união com Cristo. Sua união com Cristo é a base de sua justificação. Sua fé é o instrumento de sua união com Cristo; e sua fé, como o apóstolo Tiago afirma, se manifesta através de suas obras. Fp 4.3; Ap 3.5; 13.8; 20.12,15.

5. O grande fim que Deus tem em vista nesse público desvendar dos segredos e na manifestação do caráter em conexão com sua disposição final em relação às suas criaturas consiste, naturalmente, na manifestação de suas próprias excelências gloriosas como Governante moral e Redentor. Os redimidos são para sempre “vasos de misericórdia”, preparados de antemão, a fim de que neles sejam “conhecidas as riquezas de sua glória”. E os réprobos serão igualmente exibidos, mas como “vasos da ira”, a fim de que a justa ira divina “faça conhecido seu poder”. Rm 9.22,23. Já ficou provado, no capítulo iv., § 1, que o fim principal de Deus, na criação original, era a manifestação de suas próprias e gloriosas perfeições. Se esse foi seu fim na criação original, naturalmente que deverá ser também em cada passo subsequente como sua consequência.

6. Imediatamente ao término do juízo, os justos, sendo honrosamente absolvidos, serão galardoados com a admissão à presença do Senhor, com quem continuarão sempre num estado de consciência e exaltada felicidade, excelência e honra, ao longo de uma eternidade absolutamente infundável. Do bem-aventurado estado dos santos, as Escrituras ensinam —

6.1. Sua bem-aventurança emana de sua perfeita isenção do pecado e de estarem eles com Deus e com Cristo, bem como de participarem eles da glória de Cristo como co-herdeiros com ele. Jo 17.24; Rm 8.17; 1 Ts 4.17; Ap 21.3.

6.2. Viverão perfeitamente livres de todo e qualquer gênero de mal (Cl 1.12) e serão envolvidos em toda forma de bem-aventurança num grau inconcebivelmente incomensurável (1 Co 2.9) e exaltados em toda bondade (Cl 1.12).

6.3. Sua bem-aventurança durará por uma eternidade absolutamente infundável. Ela é chamada “vida eterna”, “salvação eterna”, “reino eterno” e uma “herança eterna”. Mt 19.16,29; 25.46; Rm 2.7; 2 Co 4.17; Hb 5.9; 2 Pe 1.11; 1 Pe 1.4; Hb 9.15.

À luz de passagens tais como Rm 8.19-23; 2 Pe 3.5-13, e Ap 21.1, não parece ser improvável que, depois da grande conflagração da terra e de todos quantos habitam sua superfície, o que as Escrituras revelam acompanhará o juízo, este mundo será reconstituído, e como “novo céu” e “nova terra” será gloriosamente adaptado para ser a residência permanente de Cristo e sua Igreja.

7. Os réprobos serão imediatamente lançados no lugar preparado para o diabo e seus anjos (Mt 25.41); e ali continuarão sofrendo consciente tormento e aviltamento por toda uma eternidade absolutamente infundável.

Os termos mais fortes que a língua grega oferece são empregados no Novo Testamento para expressar a infundável duração dos tormentos penais dos perdidos. As mesmas palavras (*αἰών, αἰώνιος, αἰδιος*) são usadas para expressar a eterna existência de Deus (1 Tm 1.17; Rm 1.20; 16,26), de Cristo (Ap 1.18) e do Espírito Santo (Hb 9.14), bem como a infundável duração da felicidade dos santos (Jo 6.58; Mt 19.29; 25.46 etc., etc.) e a infundável duração dos sofrimentos dos perdidos. Mt 25.46; Jd 6. Além disso, sua condição é constantemente expressa por tais termos como o “fogo que nunca se apagará”, “fogo inextinguível”, “o verme que nunca morre”, “poço sem fundo”, a necessidade de pagar “o último centavo”, “a fumaça de seu tormento sobe pelos séculos dos séculos”. Lc 3.17; Mc 9.45,46; Ap 9.1; Mt 5.26; Ap 14.10,11. Acerca do pecado imperdoável, Cristo diz que jamais será perdoado, “nem neste mundo nem no mundo por vir”. Mt 12.32.

Toda a Igreja Cristã, Grega, Romana, Luterana e Reformada tem concordado em sustentar esta verdade de que os sofrimentos penais dos perdidos são de duração eterna. Certos indivíduos e sociedades heréticos, contudo, têm negado e posto em seu lugar uma ou outra das seguintes hipóteses: —

7.1. Que a “segunda morte” expressa em Apocalipse 20.14, à qual os perversos se sujeitarão após sua condenação no juízo, en-

volve a destruição total e absoluta de seu ser – ou seja, aniquilação. As Escrituras, porém, falam sempre e de forma consistente do futuro dos perdidos como um estado de sofrimento consciente de duração eterna. O “verme que nunca morre”, “fogo eterno”, fogo inextinguível”, choro e ranger de dentes”, “a fumaça de seu tormento sobre pelos séculos dos séculos, e não têm descanso nem de dia nem de noite”.

7.2. As demais hipóteses pressupõem que, mais cedo ou mais tarde, Deus garantirá o arrependimento e conseqüente reforma e restauração de todos os pecadores, ainda do próprio diabo. Isso será o resultado ou da eficácia expiatória e purificadora de delongado sofrimento, ainda que temporário, ou através de outras influências morais que Deus lhes fará sobrevir no outro mundo. Mas é preciso lembrar —

7.2.1. Que o sofrimento de *per si*, embora possa expiar a culpa, não tende a purificar a alma da corrupção ou gerar vida espiritual.

7.2.2. A expiação de Cristo e o poder santificante de seu Espírito são os únicos meios designados para conduzir os homens ao arrependimento, e deveras os meios mais elevados possíveis a tal fim. No caso dos réprobos, eles foram finalmente rejeitados, e portanto “já não resta mais sacrifício pelos pecados, mas uma expectação terrível de juízo, e um ardor de fogo que há de devorar os adversários”. Hb 10.26,27.

7.2.3. Não há na Escritura o menor traço de tal restauração final, nem do designio dela, nem de seus meios ou de seus resultados. Ao contrário disso, como já vimos, as Escrituras positivamente afirmam que o reverso é precisamente a verdade.

Seção III. – Assim como Cristo, para refrear todos os homens do pecado e para maior consolação dos santos em sua adversidade,⁶ quer que vivamos plenamente persuadidos de que haverá um dia de juízo, também quer que esse dia seja conhecido dos homens, para que lancem fora toda segurança carnal e sejam sempre vigilantes, porquanto não sabem a que hora virá o Se-

nhor, e estejam continuamente preparados a dizer: Vem, Senhor Jesus, vem depressa! Amém.⁷

⁶ 2 Pe 3.11,14; 2 Co 5.10,11; 2 Ts 1.5-7; Lc 21.27,28; Rm 8.23-25.⁷ Mt 24.36,42-44; Mc 13.35-37; Lc 12.35,36; Ap 22.20.

EXPOSIÇÃO

Estas seções ensinam: —

1. Que Deus tornou o fato absolutamente certo de que haverá um juízo futuro, a fim de que tal conhecimento aja em todos os homens como um saudável motivo de refreá-los do pecado; e, ao mesmo tempo, para que o mesmo seja um meio de consolar os santos em meio às suas adversidades. Com respeito ao *primeiro* objetivo, Paulo diz: “Porque é necessário que todos nós sejamos manifestos diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba o que fez por meio do corpo, segundo o que praticou, o bem ou o mal. Portanto, conhecendo o temor do Senhor, procuramos persuadir os homens.” 2 Co 5.10,11. E Pedro diz: “Ora, uma vez que todas essas coisas hão de ser assim dissolvidas, que pessoas não deveis ser em santidade e piedade, aguardando, e desejando ardentemente a vinda do dia de Deus, em que os céus em fogo se dissolverão, e os elementos, ardendo, se fundirão!” 2 Pe 3.11,12. Com referência ao *segundo* objetivo, Paulo diz: “Se de fato é justo diante de Deus que ele dê em paga tribulação aos que vos atribulam, e a vós, que sois atribulados, alívio juntamente conosco, quando do céu se manifestar o Senhor Jesus com os anjos de seu poder em chama de fogo.” 2 Ts 1.6,7.

2. Que, em contrapartida, Deus nos deixou em absoluta incerteza com respeito ao tempo em que esse grande evento ocorrerá, com o fim de prevenir contra a segurança carnal e manter seu povo sempre alerta e constantemente preparado. Que o tempo é intencionalmente deixado abscôndito é expressa e reiteradamente afirmado na Escritura: “Daquele dia e hora, porém, ninguém sabe, nem os anjos do céu, nem o Filho do homem, senão só o Pai.” Mt 24.36. “Estai vós também apercebidos; porque, numa hora em que não

penseis, virá o Filho do homem.” Lc 12.40. “Respondeu-lhes: A vós não vos compete saber os tempos ou as épocas, que o Pai reservou à sua própria autoridade.” At 1.7. “O dia do Senhor virá como um ladrão à noite.” 1 Ts 5.2; 2 Pe 3.10. “Eis que venho como ladrão. Bem-aventurado aquele que vigia e guarda suas vestes, para que não ande nu, e não se veja sua nudez.” Ap 16.15.

O efeito proposto da atitude de incerteza acerca do tempo do segundo advento e juízo geral, sobre os santos, é para que o considerem sempre como se fosse imediatamente ocorrer; para que o vislumbrem com solene temor, ainda que com plena confiança; e portanto, à vista dele, sejam incitados a cumprir seus deveres e a buscar a santidade, bem como ser consolados na aflição. Fp 3.20; Cl 3.4,5; Tg 5.7. É seu dever também *amar, vigiar, aguardar e apressar* a vinda de nosso Senhor. Lc 12.35-37; 1 Co 1.7,8; 1 Ts 1.9,10; 2 Tm 4.8; 2 Pe 3.12; Ap 22.20.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a *primeira* proposição ensinada na primeira e segunda seções deste capítulo?
2. Qual é a *segunda* proposição ensinada aí?
3. Qual é a *terceira* proposição ensinada aí?
4. Qual a *quarta*?
5. Qual a *quinta*?
6. Qual a *sexta*?
7. Qual a *sétima*?
8. Mostre que a razão e a consciência nos levam a participar de um juízo futuro como sumamente provável.
9. Prove à luz da Escritura que Deus determinou um dia fixo para o juízo geral dos homens e dos anjos.
10. Quem deverá ser o Juiz, e em que caráter?
11. Comprove a resposta supra.
12. Quem deverão ser os sujeitos do juízo?

13. Comprove sua resposta.
14. Como os anjos bons deverão ser envolvidos na transação?
15. Por qual lei deverão os homens ser julgados?
16. Por quanto tempo a investigação e o juízo daquele dia se estenderão?
17. Comprove sua resposta.
18. Sobre que base os santos serão absolvidos?
19. O que é o “livro da vida”?
20. Qual é o grande fim que Deus tem em vista em seu tratamento com os réprobos e em seu tratamento com seus santos?
21. Comprove sua resposta.
22. Para onde os justos deverão ir imediatamente após o juízo?
23. Prove que estarão para sempre com Cristo.
24. Qual será o caráter e o grau de sua bem-aventurança?
25. Prove que ela durará para sempre.
26. Em que lugar é provável que Cristo e seu povo estejam finalmente?
27. Prove que imediatamente após o juízo os réprobos irão para o lugar preparado para o diabo e seus anjos.
28. Prove que as mesmas palavras usadas para expressar a continuação dos sofrimentos conscientes dos perdidos são também usadas para expressar a eternidade de Deus e a felicidade perene dos santos.
29. Apresente outra prova bíblica de que a condição dos perdidos será aquela de sofrimento e aviltamento conscientes por uma eternidade absolutamente infundável.
30. Como esta doutrina tem sido geralmente mantida na Igreja?
31. Apresente a hipótese contrária da aniquilação.
32. Argumente contra ela.
33. Apresente a hipótese contrária da restituição.
34. Argumente contra ela.

- 35.** Com que propósito Deus fez conhecido o fato indubitável de um juízo futuro?
- 36.** Exemplifique a veracidade de sua resposta com passagens bíblicas.
- 37.** Prove à luz da Escritura que o tempo do juízo futuro é intencionalmente deixado abscondito.
- 38.** Com que propósito são os homens deixados na incerteza quanto ao tempo?
- 39.** Como os crentes devem considerar aquele dia? Como é que sua constante pendência os afeta? E como devem visualizá-lo?

APÊNDICE

Número I

*O QUE É PRESBITERIANISMO?**

Escrito por Charles Hodge, D.D.

Irmãos,

Estamos reunidos esta noite como uma Sociedade Presbiteriana Histórica. Ocorreu-me que não seria inoportuno discorrer sobre esta pergunta: O Que É Presbiterianismo? Vocês não devem esperar de mim um discurso. Meu objetivo não visa a causar convicção ou persuasão, mas simplesmente fazer uma exposição. Proponho ocupar os momentos devotados a esta preleção na tentativa de apresentar os princípios daquele sistema de governo eclesiástico que nós, presbiterianos, defendemos como sendo o estabelecido na Palavra de Deus.

À parte do erastianismo que ensina que a Igreja não passa de uma forma do Estado, e do quaquerismo que não provê nada para a organização externa da Igreja, só há quatro teorias radicalmente diferentes sobre a questão do governo eclesiástico.

1. A teoria da Igreja Romana, a qual pressupõe que Cristo, os apóstolos e os crentes constituíam a Igreja enquanto nosso Salvador estava neste mundo, e que essa organização se destinou a ser perpétua. Após a ascensão de nosso Senhor, Pedro tornou-se seu

* Mensagem enunciada diante da Sociedade Presbiteriana Histórica em Filadélfia.

vigário, e assumiu seu lugar como a cabeça visível da Igreja. Essa primazia de Pedro como bispo universal é contínua em seus sucessores, os bispos de Roma; e o apostolado é perpetuado na ordem dos prelados. Como na Igreja primitiva ninguém podia ser apóstolo senão aquele que se sujeitasse a Cristo, também agora ninguém pode ser prelado senão aquele que se sujeitar ao papa; e como outrora ninguém podia ser cristão senão aquele que se sujeitasse a Cristo e aos apóstolos, também agora ninguém pode ser cristão senão aquele que se sujeita ao papa e aos prelados. Eis a teoria romanista sobre a Igreja: um vigário de Cristo, um perpétuo colégio de apóstolos e um povo sujeito ao seu infalível controle.

2. A teoria prelacial pressupõe a perpetuidade do apostolado como o poder governante na Igreja; o qual, pois, consiste daqueles que professam a verdadeira religião e se sujeitam aos bispos-apóstolos. Essa é a forma anglicana ou Alta Igreja desta teoria. Em sua forma na Baixa Igreja a teoria prelacial simplesmente ensina que houve originalmente uma tríplice ordem de ministério, e o mesmo deve ainda ser a de hoje; mas não afirma que modo de organização é essencial.

3. A teoria independente ou congregacional inclui dois princípios: primeiro, que o poder governante e executivo na Igreja se radica na irmandade; e, segundo, que a organização eclesiástica é completa em cada assembléia adoradora, a qual é independente das demais.

4. A quarta teoria é a presbiteriana, que é nossa presente tarefa de demonstrar. As três grandes negações do presbiterianismo — isto é, os três grandes erros que ele nega — são:

4.1. Que todo o poder eclesiástico está no clero;

4.2. Que o ofício apostólico é perpétuo;

4.3. Que cada congregação individualmente é independente. A declaração afirmativa desses princípios é:

4.3.1. Que o povo tem direito a uma parte substancial no governo da Igreja;

4.3.2. Que os presbíteros, que laboram na palavra e na doutrina, são os mais proeminentes oficiais permanentes da Igreja, e todos pertencem à mesma ordem;

4.3.3. Que a Igreja externa e visível é, ou deve ser, no mesmo sentido que uma parte menor está sujeita a uma maior, e a maior está sujeita ao todo. Não é defendendo um desses princípios que faz um homem presbítero, mas sua defesa de todos eles.

I. O primeiro desses princípios se relaciona com o poder e os direitos do poder. Quanto à natureza do poder eclesiástico, deve ter-se em mente que a Igreja é uma teocracia. Jesus é a Cabeça; todo poder se deriva dele; sua Palavra é nossa constituição escrita. Todo o poder eclesiástico, portanto, é propriamente dito ministerial e administrativo. Tudo deve ser feito no nome de Cristo e em consonância com suas diretrizes. A Igreja, portanto, é uma sociedade que tem governo próprio, distinta do Estado, tendo seus oficiais e suas leis, e portanto um governo administrativo propriamente seu. O poder da Igreja se relaciona —

1. Com questões doutrinárias. Tem o direito de apresentar uma pública declaração das verdades em que ela crê, verdades essas que devem ser reconhecidas por todos quantos vêm para sua comunhão; isto é, ela tem o direito de formular credos e confissões de fé, como testemunho seu da verdade que professa e como protesto seu contra o erro. E visto que ela foi comissionada para ensinar a todas as nações, então tem o direito de selecionar mestres, de julgar sua aptidão, de ordená-los e enviá-los aos campos e de alijá-los e depô-los quando se revelarem infieis.

2. A Igreja tem poder de exarar normas para o culto público.

3. Ela tem poder de formular normas para seu próprio governo, tais como cada igreja tem seu livro de disciplina, constituição ou cânones etc.

4. Ela tem poder de receber à comunhão, bem como excluir de sua própria sociedade os que se mostram indignos.

Ora, a pergunta é: onde reside tal poder? Como os romanistas e os prelaciais afirmam, pertence exclusivamente ao clero? Têm eles o direito de determinar à Igreja o que ela deve crer, o que deve professar, o que deve fazer e a quem deve receber como membros e a quem deve rejeitar? Ou esse poder repousa sobre a própria Igreja? – isto é, na totalidade do corpo dos fiéis? Esta, perceber-se-á, é uma questão radical – questão esta que toca a essência das coisas e determina o destino dos homens. Se todo o poder eclesiástico reside no clero, então o povo está praticamente obrigado a uma obediência passiva em todas as questões de fé e prática, pois todo direito de juízo privativo é então negado. Se ele reside em toda a Igreja, então o povo tem direito a uma parte substancial nas decisões de todas as questões relativas a doutrina, culto, ordem e disciplina. A reivindicação pública desse direito do povo, ao tempo da Reforma, excitou toda a Europa. Foi como uma trombeta apocalíptica – isto é, uma trombeta da revelação, *tuba per sepulchra sonans* – chamando as almas dos mortos à vida; despertando-as para a consciência do poder e do direito – do poder comunicando direito e impondo a obrigação de reivindicá-lo e de exercê-lo. Esse foi o fim da tirania eclesiástica em todos os países realmente protestantes. Foi o fim da teoria de que o povo era obrigado a uma submissão passiva em questões de fé e prática. Era libertação aos cativos; a abertura da prisão àqueles que jaziam presos; a introdução do povo de Deus naquela liberdade para a qual Cristo os fez livres. Eis a razão por que a liberdade civil segue a liberdade religiosa. A teoria de que todo o poder eclesiástico reside numa hierarquia divinamente constituída gera a teoria de que todo o poder civil reveste de autoridade divina aos reis e nobres; e a teoria de que o poder eclesiástico reside na própria Igreja, e que todos os oficiais eclesiásticos são servos da Igreja, necessariamente gera a teoria de que o poder civil reside no povo, e que os magistrados civis são servos do povo. Essas teorias foram reunidas por Deus, e ninguém as pode separar. Foi, pois, por um instinto infalível que o desafortunado Carlos da Inglaterra disse: “Nenhum bispo, nenhum rei”; pelo quê ele quis dizer que, se não há poder despótico na

Igreja, não pode haver poder despótico no Estado; ou se há liberdade na Igreja, haverá liberdade no Estado.

Esse grande princípio protestante e presbiteriano, porém, não é apenas um princípio de liberdade, é também um princípio de ordem —

1. Porque esse poder do povo está sujeito à autoridade infalível da Palavra; e,

2. Porque o exercício dele está nas mãos dos oficiais devidamente constituídos.

O presbiterianismo não dissolve os laços da autoridade nem transforma a Igreja num populacho. Embora libertada da autoridade autocrática da hierarquia, ela permanece sob a lei de Cristo. Restringe-se ao exercício de seu poder pela Palavra de Deus, a qual subjuga a razão, o coração e a consciência. Apenas cessamos de ser servos dos homens para sermos servos de Deus. Somos soerguidos a uma esfera mais proeminente, onde a perfeita liberdade se funde numa sujeição absoluta. Visto que a Igreja é a agregação dos crentes, há uma íntima analogia entre a experiência do indivíduo crente e da Igreja como um todo. O crente cessa de ser servo do pecado para tornar-se servo da justiça; ele é redimido da sujeição à lei para tornar-se servo de Cristo. De modo que a Igreja é libertada de uma autoridade ilegítima, não para viver sem lei, mas para sujeitar-se a uma autoridade legítima e divina. Os reformadores, pois, como instrumentos nas mãos de Deus, ao libertar a Igreja da escravidão dos prelados, não a transformou numa multidão tumultuosa, na qual cada um fosse sua própria lei, livre para crer e livre para fazer o que bem lhe agradasse. A Igreja, em todo o exercício de seu poder, em referência tanto à doutrina quanto à disciplina, age sob a lei de Deus escrita conforme registrada em sua Palavra.

Mas, além disso, o poder da Igreja não é apenas assim limitado e guiado pelas Escrituras, senão que o exercício dele está nas mãos de oficiais legítimos. A Igreja não é uma ampla democracia, na qual tudo é decidido pela voz popular. “Deus não é o autor de

confusão, mas da paz” [isto é, da ordem], “como em todas as igrejas dos santos.” A Confissão Westminster, pois, expressando o sentimento comum dos presbiterianos, diz: “O Senhor Jesus Cristo, como Rei e Cabeça de sua Igreja, por isso instituiu um governo na mão dos oficiais eclesiásticos, distinto do magistrado civil.” A doutrina de que todo o poder civil está em última hipótese no povo não é inconsistente com a doutrina de que esse poder está nas mãos de oficiais legítimos – o legislativo, o judiciário e o executivo – para ser exercido por eles em consonância com a lei. Nem é ele inconsistente com a doutrina de que a autoridade do magistrado civil é *jure divino*. E assim a doutrina de que o poder eclesiástico está na própria Igreja não é inconsistente com a doutrina de que há uma classe de oficiais divinamente instituída através de quem esse poder deve ser exercido. E assim se faz evidente que o princípio da liberdade e o princípio da ordem estão em perfeita harmonia. Ao negar que todo o poder eclesiástico está exclusivamente no clero, em relação a quem o povo nada tem a fazer senão crer e obedecer, e ao afirmar que ele está na própria Igreja, ao mesmo tempo em que assevera o grande princípio da liberdade cristã, defendemos um princípio não de somenos importância da ordem evangélica.

Não se faz necessário ocupar seu tempo em citar as Confissões Reformadas ou exemplos de escritores presbiterianos, de que o princípio que acaba de ser apresentado é um dos princípios radicais de nosso sistema. Basta chamar a atenção para o reconhecimento dele envolvido no ofício do presbítero regente.

Declara-se que os presbíteros regentes são os representantes do povo. São eleitos pelo povo para agir em seu nome no governo da Igreja. As funções desses presbíteros, pois, determinam o poder do povo; pois um representante é alguém escolhido por outros para fazer em seu nome aquilo que têm autoridade de fazer em suas próprias pessoas; ou, antes, para exercer os poderes que são radicalmente inerentes naqueles por quem o representante age. Os membros de uma Legislatura do Estado ou do Congresso, por exemplo, só podem exercer aqueles poderes que são inerentes no povo.

Os poderes, pois, exercidos por nossos presbíteros regentes são poderes que pertencem aos membros leigos da Igreja. Quais, pois, são os poderes de nossos presbíteros regentes?

1. Quanto às questões doutrinárias e do grande ofício pedagógico, eles têm igual voz com os ministros na formação e na adoção de todos os símbolos de fé. Segundo o presbiterianismo, não é da competência dos ministros elaborar e estabelecer autoritativamente um credo para ser adotado pela Igreja, e fazer dele uma condição de comunhão ministerial ou cristã sem o consenso do povo. Tais credos professam expressar a mente da Igreja. Os ministros, porém, não são a Igreja, e portanto não podem declarar a fé da Igreja sem a cooperação da própria Igreja. Tais confissões, ao tempo da Reforma, procediam de toda a Igreja; e todas as confissões ora em vigor, nos diferentes ramos da grande família presbiteriana, foram adotadas pelo povo, através de seus representantes, como a expressão de sua fé. E assim também, na seleção de pregadores da Palavra – ao julgar de sua aptidão para o sacro ofício, ao decidir se devem ou não ser ordenados, ao julgá-los quando contaminados por heresia, o povo tem, de fato, igual voz com os ministros.*

* Este ponto é abordado por extenso por Turretin, em seu capítulo intitulado: *De Jure Vocationis*. Ele prova que o direito de chamar e designar ministros pertence à Igreja toda: – “1. Quia data est ecclesiis potestas clavium.” (Ele cita Tostatus, que, diz ele, o prova por diversos argumentos, “Claves datas esse toti ecclesiae, atque adeo jus illarum exercendarum ad eam primario et radicaliter pertinere, ad alios vero tantum secundario et participative.”) “2. Idem probatur ex jure ministerii, quod ecclesiae competit. 3. Ex jure superioritatis. Quia auctoritas et jus actionis ad superiorem, non ad inferiorem pertinet. At ecclesia est superior pastoribus, non pastores ecclesiae. 4. Ex probatione doctorum. Quia ad illum pertinet jus vocandi, cujus est discernere doctores a seductoribus, probare sanam doctrinam, vocem Christi a voce pseudapostolorum distinguere, alienum non sequi, anathematizare eos qui aliud evangelium praedicant. 5. Ex praxi apostolorum. 6. Ex ecclesia primitiva.”

Gerhard, o grande teólogo luterano do século dezessete, ensina a mesma doutrina, *Tomus* xii. P. 85: – “Cuicumque claves regni coelorum ab ipso Christo sunt traditae, penes eum est jus vocandi ecclesiae ministros. Atqui toti ecclesiae traditae sunt a Christo claves regni coelorum. Ergo penes totam ecclesiam est jus vocandi ministros. Propositio confirmata ex definitione clavium regni

2. A mesma coisa procede quanto a *jus liturgicum* da Igreja, como é chamado. Os ministros não podem elaborar um ritual, ou liturgia, ou diretório para o culto público, e impor seu uso ao povo ao qual pregam. Todos esses regulamentos só entram em vigor quando o próprio povo, em conjunção com seus ministros, os declara adequados para sanção e adoção.

3. E assim também, ao elaborar uma constituição, ou ao preparar normas de procedimento, ou elaborar cânones, o povo não dá seu mero e passivo assentimento, mas coopera ativamente. Ele tem, em todas essas questões, a mesma autoridade que os ministros.

4. E, finalmente, no exercício do poder das chaves, ao abrir e fechar a porta da comunhão com a Igreja, o povo tem voz decisiva. Em todos os casos de disciplina o povo é chamado para julgar e decidir.

Não pode haver dúvida, pois, de que os presbiterianos levam a sério o princípio de que o poder eclesiástico reside na própria Igreja, e que o povo tem direito a uma parte substancial em sua disciplina e governo. Noutras palavras, não cremos que todo o poder reside nos ministros, e que o povo só tem que ouvir e obedecer.

* Continuação

coelorum. Per claves enim potestas ecclesiastica intelligitur, cujus pars est jus vocandi et constituendi ecclesiae ministros." Ele cita Agostinho, lib. I., *De Doctrina Christ.* Cap. xviii.: – "Has claves dedit ecclesiae suae, ut quae soveret in terra, soluta essent in coelo, et quae ligaret in terra, ligata essent in coelo."

No *Smalcald Articles* é dito: – "Ad haec necesse est fateri, quod claves non ad personam unius cert hominis, sed ad ecclesiam pertineant, ut multa clarissima et firmissima argumenta testantur. Nam Christus de clavibus dicens, Mt 18 addit, 'Ubicumque duo vel tres consenserint super terram' etc. Tribuit igitur principaliter claves ecclesiae, ut immediate; sicut et ob eam causam ecclesia principaliter habet jus vocationis." – *Hase, Libri Symbokici*, p. 345.

"Ubicumque est ecclesia, ibi est jus administrandi evangelii. Quare necesse est, ecclesiam retinere jus vocandi et ordinandi ministros. Et hoc jus est donum proprie datum ecclesiae, quod nulla humana auctoritas ecclesia cripere potest." – *Ibid.*, p. 353.

Entretanto, tal princípio é bíblico? É uma questão de concessão e cortesia, ou é uma questão de direito divino? Nosso ofício de presbítero regente é apenas fruto da experiência, ou é um elemento essencial de nosso sistema, oriundo da própria natureza da Igreja como constituída por Deus, e portanto de autoridade divina?

1. Em último recurso, esta é, afinal, apenas uma questão se os ministros são a Igreja ou se o povo é a Igreja. Se, como Luiz XIV disse da França, “Eu sou o Estado”, os ministros podem dizer: “Nós somos a Igreja”, então todo o poder eclesiástico reside neles, como todo o poder civil residia na monarquia francesa. Se o povo, porém, é o Estado, então o poder civil reside nele; e se o povo é a Igreja, então o poder reside no povo. Se os ministros são sacerdotes e mediadores, os canais de todas as comunicações divinas e o único meio de acesso a Deus, então todo o poder está em suas mãos; mas se os crentes são sacerdotes e reis, então eles têm algo mais do que uma submissão meramente passiva. A idéia de os ministros serem a Igreja, para a consciência dos cristãos, é algo tão odioso que nenhuma definição de Igreja para os primeiros quinze séculos depois de Cristo nunca era delineada sem que o clero fosse mencionado. Diz-se que isso foi feito primeiro por Canisius e Belarmino.* Os romanistas definem a Igreja como “Aqueles que professam a verdadeira religião e estão sujeitos ao papa”. Os anglicanos a definem como “Aqueles que professam a verdadeira religião e estão sujeitos aos prelados”. A Confissão Westminster define a Igreja visível como “Aqueles que professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos”. Em cada símbolo protestante, luterano ou reformado, a Igreja é descrita como sendo a companhia dos fiéis. Ora, visto que uma definição é a afirmação dos atributos ou característicos essenciais de um assunto; e visto que, pelo consenso comum dos protestantes, a definição da Igreja é completa sem mesmo fazer menção do clero, ela consiste, evidentemente, na renúncia que o protestantismo — e, naturalmente, o

* Sherlock sobre “The Nature of the Church”, p. 36.

presbiterianismo — faz daquele princípio radical que mantém que todo o poder eclesiástico reside no clero. O primeiro argumento, pois, em apoio da doutrina de que o povo tem direito a uma parte substancial no governo da Igreja, se deriva do fato de que ele, de acordo com as Escrituras e de todas as confissões protestantes, constitui a Igreja.

2. Eis o segundo argumento: Todo o poder eclesiástico emana da habitação do Espírito; portanto, aqueles em quem o Espírito habita são a sede do poder eclesiástico. Mas o Espírito habita na Igreja toda; e por isso a Igreja toda é a sede do poder eclesiástico.

O primeiro membro deste silogismo não é contestado. A base sobre a qual os romanistas sustentam que o poder eclesiástico reside nos bispos, excluindo o povo, consiste em seu conceito de que o Espírito foi prometido e dado aos bispos como uma classe. Quando Cristo soprou em seus discípulos, dizendo: “Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; e àqueles a quem os retiverdes, são-lhes retidos.” E ao dizer: “A quem ligardes na terra será ligado no céu; e a quem desligardes na terra será desligado no céu”; ainda mais: “Aquele que vos ouvir, a mim me ouve”; e: “Eis que estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos” — ensinam que ele deu o Espírito Santo aos apóstolos e a seus sucessores no apostolado para que continuassem até ao final do mundo e para guiá-los ao conhecimento da verdade, bem como para constitui-los mestres e regentes autoritativos da Igreja. Se tal é verdade, então, naturalmente, todo o poder eclesiástico reside nesses bispos apostólicos. Em contrapartida, porém, se é verdade que o Espírito habita na Igreja toda; se ele guia o povo, da mesma forma que os ministros, no conhecimento da verdade; se ele anima a todo o corpo, e o faz o representante de Cristo neste mundo, então aquele que ouve à Igreja ouve a Cristo, de modo que, o que a Igreja ligar na terra é ligado no céu; então, indubitavelmente, o poder eclesiástico reside na própria Igreja, e não exclusivamente no clero.*

* “Certe ex pastorum superbia nata est haec tyrannis, ut quae ad communem totius ecclesiae statum pertinent, excluso populo, paucorum arbitrio, ne dicam libidini, subjecta sint.” *Calvino, sobre Atos 15.22.*

Se há algo claro à luz de todo o teor do Novo Testamento, e à luz de inumeráveis e explícitas declarações da Palavra de Deus, esse algo é a habitação do Espírito em todo o corpo de Cristo; que ele guia todo o seu povo ao conhecimento da verdade; que cada crente é instruído por Deus, e tem o testemunho dele mesmo, e não necessita de que alguém o ensine, senão que a unção que nele está o ensina todas as coisas. É, pois, o ensino da Igreja, e não do clero exclusivamente, que é ministerialmente o ensino do Espírito, e o juízo da Igreja que é o juízo do Espírito. É uma doutrina totalmente anticristã dizer que o Espírito de Deus reside no ministro só, e não no povo.

Quando a grande promessa do Espírito se cumpriu no dia de Pentecostes, ela se cumpriu não só em referência aos apóstolos; foi acerca de toda a assembléia que se disse: “Ficaram todos cheios do Espírito Santo, e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes permitia que falassem.” Paulo, ao escrever aos Romanos, diz: “Nós, embora muitos, somos um só corpo em Cristo, e individualmente membros uns dos outros. De modo que, tendo diferentes dons segundo a graça que nos foi dada, se é profecia, seja ela segundo a medida da fé; se é ministério, seja em ministrar; se é ensinar, haja dedicação ao ensino.” Aos Coríntios, ele diz: “A cada um é dada a manifestação do Espírito para proveito de todos. A um é dada pelo Espírito a palavra de sabedoria, a outro a palavra de conhecimento, pelo mesmo Espírito.” Aos Efésios, ele diz: “Há um só corpo, e um só Espírito; mas a cada um é dada a graça, segundo a medida do dom de Cristo.” Eis aqui a representação invariável da Escritura. O Espírito habita em toda a Igreja — anima, guia e instrui a todos. Se, pois, é verdade, como todos o admitem, que o poder eclesiástico flui do Espírito, e se manifesta mediante sua presença, então ele não pode pertencer exclusivamente ao clero.

3. O terceiro argumento sobre este tema deriva-se da comissão dada por Cristo à sua Igreja: “Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura; e eis que estou convosco até à consuma-

ção do mundo.” Essa comissão impõe certo dever, comunica certos poderes e inclui uma grande promessa. O dever é propagar o evangelho e mantê-lo em sua pureza por toda a terra; os poderes são aqueles requeridos pelo cumprimento desse objetivo — ou seja, o poder de pregar, de governar e de exercer disciplina; e a promessa é a certeza da perene presença e assistência de Cristo. Como nem o dever de divulgar o evangelho e de sustentar sua pureza, nem a promessa da presença de Cristo é peculiar aos apóstolos como uma classe, ou ao clero como um corpo, senão que tanto o dever quanto a promessa pertencem à Igreja como um todo, assim também necessariamente os poderes sobre cuja posse repousa a obrigação. O mandamento, “Ide, ensinai todas as nações”, “Ide, pregai o evangelho a toda criatura”, recai sobre a responsabilidade de toda a Igreja; ele provoca emoção em cada coração. Cada cristão sente que o mandamento é dirigido a um corpo do qual ele é membro, e que ele tem uma obrigação pessoal a cumprir. Essa comissão não foi dada só aos ministros; e portanto não é só a eles que os poderes que ele comunica pertencem.

4. O direito do povo a uma parte substancial no governo da Igreja é reconhecido e sancionado pelos apóstolos em quase toda forma concebível. Ao imaginar ser necessário completar o colégio apostólico, após a apostasia de Judas, Pedro, dirigindo-se aos discípulos — sendo seu número cerca de cento e vinte pessoas —, disse: “Irmãos, convinha que se cumprisse a escritura que o Espírito Santo predisse pela boca de Davi, acerca de Judas, que foi o guia daqueles que prenderam a Jesus; pois ele era contado entre nós e teve parte conosco neste ministério. É necessário, pois, que dos varões que conviveram conosco todo o tempo em que o Senhor Jesus andou entre nós, começando desde o batismo de João até o dia em que dentre nós foi levado para cima, um deles se torne testemunha conosco de sua ressurreição. E apresentaram dois: José, chamado Barsabás, que tinha por sobrenome o Justo, e Matias. E orando, disseram: Tu, Senhor, que conheces os corações de todos, mostra qual destes dois tens escolhido para tomar o lugar neste ministério e apostolado, do qual Judas se desviou para ir ao seu

próprio lugar. Então deitaram sortes a respeito deles e caiu a sorte sobre Matias, e por voto comum foi ele contado com os onze apóstolos.” E assim, nesse passo inicial tão importante, o povo teve voz decisiva. Também, quando se fez necessário constituir os diáconos, toda a multidão escolheu sete homens que deveriam ser investidos com o ofício. Quando suscitou-se a questão se a lei de Moisés continuava obrigatória, a decisão autoritativa veio de toda a Igreja. Diz o historiador sacro: “Então pareceu bem aos apóstolos e aos anciãos com toda a igreja escolher homens dentre eles e enviá-los a Antioquia com Paulo e Barnabé...” E escreveram cartas para eles nestes termos: “Os apóstolos e os anciãos, irmãos [*οἱ ἀπόστολοι καὶ οἱ πρεσβύτεροι καὶ οἱ ἀδελφοὶ*], aos irmãos dentre os gentios em Antioquia, na Síria e na Cilícia, saúde.” At 15.22,23. Os irmãos, pois, associaram-se aos ministros na decisão dessa grande questão doutrinal e prática. A maioria das epístolas apostólicas são endereçadas a igrejas – isto é, aos santos ou crentes de Corinto, Éfeso, Galácia e Filipos. Nessas epístolas, presume-se que o povo seja responsável pela ortodoxia de seus mestres e pela pureza dos membros da Igreja. Requer-se deles que não cressem em todos os espíritos, mas que provassem os espíritos – assentar em juízo sobre a questão se os que vinham a eles como mestres religiosos eram realmente enviados de Deus. Os gálatas são severamente censurados por dar ouvidos às falsas doutrinas, e são intimados a pronunciar “anátema” mesmo que fosse sobre um apóstolo, caso pregasse outro evangelho. Os coríntios são censurados por permitir que um homem incestuoso permanecesse em sua comunhão; são intimados a excomungá-lo e, subseqüentemente, caso se arrependesse, a restaurá-lo à sua comunhão. Esses, e outros casos do gênero, nada determinam quanto à maneira como o poder do povo era exercido; mas provam conclusivamente que tal poder existia. O mandamento de exercer-se vigilância sobre a ortodoxia dos ministros e a pureza dos membros da Igreja não era dirigido em termos exclusivos ao clero, mas a toda a Igreja. Cremos que, como na sinagoga, e em cada sociedade bem ordenada, os poderes inerentes na sociedade são exercidos através de órgãos

apropriados. Mas o fato de que tais ordens eram endereçadas ao povo, ou a toda a Igreja, comprova que eram responsáveis, e que tinham uma parte substancial no governo da Igreja. Seria absurdo que uma nação dirigisse queixas ou exortações ao povo da Rússia com respeito a negócios nacionais, visto não ter parte alguma naquele governo. Seria não menos absurdo advertir os católicos romanos como um corpo que governa a si mesmo. Mas tais advertências bem que podem ser dirigidas por pessoas de um de nossos Estados ao povo de outro, porque o povo tem poder, ainda que seja exercido através de órgãos legais. Portanto, embora as epístolas apostólicas não provem que as igrejas às quais eram dirigidas não tivessem oficiais regulares através de quem o poder da Igreja devesse ser exercido, provam sobejamente que tal poder residia no povo; que o povo tinha direito e era obrigado a tomar parte no governo da Igreja e na preservação de sua pureza.

Foi só gradualmente, no decurso dos séculos, que o poder então pertencente ao povo foi absorvido pelo clero. O progresso dessa absorção manteve em paz a corrupção da Igreja, até que toda a dominação da hierarquia foi finalmente estabelecida.

O primeiro grande princípio, pois, do presbiterianismo consiste na reafirmação da doutrina primitiva de que o poder eclesiástico pertence à Igreja como um todo; que esse poder é exercido através de oficiais legítimos; e, portanto, que o ofício de presbíteros regentes, como representantes do povo, não é uma questão de conveniência, e, sim, um elemento essencial de nosso sistema, oriundo da natureza da Igreja, e que repousa na autoridade de Cristo.

II. O segundo grande princípio do presbiterianismo consiste em que os presbíteros que ministram na palavra e na doutrina são os oficiais permanentes mais proeminentes da Igreja.

1. Nossa primeira observação sobre este tema é que o ministério é um ofício, não uma obra. Ofício é uma posição a que a pessoa dele incumbida deve ser designada e que implica certas prerrogativas em relação às quais é dever de quem se acha envolvido reco-

nhecer e submeter-se. Obra, por outro lado, é algo que qualquer pessoa que tem habilidade pode empreender. Essa é uma distinção óbvia. Nem toda pessoa que tem qualificações para ser governador de Estado tem o direito de agir como tal; antes tem que ser regularmente designada para a função. Portanto, nem todos os que têm qualificações para a obra do ministério podem assumir o ofício do ministério; antes têm que ser regularmente designados. Isso é óbvio —

1.1. À luz dos títulos atribuídos aos ministros nas Escrituras, os quais indicam posição oficial.

1.2. À luz do fato de suas qualificações serem especificadas na Palavra de Deus, e o modo prescrito de julgar essas qualificações.

1.3. À luz do mandamento expresso de indicar para o ofício, após detido exame, só quem for achado competente.

1.4. À luz do registro de tal designação na Palavra de Deus.

1.5. À luz da autoridade oficial atribuída a eles nas Escrituras, e a ordem de que tal autoridade deve ser devidamente reconhecida. Não carece que argumentemos além desse ponto, porquanto tal não é negado senão pelos quáqueres e uns poucos escritores tais como Neander, os quais ignoram toda distinção entre o clero e o laicato, exceto o que surge da diversidade dos dons.

2. Nossa segunda observação é que o ofício procede da designação divina, não simplesmente no sentido em que os poderes civis são ordenados por Deus, mas no sentido em que os ministros derivam de Cristo sua autoridade, e não do povo. Cristo não só ordenou que haveria tais ofícios em sua Igreja — ele não só especificou seus deveres e prerrogativas —, mas apresentou as qualificações requeridas, e chama os que são qualificados, e mediante esse chamado lhes confere sua autoridade oficial. A função da Igreja nas premissas não é conferir o ofício, mas assentar em juízo sobre a questão se o candidato é chamado por Deus; e se esse ponto é satisfeito, expressar seu juízo quanto à forma pública e solene prescrita na Escritura.

Que os ministros, portanto, derivam de Cristo sua autoridade, deduz-se não simplesmente do caráter teocrático da Igreja e da relação que Cristo, seu Rei, mantém com ela como a fonte de toda autoridade e poder, mas —

2.1. Do fato de que assevera-se expressamente que Cristo concedeu alguns apóstolos, alguns profetas, alguns evangelistas, alguns pastores e mestres para a edificação dos santos e para a obra do ministério. Ele, e não o povo, constituiu ou designou os apóstolos, profetas, pastores e mestres.

2.2. Os ministros são, portanto, chamados servos, mensageiros, embaixadores de Cristo. Falam em nome de Cristo e através de sua autoridade. São enviados por Cristo à Igreja para reprovar, repreender e exortar com toda longanimidade e doutrina. Na verdade são servos da Igreja, como trabalhadores em seu serviço e sujeitos à sua autoridade — servos em oposição a senhores, mas não no sentido de derivar da Igreja sua comissão e poderes.

2.3. Paulo exorta os presbíteros de Éfeso “atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual *o Espírito Santo* vos constituiu bispos”. A Arquipo, ele diz: “Atenta para o ministério que tens recebido do Senhor.” Era, pois, o Espírito Santo que designava esses presbíteros, e os constituía bispos.

2.4. Isso está contido em toda a doutrina da Igreja como o corpo de Cristo, no qual ele habita através de seu Espírito, concedendo a cada membro seus dons, qualificações e funções, distribuindo a cada um individualmente segundo seu beneplácito; e por meio desses dons, transformando um em apóstolo, outro em profeta, outro em mestre e outro em operador de milagres. É por isso que o apóstolo concilia a doutrina de que os ministros derivam de Cristo sua autoridade e poder, e não do povo, com a doutrina de que os poderes eclesiásticos residem, em última análise, na Igreja como um todo. Ele se refere à analogia entre o corpo humano e a Igreja como o corpo de Cristo. Como no corpo humano a alma reside não em alguma parte à exclusão do resto do corpo, e como a vida

e o poder pertencem a ele como um todo, ainda que uma parte seja olho, outra, ouvido e outra, mão; daí Cristo, através de seu Espírito, habita sua Igreja, e todo poder pertence à Igreja, embora seja o Espírito residente que dá a cada membro sua função e ofício. De sorte que os ministros são designados pela Igreja, não mais que os olhos pelas mãos e pés. Essa é a representação que pervade o Novo Testamento, e necessariamente pressupõe que os ministros da Igreja são os servos de Cristo, selecionados e designados por ele através do Espírito Santo.

3. A terceira observação se relaciona com as funções dos presbíteros [docentes].

3.1. Eles são incumbidos da pregação da Palavra e da administração dos sacramentos; são os órgãos da Igreja a executar a grande comissão de fazer discípulos dentre todas as nações, ensinando-os e batizando-os no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

3.2. São administradores na casa de Deus.

3.3. São investidos com o poder das chaves, abrindo e fechando a porta da Igreja.

São revestidos com todos esses poderes em virtude de seu ofício. Se porventura são enviados para onde a Igreja ainda não existe, eles os exercem na função de reunir e fundar igrejas. Se trabalham onde já existem igrejas estabelecidas, exercem esses poderes em planejar com outros presbíteros [docentes] e os representantes do povo. É importante notar essa distinção. As funções supra mencionadas pertencem ao ofício ministerial, e portanto a todo ministro. Quando sozinho, ele exerce suas funções sozinho, em reunir e organizar igrejas; mas uma vez reunidas, ele se associa com outros ministros e com os representantes do povo, e por isso não mais pode agir sozinho em questões de governo e disciplina. Vemos isso exemplificado na era apostólica. Os apóstolos e aqueles que haviam sido ordenados por eles agiam em virtude de seu ofício ministerial, fundando igrejas isoladamente, mas depois sempre em conexão com outros ministros e presbíteros [regentes]. Essa é, como

questão de fato, a teoria do ofício ministerial incluído em todo o sistema do presbiterianismo.

Que esse é o ponto de vista bíblico do ofício presbiterial, ou que os presbíteros [docentes] são investidos com os poderes supra referidos, é evidente —

1. À luz dos importantes títulos a eles conferidos na Palavra de Deus. São chamados mestres, administradores, pastores, despenseiros, bispos, edificadores, observadores, embaixadores, testemunhas.

2. À luz das qualificações requeridas para o exercício do ofício. Devem ser aptos para ensinar, bem instruídos, capazes de dividir corretamente a Palavra de Deus, sadios na fé, capazes de resistir os contraditores, capazes de governar suas próprias famílias; pois se alguém não consegue governar sua própria casa, como irá cuidar da Igreja de Deus? Devem possuir qualidades pessoais que lhes dêem autoridade. Não devem ser neófitos, mas sérios, sóbrios, temperantes, vigilantes, de boa conduta e de bom prestígio.

3. À luz das representações que seus deveres transmitem. Destinam-se a pregar a Palavra, apascentar o rebanho de Deus, guiá-lo como faz um pastor. São incumbidos da edificação dos santos; de vigiar pelas almas como alguém que tem que prestar contas por elas. Devem precaver-se de que a Igreja saiba guardar-se contra os falsos mestres ou, como o apóstolo os denomina, lobos vorazes. São intimados a exercer a supervisão episcopal, porquanto o Espírito Santo, como disse Paulo aos presbíteros de Éfeso, os fez bispos (At 20.28); e o apóstolo Pedro exorta os presbíteros a “apascentai o rebanho de Deus, que está sob vosso cuidado episcopal [*ἐπισκοποῦντες*], não por força, mas espontaneamente segundo a vontade de Deus; nem por torpe ganância, mas de boa vontade.” 1 Pe 5.2. Há, portanto, bispos. Toda vez que o termo, ou algum de seus cognatos, é usado no Novo Testamento, em relação ao ministério cristão, tem referência aos presbíteros [docentes], com exceção de Atos 1.20, onde o termo “ministério” é usado numa citação da Septuaginta, aplicado ao ofício de Judas.

4. O ofício de presbíteros [docentes] é permanente. Isso se faz evidente —

4.1. Porque o dom é permanente. Cada ofício implica um dom do qual ele é o órgão designado. Se, pois, um dom é permanente, o órgão para seu exercício deve também ser permanente. Os profetas do Novo Testamento foram os recipientes de inspiração ocasional. Como o dom de inspiração cessou, o ofício de profeta também cessou; mas como o dom do ensino e do governo é permanente, assim também é o ofício de mestre e supervisor.

4.2. Como a Igreja é comissionada a fazer discípulos de todas as nações, a pregar o evangelho a toda criatura, como os santos necessitam sempre de ser alimentados e edificados em sua fé santíssima, a Igreja deve manter sempre os oficiais que são órgãos divinamente constituídos para a realização dessa obra.

4.3. Conseqüentemente descobrimos que os apóstolos não só ordenavam presbíteros em cada cidade, mas também davam diretrizes para sua ordenação em todos os tempos subseqüentes, prescrevendo suas qualificações e o modo de sua designação.

4.4. Como matéria de fato, eles têm continuado nos tempos atuais. Essa, pois, não é uma matéria em aberto para se contestar; ela não é, de fato, contestada por alguém com quem estamos agora preocupados.

5. Finalmente, em relação a esta parte de nosso tema, os presbíteros [docentes] são os oficiais permanentes mais proeminentes da Igreja.

5.1. Isso se pode inferir, em primeiro lugar, do fato de que não há funções permanentes atribuídas no Novo Testamento ao ministério cristão mais proeminentes do que aquelas que são por ele atribuídas aos presbíteros [docentes]. Se são incumbidos da pregação do evangelho, com a extensão, continuação e pureza da Igreja — se são mestres e supervisores, investidos com poderes e supervisão episcopais — o que mais de caráter permanente se exigiria?

5.2. Em segundo lugar, porém, admite-se que houve, durante a era apostólica, oficiais de grau mais elevado do que os presbíteros [docentes] – ou seja, apóstolos e profetas. Admite-se que estes últimos eram de caráter temporário. A única questão, pois, se relaciona aos apóstolos. Os prelaciais admitem que não há uma classe ou grau permanente de oficiais eclesiásticos intermédios entre apóstolos e presbíteros [ou ministros]; mas ensinam que o apostolado fora designado a ser perpétuo, e que os prelados são os sucessores oficiais dos apóstolos originais. Se esse é o caso, se possuem o ofício, então devem possuir o dom de apóstolo; se possuem as prerrogativas, então devem possuir os atributos dos mensageiros originais de Cristo. Mesmo no governo civil, cada ofício pressupõe qualificações inerentes. Uma ordem de nobreza sem real superioridade é uma mera impostura. Muito mais necessário é isso no organismo vivo da Igreja, no qual o Espírito residente se manifesta como lhe apraz. Um apóstolo sem “a palavra de sabedoria”, não passava de um falso apóstolo; um mestre sem “a palavra de conhecimento” não era mestre algum; um operador de milagres sem o dom de milagres não passava de um mágico; qualquer pretendente a falar em línguas sem o dom de línguas era um fraudulento. De maneira semelhante, um apóstolo sem os dons de apóstolo não passa de mero embusteiro. É o mesmo que existir uma pessoa sem alma.

Os romanistas nos asseguram que o papa é o vigário de Cristo; que ele é seu sucessor como cabeça universal e governante da Igreja na terra. Se tal fosse verdade, ele seria um cristo. Se ele possui as prerrogativas de Cristo, então deve possuir os atributos de Cristo. Ele não pode possuir um sem o outro. Se o papa, por divina designação, é investido com domínio universal sobre o mundo cristão; se todas as suas decisões quanto à fé e ao dever são infalíveis e autoritativas; se o dissentimento às suas decisões ou a desobediência aos seus mandamentos priva da salvação; então ele é herdeiro tanto dos dons quanto do ofício de Cristo. Se ele reivindica o ofício sem possuir os dons, então ele é o Anticristo. “O homem do pecado, o filho da perdição, que se opõe e se exalta acima de tudo

o que chamado Deus, ou que é adorado, de modo que, como Deus, se assenta no templo de Deus, exibindo-se como se fosse Deus.” Os romanistas consentem com este princípio. Ao atribuírem ao papa as prerrogativas de Cristo, se vêem forçados a atribuir-lhe os atributos de Cristo. Não o entronizam? Não o revestem com títulos blasfemos? Não pronunciam anátemas contra, e não excluem do céu, a todos quantos não reconhecem sua autoridade?

Eis a razão por que a oposição ao papado, no seio do protestantismo, é um sentimento religioso. César Augusto podia governar o mundo; o Czar da Rússia podia ser detentor do domínio universal; mas tal domínio não envolveria a pretensão de atributos divinos, e portanto submissão a ele não envolveria apostasia de Deus e oposição a ele não envolveria necessariamente um dever religioso. Mas ser o vigário de Cristo, alegar exercer suas prerrogativas na terra, envolve a reivindicação de seus atributos; e por isso nossa oposição ao papado é oposição a um homem que reivindica ser Deus.

Mas se este princípio se aplica ao caso do papa, como o admitem todos os protestantes, ele deve aplicar-se igualmente ao apostolado. Se alguém se apresenta reivindicando ser apóstolo, se reivindica o direito de exercer autoridade apostólica, não pode deixar de reivindicar a posse dos dotes apostólicos; e se ele não possui estes últimos, então reivindicar ele autoridade apostólica não passa de usurpação e pretensão.

Então, o que eram os apóstolos? É evidente à luz do registro divino que eram homens imediatamente comissionados por Cristo a fazerem uma completa e autoritativa revelação de sua religião, a organizarem a Igreja, a muni-la com oficiais e leis, e a partir daí sua tarefa de conquista pelo mundo fora.

Para que fossem qualificados para sua obra, receberam, primeiramente, a palavra de sabedoria, ou uma revelação completa das doutrinas do evangelho; em segundo lugar, o dom do Espírito Santo, numa medida tal que se tornaram infalíveis na comunicação da verdade e no exercício de sua autoridade como líderes máximos;

em terceiro lugar, o dom de operar milagres em confirmação de sua missão, e de comunicar o Espírito Santo pela imposição de suas mãos.

As prerrogativas oriundas desses dons consistiam, primeiramente, de absoluta autoridade em todas as questões de fé e prática; em segundo lugar, de autoridade igualmente absoluta em legislar para a Igreja no tocante à sua constituição e leis; em terceiro lugar, de jurisdição universal sobre os oficiais e membros da Igreja.

Paulo, quando alegou ser apóstolo, reivindicou essa comissão imediata, essa revelação do evangelho, essa inspiração plenária e essa autoridade e jurisdição geral absolutas; e ao buscar apoio para suas reivindicações, ele apela não só para a manifesta cooperação de Deus através do Espírito, mas também, “Os sinais de meu apostolado foram, de fato, operados entre vós com toda paciência, por meio de sinais, prodígios e milagres”. 2 Co 12.12.

Seguiu-se necessariamente, a partir da real posse, pelos apóstolos, desses dons de revelação e inspiração, que os tornaram infalíveis, que concordar com eles em fé e submissão era indispensável à salvação. O Apóstolo João, portanto, disse: “Quem conhece a Deus nos ouve; quem não é de Deus não nos ouve. Assim é que conhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro.” 1 Jo 4.6. E o Apóstolo Paulo pronunciou ser maldito, mesmo um anjo, se negasse o evangelho que ele pregava e como o pregava. Os escritos dos apóstolos, portanto, têm sido, em todos os tempos e em cada parte da Igreja, considerados infalíveis e autoritativos em todas as questões de fé e prática.

Ora, este é o argumento: se os prelados são apóstolos, então possuem os dons apostólicos. Eles, contudo, não possuem esses dons; portanto não são apóstolos.

O primeiro membro deste silogismo dificilmente necessitaria de mais prova. É evidente, à luz da natureza do caso e das Escrituras, que as prerrogativas dos apóstolos eram oriundas de seus dotes peculiares. Visto que eram inspirados e, conseqüentemente, infalí-

veis, foram investidos com a autoridade que exerciam. Um apóstolo não inspirado é tão culpado quanto um profeta não inspirado.

Quanto ao segundo ponto — ou seja, que os prelados não possuem dons apostólicos —, não carece de argumento. Eles não possuem revelação especial; não são inspirados; não possuem nem poder de operar milagres nem de conferir dons miraculosos — portanto, não são apóstolos.

Tão inseparável é a conexão entre um ofício e seus dons, que os prelados, ao reivindicarem ser apóstolos, se vêem forçados a fazer uma demonstração de possuírem dons apostólicos. Embora não sejam inspirados individualmente, alegam ser inspirados como uma corporação; embora não infalíveis isoladamente, alegam ser infalíveis coletivamente; embora não tenham o poder de conferir dons miraculosos, reivindicam o poder de comunicar a graça das Ordens. Tais reivindicações, contudo, não são menos absurdas do que a pretensão de inspiração pessoal. O fato histórico de que os prelados, tanto coletiva quanto individualmente, não são inspirados nem infalíveis, não é menos concreto do que serem eles mortais. Os que são de uma época são diferentes daqueles de outra época. Os de uma Igreja pronunciam maldição contra os de outra. Os gregos contra os latinos; os latinos contra os gregos; os anglicanos contra ambos. Além disso, se os prelados são apóstolos, então não pode haver religião alguma nem salvação alguma entre aqueles que não se sujeitam à sua autoridade. “Quem não é de Deus”, diz o Apóstolo João, “não nos ouve.” Eis uma conclusão que os romanistas e anglicanos admitem e ousadamente asseveram. Entretanto, é um completo *reductio ad absurdum*. Tanto se pode asseverar que o sol jamais brilha fora da Groenlândia quanto que não há religião alguma fora dos paços das igrejas prelaciais. Para manter tal posição, necessita-se da perversão da própria natureza da religião. Como a fé em nosso Senhor Jesus Cristo, o arrependimento para com Deus, o amor e vida santa se encontram do lado de fora das igrejas prelaciais, seus defensores devem sustentar que a religião não consiste nos frutos do Espírito, mas em algo

externo e formal. A pretensão, pois, de que os prelados são apóstolos tem de levar à conclusão de que os prelados possuem os dons apostólicos; e a conclusão é que submissão ao seu ensino e jurisdição é essencial à salvação; e que, também, religião não é um estado interior, mas uma relação externa. Tais fatos não são meramente questão de lógica, mas de história, das seqüências da teoria de que o ofício apostólico é perpétuo. Onde quer que tal teoria tenha prevalecido, a religião tem se tornado cerimonial, divorciada da piedade e da moralidade. Solicitamos aos que amam a Cristo mais que as ordens dos prelados, aos que crêem na religião evangélica, que ponderem bem essas coisas no coração. A doutrina de um apostolado perpétuo na Igreja não é um mero erro especulativo, mas um erro destrutivo elevado ao grau máximo.

Não podemos continuar mais neste tema. Que o ofício apostólico era de caráter temporário é um fato histórico por demais evidente. Os Apóstolos – os Doze – se distinguem de uma forma por demais clara como uma corporação isolada na história da Igreja, sem predecessores e sem sucessores, como o próprio Cristo. Desapareceram da história. O título, a coisa em si, os dons, as funções, tudo cessou quando João, o último dos doze, subiu para o céu.

Se é uma temeridade colocar o papa no lugar de Cristo e fazer de um homem nosso Deus, é igualmente uma temeridade colocar homens errados no lugar dos apóstolos infalíveis, fazendo a fé em seu ensino e a submissão à sua autoridade a condição de se obter a graça e a salvação. Dessa terrível servidão, amados irmãos, estamos livres. Curvamo-nos à autoridade de Cristo. Submetemo-nos aos infalíveis ensinamentos de seus inspirados apóstolos; mas negamos que o infalível se perpetua no falível, ou o divino no humano.

Se o ofício apostólico, porém, era temporário, então os presbíteros [docentes] são os oficiais permanentes mais proeminentes da Igreja; porque, como se admitiu ao longo de dezenove séculos, quem sabe ao longo de noventa e nove séculos de sistema prelacial, as Escrituras não faz qualquer menção de oficiais perma-

nentes intermédios entre os apóstolos e os presbíteros-bispos do Novo Testamento. Não há ordem para se constituir tais oficiais, nenhum registro de sua constituição, nenhuma especificação de suas qualificações, nem títulos para eles, quer nas Escrituras, quer na história eclesiástica. Se os prelados não são apóstolos, então são presbíteros, mantendo sua preeminência por meio da autoridade humana, não da divina.

III. Como, pois, os presbíteros são todos da mesma categoria, e como exercem seu poder no governo da Igreja em conexão com o povo ou seus representantes, tais fatos, necessariamente, dão origem às Sessões em nossas congregações individuais, bem como de Presbitérios, Sínodos e Assembléias Gerais, para o exercício de uma jurisdição mais extensa. Isso traz a lume o terceiro grande princípio do presbiterianismo – o governo da Igreja por meio de tribunais compostos de presbíteros docentes e presbíteros regentes etc. Isso constitui um axioma da unidade da Igreja, em oposição à teoria dos independentes.

A doutrina presbiteriana sobre este tema consiste em que a Igreja é uma num sentido tal que uma parte menor está sujeita a uma parte maior, e a parte maior está sujeita ao todo. Ela tem um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Os princípios de governo formulados nas Escrituras envolvem a Igreja toda. Os termos de admissão, e as bases legais de exclusão, são em toda parte os mesmos. As mesmas qualificações, em toda parte, devem ser requeridas para a admissão ao sagrado ofício, e as mesmas bases, para a deposição. Cada pessoa que é devidamente recebida como membro de uma igreja local se torna membro da Igreja universal; cada pessoa legalmente excluída de uma igreja local é excluída de toda a Igreja; cada um que é legalmente ordenado ao ministério numa igreja é ministro da Igreja universal; e quando legalmente deposto em uma, cessa de ser ministro em qualquer outra. Daí, enquanto cada igreja local tem direito de administrar suas próprias atividades e exercer sua própria disciplina, ela não pode ser independente e irresponsável no exercício desse direito. Como seus membros são membros

da Igreja universal, e os que ela excomunga são, segundo a teoria bíblica, entregues a Satanás e eliminados da comunhão dos santos, os atos de uma igreja local se tornam os atos de toda a Igreja, e portanto todos têm o direito de saber que os mesmos são realizados segundo a lei de Cristo. Daí, de um lado, o direito de apelação; e, do outro, o direito de revisão e controle.

Eis a teoria presbiteriana sobre este tema. Que ela é a doutrina bíblica, prova-se —

1. À luz da natureza da Igreja. A Igreja é por toda parte representada como sendo una. Ela é um só corpo, uma só família, um só rebanho, um só reino. Ela é una, porquanto é pervadida por um só Espírito. Somos todos batizados em um só Espírito, ao ponto de nos tornarmos, no dizer do apóstolo, um só corpo. Esse habitar do Espírito, através do qual une todos os membros do corpo de Cristo, produz não só aquela união subjetiva ou interior, a qual se manifesta em solidariedade e afeição, em unidade de fé e amor, mas também a união e comunhão externas. Ele leva os cristãos a unirem-se com o propósito de culto e de vigilância e cuidado mútuos. Ele requer deles que se sujeitem uns aos outros no temor do Senhor. Ele os traz a todos em sujeição à Palavra de Deus como o padrão de fé e prática. Ele desperta neles não só o interesse pelo bem-estar, pureza e edificação mútuos, mas também lhes impõe a obrigação de promover tais objetivos. Se um membro sofre, todos sofrem com ele; e se um membro é honrado, todos se alegram com ele. Tudo isso é verdadeiro, não só com respeito aos que freqüentam o mesmo local de culto, mas ao corpo universal dos crentes; de modo que uma Igreja independente é uma idéia tão errônea como um cristão ser independente, ou como um dedo ser independente do corpo humano, ou um ramo ser independente da árvore. Se a Igreja é um corpo vivo, unida à mesma Cabeça, governada pelas mesmas leis e pervadida pelo mesmo Espírito, é impossível que uma parte dela seja independente de todo o resto.

2. Todas as razões que exigem a submissão de um crente aos irmãos de uma igreja local ou particular, exigem sua submissão a

todos os seus irmãos no Senhor. A base de tal obrigação não é o pacto eclesiástico; não é o composto em que um número de crentes entra e o qual obriga somente os que são parte dele. O poder eclesiástico tem uma fonte muito mais proeminente do que o consenso dos que são governados. A Igreja é uma sociedade divinamente constituída, derivando seu poder de sua carta patente. Os que se unem a ela, se unem como uma sociedade existente, e uma sociedade que existe com certas prerrogativas e privilégios, dos quais vêm a participar, e não a conferir. Essa sociedade divinamente constituída, à qual cada crente se obriga a unir-se, não é a associação local e limitada de sua própria vizinhança, mas a irmandade universal dos crentes; e por isso todas as suas obrigações de comunhão e obediência terminam na Igreja toda. Ele é obrigado a obedecer a seus irmãos, não porque concorda em agir assim, mas porque são seus irmãos – porque são templos do Espírito Santo, iluminados, santificados e guiados por ele. É impossível, pois, limitar a obediência de um cristão à congregação local de que é membro, ou fazer alguém tal congregação independente de todas as demais, sem destruir totalmente a própria natureza da Igreja e afastar o membros vivos do corpo de Cristo. Se tal tentativa fosse plenamente concretizada, essas igrejas separadas tão certamente sangrariam até à morte como um membro ao ser separado do corpo.

3. A Igreja, durante a era apostólica, não consistia de congregações isoladas, independentes, senão que era um só corpo, do qual as igrejas separadas eram membros constituintes, cada uma sujeita a todo o resto, ou a uma autoridade que se estendia a todos.

Isso é evidente, em primeiro lugar, à luz da história da origem dessas igrejas. Os apóstolos receberam ordem de permanecer em Jerusalém até que recebessem o poder do alto. No dia de Pentecostes, o Espírito prometido foi derramado, e começaram a falar segundo o Espírito lhes concedia que falassem. Alguns milhares naquela cidade foram acrescidos ao Senhor; e continuaram na doutrina e comunhão dos apóstolos, no partir do pão e nas orações. Constituíram a Igreja em Jerusalém. Eram um não apenas espiritu-

almente, mas externamente, unidos no mesmo culto e sujeitos aos mesmos líderes. Ao serem espalhados, pregavam a Palavra por toda parte, e numerosas multidões se agregavam à Igreja. Os crentes em cada lugar se associavam em igrejas locais, mas não independentes, pois todos permaneciam sujeitos a um tribunal comum.

Pois, em segundo lugar, os apóstolos constituíram um vínculo de união para toda a corporação dos crentes. Não há a mais leve evidência de que os apóstolos tivessem diferentes dioceses. Paulo escreveu com plena autoridade à Igreja em Roma, antes mesmo que houvesse visitado a cidade imperial. Pedro endereçou suas epístolas às igrejas do Ponto, Capadócia, Ásia e Bitínia – o mesmo centro do campo dos labores de Paulo. Que os apóstolos exerciam essa jurisdição geral, e eram, portanto, o vínculo de união externa da Igreja, comprova-se, como já vimos, à luz da própria natureza de seu ofício. Uma vez comissionados para fundarem e organizarem a Igreja, e estando tão cheios do Espírito ao ponto de se tornarem infalíveis, sua palavra passou a ser lei. Sua inspiração necessariamente garantiu essa autoridade universal. Portanto descobrimos que eles em toda parte exerciam os poderes, não apenas o de mestres, mas também o de supervisores. Paulo fala do poder a ele dado para edificação – uma das coisas que ele ordenava em todas as igrejas. Suas epístolas estão saturadas de tais ordens, as quais eram de autoridade obrigatória outrora e agora. Ele ameaça os coríntios de ir a eles com vara; exclui um membro da igreja deles, a quem negligenciaram a disciplina; e entregou a Himeneu e Alexandre a Satanás, a fim de aprenderem a não mais blasfemar. Como fato histórico, pois, as igrejas apostólicas não eram congregações independentes, senão que eram todas sujeitas a uma autoridade comum.

Em terceiro lugar, isso se faz mais evidente à luz do concílio de Jerusalém. Não há nada para pressupor-se que não esteja expressamente mencionado no registro. Os fatos simples do caso aludem à controvérsia que se suscitou na igreja em Antioquia concernente à lei mosaica. Em vez de apresentar o problema entre eles como

uma corporação independente, referiram o problema aos apóstolos e anciãos em Jerusalém. E ali ele foi autoritativamente decidido, não apenas por aquela igreja, mas por todas as demais. Paulo, pois, em sua próxima viagem missionária, como teria que atravessar as cidades, “entregaram aos irmãos, para serem observadas, as decisões que haviam sido tomadas pelos apóstolos e anciãos em Jerusalém.” At 16.4. Não importa se a autoridade daquele concílio era ou não devida à inspiração de seus principais membros. Bastenos que ele tinha autoridade sobre toda a Igreja. As diversas congregações não eram independentes, e, sim, unidas sob um tribunal comum.

Em quarto lugar, podemos apelar para a consciência comum dos cristãos, como se manifesta em toda a história da Igreja. Tudo o que é orgânico tem o que se pode chamar um *nisus formativus*; uma força interior, pela qual é impellido a assumir a forma adequada à sua natureza. Esse impulso interior pode, segundo as circunstâncias, ser impedido ou mal orientado, de modo que o estado normal de uma planta ou animal jamais seja atingido. Todavia, essa força nunca deixa de manifestar sua existência ou o estado ao qual se inclina. O que é assim verdade na natureza não é menos verdade na Igreja. Não há nada mais evidente na história do que a lei pela qual os crentes são impelidos a expressar sua unidade interior por meio da união externa. Ela tem se manifestado em todas as épocas e em todas as circunstâncias; ela deu origem a todos os concílios primitivos; ela determinou a idéia de heresia e cisma; ela levou à exclusão de todas as igrejas daqueles que, pela negação da fé comum, foram excluídos de todas as demais, e que se recusa reconhecer sua sujeição à Igreja como um todo. Esse sentimento foi claramente exibido no tempo da Reforma. As igrejas, pois, se formavam tão naturalmente como gotas de mercúrio; e quando essa união era frustrada em função de circunstâncias internas ou externas, isso era deplorado como um grande mal. Os homens do mundo poderiam atribuir esse notável característico na história da Igreja ao amor pelo poder ou alguma outra fonte indigna. Mas não deve ser assim considerado. Tal coisa é uma lei do Espírito. Se o que

todos os homens fazem indica algum princípio permanente da natureza humana, o que todos os cristãos fazem deve indicar algo que lhes pertence como cristãos.

Tão profundamente arraigada é essa convicção – de que a união externa e a submissão mútua são o estado normal da Igreja – que se manifesta naqueles cuja teoria os leva a negá-la e a resisti-la. Suas congregações eclesiais, associações e concílios consultivos são por demais engenhosos para satisfazer a ânsia interior e impedir a dissolução à qual se percebe que a independência absoluta inevitavelmente conduziria.

Que a Igreja é una, pois, no sentido em que a parte menor deve estar sujeita à parte maior, e a maior deve estar sujeita ao todo, é evidente —

3.1. À luz de sua natureza, como sendo um só reino, uma só família, um só corpo, tendo uma só Cabeça, uma só fé, uma só constituição escrita, energizada por um só Espírito.

3.2. À luz da ordem de Cristo que nos manda obedecer a nossos irmãos – não porque vivam perto de nós, nem porque nos comprometemos a obedecê-los, mas porque eles são nossos irmãos, os santuários e órgãos do Espírito Santo.

3.3. À luz do fato de que, durante a era apostólica, as igrejas não eram corporações independentes, mas sujeitas, em questões de doutrina, de ordem e de disciplina, a um tribunal comum. E,

3.4. Porque toda a história da Igreja comprova que essa união e submissão mútua são o estado normal da Igreja, para com o qual ela se esforça por uma lei interior de sua existência. Se é necessário que um cristão se sujeite a outros cristãos, não é menos necessário que uma igreja se sujeite, no mesmo espírito, na mesma extensão e sobre as mesmas bases, a outras igrejas.

Completamos assim nossa exposição do presbiterianismo. Chamamos a atenção de cada um que ele não é uma invenção humana. Não é uma arquitetura externa sem qualquer conexão com a vida interior da Igreja; é uma produção real; é a expressão externa da lei

interna da existência da Igreja. Se ensinamos que o povo deve ter uma parte substancial no governo da Igreja, não é porque cremos simplesmente ser saudável e conveniente, mas porque o Espírito Santo habita no povo de Deus e lhe confere habilidade e o direito de governar. Se ensinamos que os presbíteros [docentes] são os oficiais permanentes mais proeminentes na Igreja, é porque esses dons, pelos quais os apóstolos e profetas se punham acima dos presbíteros, de fato cessaram. Se ensinamos que as congregações separadas dos crentes não são independentes, é porque a Igreja é, de fato, um só corpo, sendo todas as partes do mesmo mutuamente dependentes.

Se esse é o caso — se há uma só forma externa da Igreja, o qual é correspondente à sua vida interior, uma forma que é a expressão e produto naturais dessa vida —, então essa forma deve ser mais conducente com seu progresso e desenvolvimento. Os homens podem, com sua arte, forçar uma árvore a desenvolver-se em alguma forma fantástica segundo seus gostos pervertidos, mas às custas de seu vigor e produtividade. Para atingir sua perfeição, deve-se deixá-la desenvolver-se segundo a lei de sua natureza. O mesmo se dá com a Igreja. Se o povo possui os dons e as graças que os qualificam e lhes conferem o direito de tomar parte no governo, então o exercício desse direito tende a desenvolver esses dons e graças, e a negação desse direito tende a gerar-lhe frouxidão. Em todas as formas de despotismo, quer civil quer eclesiástico, o povo é degradado; e em todas as formas de liberdade bíblica, o povo é proporcionalmente elevado. Cada sistema que demanda inteligência tende a produzi-la. Cada pessoa sente que não é apenas uma das maiores vantagens de nossas instituições republicanas que elas estimulem o povo à educação e à elevação da vida social, mas que sua afortunada operação, conclamando a inteligência e a virtude do povo, faz-se necessário para que o esforço constante seja direcionado para a obtenção desse fim. Visto que as instituições republicanas não podem coexistir com os ignorantes e viciados, assim o presbiterianismo deve manter o povo iluminado e virtuoso, ou torná-lo assim.

É a combinação dos princípios de liberdade e ordem no sistema presbiteriano — a união dos direitos do povo com a submissão à autoridade legítima — que o tem feito o pai e guardião da liberdade civil em cada parte do mundo. Isso, contudo, é meramente uma vantagem incidental. A organização eclesiástica tem alvos mais elevados. É ela designada para a extensão e estabelecimento do evangelho e para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus; e para que o governo seja melhor adaptado a esse fim, o qual é mais congenial com a natureza interior da Igreja. É sobre essa base que reside nossa preferência pelo presbiterianismo. Não o consideramos como um habilidoso produto da sabedoria humana, e, sim, como uma instituição divina, fundada sobre a Palavra de Deus, e como o genuíno produto da vida interior da Igreja.

Número II

*O QUE SE ACHA IMPLÍCITO NA ADOÇÃO DA CONFISSÃO WESTMINSTER?**

Charles Hodge, D.D.

Requer-se de cada ministro, em sua ordenação, que se comprometa a adotar a Confissão Westminster e os Catecismos, como contendo o sistema de doutrina ensinado nas Sagradas Escrituras.† Há três maneiras nas quais essas palavras têm sido, e ainda o são, interpretadas. Primeiramente, há quem as entenda no sentido em que cada proposição contida na Confissão de Fé está incluída na profissão feita no ato de ordenação. Em segundo lugar, há quem diga que as proposições significam justamente o que as palavras envolvem. O que é adotado é o “sistema de doutrina”. O sistema das Igrejas Reformadas é um esquema de doutrina conhecido e aceito. O terceiro ponto de vista sobre o tema consiste em que pelo sistema de doutrina contido na Confissão subentende-se as doutrinas essenciais do cristianismo e nada mais.

Quanto à primeira dessas interpretações, é suficiente dizer —

1. Que não se refere ao significado das palavras. Há muitas proposições contidas na Confissão Westminster que não pertencem por inteiro ao sistema agostiniano ou reformado. É possível uma pessoa ser agostiniana ou calvinista sem crer que o papa seja o Anticristo predito por São Paulo; ou que o capítulo 18 de Levítico ainda esteja em vigor.

* Do periódico *Princeton Review*, de julho de 1867.

† A questão, na Fórmula Americana, se acha nos seguintes termos: — “Você sinceramente crê e adota a Confissão de Fé desta Igreja como contendo o sistema de doutrina ensinada nas Sagradas Escrituras?”

2. Tal regra de interpretação jamais pode na prática ser levada a cabo sem dividir a Igreja em incontáveis fragmentos. É impossível que um corpo de milhares de ministros e presbíteros pense uniformemente em todos os tópicos envolvidos numa fórmula de fé tão extensa e minuciosa.

3. Essa nunca foi a regra adotada em nossa Igreja. Indivíduos a têm defendido, mas a Igreja, como um corpo, jamais. Nenhum processo de erro doutrinal jamais foi empreendido ou sancionado, exceto aqueles erros que foram considerados como que envolvendo a rejeição, não das explicações de doutrinas, mas das próprias doutrinas. Por exemplo, nossa Confissão ensina a doutrina do pecado original. Essa doutrina é essencial para o sistema reformado ou calvinista. Qualquer pessoa que negue tal doutrina, com isso está a rejeitar o sistema ensinado em nossa Confissão, e não pode, em sã consciência, dizer que a adota. O pecado original, contudo, é uma coisa; a forma como ele é considerado é outra coisa. A doutrina consiste em que, tal é a relação entre Adão e sua posteridade, que todo o gênero humano, descendendo dele por geração ordinária, nasce em estado de pecado e condenação. Qualquer pessoa que o admite, aprova a doutrina. Há, porém, pelo menos três formas de se considerar este fato. A explicação bíblica como apresentada em nossos Padrões é esta: “Sendo o pacto feito com Adão, não só em referência a ele próprio, mas também à sua posteridade, todo o gênero humano, descendendo dele por geração ordinária, pecou nele e caiu com ele em sua primeira transgressão.” O fato de que o gênero humano caiu nesse estado de pecado e miséria no qual nascemos é levado em conta com respeito ao princípio da representatividade. Adão foi constituído nossa cabeça e representante, de modo que seu pecado é a base judicial de nossa condenação e da conseqüente perda da imagem divina, bem como do estado de morte espiritual em que todos os homens vêm ao mundo. Isso é como está na Bíblia, e é assim que a Igreja vê o assunto. E essa é a visão das Igrejas Latina e Luterana, especialmente da Igreja Reformada, e portanto pertence à Igreja universal. E mesmo assim não é essencial à doutrina. Os realistas admitem a doutrina,

porém, insatisfeitos com o princípio da responsabilidade representativa, assumem que a humanidade como uma vida genérica atuou e pecou em Adão; e, por isso, seu pecado é o ato, com seu demérito e conseqüências, de cada pessoa em quem essa vida genérica é individualizada. Outros, aceitando ambas essas soluções, asseveraram que o fato do pecado original (isto é, a pecaminosidade e condenação do homem no nascimento) deve ser analisado à luz da lei geral da propagação. Os semelhantes geram os semelhantes. Adão se fez pecador, e por isso toda a sua posteridade nasce num estado de pecado, ou com natureza pecaminosa. Embora tais pontos de vista não sejam igualmente bíblicos, ou igualmente em harmonia com nossa Confissão, não obstante deixam a doutrina intacta, e não produzem rejeição do sistema do qual é uma parte essencial.

O mesmo se dá com a doutrina da inabilidade. Que o homem, mediante a queda, se tornou totalmente indisposto, oposto e incapaz para todo bem espiritual é uma doutrina da Confissão tanto quanto da Escritura. E é essencial ao sistema de doutrina abraçado por toda a Igreja Reformada. Se os homens têm poder plenário para regenerar-se, ou cooperar na obra de sua regeneração, ou pode eficazmente resistir a graça divina que produz a conversão, são questões que têm separado os pelagianos, e ultimamente os romanistas, semi-pelagianos, luteranos e arminianos dos agostinianos ou calvinistas. A negação da inabilidade do homem caído, pois, produz necessariamente a rejeição do calvinismo. Mas se o fato for admitido, não é essencial se a inabilidade for chamada natural ou moral; se for atribuída exclusivamente à perversão da vontade, ou à cegueira do entendimento. Esses pontos de diferença não são importantes, caso não afetem a essência da doutrina.

Nossa Confissão ensina que Deus preordenou tudo quanto acontece; que ele executa seus decretos nas obras da criação e da providência; que seu governo providencial é santo, sábio e poderoso, controlando todas as suas criaturas e todas as ações delas; que da massa dos homens caídos, desde toda a eternidade, e de seu mero beneplácito, ele elegeu alguns para a vida eterna; que pela encarnação e obra medianeira de seu eterno Filho, nosso Senhor

Jesus Cristo, e pela eficaz operação de seu Espírito, ele tornou absolutamente infalível a salvação de seu povo; que a razão por que alguns se salvam e outros não é devido à fé e ao arrependimento previstos deles, mas unicamente porque ele elegeu alguns e outros não, e que em execução de seu propósito, e na plenitude de seu próprio tempo, ele lhes envia o Espírito Santo, o qual então opera neles para que seu arrependimento, sua fé e seu santo viver se tornem absolutamente infalíveis. Ora, é evidente que os homens podem diferir quanto ao modo do governo providencial de Deus, ou às operações de sua graça, e reter os fatos que constituem a essência deste esquema doutrinal. Mas se alguém ensina que Deus não pode eficazmente controlar os atos de agentes livres sem destruir a liberdade deles; que não pode fazer o arrependimento ou a fé de alguém infalível; que tudo o que pode fazer é converter cada pessoa, seria um insulto à razão e à consciência dizer que tal pessoa defende o sistema de doutrina que abrange os fatos e princípios supra apresentados.

O mesmo fio de raciocínio pode-se fazer em referência a outras grandes doutrinas que constituem o sistema agostiniano. Entretanto, o que ficou expresso basta para ilustrar o princípio de interpretação pelo qual a antiga escola disputa. Não esperamos que nossos ministros adotem cada proposição contida em nossos Padrões. Tal coisa não se lhes requer que façam. Mas deles requer-se que adotem o sistema; e esse sistema consiste de certas doutrinas que nenhuma das quais pode ser omitida sem destruir sua identidade. Tais doutrinas são: — a inspiração plenária das Escrituras do Velho e Novo Testamentos, bem como a conseqüente infalibilidade de todos os seus ensinos. A doutrina da criação, ou seja, que o universo e tudo quanto ele contém não são eternos, nem um necessário produto da vida de Deus, nem uma emanção da substância divina, mas que devem sua existência, tanto a substância quanto a forma, exclusivamente à vontade de Deus; e em referência ao homem, que ele foi criado à imagem de Deus, em conhecimento, justiça e santidade, e não *in puris naturalibus*, sem qualquer caráter moral. A doutrina da providência, ou que Deus eficazmente governa todas

as suas criaturas e todas as ações delas, de tal modo que nada acontece que não esteja em concordância com seus infinitamente sábios, santos e benevolentes propósitos. As doutrinas dos pactos: o primeiro, o pacto das obras, no qual a vida foi prometida a Adão e, nele, à sua posteridade, sob a condição de perfeita e pessoal obediência; e o segundo, ou o pacto da graça, no qual Deus gratuitamente oferece aos pecadores vida e salvação por meio de Jesus Cristo, requerendo deles fé nele, para que possam ser salvos, e prometendo dar a todos quantos estão ordenados para a vida eterna seu Espírito Santo, para dispô-los e capacitá-los a crer. A doutrina concernente a Cristo nosso Mediador, ordenado por Deus para ser nosso Profeta, Sacerdote e Rei, a Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e Juiz do mundo; a quem ele, desde a eternidade, deu um povo para ser sua descendência, ser por ele, no tempo, redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado; e que o eterno Filho de Deus, de uma só substância com o Pai, tomou para si a natureza humana, de modo que as duas naturezas em sua totalidade, perfeitas e distintas, a Deidade e a humanidade, foram inseparavelmente unidas numa só pessoa, sem conversão, composição nem confusão; que este Senhor Jesus Cristo, através de sua perfeita obediência e sacrifício de si mesmo, satisfez plenamente a justiça de seu Pai, e adquiriu não só a reconciliação, mas também uma herança eterna no reino do céu para todos aqueles a quem o Pai lhe deu. A doutrina do livre-arbítrio, ou seja, que o homem foi criado não só um agente livre, mas com total capacidade de escolher o bem ou o mal, e por essa escolha determinou seu futuro caráter e destino; que pela queda ele perdeu essa habilidade para o bem espiritual; que na conversão Deus, por meio de seu Espírito, capacita o pecador a livremente arrepender-se e crer. A doutrina da vocação eficaz ou regeneração; que aqueles, e somente aqueles, a quem Deus predestinou para a vida, ele eficazmente chama, por meio de sua Palavra e seu Espírito, de um estado de morte espiritual para um estado de vida espiritual, renovando sua vontade e por seu infinito poder determinando sua vontade, e assim eficazmente atraindo-os a Cristo; de modo tal que eles vêm

mui livremente; e que essa vocação eficaz provém tão-somente da livre e especial graça de Deus, e não de algo previsto no homem. A doutrina da justificação, que é um ato gratuito ou um ato da graça por parte de Deus; que ela não consiste de alguma mudança subjetiva do estado [do homem], nem simplesmente no perdão, mas inclui uma declaração ou aceitação do pecador como justo; que ela é fundamentada não em algo operado em nós ou feito por nós; nem na fé ou obediência evangélica, mas simplesmente no que Cristo fez por nós, ou seja, em sua obediência e sofrimento até à morte; sendo essa justiça de Cristo uma satisfação própria, real e plena da justiça de Deus, sua exata retidão e rica graça são glorificadas na justificação dos pecadores. A doutrina da adoção: que tantos quantos são justificados são recebidos na família de Deus e feitos participantes do Espírito e dos privilégios de seus filhos. A doutrina da santificação: que todos aqueles que uma vez foram regenerados pelo Espírito de Deus são, por seu poder e habitação, no uso dos meios de graça designados, feitos mais e mais santos; obra esta, ainda que sempre imperfeita nesta vida, é aperfeiçoada na morte. A doutrina da fé salvífica: que é o dom de Deus e obra do Espírito Santo, por meio da qual o cristão recebe como sendo verdade, na autoridade de Deus, tudo quanto é revelado em sua Palavra; os atos especiais dos quais a fé é o único recipiente e só descança em Cristo para a justificação, santificação e vida eterna. A doutrina do arrependimento: que o pecador, humilhado ante a visão e o senso, não só do perigo, mas também da odiosidade do pecado, e apreensão da misericórdia de Deus em Cristo, com profunda tristeza e aversão de seus próprios pecados, se volta para Deus com firme propósito e disposto a uma nova obediência. A doutrina das boas obras: que devem ser somente aquelas ordenadas por Deus; que são o fruto da fé; que tais obras, ainda que não necessárias como base de nossa justificação, são indispensáveis, no caso dos adultos, como os invariáveis frutos da habitação do Espírito Santo no coração dos crentes. A doutrina da perseverança dos santos: que os que uma vez foram eficazmente chamados e santificados pelo Espírito não podem jamais cair total e finalmente

do estado de graça, visto que o decreto da eleição é imutável; porque o mérito de Cristo é infinito e sua intercessão, constante; porque o Espírito habita com o povo de Deus; e porque o pacto da graça assegura a salvação de todos quantos crêem. A doutrina da certeza: que a certeza da salvação é desejável, possível e obrigatória, mas que não é da essência da fé. A doutrina da lei: que ela é uma revelação da vontade de Deus e uma perfeita norma de justiça; que ela é perpetuamente obrigatória tanto nas pessoas justificadas quanto nas demais, ainda que os crentes não estejam debaixo dela como um pacto de obras. A doutrina da liberdade cristã: que inclui livramento da culpa do pecado, da condenação da lei, do espírito legalista, da servidão de Satanás e do domínio do pecado, do mundo e, por fim, de todo o mal, juntamente com o livre acesso a Deus como seus filhos. Desde o advento de Cristo, seu povo ficou livre também do jugo da lei cerimonial. Deus é o único Senhor da consciência, a qual ele libertou das doutrinas e mandamentos humanos, os quais são em tudo contrários à sua Palavra, ou além dela, em matéria de fé ou culto. As doutrinas concernentes ao culto e ao dia de repouso, concernentes aos votos e juramentos, do magistrado civil, do matrimônio, não contêm nada peculiar ao nosso sistema, ou que seja matéria de controvérsia entre os presbiterianos. O mesmo é verdade no que tange aos ensinamentos da Confissão concernente à Igreja, à comunhão dos santos, aos sacramentos, ao estado futuro, à ressurreição dos mortos e ao juízo final.

Que este é o sistema de doutrina da Igreja Reformada, é uma matéria da história. Ele é um sistema que, como a formação granítica da terra, sedimenta e sustenta todo o arcabouço de verdades como se acham reveladas nas Escrituras, e sem o qual todo o resto não passa de areia movediça. Ele tem sido desde o início a vida e a alma da Igreja, ensinado explicitamente por nosso próprio Senhor, e mais plenamente por seus sérvos inspirados, e sempre professado por uma nuvem de testemunhas na Igreja. Tem sido, além do mais, a fé secreta dos verdadeiros crentes, adotado em suas orações e hinos, ainda quando rejeitado de seus credos. Ele é um sistema que a

Igreja Presbiteriana vive empenhada a professar, a defender e a ensinar; e causará uma brecha na fé em Deus e no homem caso ela deixe de exigir uma profissão deste sistema por todos aqueles a quem ela recebe ou ordena como mestres e guias de seu povo. É para a adoção da Confissão de Fé neste sentido que a velha escola tem sempre contendido como matéria de consciência.

Entretanto, tem sempre havido uma parte na Igreja que adotou o terceiro método de compreensão das palavras “sistema de doutrina”, na ordem sagrada, ou seja, que nada mais significa senão as doutrinas essenciais da religião ou do cristianismo.

Que tem existido esse partido na Igreja é evidente —

1. Porque, em nosso Sínodo original, o presidente Dickinson e diversos outros membros assumiram publicamente essa posição. O presidente Dickinson se opôs a todos os credos humanos; resistiu a adoção da Confissão Westminster, e, depois de tê-la adotado, prosseguiu com palavras ambíguas: “quanto a todos os princípios essenciais de religião”. Isso pode significar ou os princípios essenciais do cristianismo ou os princípios essenciais do sistema peculiar ensinado na Confissão.

2. Esse modo de adotar a Confissão deu origem a queixas imediatas e gerais.

3. Quando o presidente Davis esteve na Inglaterra, os presbiterianos latitudinaristas e outros dissidentes da Igreja Estabelecida, de quem ele esperava encorajamento e auxílio em sua missão, objetou que nosso Sínodo houvesse adotado a Confissão Westminster em seu significado estrito. O presidente Davis replicou que o Sínodo exigia que os candidatos adotassem só “os artigos essenciais do cristianismo”.

4. O Rev. Mr. Creaghead, membro do Sínodo original, retratou-se dela com base nessa regra ambígua de adoção.

5. O Rev. Mr. Harkness, quando suspenso do ministério pelo Sínodo por erros doutrinários, queixou-se da injustiça e inconsistência de tal censura, com base no fato de que o Sínodo requeria a

adoção só das doutrinas essenciais do evangelho, nenhuma das quais ele pusera em dúvida.

Enquanto se faz evidente que houve na Igreja um partido que adotou esse princípio latitudinarista de subscrição, o próprio Sínodo nunca o adotou. Isso é claro, porque o que chamamos de Ato de Adoção, e que inclui a linguagem ambígua em questão, o Sínodo chama “seu Ato Preliminar”; isto é, um Ato preliminar para a real adoção da Confissão Westminster. Essa adoção foi efetuada numa reunião subsequente (na tarde do mesmo dia), na qual a Confissão foi adotada em todos os seus artigos, exceto o que se relaciona ao poder do magistrado civil em questões de religião, registrado no capítulo vinte e três. Isso é o que o próprio Sínodo chamou de Ato de Adoção Quando em 1787 a Assembléia Geral foi organizada, declarou-se solenemente que a Confissão de Fé Westminister, nos termos então revisados e corrigidos, passava a fazer parte da *Constituição* da Igreja. Ninguém jamais declarou, ao adotar uma constituição republicana, que a mesma era aceita só no que incluía os princípios gerais de governo comuns às monarquias, aristocracias e democracias.

A velha escola sempre protestou contra tal princípio eclesiástico amplo —

1. Porque, em seu ponto de vista, ele é imoral. Asseverar uma pessoa que adota uma confissão calvinista quando rejeita os característicos distintivos do sistema calvinista, e recebe somente os princípios essenciais do cristianismo, é dizer o que não é verdadeiro no sentido legítimo e aceitável dos termos. Deve ser universalmente reconhecido como uma falsidade declarar um protestante ter adotado os cânones do Concílio de Trento, ou o catecismo romanista, quando sua intenção é que os recebeu só até ao ponto que faz parte da substância do Credo dos Apóstolos. Se a Igreja está preparada para fazer do Credo dos Apóstolos o padrão de comunhão ministerial, deixe a constituição ser alterada; não nos deixe, porém, adotar o vergonhoso princípio de nós mesmos professarmos, e exigir que outros professem, o que nós não cremos.

2. A segunda objeção quanto à frouxa regra de interpretação consiste em que é contrário ao próprio princípio sobre o qual nossa Igreja foi fundada, e com base no qual, como Igreja, sempre professou agir.

3. A velha escola sempre creu que era o dever da Igreja, como testemunha da verdade, defender esse grande sistema de verdades que em todos os tempos tem sido a fé do grande corpo do povo de Deus, e no qual, como crêem, dependem os melhores interesses da Igreja e do mundo.

4. Tal princípio frouxo causaria a frouxidão de toda a disciplina, destruiria a pureza da Igreja e introduziria ou perpétuo conflito ou indiferença letal.

5. Tem havido sempre, e ainda há, uma corporação de homens que sentem ser seu dever professar e ensinar o sistema de doutrina contido em nossa Confissão em sua inteireza. Tais homens jamais podem consentir que o que crêem seja imoral e destrutivo; por isso qualquer tentativa de estabelecer tal princípio eclesiástico amplo de subscrição tenderia a produzir dissensão e divisão. Ou conformemos nossa fé ao nosso credo, ou façamos nosso credo conforme nossa fé. Deixemos àqueles que estão convencidos de que o Credo dos Apóstolos é uma base bastante ampla para a organização eclesiástica que formem uma Igreja com base nesse princípio; que eles, porém, não tentem persuadir outros a sacrificarem suas consciências, ou a defenderem a adoção de uma fórmula de fé mais extensa que não será sinceramente abraçada.

Número III

ACERCA DAS PASSAGENS DA CONFISSÃO CONCERNENTES AO PODER DO MAGISTRADO NO TOCANTE À RELIGIÃO E À IGREJA.

Vejam-se pp. 46, 47

Pelo Editor

Nenhuma alteração foi feita por qualquer das Igrejas Presbiterianas na Grã Bretanha e Irlanda na substância da Confissão de Fé. De várias formas, contudo, elas têm apresentado explicações do sentido em que aderem a essas passagens sobre as quais se têm nutrido dúvidas quanto à sua consistência com os direitos de consciência e da independência da Igreja. As três passagens sobre as quais alternativas difíceis são apresentadas nas páginas 22, 23, com as modificações a que os presbiterianos americanos as têm submetido. Como o documento em si contém a mais nobre asseveração dos direitos de consciência (cap. xx., § 2), e foi preparada por venerável Assembléia, composta de homens de dotes teológicos singularmente distintos, bem como convocada em socorro de um grande movimento pela liberdade pública, relutância se tem sentido pelas igrejas britânicas em afirmar que qualquer das passagens referidas é incapaz de conciliação com a defesa da liberdade cristã feita na Confissão, como também com a alegação apresentada nela em favor da Igreja, de que seu governo está “na mão dos oficiais eclesiásticos, distintos do magistrado civil”, de sorte que “não há outra cabeça da Igreja senão Jesus Cristo”, e “o magistrado civil não pode tomar para si o poder das chaves do reino do céu”. Pressupunha-se que algum princípio pudesse existir pelo qual

qualquer aparente inconsistência entre essas declarações e as passagens supostamente estarem em contradição com os direitos da consciência individual e a liberdade da Igreja pudesse ser explicada e removida. Várias explicações, aliás, têm sido oferecidas a esse aspecto. Como um elo conectando a Igreja moderna com a do passado, e constituindo um vínculo de união com os presbiterianos de todos os países — pois é notável quão universalmente as igrejas presbiterianas de origem britânicas, em todas as terras e a despeito de todas as divisões, têm mantido a Confissão de Fé Westminster — tem havido sempre evidente repugnância em falsificar em alguma extensão a substância do documento propriamente dito.

Não que a repugnância seja oriunda de alguma deferência supersticiosa em relação ao documento. Ao contrário, o direito de examiná-lo e revisá-lo tem sido em todos os tempos reivindicado e exercido, com o propósito de extrair dele importantes explicações e qualificações. Na própria Ata em que se aprovou a Confissão de Fé pela Assembléia Geral da Igreja da Escócia, em 1647, a seguinte explicação é dada do sentido em que a Assembléia entendia e mantinha como obrigatória uma porção da Confissão: — “Declara-se mais que a Assembléia entende algumas partes do segundo artigo do capítulo trinta e um só de igrejas não estabelecidas ou constituídas no ponto de governo. E que embora, em tais igrejas, um sínodo de ministros e outras pessoas aptas, pode ser convocado pela autoridade e nomeação dos magistrados, sem qualquer outra intimação, para consultas e conselhos em questões de religião; e ainda que, também, os ministros de Cristo, sem delegação de suas igrejas, podem pessoalmente e por virtude de seu ofício reunir em termos de sínodo em tais igrejas ainda não constituídas, ou uma e outra devem tornar-se em igrejas constituídas e estabelecidas; ficando sempre livres para o magistrado aconselhar-se com os sínodos de ministros e presbíteros regentes, formando delegação de suas igrejas, quer ordinariamente ou, sendo acusado por sua autoridade, ocasionalmente, e *pro re nata*; estando também livre para reunir-se em sínodo, tanto quanto *pro re nata* nos tempos ordinários, em delegação das igrejas, pelo poder intrínseco recebido de Cristo,

enquanto for necessário para o bem da igreja a reunir-se, no caso de o magistrado, em detrimento da Igreja, retrair ou negar seu consentimento; a necessidade de assembléias ocasionais queixar-se antes a ele com humilde súplica.”

Como resultado de várias discussões sobre o tema da relação do magistratura civil com a religião e a Igreja, a Fórmula usada na Igreja Presbiteriana Unida, na ordenação de ministros, missionários e presbíteros regentes, tem-se exprimido nos seguintes termos: – “Você reconhece a Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve como a expressão do sentido em que você entende as Sagradas Escrituras; ficando implícito que você não é obrigado a aprovar tudo o que nesses documentos se ensina, ou se presume ensinar, os princípios compulsórios ou perseguidores e intolerantes em matéria de religião?”

É também em conexão com as questões da Fórmula que a Igreja Livre se resguarda contra a má construção deste ponto. Numa Ata da Assembléia de 1846 – “Relativo a Questões e Fórmula” –, declara-se: “A Assembléia Geral, ao elaborar esta Ata, crê ter o direito de declarar que, embora a Igreja mantenha firmemente os mesmos princípios bíblicos quanto aos deveres das nações e seus governos em referência à verdadeira religião e Igreja de Cristo, pela qual ela até agora contendeu, repudia os princípios de intolerância e perseguição, e não considera sua Confissão de Fé, ou alguma porção dela, quando corretamente interpretada, como que favorecendo a intolerância ou perseguição, nem considera que seus oficiais, por subscrevê-la, professem quaisquer princípios inconsistentes com a liberdade de consciência e do direito de juízo privado.” Uma das questões na Fórmula propriamente dita contém as seguintes cláusulas: – “Você crê que o Senhor Jesus Cristo, como Rei e Cabeça da Igreja, tem nesse sentido constituído um governo nas mãos dos oficiais eclesiásticos, distintos do governo civil e não subordinados à sua própria província; e que o governo civil não possui jurisdição ou controle autoritativo sobre a regulamentação dos negócios da Igreja de Cristo?”

O curso adotado na Igreja Presbiteriana Reformada é diferente. Essa Igreja põe em vigor a Ata de 1647, mas, em aditamento, por meio de um Testemunho, especificou em seus Termos de Comunhão e na Fórmula para a Ordenação, como exemplo autoritativo dos princípios da Igreja, faz uma aplicação das doutrinas contidas na Confissão e faz uma plena exibição do sentido em que ela adere a elas; declarando que “não garantia defender cada sentimento e expressão”, e explicitamente assevera que “empregar coerção civil de qualquer espécie com o propósito de induzir os homens a renunciar um credo errôneo ou esposar e professar um credo sadio, bíblico, é incompatível com a natureza da verdadeira religião, e será sempre provado ser ineficaz na prática.” Em referência às passagens controvertidas e duvidosas na Confissão, esse Testemunho põe ênfase na obrigação de interpretá-las e explicá-las através das afirmações mais claras no documento, as quais defendem as reivindicações e protegem os interesses da liberdade religiosa e civil.

A Sessão Original da Igreja Unida igualmente se avalia à luz de seu Testemunho a fim de explicar seus pontos de vista sobre este tema. Na Parte Histórica, o seguinte aparece como a sexta proposição geral: “6ª: Que a doutrina acerca dos governantes civis contida nas Confissões das Igrejas Reformadas, e particularmente na Confissão Westminster, pode ser defendida nos princípios da Escritura e da razão supra declarados. Qualquer sentido que seja imposto sobre algumas expressões nela, tomadas em si mesmas, contudo, numa clara e cândida interpretação de toda a doutrina que se estabelece no tema, a Confissão Westminster não será responsável por frontal perseguição por motivo de consciência, por submeter matérias puramente religiosas ao reconhecimento do magistrado civil, ou permitir-lhe supremacia sobre a Igreja ou qualquer poder sobre ela.”

O corpo principal dos presbiterianos americanos — como se poderá ver na Introdução desta obra (p. 45) — assume o método direto de resolver todas as dificuldades e escapar de todas as más construções pela anulação de uma cláusula e a alteração de dois parágrafos na Confissão de Fé.

ÍNDICE TEMÁTICO

Adão, criado imediatamente por Deus, 123. Origem de toda a raça humana, 124, 125. Criado à imagem de Deus, 125-127. Dotado de suficiente conhecimento, 127. Fálivel, 127. A queda de, 149-154. A queda de, permitida por Deus e governada para sua própria glória, 153. Os efeitos de seu pecado sobre nossos primeiros pais, 153, 154. É tanto cabeça federal quanto natural de toda a humanidade, 155, 156. A liderança federal de, provada ser a doutrina de nossos Padrões, 155, 171. A liderança federal de, provada ser bíblica, 156. O pecado de, imediatamente imputado a todos os seus descendentes, 157-159. Essa imputação provada ser a doutrina de nossos Padrões, 157. e provada ser a doutrina da Bíblia, 158, 159.

Adoção, Ata de, 23.

Adoção, doutrina da, 261, 262. Relação com justificação, regeneração etc., 261, 262. Elementos e efeitos de, 261, 262.

Aniquilacionistas, 528, 529.

Anticristo, 431, 432.

Apócrifa, 59.

Apologia para Confissão Augsburg, 29, 30.

Arminiano, ponto de vista dos decretos de Deus, 99, 101, 103, 104. Ponto de vista da justificação, 249-251. Ponto de vista da perfeição cristã, 270-272. Ponto de vista da perseverança, 316-322.

Arrependimento, doutrina do, 286-297. As bases do, 286, 287. Elementos constituintes do, 287-289. É tanto graça quanto dever, 289. Deve ser diligentemente pregado, 289. Não tem mérito, não produz satisfação para o pecado, 290, 291. Doutrina romanista do, 290. Necessário para a salvação, 291. Do pecado em geral e dos pecados em particular, 292. Deve ser seguido de confissão e restituição, 292, 293. Os cristãos devem perdoar ofensores arrependidos, 293. Doutrina romanista da confissão, 293, 294.

Artigos de Asmalcalde, 29, 30.

Ato de Supremacia, 39. de Uniformidade, 40.

Atributos de Deus, 75-94. Como distinguidos das propriedades pessoais, 90, 91.

Ausgburg, Confissão, 29, 30.

Batismo, doutrina do, 457-476. Imediatamente instituído por Cristo, 458, 459. De obrigação perpétua, 459, 460. Sua natureza, importância e modo emblemáticos, 460-463. Seu propósito, 463, 464. Que adultos estão sujeitos ao, 464, 465. Crianças, 465-469. Que crianças devem ser batizadas, 469. A eficácia e necessidade do, 470, 471.

Boas obras, doutrina das, 299-313. Elementos essenciais, 300, 301. Efeitos e usos das, 301, 302. Apenas frutos da graça, 302, 303. Esforço diligente necessário à produção das, 303. Supererrogação impossível, 304-306. Doutrina romanista das, 304, 305. Relação das, para galardão, 306-308. Em que sentido elas são impossíveis para os não-regenerados, 309-311. Em que sentido não são impossíveis para eles, 309, 310.

Bula Unigenitus de Clemente XI, 28.

Calvino sobre a doutrina da justificação, 256.

Cânon da Escritura. *Vea-se* Escritura.

Cânones e decretos do Concílio de Trento, 27, 304, 318, 369, 370,

376, 377, 450, 483-485, 516. Do Sínodo de Dort, 30-33, 224.

Castigo eterno, ...

Catecismos da Assembléia Westminster adotados pelo Sínodo original, 23, 24. De Belarmino, 28. Da Igreja Romana, 27, 202, 206, 290, 291, 429, 430, 316. De Lutero, 29. De Heidelberg, 30.

Catecismos Maior e Menor de Lutero, 30, 31.

Ceia do Senhor, doutrina da, 477-490. Instituída por Cristo, 477. De obrigação perpétua, 477. Desígnio e efeito da, 478, 479. Erros romanistas refutados, 479-489. Elementos essenciais e atos sacramentais, 480, 481. Não deve ser administrada privativamente, 483, 484. Relação entre o sinal e a graça significada, 483-490.

Censuras. Vejam-se *Censuras Eclesiásticas*.

Censuras eclesiásticas, doutrina das, 491-498.

Certeza, doutrina da, 323-335. Verdadeira, distinta da falsa, 324. A obtenção da, possível, 324, 325. As bases e evidências da, demonstrada, 325-327. Testemunho do Espírito Santo, 326, 327. Não faz parte da essência da fé, 329, 330. Pode ser temporária, 331.

Céu, 512-515. Felicidade e honra eternas do, 526-528.

Civil, magistrado, doutrina do, 399-408. Instituição divina, 399-404. Fins e instituição do, 404. Deve promover a piedade, 404. Deve ser cristão, 405. Defesa da guerra legal, 405. Nenhuma jurisdição nas atividades eclesiásticas, 407, 408. Obediência ao, dever religioso, 408.

Comunhão dos santos, a doutrina da, 435-456. Fundada em sua união com Cristo, 436, 437. Com o Senhor, 437, 438. Uns com os outros, 438, 439. Universalidade e glória da, 439.

Concupiscência, seu pecado e culpa, ...

Condições de comunhão ministerial e da membresia eclesiástica, 23.

Confiança, um elemento essencial da fé salvífica, 279-281.

Confissão de Fé adotada pelo Sínodo original, 23, 24. Tridentino, 27. Ortodoxa, 28. De Gennadius, 28. De Augsburg e Apologia para, 29. Segunda Helvética, 30. Westminster, adotada por congregacionais ingleses e americanos, 31. Antiga Escocesa e Primeiro Livro de Disciplina, 34-44. de Westminster preparada, 34, 35. Concluída e ratificada pelo Parlamento e pela Assembléia Geral Escocesa, 40, 41. Ratificada pelo Sínodo original, 41. Revisada em capítulos e seções relativas aos magistrados civis, 42-44.

Confissão de pecado, verdadeira doutrina da, 293-295. Doutrina romanista da, 294, 295.

Consciência, liberdade de. Veja-se *Liberdade*.

Concílio. Vejam-se *Sínodos e Concílios*.

Criação, doutrina da, 117-130. *Creatio prima* e *creatio secunda*, 117-119. Elementos criados do nada, bem como todas as coisas formadas por Deus, 117-120. Provada criação absoluta do nada, 117-119. Relato da, em Gênesis, 119, 120. Atribuída a toda as pessoas divinas, 119. O fim último da, a glória de Deus, 120. Todas as obras divinas da, declarou serem boas, 120-122. Do homem, 125-130. Do homem, último dos habitantes organizados da terra, 124-125. Do homem, imediatamente por Deus, 124-125. de toda a raça num só casal, 126-128 Do homem em estado de perfeição moral, à imagem de Deus, contudo falível, 130.

Credos e Confissões, breve história, 21-35. Necessidade e uso próprio, 22, 23. Dos Apóstolos, 26. Niceno, 26, 27, 91. do Concílio de Éfeso, 27. Do Concílio de Calcedônia, 27, 194, 195.

Atanasiano, 27, 28. Das Igrejas Luteranas, 29, 30. Das Igrejas Reformadas, 30-32. Consensus Tigurinus de Calvino, 488.

Crianças, regeneração de, 239, 240. Batismo de, 467-470.

Cristã, liberdade. *Veja-se Liberdade*.

Cristianismo, evidências do, 55, 56. Conhecimento e confissão do, necessários para a salvação, 241.

Cristo, divindade de, 88-90. Preexistência de, 88, 89. Pessoa distinta do Pai, 90, 91. Propriedades pessoais, 91, 92. Eterna relação com o Pai, 92. Dado para efetuar o decreto da eleição, 106, 107. Designado para assegurar a salvação somente dos eleitos, 106, 107. Como Rei medianeiro, contrai e administra o pacto da graça, 176, 177. Ofício medianeiro de, 185-217. Profeta, Sacerdote e Rei, 174-176. Cabeça sobre todas as coisas para sua Igreja, 179-180. Verdadeiro Deus e verdadeiro homem numa só pessoa, 185-189. Sua pessoa eterna e divina, sua humanidade impessoal, 194-196. Absolutamente sem pecado, 194-195. A constituição de sua pessoa é um mistério, 195. As naturezas não têm mistura, 195-196. Sua humanidade é exaltada, mas não deificada, 197. É Mediador como Deus-homem, 198. Foi por seu Pai designado para seu ofício, 198. Assumiu seu ofício voluntariamente, 198-199. Funções desempenhadas por ele em seu estado de humilhação, 199-201. em seu estado de exaltação, 201-202. Sua “descida ao inferno (hades), diferentes opiniões, 200-201. Sua ressurreição, ascensão e assento à direita de Deus, 201-202. Satisfação de, inclui sua obediência tanto ativa quanto passiva, 203. Fez satisfação em estrito rigor da justiça, 204. Assegura a salvação de todos aqueles em favor de quem é oferecida, 204-205. Benefícios de, aplicados pelo Espírito Santo, 205. Atos medianeiros de, envolvem ambas as naturezas, e devem ser atribuídas à pessoa inteira, 206-208-209. Ele aplica sua redenção a todos em favor de quem a adquiriu, 208-209. Sua infinita suficiência, sua adaptabilidade, sua

oferta universal e seus efeitos pretendidos, 208-209.. A união e a comunhão de Cristo com os santos, 436-438. Para julgar os vivos e os mortos, 525.

Culto, religioso, doutrina do, 367-387. Um ditame da religião natural, 367-368. A Escritura é a única norma do, 368. Todo culto da vontade proibido, 369. Devido igualmente ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, 369. Não deve ser oferecido aos santos ou aos anjos, 369. Idolatria romanista, 369-382. Oração, sua natureza e objetos, 382-385. *Através de Cristo pelo auxílio do Espírito Santo*, 383. Não permitida oração pelos mortos, 384. Doutrina romanista do, 385-386. Público, secreto, doméstico e ocasional, 386-288.

Decretos de Deus, doutrina dos, 95-115. Compreende todos os eventos de toda espécie, 96-97. Nenhum deles é condicional, 97-99. São sempre infalivelmente eficazes, 99-100. São todos consistentes com suas próprias perfeições, 100; e com a natureza e modos da ação da criatura, 100-101. São todos um só propósito, 95-96. Determinam meios e condições, bem como fins, 100. Determinam as livres ações dos homens, 96-97; e as ações pecaminosas dos homens, 97-98. Não são as causas próximas de algum evento, 101. Predestinam indivíduos para a salvação, 102-104. *Veja-se Predestinação*. Incluem a reprobção dos perversos, 107-109. *Veja-se Reprobção*. Doutrina dos, deve ser tratada com prudência, 109-110. Não são revelados e não são a norma do dever humano, 110.

Depravação total. *Veja-se Pecado*.

Desígnio da Expição, 106-108.

Desenvolvimento, teoria do, orgânico, 124.

Deus, unidade de, 76-78, 104. Um Espírito pessoal, 79-80. Possui todas as perfeições absolutas, 78-86. Atributos de, 78-86. Atributos de, comuns a todas as pessoas da Deidade, 79.

Sua infinitude, 79. Sua imensidade, 79. Sua eternidade, 79-80. Sua inteligência infinita, 80-81. Sua onipresença, 81. Sua bondade e graça absolutas, 82. Sua verdade absoluta, 82-83. Sua justiça infinita, 84-85. Sua santidade infinita, 85. Sua soberania absoluta, 85-87. Possui um plano imutável desde a eternidade, 95-96. Os decretos de, 95-99. Sua própria glória seu fim último em propósito e ação, 105, 121-123. A ordem dos decretos de, declarados, 107.

Dia de repouso, doutrina do, 381-383. Razão da instituição permanente, 381-382. Também uma instituição positiva, 382-383. Como os cristãos diferem dos judeus, 382-383.

Diretório do Culto adotado, 24. Formulado, 42. Ratificado pela Assembléia Geral Escocesa, 43.

Dispensações do pacto da graça, várias, 180-181.

Divórcio, 415-417.

Dort, Sínodo e Cânones de. *Vea-se Sínodos e Cânones*.

Doutrina papal da confissão, 290-291, 294-296. Da Igreja e do Estado, 404-405. Do celibato, 414. Da infalibilidade da Igreja, 428. Do senhorio do papa, 429-430. Do número dos sacramentos, 452. Da Ceia do Senhor e do sacrifício da missa, 482-485. Do governo da Igreja, 492-493. Do purgatório e do estado intermediário, 516.

Eficaz, vocação, doutrina da, 231-243. Um chamado eterno e espiritual provado ser necessário à salvação, 232-233. Inclui todos os eleitos, e somente os eleitos, 233. O Espírito Santo é o único agente em efetuá-la, 233, 235. Graça comum e eficaz são distintas, 233-234. Como se relaciona com as atividades da alma, 234. Regeneração e conversão são distintas, 234-235. Operadas pelo Espírito através da verdade, 235. Infalivelmente eficaz, 236. Perfeitamente em consonância com nossa natureza, 236. Seus efeitos envolvem o homem inteiro, 236-237.

Eleição. Veja-se Predestinação e Decretos.

Erastianismo, 42, 405, 431, 491.

Escritura, única regra de fé e prática, 21. Deve ser interpretada pelo homem, 21-22. Doutrina da, 49-73. Contém a única revelação que agora Deus faz ao homem, 52-55. Cânon da, 56. Abrange o Velho e o Novo Testamentos, 55-56. Inspirada, 56. Evidências internas da, 55, 58-60. Externas, 55, 60. Prova da genuinidade do cânon da, 55-57. Não inclui os apócrifos, 57. Inspiração da, comprovada, 57-59. Autoridade da, não repousa sobre a Igreja, mas imediatamente sobre Deus, 59-60. E estabelecida por testemunho direto do Espírito Santo, 60-61. A perfeição da, 60. Regra completa de fé e prática, 61-62. Nada se pode acrescentar à, 62. Ensina princípios gerais – ao homem foi deixado aplicar esses princípios à vida, em seus detalhes, a seu próprio critério, 63. Em que sentido são claros, 63-64. Que eles são assim comprovados, 64. O original hebraico e grego, o verdadeiro padrão, 65. Texto da, essencialmente puro, 65. Deve ser traduzida para cada língua, 65. A Escritura deve ser interpretada pela Escritura, 66. O supremo juiz em controvérsias, 67.

Espírito Santo, divindade do, 88-89. Personalidade do, 88-90. O dom do, um meio de efetuar o propósito da eleição soberana, 103-104. Regenera e santifica, somente os eleitos, 103-105. O testemunho do, 326-327.

Estado intermediário do homem, 516-518.

Eucaristia. Veja-se Ceia do Senhor.

Estado do homem depois da morte, 512-517. Intermediário, 512-517. Final, 526-528.

Fé, relação da, com a justificação, 251-253. Relação da, com as obras, 252-253. A doutrina da, salvífica, 275-283. Sentido geral do termo, 275-276. Religioso, 276. Salvífico, definido, 276. Operada na alma pelo Espírito Santo através da verda-

de, 276-277. Fortalecida pelo uso dos meios, 277. Repousa no testemunho de Deus, 278. Envolve toda a verdade revelada, 278. Varia com a natureza da verdade revelada, 279. Inclui confiança, 279. O ato específico da fé justificadora inclui assentimento e confiança, e termina em Cristo como seu objeto, 279-280. Varia em grau, é indestrutível, alcança a plena certeza, 281. A *certeza* não é da essência da, 330-332.

Forma de governo adotada, 24.

Fórmula de Concórdia, 29-30, 187-190, 192, 223, 252.

Governo. Veja-se Governo civil.

Governo eclesiástico, Teoria papal do, 492-493. Teoria prática do, 493. Teoria independente do, 493. Teoria presbiteriana do, 493, 494, 502-507. Poder do, sua natureza e extensão, 495-497. Propósito da disciplina, 497.

Graça. Veja-se Deus. Comum e eficaz, distintas, 233-234.

Grande Parlamento. Veja-se Parlamento.

Guerra, defensiva, legal, 357.

Habilidade como distinta de liberdade, 225.

Heidelberg, catecismo, 25, 198-199, 251-252.

Igrejas Luteranas, distribuição geográfica das, 29.

Igrejas Reformadas, distribuição geográfica, 30.

Igreja, doutrina da, 422-434. Católica, 422. Uso etimológico e bíblico da palavra, 422-423. Invisível, 423-424. Visível, 424-425. Dotada com a Palavra e as ordenanças, 425-426. Fora dos limites da, não há salvação, 426-427. Varia em pureza, 427-428. Em que sentido é a, infalível, 428-429. O Senhor Jesus é a única Cabeça da, 429-431. Refutados erros papais e erastianos concernentes à, 429, 430, 491.

Igreja e Estado, relação da, ...404-406.

Iluminação espiritual necessária, 67.

Imputação, significado do termo, 158. Do pecado de Adão para cada um de seus descendentes, comprovado ser a doutrina de nossos Padrões, 158-159. E provado ser a doutrina da Escritura, 159. Do pecado e da consequência dele, 159-162. Da justiça de Cristo aos crentes, 249.

Inabilidade total do homem, 222-225. Absoluta, 224. Moral, 224. Natural, 224. Liberdade e habilidade distinguidas, 224.

Incesto, 415.

Independentes, 42, 43. Teoria do governo eclesiástico, 493.

Infalibilidade, doutrina papal da, 428.

Inferno, 513, 514. Miséria consciente absolutamente infundável, 528, 529.

Inspiração, 59-60. doutrina comprovada, 59-61.

Intercessão de Cristo, 205-206.

Juízo, dia do, 524-533. Tempo do, designado por Deus, 525. Será conduzido por Cristo, 525. Todos os homens e os anjos maus serão convocados para o, 526. Os segredos de todos os corações serão examinados, 526-527. O tempo incerto, 530-531.

Juramentos, doutrina dos, 390-398. Sua natureza, 391. Só são legítimos quando no nome do Deus verdadeiro, 391. O significado literal do terceiro mandamento, 392. Regra de interpretação, 393. Sua obrigação, 393-394.

Justiça. *Vea-se Deus*.

Justificação, doutrina da, 246-259. Ato judicial de Deus, 247-249. Experimentada por todos os que são eficazmente chamados, 247. Não é mero perdão, 248-249. Procede da imputação da

justiça de Cristo, 249-251. A fé em Cristo sendo instrumento da, 251-253. Estupendo ato da graça, 254. Não eterna, só é efetuada no exercício da fé, 255. A justificado nunca cai totalmente da graça – uma vez arrependidos, são perdoados, 255-256. Os crentes do Velho e do Novo Testamentos com base no mesmo princípio, 256. Relação da, com a regeneração, santificação e adoção, 256.

Lei de Deus, doutrina da, 338-349. O homem criado sob a, 339. Tem sua base na natureza de Deus, 339. Diferentes classes de, 339-340. Revelada na natureza moral do homem, 340. As Escrituras são o padrão perfeito da, 341. A relação federal da, temporária, 341. A relação natural da, permanente, 341. Sumariamente compreendida nos Dez Mandamentos, 341-343. Cerimonial e judicial dos judeus, 344-345. Os usos da, para diferentes classes de pessoas, declarados, 348-349.

Liberdade cristão e de consciência, doutrina da, 353-363. Como difere da liberdade da vontade, . Em que consiste, 353-354. Como desfrutada sob a lei e sob o evangelho, 355-357. Deus é o único Senhor da consciência, 357-359. Não absoluta, mas regulada e limitada, 359-363.

Liberdade da vontade, não inconsistente com a infalibilidade de um evento, 102-103. *Veja-se Livre-arbítrio*. Como se distingue de habilidade, 225.

Livre-arbítrio, doutrina do, 219-227. Diferentes teorias do, 219-220. Comprovado poder autodeterminante do homem, 221-225. Estado do, nas diversas condições de inocência, pecado, graça e glória, 223. Distinção entre liberdade e arbítrio, 223. Inabilidade total, 225-227.

Luz da natureza suficiente para fazer o homem responsável, 52-53., mas não suficiente para guiar à salvação, 53.

Magistrado. *Veja-se Magistrado Civil*.

Mão direita de Deus, posição de Cristo à, 205-206.

Matrimônio, doutrina do, 409-417. Instituição divina, 410-411. Fins da instituição, 411. Poligamia ilegal, 412-413. Celibato não meritório, 413. Não deve ser contraído com incrédulos, 413. Incesto, 414-415. Divórcio, lei bíblica do, 416-417.

Mediador, 186. Doutrina do, 185-213.

Mérito, diferentes sentidos do termo, 301-302. Em estrito sentido impossível a qualquer criatura, 303. *Veja-se Boas Obras*.

Milagres possíveis, 140-141.

Morte, 512-513.

Obras. *Veja-se Boas Obras*.

Ofício medianeiro inclui as funções de profeta, sacerdote e rei, 186-189.

Panteísmo, 77-78, 132-133.

Pecado, origem do, um mistério, 149-165. Natureza do, de Adão, 149. Permissão do, como relacionado com Deus, 150-151. De Adão, seus efeitos nele próprio, 151-152; e em sua posteridade, 153-157. Original, propagação e extensão do, 157-158. Original, bem como atual, envolve culpa, 159-160. Resquícios do, na pessoa regenerada, porém culpada, 158-159. Todos os tipos de, leva ao justo juízo de Deus, 160. Concupiscência no santificado ainda é pecado, 269-270.

Pecado original. *Veja-se Pecado – Adão – Imputação*.

Pecaminosidade do homem por natureza e desde o nascimento, 158-160.

Perdão, distinto da justificação, 247-249.

Parlamento, Grande, reunido, 40. Dissolvido, 43-44.

Ponto de vista pelagiano da perfeição, 270.

Ponto de vista sociniano dos decretos, 99, 103-104.

Perfeição não alcançada nesta vida, 270-272. Ponto de vista

pelagiano, arminiano, romanista, 170. Deve-se buscar a, 272.

Perseverança dos santos, doutrina da, 315-321. Não inconsistente com a livre agência, 317. Não nutre segurança carnal, 317-318. Comprovado o fato da, 318. Demonstradas as bases da, 318-320.

Predestinação. Veja-se Decretos. De indivíduos para a salvação, 101-102. Decreto da, contempla o homem como já criado e caído, 102. Relaciona-se com pessoas, não classes, 102. É imutável, 102. É soberano e incondicional, 102-103. Seu motivo último é a glória de Deus, 103. O propósito da, precede e determina o propósito de dar Cristo para morrer pelos eleitos, 104-105. Inclui todos os meios necessários para efetuar os fins pretendidos, tanto quanto os próprios fins, 104-107. Doutrina da, deve ser tratada com prudência, 107-109.

Preservação de todas as coisas por Deus, diferentes teorias, 132-133.

Profissão religiosa, como necessária para a salvação, 426-427.

Propriedades peculiares a cada pessoa da Trindade, 88. Distintas dos atributos, 88-89.

Providência, doutrina da, 131-145. Execução divina provinda de seu eterno propósito, 134-135. Inclui preservação de todas as coisas, 131-132. Controla todas as ações de suas criaturas, 134-135; mesmo as ações livres e as pecaminosas, 135. O desígnio desse governo é a promoção de sua própria glória, 136. O controle da, infalivelmente eficaz, 137. Modo de operação sempre consistente com a natureza das criaturas sujeitas a ele, 137-138. O propósito de Deus na, geralmente efetuado através da agência de causas secundárias, 138-339; também às vezes levado a cabo através da intervenção imediata de Deus, 139-140. Controla as ações pecaminosas dos homens, 140-141. Perfeitamente santa, 141. Abrange o universo, e inclui o governo especial e providencial da Igreja, e

a graciosa dispensação do Espírito, 142-143. provê para a disciplina dos filhos de Deus e o juízo de seus inimigos, 143.

Purgatório, doutrina romanista do, 370-371.

Reforma na Escócia, 38. na Inglaterra, 40.

Regeneração, 232-241. Distinta da conversão, 233-234. *Veja-se Vocaçãõ Eficaz*. Radical e total, afeta o homem inteiro, 234-235. Das crianças e dos adultos excepcionais, 234-236. Relação da, com a justificação, santificação e adoção, 261-263.

Reprovaçãõ, doutrina da, 109-112. Inclui um elemento negativo que é soberano e um elemento positivo que é judicial, 110. Os homens só serão condenados por seus pecados, 109-110. Perfeitamente consistente com a justiça, 110. Ensinada na Escritura, 111. Doutrina da, deve ser tratada com prudência, 111-112.

Restauracionistas, doutrina dos, 528-529.

Ressurreiçãõ de Cristo, 203.

Ressurreiçãõ dos mortos, 516-519. Geral e simultânea, 516-518. Os corpos serão idênticos, 518. Corpo espiritual, 518-519.

Revelaçãõ, absolutamente necessária para o homem, 50-52. Deus concedeu a revelaçãõ em diferentes tempos e modos, 50-54. Presentemente, exclusivamente envolvida na Escritura, 53-54. As evidências da, 53-54.

Revelações modernas e privativas, devem ser rejeitadas, 53.

Sagrada Escritura. *Veja-se Escritura*.

Sacramentos, doutrina dos, ...443-454. Uso bíblico e eclesiástico do termo, 443. Definição de, 444. Instituídos por Cristo, 444. Relação do sinal com a graça significada, 445-446. Desígnio e efeito dos, 446-448. Não contêm graça, 448-449. Eficácia dos, real, ainda que apenas instrumental, 449-450. Doutrina papal quanto ao número de, 450-451. Os da antiga e os da nova dispensação são os mesmos, 452-454. *Vejam-se Batismo e Ceia do Senhor*.

Sacrifício da missa, 482-485.

Santos. Veja-se Comunhão dos Santos.

Santificação, doutrina da, 265-272. Relação da, com adoção, justificação etc., 261-262. Duplo significado do termo, 266. Obra de Deus, 266-267. Meios internos e externos da, 267-268. Inclui mortificação do pecado e vivificação da graça, 268-269. Envolve o homem como um todo, 269-270. Nunca será perfeita nesta vida, 270-272.

Satisfação de Cristo. Veja-se Cristo.

Supererrogação, obras de, impossível, 305-306. Doutrina romanista, 305.

Sínodos e Concílios, doutrina dos, 501-507. Princípios presbiterianos concernentes a, 501-504. Esfera, limites e poder obrigatório dos, 504-506.

Sínodo de Dort, Cânones do, 31-32, 37.

Testemunho do Espírito, 327-328.

Tradição, de nenhuma autoridade em questões de fé, 66.

Transubstanciação, 482-385.

Trindade, doutrina de Deus e da, 75-91. Doutrina da, expressa, 87-89. Como expressa no Credo Niceno, 25-26. Pessoas da, distintas, 90-91.

Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra, 30-31, 37, 187.

Verdade, conhecimento da, essencial à salvação, 241.

Vocação, externa e interna. *Veja-se Vocação Eficaz.*

Vocação Eficaz, doutrina da, 231-241. Uma vocação interna e espiritual prove-se necessária à salvação, 132-233. Abrange todos os eleitos e somente os eleitos, 233. O Espírito Santo é o único agente na vocação eficaz, 233-235. Distinção entre graça comum e eficaz, 233-234. Como ela se relaciona com as atividades da alma, 234. Distinção entre regeneração e

conversão, 234, 235. Operada pelo Espírito pela instrumentalidade da verdade, 235. Infalivelmente eficaz, 235. Perfeitamente em harmonia com nossa natureza, 236-238.

Voto, doutrina do, 394.

Vontade. Veja-se Livre-arbítrio.

Westminster, Assembléia, história da, 37-47. Convocada pelo Parlamento, 39. Confissão e Catecismos da, 41. *Veja-se Confissão*. Delegados escoceses à, 42. diferentes partidos na, 43-44. Organizada, 44. Dissolvida, 45-46.

CONFISSÃO DE FÉ WESTMINSTER

COMENTADA POR A. A. HODGE



A Confissão de Fé, cuidadosamente escrita em Westminster em 1646 por mais de uma centena dos principais teólogos puritanos, apresenta uma das melhores e mais concisas declarações da fé cristã. O propósito do autor neste livro é analisar os capítulos e as seções da Confissão, comprovar e ilustrar seu ensinamento e auxiliar tanto o aluno quanto o professor com uma série de perguntas anexadas a cada capítulo. O resultado é um excelente manual de doutrina cristã que

proporciona, numa linguagem simples, a exposição e explanação de todas as principais doutrinas da Escritura. O Professor Patton, de Princeton, referiu-se a este volume como "um livro muito útil, cheio de pensamentos claros e densas declarações. Ele revela as fortes convicções de Hodge, seu poder de análise, e a sua capacidade de produzir definições claras e distintivas".

A. A. Hodge, o eminente filho e sucessor de Charles Hodge, estava perfeitamente equipado para tal obra. Após três anos de trabalho missionário na Índia, e onze anos como pastor, ele passou o restante de sua vida ensinando Teologia Sistemática nos seminários teológicos de Allegheny (1864-1877) e Princeton (1877-1886). Neste âmbito demonstrou ser um dos maiores mestres já produzidos pela América. Sobre ele escreveu Patton: "sua mente e erudição eram as de um gênio e um santo, e ocupa uma posição única entre seus colegas. Ele detinha a Teologia Reformada como uma mensagem sagrada. Defendia-a com zelo, ensinava-a com entusiasmo, e refletia-a em sua vida".



Rua Canguaretama, 181
Cep 03651-050 - São Paulo - SP
Telefax: (11) 6957-5111
E-mail: livraria@puritanos.com.br